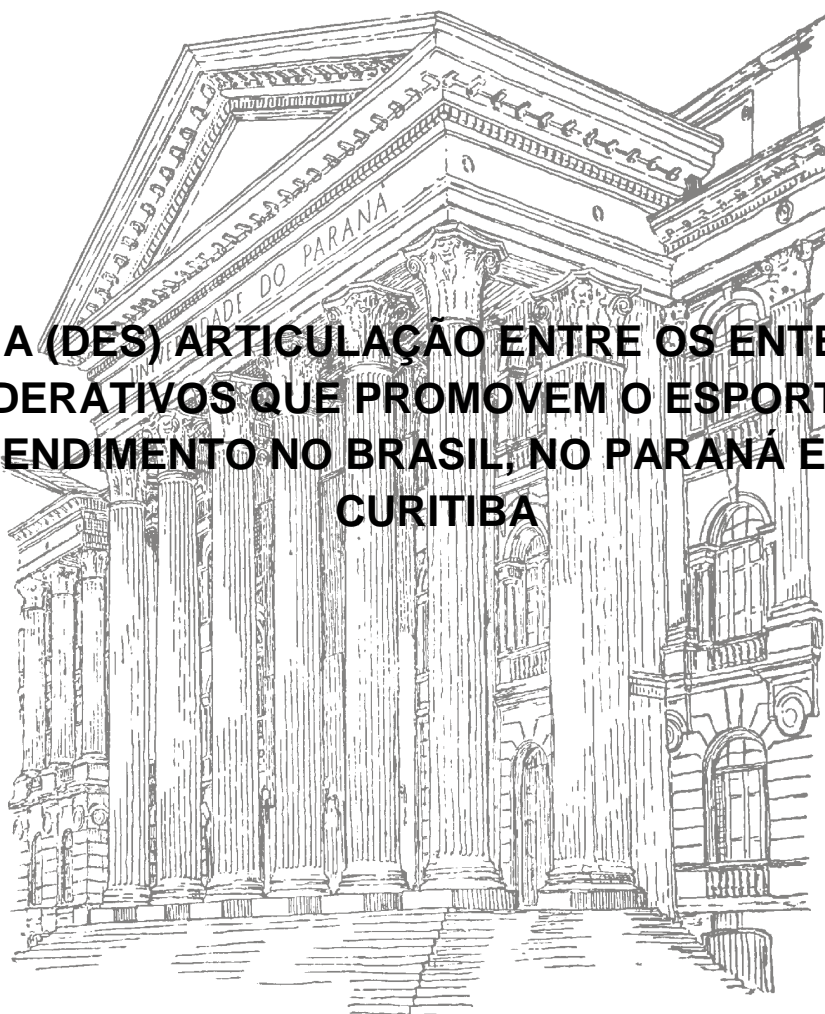


**A (DES) ARTICULAÇÃO ENTRE OS ENTES
FEDERATIVOS QUE PROMOVEM O ESPORTE DE
RENDIMENTO NO BRASIL, NO PARANÁ E EM
CURITIBA**



ANA PAULA CABRAL BONIN MAOSKI

**A (DES) ARTICULAÇÃO ENTRE OS ENTES
FEDERATIVOS QUE PROMOVEM O ESPORTE DE
RENDIMENTO NO BRASIL, NO PARANÁ E EM
CURITIBA**

**Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Doutora em
Educação Física pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação Física, do Setor
de Ciências Biológicas da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. FERNANDO MARINHO MEZZADRI

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas

Maoski, Ana Paula Cabral Bonin

A (des) articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e em Curitiba./ Ana Paula Cabral Bonin Maoski. – Curitiba, 2016.

446 f.: il. ; 30cm.

Orientador: Fernando Marinho Mezzadri

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Esportes. 2. Políticas públicas. Título II. Mezzadri, Fernando Marinho. III Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física

CDD (20. ed.) 613.7



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação Física

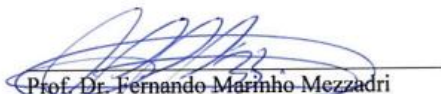



TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA CABRAL BONIN MAOSKI

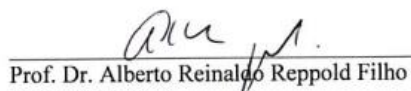
“A (des) articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e em Curitiba”


Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação Física – Área de Concentração: Exercício e Esporte; Linha de Pesquisa: Esporte Lazer e Sociedade; do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:


Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri
Presidente / Orientador - UFPR


Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva
Membro Interno


Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior
Membro Interno


Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho
Membro Externo


Prof.ª Dr.ª Maria Tarcisa Silva Bega
Membro Externo

Curitiba, 29 de Abril de 2016.

AGRADECIMENTOS

Certamente esta é a etapa mais emocionante desta tese tendo em vista a possibilidade de recordar momentos grandiosos, de crescimento pessoal e profissional percorridos ao longo desses últimos quatro anos, sendo assim, a todos os que estiveram comigo nesta jornada meu mais sincero sentimento de Gratidão!

“Deus é bom o tempo todo, o tempo todo Deus é bom”. A Ele, por me permitir chegar a essa fase da vida com saúde e por ser meu consolo nos momentos de angústia e solidão. Aos meus pais, Nila e João por todo exemplo de vida e pelo apoio em toda essa caminhada acadêmica. Vocês serão sempre meu livro favorito e minha fonte de inspiração; à Thaís, minha irmã pela amizade e companheirismo....eu amo Muito vocês três!! Obrigada Dona Ruth e Seu Erondi, sogra e sogro, por me acolherem tão bem na família de vocês e pelo apoio em todas as fases desta tese.

Aos amigos que a vida me deu e que estiveram (longe ou perto) presentes nessa fase: Luciele, Gabriela Mazzi, Viviane, Vanessa, João Muzzi, Julio Muzzi, Jacqueline Muzzi, Eli, Marcinha, Gabriel e Lucas Barbieri, Carlini e Rodrigo Ravaglio, Moisés Batista, Wanessa Minato, Felipe Basso, Ana Paula, Ed, Shai, Gustavo, Vinícios Rocha, José Alberto Gomes, Diego Bianchi, Luana Dionysio, Nina Medeiros, Amie, Solange, Fabio e Midori Yuki, Karoline Botelho, Fernanda Soligo, Marina de Paula, Priscila Marconcini e Clarissa Pereira.... Ao meu padrinho João Eloir Carvalho por todo apoio....você também é motivo de grande orgulho pra mim!!

Aos colegas e amigos que a UFPR colocou na minha vida meu sentimento de gratidão pelas discussões calorosas, acadêmicas ou não, e pelos bons momentos vivenciados: Natasha Santos, Eliza Donha, Palmira Sevegnani, Alison Ramos, Rafael Reis, Ivete, Luiz Fernando (conhecido como Sergião!), Bruno Tucunduva, Kátia Marchi, Bianca Poffo, Silvan Menezes, Rick Lise, Tati Sviesk e Suélen Eiras. Duas pessoas em especial merecem destaque nessa jornada: Carla Tagliari – obrigada pelas caronas, risadas, parcerias acadêmicas...vc é incrível Carlinha! Bárbara S. de Almeida – obrigada pela formatação desta tese e pelas longas conversas sobre a vida, sobre profissionalismo, ética, futuro!

Ao programa de Pós graduação em Educação Física, em especial ao Rodrigo Waki, profissional indiscutivelmente competente, dedicado e solícito. Também agradeço aos professores e amigos com tive o prazer de conviver e trocar ideias

valerosas: André Capraro, Fernando Cavichioli, Letícia Godoy, Cristina Carta Cardoso de Medeiros e Doralice Lange de Souza.

Aos professores membros da banca, obrigada por aceitarem esse convite. Essa jornada não teria sido a mesma sem suas considerações. Professor Alberto, que aceitou prontamente esse convite e demonstrou dedicação e apoio em todas as fases dessa pesquisa; professora Tarcisa que encheu de luz minhas segundas feiras...confesso que saía de suas aulas entusiasmada e minha admiração por você triplicou depois da nossa convivência através da sua disciplina; professor Marcelo Moraes, obrigada pelas inúmeras conversas, cafés e pelas parcerias acadêmicas já estabelecidas...tenho um carinho imenso por você, obrigada pelo apoio de sempre! Professor Wanderley, achei válido repetir a menção que fiz a você nos agradecimentos da minha dissertação de mestrado, que dizia: “ obrigada por ser minha fonte de admiração eterna. Seu caráter, profissionalismo, carisma, ética e é claro, o time de coração, confirmam a frase que sempre lhe disse: Eu sou sua fã”. Enfim....nada mudou, apenas aumentou, porém precisamos considerar que a performance do nosso tricolor oscilou ao longo anos! Obrigada por aceitar esse convite, fico lisonjeada!

Ao professor Fernando Marinho Mezzadri, meu muitíssimo obrigada por acreditar no meu potencial e por me permitir chegar até aqui. Obrigada pelas conversas, pelas oportunidades concedidas e pelo apoio à minha carreira acadêmica. Durante a graduação você me convidou para fazer parte de um grupo de estudos...leveí a sério a missão e estou até hoje no NEPPE...são nove anos de convivência e amizade. Obrigada por TUDO o que você representa pra mim!!

Às instituições envolvidas nesta pesquisa e seus respectivos representantes: obrigada pelo apoio e pela confiança em mim depositada.

Aos alunos e alunas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná meus mais profundos agradecimentos. Todos vocês, sem exceção, acrescentaram muito à minha formação. Obrigada por todos os momentos vivenciados dentro da UTF ou fora dela. Vocês fizeram parte de um momento lindo da minha vida, em que tive certeza que nasci pra ser “profe”....especialmente de vocês!!! Aproveito também para agradecer aos colegas docentes do Departamento de Educação Física da UTFPR por me receberem tão bem na instituição.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Não poderia esquecer de agradecer pelo presente mais lindo que a Universidade Federal do Paraná me deu: Diogo Maoski. Alguns anos atrás você desistiu da carreira acadêmica para que eu pudesse ingressar no doutorado; abdicou do seu sonho para que pudéssemos casar e assim aconteceu. Tornou-se meu marido no meio desse processo de doutoramento e em nenhum momento deixou de ser companheiro, prestativo, amoroso e dedicado. Obrigada pelo apoio incondicional em todas as fases desse processo, por suportar os momentos de cansaço e desânimo e ser sempre meu ombro amigo. Seu amor, seu carinho, sua amizade e principalmente suas piadas trouxeram suavidade aos momentos dolorosos desta etapa. Por fim, me deu seu sobrenome e “pegou” o meu... Diogo Bonin Maoski...a você dedico todo meu amor!

Infelizmente no meio do processo perdi duas pessoas importantes na minha vida: Fernando Dandoro, um amigo de faculdade querido, sereno, engraçado e gentil cuja amizade nasceu no momento que nos descobrimos devotos de Santa Rita de Cássia; Gilda Fronczack, minha madrinha, minha amiga, minha segunda mãe. A vocês meu carinho, meu afeto e minhas eternas saudades...

RESUMO

O esporte brasileiro, em suas diferentes dimensões, conquistou espaço de destaque no cenário político e, especialmente o esporte de rendimento, fez-se presente em termos legislativos além de redirecionar as políticas públicas esportivas a partir da escolha do país para sede de megaeventos: Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016. Contudo, inerente à discussão e contextualização do esporte atual, tal dimensão esportiva apresenta-se por vezes fragilizada – no tocante à estruturação dos órgãos responsáveis por sua implementação e desenvolvimento – por motivos que englobam desde as controvérsias presentes na conceituação de esporte de rendimento até a dificuldade de articulação entre esses órgãos. Nesse sentido, estabelece-se enquanto problemática norteadora deste trabalho a seguinte questão: A estrutura e as ações dos entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e no município de Curitiba se constituem de maneira articulada entre essas esferas institucionais? Posto isto, elege-se enquanto hipótese que existe uma desarticulação entre os entes que promovem o esporte de rendimento no Brasil, nos estados e nos municípios pesquisados decorrente da inexistência de um aparato jurídico que promova a articulação entre as esferas político-administrativas culminando na sobreposição de papéis entre os referidos entes. Sendo assim, o objetivo geral está pautado em compreender se a estrutura e as ações dos entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e no município de Curitiba se constituem de maneira articulada entre essas esferas institucionais. Como objetivos específicos: (1) identificar as ações, os programas e os projetos do Ministério do Esporte para promover o esporte de rendimento no Brasil; (2) verificar as ações, os programas e os projetos da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado do Paraná para promover o esporte de rendimento no estado do Paraná; (3) identificar as ações, os programas e os projetos da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba para promover o esporte de rendimento no município; e (4) analisar a (des)articulação dos entes federativos no que se refere à consolidação do Sistema Nacional de Esporte brasileiro. O referencial teórico-metodológico utilizado pautou-se nos conceitos da *policy analysis* e do *policy cycle* juntamente com a pesquisa documental relacionada a aparatos jurídicos e institucionais destinados a entender: (1) a estrutura e organização para o esporte de rendimento; (2) as ações para o esporte de rendimento; e (3) o Sistema Nacional do Esporte. Além disso, foram realizadas entrevistas com os diretores de esporte do Ministério do Esporte, e das secretarias do estado do Paraná e do município de Curitiba, sendo essa última também representada pelo seu secretário-geral. A discussão aponta para os limites da estrutura administrativa-político-esportiva brasileira baseando-se no cenário ainda principiante de consideração dos fatores de sucesso para o esporte de rendimento, conforme aponta a literatura internacional, bem como na obsoleta, e ao mesmo tempo atual, busca de legitimidade esportiva através das conferências nacionais e (re)implementação do sistema nacional de esporte. No que concerne às conclusões, destaca-se a confirmação da hipótese levantada aliada ao entendimento de que a dificuldade de implementação de um Sistema Nacional de Esporte consolidado decorre, concomitantemente, da falta de articulação entre os entes federados originada da complexa função de distribuição das competências de cada um com relação a cada dimensão esportiva.

Palavras-chave: Esporte de rendimento. Políticas públicas. Entes federativos.

ABSTRACT

Brazilian sports, in their various domains, have occupied a prominent spot on the political scene, and regarding performance sports in particular, have played their part in terms of legislation, while also redirecting sports public policies as of the choice of the country to host mega-events: the 2014 Men's FIFA World Cup and the 2016 Olympic Games. Along with the discussion and contextualization of the current sports scenario, however, when it comes to the organization of authorities in charge of the implementation and development of such events, the position of the country in the sporting domain is shown to be weakened for reasons that include controversies existing in the conceptualization of performance sports, and the difficulty for those authorities to be articulated. In these respects, we have established the following question as the guiding problematic of this study: Are the structure and actions of federative entities towards promoting performance sports in Brazil, in the state of Paraná and in the city of Curitiba articulated with institutional spheres? That being said, we have taken as hypothesis the existence of a disarticulation among those entities concerning performance sports in Brazil, in the states and cities surveyed, which exists due to the absence of a legal apparatus to encourage the articulation between political and administrative spheres, while culminating in the overlapping of roles amongst the aforementioned entities. Therefore, the general aim of this study is to understand whether the structure and actions of the federative entities that promote performance sports in Brazil, in the state of Paraná and in the city of Curitiba are articulated with institutional spheres. The following are defined as specific aims: (1) to identify the actions, the programs and projects of Brazilian Ministry of Sports towards the proposed performance sports in Brazil; (2) to look at the actions, the programs and projects of Sports and Tourism Secretariat of the state of Paraná towards the proposed of performance sports in the state; (3) to identify the actions, the programs and projects of Sports, Leisure and Youth Secretariat of the city of Curitiba concerning the proposed of performance sports in the city; and (4) to analyze the (dis)articulation of federative entities with respect to the consolidation of the National System of Brazilian Sports. The theoretical and methodological references were based on the concepts of policy analysis and policy cycle, along with documentary research related to legal and institutional apparatuses aimed to understand: (1) the structure and organization for performance sports; (2) the actions for performance sports; and (3) the National System of Sports. Furthermore, interviews have been conducted with sports directors from the Ministry of Sports and from the secretariats of the state of Paraná and the city of Curitiba, with the latter also being represented by its General Secretary. The discussion points out the boundaries of the Brazilian administrative-political-sports structure, while drawing on the still incipient scenario of taking into account the successful factors for performance sports according to what is stated by international literature, as well as on the obsolete and at the same time current search for sporting legitimacy through national conferences and on the (re)implementation of the national system of sports. As for the conclusions, we highlight the confirmation of the hypothesis brought to light linked to the understanding that the difficulty to implement a consolidated National System of Sports happens, concurrently, due to the lack of articulation among federative entities, which comes from the complex role of giving out powers to each one of them in regard to every sporting domain.

Keywords: Performance sports. Public policies. Federative entities.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ATLETAS CONTEMPLADOS PELO BOLSA PODIO EM MODALIDADES OLÍMPICAS (2012)	194
GRÁFICO 2 - ATLETAS CONTEMPLADOS PELO BOLSA PODIO EM MODALIDADES PARALÍMPICAS (2012)	195
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA TOP 2016	232
GRÁFICO 4 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2003	261
GRÁFICO 5 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS - 2003.....	261
GRÁFICO 6 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2004	262
GRÁFICO 7 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS - 2004.....	263
GRÁFICO 8 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2005	264
GRÁFICO 9 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2005.....	265
GRÁFICO 10 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2006	266
GRÁFICO 11 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2006.....	267
GRÁFICO 12 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARAATELAS – 2006.....	268
GRÁFICO 13 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2007	269
GRÁFICO 14 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2007.....	270
GRÁFICO 15 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2007	270
GRÁFICO 16 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2008	271

GRÁFICO 17 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES OLÍMPICAS – 2008.....	272
GRÁFICO 18 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES PARATLETAS – 2008.....	272
GRÁFICO 19 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2009.....	273
GRÁFICO 20 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES OLÍMPICAS – 2009.....	274
GRÁFICO 21 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES PARATLETAS – 2009.....	274
GRÁFICO 22 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2010.....	275
GRÁFICO 23 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES OLÍMPICAS – 2010.....	276
GRÁFICO 24 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES PARATLETAS – 2010.....	277
GRÁFICO 25 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2011.....	278
GRÁFICO 26 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES OLÍMPICAS – 2011.....	278
GRÁFICO 27 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES PARATLETAS – 2011.....	279
GRÁFICO 28 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2012.....	280
GRÁFICO 29 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES OLÍMPICAS – 2012.....	281
GRÁFICO 30 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES PARATLETAS – 2012.....	282
GRÁFICO 31 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2013.....	283
GRÁFICO 32 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES OLÍMPICAS – 2013.....	284
GRÁFICO 33 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	
– MODALIDADES PARATLETAS – 2013.....	284

GRÁFICO 34 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES - 50 ANOS OU MAIS – 2013	285
GRÁFICO 35 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2014	286
GRÁFICO 36 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2014	287
GRÁFICO 37 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES – 35 ANOS OU MAIS – 2014	287
GRÁFICO 38 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2014	288
GRÁFICO 39 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2015	289
GRÁFICO 40 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2015	290
GRÁFICO 41 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES – 35 ANOS OU MAIS – 2015	290
GRÁFICO 42 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2015	291
GRÁFICO 43 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PORCENTUAL POR ANO DAS REGIÕES DO PAÍS DOS ATLETAS BENEFICIADOS NA MODALIDADE DE ATLETISMO	299
GRÁFICO 44 - PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES OFICIAIS	317
GRÁFICO 45 - FILIAÇÃO A INSTITUIÇÃO PARA A PRÁTICA ESPORTIVA.....	318
GRÁFICO 46 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL E DE OUTROS MINISTÉRIOS EM PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER DE 2005 A 2008	329
GRÁFICO 47 - RECURSOS PROVENIENTES DA LEI AGNELO PIVA APLICADOS NO COB (2002 A 2012)	335
GRÁFICO 48 - RECURSOS PROVENIENTES DA LEI AGNELO PIVA APLICADOS NO CPB (2002 A 2012)	337
GRÁFICO 49 - CATEGORIAS DE PROJETOS APROVADOS VIA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – CURITIBA/PR (2003-2015)	376

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - QUANTIDADE DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE NO BRASIL	28
TABELA 2 - NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS JOGOS MILITARES DE 2011	181
TABELA 3 - NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS PELO BOLSA ATLETA (2005-2014).....	184
TABELA 4 - NÚMERO DE PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DA SMEL.....	244
TABELA 5 - COMPARAÇÃO ENTRE DIMENSÕES ESPORTIVAS NOS PROGRAMAS DA SMEL 2007	246
TABELA 6 - CIRCUITO INFANTIL DE CORRIDAS DE RUA	253
TABELA 7 - VARIAÇÃO NA QUANTIDADE DE PROJETOS APROVADOS VIA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE NA MODALIDADE JIU-JÍTSU (2003-2015)	371

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTRUTURA METODOLÓGICA DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA	39
QUADRO 2 - ÁREAS SOCIAIS COM GESTÃO PARTILHADA ENTRE ENTES FEDERADOS.....	59
QUADRO 3 - PAPEL DA UNIÃO NA POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE.....	108
QUADRO 4 - PAPEL DOS ESTADOS NA POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE .	109
QUADRO 5 - PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE	110
QUADRO 6 - PAPEL DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DE RENDIMENTO	111
QUADRO 7 - PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	116
QUADRO 8 - FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O SUCESSO DO ESPORTE DE RENDIMENTO	152
QUADRO 9 – MODALIDADES OLÍMPICAS COM FINANCIAMENTO DO PLANO BRASIL MEDALHAS (2012-2015)	189
QUADRO 10 - MODALIDADES PARALÍMPICAS COM FINANCIAMENTO DO PLANO BRASIL MEDALHAS (2012-2015)	189
QUADRO 11 - EMPRESAS APOIADORAS DAS MODALIDADES OLÍMPICAS	191
QUADRO 12 - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DO PROGRAMA “GOVERNANÇA RIO 2016”	197
QUADRO 13 - MODELO DE INFRAESTRUTURA PARA CADA CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE.....	204
QUADRO 14 - CATEGORIAS DA CORRIDA DE REVEZAMENTO DAS NASCENTES DO IGUAÇU	254
QUADRO 15 - DESIGNAÇÃO DE ENVOLVIDOS E FINALIDADE DO CALENDÁRIO ESPORTIVO NACIONAL	330
QUADRO 16 - ENTIDADES CADASTRADAS NO CALENDÁRIO ESPORTIVO NACIONAL.....	331
QUADRO 17 - ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NAS CIDADES PARTICIPANTES DO PROJETO CIDADES PELO ESPORTE	389

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIMENSÕES DA <i>POLICY ANALYSIS</i>	72
FIGURA 2 - <i>POLICY CYCLE</i>	77
FIGURA 3 - FUNCIONAMENTO DA INDÚSTRIA ESPORTIVA	87
FIGURA 4 - JOGO, ESPORTE E ESPETÁCULO	91
FIGURA 5 - RELAÇÃO DIRETA ENTRE INDÚSTRIA ESPORTIVA, ESPORTE RENDIMENTO E SOCIEDADE.....	94
FIGURA 6 - ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL.....	122
FIGURA 7 - SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E SISTEMA BRASILEIRO DE ESPORTE	147
FIGURA 8 - SISTEMA BRASILEIRO DE ESPORTE	148
FIGURA 9 - SPLISS - MODELO TEÓRICO DOS NOVE PILARES DA ESTRUTURA ESPORTIVA DE SUCESSO	154
FIGURA 10 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BRASILEIRA DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO.....	157
FIGURA 11 - ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE MILITAR BRASILEIRO	178
FIGURA 12 - PERCENTUAL DE BOLSAS CONCEDIDAS POR CATEGORIA - 2005 A 2009.....	186
FIGURA 13 - REDE NACIONAL DE TREINAMENTO	202
FIGURA 14 - ORGANOGRAMA SEES - 2012.....	217
FIGURA 15 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ATLETAS CONTEMPLADOS NA CATEGORIA TOP FORMADOR NO ESTADO DO PARANÁ.....	230
FIGURA 16 - ESTRUTURAS PARANAENSES APTAS A RECEBER DELEGAÇÕES PARA OS JOGOS RIO 2016	237
FIGURA 17 - REGIONAIS DA CIDADE DE CURITIBA.....	239
FIGURA 18 - ORGANOGRAMA SMELJ	240
FIGURA 19 - MODELO DE PLANILHA PARA CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS SOBRE OS JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS NO PROJETO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA	322
FIGURA 20 - POSSIBILIDADE DE CRUZAMENTO DE CATEGORIAS DO BANCO DE DADOS DO PROJETO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA	325
FIGURA 21 - MODELO DE CONSULTA NO CALENDÁRIO ESPORTIVO NACIONAL.....	332

FIGURA 22 - EVOLUÇÃO DO ESPORTE OLÍMPICO APÓS LEI AGNELO PIVA..	333
FIGURA 23 - NÚMERO DE MEDALHAS BRASILEIRAS EM JOGOS OLÍMPICOS	
.....	334
FIGURA 24 - EVOLUÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO APÓS LEI AGNELO PIVA	
.....	336
FIGURA 25 - HISTÓRICO DE MEDALHAS BRASILEIRAS CONQUISTADAS EM	
MODALIDADES OLÍMPICAS NOS JOGOS OLÍMPICOS.....	354
FIGURA 26 - HISTÓRICO DE MEDALHAS BRASILEIRAS CONQUISTADAS EM	
MODALIDADES PARALÍMPICAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS....	355

LISTA DE SIGLAS

APO	Autoridade Pública Olímpica
CATES	Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos
CBC	Confederação Brasileira de Clubes
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CCFEx	Centro de Capacitação Física do Exército
CDE	Comissão de Desportos do Exército
CDFA	Comissão Desportiva das Forças Armadas
CDMB	Comissão Desportiva Militar do Brasil
CEB's	Campeonatos Escolares Brasileiros
CEO	Centros de Excelência Esportiva
CF	Constituição Federal
CIE	Centro de Iniciação ao Esporte
CISM	<i>Conseil International du Sport Militaire</i>
CNA	Comissão Nacional de Atletas
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conferência Nacional de Esporte
CNES	Conselho Nacional de Esporte
COB	Comitê Olímpico do Brasil
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CRD	Conselhos Regionais Desportivos
CSD	Conselho Superior de Desportos
DED	Departamento de Educação Física e Desporto
EDT	Estatuto de Defesa do Torcedor
FCS	Fatores Críticos para o Sucesso
FENACLUBES	Federação Nacional dos Clubes Esportivos
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IMAP	Instituto Municipal de Administração Pública
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte

IPCE	Instituto Paranaense de Ciência do Esporte
IPCEx	Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército
JARCAN'S	Jogos Abertos da Microrregião da Cantuquiriguaçu
JAVIS	Jogos Abertos do Vale do Ivaí
JEB	Jogos Escolares Brasileiros
JEPS	Jogos Escolares do Paraná
JJ	Jogos da Juventude
JMM	Jogos Mundiais Militares
JOJUPS	Jogos da Juventude do Paraná
JUPS	Jogos Universitários do Paraná
LIE	Lei de Incentivo ao Esporte
LNB	Liga Nacional de Basquete
MD	Ministério da Defesa
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MET	Ministério do Esporte e Turismo
OCE	Olimpíada Colegial da Esperança
OE	Olimpíada Escolar
ONG	Organização Não Governamental
OSCIPs	Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARAJAPS	Jogos Abertos Paradesportivos
PBM	Plano Brasil Medalhas
PNE	Política Nacional de Esporte
SEDES/MEC	Secretaria de Desporto do Ministério da Educação
SEDES/PR	Secretaria de Desporto da Presidência da República
SEED	Secretaria de Educação Física e Desportos
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEEM	Sistemas de Esporte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
SEES	Secretaria de Esporte do Estado do Paraná
SESC	Serviço Social do Comércio
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

SMELJ	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEE	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social
SNEx	Secretaria Nacional Executiva
SNFDT	Secretaria Nacional do Futebol e Direitos do Torcedor
SPLISS	<i>Sports Policy factors Leading to International Sporting Success</i>
TCU	Tribunal de Contas da União
TOP	Talento Olímpico do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, CONSIDERAÇÕES E APROXIMAÇÕES.....	46
2.1 O ESTADO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....	46
2.2 O GOVERNO EM AÇÃO: OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	66
2.2.1 Demanda social ou vontade política? Entendendo a <i>Policy Analysis</i> no cenário esportivo brasileiro	70
3 ESPORTE E LEGISLAÇÃO: A POSSÍVEL DEMARCAÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL	82
3.1 “ESPECIALIZAÇÃO, PERFORMANCE, ALTO RENDIMENTO, ESPETÁCULO, ALTO NÍVEL”: A COMPREENSÃO CONCEITUAL DO TERMO ESPORTE DE RENDIMENTO.....	82
3.2 LEGISLAÇÃO PARA O ESPORTE DE RENDIMENTO BRASILEIRO.....	95
3.2.1 Conferências Nacionais de Esporte e Política Nacional de Esporte: a tentativa de legitimidade esportiva	106
3.3 SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE	140
4. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ESPORTE DE RENDIMENTO NO BRASIL.....	150
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO ESPORTE DE RENDIMENTO.....	150
4.2 SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	160
4.2.1 Programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no Brasil	181
4.2.1.1 Bolsa Atleta	181
4.2.1.2 Plano Brasil Medalhas.....	188
4.2.1.3 Governança Rio 2016.....	195
4.2.1.4 Rede Nacional de Treinamento.....	201
4.2.1.5 Centros de Iniciação ao Esporte	203
4.2.1.6 Jogos Escolares Brasileiros	205
4.3 SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO	210
4.3.1 Programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no estado do Paraná.....	223

4.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	237
4.4.1 Programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no município de Curitiba	240
5 “DESORGANIZAÇÃO ORGANIZADA”: ENTENDENDO O ESPORTE DE RENDIMENTO NO CENÁRIO BRASILEIRO	292
5.1 OS LIMITES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA-POLÍTICO-ESPORTIVA BRASILEIRA	298
5.2 A <i>POLICY</i> EM CENA NOS TRÊS ENTES FEDERATIVOS: ATRIBUIÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO <i>POLICY CYCLE</i> NO ESPORTE DE RENDIMENTO BRASILEIRO	349
5.3 A UNÂNIME (DES)ARTICULAÇÃO DO ESPORTE DE RENDIMENTO NO BRASIL	378
5.4 2016: É PRECISO FALAR DE LEGADO ESPORTIVO	385
6 CONCLUSÃO	394
REFERÊNCIAS.....	401
APÊNDICES	421
ANEXOS	433

1 INTRODUÇÃO

A criação e institucionalização do Ministério do Esporte em 2003 - como órgão competente para atuar diretamente na coordenação e execução de políticas públicas esportivas na esfera governamental federal - auxiliou para que o esporte, como área social, tivesse representação e fosse integrado à agenda política. Nesse sentido, a realização dos Jogos Pan e Parapan Americanos em 2007 no Rio de Janeiro, representou um importante marco para que as políticas públicas voltadas ao esporte estivessem em pauta e fossem pensadas em âmbitos nacional, estadual e municipal. Ainda em 2007, o Brasil foi anunciado como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 - organizada pela maior autoridade do Futebol, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) - no dia 31 de outubro, e eleito como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 em 02 de outubro de 2009.

Inseridos nesse cenário esportivo e subsequentes aos Jogos Pan e Parapan Americanos, aconteceram no Brasil eventos de ampla magnitude como os Jogos Mundiais Militares (JMM) em 2011, a Copa das Confederações da FIFA em 2013 e a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014. Isto permitiu a utilização da metáfora “tsunami esportivo¹” no momento pelo qual o país passou (e ainda passa) de realização de megaeventos esportivos, e repercute na possibilidade de conquista de status internacional deles decorrentes, o que proporciona qualificados debates, incursões e discussões acerca da temática “esporte de rendimento”.

A oportunidade tanto de sediar quanto de melhorar a imagem do país internacionalmente com bons resultados esportivos nessas importantes competições culminou na propagação de ações públicas para a promoção e o desenvolvimento do esporte de rendimento que, ao menos em termos de financiamento, parece em franco processo de consolidação. As ações, os programas e os projetos que visam o desenvolvimento dessa dimensão esportiva circulam nas diversas esferas de atuação público-privadas que, com apoio, incentivo e financiamento permitem que ela esteja diariamente vinculada às diversas mídias e integre a sociedade brasileira. Contudo, inerente à discussão e contextualização do esporte atual, tal dimensão

¹ O termo “tsunami esportivo” foi utilizado pelo professor Fernando Mascarenhas na construção de um texto para a Revista Movimento, em 2012, que lançou uma edição especial sobre “temas polêmicos” com a seguinte temática: Megaeventos esportivos e Educação Física.

esportiva apresenta-se por vezes fragilizada – no tocante à estruturação dos órgãos responsáveis por sua promoção, implementação e desenvolvimento - por motivos que englobam desde as controvérsias presentes na conceituação de esporte de rendimento até a dificuldade de articulação entre esses órgãos.

O esporte brasileiro, seja ele de rendimento ou não, embora inserido na agenda política, anseia cada vez mais por uma maior legitimidade no cenário político, fato esse que decorre da necessária concepção do esporte enquanto política de Estado, ou seja, uma política que independe do partido governante². No entanto, sabe-se que essa consolidação está relacionada à legislação e à articulação entre todas as instituições que fomentam e organizam o esporte no país.

Ao tratar da legislação pertinente ao esporte de rendimento, visualizam-se algumas questões que se refletem na problematização deste trabalho, como por exemplo, a constante utilização do termo “rendimento” nas inúmeras leis destinadas ao esporte brasileiro sem haver uma delimitação do que efetivamente entende-se a partir desse termo. A segunda questão versa sobre a diferenciação entre “estrutura organizacional” e “sistema”, conceituados por Churchman (1971), Bio (1985), Vasconcellos (1989), Stoner e Freeman (1992), Oliveira (1998; 2002) e Riccio (2001). A partir desses conceitos é possível afirmar que: a estrutura organizacional acontece sob a forma de gerenciamento de pessoas e atividades - por meio do qual ocorre alocação de indivíduos em setores onde desempenham atividades específicas, e que, no entanto, apresentam-se inter-relacionados para que os objetivos sejam cumpridos. O sistema envolve essa estrutura organizacional, contudo, sua particularidade decorre do fato de seus componentes integrarem um conjunto balizado pelo fluxo a ele inerente, ou seja, um sistema para assim ser constituído precisa de início e fim.

O entendimento da diferenciação entre esses termos e a amplitude proposta pela conceituação de sistema permitem investigar sobre o Sistema Nacional de Esporte e a maneira pela qual o esporte de rendimento está a ele integrado. Sob o ponto de vista legislativo, a incipiência aconteceu por meio do Decreto-Lei 3199/41, que estabeleceu as bases do esporte em todo país. Porém, de maneira mais enfática e sob a denominação de “sistema”, a legislação assinala que foi no ano

² Roosevelt Brasil Queiroz, em seu livro “Formação e Gestão de políticas públicas”, considera que: “diferentemente de políticas de governo, as políticas não guardam necessariamente relação com o mandato de um governo e podem se manter existindo por vários mandatos” (QUEIROZ, 2011, p. XIV).

1975 que se instituiu a Lei 6.251, que destinava o esporte brasileiro aos cuidados do Conselho Nacional de Desportos (CND) e “organizava” o esporte em quatro dimensões: comunitária, estudantil, militar e classista (BRASIL, 1975).

Passados treze anos, foi promulgada a Constituição de 1988, que simboliza a visualização do esporte como um direito social de todo cidadão brasileiro sem, porém, vincular suas atribuições ao desenvolvimento de qualquer sistema de esporte.

Destaca-se, todavia, que esse sistema nunca esteve claramente descrito e isso pode ser visualizado na Lei 8672/93, que fez referência ao Sistema Brasileiro de Esporte, ao Sistema Esportivo Federal e ao Sistema dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, subsistemas inseridos em um sistema mais amplo que, no entanto, confunde-se quanto à sua denominação.

O esporte de rendimento ganhou destaque inserindo-se nesse “sistema” com o Decreto-Lei 7.984/13, o qual estabeleceu que o sistema nacional do esporte tinha como finalidade “promover e aprimorar as práticas esportivas de rendimento”, estando ele inserido no Sistema Brasileiro de Esporte que englobava o esporte nas demais dimensões esportivas que não aquelas voltadas à competição e performance (BRASIL, 2013a). Atualmente, porém, visualiza-se um campo mais amplo de possibilidades ao pensar no termo Sistema Nacional do Esporte, entendido como aquele que engloba o esporte em todas as suas nuances e é composto não por subsistemas, mas por entidades que desenvolvem o esporte brasileiro, sem, contudo, destacar a dimensão do rendimento, objeto de análise deste trabalho.

Não somente decorrente das inúmeras mudanças no que concerne ao entendimento e à delimitação do que faz parte do sistema, como também a falta de contemplação das etapas características de um sistema, o que se observa na estrutura esportiva brasileira é a inexistência de um Sistema Nacional do Esporte que possibilite às instituições a ele vinculadas a progressão linear em um ciclo efetivo no qual haja entrada e saída bem como especificações quanto ao papel correspondente a cada entidade de prática esportiva inerente a esse sistema. Sob ponto de vista estrutural e eficiente dos entes federados, há a necessidade de implementação de um sistema nacional de esporte cujos entes encontrem-se em

pleno estágio de articulação, o que não parece destoado do que já acontece em termos educacionais no Brasil³.

Nesse sentido, ao trazer à tona o esporte de rendimento brasileiro e o necessário entendimento das nuances relativas ao seu sistema, estabelece-se enquanto problemática norteadora deste trabalho a seguinte questão: A estrutura e as ações dos entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e no município de Curitiba se constituem de maneira articulada entre essas esferas institucionais?

Portanto, o objetivo geral está pautado em compreender se a estrutura e as ações dos entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e no município de Curitiba se constituem de maneira articulada entre essas esferas institucionais. Como objetivos específicos: (1) identificar as ações, os programas e os projetos do Ministério do Esporte para promover o esporte de rendimento no Brasil; (2) verificar as ações, os programas e os projetos da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado do Paraná para promover o esporte de rendimento no estado do Paraná; (3) identificar as ações, os programas e os projetos da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba para promover o esporte de rendimento no município; e (4) analisar a (des)articulação dos entes federativos no que se refere à consolidação do Sistema Nacional de Esporte brasileiro.

A hipótese principal deste trabalho sugere que existe uma desarticulação entre os entes que promovem o esporte de rendimento no Brasil, nos estados e nos municípios pesquisados decorrente da inexistência de um aparato jurídico que promova a articulação entre as esferas político-administrativas culminando na sobreposição de papéis entre os referidos entes.

A fim de estabelecer um recorte temporal condizente com essa pesquisa, foi escolhido o período prescrito entre os anos de 2003 e 2016. O primeiro em virtude da criação do Ministério do Esporte e o segundo por ser o ano de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil.

³ O Sistema Nacional de Educação, por exemplo, apresenta-se estruturado sob a forma da plena articulação entre os integrantes de sua estrutura, tendo em vista a objetividade de requer a construção desse sistema como política de Estado, pautado na “organicidade entre os processos, na organização, regulação, ação sistêmica e no financiamento” (CONAE, 2014, p. 15).

A própria dificuldade e/ou atropelo na utilização e compreensão dos termos esporte e/ou desporto – os quais ainda serão trabalhados no decorrer deste trabalho – também são considerados pertinentes a um constante impasse sob o ponto de vista estrutural e nominal do que venha a ser essa manifestação de cunho teórico/prático trazido à tona por autores como Gaya (2000), Bracht (2000) e Stigger (2000).

Com relação aos entes federativos citados anteriormente, ambos representam as três esferas governamentais no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas: união, estados e municípios. Não necessariamente as políticas públicas governamentais são dependentes umas das outras em relação aos entes federativos e/ou seguem uma lógica de execução. Ou seja, um programa ou projeto que esteja em processo de implementação em determinado município, não necessita da autorização ou vinculação deste ao estado⁴ e/ou Estado⁵, tendo em vista que cada estado e/ou município tem autonomia⁶ quanto à execução de sua política.

Ao tratar do esporte nas três esferas governamentais, destacam-se a seguir as respectivas estruturas responsáveis pela implementação das políticas esportivas em seu campo de atuação. Na esfera federal se sobressai o Ministério do Esporte, uma instituição de caráter público criada no ano de 2003 e atualmente composta pelas seguintes secretarias: Secretaria Nacional Executiva (SNEEx); Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS); Secretaria Nacional de

⁴ Considera-se estado como cada uma das 26 unidades federativas e o Distrito Federal que compõem a unidade territorial brasileira.

⁵ De acordo com Dallari (2010, p. 127): “Todo Estado implica um entrelaçamento de situações, de relações, de comportamentos, de justificativas, de objetivos, que compreende aspectos jurídicos, mas que contém, ao mesmo tempo, um indissociável conteúdo político”.

⁶ Segundo Abbagnano (1962) para se definir autonomia é bastante usada a expressão “princípio autônomo” no sentido de que o princípio tenha em si, ou coloque por si mesmo, a sua validade ou a regra de sua ação. De acordo com Lalande (1999) autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete (LALANDE, 1999, p. 115). Nesse sentido a autonomia pode ser entendida como “condição” de como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, e sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. De acordo com Zatti (2007, p.12) “o primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. O fazer não acontece fora do mundo, portanto está cerceado pelas leis naturais, pelas leis civis, pelas convenções sociais, pelos outros, etc, ou seja, a autonomia é limitada por condicionamentos, não é absoluta. Dessa forma, autonomia jamais pode ser confundida com auto-suficiência”.

Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); e Secretaria Nacional do Futebol e Direitos do Torcedor (SNFDT).

Especificamente a SNEAR promove os seguintes programas, projetos e ações para o esporte de rendimento: Bolsa Atleta, Rede Nacional de Treinamento, Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), Plano Brasil Medalhas (PBM), Jogos Escolares e Governança Rio 2016 (BRASIL, 2015a). Contudo, já estiveram sob sua responsabilidade outros programas que direta e indiretamente envolvem o esporte de rendimento, mas atualmente não estão no escopo de atuação na referida secretaria, como por exemplo, a Rede Cenesp e os Jogos Militares.

O estado do Paraná, enquanto integrante desse meio e objeto de análise dessa pesquisa, tem como órgão estruturador do esporte a Secretaria do Estado do Esporte e do Turismo (SEET). Essa instituição foi assim intitulada em dezembro de 2011. No ano de 2003 chamava-se Paraná Esporte e, posteriormente, passou a ser denominada SEET. De acordo com os documentos da própria secretaria, são 15 os projetos e ações diretamente relacionados ao esporte de rendimento desenvolvidos no estado do Paraná: Jogos Escolares do Paraná (JEPS), Jogos Universitários do Paraná (JUPS), Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS), Jogos Abertos Paradesportivos (PARAJAPS), Jogos Estudantis da Primavera, Jogos dos Povos Indígenas, Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVIS), Jogos Abertos da Microrregião da Cantuquiriguaçu (JARCAN'S), Jogos da Reforma Agrária, Rota do Esporte, Desenvolvimento Esportivo, DNA Olímpico, Prêmio Orgulho Paranaense e Talento Olímpico do Paraná (TOP).

Também compondo a intencionalidade desse trabalho está o município de Curitiba, que possui a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) como instituição responsável pelo desenvolvimento das ações esportivas do município. Destaca-se que essa secretaria também passou por mudanças no que se refere à sua nomenclatura. No ano de 2003 - quando se iniciou essa pesquisa - a secretaria atuava sob a denominação de Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL); entretanto, no ano de 2011 começou a atuar como responsável pelas ações destinadas à juventude, e sua denominação passou a ser SMELJ. Dentre as ações, programas e projetos que promovem o esporte de rendimento, de acordo com os documentos pesquisados, destacam-se: Calendário Esportivo, Corridas (Corrida de Revezamento das Nascentes do Iguaçu, Corrida de Revezamento entre os Parques, Campeonato Infantil de Corridas, Maratona de Curitiba, Corridas de Rua e Ciclismo),

Jogos Femininos (Voleibol Adulto/Master, Basquete Adulto, Futsal Adulto, Handebol Adulto), Jogos Municipais, Jogos escolares de Curitiba e Jogos Municipais de Curitiba (CURITIBA, 2013a).

A escolha do tema aqui proposto surge de uma perspectiva pessoal de análise e preocupação com o esporte no país, principalmente no que tange às políticas públicas desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal e que auxiliam na legitimidade esportiva brasileira.

Academicamente, são poucos os trabalhos que objetivam - a partir de uma análise teórica dos principais conceitos e enraizamentos do que venha a ser considerado como esporte de rendimento - conhecer a estrutura prática de execução desses conceitos e analisar com criticidade a articulação entre os entes federativos que promovem as políticas públicas sob ponto de vista teórico-prático. A pesquisadora Leticia Godoy, em sua tese de doutorado, apresentou o escasso número de publicações sobre o Sistema Nacional de Esporte no âmbito acadêmico, o que remete ao âmago de preocupações e, conseqüentemente, falta de contribuições sobre o Sistema Nacional de Esporte. Na tabela abaixo a autora mostra as publicações entre os anos de 1979 e 2012 em quatro fontes por ela determinadas como importantes e conceituadas: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Movimento e Portal de Periódicos da Capes.

TABELA 1 - QUANTIDADE DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE NO BRASIL

Periódicos (Fontes)	Período	Artigos Selecionados por Termo (presente no título ou no resumo)
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	2004-2012	Políticas Públicas de Esporte = 03 Sistema Nacional de Esporte = 01
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	1979-2012	Políticas Públicas de Esporte = 15 Sistema Nacional de Esporte = 00
Revista Movimento	1994-2012	Políticas Públicas de Esporte = 07 Sistema Nacional de Esporte = 00
Portal de Periódicos da Capes	2004-2012	Políticas Públicas de Esporte = 05 Sistema Nacional de Esporte = 00
TOTAL		Políticas Públicas de Esporte = 30 Sistema Nacional de Esporte = 01

FONTE: Godoy (2013).

De acordo com o exposto pela autora, existe apenas um estudo sobre o Sistema Nacional de Esporte, o que acaba por incentivar a persistência acerca do tema exposto na presente tese.

Socialmente, esse trabalho justifica-se a partir do momento em que se veem imbricadas questões pertinentes ao desenvolvimento do esporte no Brasil, aqui necessariamente com uma metodologia definida e designada a trabalhar com a dimensão do esporte de rendimento, não mais nem menos importante que as demais, porém justificada devido à delimitação necessária a todo trabalho acadêmico⁷.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho se define como uma pesquisa de natureza qualitativa a qual procura abordar a complexidade do assunto estabelecendo como pontos de análise aspectos que permitem constituir um esboço acerca dos fenômenos que perpassam as políticas públicas voltadas a promoção e ao desenvolvimento do esporte de rendimento no Brasil.

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 269).

A escolha pela metodologia qualitativa baseia-se no fato da necessidade de interpretar dados obtidos através de uma pesquisa que se vale de aspectos que não buscam somente números, mas sim através da qual seja realizada análise minuciosa das fontes coletadas através dos instrumentos designados para tal.

O fato de objetivar delimitar/interpretar as ações existentes nos entes federativos que promovem o esporte de rendimento no país sugere a análise da estrutura esportiva brasileira voltada ao desenvolvimento da dimensão em questão,

⁷ Destaca-se o fato de que esse trabalho é analisado à luz das políticas públicas para o desenvolvimento do esporte de rendimento no Brasil e nos governos subnacionais destacados acima (conforme da designação das instituições já identificadas) não estando, portanto, inseridos enquanto objeto de análise o Comitê Olímpico Brasileiro, confederações, federações e demais entidades de administração esportiva assim como Comitê Paraolímpico Brasileiro de demais instituições que organizam o paradesporto no Brasil, no estado e no município estudados.

o que, substancialmente permite aferir indicadores de funcionamento das organizações relacionadas ao tema proposto.

A ideia de estabelecer um caráter interpretativo de alguma situação e/ou estrutura parece pertinente à pesquisa qualitativa tendo em vista que os dados coletados necessitam de uma interpretação ajustada à precisão dos objetivos propostos.

De acordo com Borgan (citado por TRIVIÑOS, 1987) a pesquisa qualitativa possui algumas características que a consolidam enquanto tal, dentre as quais, destacam-se o caráter descritivo, ou seja, não basta somente explicitar alguns fatos, mas sim descrevê-los e é essa descrição que permite uma análise mais profunda do objeto selecionado. Outra característica é a análise intuitiva dos dados que se apresenta ora positiva ora negativamente. Trabalhar com a intuição do pesquisador é algo que deve ser dosado mediante bom senso enquanto ator responsável pela produção do conhecimento; ou seja, a interpretação equivocada promovida pelo não distanciamento entre pesquisador/objeto coloca em risco a fidedignidade da pesquisa.

Para entender o funcionamento da estrutura dos entes federativos que promovem ações, programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no Brasil, no estado do Paraná e no município de Curitiba foi escolhida como um dos instrumentos de coleta de dados a entrevista por acreditar ser esse um instrumento capaz de auxiliar no entendimento acerca das ações promovidas pelas secretarias de esporte federal, do estado do Paraná e do município de Curitiba para o esporte de rendimento em suas respectivas esferas, tendo em vista principalmente o fato de que muitas vezes nos documentos não estão descritas as intencionalidades de algumas ações fato esse que nas entrevistas é possível averiguar.

De acordo com Lakatos e Marconi (2007) a entrevista tem como objetivo a obtenção de informações importantes, bem como, a compreensão das perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas. Porém, é essa experiência citada pelas autoras, o principal alvo de investigação em relação aos entrevistados tendo em vista que ocuparam ou ocupam o cargo de diretores de esporte de rendimento nas instituições que, em diferentes níveis de atuação governamental, promovem ações em prol da dimensão esportiva rendimento.

Com relação ao tipo de entrevista utilizada nessa pesquisa, optou-se pela semiestruturada que se constitui enquanto aquela em que “o entrevistador tem

liberdade para desenvolver cada situação em qualquer situação que considere adequada” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 279). Com vistas a desenvolver essa entrevista de maneira semiestruturada foi necessária a construção de um roteiro de serviu para guiar entrevistadora e entrevistados. De acordo com Alberti (2005, p. 177, grifos do autor):

A função do roteiro é auxiliar o entrevistador, no momento da entrevista, a localizar, no tempo, e a situar, com relação ao tema investigado, os assuntos tratados pelo entrevistado. Por essa razão, é bom **organizar os dados de forma tópica, para facilitar sua visualização no momento da gravação**. O roteiro não é um questionário, e sim uma orientação aberta e flexível.

Ao delimitar os entrevistados deparou-se com a dificuldade em definir quantos indivíduos seriam necessários para auxiliar na análise do objeto em questão e nas respostas às perguntas que naturalmente surgem inerentes a toda pesquisa. Sobre isso Aberti (2005, p. 174) revela que:

No momento de elaboração de um projeto, é difícil definir exatamente quantos entrevistados serão necessários para garantir o valor dos resultados da pesquisa. E somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo. Esse processo ocorre em qualquer pesquisa: é o pesquisador, conhecendo de modo progressivo seu objeto de estudo, que pode avaliar quando o resultado de seu trabalho com as fontes já fornece instrumental suficiente para que possa construir uma interpretação bem fundamentada.

Conforme citado anteriormente, com o interesse de compreender a estrutura designada para elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao esporte de rendimento na esfera da União, acreditou-se ser pertinente a realização de uma entrevista com o diretor geral de esporte da SNEAR do Ministério do Esporte⁸, assim como para entender e analisar as ações, os programas e os projetos que promovem o esporte de rendimento no estado do Paraná e no município de

⁸ Ricardo Avellar atua em órgãos do governo federal desde 1992. Especificamente na área esportiva, está na SNEAR desde 2003 onde assumiu as seguintes funções: Diretor (2003 a 2007); Coordenador Geral (2007 a 2012); Diretor (2012 a 2015).

Curitiba, foram realizadas entrevistas com o Diretor de Esportes do Estado⁹ e com o Diretor de Esportes do município¹⁰.

A justificativa para a escolha dos diretores de esporte de cada ente federativo em detrimento dos secretários das referidas secretarias deveu-se ao fato daqueles estarem diretamente ligados às ações públicas para promoção e desenvolvimento do esporte de rendimento em cada instancia analisada e, portanto, capazes de fornecer informações que culminassem no entendimento da política pública esportiva em cada nível de governo. Os entrevistados, por conseguinte, foram escolhidos sob base qualitativa e não estatística, o que conserva a legitimidade da pesquisa em escolher poucas pessoas, porém significativas para o entendimento da política pública esportiva nas esferas governamentais integrantes desta pesquisa.

Ao trabalhar com entrevistas, porém, é necessário entender que “nomes antes não considerados podem surgir, ou ainda determinada entrevista pode ficar aquém das expectativas, sendo necessária nova seleção” (ALBERTI, 2005, p. 172). Logo, muito embora no princípio tenha sido optada pela ausência de entrevistas com os secretários tendo em vista o fato de que se presumiu um discurso mais voltado a questões político-partidárias do que efetivamente das ações públicas relacionadas ao esporte em sua referida secretaria¹¹, abriu-se uma exceção à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude por conta da atuação do secretário em prol da construção e implementação do sistema municipal de esporte. Logo, a secretaria municipal de Curitiba teve dois representantes entrevistados: o secretário geral e o diretor de esportes.

⁹ José Alberto de Campos atua na área da gestão esportiva desde 1982. Exerceu a função de técnico esportivo até 1992. Atuou como coordenador do programa Polos Esportivos e dos Jogos Escolares do Paraná; de 2011 a 2012 foi Supervisor dos Jogos Oficiais do Paraná; 2012 e 2014 foi gestor da área do esporte; e 2015 até o presente momento coordenador/diretor de esporte.

¹⁰ Newton Zanon iniciou seu trabalho na área esportiva como professor em 1987, e posteriormente assumiu as funções de coordenador da regional Boa Vista, coordenador geral do CATES, gerente da regional Cajuru, gerente da regional Portão e a partir de 2013 assumiu a diretoria de esportes da SMELJ.

¹¹ Com relação à questão político-partidária optou-se pela ausência de um discurso pautado em aspectos estritamente partidários. É inegável a preponderância de ações relativas ao esporte a partir de 2003, com a criação do Ministério do Esporte, porém, não se farão referências e análises baseando-se em realizações e/ou ausências de ações de partidos políticos específicos.

As perguntas que compõem o esboço da entrevista semiestruturada, que se encontram nos apêndices (A, B e C) deste trabalho, foram específicas para cada indivíduo entrevistado; porém, conforme explicitado no quarto objetivo específico, procurou-se entender as ações existentes entre as políticas públicas promovidas pelos diferentes extratos governamentais, sendo assim, foram necessárias algumas perguntas semelhantes a fim de analisar a existência ou não de articulação entre os entes federativos.

Sabe-se que a utilização da entrevista enquanto instrumento de coleta de dados em uma pesquisa acadêmica não é uma tarefa simples haja vista a necessidade de cumprimento de um determinado “ritual” para que ela possa manter-se utilizável e seja posteriormente publicada. De acordo com Alberti (2005, p. 165) é necessário “preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo”.

Com vistas a cumprir esse “ritual” as entrevistas foram preparadas baseadas em documentos oficiais e, após escolhidos os entrevistados, foi feito um contato via telefone com o entrevistado representante do governo federal explicando o teor da pesquisa e agendando a data da mesma; com o governo estadual foi feito o contato pessoalmente através da ida da pesquisadora à secretaria na tentativa de buscar documentos que auxiliassem na construção do referencial teórico acerca da estrutura organizacional da secretaria bem como dos programas, projetos e ações relacionados ao esporte de rendimento no estado do Paraná. Após ida a campo e análise dos documentos cedidos pela instituição foi agendada a entrevista com o diretor de esporte da SEET.

De maneira similar foi o contato com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, ou seja, através de uma visita à secretaria no intento de colher documentos para dar prosseguimento à construção do referencial teórico da referida secretaria; contudo nesse primeiro momento não foi possível conseguir materiais que embasassem o trabalho sob ponto de vista teórico tendo em vista principalmente o aspecto burocrático da secretaria que exigia primeiramente a aprovação do projeto via comitê de ética da própria secretaria para posterior entrega dos documentos, sendo assim, nesse primeiro momento informações foram buscadas no site da instituição e nos relatórios do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) que estão disponíveis ao público no site da instituição. Essa ida a campo porém possibilitou conhecer os indivíduos que atuavam com o

esporte de rendimento no município bem como foi sugerida a entrevista com o secretário municipal tendo em vista a atuação e preocupação do secretário com a construção e o desenvolvimento do sistema municipal de esporte, o que foi prontamente colocado em pauta na tese tendo em vista a possibilidade de uma maior coleta de informações acerca das ações do município em consonância ou não com o governo federal cuja discussão do sistema nacional já estava em pauta.

Durante todo o processo de contato, via telefone ou pessoalmente, encontraram-se as três esferas governamentais prontamente dispostas a colaborar com a pesquisa haja vista a necessária discussão acerca da articulação entre os entes federativos bem como a atual atenção destinada ao desenvolvimento do sistema nacional do esporte, em âmbito federal.

Ao faltar uma semana para a concretização de cada uma das quatro entrevistas foi enviado, via e-mail, um roteiro com as perguntas que seriam realizadas aos respectivos entrevistados deixando claro, no entanto, que por se tratar de uma entrevista semiestruturada esse roteiro estava aberto a outros possíveis questionamentos que surgissem no decorrer do processo de realização da mesma.

Antes da realização da gravação da entrevista foi solicitado ao entrevistado que preenchesse duas cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE) que continha informações sobre a pesquisa bem como os procedimentos a serem adotados posteriormente à transcrição da mesma como a devolução aos entrevistados com vistas a análise de respostas e também as possíveis alterações com relação à entrevista cedida, o que não aconteceu por parte de nenhum dos entrevistados, ou seja, as entrevistas foram utilizadas da maneira tal qual foram realizadas. Uma das cópias do TLCE foi deixada assinada com cada um dos entrevistados e a outra (um modelo geral) utilizada para todas as entrevistas realizadas encontra-se no apêndice desta pesquisa.

Logo, a opção pela entrevista auxilia no entendimento de determinados assuntos relativos à condução das políticas públicas nos entes federativos estudados tendo em vista que os “narradores” são indivíduos que vivenciam o esporte em suas respectivas funções.

O que o entrevistado fala também depende da circunstância da entrevista e do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor. Quando é solicitado a falar sobre o passado diante de um gravador ou uma

câmera, cria-se uma situação artificial, pois a narrativa oral, ao contrário do texto escrito, não costuma ser feita para registro. É claro que o entrevistado acostumado a falar em público e a conceder entrevistas para o rádio ou a televisão terá um desempenho diferente daquele que não tem essa experiência. Para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora. Além disso, como a linguagem oral é diferente da escrita, leitores desavisados podem estranhar texto da entrevista transcrito, geralmente menos formal do que um texto já produzido na forma escrita. Todos esses fatores devem ser levados em conta quando da produção e da análise da fonte oral (ALBERTI, 2005, p. 171).

Importante indicar que a descrição acima não se trata apenas da revelação do passado, mas também do presente que se altera de acordo com as mais variadas formas de expressão dos entrevistados, alguns dos quais possuem “em sua história” uma vivência maior com entrevistas e discursos em público- diferentemente de outros que permanecem a maior parte do tempo em seus gabinetes formulando a ação ou até mesmo executando-a. Tais circunstâncias reincidentem a necessidade de adequação da linguagem oral para a linguagem escrita a partir da qual se extraem vícios de linguagem e palavras repetidas o que possibilitam a maior fluidez ao texto, o que os autores denominam de copidesque, que objetiva:

ajustá-la à atividade de leitura: corrigir erros de português (concordância, regência verbal, ortografia, acentuação), ajustar o texto às normas estabelecidas pelo projeto (maiúsculas e minúsculas, numerais, sinais como aspas, asteriscos etc.) e adequar a linguagem escrita ao discurso oral (esforço no qual a pontuação desempenha papel fundamental) (ALBERTI, 2005, p. 181).

Com o propósito de autenticar a fidedignidade da transcrição das entrevistas foi realizada a “conferência de fidelidade” que consiste em “ouvir novamente toda a entrevista e conferir se o que foi transcrito corresponde efetivamente ao que foi gravado, corrigindo erros, omissões e acréscimos indevidos feitos pelo transcritor” (ALBERTI, 2005, p. 180).

As quatro entrevistas, quando somadas, tiveram uma duração de aproximadamente 2 horas e 45 minutos e foram transcritas *ipsis literis* contudo, assumiu-se a necessidade de enquadrá-la à linguagem escrita foram realizados ajustes textuais que não influenciaram de forma alguma no teor e conteúdo da resposta do entrevistado. Acerca disso, José Meihy (1994, p. 1) destaca que “a consciência de que a palavra oral estabelece a de um código – o da fala-, que ao se

transformar em documento fatalmente exige a passagem para outro estado- a escrita- não é muitas vezes assumida”.

Com relação aos documentos citados anteriormente e escolhidos para fins de análise e construção do aporte teórico bem como contraposição com as entrevistas aqui descritas, vale a pena reforçar que existe a necessidade de:

Identificar as diferentes amostras de informação a serem analisadas. Para isto recomenda-se uma leitura de todos os materiais e tomar uma primeira decisão sobre quais deles efetivamente estão de acordo com os objetivos da pesquisa. Os documentos assim incluídos na amostra devem ser representativos e pertinentes aos objetivos da análise. Devem também cobrir o campo a ser investigado de modo abrangente (MORAES, 1999, p. 6).

Logo, no decorrer da pesquisa foram utilizados diversos documentos (planejamento, regulamentos, leis, decretos, resoluções e relatórios) que indicaram a realização de ações voltadas à promoção do esporte de rendimento nas esferas antes citadas no período compreendido entre os anos de 2003 a 2016, sendo escolhido o ano de 2003 por ser o ano de criação do Ministério do Esporte e 2016 por ser o ano de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil o que pode representar uma grande iniciativa de ações voltadas ao esporte de rendimento nesse período de atuação e análise. Os documentos escolhidos necessitaram:

ser preparados e transformados para constituírem as informações a serem submetidas à análise de conteúdo. Os dados não são inteiramente dados, mas necessitam ser preparados adequadamente para tal. Nisto assumem uma função central os objetivos da pesquisa (MORAES, 1999, p. 7).

Com a intenção de uma maior descrição bem como melhor utilização dos documentos selecionados, eles foram divididos em três segmentos: (1) documentos que demonstram a estrutura e organização do esporte de rendimento no Brasil; (2) documentos que relatam as ações destinadas a promoção e desenvolvimento do esporte de rendimento nas três esferas de governo; e (3) documentos que auxiliam na compreensão do Sistema Nacional de Esporte. Contudo, verificou-se que alguns desses documentos encontram-se nas legislações dos três entes federativos através de leis, decretos, portarias e resoluções portanto denominados “aparatos jurídicos” bem como outros documentos específicos das secretarias pesquisadas encontrados sob a forma de relatórios sendo nesta tese designados como “aparatos institucionais”.

Com relação aos aparatos jurídicos encontrou-se no segmento 1 (Estrutura e Organização para o esporte de rendimento) os seguintes documentos: Decreto-Lei 3199/41 que estabelece a base de organização do esporte no país (BRASIL, 1941); Decreto-Lei 6.251/75 que institui normas gerais sobre o esporte (BRASIL, 1975); Lei 6.354/76 (Lei do Passe) (BRASIL, 1976); Decreto 80.228/77 que regulamenta a Lei 6.251/75 (BRASIL, 1977); Constituição Federal 1988 que estabelece o esporte como direito social (BRASIL, 1988); Lei 8.672/93 (Lei Zico) (BRASIL, 1993); Lei 9.615/98 (Lei Pelé) (BRASIL, 1998); Portaria 127/01 que cria a Comissão Nacional de Atletas (CNA) (BRASIL, 2001a); Lei 10.671/03 (EDT) (BRASIL, 2003); Lei 11.345/06 (Timemania) (BRASIL, 2006b) e Decreto 7.984/13 que regulamenta a Lei 9.615/98 (BRASIL, 2013a).

O segmento 2 (Ações para o esporte de rendimento) envolve todos os documentos que envolvem a implementação de ações para a dimensão esportiva estudada, são eles: Política Nacional do Esporte (PNE) de 1999 e 2005 (BRASIL, 1999; 2005); I Conferência Nacional do Esporte (CNE) 2004 (BRASIL, 2004); II CNE (2006) (BRASIL, 2006a); III CNE (2010) (BRASIL, 2010a); Resolução 10/06 (Política Setorial para esporte de rendimento); Lei 12.395/11 que institui o Bolsa Atleta; Lei 12.396/11 (federal) (BRASIL, 2011d), Lei 5.949/11 (estadual) (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2011) e Lei 5.260/11 (municipal) (RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO), 2011) que regem sobre a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o esporte de rendimento realizado em 2011 (BRASIL, 2011a)¹²; Portaria 54/14 que regulariza as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2014); os relatórios do IMAP de 2003 a 2015 que referem-se aos programas, projetos e ações desenvolvidos no município de Curitiba com relação ao esporte de rendimento; e os

¹²O relatório de auditoria operacional Esporte de Alto Rendimento realizado pelo TCU em 2011 também foi incluído nesta pesquisa por se tratar de um documento que procurou analisar os pontos passíveis de intervenção para que o Brasil desenvolva o esporte de alto rendimento de maneira mais completa e satisfatória. Esse relatório contém informações acerca dos diversos aspectos presentes no esporte de rendimento e que ainda não estão bem desenvolvidos no Brasil tais como: sistema de detecção de talentos, plano pós-carreira dos atletas, quantidade e disponibilidade dos centros de treinamento e nacional para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. Contudo, é importante levar em consideração o caráter investigativo desse relatório tendo em vista que ele não faz nenhuma análise comparativa criteriosa e respaldada em critérios científico-metodológicos para fornecer subsídios que efetivamente engrandecem a implementação de políticas públicas para o esporte de rendimento. Logo, justifica-se a utilização de alguns dados do relatório por se tratar da dimensão esportiva aqui estudada.

relatórios da Lei de Incentivo ao esporte disponibilizados pela SMELJ e conferidos nos Diários Oficiais do município de Curitiba entre os anos de 2003 a 2015 (CURITIBA, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014a; 2015).

O segmento 3 (Sistema Nacional do Esporte) engloba todos os documentos que fazem menção ao referido e sistema e estabelecem diretrizes para sua implementação, tais como: Decreto-Lei 3.199/41 que estabelece a base de organização do esporte no país (BRASIL, 1941); Decreto-Lei 6.251/75 que institui normas gerais sobre o esporte (BRASIL, 1975); Lei 8.672/93 (Lei Zico) (BRASIL, 1993); Lei 9.615/98 (Lei Pelé) (BRASIL, 1998); Projeto de Lei 4.874/01 que estabelece a criação do Estatuto do Esporte (BRASIL, 2001b); o I Fórum do SNE realizado em 2005 (BRASIL 2005b); Decreto 7.984/13 que regulamenta a Lei 9615/98 (BRASIL, 2013a); e a Portaria 105/15 cujo objetivo é criar o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do esporte (BRASIL, 2015k).

O quadro abaixo exemplifica os documentos utilizados em cada um dos três segmentos eleitos para fins de organização do material selecionado nos quesitos aparato jurídico e institucional:

QUADRO 1 – ESTRUTURA METODOLÓGICA DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

	Estrutura /Organização do Esporte de Rendimento	Ações destinadas ao Esporte de Rendimento	Sistema Nacional de Esporte
Aparatos Jurídicos	Decreto-Lei 3199/41	PNE/99	Decreto-Lei 3199/41
	Decreto-Lei 6251/75	I CNE /04	Decreto-Lei 6251/75
	Lei 6354/76	PNE/05	Lei 8672/93
	Decreto 80228/77	II CNE/06	Lei 9615/98
	Constituição Federal 1988	Resolução 10/06	Projeto de Lei 4874/01
	Lei 8672/93	III CNE/10	Fórum do SNE/05
	Lei 9615/98	Lei 12395/11	Decreto Lei 7984/13
	Portaria 127/01	Lei 12396/11	Portaria 105/15
	Lei 10671/03	Lei 5949/11	
	Lei 11.345/06	Lei 5260/11	
	Decreto 7984/13	Relatório TCU/11	
		Portaria 54/14	
Aparatos Institucionais	Planejamento Estratégico SNEAR	Planejamento Estratégico SNEAR	
	Revista Paraná Faz Esporte	Revista Paraná Faz Esporte	
	Relatórios IMAP	Relatórios IMAP	
		Relatórios Lei de Incentivo ao Esporte Municipal	
		Relatórios Talento Olímpico do Paraná	
		Diários Oficiais Curitiba/PR	

FONTE: a autora (2016)

Com relação aos aparatos institucionais encontrou-se no segmento 1 (Estrutura e Organização para o esporte de rendimento) os seguintes documentos: Planejamento Estratégico da SNEAR; Revista Paraná Faz Esporte e os Relatórios emitidos pelo IMAP. No Segmento 2 (Ações destinadas a promoção e desenvolvimento do esporte de rendimento) foram analisados os documentos a seguir: Planejamento estratégico da SNEAR; Revista Paraná Faz Esporte; Relatórios emitidos pelo IMAP; Relatórios da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) do município de Curitiba e os Relatórios do programa estadual TOP.

No que diz respeito à União foi analisado o planejamento estratégico da SNEAR disponibilizado por um dos diretores da secretaria e também entrevistado nessa pesquisa cujo principal objetivo foi verificar a estrutura organizacional da

secretaria bem como suas prioridades no período que concerne essa pesquisa. Com relação aos programas, projetos e ações da SNEAR foi consultado o site da instituição levando em consideração os programas que entraram e saíram do escopo de atuação da secretaria.

A revista Paraná Faz Esporte foi utilizada para compreender a estrutura organizacional da Secretaria do Estado de Esporte e Turismo do Paraná bem como os projetos e programas promovidos pela secretaria no que se refere ao esporte de rendimento. Além disso, foi consultado o material disponibilizado pela referida secretaria através de histórico e relatório do programa TOP.

Em relação à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude foram utilizados os relatórios emitidos pelo IMAP que possibilitaram conhecer, sob a forma de um “relatório de gestão”, as ações desenvolvidas pela referida secretaria. Além disso, especificamente sobre a Lei municipal de Incentivo ao Esporte foram consultados os relatórios disponibilizados pelo Departamento de Incentivo ao Esporte e Promoção Social da SMELJ que continham as informações necessárias para análise referente ao esporte de rendimento promovido no município de Curitiba e confrontados com os Diários Oficiais do município, cuja intencionalidade foi verificar- e posteriormente classificar- os projetos aprovados em modalidades olímpicas, não olímpicas e paralímpicas.

Ainda no tocante à Lei de Incentivo ao Esporte do município de Curitiba destacam-se os critérios de busca e seleção dos dados que priorizaram o esporte de rendimento cujos projetos foram propostos e aprovados para pessoas físicas. Portanto, não foram considerados os projetos de pessoa jurídica haja vista a dificuldade de delimitação de dimensão esportiva, a medida que os projetos, na maioria dos DIOE's, estavam classificados nos seguintes blocos: pessoa física: “educação”; “paraatletas”; “atletas/rendimento”; pessoa jurídica: “desporto”; “paradesporto”; “educação”. Logo, a fim de compor o escopo de análise deste trabalho optou-se pela escolha da categoria pessoa física para projetos aprovados na dimensão rendimento de atletas e paraatletas. A catalogação dos dados ocorreu através de planilhas do programa “excel” que contabilizaram 6061 projetos aprovados entre os anos de 2003 a 2015 especificamente na dimensão esportiva estudada.

Após recebimento dos documentos via departamento de incentivo ao esporte e promoção social verificou-se a falta de algumas páginas com relação ao período

compreendido entre os anos de 2003 e 2005 o que gerou a necessidade de conferir com os Diários Oficiais disponibilizados na Biblioteca Pública do Paraná à medida que os documentos correspondentes a esse período não se encontram disponíveis na internet. Metodologicamente o processo pareceu demasiadamente intenso tendo em vista que não existiu um “padrão” de publicação dos projetos aprovados até o ano de 2006; em 2003, por exemplo, os projetos de pessoas físicas e jurídicas apareciam na mesma listagem, sendo necessário a seleção manual daqueles que seriam utilizados para pesquisa. Além disso, os projetos aprovados via LIE do município até o ano de 2014 eram publicados em duas edições do DIOE tendo em vista a existência de dois períodos para protocolo e posterior análise e aprovação dos projetos, situação essa inexistente nos anos de 2014 e 2015 quando a publicação passou a ser anual.

Todos os documentos oficiais do governo brasileiro, do estado do Paraná e do município de Curitiba foram concedidos pelas respectivas instituições e seus representantes ou retirados dos *sites* das instituições pesquisadas. A interpretação dos dados encontrados nos documentos foi feita com base na Análise de Conteúdo que, de acordo com Bardin (2009) apresenta-se enquanto método; torna-se, portanto, um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, além disso ela ajuda a “reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p. 2).

De acordo com Moraes (1999, p. 1):

Na sua evolução, a análise de conteúdo tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade. Entretanto, ao longo do tempo, têm sido cada vez mais valorizadas as abordagens qualitativas, utilizando especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar.

Analisar documentos é analisar fatos comprovados, porém, inserta na escrita também há uma indução seja para quaisquer fins que o documento tenha sido proposto, logo, cabe ao pesquisador entender porque e com qual finalidade aquele documento foi redigido naquela época. Ao trabalhar com documentos o pesquisador também utilizará em diversos momentos sua intuição enquanto estratégia de análise

e compreensão dos fatos pois, ele precisa ser perspicaz para interpretar dados expostos e intenções ocultas.

A análise de conteúdo apresenta-se enquanto método de investigação que visa compreender dados científicos, além disso é:

uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação (MORAES, 1999, p. 3).

Toda forma de comunicação permite aumentar o campo e a maneira investigativa de analisar alguns fatos. As fontes bibliográficas antes existentes apenas nas grandes bibliotecas hoje são acessíveis ao mundo todo por meio da internet. Instituições que há tempos anunciavam suas mudanças e inovações via jornal, hoje possuem ferramentas de exposição virtual que também adentram no universo investigativo que compõem o rol de análise do pesquisador. Sendo assim:

Ao longo desta evolução, cada vez mais, a compreensão do contexto evidencia-se como indispensável para entender o texto. A mensagem da comunicação é simbólica. Para entender os significados de um texto, portanto, é preciso levar o contexto em consideração. É preciso considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem (MORAES, 1999, p. 4).

O mesmo autor relata que “o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador” (MORAES, 1999, p. 3), ou seja, torna-se inviável analisar um fato deslocado do contexto e, nesse caso é preciso analisar vários contextos, de acordo com o qual se inserem as políticas públicas de esporte de rendimento nos diferentes entes federados. Além disso, se vir à tona ações relativas às mudanças legislativas que aconteceram, como foi o caso da Lei Pelé reformulada no ano de 2013, há a necessidade de compreender o contexto dessa mudança partindo do pressuposto que isso influenciou o esporte de rendimento, aqui eleito como objeto de estudo.

O contexto dentro do qual se analisam os dados deve ser explicitado em qualquer análise de conteúdo. Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador. Isto estabelece certos limites. Não é possível incluir, nessa reconstrução, todas as condições que coexistem, precedem ou sucedem a mensagem, no tempo e no espaço. Não existem limites lógicos para delimitar o contexto da análise. Isto vai

depende do pesquisador, da disciplina e dos objetivos propostos para a investigação, além da natureza dos materiais sob análise (MORAES, 1999, p. 4).

Ao utilizar a análise de conteúdo, uma outra questão importante é que a clara explicitação de objetivos ajuda a delimitar os dados efetivamente significativos para uma determinada pesquisa. De acordo com Moraes (1999, p. 5, grifos do autor) existem várias maneiras de categorizar objetivos de pesquisa entretanto:

historicamente estes têm sido definidos em seis categorias, levando em consideração os aspectos intrínsecos da matéria prima desta análise, do contexto a que as pesquisas se referem e das inferências pretendidas. Esta classificação se baseia numa definição original de Laswell, em que este caracteriza a comunicação a partir de seis questões: **1) Quem fala? 2) Para dizer o quê? 3) A quem? 4) De que modo? 5) Com que finalidade? 6) Com que resultados?** Utilizando esta definição podemos categorizar os objetivos da análise de conteúdo de acordo com a orientação que toma em relação a estas seis questões.

A fim de caracterizar os objetivos da pesquisa e até mesmo verificar para qual objetivo a análise de conteúdo será utilizada, essas perguntas que Laswell (citado por MORAES, 1999, p. 5) permite delinear o rumo da mesma a partir do momento que precisaram ser definidas quais dessas perguntas caracterizam-se como essenciais a serem respondidas com o estudo proposto. Prioritariamente condizente com essa pesquisa, precisa-se responder às questões: **“para dizer o quê” e “com que resultados”** e a escolha é justificada, a partir da definição que o autor propõe para cada uma delas:

Quando uma pesquisa utilizando análise de conteúdo se dirige à questão **para dizer o quê?** O estudo se direciona para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e idéias nela expressos. É o que constitui uma análise temática.

Ao focalizar o **“com que resultados?”** O pesquisador procura identificar e descrever os resultados efetivos de uma comunicação. Os objetivos não coincidem necessariamente com os resultados efetivamente atingidos e, assim, a pesquisa pode também explorar a questão da congruência entre fins e resultados (MORAES, 1999, p. 5, grifos do autor).

Sendo assim a definição **para dizer o quê** ajustou-se ao objetivo proposto partindo do pressuposto que os gestores propõem políticas públicas bem como definem prioridades acerca das mesmas é conveniente entender que significado

está embutido nesses gestores quando da análise das políticas públicas de esporte rendimento em sua esfera de atuação e também inserindo-a no contexto brasileiro.

Ao estabelecer enquanto foco de análise a resposta para **“com que resultados”** justificou-se na tentativa de compreender a ação final política, ou seja, a própria política pública que, nesse caso, será analisada à luz de fontes documentais a ela referentes bem como visão individual e política dos gestores que dela fazem parte propondo nesse sentido buscar semelhanças ou divergências que auxiliem no entendimento da existência ou não de articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no país e de que maneira isso influencia (ou é influenciada) com relação à consolidação de um Sistema Nacional de Esporte.

Além disso, é preciso compreender:

que a análise do material se processa de forma cíclica e circular, e não de forma seqüencial e linear. Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão (MORAES, 1999, p. 9).

Fica clara, a partir dessa perspectiva a possibilidade de analisar o mesmo material várias vezes no decorrer da pesquisa, principalmente partindo da utilização de entrevistas enquanto instrumento de coleta de dados. Dados obtidos nas entrevistas permitem, e porque não dizer obrigam, o pesquisador a voltar no material coletado, retomar a análise de conteúdo feita do material selecionado para reaver alguns fatores que passam agora a ter uma interpretação diferente daquela previamente feita. Esse feito contribui para que a pesquisa se torne mais dinâmica, cíclica e abrangente nas múltiplas possibilidades de análise, nesse caso, das políticas públicas de esporte de rendimento nas três esferas governamentais.

Sendo assim, além do processo introdutório, esse trabalho está estruturado mais quatro capítulos. O capítulo 2 traz considerações sobre Estado e Política Públicas; bem como uma interpretação acerca da análise das políticas públicas sob prisma de alguns autores da área (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

O capítulo 3 possibilita uma discussão quanto à delimitação do que venha a ser esporte de rendimento e também de que maneira, via legislação brasileira, esse conceito aparece enquanto integrante do sistema nacional esportivo brasileiro.

O capítulo 4 apresenta-se como espaço para esboço detalhado das políticas públicas voltadas ao esporte de rendimento em cada uma das esferas analisadas. Subcapítulos se dividem nas esferas federal, estadual e municipal com vistas a identificar e compreender de que maneira se estruturam as referidas secretarias, bem como as ações públicas destinadas ao esporte de rendimento nelas desenvolvidas.

No capítulo 5 faz-se uma discussão sobre os principais aspectos discursados até então e são estabelecidas conexões entre o conteúdo explorado e as entrevistas realizadas. Por fim na Conclusão, são retomados os assuntos esboçados bem como apontadas as possíveis sugestões do ponto de vista teórico/prático que podem balizar ações de gestores públicos que promovem o esporte de rendimento nas esferas federal, estadual e municipal.

2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, CONSIDERAÇÕES E APROXIMAÇÕES

2.1 O ESTADO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Antes de entender o conceito de políticas públicas e o contexto da inserção do esporte nessa lógica faz-se necessário compreender o conceito de Estado bem como inserir o Brasil em uma dessas denominações, o que acabará por auxiliar na compreensão das relações existentes entre Estado, governo e esporte.

O primeiro conceito que se apresenta relata que o Estado é:

uma sociedade de pessoas chamadas **população**, em determinado **território**, sob a autoridade de determinado **governo**, a fim de alcançar determinado objetivo, o bem comum (DE CICCIO; GONZAGA, 2009, p. 46, grifos dos autores).

Na medida em que, no princípio, pensava-se em elementos constitutivos do Estado as palavras povo, território, governo e soberania apareciam como clássicos elementos. Porém, de acordo com Godoy (2013, p. 36) “numa discussão contemporânea dos elementos clássicos constitutivos do Estado aliada às abordagens anteriores, estes mesmos elementos passaram a ser formalizados enquanto: população, território e governo”. Todo Estado constitui-se enquanto tal a partir do momento da sua completa administração por indivíduos e/ou grupos que integram o sistema governamental da nação. A soberania de um Estado está pautada na sua representatividade a nível nacional e internacional, e a legislação desse Estado é algo que contribui para sua soberania. Nesse sentido De Cicco e Gonzaga (2009, p. 46) definem o Estado enquanto:

[...] uma instituição organizada política, social e juridicamente, que ocupa um território definido e, na maioria das vezes, sua lei maior é uma Constituição escrita. É dirigido por um governo soberano reconhecido interna e externamente, sendo responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio da força e da coerção.

Rodrigues (2010) entende que o Estado detém poder e autoridade para fazer valer as políticas pautadas em interesses, necessidades e demandas da sociedade; políticas essas formuladas para toda a população que vive num território delimitado na composição daquele Estado.

Para Pereira (1995, p. 8 citado por QUEIROZ, 2011, p. 27) o Estado é:

uma organização burocrática ou aparelho que se diferencia essencialmente das demais organizações porque é a única que dispõe de poder extroverso – de um poder político que ultrapassa os seus próprios limites organizacionais.

Já de acordo com Queiroz (2011, p. 28):

O Estado é uma estrutura que se “destaca” da sociedade: os cidadãos dão o voto para a formação de uma superestrutura política; o Estado moderno é uma grande máquina política que se estrutura com base na sociedade, com o objetivo de gerenciá-la dentro de uma estrutura legal.

Logo se observa que por mais soberana que seja a conceituação de Estado, para que ela ocorra e ele se caracterize como tal, mais elementos precisam ser constituintes desse processo como no caso a sociedade que possui papel fundamental na aceitação e perpetuação das formas de Estado. Nesse sentido, Dallari (2010, p. 116), revela o Estado enquanto um:

um ente complexo, que pode ser abordado, sob diversos pontos de vista e, além disso, sendo extremamente variável quanto à forma por sua própria natureza, portanto, haverá tantos pontos de partida quantos forem os ângulos de preferência dos observadores.

Cada indivíduo pode estar no papel de observador e eleger enquanto análise quaisquer aspectos que permeiem a atuação desse ente complexo chamado Estado. Essa complexidade pode ser relativa à quantidade de condições necessárias para que esse Estado exista. De acordo com Bobbio (2007, p. 95):

Do ponto de vista de uma definição formal e instrumental, condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada. Sejam quais forem as decisões. Isto não quer dizer que o poder estatal não tenha limites.

Alguns pontos citados por Norberto Bobbio, merecem ser eleitos para análise principalmente o que tange a questão da autonomia dos Estados, que linhas abaixo serão mais claramente discutidas. Contudo, os escritos do autor apontam para a questão da distinção entre Estado e governo, elementos que cunham os estudos

sobre políticas públicas e que devem ser discernidos quanto às suas características. Para Silva e Bassi (2012, p. 16):

O Estado é uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania. Essa organização se estabelece essencialmente pelas características comuns desse povo nesse território, que se organiza para formar uma sociedade e expressa pela orientação conjunta do Estado para manter o poder político soberano. O Estado é permanente neste processo, mas se estrutura a partir de governos, que são transitórios e fazem a gestão da coisa pública, pela qual se estabelece o poder soberano do Estado. Essa relação é fundamental em qualquer sociedade moderna e orienta a relação entre a sociedade, seus governantes e a própria soberania do Estado. A intervenção do governo ocorre pelas políticas públicas. Apenas o governo pode implementá-las porque possui a capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar que medidas com caráter universal, que atenda a todo povo ou de forma generalizada tenha maior poder de alcance.

Podem ser observadas linhas acima as particularidades brasileiras em termos de sua formação de Estado e a constituição de sua forma de governo e sistemas políticos. Ainda sobre essa definição de governo De Ciccio e Gonzaga (2009, p. 49) revelam que:

O Governo consiste no poder do Estado. Este poder é dividido em funções que, conjugadas, constituem um Governo. As funções são representadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os vereadores municipais, deputados estaduais, deputados federais e senadores exercem a função legislativa, investidos em seus mandatos. Prefeitos, governadores e presidente da República, a exemplo de outros, exercem o poder de administrar, garantir a segurança do território, lançar impostos sobre a população, realizar obras que beneficiem tal população em matéria viária, educacional, sanitária ou cultural, ou ainda executam atividades de fiscalização e controle (o chamado poder de polícia) exercitam o poder (e a função) executivo. Por fim, juízes, desembargadores e árbitros, entre outros exercem o poder de julgar, de acordo com as leis vigentes, os conflitos na esfera pública ou privada exercem o poder judiciário.

Trata-se, portanto, de um emaranhado consistente de instituições e indivíduos nelas inseridos que compõem o governo de qualquer Estado. Para Matteucci e Pasquino (1998, p. 555) a concepção do conceito de governo não indica apenas o conjunto de pessoas que detém o poder de governo, mas sim:

[...] o complexo dos órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder. Neste sentido, o Governo constitui um aspecto do Estado. Na verdade, entre as instituições estatais que organizam a política da

sociedade e que, em seu conjunto, constituem o que habitualmente é definido como regime político as que têm a missão de exprimir a orientação política do Estado são os órgãos do Governo.

Logo, os autores colocam em pauta a discussão de que não basta deter o poder, mas sim deve-se colocá-lo em exercício tendo em vista principalmente o caráter transitório de poder haja vista o regime político específico de cada país. Sendo assim, Godoy (2013) apresenta um “resumo” da conceituação de governo. De acordo com a autora o governo:

é formado por um conjunto de indivíduos que orientam os rumos da sociedade e sendo responsável pela gestão da esfera pública tem sua autoridade apoiada num sistema legal que governa um dado território de forma soberana (GODOY, 2013, p. 36).

A forma de condução das atividades relacionadas a qualquer Estado depende da maneira como esse Estado está constituído, das leis que o regem e da forma de governo estabelecido historicamente naquele território. Sobre isso se pode afirmar que as reformas de Estado na América Latina e especificamente no Brasil aconteceram de maneira bastante particular e um pouco mais tardias que aquelas verificadas quando da crise econômica nos países liberais. No caso específico brasileiro a crise de Estado se tornou clara na segunda metade da década de 1980 em que ocorreu um intenso processo de redemocratização. A promulgação da Constituição Federal de 1988 inseriu-se nesse sentido como fator necessário a esse modelo agora constituído e intitulado como Estado democrático de direito. Esse modelo caracterizou-se pela união dos conceitos de “Estado de Direito” e “Estado Democrático” onde o primeiro fundamenta-se no princípio da soberania popular que impõe a participação do povo na coisa pública; o segundo fundamenta-se no princípio de garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana (QUEIROZ, 2011).

O Estado democrático tem como características também “a submissão ao império da lei, a divisão de poderes, a garantia dos direitos individuais e a realização da justiça social” (SILVA, 2005, p. 108). O Brasil, inserido nesse Estado Democrático de Direito permite, portanto que a sociedade esteja presente nas decisões acerca da vida e produção social e isso é o que, de fato, permeia a concepção de democracia cujas expressões “direitos individuais”, “liberdade política” e “igualdade social” adentram nessa gama de conceitos relacionados à democracia. Nesse sentido,

Bobbio (1994) entende a democracia como necessária à efetiva distribuição do poder entre a maior parte dos cidadãos. De acordo com o mesmo autor:

Se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia tornou-se o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade (BOBBIO, 1994, p. 42).

A democracia acima citada é a forma de sistema político adotada no Brasil que possui em seu contexto histórico e político inúmero particularidades, dentre as quais cabe adentrar e destacar a questão federalista que auxilia no entendimento de questões relativas ao conflituoso ordenamento de ações relacionadas, por exemplo, ao esporte de rendimento brasileiro.

Uma das particularidades brasileiras refere-se à forma de Estado federado o qual se caracteriza pela coexistência de vários poderes políticos em um mesmo território. De acordo com Alexandrino e Paulo (2009, p. 17) “no Brasil temos um poder político central (União), poderes políticos regionais (estados) e poderes políticos locais (municípios) além do Distrito Federal que acumula poderes regionais e locais”.

Ainda sob a perspectiva do conceito de federalismo relacionando-o com o Estado brasileiro, de acordo com Dahl (1986 citado por STEPAN, 1999, p. 4) os sistemas políticos serão considerados como federativos se atenderem a dois critérios:

Primeiro, o Estado deve conter subunidades políticas territoriais, cujo eleitorado seja constituído pelos cidadãos dessas unidades; além disso, a Constituição deve garantir a essas unidades soberania na elaboração de leis e de políticas. Segundo, deve haver uma unidade política de âmbito nacional, que contenha um Poder Legislativo eleito por toda a população do Estado, e à qual caiba, por garantia constitucional, a competência soberana para legislar e formular políticas em determinadas matérias.

Cabe destacar também a forma de governo adotada pelo Brasil: republicana a qual se caracteriza pela “efetividade e pela temporalidade dos mandatos do Chefe do Poder Executivo, com o dever de prestação de contas” (ALEXANDRINO; PAULO, 2009, p. 17). Da mesma forma, o sistema de governo brasileiro é o chamado presidencialista no qual ocorre a divisão de poderes e o presidente da república, considerado chefe do Poder Executivo Federal, exerce a administração do Estado

juntamente com seus ministros, restando os Poderes Legislativo e Judiciário que criam e aplicam as leis, respectivamente.

A construção da democracia brasileira trouxe como marco os ideais de autonomia, defesa dos interesses e princípios de justiça social que foram corporificados neste texto constitucional. Tal processo constituinte assinalou a mobilização e participação social, no sentido de responder aos anseios de ver ampliados os direitos relativos à cidadania. As inovações marcadas por este documento constitucional deram início a um primeiro ciclo de descentralização administrativa do país, após aquele centralizador instaurado durante o período autoritário que reiterou o sistema federativo e redefiniu o papel de cada esfera de governo, prevendo responsabilidade compartilhada entre elas – União, Distrito Federal, Estados e Municípios (GODOY, 2013, p. 118).

Os embates acerca da conceituação do termo federalismo decorrem também da produção acadêmica sobre o tema; ora esse termo é entendido como sinônimo de descentralização ora como ordem política e constitucional. Os estudos que abordam as relações intergovernamentais também são bastante recorrentes quanto a essa temática, contudo isso parece comum em países federais e unitários (SOUZA, 2005). De acordo com Elazar (1987) “O sistema federal é uma forma inovadora de lidar-se com a organização político territorial do poder, na qual há um compartilhamento matricial da soberania¹³ e não piramidal, mantendo-se a estrutura nacional”.

Abrucio (2005) revela ainda que os estudos sobre federalismo muitas vezes estão pautados apenas na dicotomia centralização *versus* descentralização¹⁴ bem como no embate travado entre governo central e governos subnacionais; porém, segundo o autor, ao partir somente dessas questões não se consegue compreender o sistema federalista, em especial o Brasil, considerado um dos mais complexos atualmente. De acordo com Burgess (1993) toda federação deriva de uma situação federalista, além disso, para que um país seja adote o sistema federalista há duas condições e uma delas é a existência de heterogeneidades sejam elas de cunho territorial, étnico, lingüístico, sócio-econômico, cultural ou político. Logo, se um país possui uma quantidade significativa de heterogeneidades ou possui apenas um

¹³ De acordo com Elazar (1987) a soberania matricial compartilhada visa garantir a autonomia dos governos e ao mesmo tempo a interdependência entre eles.

¹⁴ Essa dicotomia é um dos grandes problemas dos países federalistas tendo em vista que eles almejam minimizar o problema da centralização ao mesmo tempo que tentam conter as possíveis fragmentações que decorrem do processo de descentralização, tais como a desigualdade social, por exemplo (ABRUCIO, 2005).

desses aspectos, porém, de maneira significativamente preocupante é interessante que ele adote o sistema federalista, caso contrário há grande possibilidade de fragmentação. A outra condição federalista é a existência de um discurso e de uma prática defensores da unidade na diversidade, resguardando a autonomia local, mas procurando formas de manter a integridade territorial em um país marcado por heterogeneidades (ABRUCIO, 2005).

O Brasil atualmente está representado por 26 estados, o Distrito Federal e 5.570 municípios (BRASIL, 2015b) que se distribuem nos 8.515.767,049 Km² ocupados por cerca de 204 milhões de pessoas (IBGE, 2015) e não é dissenso que esses dados refletem um país com desigualdades sociais ainda presentes, embora não seja uma particularidade brasileira, mas sim, uma característica de países em desenvolvimento¹⁵. Logo, é pertinente o consenso de que as heterogeneidades econômicas entre as regiões se constituem em um dos principais problemas do federalismo brasileiro. De acordo com Arretche (2000, p. 247):

O Brasil é historicamente marcado por fortes desigualdades regionais, inclusive em comparação com outros países. A disparidade de condições econômicas é reforçada, ademais, pela existência de um contingente enorme de municípios pequenos, com baixa capacidade de sobreviver apenas com recursos próprios.

A retomada do processo constitucional brasileiro é importante a partir do momento que dele decorrem situações consideradas fundamentais para o entendimento da estrutura atual do sistema federativo contudo, é assertiva a explicação de Ricker (1975 citado por SOUZA, 2005, p. 2) que revela que “a estrutura constitucional não prediz, por si só, o impacto causal das instituições federais ou a dinâmica política interna das federações”, por conseguinte, ainda de acordo com o mesmo autor, para entender o funcionamento dos sistemas federais é necessário analisar as “forças reais do sistema político, os sistemas de partidos nacionais, as práticas políticas e as estruturas do poder econômico”. Porém, a realização desta retomada justifica-se nesse trabalho pelo simples fato de que nele não será analisado o sistema federal brasileiro, mas sim ele será utilizado no auxílio da compreensão das características básicas do federalismo como auxiliares ou não para consolidação de um sistema nacional do esporte.

¹⁵ Para saber mais vide relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) que demonstra a situação de desigualdade em países em desenvolvimento.

Desde a primeira constituição, em 1891, decorreram mais seis constituições cada qual com suas características e limitações que representaram o momento político vivido pelo país e os anseios dos dirigentes quanto à construção de novas formas de entendimento e execução política tendo em vista o regime político instaurado a cada mudança. A constituição de 1988, atualmente vigente, é considerada uma das mais detalhas e regula não apenas princípios, regras e direitos – individuais, coletivos e sociais – mas também um amplo leque de políticas públicas (SOUZA, 2005). Ela tornou-se ainda mais inovadora por ser escrita em um período em que o país se encontrava em plena transição democrática, ou seja, não foi resultado de uma ruptura política bem como a população pode optar pela permanência ou não do federalismo enquanto sistema de governo haja vista que possibilidade de ser colocada em pauta não havia existido nas constituições anteriores (WERNECK VIANNA, 1999; SOUZA, 2005).

A história auxilia, pois, no entendimento da caracterização do federalismo brasileiro que se inseriu e se estabeleceu da maneira como foi em decorrência do processo político anteriormente vivido pela sociedade brasileira na Era Vargas, sobre isso:

Um novo federalismo nascia no Brasil. Ele foi resultado da união entre forças descentralizadoras democráticas com grupos regionais tradicionais que se aproveitaram do enfraquecimento do governo federal em um contexto de esgotamento do modelo varguista e do Estado nacional desenvolvimentista a ele subjacente. O seu projeto básico era fortalecer os governos subnacionais e, para uma parte desses atores, democratizar o plano local. Preocupações com a fragilidade dos instrumentos nacionais de atuação e com coordenação federativa ficaram em segundo plano (ABRUCIO, 2005, p. 46).

Dessa forma, é possível entender os aspectos que se refletem até hoje sob ponto de vista estrutural e social oriundos dessa fase conturbada em que governos locais, fortalecidos por um desgaste político ditatorial, utilizando-se de seus atributos para tentar estabelecer uma supremacia e enfraquecer o governo federal¹⁶, sendo assim, Abrucio (2005, p. 2) explica que “de 1982 a 1994, vigorou um federalismo estadualista, não-cooperativo e muitas vezes predatório”. Estadualista devido as vantagens político-financeiras que os estados tiveram até 1994 quando do início do

¹⁶ Os governadores possuíam instrumentos financeiros e administrativos que os fortaleciam no sistema de poder, como bancos estaduais e empresas estatais estratégicas (ABRUCIO, 2005).

Plano Real; predatório tendo em vista a competição não-cooperativa que se estabelecia entre os entes federativos na qual os estados, por exemplo, transferiam seus custos e dívidas para que o governo federal os quitasse sem se responsabilizar por esse processo.

De acordo com Abrucio (2005, p. 49):

Aqui se encontra a nova questão resultante do federalismo conformado na redemocratização: a descentralização depende agora, diversamente do que ocorria no regime centralizador e autoritário, da adesão dos níveis de governo estadual e municipal. Por isso, o jogo federativo depende hoje de barganhas, negociações, coalizões e induções das esferas superiores de poder, como é natural em uma federação democrática. Em suma, seu sucesso associa-se a processos de coordenação intergovernamental.

Ao longo desse período intitulado de redemocratização ocorreram problemas decorrentes dessa descentralização, um deles foi a conformação de um federalismo compartimentalizado, no qual:

cada nível de governo procurava encontrar o seu papel específico e não havia incentivos para o compartilhamento de tarefas e a atuação consorciada. Disso decorre também um jogo de empurra entre as esferas de governo. O federalismo compartimentalizado é mais perverso no terreno das políticas públicas, já que em uma federação, como bem mostrou Paul Pierson, o entrelaçamento dos níveis de governo é a regra básica na produção e gerenciamento de programas públicos, especialmente na área social (ABRUCIO, 2005, p. 49-50).

Precisamente, é nesse sentido que movimentos estadualistas e a descentralização se assemelham, tendo em vista que ambos buscam reforço dessa autonomia que lhes cabe com o objetivo de enaltecer o importante caráter dos governos subnacionais. Nessa lógica de autonomia é que os municípios, na constituição de 1988, tornam-se entes federados cujo status jurídico se assemelha a União e estados. No entanto, possuem leis orgânicas próprias que devem estar em consonância com a Constituição Federal.

O municipalismo autárquico incentiva, em primeiro lugar, a “prefeiturização”, tornando os prefeitos atores por excelência do jogo local e intergovernamental. Cada qual defende seu município como uma unidade legítima e separada das demais, o que é uma miopia em relação aos problemas comuns em termos “micro” e macrorregionais. Ademais, há poucos incentivos para que os municípios consorciem-se, dado que não existe nenhuma figura jurídica de direito público que dê segurança política para os governos

locais que buscam criar mecanismos de cooperação (ABRUCIO, 2005, p. 48).

O problema acima descrito reside no fato de que esse “municipalismo” auxilia na visão micro ou unitária que engloba somente os problemas existentes no “seu” município. Os resquícios paternalistas de que a maior responsabilidade quanto à construção do Estado é da União reitera o posicionamento de que ainda cabe ao governo federal cuidar dos problemas advindos dos estados e municípios. Sobre a política municipal no Brasil, por exemplo:

Primeiro, temos que levar em conta que o conhecimento científico no tocante ao quadro de referência, ou seja, no tocante à configuração dos arranjos institucionais e das características dos processos políticos municipais, é bastante limitado. Existem, de forma geral, relativamente poucos estudos científicos sobre a política municipal, o que vale tanto para as condições institucionais quanto para os processos políticos de decisão e de planejamento. Segundo, é preciso considerar a ampla autonomia dos municípios tanto em questões financeiras e administrativas como políticas. O direito de poder outorgar a sua própria constituição local, concedido aos municípios com a Constituição de 1988, é sintomático dessa abrangente autonomia organizacional que acarreta uma variedade muito grande de arranjos institucionais nas Constituições municipais e nas respectivas leis complementares (FREY, 2000, p. 243).

Essa questão da autonomia presente nos municípios já torna todo o processo bastante delicado tendo em vista que dificulta a articulação entre os entes federativos¹⁷. Os arranjos institucionais aos quais o autor se refere contribuem para que cada ente federativo tenha uma maneira própria de governar e aja de acordo com seus próprios interesses, criando inclusive leis que regulamentam sua forma de gestão. Não que isso seja errado, de maneira alguma, mas em alguns casos em que a inter-relação entre as instituições presentes nas diferentes esferas governamentais torna-se importante, essa forma de governar específica de cada ente pode dificultar algumas áreas da política pública. A realização de estudos na área das políticas públicas:

é dificultada pela multiplicidade institucional no que diz respeito à configuração concreta da relação entre executivo e legislativo, às variadas formas de negociação nos municípios e acima de tudo no

¹⁷ A autonomia não inibe a articulação tendo em vista que algumas áreas sociais como saúde, educação e cultura conseguiram criar seus “sistemas nacionais” já inseridos nesse permeio de autonomia, federação, soberania e demais características dessa forma de consolidação do Estado.

que concerne aos múltiplos regulamentos referentes à inserção da comunidade local no processo político (FREY, 2000, p. 34).

Ao mesmo tempo em que as estruturas governamentais levam a bandeira da “democracia” a participação da comunidade no processo político muitas vezes ainda é vedada ou velada por formas de participação que não necessariamente culminarão em uma ação efetiva em prol dessa comunidade. São poucas as formas, por exemplo, de participação da comunidade na eleição dos programas, projetos e ações destinados ao esporte brasileiro. Seja porque os mecanismos oriundos do governo ainda são escassos¹⁸ ou porque a população, por diversos motivos ausenta-se desse direito e dever.

Essa abertura ao processo democrático, que vem acontecendo substancialmente a partir da década de 1974 ainda esbarra nas velhas e onipresentes oligarquias que permanecem no comando político em diferentes regiões do país e nos três níveis de governo. Evidentemente que ante o processo de democratização novos grupos surgem tornando o processo ainda mais dinâmico embora ainda não estabelecendo o fim do sistema oligárquico por exemplo¹⁹.

O federalismo brasileiro pode ser considerado como triplo federalismo tendo em vista que são três os entes federados que compõem esse sistema: união, estados e municípios, tendo esses últimos, igual autonomia diante dos demais; além disso, os três níveis de governo têm seus próprios poderes legislativos e os níveis federal e estaduais têm seus próprios poderes judiciários.

Os estados são representados no Senado Federal mas não no Executivo, embora informalmente se mantenha a tradição de assegurar a representação dos interesses de vários estados no poder Executivo federal por meio da indicação para cargos, os quais combinam, em geral, filiação partidária com os interesses das lideranças estaduais que integram a coalizão de apoio ao poder Executivo federal (SOUZA, 2005, p. 110).

Os Estados, sejam eles regidos por formas autoritárias ou democráticas, sendo eles unitários ou federados desenvolvem alianças político-partidárias e essas alianças auxiliam na forma de condução das políticas bem como nos cargos distribuídos ao longo do período de governança. Há ainda a contradição existente

¹⁸As conferências nacionais de esporte tratadas no capítulo seguinte representam uma abertura a essa participação da sociedade na elaboração e implementação das políticas públicas esportivas.

¹⁹ Para saber mais ver Batista (2007).

entre a supremacia da esfera federal ou não haja vista que muitas vezes as políticas públicas federais se impõem às instancias subnacionais e são aprovadas pelo Congresso Nacional; outras vezes, porém, os estados e municípios precisam implementar políticas públicas aprovadas na esfera federal e possuem recursos públicos reduzidos para tal ação (SOUZA, 2005, p. 111).

Contudo, no Brasil há de se destacar que a forma como os entes federados se constituem difere das demais federações nas quais as unidades federativas possuem poderes e competências iguais e no Brasil não é isso que acontece e talvez por isso Celina Souza (2005) afirma que temos um modelo de federalismo simétrico em uma federação assimétrica. Essa afirmação é comprovada pelo fato de que os estados e municípios possuem uma autonomia que avança até o momento em que a união permite, ou seja, as leis estaduais avançam na medida que refletem os dispositivos federais, conforme afirmam Oscar Vilhena e Werneck Vianna (1999 citados por SOUZA, 2005, p. 111) “todo Direito relevante é um Direito federal”²⁰.

Ao inserir o esporte nessa corrente de pensamentos vem à tona por exemplo a Lei de Incentivo ao Esporte. Essa lei federal permite que pessoas físicas e jurídicas possam deduzir de seu imposto de renda (pessoas físicas- até 6% e pessoas jurídicas até 1%) para projetos que incentivem o desenvolvimento do esporte nas suas três diferentes dimensões (educacional, participação e rendimento). Essa lei, porém, acontece no município de Curitiba, mas, difere da federal tendo em vista que a dedução de até 66,66% ocorre do IPTU das entidades contribuintes. Assim, é possível visualizar duas leis com o mesmo nome, mas com prerrogativas, valores e impostos diferenciados o que permite afirmar que ao tratar do tema LIE é necessário explicar de qual ente federativo se está referindo haja vista que união e município não se respaldam na mesma lei.

Quando a temática incide sobre a distribuição de competências entre os entes federativos, a constituição federal de 1988, por exemplo, reitera o posicionamento já estabelecido nas normativas anteriores, de que cabe à União o maior leque de competências exclusivas²¹; porém, essa mesma constituição revela que as

²⁰ De acordo com Celina Souza (2005, p. 111) “o argumento de Oscar Vilhena foi desenvolvido em um seminário sobre federalismo ocorrido na Universidade de São Paulo em novembro de 2002”.

²¹ A União possui o maior número de competências exclusivas, compreendendo 25 itens do artigo 21 da Constituição Federal de 1988. Essas competências refletem aquelas comuns aos sistemas presidencialistas, tais como relações exteriores, defesa nacional e política

atribuições e responsabilidades referentes a maioria dos serviços públicos são comumente distribuídas entre os três níveis de governo, o que torna essa ação uma gestão compartilhada, o que, via de regra acabaria por designar nosso federalismo como cooperativo. Contudo, essa análise é rebatida e destoadada a partir do momento em que procura evidências desse mecanismo do ponto de vista prático. Celina Souza (2005, p. 112) afirma que:

O objetivo do federalismo cooperativo está longe de ser alcançado por duas razões principais. A primeira está nas diferentes capacidades dos governos subnacionais de implementarem políticas públicas, dadas as enormes desigualdades financeiras, técnicas e de gestão existentes. A segunda está na ausência de mecanismos constitucionais ou institucionais que estimulem a cooperação, tornando o sistema altamente competitivo.

Logo, verifica-se quão distante estão as normativas enquanto aspectos teóricos e práticos tendo em vista que sob ponto de vista teórico existe no Brasil um federalismo cooperativo, contudo, quando se analisam os aspectos da gestão vigente em que não existem mecanismos que desenvolvam e estimulem essa cooperação entre os entes federativos entende-se que esse federalismo na verdade é altamente competitivo.

Tentar entender esse embate entre competição e cooperação auxilia na compreensão das estruturas sociais atualmente inseridas no Brasil, isso porque, os achados históricos refletem a realidade que hoje se apresenta satisfatória ou não com relação às políticas públicas, sejam elas educacionais, de segurança, trabalhistas ou esportivas. O achado aqui obtido refere-se à Constituição de 1988 que em seu artigo 23, parágrafo único estabelece que uma “lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional” (BRASIL, 1988). Essa lei, contudo, nunca foi proposta pelo poder Executivo ao Congresso Nacional o que suscita uma série de indagações a partir das quais pode-se pensar a que, ou a quem essa lei beneficiaria e em contrapartida quem se prejudicaria, hipóteses essas que não serão cunhadas nesse texto. O fato preponderante é mostrar e comprovar que nosso sistema federalista, sob ponto de vista jurídico, não faz jus ao caráter cooperativo em que se respalda, haja vista que

monetária, e também as diversas áreas específicas de políticas públicas, sobre as quais o poder Executivo tem a competência de aprovar diretrizes, direcionando, portanto, as políticas públicas (SOUZA, 2005).

um dos maiores meios de se estabelecer (via legislação) a obrigatoriedade dessa cooperação nunca foi colocada em prática.

É importante destacar que a ausência de mecanismos que obrigam a cooperação²² entre os entes federativos não é sinônimo de que não existe relação entre esses governos; muito pelo contrário, a existência de relações intergovernamentais acontece, porém, é possível afirmar que elas são “altamente competitivas, tanto vertical como horizontalmente, e marcadas pelo conflito” (SOUZA, 2005, p. 114).

Ao citar as áreas sociais e quais as competências de cada nível governamental acerca dela sabe-se, como já foi citado, que existem competências exclusivas da União, fato esse gerado não somente pela responsabilidade maior que tem a esfera federal, mas também pela quantidade de recursos por ela administrados. Contudo, existem áreas que possuem a chamada competência partilhada, ou seja, os três níveis de governo possuem responsabilidades em implementar e desenvolver políticas nessas áreas específicas. O quadro abaixo reitera quais áreas sociais possuem essa competência partilhada:

QUADRO 2 - ÁREAS SOCIAIS COM GESTÃO PARTILHADA ENTRE ENTES FEDERADOS

Esfera de Governo	Serviço/Atividade
Federal- estadual- local (competências partilhadas)	Saúde e assistência pública Assistência aos portadores de deficiência Preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos Proteção do meio ambiente e dos recursos naturais Cultura, educação e ciência Preservação das florestas, da fauna e da flora Agropecuária e abastecimento alimentar Habitação e saneamento Combate à pobreza e aos fatores de marginalização social Exploração das atividades hídricas e minerais Segurança do trânsito Políticas para pequenas empresas Turismo e lazer

FONTE: Souza (2005)

Observa-se no quadro acima quais são as áreas sociais cuja responsabilidade divide-se entre os três níveis de governo que culmina na chamada competência partilhada. Não é possível associar a ausência do esporte com

²² Interessante destacar que o Brasil se difere de outros países também federalistas como Austrália, Bélgica, Alemanha, EUA, México e África do Sul, nos quais existem conselhos intergovernamentais envolvendo os estados o que facilita os mecanismos de cooperação entre as esferas governamentais (SOUZA, 2005).

insignificância tendo em vista que o esporte foi pautado pela primeira vez enquanto direito social justamente no texto da referida constituição. Contudo pode-se supor o entendimento de esporte e lazer enquanto sinônimos nesse período e no texto da constituinte.

É fato, porém, que independente de qual área social esteja em voga, parece que essa competência partilhada funciona mais como uma forma de transferência de responsabilidade do que efetivamente uma gestão conjunta enquanto política pública. Pelo fato de inexistirem mecanismos que desenvolvam e sustentem essa cooperação entre os níveis de governo é que incide a prerrogativa que municípios deixam de “tomar atitude” por falta de recursos e a União, da mesma maneira, ausenta-se de responsabilidade por justificar que estados e municípios tem autonomia para desenvolver as ações relativas às suas carências; além disso, o fato de caber exclusivamente à União propor legislação sobre questões listadas como sendo concorrentes entre os três níveis de governo, tais como energia elétrica, trânsito, transporte, mineração e educação permite supor que ao elencar “pesos e medidas” do poder concedido aos três níveis de governo, o federal evidentemente está em vantagem.

Esse ponto de vista corrobora com a corrente de autores que consideram a divisão de poder dentro da federação como fragmentada entre vários centros de poder e que competem entre si tais como Figueiredo e Limongi (1999); Souza (1997; 2001; 2002). De acordo com Souza (2005) a partir dessa perspectiva, “os governos federal e estaduais partilham o poder de deliberar sobre questões que afetam seus interesses” preocupando-se de maneira mais enfática com os aspectos que remetem às suas particularidades, o que permite afirmar que a divisão de poder dentro da federação brasileira sinaliza a existência de conflitos e negociações em torno dos interesses dos entes federados²³.

Essa existência clara de interesses e conseqüentemente de conflitos de interesses, permite a análise de qual ente federativo é favorecido com essa divisão

²³ Souza (2005) justifica esse ponto de vista baseada no processo de redemocratização que, segundo ela, propiciou a divisão formal e informal de poder entre os poderes executivos federal e estaduais e passou por três fases: (1) Governadores eleitos em 1982 na campanha das chamadas Diretas Já, tornaram-se os principais fiadores da chamada redemocratização que resultou na grande influência dos governos subnacionais na constituinte de 1987-1988; (2) Disputa entre os interesses dos governadores eleitos em 1986 e um presidente que almeja por legitimidade nesse período conturbado de redemocratização e que se coloca contrário a essa supremacia de poder dos governadores; (3) Sucesso do Plano Real no controle da inflação que faz com que o governo federal retome suas receitas.

de poder característica do sistema federalista. De acordo Souza (2005, p. 112) “na visão de muitos juristas, a divisão de poder favorece a União devido ao seu papel central na definição de políticas, à carência de recursos financeiros de muitos estados e ao excessivo poder de legislar” outros porém afirmam que cada vez os governos locais conquistam mais autonomia para desenvolver ações e que, portanto, essa divisão favoreceria de maneira mais contundente os governos subnacionais. Contudo, Souza (2005, p. 113) afirma que “a relativa importância financeira do município brasileiro e seu papel de principal provedor de importantes políticas sociais não é matéria propriamente concernente à teoria do federalismo e sim dos conceitos de descentralização e de relações intergovernamentais” o que sugere, portanto, a confirmação da hipótese de que a União possui mais poder do que estados e municípios em um sistema federalista e que a autonomia conquistada por esses é mais um aspecto que denota a relevância da descentralização no cenário político, econômico e social de países governados sob sistema federalista.

Essa preponderância da União sob as demais esferas subnacionais decorre do fato de que muitas vezes programas federais são desenvolvidos pautados na relação com os governos estaduais mas só são implementados na prática a partir da disponibilidade de recursos federais para sua execução. Concomitante a isso, a autonomia dos municípios perpassa a tutela do estado quando muitas vezes, e oriundos também de conflitos verticais devido ao multipartidarismo existente no Brasil, municípios e federação estabelecem vínculos diretos sem a participação do estado. Muito embora esse trabalho não utilize como objeto de pesquisa a questão do financiamento esportivo, ele pode ser visualizado como exemplo na “balança” existente entre união e demais esferas nacionais; ou seja, a união possui um valor orçamentário destinado ao esporte de rendimento, por exemplo, muito maior que qualquer estado e/ou município, contudo, esse orçamento é distribuído aos entes federados quando da necessidade e/ou oportunidade emitida pelo governo federal acerca de programas, projetos e ações.

No capítulo 4 em que se explicam os projetos de rendimento sob responsabilidade do governo federal é possível visualizar de que maneira ocorre essa conexão. O Projeto Governança Rio 2016, por exemplo, é uma iniciativa do governo federal que custeará grande parte do projeto olímpico concretizado na cidade do Rio de Janeiro que, em contrapartida, têm suas responsabilidades enquanto município, aferidas no projeto do governo federal. Já a Rede Nacional de

Treinamento, constituída por CIEs permite que municípios “concorram” à construção desses centros em seu território, sendo esse processo todo custeado pelo governo federal. Logo, vê-se a necessária interlocução existente entre os entes federativos bem como a ideia de que grande parte das iniciativas referentes à essa interlocução partem da esfera federal do governo.

De acordo com Abrucio (2005, p. 42) “é cada vez maior a interconexão dos governos locais com outras estruturas de poder que não os governos centrais, tais como os relacionamentos com forças transnacionais – como empresas e organismos internacionais – e as parcerias com a sociedade civil”.

Ainda de acordo com esse mesmo autor, a soberania compartilhada, condição necessária para que o pacto federativo aconteça, “só pode ser mantida ao longo do tempo caso estabeleça-se uma **relação de equilíbrio entre a autonomia dos pactuantes e sua interdependência**” (ABRUCIO, 2005, p. 43, grifos do autor) se não se corre o risco de delimitar e aceitar a autonomia de entes subnacionais que, por motivo plausível ou não, transfere seus custos à União, o que acaba por gerar o enfraquecimento da estrutura da esfera maior de atuação governamental.

Abrucio (2005) relata que um dos mecanismos utilizados para controle mútuo entre os níveis de governo baseado no sistema de compartilhamento de poder e decisão em uma federação chama-se *checks and balances* (freios e contrapesos) cujo objetivo:

é a fiscalização recíproca entre os entes federativos para que nenhum deles concentre indevidamente poder e, desse modo, acabe com a autonomia dos demais. Assim sendo, a busca da interdependência em uma federação democrática tem de ser feita conjuntamente com o controle mútuo (ABRUCIO, 2005, p. 43).

Além desse mecanismo é válido lembrar que em países federalistas as unidades políticas, ou seja, os governos subnacionais, são autônomos e nisso resulta uma interconexão cada vez maior entre as esferas de atuação da federação o que acaba por gerar a necessidade de adentrar no chamado “*shared decision making*” (processo decisório compartilhado) cujo dilema reside no fato de que os entes entram nesse processo se assim for de sua vontade (PIERSON, 1995).

A partir do momento que o ente federativo pode decidir se corrobora com o processo ou não já é uma decisão complicada, na medida que sua entrada ou ausência são decorrentes de interesses que coincidem ou divergem com a

estratégia de outrem. Logo, esse processo permite entender quão conflituoso é o federalismo. Ele se torna ainda mais complexo ao partir do funcionamento das relações intergovernamentais no federalismo, que, segundo Pierson (1995, p. 458): “Mais do que um simples cabo de guerra, as relações intergovernamentais requerem uma complexa mistura de competição, cooperação e acomodação”.

O sistema cooperativo traz consigo uma série de benefícios a partir do momento que consegue, por exemplo, otimizar recursos e auxiliar governos menores em diversos aspectos referente à melhor forma de realização de determinadas tarefas e ação compartilhada de condução política. Fritz Scharpf (1988) frisa que o sistema cooperativo, contudo merece alguns cuidados a fim de evitar o que ele denomina de *joint decision trap* (armadilha da decisão conjunta) como aquela na qual se pretende estender ao maior número possível de pessoas a possibilidade de decidir para que o resultado final seja um processo vivenciado por muitos indivíduos. Contudo, isso pode ser considerado uma armadilha tendo em vista que pode gerar a uniformização das políticas e impedir a inovação de ações e decisões (ABRUCIO, 2005).

Em contrapartida ao aspecto acima citado, a competição pode favorecer a inovação dos entes federativos, além disso: “A concorrência e a independência dos níveis de governo, por fim, tendem a evitar os excessos contidos na “armadilha da decisão conjunta”, bem como o paternalismo e o parasitismo causados por certa dependência em relação às esferas superiores de poder” (ABRUCIO, 2005, p. 46). No entanto, o federalismo competitivo não possui somente aspectos positivos tendo em vista que essa busca exacerbada pela inovação e por fazer o melhor pode limitar o caráter solidário que precisa existir entre os entes federativos. Além disso, esse modelo competitivo de federalismo:

vem estimulando, ainda, a guerra fiscal entre os níveis de governo. Trata-se de um leilão que exige mais e mais isenções às empresas, em que cada governo subnacional procura oferecer mais do que o outro, geralmente sem se preocupar com a forma de custear esse processo. Ao fim e ao cabo, a resolução financeira dessa questão toma rumos predatórios, seja acumulando dívidas para as próximas gerações, seja repassando tais custos para o nível federal e, por tabela, para a nação como um todo (ABRUCIO, 2005, p. 46).

Ou seja, ele reflete ainda um problema inserido no Brasil que é a falta de responsabilidade dos gestores públicos em finalizar seu mandato com “o caixa em dia”, deixando a cargo do próximo gestor as dívidas e processos oriundos da disputa

anteriormente travada no seio dessa competição nem para todos vantajosa. Logo, faz-se necessário buscar o equilíbrio entre competição e cooperação para que os três entes federados consigam desempenhar seus papéis da maneira mais adequada e correta possível, sendo a iniciativa desse equilíbrio e de outros aspectos, iniciativa do governo federal tendo em vista ser ele o detentor da maior gama de responsabilidades e competências nas diversas áreas sociais. Em síntese “é preciso, portanto, que haja processos decisórios com participação das esferas de poder e estabelecer redes federativas e não hierarquias centralizadoras” (ABRUCIO, 2005, p. 49).

A despeito dos avanços que houve, que foram muitos se os enxergarmos de uma perspectiva histórica, diversas municipalidades do país ainda são governadas sob o registro oligárquico, em oposição ao modo poliárquico que é fundamental para a combinação entre descentralização e democracia (ABRUCIO, 2005, p. 49).

Jonathan Rodden (2005) procurou realizar em seus estudos empíricos envolvendo diversos países, uma descrição acerca da influência da descentralização e do federalismo na condução das políticas públicas. O autor analisa a descentralização fiscal e também a descentralização de políticas sendo nessa última analisada a influência legal do governo central sobre os governos subnacionais. Henderson (s/d, citado por RODDEN, 2005) mostra que em 1975, 21% dos governos centrais que compunham a sua amostra não possuíam o direito legal de anular as decisões e políticas tomadas localmente, contudo, em 1995 essa porcentagem havia pulado para 60%, o que demonstra que ao longo de 20 anos praticamente triplicou a lógica da influência central sobre as esferas locais.

Esses dados permitem apontar para uma frequente centralização na descentralização que remete a uma autonomia legal das esferas subnacionais desde que mantenham os interesses do governo federal em suas políticas. As discussões acerca do federalismo geralmente versam sobre os temas centralização e descentralização, sobre isso, o estudo feito pela *Organization for the Economic Cooperation and Development* (OECD), com base em diversas federações, concluiu que:

Há tempos ocorrem debates sobre centralização ou descentralização. Nós precisamos agora estar dispostos a mover em ambas as direções – descentralizando algumas funções e ao mesmo tempo centralizando outras responsabilidades cruciais na formulação

de políticas. Tais mudanças estão a caminho em todos os países (OECD, 1997, p. 13 citado por ABRUCIO, 2004, p. 42).

O federalismo não implica que o centro e os estados sejam soberanos, cada um protegido contra a interferência do outro. Contudo, todos os aspectos já aqui contextualizados que se refere ao processo ainda conflituoso de aceitação do avanço da descentralização projetam uma espécie de “desconfiança” da União que passa a adotar uma postura defensiva diante dos fatos e:

Ao perder recursos tributários na Constituição e responsabilizar-se integralmente, em um primeiro momento, pela estabilidade econômica, o governo federal procurou transformar a descentralização em um jogo de mero repasse de funções, intitulado à época de “operação desmonte” (ABRUCIO, 2005, p. 49).

No plano intergovernamental, não se constituiu uma coordenação capaz de estimular a descentralização ao longo da redemocratização e isso acabaria por influenciar significativamente todo o processo de condução das políticas públicas ao longo dos anos. Por conseguinte, a descentralização das políticas públicas pode ser vista como:

um ajuste institucional entre o Estado e a sociedade, o qual transfere à sociedade civil tantas funções e competências quanto lhe é possível absorver sem perda de bem-estar para a população. No Brasil, a Constituição de 1988 assegurou como princípio administrativo a descentralização da execução dos serviços sociais e de infra-estrutura (QUEIROZ, 2011, p. 72).

Esse ajuste a que o autor se refere baseia-se no princípio da subsidiariedade balizado pela seguinte ideia: “não se deve transferir a uma esfera de poder maior o que pode ser feito por uma esfera de poder menor”. A ideia central e principal é valorizar as estruturas de poder local bem como a prática participação da sociedade com vistas a tornar o cidadão mais atuante no processo político e também no controle das atividades governamentais.

A descentralização também se caracteriza como:

processo dinâmico de médio e longo prazo que permite aumentar a legitimidade dos sistemas políticos, pode, ainda, ser vista como a adequação e a modernização do aparelho de Estado às necessidades emergentes do desenvolvimento regional e local que deve otimizar os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis em benefício das populações e obter maior eficácia na ação governamental, tendo em vista que os problemas e as

potencialidades de uma determinada região ou local são mais bem conhecidos pela própria região ou localidade (QUEIROZ, 2011, p. 73).

Em um país como o Brasil extenso territorialmente e permeado por diferentes culturas, um sistema descentralizado é justificável sob ponto de vista de tornar o processo ainda mais democrático respeitando principalmente as necessidades de cada localidade. Há de se cuidar, porém com o fato que transferir funções não significa abster-se de funções, ou seja, o repasse de funções pode acontecer respeitando regiões e localidades específicas, porém, cabe ao poder central fazer a referida fiscalização do cumprimento ou não das funções por ele atribuídas. Em relação a isso é possível entender que:

A descentralização envolve tanto as instâncias político-institucionais como as administrativas e inclui o repasse integral de atividades e atribuições de um nível central de governo a outro de menor hierarquia. Implica o reconhecimento de outros organismos existentes ou que serão criados, assim como em suas atribuições completas para realizar funções antes reservadas ao nível central de governo – representado no Brasil pela União (QUEIROZ, 2011, p. 73).

Logo, à União – esfera maior de atuação e nível central de governo- compete reconhecer demais organismos responsáveis pelas atividades a eles designados pelo governo federal. As esferas estadual e municipal também estão incumbidas de responsabilidades mediante demonstração de possibilidades de administração de ações, programas, projetos e também instituições como forma de auxílio ao governo federal, mas principalmente por conhecerem suas dificuldades e principalmente realidades postas.

No tópico seguinte será trabalhada a questão das políticas públicas entendendo conceito, aplicação e análise das mesmas principalmente no âmbito esportivo.

2.2 O GOVERNO EM AÇÃO: OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste momento torna-se importante conceituar a expressão política pública e entendê-la enquanto necessária a qualquer área de atuação de um Estado. Celina Souza (2006, p. 25-26) define política pública como:

campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Ao caracterizar o Brasil enquanto um Estado democrático, é possível assumir para o país a conceituação acima que relata ser objetivo de um governo como o brasileiro realizar programas, projetos e ações que promovam mudanças estruturais em sua nação. Porém, a origem dessas possíveis “mudanças” pode-se dar de diversas maneiras: demandas sociais, conquistas sociais, necessidades vitais sociais, vontade política, ou pesquisas de demanda. A demanda social caracteriza-se pela vontade e/ou necessidade da sociedade em alguma área específica; a pesquisa de demanda social, nesse sentido, refere-se às pesquisas realizadas oriundas do governo ou não, para identificar as necessidades de uma referida população. As necessidades vitais são apontadas como origem das políticas públicas por refletirem a obrigatoriedade do governo em garantir condições básicas de sobrevivência à população sob sua responsabilidade, porém, quando o governo não retorna à sociedade sob a forma de ações, programas e projetos, as necessidades e vontades dessa, a sociedade busca ser ouvida e vista pelos mais diversos meios, surge, portanto, a também origem de uma política pública: conquistas sociais. A última dessas origens, que de fato se apresenta em inúmeros casos como a principal motivação para as políticas públicas, é a chamada vontade política que reflete sob a forma de política pública não somente as intencionalidades político partidárias de um grupo que está no poder, mas também, o anseio e a vontade de qualquer governante que detém esse poder.

Percebemos as políticas públicas como as respostas que os governos devem dar para mitigar ou para solucionar os problemas e/ou atender às demandas existentes nas sociedades tendo em vista os objetivos e os direitos fundamentais estabelecidos nas Constituições (QUEIROZ, 2011, p. XIII).

Conforme apontado pelo autor, as políticas públicas também são formuladas com vistas a solucionar os problemas sociais bem como garantir o que está previsto na Constituição do país. De acordo com Queiroz (2011, p. XIV), as políticas públicas devem ser tratadas como:

Planos, programas e ações governamentais, que, articulando recursos dos governos e da sociedade civil organizada, destinam-se a intervir na realidade para resolver os problemas dos cidadãos, bem como atender às suas demandas. Uma política pública ou um programa governamental é algo que envolve necessariamente um processo e um resultado.

É pertinente corroborar com o autor ao tratar do tema em questão como inexcludente de palavras como processo e resultado. Realizar o diagnóstico, fazer o planejamento, implementar a política e mantê-la sob o sistema de avaliação constituem-se enquanto um processo.

[...] o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum (RODRIGUES, 2010, p. 13-14).

Todo esse processo que envolve a formulação, a implementação e a avaliação se constitui enquanto política pública. Conforme relata o autor, esse processo tem a participação de diversos grupos, políticos ou não, que interferem nas ações destinadas à sociedade em geral.

É importante relatar que o processo como um todo é imprescindível para o sucesso da política pública em questão. Todas as fases da política pública devem ser realizadas para que assim possa caracterizar uma política pública como plausível. De acordo com Souza (2006, p. 25-26) as políticas públicas

[...] após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas (Muitas vezes, a política pública também requer a aprovação de nova legislação). Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Ao trabalhar com o tema políticas públicas deve-se levar em consideração também os indivíduos que compõe a esfera a atuar sob esse tema, nesse caso podem ser citados governantes e cidadãos, por exemplo. São esses os sujeitos mais envolvidos em todo esse processo que, no entanto, podem estar inseridos em instituições convergentes ou divergentes em termos de objetivos. A partir do momento que instituições são inseridas nesse processo há tendência em acreditar e supor que se aumenta a complexidade do todo, pois a vontade do indivíduo nem

sempre coincide com o objetivo da instituição e vice-versa o que promove a dificuldade de concretização desse objetivo. Os arranjos provenientes das instituições contribuem ou não para o processo de implementação de uma política pública. A partir do momento que ela se insere na esfera institucional pública passa a fazer parte do jogo aí existente. De acordo com Silva e Bassi (2012) “não adianta estabelecer apenas leis se não existirem arranjos institucionais capazes de implementá-los, executá-los e acompanhá-los”.

Ao trabalhar com o tema políticas públicas há a necessidade de distinguir as expressões política de governo e política de estado. A política de governo possui um caráter de transitoriedade pelo fato de que pode ser mantida, modificada ou excluída enquanto política de acordo com a intencionalidade do governo; em contrapartida, a política de estado encontra-se aliada à ideia de continuidade tendo em vista que permanece atuante independente do governo em questão. Logo, ambas integram esse processo, cada qual a sua maneira. Suassuna *et al.* (2007, p. 16) consideram que:

A ideia de Estado em ação é limitada; não consegue diferenciar política pública de política de Estado. Dessa forma, acaba por se definir de modo focal, sem, todavia, se dar conta da necessidade de continuidade das políticas. Enquanto isso, a política de Estado tem um caráter de continuidade; não pertence a nenhum governo, pertence ao Estado e, portanto, contempla uma dimensão mais ampliada e que se relaciona com interesses sociais gerais. [...] Dessa forma, para que sejam desenvolvidos ações e programas que tenham continuidade, é necessário o estabelecimento de políticas de Estado, implicando na definição de um planejamento continuado. Além disso, indica-se como necessária a adoção de um planejamento que ocorra permitindo a intersectorialidade, isto é, as políticas que contemplem vários setores, se diferenciando das políticas focais.

O fato de pertencer ao Estado, conforme indicam os autores, permite pensar de maneira contínua e mais abrangente. Uma política pública que toma forma ativa em ações, programas e projetos a partir do momento que é concebida sob a forma de política estatal sugere a possibilidade de um planejamento a longo prazo incluindo replanejamento e ações diversas que podem ser testadas e atestadas com pontos positivos e negativos com o propósito de inseri-los nas fases dessa política. A transitoriedade característica da política de governo em contrapartida não colabora na sustentação de ações com vistas a melhorar a política em questão.

Conforme verificado no item anterior referente ao Estado, o Brasil caracteriza-se como um país federado que elege governantes nos níveis federal, estadual e municipal a cada quatro anos, não necessariamente pertencentes à mesma coligação político partidária e isso contribui para o caráter transitório também da política que a cada quatro anos pode modificar-se dependendo do interesse do governo em questão. Embora conceituar políticas públicas seja algo importante faz-se necessário analisar de que maneira ela se estabelece no plano estatal e governamental e é exatamente sobre isso que se trata o subitem a seguir.

2.2.1 Demanda social ou vontade política? Entendendo a *Policy Analysis* no cenário esportivo brasileiro

O entendimento acerca da análise das políticas públicas recebe uma entonação clara e precisa na literatura proposta por Klaus Frey e contribui para pautar essa discussão sob ponto de vista teórico-metodológico.

A discussão sobre as políticas públicas vem ganhando cada vez mais espaço social sob ponto de vista estrutural tendo em vista sua importância em qualquer área social passível de aplicação efetiva de programas, projetos e ações. Porém, essa discussão não pode estar pautada somente em resultados concernentes, ou não, com o interesse local. Entender a maneira como esse resultado foi construído bem como as limitações que fizeram parte desse processo torna-se crucial no entendimento da política pública enquanto ação final. De acordo com Frey (2000, p. 213) existem algumas abordagens a partir das quais um problema pode ser investigado e uma dessas abordagens é “a análise das forças políticas cruciais no processo decisório”. O sistema político (multi)partidário brasileiro torna essa análise mais complexa haja vista a multiplicidade de interesses recorrentes em cada partido político. Essa multiplicidade de interesses aliada à configuração política de distribuições de cargos contribui para que as disputas aconteçam em qualquer área da política pública.

Essas disputas permitem reconhecer, como aponta Frey (2000, p. 214), que a análise das políticas públicas “não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais”. De acordo com o autor a abordagem da ‘*policy analysis*’ pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e

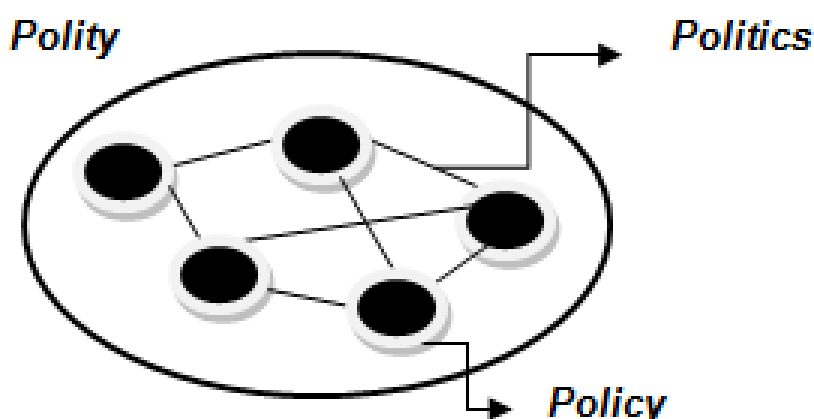
os conteúdos da política. A análise das políticas públicas, portanto, é muito maior que analisar programas, projetos e ações, mas está voltada ao entendimento do que acontece intrinsecamente em todo processo seja no âmbito das instituições, dos conflitos existentes no processo como também na concretude da ação política. Contudo, por mais que esse processo seja sabido ele não compõe o escopo de análise dessa tese.

O autor comenta que estudos em políticas públicas devem ser contextualizados e analisados em pequenos detalhes, porém, devem ser inseridos em processos mais amplos (macroprocessos); além disso não deveriam estar limitados no tempo.

A *policy analysis* é composta por alguns conceitos imprescindíveis para sua compreensão: “*policy*”, “*politics*”, “*polity*”, “*policy network*”, “*policy arena*” e “*policy cycle*”. Resumidamente, “*polity*” são as instituições políticas, “*politics*” os processos políticos de caráter conflituoso e a “*policy*” são os conteúdos concretos da política. De acordo com Klaus Frey (2000, p. 217):

A dimensão institucional “*polity*” se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; no quadro da dimensão processual; “*politics*” tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão material *policy* refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

As dimensões *polity*, *politics* e *policy* devem ser entendidas não somente enquanto conceitos, mas também a partir de suas inter-relações, que podem ser visualizadas na figura abaixo.

FIGURA 1 - DIMENSÕES DA *POLICY ANALYSIS*

FONTE: Frey (2000)

NOTA: Figura elaborada pela autora (2016)

O entendimento das dimensões *polity*, *politics* e *policy* passa, portanto pela análise da sua inter-relação. A figura deixa bem clara essa inter-relação que pode representar qualquer área social passível de ser explicitada com base nas políticas públicas. Se essa figura for utilizada para explicar o esporte de rendimento, por exemplo, é possível designar o Ministério do Esporte como *polity*, e o Bolsa Atleta como *policy*, ambos permeados pelo caráter conflituoso presente nos processos de realização, adaptação e exclusão que acontecem em cada ação política. Importante destacar também que essas três dimensões se influenciam mutuamente, ou seja, quando há mudanças nas instituições – sejam elas grandes ou pequenas- alguma coisa irá mudar no processo e na ação final. Essa mudança pode abranger todos os tipos de recursos presentes nesse conjunto: financeiros, tecnológicos, humanos, materiais etc.

A mudança de ministro, por exemplo, influencia diretamente na política pública final, como aconteceu com o ex-ministro do esporte Orlando Silva que deixou o ministério sob acusação de desvio de verbas referentes ao programa Segundo Tempo²⁴. Essa saída do ministro, e também relevância da notícia em âmbito nacional, provocou mudanças na parceria entre Organizações Não-Governamentais (ONGs) e ministério, a começar pela fiscalização mais enfática nas relações existentes entre o ministério e demais associações. A mudança também decorre da troca de indivíduos que são de confiança de quem está no poder que,

²⁴ Para saber mais, ver Duarte (2011).

com sua saída, automaticamente e provavelmente são substituídos por outro alguém de confiança; esse indivíduo, porém ao assumir o poder pode influenciar na perpetuação das políticas já existentes tendo em vista sua vontade, seu conceito de esporte e até mesmo a importância que atribui a cada dimensão esportiva e seus projetos respectivamente.

De acordo com Frey (2000, p. 219) “as disputas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados”. Ou seja, os programas, projetos e ações que ocorrem sob a forma de uma política pública estão constantemente sob influência do processo todo que culminou em sua implementação, não somente sob ponto de vista do caráter conflituoso que resultou na sua aplicabilidade, mas também o caráter da instituição que o propôs. Em se tratando de política é inevitável desconsiderar os termos “disputas” e “relações de poder” tendo em vista que isso embasa a política desde a sua concepção, e isso influencia positiva ou negatividade na ação concreta da política pública. Por exemplo: é possível supor que, a partir do momento que o financiamento destinado a cada uma das dimensões esportivas (educacional, participação e rendimento) não está explicitado via legislação ou qualquer outro mecanismo que o regulamente, as secretarias presentes no Ministério do Esporte e que os representam podem disputar entre si quem conseguirá mais verbas do referido ministério. Tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 no Brasil é provável que a “balança” em termos de “relações de poder” esteja pendente para a SNEAR, que organiza e regulamenta as ações referentes aos Jogos no país; sendo assim, o capital simbólico, ou por que não dizer, o status confere à SNEAR maior poder de barganha no cenário nacional em específico ano. O financiamento de determinado projeto vai influenciar na quantidade de pessoas nele envolvido, na repercussão midiática desse e também na importância dele no cenário nacional e internacional, ou seja, um único indicador pode servir de base para entendimento do processo de implementação de uma política pública.

O texto de Klaus Frey aponta para a necessária preocupação quanto à relação (*polity – politics – policy*); portanto, uma das perguntas essencialmente feitas no contexto de análise de políticas públicas é a seguinte: Qual grau de influência das estruturas políticas e dos processos de negociação política sobre o resultado do material concreto? Nesse sentido, é importante porém tomar cuidado para não fazer conclusões pautadas em uma análise político/partidária. É interessante atentar-se

para efeitos refletidos na ação da política pública e não na origem conflituosa, ou não, de algum partido político que propôs e encaminhou qual assunto seja o eleito para ser submetido à análise.

Uma outra questão que pode influenciar na *policy analysis* é a agenda governamental. Essa agenda depende de uma multiplicidade de fatores que podem ser: vontade política, demanda social, eventos, dentre outros. Alguns assuntos podem estar em pauta ou simplesmente se tornar pauta dependendo da relevância que possuem. Logo, tendo em vista o esporte de rendimento ser a temática desse trabalho, sabe-se que sua relevância é grande em períodos que antecedem ao maior evento esportivo mundial – os Jogos Olímpicos – que acontecerão no Brasil em 2016; além disso, não se pode deixar de destacar que os indivíduos que compõem o quadro de governantes tem papel fundamental em pautar assuntos na agenda governamental ou deixar de fazê-la; porém, em se tratando de um megaevento esportivo noticiado e vivenciado internacionalmente é nula a possibilidade de sua ausência na agenda política.

Posteriormente ao entendimento dos termos integrantes à análise das políticas faz-se necessário contextualizar as três categorias que interferem diretamente nessa análise: *policy networks*, *policy arena* e *policy cycles*.

Policy networks podem ser entendidas como as interações que acontecem entre instituições, poderes legislativo e executivo e sociedade na formulação e implementação de uma política pública, especialmente nas democracias modernas. De acordo com Miller (1994, p. 379), elas podem ser consideradas como uma:

rede de relações sociais que se repetem periodicamente, mas que se mostram menos formais e delineadas do que relações sociais institucionalizadas, nas quais é prevista uma distribuição concreta de papéis organizacionais. Todavia, essas redes sociais evidenciam-se suficientemente regulares, para que possa surgir confiança entre seus integrantes e se estabelecer opiniões e valores comuns.

Nesse sentido, Prittwitz (1994, p. 93, citado por FREY, 2000) descreve as *policy networks* como uma “estrutura horizontal de competências, uma densidade comunicativa bastante alta e, inter-relacionado com isso, um controle mútuo comparativamente intenso”. Trata-se de uma rede de cooperação a partir do momento que se pensa em uma estrutura horizontal e não vertical o que denota um sistema oposto àquele característico do sistema hierárquico em que a autoridade se faz presente. As *policy networks* são consideradas enquanto fatores promotores de

coalizão na vida político-administrativa, além disso, de acordo com Frey “seus membros costumam-se rivalizar-se, mas acabam criando laços internos de solidariedade, o que lhes possibilita se defender e agir contra os outros que são considerados concorrentes” (Frey, 2000, p. 22). Esse é o princípio que torna essa categoria concorrente e ao mesmo tempo colaborativa. É evidente que a luta pelos recursos, como foi apontado anteriormente acontece, porém, de acordo com os autores, na *polity networks* surgem relações de cumplicidade setorial cujo objetivo principal é angariar um número cada vez maior de recursos para sua área específica.

A *policy arena* engloba processos de conflito e de consenso em quaisquer áreas da política, além disso:

Ela parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político (FREY, 2000, p. 223).

Na verdade, o processo político engloba ações relacionadas aos diversos indivíduos que constituem o quadro de todo esse processo, nesse sentido, as expectativas, frustrações, anseios e desejos delineiam conjuntamente o quadro de execução desse processo político. As políticas públicas, dentro da *policy arena* podem ser analisadas de acordo com o caráter a que são constituídas: distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.

De acordo com Frey (2000) as políticas distributivas são caracterizadas “por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos -pelo menos diretamente percebíveis- para outros grupos”. Grosso modo pode-se dizer que elas visam distribuir benefícios individuais utilizando-se de consenso amigável; já as políticas redistributivas visam redistribuir recursos entre os grupos sociais cuja principal característica é manter o equilíbrio de ações e benefícios; ou seja, recursos financeiros e outros valores são redistribuídos de camadas sociais mais privilegiadas para camadas sociais mais desprovidas de recursos. Isso permite afirmar que esse caráter da política provoca conflitos haja vista que aqueles dos quais são retirados recursos não concordam com a ação e aqueles a quem o benefício é concedido desejam angariar cada vez mais benefícios.

As políticas regulatórias “trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas” (FREY, 2000, p. 224). Esse caráter de política visa definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos indivíduos envolvidos em determinada área social para atender interesses gerais da sociedade.

Por fim, as políticas constitutivas:

determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias (BECK, 1993, p. 17 citado por FREY, 2000, p. 224)

Também conhecidas como estruturadoras, as políticas constitutivas acabam por regulamentar as demais tipologias de política acima citadas. Os autores referem-se àquela como relacionada:

à criação e modelação de novas instituições, à modificação do sistema de governo ou do sistema eleitoral, à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos (FREY, 2000, p. 224).

Além disso, por estarem orientadas à modificação, pode-se creditar a elas a visão de transformação do sistema político vigente o que as torna não somente com um papel singular às demais, mas sim, com uma função essencialmente importante no que tange possíveis modificações estruturais na no sistema político.

O *policy cycle* é mais uma das formas integrantes da chamada *policy analysis*. Esse elemento é um dos mais interessantes meios de fazer essa análise das políticas públicas partindo do pressuposto de que a política muda a todo tempo; os indivíduos que a compõem, o que é considerado integrante da agenda política, as instituições presentes no sistema político e também as configurações das referidas instituições podem se modificar ao longo de todo processo político. O *policy cycle* contém algumas fases que são características do entendimento enquanto ciclo da política; essas fases estão representadas na figura a seguir:

FIGURA 2 - POLICY CYCLE



FONTE: Frey (2000)

NOTA: Figura elaborada pela autora (2016)

A figura acima mostra que o ciclo da política pública pode ser definido de acordo com as seguintes fases: percepção e definição de problemas, *agenda-setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. A primeira fase, considerada definição do problema surge com indagações passíveis de questionamento: De onde surgem os problemas? Quem define quais são os problemas mais importantes? Quem define quais são os problemas cuja obrigação de resolução é de caráter público? Que participação a população tem na detecção e formulação de problemas?

Essas são algumas das indagações realizadas para que seja possível “problematizar o problema”. Windhoff-Héritier (1987, p. 68, citado por FREY, 2000) salienta que:

problemas do ponto de vista analítico só se transformam em problemas de *policy* a partir do momento em que adquirem relevância de ação do ponto de vista político e administrativo. Somente a convicção de que um problema social precisa ser dominado política e administrativamente o transforma em um problema de *policy*.

Por mais que se tenham definidos alguns problemas, não automaticamente eles se transformam em problemas passíveis de ação política; para que isso aconteça o problema precisa estar inserido nos anseios políticos e administrativos

da gestão que conseqüentemente o transformará em um problema cuja ação política é necessária.

A segunda fase, denominada “*agenda-setting*” corresponde à fase de verificação da inserção de um tema na pauta política ou não. Para que essa fase se concretize é necessário que os indivíduos envolvidos na política façam uma prévia avaliação da necessidade de inclusão do tema de maneira emergencial – podendo, portanto, ser postergada sua entrada na pauta política- bem como dos benefícios que essa inclusão na pauta acarreta a todos os envolvidos. Pois bem, é possível aqui também citar alguns questionamentos: Quem fará a análise desse tema? Esse indivíduo não pode estar pautado em interesses pessoais para elencar um tema como prioridade ou não? Existe algum mecanismo de avaliação de benefícios que caracterize o tema enquanto necessário emergencialmente ou não? Quem são os indivíduos envolvidos na eleição desse tema dentro da agenda-setting? Qual é o grau de influência da população, da mídia, das organizações não governamentais e da iniciativa privada nessa fase do *policy cycle*?

A terceira fase corresponde à elaboração de programas e de decisão e evidentemente essa fase possui uma alta gama de alternativas a serem elencadas enquanto possíveis ações, além disso, é uma fase considerada permeada por conflitos e acordos que envolvem indivíduos mais influente política e administrativamente. De acordo com Klaus Frey (2000, p. 228):

Em geral, a instância de decisão responsável decide sobre um programa de compromisso negociado já antecipadamente entre os atores políticos mais relevantes. Decisões verdadeiras, isto é, escolhas entre várias alternativas de ação, são raras exceções nesta fase do ciclo político.

O autor deixa clara a prioridade aos interesses individuais em contraposição aos interesses que muitas vezes representam a maioria, quando não dizer da sociedade; logo, é uma fase passível de corrupção e que altera o ciclo da política.

Esse ciclo possui enquanto quarta fase a “implementação das políticas”. Uma das questões primordiais ao se analisar essa fase é a questão do conteúdo dos programas, projetos e ações, ou seja, tudo aquilo que engloba esses itens. Nem sempre aquilo que foi planejado irá acontecer na fase de implementação e é nesse caso que reside uma série de problemas, afinal, estão envolvidos vários fatores que

repercutem positiva e negativamente nessa fase dependendo de qual rumo ela tome. Segundo Frey (2000, p. 228):

No que tange à análise dos processos de implementação, podemos discernir as abordagens, cujo objetivo principal é a análise da qualidade material e técnica de projetos ou programas, daquelas cuja análise é direcionada para as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos.

A avaliação das políticas aparece como a quinta fase do *policy cycle*, onde basicamente se analisam aspectos positivos e negativos bem como possíveis correções a serem realizadas nas próximas ações. Não é pertinente a esse momento elencar qual é a fase mais importante do ciclo, mas é válido lembrar que a avaliação muitas vezes não é realizada da maneira adequada e não contribui posteriormente nas demais ações pertinentes a determinada área social. Após realizada a avaliação – através dos mecanismos eleitos para tal- tem-se um panorama da ação política, inclusive com impactos advindos dessa ação; a partir disso é possível refazer o planejamento das ações futuras, mantendo os aspectos positivos e corrigindo os aspectos negativos.

O *policy cycle* é uma sequência de fases que consiste em uma abrangência geral para cada ação política e o ideal seria que cada ação realmente se pautasse nessa sequência, porém, sob ponto de vista político-administrativo diversos fatores contribuem para que os gestores não realizem, não queiram realizar ou sejam impedidos de seguir essa sequência, isso porque como foi visto anteriormente, ela denota uma série de questionamentos que, no âmbito na política pública, ficam obscuros. Sendo assim, é plausível afirmar e compreender que os processos de aprendizagem política e administrativa:

encontram-se de fato em todas as fases do ciclo político, ou seja, o controle de impacto não tem que ser realizado exclusivamente no final do processo político, mas pode - ou até deve - acompanhar as diversas fases do processo e conduzir a adaptações permanentes do programa e, com isso, propiciar uma reformulação contínua da política (FREY, 2000, p. 229).

Após entendida a *policy analysis* é importante fazê-la à realidade brasileira principalmente no que se refere ao esporte brasileiro. Com o propósito de entender a maneira como acontecem as políticas relacionadas ao esporte de rendimento no Brasil é necessário aproximar esses dois campos de intervenção. Quando se faz a

análise das políticas públicas elas se tornam um importante instrumento de benfeitorias para a área em questão principalmente se forem aliadas teoria e prática enquanto conjuntos dessa análise que também se torna mais efetiva quando acontece abrangendo as inter-relações (existentes ou não) entre estruturas e processos do sistema político-administrativo.

De acordo com Frey (2000, p. 244):

Permanentemente, surgem novas forças e atores políticos - pensa-se, por exemplo, no crescimento contínuo e desordenado dos movimentos sociais e associações de moradores - no palco político, enquanto outros perdem ao mesmo tempo suas margens de ação e sua influência ou se retiram totalmente dos acontecimentos políticos.

Com o passar do tempo surgem cada vez mais grupos de indivíduos pautados em interesses próprios cujo objetivo é transformar esses interesses em política pública – de Estado preferencialmente. Atender os interesses de todos esses grupos torna o processo delicado e trabalhoso, por isso também que a nova configuração da política brasileira após o processo de democratização torna o decurso mais dinâmico e complexo à medida que o cenário apresenta estados e municípios governados por partidos políticos diferentes e com interesses próprios. Nesse sentido torna-se pertinente a pergunta: De que maneira é possível acontecer articulação entre instituições presentes em diferentes níveis de governo quando esses níveis são conduzidos por indivíduos com visões políticas diferentes?

É por esse e outros questionamentos, que a análise de políticas públicas deve ser feita analisando não somente a *policy* – programas, projetos e ações- mas também a *polity* e as *politics* que correspondem às instituições e os processos políticos que acontecem no interior das instituições. É pertinente a afirmação de Klaus Frey (2000, p. 249) quando relata que no Brasil:

O agir estatal e administrativo se baseia em formas clientelistas de interação, visa mais o caso individual e não soluções coletivas. A política efetiva não vem sendo produzida e implementada, ou só em proporções limitadas, dentro das instituições e de acordo com os procedimentos formalmente previstos na Constituição ou nas leis orgânicas dos municípios, e segue só de forma restrita os padrões de política aspirados teoricamente com os respectivos arranjos institucionais e procedimentais.

Isso denota uma abrangência na possibilidade de análise das políticas públicas em território brasileiro ao fornecer subsídios que delineiam uma maior

possibilidade de formação de grupos e redes de relações que influenciam muitas vezes mais que as próprias instituições políticas.

3 ESPORTE E LEGISLAÇÃO: A POSSÍVEL DEMARCAÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL

3.1 “ESPECIALIZAÇÃO, PERFORMANCE, ALTO RENDIMENTO, ESPETÁCULO, ALTO NÍVEL”: A COMPREENSÃO CONCEITUAL DO TERMO ESPORTE DE RENDIMENTO

Tentar delimitar conceitualmente o que venha a ser esporte de rendimento seja talvez uma tarefa audaciosa e perspicaz, contudo, para entender e ampliar a discussão acerca das políticas públicas voltadas a essa dimensão esportiva faz-se necessário conceber ao que se refere esse termo.

É possível afirmar, para início dessa temática, a ausência de sistematização do que venha a ser esporte de rendimento. As discussões giraram e ainda giram sempre em torno do esporte de rendimento no interior da escola, mas não se define efetivamente o que é esse esporte. Além disso, a não conceituação sobre o que venha a ser esporte de rendimento contribuiu para a dificuldade posta quanto à elaboração de políticas públicas para essa dimensão esportiva no Brasil.

Ao adentrar nas fontes e procurar entender de que maneira os autores conceituam o termo, é natural esbarrar na velha e longa, porém atual, dicotomia entre as áreas “esporte” e “educação física” (BRACHT, 1986; 2000; 2003; KUNZ, 1988; BETTI, 1991; 1995; COLETIVO DE AUTORES, 1992; DAOLIO, 2003; 2004; GAYA, 2000; MOREIRA, 1991; STIGGER, 2000). Claramente não cabe a esse trabalho perpetuar essa discussão nem promover diálogo com autores que ainda baseiam seus estudos nessa inconstante e interminável discussão, mas torna-se pertinente fazer alguns apontamentos para tentar delimitar, sob ponto de vista teórico, uma proposta conceitual.

Antes de trazer à tona autores que auxiliam nessa delimitação temática e contribuem para a compreensão do esporte atual e global, faz-se necessário resumidamente entender os impasses em torno do termo esportivo. As principais discussões acerca do esporte no Brasil datam-se da década de 1980 quando “autores diversos promoveram a “condenação” do esporte no Brasil partindo da ideia que ele promovia malefícios à infância e juventude” (CORRÊA *et al.*, 2014, p. 119).

Essa corrente de autores (OLIVEIRA, 1983; MEDINA, 1983; CAVALCANTI, 1984) tratava o esporte enquanto reprodutor da sociedade capitalista bem como

responsável por “satisfazer uma política assistencialista, que acabava por reproduzir a competitividade do mercado, perpetuando assim os moldes da sociedade capitalista” (CORRÊA *et al.*, 2014, p. 120).

Posteriormente surgem matrizes teóricas alicerçadas em suas ideias de acusação que ignoram o esporte enquanto fenômeno sociocultural e enaltecem o caráter alienante e desmoralizante promovido pelo esporte entendendo-o somente enquanto reprodutor de uma sociedade mercantil e consumista. Não sob o nome de esporte de rendimento mas entendendo-o como tal na sociedade moderna, era essa dimensão esportiva questionada e indagada por estudiosos da área. Era esse esporte que, no seio da escola, reproduzia o sistema capitalista tendo em vista que era seletivo e excludente afinal, dele participavam apenas os melhores.

Lovisolo (2001) relata que os autores da área nunca se pautaram em uma discussão que viesse resolver os impasses da briga de egos, mas sim, passaram sempre pela tangente o que de certa forma não contribuiu para uma resolução do que verdadeiramente é considerado esporte de rendimento e as implicações que, a indefinição do tema causa no interior da escola.

É possível assim corroborar com Lovisolo e entender que, mesmo diante de uma incessante discussão acerca de conceitos de “esporte na escola” ou ‘esporte da escola”, não houve de certa maneira contribuição alguma para que o impasse fosse resolvido ou até mesmo alguma conclusão fosse estabelecida e isso de nada adiantou em questões acadêmicas e estruturais no país. Nesse sentido, tenta-se compreender de que maneira sociedade e esporte se inter-relacionam a fim de lançar ideias acerca da dimensão esportiva aqui estudada.

É interessante destacar que esporte e sociedade refletem-se um no outro, ou seja, as mudanças que ocorreram nas sociedades refletiram na maneira como o esporte se apresentava frente à essas mudanças. De acordo com Rodrigues e Montagner (2003) a era pós industrial por exemplo, trouxe à tona sentidos e sentimentos diferentes daqueles até então cultivados tornando a competição, os méritos individuais e os êxitos sociais sinônimos dessa nova configuração da sociedade moderna. Os mesmos autores citam Allen Guttmann (1978) que revela as seguintes características dessa nova fase da sociedade: secularismo, equidade, quantificação, recordes, organização burocrática, racionalização e especialização. O autor apresenta inúmeros indícios que diferem o esporte da era moderna daquele iniciado no século XX o que permite encontrar características próprias e agora

modernas, da concepção de esporte em suas diferentes dimensões. Ainda nesse sentido, Marchi Júnior (2004; 2010, sp) entende o esporte enquanto:

uma atividade física polissêmica, institucionalizada, regrada e competitiva, um fenômeno histórico da humanidade construído e determinado a partir de contextos socioculturais diversificados, em constante desenvolvimento, e em franco processo de profissionalização, mercantilização e espetacularização.

Essa descrição permite a compreensão do esporte pelo prisma da polissemia cujo intento possibilita a visualização de um conceito sob perspectiva maior e de múltiplos sentidos, significados, contextos e dimensões (MARCHI JR, 2014). Essas possibilidades visualizadas de maneira esportiva-analítica pelo autor culminaram na descrição de esporte sob ponto de vista do dinamismo e de sua abrangente popularização, ou seja:

O esporte é compreendido como um fenômeno processual físico, social, econômico, cultural e historicamente construído (dinâmico), presente na maioria das culturas intercontinentais, independente de sua nacionalidade, idioma, cor, religião, posição social, gênero ou idade, e que na contemporaneidade tem se popularizado planetariamente e redimensionado seu sentido pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização (MARCHI JÚNIOR, 2014, s.p.).

Esse dinamismo também confere ao esporte a característica de constante mudança e adaptação à sociedade na qual ele encontra-se inserido, levando em consideração por exemplo os costumes e as leis dos países nos quais encontra-se desenvolvido ou em desenvolvimento.

Tubino (1987) também afirma que cada época tem seu esporte e a essência de cada povo nele se reflete, por isso ao contextualizar o momento pós Segunda Guerra Mundial observa-se que ocorre:

um processo de mercantilização cultural, simultâneo a significativas mudanças nas estruturas sociais, políticos e econômicas. Um novo padrão de produto e consumo, encabeçado pelos Estados Unidos, cujos valores exacerbam o individualismo, a vida privada, incentivando a competição profissional e social (status) emerge dando impulso ao consumismo e comunicação em massa (RODRIGUES; MONTAGNER, 2003, p. 7).

Ou seja, essa competição – característica essencialmente presente no esporte de rendimento é também uma característica social presente no período

específico acima citado e que perdura até os dias atuais não manifestando indícios de retrocesso na forma de concepção desse esporte, mas sim, de possibilidade de avanços substanciais que condiz com a visão de consumo presente na sociedade moderna.

Com relação a esse esporte de rendimento Costa (2007) revela que as habilidades físicas são trabalhadas e desenvolvidas por grupos de especialistas que buscam desenvolver movimentos ascendentes para uma exposição das habilidades corporais sob a base da simulação, e é nesse sentido que o esporte se constitui, de acordo com Wacquant (2002) enquanto “arte social”. Já, para De Rose, Deschamps e Korsakas (1999) o esporte de alto nível ou de alto rendimento é definido por como aquele no qual o atleta busca alcançar os melhores níveis de desempenho, obtendo assim bons resultados coletiva e/ou individualmente.

De acordo com autores como Katia Rubio (2001) torna-se cada vez mais importante na sociedade atual mensurar as próprias atividades como objetivo claro de quantificá-las e isso não ocorre de maneira diferente no esporte que se apresenta quantificado em cada ação esportiva. A autora cita Cagigal (1996) que relata que a valorização do número salta da ciência em outras ordens da vida, da indústria, do comércio, da propaganda à medida que o tempo invade a esfera esportiva e, nesse momento, se impõe a marca e o recorde, como elementos essenciais da apreciação do esporte, inclusive em níveis elementares.

Silva e Rubio (2003, p. 2) afirmam ainda que:

Assim, a prática esportiva, com o objetivo de atingir os melhores resultados dentro da competição, continua a firmar-se como um espaço de realização e de confirmação de competências pessoais e sociais, numa sociedade que valoriza o sucesso, a ascensão e a vitória. Além disso, a superação é tida como característica inerente do esporte, que se materializa na forma de recordes.

Na visão de muitos autores aqui citados o esporte de rendimento baseia-se quantitativamente. Os recordes são expostos pelos autores enquanto grande motivo que leva atletas a dedicar-se integralmente a uma vida de treinos e regulações, com vistas a quebrar recordes seus e de adversários. De acordo com Silva e Rubio (2003, p. 3):

Esta busca incessante pelo sucesso e pela superação dos recordes pressupõe, de maneira muito assertiva, uma evolução material da sociedade e física do atleta. Como já mencionado, nos treinos diários

o atleta busca a perfeição técnica, tendo em seu auxílio os estudos científicos sobre o movimento humano; já os fabricantes de materiais e equipamentos esportivos cumprem seu papel, lançando no mercado produtos sempre mais inovadores a intervalos cada vez menores. O mesmo se pode dizer sobre a evolução nas técnicas de construção de instalações esportivas. Conclui-se então que o recorde é o resultado de alguns fatores que se combinam num mesmo momento: o atleta atinge o melhor de sua técnica, reúne todas as suas virtudes físicas, aproveita-se dos recursos materiais que estão ao seu alcance e, excepcionalmente motivado, supera uma marca. Ou seja, o conjunto de fatores físicos e mentais, aliados à técnica e a tecnologia, contribuem indefinidamente para a construção de uma situação vitoriosa.

A atual noção da carreira de um atleta contribui ainda mais para a formação do que se pode caracterizar enquanto esporte rendimento, definição essa oriunda de estudos ainda mais propositivos acerca do conceito esportivo na sociedade atual. Autores como (BOUET, 1968; BROHM, 1976; 1978; 1989; BROHM; DAMIEN; MAURIN, 1989; GUTTMANN, 1978; MANDELL, 1986; GUAY, 1993) utilizam-se de expressões diferentes, mas que ao mesmo tempo se complementam, permitindo atribuir ao esporte moderno um caráter estritamente competitivo. Segundo Stigger (2000, p. 2) o esporte:

é fruto de um processo de racionalização da vida moderna, que transformou os passatempos e jogos desenvolvidos até então, em práticas vinculadas: à idéia de competitividade e afrontamento ao espírito esportivo; às regras e normas universalizadas; aos gestos estandarizados e especializados; à busca de resultados mensuráveis e comparáveis; à meritocracia, expressa na figura do campeão; à produtividade e performance corporal no sentido do progresso, cuja expressão máxima é o *record* esportivo.

Ainda de acordo com o mesmo autor:

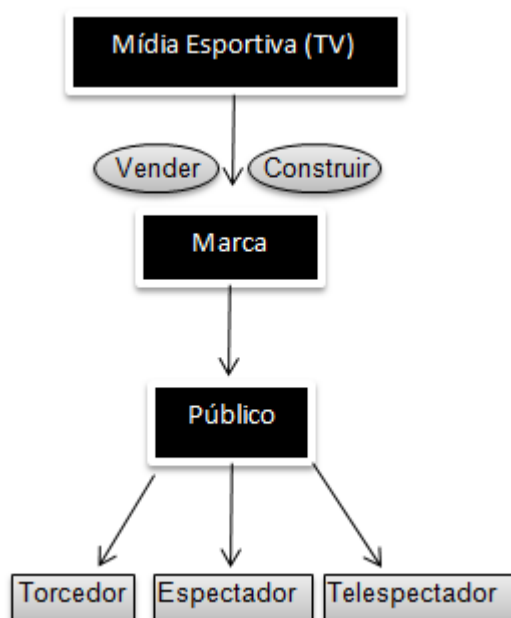
o esporte é visualizado numa perspectiva institucional, na medida em que é visto como um sistema de práticas competitivas situadas dentro de uma mesma lógica e coerência internas, a qual - objetivada nos seus regulamentos, normas, modalidades, valores e outros componentes - se relaciona com formas de organizações que lhe são exteriores (STIGGER, 2000, p. 2).

Notavelmente não há como desconectar a ideia trazida pelos autores sobre a contextualização do esporte moderno e ainda mais especificamente descritiva das características inerentes ao esporte de rendimento que se apresenta inserido em um contexto social-político-econômico-cultural específico de cada país. Na tentativa de diferenciação do esporte nas suas mais variadas dimensões é importante levar em

consideração dois fatores: o local da prática e a finalidade que o praticante atribui àquela prática. Por exemplo: duas pessoas correm juntas no parque, ou seja, praticam uma mesma modalidade, a corrida; porém, uma delas pratica a corrida como forma de se exercitar e melhorar seu sistema cardiovascular e a outra deseja melhorar seu tempo para aperfeiçoar sua participação na próxima maratona da cidade local. Logo: o que difere ambas é a finalidade para a qual aquela prática é exercida, ou até mesmo as intencionalidades decorrentes da prática da modalidade em questão.

O quesito finalidade também pode ser a égide sob a qual se distinguem as intencionalidades daqueles envolvidos no esporte de rendimento. A mídia, principalmente a televisiva por exemplo, tem um papel preponderante no esporte, cuja intencionalidade apoia-se em vender e/ou construir uma marca dentro do contexto esportivo. Essa marca será oferecida a um determinado público consumidor do esporte que grosso modo pode ser fragmentado em torcedor, espectador e telespectador, não desprezando o fato de que um indivíduo exercer mais de um “papel” de acordo com a situação em que se encontra.

FIGURA 3 - FUNCIONAMENTO DA INDÚSTRIA ESPORTIVA



FONTE: a autora (2016)

Entendendo-o enquanto uma dimensão prioritariamente pautada no desempenho, na competitividade na busca pela excelência há de se convir que a

lógica até então descrita é pertinente à visão das nuances relacionadas ao esporte rendimento como aquele que:

está associado a grandes espetáculos ligados à dimensão econômica, impulsionado pela revolução tecnológica da “era da informação” na “alta modernidade”. A dinâmica de funcionamento do esporte de alto rendimento levanta questões inerentes à modernidade e corresponde a formas institucionais nela presentes, em conjunto com o seu universo de fragmentação e dispersão. O estudo do fenômeno esportivo nos permite levantar as conexões entre a Sociologia e as instituições modernas (COSTA, 2007, p. 42).

Porém, todo esse processo que culminou nas terminologias e características adotadas por essa dimensão esportiva, é decorrente da transformação que ele teve ao ser caracterizado enquanto esporte espetáculo. Guy Debord (1994) faz uma leitura da sociedade moderna pautada em condições de produção que permitem associá-las à acumulação de espetáculos, o que permite incluir o esporte na lógica desse processo. De acordo com Costa (2007, p. 42):

O show esportivo vende e se converte em mercadoria. O esporte-espetáculo seria, pois, o esporte profissional de alta competitividade transformado em mercadoria, ou seja, o esporte, como mercadoria, é apresentado de forma espetacular com vistas a alcançar maior valor-de-troca. A questão mercadológica na sociedade capitalista encontrou no espetáculo uma forma de expandir o esporte.

Nesse sentido, Marcelo Proni, em seus mais diferentes escritos e contribuições para o meio acadêmico esportivo explica essa transformação, ou melhor dizendo (e por que não corroborando com o termo adotado pelo autor) essa metamorfose que ocorreu com o esporte moderno. Segundo o autor é preciso antes de mais nada observar as mudanças ocorridas no mundo esportivo; mudanças essas que culminam no entendimento da transfiguração²⁵ ocorrida no esporte do século XX. De acordo com Proni (1998a, p. 89), são esses os vetores de transfiguração do mundo esportivo:

a) uma tendência à expansão do número de modalidades e de praticantes; b) uma tendência à especialização e à profissionalização dos atletas; c) uma crescente diferenciação entre as competições recreativas e as dirigidas ao espetáculo; d) uma tendência à burocratização e à internacionalização do esporte-espetáculo.

²⁵ Termo utilizado por Marcelo Proni (1998) no decorrer da sua tese de doutoramento “Esporte-espetáculo e Futebol-empresa”.

Após o estabelecimento desses vetores, é possível verificar que as mudanças foram e permanecem constantes; além disso, correspondem à transformação de práticas esportivas em possibilidades de espetáculo, deixando à exposição midiática o principal termômetro para que se saiba distinguir entre uma prática e outra. Marcelo Proni ainda cita os sociólogos Barry McPherson, James Curtis e John Loy para fazer essa relação esporte moderno e mídia:

Antes do domínio da televisão, mudanças nas regras, estrutura e calendário foram introduzidas para aperfeiçoar o esporte ou incrementar a assistência das partidas. A partir do momento que o controle econômico deslocou-se para a televisão, mudanças foram introduzidas para agradar os telespectadores ou gerar mais receita com propaganda. [...] Como o esporte se tornou um segmento importante da programação de redes de televisão aberta e a cabo, assim como da cobertura de jornais diários e de muitas revistas, a mídia tem-se tornado crescentemente dependente do esporte. A mídia necessita preencher o tempo de transmissão e o espaço das colunas. [...] O esporte profissional tem algum controle sobre a mídia, embora a maior parcela do poder esteja claramente nas mãos da mídia (PRONI, 1998a, p. 93).

Cada vez mais autores colocam o esporte moderno alicerçado na mídia e nos meios de controle que um exerce sobre o outro. Há um consenso oriundo de estudiosos do meio esportivo quanto à apropriação que o esporte fez no decorrer dos anos das estratégias mercantis adotadas por uma sociedade a cada dia consumista. Sendo assim:

O esporte atualmente está caracterizado como um fenômeno sócio-cultural e político-econômico com grande influência e significado no cenário mundial, um fenômeno com múltiplas possibilidades e interpretações. Hoje envolvido cada vez mais por parâmetros empresariais e mercantis, faz de sua vocação para o espetáculo e de sua penetração significativa perante a sociedade um veículo de comunicação eficaz com estratégias mercadológicas atrativas e lucrativas (RODRIGUES; MONTAGNER, 2003, p. 62).

Na visão de Lovisolo (2001, p. 109) “o esporte rendimento se define na relação constitutiva entre esportistas e público, por isso igualamos esporte rendimento com esporte espetáculo”. Ou seja, para o autor não há lacunas entre esporte rendimento e esporte espetacularizado tendo em vista que ambos possuem atletas e público como mecanismos essenciais de ação e intenção.

Contudo, é possível aferir a existência de relação entre esporte rendimento e esporte espetáculo, porém, não se constituem enquanto sinônimos, mas sim como

consequência um do outro. Mas é natural, porém, que uma sociedade cada vez mais preocupada com a visibilidade social utilize-se do esporte para também conquistar essa visibilidade no cenário nacional e internacional, sendo que essa conquista ocorre a partir dos mais diversos meios, principalmente os de comunicação. Sobre isso, sabe-se que:

O desenvolvimento da mídia impressa e eletrônica fez com que os acontecimentos distantes tivessem influência nos eventos mais próximos, de forma que experiências canalizadas pela comunicação pudessem influenciar na organização das relações sociais (COSTA, 2007, p. 50).

Logo, verifica-se que a mídia auxiliou no processo de difusão de informações daquilo que ela considera passível de venda cujo retorno nas relações de troca é praticamente certo. Essa mídia, associada à lógica esportiva da sociedade atual, contribui para o processo de desenvolvimento do esporte de rendimento, cujos indivíduos (atletas, dirigentes esportivos, patrocinadores, treinadores) precisam estar nela inseridos a fim de conquistar o reconhecimento do público desejado.

Um dos termos mais lembrados e utilizados nessa trilogia mídia-esporte-indústria é o marketing que essencialmente busca estabelecer relações de troca visando o lucro. Logo:

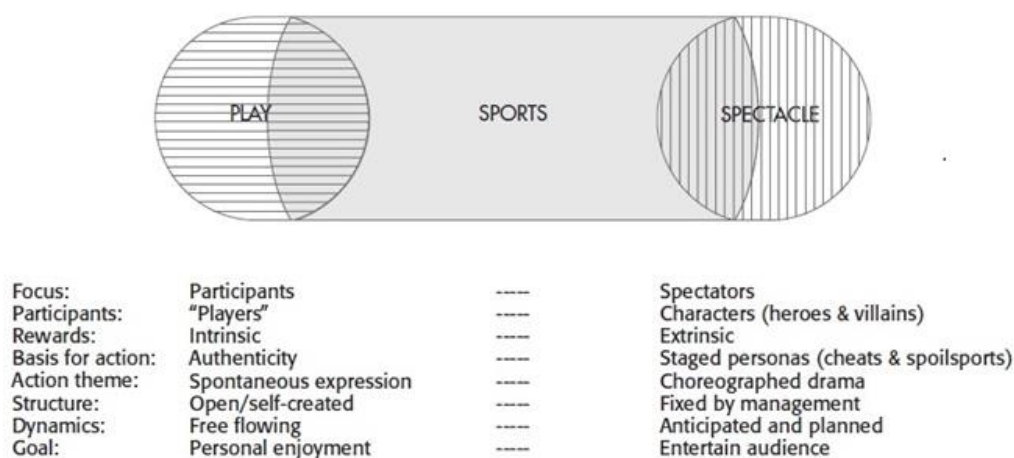
Como estratégia de investimento, as ações de marketing promocional têm expressado o aspecto mercadológico do esporte de alto rendimento. Por meio das ações de marketing promocional, as empresas associam sua imagem ao esporte, buscando, num primeiro momento, uma imagem forte, consolidada e positiva, peculiar aos feitos esportivos, para, em seguida, aumentar suas vendas, veiculando sua marca na mídia e, conseqüentemente, conquistando novos clientes e mercados (COSTA, 2007, p. 49).

O esporte através do marketing e vice-versa criam condições para que o esporte de rendimento se desenvolva num processo que gere lucros a todos os envolvidos. Uma empresa que exerce patrocínio sobre um clube de futebol, por exemplo, deseja que sua marca esteja em evidência quando da divulgação dos jogos desse clube na televisão. Em contrapartida, o clube de futebol deseja ser patrocinado para conseguir melhores jogadores e propiciar melhores condições de treinamento para seus atletas que almejam condições de treinamento favoráveis para um bom desenvolvimento do seu potencial enquanto esportista. A mídia nesse caso, deseja que o clube e seus atletas apresentem um futebol “digno” de televisão

para que os telespectadores cultivem o hábito midiático e consumam os produtos e serviços por ela divulgados. Já os telespectadores desejam visualizar um espetáculo que lhes traga prazer e satisfação preferencialmente com o bom desempenho de seu clube.

Deste modo, a mídia inserida no esporte de rendimento contribui e tem um papel fundamental para que esse esporte esteja cada mais associado à lógica de espetáculo. A figura a seguir esboça essa associação:

FIGURA 4 - JOGO, ESPORTE E ESPETÁCULO



FONTE: Coakley (2007)

O autor Jay Coakley procura conceituar esporte inserindo-o em um contexto intermediário ao do jogo e ao do espetáculo. Verifica-se que os participantes são o foco quando se trata de jogo, em contrapartida, os espectadores são a principal preocupação do espetáculo que necessita desses indivíduos para manter-se enquanto forma de entretenimento. A forma como o autor trabalha com a questão dos participantes também é muito interessante haja vista que caracteriza como jogadores aqueles que participam do jogo e como personagens aqueles que praticam o espetáculo. Ora, essa ideia de designação de heróis ou vilões no esporte faz-se pertinente ao espetáculo que, concebido para um público espectador, constrói e destrói mitos a todo momento. A estrutura que envolve de maneira diferente cada uma dessas concepções também é alvo de análise basta ver que no jogo essa estrutura é intrínseca ao indivíduo, ao jogador, enquanto no espetáculo a estrutura é integrante de um processo que culmina na implementação de ações por parte de diversos órgãos de gestão, que visam o lucro, ou seja, é uma estrutura baseada na

comercialização: de atletas, de direitos de transmissão de imagens bem como de suplementos, artigos e materiais esportivos.

É possível, portanto encontrar, o esporte inserido nessa lógica intermediária entre jogo e espetáculo, porém, quando se pensa especificamente na dimensão rendimento encontra-se esse esporte mais associado à questão do espetáculo, principalmente pela atual dimensão mercadológica que o esporte moderno adquiri e isso é reforçado com o advento dos megaeventos esportivos.

Logo na introdução desse trabalho foi comentado que as mudanças oriundas nas políticas públicas brasileiras foram retratos também das conquistas que o país teve ao se tornar sede de importantes eventos internacionais. Não é pertinente a esse momento voltar no tempo e apontar como os países sede de eventos esportivos de grande porte se utilizaram desses eventos para se mostrar ao mundo enquanto potência; mas o que se vê a cada dia no meio esportivo é uma disputa desenfreada por melhores colocações e medalhas em competições esportivas afim de se caracterizar enquanto potência no cenário internacional e conquistar status econômico e social oriundos desse feito.

Esse feito tem relação com a indústria esportiva que busca a cada dia se apoiar na dimensão esportiva aqui exposta. Tendo em vista o fato de que essa indústria objetiva a todo momento a obtenção de lucros através da comercialização de esporte, seu principal alvo de “ataque” é justamente o esporte rendimento pois é ele o mais vinculado à mídia e que gera cifras mais significativas em termos comerciais.

Sobre essa indústria do entretenimento, Nuzman (1996 citado por RODRIGUES; MONTAGNER, 2003, p. 10) relata que ela:

cresce tornando-se uma das principais atividades da economia, o esporte adquire novos papéis, configurando-se como uma linguagem universal. Esses papéis referem-se às interpretações dadas ao esporte; seu envolvimento com a sociedade, seu valor educacional, seu poder de excitação e distração. Com a passagem das gravações de eventos esportivos para transmissões ao vivo a televisão gerou um impacto nas relações dos meios de informação e a sociedade. O esporte teve suas relações comerciais e políticas ampliadas.

Sobre essa relação comercial e política relacionada ao esporte, Marcelo Proni auxilia no entendimento de que a estrutura esportiva em cada país é diferente de acordo com a história de cada modalidade esportiva bem como pelos cenários

político e econômico que se apresenta em cada país em determinado momento. Sendo assim:

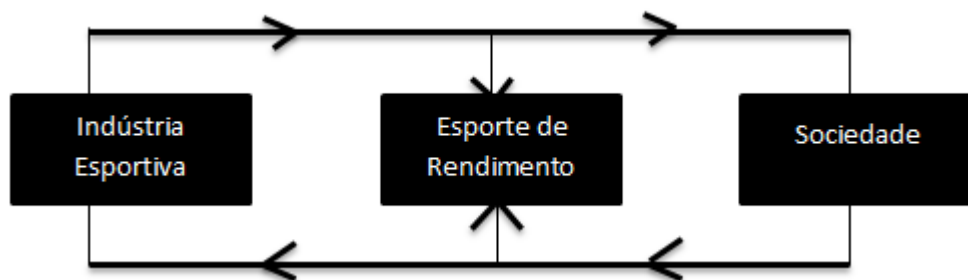
A mercantilização, a valorização do esporte como investimento, alta concorrência entre equipes e atletas, altos salários e valores expressivos dos direitos de transmissões, são processos que alteram as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Podemos relacionar esses processos com conceitos do neoliberalismo e da globalização econômica: desregulamentação dos mercados, queda das fronteiras e regionalismos e desarticulação dos mecanismos institucionais de proteção e coesão social, entre outros (RODRIGUES; MONTAGNER, 2003, p. 63).

Diversos autores tais como Proni (1998), Marques, Gutierrez e Almeida (2008) e Rodrigues e Montagner (2003; 2009) relatam ser essa comercialização exacerbada uma das fontes de motivação e caracterização do esporte de rendimento no país. Além disso, revelam que esse consumo ilustra a relação entre indústria esportiva, esporte rendimento e espectadores. De acordo com Rodrigues e Montagner (2003, p. 11):

Para ilustrar como o esporte, sobretudo no alto rendimento, reflete na sociedade como um instrumento de comercialização e espetáculo, podemos identificar nas relações dos indivíduos com o esporte diversas formas de consumo e relações comerciais, desde o espectador que paga para assistir determinado evento esportivo, do patrocinador que investe no evento, na mídia que realiza a cobertura, do telespectador que consome além do próprio evento os seus anunciantes, dos produtos e serviços gerados acerca do evento enfim de tudo a estrutura seja ela física ou não que proporciona o envolvimento comercial do esporte com a sociedade. O torcedor está sendo convertido em consumidor, inserido em uma sociedade de massa tem o esporte como atividade comercial de alta competitividade e ligada aos setores de comunicações e entretenimento.

É possível considerar, portanto que, em se tratando de esporte de rendimento e consumo, há uma nítida relação de compra, e porque não dizer de troca entre esses indivíduos, algo que se explicita na figura a seguir:

FIGURA 5 - RELAÇÃO DIRETA ENTRE INDÚSTRIA ESPORTIVA, ESPORTE RENDIMENTO E SOCIEDADE



FONTE: a autora (2016)

Indústria esportiva, esporte de rendimento e sociedade estão inter-relacionados. Ambos dialogam entre si e necessitam uns dos outros. A indústria se aproveita das características mercadológicas inseridas no esporte de rendimento e vende-o através de produtos ou serviços para a sociedade que por sua vez, atraída pela frequente exposição midiática do esporte de rendimento, consome produtos e serviços vinculados a ele pertencentes à indústria esportiva.

Essa indústria esportiva é fruto, e também acompanha, a revolução tecnológica que se insere na sociedade no final do século XX caracterizada por uma revolução tecnológica:

sem precedentes na história da humanidade, tamanha a rapidez de fluxo entre informações, capital e comunicação cultural. Ficou conhecida também como a “era da globalização” – o termo diz respeito ao sentido de alcance global do capital adquirido, tendo em vista a expansão da informação do conhecimento do último quartel do século XX, proporcionada pela revolução tecnológica da informação (COSTA, 2007, p 45).

Essa revolução auxilia na caracterização do esporte de rendimento nos dias atuais principalmente se levar em consideração o fato que esse está em franco processo de adaptação à essa revolução. A indústria surge a cada ano com uma novidade que visa deixar a competição esportiva ainda mais acirrada, impondo aos atletas a adaptação aos seus produtos caso esses quieram permanecer no rol de esportistas campeões. Roupas de natação que promovem menor atrito com a água, tênis com sistemas de amortecimento para o atletismo e dilatador nasal para jogadores e árbitros de futebol são pequenos exemplos dos achados dessa indústria para tornar o esporte mais competitivo e com possibilidades de se bater mais recordes.

Dessa forma, de acordo com Costa (2007) a estruturação do esporte de rendimento é sustentada por um processo de institucionalização singular, responsável pela profissionalização e pelos expressivos resultados da modalidade, garantindo-lhe posição hegemônica.

Portanto, pode-se definir o esporte de rendimento como aquele inserido no contexto sociocultural, praticado por atletas que, a partir de uma comparação de resultados, buscam exercer sua melhor performance e quebrar recordes afim de sagrarem-se campeões. A vitória, contudo, não depende somente da habilidade do atleta, mas também está relacionada a horas de treinamento regadas à disciplina e organização que conferem ao atleta esse *status quo*, conquistado por meio da meritocracia. Essa dimensão esportiva é pautada na especialização de movimentos e permeada pela competitividade se utilizando de regras universais definidas por instituições que regulamentam as diversas modalidades. O esporte de rendimento interfere na lógica político-econômica dos países sendo vigiado, difundido e mantido pela indústria do entretenimento que tem a mídia como sua principal aliada, baseando-se, portanto, na mercantilização e inserindo-se cada vez mais na espetacularização.

No item seguinte faz-se um esboço sobre a legislação esportiva brasileira principalmente aquela vinculada e destinada ao esporte de rendimento no país.

3.2 LEGISLAÇÃO PARA O ESPORTE DE RENDIMENTO BRASILEIRO

Neste momento a preocupação reside em demarcar a legislação esportiva brasileira após a promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo em vista ser esse o principal mecanismo até então criado e consolidado para legitimar o esporte enquanto direito social. Ainda nessa perspectiva, além de apontar as leis criadas em âmbito esportivo, serão enfatizadas aquelas que remetem ao esporte de rendimento no Brasil. Porém, antes de adentrar nos aparatos jurídicos esportivos brasileiros após o ano de 1988, parece pertinente situar o contexto histórico esportivo anterior a esse período como forma de entender as características que levaram o esporte a ser notado enquanto direito social.

Até o ano de 1937 não houve interferência estatal em âmbito esportivo, ou seja, até então o Estado não intervinha de maneira direta e/ou indireta na organização e estruturação esportiva brasileira, como se vê na citação a seguir:

Toda organização, estruturação e funcionamento provinham das entidades organizadas pela sociedade civil, que organizavam e propagavam o Esporte no país. Com efeito, as práticas esportivas e de lazer eram organizadas pela sociedade civil, sendo atividade social e não atividade de governos (PIMENTEL, 2007, p. 44).

É notável que mesmo com a ausência estatal o esporte se constituía enquanto elemento social, tendo em vista ser a sociedade a principal propagadora desse elemento. Para mostrar a estruturação do esporte no país Veronez (2005) aponta que antes mesmo da intervenção estatal no esporte brasileiro, já aconteciam eventos e incursões internacionais no país, como por exemplo: em 1914 foi criado o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) que auxiliou e possibilitou a participação brasileira nos Jogos Olímpicos; em 1915 as regras do basquete foram traduzidas para o português e em 1929 aconteceu o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais no atletismo. O Brasil já havia participado de quatro edições dos Jogos Olímpicos (Antuérpia, 1920; Paris, 1924; Los Angeles, 1932 e Berlim, 1936) quando ocorreu a primeira intervenção estatal no esporte brasileiro em 1941.

Porém, Mezzadri (2000) propõe o questionamento da escolha do governo em caracterizar o esporte enquanto elemento de intervenção. E, de acordo com o autor, isso ocorre, porque a bandeira do Estado Novo era a de:

consolidar a base nacionalista, seja no âmbito geral, seja no âmbito esportivo especificamente. Possivelmente, nesse caso, a identidade da sociedade, representada pelo Estado, tomou-se bastante presente nas configurações dos indivíduos, e o esporte cumpriu seu papel no processo de fortalecimento do Estado (MEZZADRI, 2000, p. 42).

Sendo assim, o decreto Lei 3199/41 procurou normatizar o esporte brasileiro e desenvolver na sociedade os valores impregnados na conjuntura política daquele momento intitulada como Estado Novo que visava, na esfera esportiva, interferência e total centralização das ações tendo em vista que a administração governamental daquele período era considerada tradicional, ou seja, participação restrita da sociedade e dos indivíduos nas tomadas de decisões (MEZZADRI, 2000). Durante esse período:

o Estado toma para si a tutela e o poder de decidir como orientar, fiscalizar e incentivar a prática de esportes em todo o país. São feitas referências ao profissionalismo e amadorismo e não são

mencionadas as categorias esporte de alto rendimento, esporte escolar e esporte participativo (GODOY, 2013, p. 83).

O esporte de rendimento, o principal meio condutor deste trabalho, encontrava-se obsoleto em termos de preocupação estatal nesse período considerado o primeiro em termos esportivos. De acordo com Melo Filho (1995, p. 26):

O Decreto-Lei nº. 3.199/41, nos seus 61 dispositivos, cuidou dos mais variados aspectos, traçando o plano de sua estruturação, regulamentando as competências desportivas, adotando medidas de proteção, consagrando o princípio de que as associações desportivas exerciam atividades de caráter cívico, dispondo sobre a adoção das regras internacionais, proibindo o emprego de capitais no objetivo de aferimento de lucros, impondo a obrigatoriedade da atenção dos desportos amadores às associações que mantivessem o profissionalismo, de modo a evitar o efeito desportivo predatório. Demais disso, ressalta-se a criação do Conselho Nacional de Desportos, representado nos Estados e Territórios pelos Conselhos Regionais, como órgãos governamentais, outorgando aos governos federal e estaduais os encargos de cuidar e velar pelo progresso, pela ordem e pela disciplina dos desportos.

Em termos de estrutura organizacional do esporte brasileiro, tema que remete ao entendimento da articulação dos entes federativos, proposta inicial e principal deste trabalho, é possível detectar, já a partir de 1941, a designação de um órgão responsável por gerir o esporte nacional e consequentemente as estruturas vinculadas a esse esporte. Observam-se esses pontos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei:

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desporto: [...] d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.

Art. 9º A administração de cada ramo desportivo, ou de cada grupo de ramos desportivos reunidos por conveniência de ordem técnica ou financeira, far-se-á, sob a alta superintendência do Conselho Nacional de Desportos, nos termos do presente Decreto-Lei, pelas confederações, federações, ligas e associações desportivas" (BRASIL, 1941).

Desde o Decreto-Lei de 41 o CND exercia a função de orientar, fiscalizar e incentivar a prática esportiva no país. Ele era o órgão que representava as esferas federal e estaduais na disseminação e ordem do esporte brasileiro e ditava as regras para que qualquer entidade que desejasse esse esporte de acordo com as

resoluções estabelecidas pelo referido conselho. A crescente quantidade de aparatos jurídicos que citassem o esporte em suas diferentes dimensões serviu de entendimento para a importância que esse segmento estava a adquirir nos anos seguintes ao Decreto-Lei de 41. Um período estatal em que autoridades governamentais preocupavam-se com a manutenção do absolutismo ditatorial, não era muito provável a preocupação com um segmento que não trouxesse nenhum benefício ao Estado e/ou não estivesse em crescente expansão.

Os Decretos-Lei subsequentes mencionaram as diversas instâncias acerca do esporte brasileiro. De acordo com Godoy (2013) o Decreto-Lei nº. 5.342/43 dispôs sobre a competência do CND e disciplinava as atividades desportivas. Em 1945, o Decreto-Lei nº. 7.674 passou a instituir um órgão fiscal para cada entidade ou associação desportiva e por fim, o Decreto-Lei nº. 8.458 foi o que regulamentou o registro dos estatutos das associações desportivas. Em 1956, o Decreto nº 38.778 instituiu a Comissão Desportiva das Forças Armadas (CDFA), com a finalidade de organizar e dirigir as atividades desportivas das Forças Armadas fazendo com que o Desporto Militar obtivesse relativa independência do CND.

A Lei 6.251/75 estabeleceu legalmente dispositivos que não só perpetuaram como também aumentaram o poder do CND sobre o esporte nacional (BRASIL, 1975). Os autores Alves e Pieranti (2007, s.p.) afirmaram que, “em 1975, o Conselho Nacional de Desportos, por meio da Lei 6.251 teve sua força ampliada, tornando-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do esporte no Brasil – em resumo, o CND passava a ter o poder absoluto sobre o setor”.

A referida lei tratou da instituição das normas gerais sobre desportos e seus artigos 9º e 10º referiram-se especificamente ao Sistema Desportivo Nacional. De acordo com o art. 10 da mesma Lei, “para efeito de definição do Sistema Desportivo Nacional são reconhecidas as seguintes formas de organização dos desportos: I - comunitária; II - estudantil; III - militar, e IV - classista” (BRASIL, 1975a). Por forma de organização comunitária entende-se amadorista ou profissional, sendo essas referentes às atividades executadas em ligas, associações, confederações, federações e também no COB. A forma de organização estudantil acontecia subdividindo-se em esporte universitário e escolar, organizados e supervisionados pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários e pelo Ministério da Educação (MEC) respectivamente. O esporte praticado pelas Forças Armadas caracterizava-se como forma de organização militar; e finalmente, a quarta forma de

organização dos desportos chamada de classista que servia para designar a realização do desporto para os trabalhadores por meio de associações desportivas nas empresas.

Nesse momento, o esporte passou a ser visto sob diversas dimensões, de certo modo, essa proposta do governo de organização do esporte significou um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da pluralidade de manifestações esportivas, muito embora a referência adotada permanecesse o esporte seletivo e de alto nível. Em suma, a proposta não era oferecer acesso às atividades esportivas de acordo com os interesses da população, mas impor uma prática esportiva cujo modelo era oferecido naquele momento pelo esporte comunitário (VERONEZ, 2005).

A nova resolução apresentou-se pautada em ideais que não tangem exclusivamente a seleção dos melhores e conseqüentemente a competição; as demais dimensões esportivas encontram-se aqui respaldadas em princípios que as remetem tais como: lazer, participação e aptidão física. Esse posicionamento é confirmado ao observar o Art 5º da referida lei:

Art.5º O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos: I - Aprimoramento da aptidão física da população; II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas; III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa; IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais; V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer (BRASIL, 1975a).

Interessante destacar nesse momento a importância do Sistema Desportivo Nacional como aquele regulamentador do que efetivamente o Estado entendia como esporte tendo em vista que no parágrafo primeiro do artigo 11 determinava que “as pessoas jurídicas de direito privado que proporcionam a prática de atividades desportivas e não se integram no Sistema Desportivo Nacional serão classificadas como entidades recreativas”. Ou seja, entendiam-se como atividades desportivas bem como as entidades fomentadoras das referidas atividades apenas àquelas atividades (e entidades) que integrassem o Sistema Desportivo Nacional.

De acordo com Godoy (2013), a referência sobre o sistema desportivo nacional na Lei 6.251/75 passava a impressão de que esse seria:

uma unidade centralizadora na manutenção da ordem e funcionamento dos órgãos públicos e das entidades privadas para a prática dos desportos. No entanto, os propósitos para a criação do sistema nacional se diluem na medida em que o poder na tomada

das decisões foi regulamentado e atribuído ao Ministério da Educação e Cultura como o órgão competente para “elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), observadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos (Art. 6º)” (BRASIL, 1975a) (GODOY, 2013, p. 92).

Notável que apesar de estar caracterizada como primordial a existência de um sistema nacional que tratasse do desporto a nível nacional, o Plano Nacional que serviria por balizar e incluir também ações relativas a esse sistema, estava sob responsabilidade de um ministério que não o do esporte²⁶. Além disso, a partir do decreto lei de 1975 o CND, órgão diretamente ligado ao Estado, teve suas possibilidades de intervenção no esporte ampliadas haja vista que a organização e regulamentação de todas as organizações desportivas daquele período estavam sob a égide do referido Conselho. O documento também deixou de mencionar a participação e demais responsabilidades dos Conselhos Regionais Desportivos (CRD) o que sugere acreditar que, naquele momento, o esporte era pensado apenas a nível nacional diminuindo a importância da regionalização de estados e municípios na formulação de estratégias para atuação do Estado no esporte.

O esporte de rendimento pode ser notado nessa Lei a partir do momento em que ela estabelecia de maneira inovadora a concessão de bolsas de estudos por órgãos oficiais, preferencialmente, aos alunos de qualquer nível que se sagrassem campeões esportivos, nas áreas estadual, nacional e internacional, desde que tivessem obtido aproveitamento escolar satisfatório o que denota a importância que o Estado destinava ao esporte de rendimento através do “incentivo aos campeões” (BRASIL, 2011c, p. 77). Observa-se a ausência de discussões acerca do conceito de esporte de rendimento, ou seja, não se tem (via legislação brasileira) uma clara conceituação de quais características integram esse conceito, logo, as leis se baseiam em palavras que remetem a essa dimensão esportiva.

A lei subsequente n. 6.324/76, também conhecida como Lei do Passe, visava estabelecer normativas para a regulamentação do contrato de trabalho entre o jogador de futebol e seu clube (BRASIL, 1976). Essa lei estabelecia a relação arbitrária das associações esportivas (clubes) para com seus atletas (jogadores) tornando-os propriedade de seu empregador. A Lei do Passe, portanto, contribuiu

²⁶ É importante ressaltar que nesse momento, 1975, ainda não havia sido criado um Ministério do Esporte, ou seja, o esporte ainda estava inserido em outras áreas que o abrigavam de maneira espontânea ou obrigatória. O esporte só conseguiu caracterizar-se como tal 20 anos depois com a criação do Ministério Extraordinário do Esporte em 1995.

para que a hegemonia dos clubes sobressaísse aos direitos dos jogadores, cooperando para que os atletas fossem considerados patrimônio de seus clubes. Destaca-se também a importância dada ao futebol nesse processo, como a modalidade que expressou, nesse caso, o esporte de rendimento no país. A preocupação com o profissional “atleta de futebol”, sendo excluídos os atletas das demais modalidades esportivas, atesta a tese da primazia dessa modalidade diante das demais, o que permite refletir conseqüentemente nas leis que surgem intitulando parágrafos com o nome “esporte”, mas nas entrelinhas lê-se “futebol”.

Nessa mesma época pairava a intervenção total do Estado no setor esportivo. O regime instaurado em épocas militares, cujo controle permeava as relações institucionais entre Estado e organizações desportivas, perpetuava ainda nesse momento através do contínuo ordenamento de ações realizado pelo CND. O financiamento destinado ao esporte no Brasil, seja através da criação de fundos de financiamento, ou através de loterias esportivas, visava de maneira preponderante o esporte de rendimento no país haja vista que os recursos provenientes destes fundos eram destinados ao pagamento de despesas com delegações participantes de Copas do Mundo de Futebol ou Jogos Olímpicos.

O Decreto 80.228/77 regulamentou a Lei 6.251/75 fazendo permanecer ainda sob escopo principal de atuação o referido sistema, além disso, promoveu a reestruturação dos encaminhamentos para o esporte e a Educação Física no Brasil (BRASIL, 1977).

A conjuntura política do final da década de 1980 foi marcada pela redemocratização do país e isso de certa maneira se refletiu na próxima intervenção estatal no esporte brasileiro: a Constituição Federal (CF) no ano de 1988 que definiu como prioridade o esporte educacional, ou seja, o praticado na escola, aquele voltado mais à formação e desenvolvimento do indivíduo e à sua integração na coletividade do que propriamente na seletividade e à hipercompetitividade. Todavia, os recursos públicos, segundo a norma constitucional, também deveriam ser destinados, em casos específicos, ao esporte de alto rendimento, isto é, o esporte de competição (BRASIL, 2011c, p. 77).

Um dos principais princípios apontados e destacados no texto constitucional foi a autonomia organizacional a partir da qual as entidades esportivas passavam a escolher seus gestores sem interferência do Estado. Os entes federativos gozavam

dessa autonomia tendo em vista ser ela estendida à União, estados e também ao Distrito Federal. O texto da Lei aponta através do artigo 217 que:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL, 1988).

Esse artigo regulamentou como obrigação estatal ofertar à população o esporte em todas as dimensões, até então entendidas como esporte-educacional, esporte-participação e esporte-rendimento. Contudo o texto, na maneira como foi redigido ou na sua própria intencionalidade, apresentou indícios para se questionar a efetiva responsabilização pela promoção do esporte no país. É pertinente o apontamento de Melo Filho (1995) ao revelar que “este artigo contempla quatro incisos e 3 parágrafos, todos voltados para que o desporto caracterize-se como direito do cidadão, converta-se em dever do Estado e se transforme em responsabilidade social de todos”. Ou seja, há uma visível contradição com relação aos papéis desenvolvidos pelo Estado e pelas entidades esportivas tendo em vista que ambos têm por obrigação fomentar o esporte em território nacional.

Essa autonomia sugere que o Estado transfira sua própria responsabilidade para as entidades esportivas e que também haja sobreposição de papéis que se caracteriza, ainda que atualmente, como um dos grandes problemas relativos ao desenvolvimento do esporte brasileiro, pois, a partir do momento que não está designada qual a competência de cada órgão, cada qual pode realizar ações de acordo com suas próprias intencionalidades. Ainda sobre essa autonomia, Melo Filho (1995, p. 48-49) sugere que:

Autonomia não quer dizer anárquica inexistência de normas, nem significa independência e insubordinação às normas gerais fixadas na legislação desportiva e indispensáveis àquele mínimo de coerência reclamado pelo próprio sistema desportivo nacional, sob pena de trazer nefastas consequências para o desporto brasileiro. [...] A autonomia “sub examine” não é um fim em si mesma, mas um meio de dotar as entidades desportivas de instrumentos legais capazes de possibilitar uma plástica organização e um flexível

mecanismo funcional que permitam o eficiente alcance de seus objetivos, e isso envolve, necessariamente, uma profunda revisão do excesso de leis e de amarras burocráticas que cerceiam e tolhem o gerenciamento desportivo das entidades esportivas.

O autor preconiza, portanto que a autonomia, no sentido correto de sua significância, parece pertinente à legislação vigente, porém, no sentido aqui colocada, não mede esforços para que seja compreendida de maneira contrária aos benefícios a que se propõe. Essa autonomia por vezes mascara a tentativa de organização do esporte nacional pelo simples fato de que, apesar de determinar a obrigação com relação ao fomento esportivo não estabelece qual o papel de cada órgão estatal e de cada entidade esportiva no cumprimento dessa obrigação.

Subsequentemente apresenta-se a Lei nº 8.672/93 também conhecida como Lei Zico que, grosso modo, veio regulamentar o que estava previsto na Carta Magna promulgada a cinco anos atrás. Essa lei também reconheceu, em termos jurídicos, as formas de dimensão esportiva enquanto esporte-educacional, esporte-participação, esporte-performance. Essa última manifestação, porém, foi direcionada quanto à sua organização e fomento à iniciativa privada a partir da Constituição Federal, Lei Zico e Lei Pelé.

O esporte de rendimento, ou performance mesmo que de maneira enrustida sempre se apresentou como prioridade em termos institucionais, tendo em vista principalmente o avanço do mercado esportivo a nível internacional. De acordo com Linhales (1996, p. 210):

[...] aqueles interesses que se relacionam com o esporte como um setor produtivo e de bases mercantis são os que têm conseguido fazer-se melhor representar no interior do Estado, pelo menos no que diz respeito ao âmbito federal. A composição do Conselho Superior de Desportos (CSD), por exemplo, é uma inequívoca comprovação de tais afirmações. Nele se encontram representados apenas os interesses esportivos voltados para o alto rendimento esportivo e econômico (confederações, clubes, atletas, empresas, imprensa, etc.). Não existem representações que defendam o esporte como uma necessidade ou direito social.

A Lei nº 9615/98 intitulada como Lei Pelé teve o intuito de continuar com as discussões propostas na lei anterior, bem como perpetuar a regulamentação esportiva iniciada no ano de 1988 com o advento da Constituição Federal; para críticos como Veronez (2005) foi pequena a contribuição da Lei Pelé haja vista que fez referência ao bingo em seu texto original. Em perspectivas atreladas ao objetivo

desse trabalho, a referida lei caracterizou como esporte de rendimento aquele praticado segundo as regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do país e de outras nações. Essa lei definiu as normas gerais para o esporte e a forma pela qual é regulada a prática desportiva formal: “A prática esportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto” (BRASIL, 1998).

A Lei 10.671/03 também conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT) veio dispor sobre as medidas relativas aos deveres e principalmente direitos do torcedor de futebol (BRASIL, 2003). Apesar de as leis anteriores prioritariamente mencionarem e colocarem o futebol como seu “carro chefe”, pela primeira vez o torcedor de futebol foi inserido como sua principal proposta de intenção e ação. Prestes e Mezzadri (2007, s.p.) comentam que:

Com o intuito de garantir direitos aos torcedores – que então passam a ser compreendidos como consumidores – espetáculo esportivo e instituir deveres para os clubes esportivos, federações estaduais e confederação nacional e ao poder público. Esses órgãos passam a ser responsáveis por garantir a segurança do torcedor, a transparência do evento realizado e pela punição de responsáveis envolvidos em qualquer tipo de manifestação que deprecie e prejudique o espetáculo.

Logo, o esporte de rendimento foi a dimensão esportiva priorizada por essa lei de 2003. O termo espetáculo aparece no texto da lei deixando clara a intencionalidade de entendê-la para além de uma proteção única e exclusivamente ao torcedor de futebol. O poder público, enquanto também responsável pela legislação, concebe o evento esportivo atual como espetáculo e para tanto, precisa amparar o partícipe nos moldes a se enquadrar nesse conceito moderno e mercantilizado.

Importante lembrar que a criação do Ministério do Esporte, enquanto principal responsável pela implementação de políticas públicas para a área esportiva aconteceu exatamente no ano de 2003, ou seja, a partir de então o esporte passou a ter uma pasta ministerial dedicada somente às suas questões.

No ano de 2006 ocorreu a aprovação da lei nº 11.345/06 intitulada como Timemania que se caracteriza como uma loteria esportiva responsável por captar

recursos para auxiliar os clubes de futebol brasileiros com dívidas com o Estado (BRASIL, 2006b). Não obstante o fato da legislação brasileira ser caracterizada e formulada para o futebol ainda se observa mais uma vez a perpetuação do espetáculo esportivo. Os clubes de futebol, que estudados por amplos vieses se concretizariam em uma tese, são a temática central dessa última intervenção estatal no esporte brasileiro, mostrando que a espetacularização cresce em amplitude esportiva e em preocupação estatal.

Por fim, atenta-se ao Decreto n. 7.984 de 08 de abril de 2013 que regulamentou a Lei 9615 de 24 de março de 1998 a qual instituiu normas gerais sobre esporte. De acordo com o artigo 4º do referido decreto, o esporte de rendimento pode ser organizado e praticado de duas formas:

- I- de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo entre o atleta e a entidade de prática desportiva empregadora;
- II - de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato especial de trabalho desportivo, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio (BRASIL, 2013a).

É importante destacar que podem ser caracterizados como incentivos materiais os benefícios ou auxílios financeiros concedidos a atletas na forma de bolsa de aprendizagem²⁷, bolsa-atleta²⁸, bolsa paga a atleta por meio de recursos provenientes da LIE²⁹, e benefícios ou auxílios financeiros similares previstos em normas editadas pelos demais entes federativos.

A lei 13.155/2015 em seu capítulo VI, art. 38, promove alterações na Lei nº 8.672/98 (Lei Pelé) no que se refere às dimensões esportivas, acrescentando uma quarta dimensão: desporto de formação que, de acordo com a lei é caracterizado pelo:

fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição (BRASIL, 2015i).

²⁷ Conforme previsto no § 4º do art. 29 da Lei nº 9.615, de 1998

²⁸ Forma de incentivo prevista na Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004

²⁹ Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006

Assim como em outras incursões legislativas não fica clara a especificidade da definição à medida que, da maneira como se mostra, parece permear as três anteriores de forma a “se encaixar” em cada uma delas, de acordo com o momento, com a finalidade e com a prática do esporte praticado em questão.

Um importante ponto a ser levantado nesse momento se refere à falta de conceituação do que a legislação e seus promulgadores, entendem enquanto esporte de rendimento. Nas mais diversas leis e decretos existentes se propõem ações voltadas a essa dimensão esportiva sem ao menos caracterizá-la enquanto tal. Afinal: Qual conceito de esporte de rendimento existe na legislação brasileira? Esse ponto de discussão para, além de confirmar a falta de apropriação do conceito, justifica que a legislação brasileira aparece muitas vezes confusa e recorrente aos mesmos pontos quando da necessidade de criação de uma política para o desenvolvimento do esporte de rendimento. Aparenta que em diversos momentos, e em anos subsequentes, o aparato jurídico brasileiro remonta as mesmas questões, as mesmas políticas e as mesmas necessidades para a dimensão esportiva aqui estudada, sem inovar ou concretizar de maneira mais sólida essas propostas. Logo, se faz necessária uma revisão conceitual e uma apropriação do que as entidades governamentais entendem por esporte de rendimento, para que assim propostas possam ser encaminhadas e visualizadas de maneira semelhante pelas instituições que promovem ações para a consolidação dessa dimensão esportiva em território nacional.

O subitem a seguir discorre sobre as CNEs e a Política Nacional do Esporte tendo em vista que ambas buscam consolidar um Sistema Nacional de Esporte através de ações concretas referentes às diversas dimensões esportivas.

3.2.1 Conferências Nacionais de Esporte e Política Nacional de Esporte: a tentativa de legitimidade esportiva

Esse item prevê subsidiar as discussões quanto à criação e implementação de uma Política Nacional de Esporte (PNE) por entender que essa política é fruto de uma legislação que buscou melhorias estruturais e funcionais para o esporte

brasileiro³⁰. O ministério responsável³¹ pela articulação dessa política entendia-a enquanto “conjunto de preceitos organizacionais do governo brasileiro e da sociedade organizada”; além disso, declarava que essa política deveria:

estar ajustada às estratégias para superar os obstáculos existentes e chegar aos seus objetivos propostos, os quais terão que estar definidos e harmonizados com as possibilidades efetivas da eficácia (MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO, 1999, p. 1).

A Lei nº 6.251, em 8 de outubro de 1975 (BRASIL, 1975), regulamentada pelo Decreto nº 80.228 de 25 de agosto de 1977 (BRASIL, 1977), foi a primeira que pôs em pauta a Política Nacional de Educação Física e Desportos. Dez anos se passaram a partir da promulgação da lei de 1975 e então foi proposta uma “Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro” que auxiliou na constitucionalização do esporte brasileiro através do artigo 217 da Constituição Federal.

A PNE constitui-se enquanto um instrumento que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento do esporte no país. Um dos grandes destaques do documento da PNE é a necessidade de definição dos papéis das instituições que regularizam o esporte no país, ou seja, indiretamente coloca enquanto indispensável a criação de um sistema nacional de esporte, consolidado e atuante frente às dimensões esportivas brasileiras.

De acordo com o documento proposto por Tubino (1999) cabe à União:

considerar o Esporte em toda a sua abrangência social, como uma questão nacional de Estado, envolvendo todos os Ministérios e seus setores para que as práticas esportivas venham constituir-se em meios de promoção da população, inclusive, visando a melhoria da qualidade de vida e auto-estima dos brasileiros (BRASIL, 1999, p. 16).

O documento ainda reforça algumas diretrizes intrínsecas ao papel da União na condução do esporte no país, que podem ser visualizadas no quadro abaixo:

³⁰ Em 1999 foi escrito um texto base intitulado como Política Nacional do Esporte que se caracterizou enquanto política e sua principal contribuição, no que concerne aos objetivos desta tese, foi descrever o papel dos entes federativos no desenvolvimento do esporte no país. Contudo, em 2005, essa PNE se firma como política efetivamente a partir de uma iniciativa do Conselho Nacional de Esporte (CNES) de consolidar o esporte como uma questão de estado.

³¹ Nesse ano, o ministério em questão era “Ministério do Esporte e Turismo”.

QUADRO 3 - PAPEL DA UNIÃO NA POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

1	Estabelecer o Esporte como uma das prioridades sociais
2	Elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte
3	Promover o desenvolvimento do Esporte Educacional, Esporte Escolar e Esporte-lazer
4	Fomentar a capacitação de recursos humanos que atuam no Esporte do país
5	Disponibilizar recursos, através de agências de fomento, à ciência aplicada ao Esporte (Congressos, pesquisas, estudos, intercâmbios, laboratórios, tecnologia e difusão da informação)
6	Estimular a indústria nacional do Esporte
7	Buscar convênios internacionais esportivos, que tragam progresso esportivo e/ou que contribuam para a cultura da paz
8	Propiciar e incentivar a livre iniciativa na organização esportiva
9	Legislar para que o processo esportivo brasileiro tenha um referencial legal compatível com o estágio de desenvolvimento alcançado
10	Criar condições legais favoráveis, através de legislação específica, que tragam o interesse de patrocínios e investimentos da iniciativa privada e atração da mídia, no sentido de um desenvolvimento auto sustentado do Esporte
11	Legislar para que as entidades esportivas possam adquirir, sem tributação, os equipamentos esportivos indisponíveis no Brasil;
12	Estabelecer leis e normas que combatam os ilícitos do Esporte, inclusive, contra o doping
13	Estimular e apoiar os Estados e Municípios nas suas ações para o desenvolvimento do Esporte em seus territórios
14	Disponibilizar patrocínios e investimentos, pelas empresas de responsabilidade da União, para as entidades esportivas e ações do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte
15	Investir recursos públicos na infra-estrutura esportiva (instalações e equipamentos) de acordo com os objetivos formulados no Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte
16	Contribuir para a melhoria constante da performance das equipes nacionais nos competições internacionais
17	Difundir e promover, com programas diferenciados, os esportes de criação nacional e identidade cultural
18	Apoiar o Esporte para pessoas com necessidades especiais, inclusive, nas participações internacionais
19	Desenvolver e apoiar programas de práticas esportivas para grupos em estado de carência, principalmente com crianças e adolescentes
20	Desenvolver programas especiais esportivos de preservação da cultura indígena
21	Apoiar programas esportivos da chamada terceira Idade
22	Estimular a interseção do Esporte com o Turismo, favorecendo a introdução de programas e eventos esportivos nos calendários e promoções turísticas
23	Promover e apoiar a realização de competições esportivas internacionais no Brasil
24	Apoiar a participação de brasileiros (dirigentes, técnicos e cientistas) nas entidades internacionais esportivas

FONTE: Brasil (1999).

Com relação às disposições desse texto é perceptível que a dimensão rendimento aparece inserida em alguns dos itens acima através das expressões: indústria esportiva, competições esportivas, performance e doping, por exemplo.

O papel da União no desenvolvimento do esporte é algo complexo e que denota um grau de responsabilidade condizente com sua importância dentro do federalismo, porém, ela por si só não consegue atender à demanda social para o esporte de rendimento no país.

Os estados possuem também seus papéis bem definidos na PNE, segundo a qual eles devem desenvolver sua política esportiva a partir de um Plano Estadual do esporte que engloba as funções descritas no quadro abaixo:

QUADRO 4 - PAPEL DOS ESTADOS NA POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

1	Destinar recursos para as atividades esportivas em geral
2	Desenvolver o Esporte Educacional e Esporte Escolar nas perspectivas da formação para a cidadania e de dar oportunidades de práticas esportivas para os jovens que se apresentarem com condições
3	Promover eventos esportivos sob diversas formas (cidades, associações, escolas, mistas etc)
4	Estimular a pesquisa científica relativa ao Esporte através da disponibilização de recursos por agências de financiamento
5	Desenvolver projetos esportivos específicos de situações e circunstâncias do estado, de acordo com a Política Estadual de Esporte
6	Apoiar as iniciativas e movimentos municipais a favor do desenvolvimento do Esporte
7	Fomentar a capacitação de recursos humanos que atuam no Esporte do estado
8	Favorecer a instalação de unidades industriais produtoras de equipamentos e material esportivo no estado
9	Criar na sua jurisdição, leis que favoreçam o desenvolvimento esportivo estadual
10	Disponibilizar patrocínios e investimentos pelas empresas de responsabilidade do Estado, para as entidades esportivas estaduais e ações previstas no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte
11	Investir recursos públicos do Estado na infra-estrutura esportiva estadual (instalações e equipamentos), de acordo com os objetivos formulados no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte
12	Contribuir para a melhoria das representações esportivas do Estado nas competições nacionais
13	Apoiar as organizações esportivas estaduais (federações, associações etc)
14	Difundir e promover os esportes de criação do Estado com programas especiais
15	Apoiar as práticas esportivas das pessoas com necessidades especiais
16	Desenvolver e apoiar programas para crianças e adolescentes carentes
17	Apoiar e desenvolver programas esportivos para a chamada terceira idade
18	Propiciar a inserção de programas e eventos esportivos nos calendários e programações turísticas

FONTE: Brasil (1999).

As diretrizes não sugerem algo diferente que aquilo apontado enquanto papel da União, apenas nos estados elas se adequam às especificidades e necessidades dessa esfera de governança.

Quanto aos municípios, eles também têm um papel importante e fundamental para o desenvolvimento do esporte, cujas funções estão descritas no quadro abaixo:

QUADRO 5 - PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

1	Entender o esporte como uma das prioridades municipais relacionadas à Qualidade de Vida das pessoas, elaborando uma Política Municipal de Esporte e um Plano consequente
2	Desenvolver o Esporte Educacional no ensino fundamental na perspectiva da formação para a cidadania e de dar oportunidades de práticas esportivas para os jovens que se apresentarem com condições
3	Investir recursos públicos para disponibilização de instalações esportivas para as práticas populares de lazer, atendendo as vocações esportivas e culturais das pessoas do município
4	Promover eventos esportivos
5	Desenvolver projetos esportivos específicos de interesse do município
6	Mobilizar a iniciativa privada para os projetos esportivos do município
7	Fomentar escolas de aprendizagem esportiva, principalmente em determinadas modalidades que expressam as vocações esportivas do município
8	Dar condições de trabalho para os recursos humanos que atuam nos espaços públicos esportivos do município
9	Criar no âmbito municipal uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada
10	Contribuir com as associações esportivas, principalmente aquelas que possam representar a imagem do município quanto às suas tradições e vocações esportivas
11	Apoiar, através de programas especiais, os talentos esportivos surgidos, de forma que eles tenham condições de desenvolvimento atlético
12	Difundir e promover os esportes de criação regional
13	Apoiar as práticas esportivas das pessoas com necessidades especiais
14	Desenvolver programas esportivos para crianças e adolescentes carentes
15	Criar e desenvolver programas esportivos para a chamada terceira idade
16	Propiciar que os programas e eventos esportivos façam parte dos calendários e programações turísticas do município

FONTE: Brasil (1999)

Por mais que sejam atribuídas funções relativas à cada esfera governamental elas aparecem como que repetidas no interior dos quadros, apenas modificando os atributos “federal” “estadual” e “municipal, não havendo em contrapartida perspectivas de associação das esferas governamentais em torno de um objetivo em comum. Ainda assim, parece pertinente ao que acontece na realidade esportiva brasileira quando que o incentivo à indústria esportiva, por exemplo, aparece como função dos três níveis de governo, contudo não descreve de que maneira essa função é específica em cada esfera federativa.

Além dos papéis atribuídos a cada uma das esferas governamentais, o documento aponta também as outras entidades que são responsáveis pelo desenvolvimento do esporte de rendimento no país: COB, Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Confederações Esportivas Nacionais, Federações Esportiva Estaduais e as associações esportivas.

QUADRO 6 - PAPEL DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DE RENDIMENTO

1	Representar o Brasil nas competições internacionais. O COB coordenará a participação brasileira nas competições do Movimento Olímpico e o CPB, as competições do movimento paralímpico;
2	Estabelecer Planos de Expectativa para cada esporte, os quais compreenderão um ciclo de alguns anos. O mais comum será o ciclo olímpico, isto é, de uma disputa de Jogos Olímpicos ao próximo. Entretanto, de acordo com as características e o contexto de cada modalidade, este plano poderá variar, chegando a mais ou menos tempo;
3	Elaborar um Plano Interno de Desenvolvimento das modalidades sob suas responsabilidades no país, inclusive, quanto a recursos humanos (técnicos, administradores, árbitros etc);
4	Buscar meios para uma participação política no exterior, para fortalecer a posição brasileira no contexto internacional;
5	Organizar calendários dos esportes sob sua responsabilidade no país e cumpri-lo com eficiência;
6	Administrar todos os assuntos dos esportes dos quais são responsáveis, por todo o território nacional.

FONTE: Brasil (1999)

O documento relembra quais as instituições, além das pertencentes ao âmbito governamental, são igualmente responsáveis pela condução do esporte de rendimento no país, portanto, se cada entidade trabalhar de maneira isolada não existe possibilidade de efetivação de um sistema nacional esportivo brasileiro. O COB, por exemplo, possui como principal fonte de recursos, a Lei Agnelo Piva, a partir da qual 2% do dinheiro arrecadado das loterias é destinado ao COB e CPB sendo que o primeiro permanece com 85% e os 15% destinam-se ao segundo³². Porém, com esse dinheiro o COB não consegue manter-se enquanto estrutura física, recursos humanos, projetos desenvolvidos, muito menos consegue satisfazer as necessidades das Confederações e Federações das mais diversas modalidades olímpicas. O COB precisa estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas que auxiliarão no fomento de recursos para que seu papel seja desempenhado. A falta de ligação entre essas instituições contribui para que se tenha um sistema fragilizado e de difícil sucesso em termos práticos. Contudo, a discussão sobre o papel do Estado nas políticas internas dos órgãos de administração responsáveis pelo esporte de rendimento no país não será feita nesse trabalho devido à delimitação do entendimento do papel do Estado nas esferas públicas de atuação.

³² É válido ressaltar a recente alteração na porcentagem distribuída entre os comitês. Com a entrada em vigor da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em julho de 2015, o valor destinado aos comitês aumentou para 2,7% do total arrecadado das loterias; sendo assim, o CPB passa a receber 37,04% e os demais 62,96% são destinados ao COB.

Além de discorrer sobre o papel atribuído a cada entidade responsável pelo desenvolvimento do esporte de rendimento no país, o texto da PNE também reforça a preocupação com a falta de avaliação existente nas políticas públicas esportivas e exemplifica isso com a necessidade de um diagnóstico do esporte brasileiro tendo em vista que o último e único diagnóstico realizado data-se da década de 1971 quando o esporte ainda era entendido prioritariamente como manifestação de rendimento³³. O documento aponta que “o Brasil precisa de um processo permanente de avaliação que permita um direcionamento correto dos recursos disponíveis para o esporte” (BRASIL, 1999, p. 22).

Esse processo permanente de avaliação pode ser associado aos encaminhamentos dados por Klaus Frey no processo de análise das políticas públicas que já foi citado nesse trabalho, ou seja, é difícil realizar a avaliação de um projeto e/ou programa quando não se sabe do que ele trata e quantas pessoas atende; qual sua principal finalidade e o anseio daqueles que o projetam; a expectativa dos participantes bem como o financiamento necessário para sua execução. Essas são algumas das questões a serem pensadas quando da realização de uma política pública e que são associadas à ideia de diagnóstico no processo de elaboração de uma política pública.

Outro ponto apresentado no texto é a necessidade de um diagnóstico para cada modalidade a fim de classificar cada qual como desenvolvida, em desenvolvimento ou não desenvolvida. Os indicadores para essa classificação que se destacam nesse momento são: análise do posicionamento internacional da modalidade, levantamento da iniciação esportiva da modalidade, elaboração de rankings técnicos, análise dos apoios científicos à modalidade, localização geográfica dos pólos mais desenvolvidos da modalidade, etc³⁴.

³³ No ano de 2015 foi lançado o Diesporte, um diagnóstico do esporte brasileiro; esse trabalho envolve quatro pilares: praticantes, infraestrutura, legislação e investimentos. A primeira publicação, realizada via site do Ministério do Esporte apresenta o perfil do praticante de atividade física e esporte e aponta que 45,9% dos brasileiros não praticaram nenhuma atividade física ou esporte em 2013.

³⁴ Importante destacar que esse trabalho vem sendo realizado atualmente pelo Projeto Inteligência Esportiva, financiado pelo Ministério do Esporte, mais especificamente pela SNEAR, que busca analisar o esporte de rendimento no país. Para isso o projeto conta com o trabalho de cinco professores e suas respectivas equipes de trabalho que coletam dados e analisam as seguintes áreas: programas da SNEAR, história das modalidades esportivas, centros de iniciação ao esporte e produção do conhecimento sobre esporte de rendimento no país. Além disso, esse diagnóstico esportivo brasileiro também é realizado atualmente na Universidade Federal da Bahia sob coordenação da professora Celi Taffarel.

Algumas “ações operacionais” foram estabelecidas com base nos grupos temáticos³⁵ criados para orquestrar a PNE, porém, devido à temática esse trabalho se restringe às questões levantadas pelo grupo “esporte de rendimento”. A Portaria nº 127 de 17/10/2001 do Ministério do Esporte e Turismo criou a Comissão Nacional de atletas que veio a ser a forma encontrada de aproximar atletas da gestão do esporte de rendimento brasileiro. A principal função da comissão seria indicar as necessidades, expectativas e inspirações dos atletas brasileiros (BRASIL, 2001a).

A preocupação com a iniciação esportiva de rendimento também se fez presente, sendo considerada necessária, por exemplo, uma maior quantidade de processos de iniciação esportiva para que posteriormente o processo de qualificação estivesse presente.

Quanto ao dever das entidades de administração nacional, a elas cabe:

(a) preparar as representações nacionais para as competições internacionais; (b) selecionar e desenvolver os recursos humanos que atuam tecnicamente nos processos esportivos de rendimento; (c) planejar e desenvolver equipes permanentes que tenham potencial para sucesso no exterior (BRASIL, 1999, p. 38).

Volta à tona a questão da responsabilização institucional pelo desenvolvimento esportivo de rendimento. Afinal: quem são essas entidades de administração nacional? À quais instituições o documento PNE está se referindo? Torna-se necessário delegar funções e estabelecer metas e prazos a serem cumpridos por instituições específicas. Ao tornar públicos documentos sem nominar as instituições parece haver uma responsabilização simbólica, sendo possível, a não adequação de nenhuma instituição às premissas no documento estabelecidas.

Após institucionalização do Ministério do Esporte no ano de 2003, inúmeras foram as iniciativas de construção de diretrizes que guiassem o esporte brasileiro nas suas mais diferentes dimensões. Uma dessas iniciativas foi a construção da CNE instituída pelo Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004 cujo principal objetivo foi criar um “espaço de debate, formulação e deliberação de políticas públicas para o esporte e lazer no país”, espaço esse pautado principalmente na participação popular, ou seja, regido pelo princípio da democratização.

³⁵ Foram quatro os grupos temáticos criados: Esporte de base, Desenvolvimento do esporte, Esporte de rendimento e Esporte para pessoas portadoras de deficiência.

Nas suas etapas municipais e estaduais, realizadas desde março, esta 1ª Conferência envolveu a chamada comunidade esportiva e os movimentos sociais e populares de todo o País. Cerca de 83 mil pessoas se envolveram no processo, com enorme entusiasmo. Foram 60 Conferências Municipais e 116 Regionais, responsáveis pelo efetivo envolvimento, nessas etapas, de 873 municípios. Foram eleitos 861 delegados, dos quais 208 mulheres (BRASIL, 2004, p. 3).

Essa primeira conferência, bem como as duas seguintes, aconteceu sob a forma de etapas, constituídas nessa ordem crescente: municipal, estadual e nacional e que se viu, em todas, foi a ampla discussão acerca de conceitos e possibilidades de implementação de ações que vislumbassem melhorias ao esporte brasileiro em todas as cinco regiões respeitando principalmente as necessidades intrínsecas e características de cada localidade. Cada conferência esteve pautada em uma temática central, a partir da qual decorriam eixos estratégicos capazes de abranger as necessidades estruturais das políticas públicas relacionadas ao esporte e lazer; sendo assim, a I Conferência Nacional de Esporte foi realizada em 2004 sob a temática “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”.

O esporte e o lazer enquanto fenômenos de manifestação cultural ou integrados à lógica de fatores de desenvolvimento humano são discursados como importantes ao se debater principalmente sua relevância na qualidade de vida da população bem como no auxílio destes aos problemas sociais tais como criminalidade, drogas e violência em geral. Contudo também o esporte pode ser entendido como fator de desenvolvimento sociocultural e econômico a partir do qual ele se torna:

gerador de emprego e renda. Cria uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos na indústria que produz material esportivo, no comércio que o distribui, na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, enfim, em todos os setores (BRASIL, 2004, p. 8).

Logo, esse esporte similarmente é um importante catalisador nas relações comerciais estabelecidas no seio da sociedade e também desenvolvido baseado nos parâmetros de rendimento que permeiam os vários países que se preocupam com essa dimensão esportiva. Ademais, a monocultura do futebol adentra na perspectiva crítica e de preocupação governamental ao estimular a criação de uma cultura esportiva na população que não somente voltada ao esporte considerado representante da identidade nacional brasileira, contudo, para isso, é necessário

criar espaços para prática dessas modalidades bem como assegurar acesso e manter a qualidade dos serviços e equipamentos ligados às mais diferentes modalidades esportivas, possibilitando também a cultura da prática aqueles que não desejam tornar-se atletas de rendimento.

Logo, a conferência, bem como a política nacional de esporte, deseja levar em consideração as especificidades de cada dimensão esportiva embora esse conceito ainda esteja agregado à tradicional pirâmide esportiva que:

coloca em toda atividade do esporte o objetivo de ir peneirando, a partir da base, até chegar a uma elite de atletas. Em lugar de priorizar a seletividade, este sistema valoriza, por exemplo, o fato de que nem todo menino que joga bola quer ser um Pelé – ele tem o direito de querer apenas jogar bola (BRASIL, 2004, p. 15).

Nesse sentido, existe também a preocupação do Estado para com a distribuição das tarefas com relação ao desenvolvimento do esporte no país, tendo em vista que:

Para que ocorra essa valorização do esporte e do lazer é preciso que o Estado tenha clareza do seu papel, nas esferas federal, estadual e municipal. O mesmo deve ocorrer com a escola, a empresa, a entidade de classe, a ONG e, em especial, as entidades gestoras do esporte e lazer. De que servem e como atuam esses agentes deve ser uma preocupação de todos, para que o setor contribua cada vez mais para a sociedade (BRASIL, 2004, p. 9).

É pertinente e plausível a preocupação com a definição das atribuições de cada entidade gestora do esporte para desenvolvimento de suas ações específicas, porém, mais relevante que entender essa importância é verificar sob qual metodologia ela é programada para ser colocada em prática.

A primeira conferência aconteceu baseada nos seguintes oito eixos estratégicos³⁶: 1) Esporte e alto rendimento; 2) Esporte educacional; 3) Futebol; 4) Esporte, lazer e qualidade de vida; 5) Direito ao esporte e ao lazer; 6) Esporte, economia e negócios; 7) Esporte, administração e legislação e 8) Esporte e conhecimento. O eixo 1 “Esporte e alto rendimento” inevitavelmente foi o mais explorado nesse trabalho por corroborar com a temática aqui descrita e nele

³⁶É importante destacar que os eixos serão comentados na íntegra, porém priorizados aqueles que refletem ações destinadas ao desenvolvimento do esporte de rendimento, tendo em vista ser essa a dimensão esportiva priorizada nesse trabalho. Além disso, no decorrer do texto são apresentados resultados, obtidos ou não, a partir do planejamento realizado na edição de 2004 da I CNE.

continham quinze propostas de ação com vistas a desenvolver plenamente essa dimensão esportiva. O quadro abaixo mostra essas propostas de ações:

QUADRO 7 - PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

01	Estabelecer um calendário esportivo unificado e integrado envolvendo municípios, estados, a União e as entidades organizadoras do esporte nacional garantindo competições em todos níveis (nacionais e internacionais), fomentando o intercâmbio de profissionais, atletas e paraatletas das equipes de alto rendimento.
02	Definir e implementar uma Política Nacional de Esporte e Paradesporte de Alto Rendimento para os próximos 20 anos, na qual todas as entidades públicas e privadas promotoras do esporte atuem de forma integrada e unificada na detecção, formação e desenvolvimento dos atletas, ampliando a oportunidade dessa prática esportiva a todos.
03	Aumentar, descentralizar e fiscalizar os recursos financeiros destinados ao esporte de alto rendimento em todas as suas vertentes (olímpicos, de aventura, radicais, paradesporto, entre outros), por meio da criação de leis de incentivo fiscal, participação nas arrecadações de loterias e outros jogos legalizados ou a serem legalizados, priorizando o investimento em categorias de base, como mecanismo de financiamento para a autonomia do esporte de alto rendimento.
04	Definir uma política para o esporte de base em que o poder público juntamente com os clubes assumam a responsabilidade da formulação, implementação, financiamento e apoio a projetos de desenvolvimento de novos atletas.
05	Garantir que os recursos da Lei Agnello/Piva sejam destinados, também, às entidades estaduais de administração do esporte – olímpico e paralímpico, assim como entidades formadoras – clubes, para que o Esporte de Base seja priorizado e contemplado.
06	Implementar estruturas especializadas – centros de treinamento – para o desenvolvimento de atletas e paraatletas de alto rendimento, desde a base até o treinamento de alto nível, dotadas de equipamento, recursos humanos, apoio científico, médico e instalações apropriadas, de forma regionalizada e descentralizada em diversos municípios.
07	Criar condições e estrutura para que o atleta e o paraatleta de alto rendimento possam se dedicar profissionalmente a uma modalidade, com remuneração digna, premiações, direitos trabalhistas, transporte, educação, seguro, assistência médica, entre outros. Implantar apoio por Bolsa-Atleta e utilização do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT)
08	Incentivar o desenvolvimento de tecnologia e a produção nacional de equipamentos esportivos, devidamente certificados, e isentar a importação de equipamentos, quando necessária, para todo tipo de esporte: olímpico, adaptado, de aventura, radicais, etc.
09	Criar uma política de formação continuada para todos os profissionais envolvidos com o esporte e o paradesporte de alto rendimento, por meio de escolas de treinadores, intercâmbios nacionais e internacionais, tanto no esporte de base quanto no de alto nível.
10	Ampliar e democratizar as informações sobre esporte, veiculando campanhas informativas e educativas na divulgação dos censos esportivos, cadastros de atletas, esclarecendo sobre os benefícios do esporte e do paradesporte, programas antidoping, sobre esporte de aventura e educação ambiental, promovendo o acesso da população a todo tipo de informação esportiva.

FONTE: Brasil (2004)

QUADRO 7 - PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO
(Continuação)

11	Criar uma "Agência Nacional Antidoping", envolvida com as áreas de esporte, da saúde e da educação, que tenha poderes de fiscalizar, regular, articular ações multissetoriais e implementar campanhas preventivas contra o doping, assim como criar condições para ampliar a aplicação de exames antidoping, tanto preventivos como na maioria das competições regionais, nacionais e internacionais que ocorram no Brasil.
12	Criar e implementar condições para garantir a participação popular e o controle social: da aplicação de recursos públicos para o esporte e o paradesporte, assim como na implementação de ações que visem o aumento da prática esportiva de alto rendimento em parceria com confederações, federações, clubes e associações, descentralizando o poder no esporte e democratizando o acesso ao alto rendimento.
13	Fortalecer as modalidades esportivas não olímpicas/parolímpicas, fomentar o esporte de aventura, os esportes de caráter regional, as artes marciais, utilizando a escola e aproveitando as potencialidades do local.
14	Elaborar, com a participação dos Ministérios do Esporte e do Meio Ambiente, legislação que cobre taxas sobre o uso de água potável, existente nos rios e lagos brasileiros para também subsidiar os Esporte de Aventura, instrumento da natureza brasileira.
15	Ampliar os centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp) para todo território nacional por meio de parcerias com universidades públicas e privadas.

FONTE: Brasil (2004)

As diversas propostas de ações abarcam as diversas nuances do esporte de rendimento e visam efetivamente promover essa dimensão esportiva. A necessidade de criar um calendário esportivo nacional, por exemplo, decorre da mais pura iniciativa de organização das competições esportivas das diversas modalidades, tendo em vista que muitas delas aconteciam de maneira simultânea não possibilitando aos atletas um arcabouço maior de competições. A estruturação e disponibilidade de recursos para prover essa dimensão esportiva, principalmente ao fomentar a consolidação do Bolsa Atleta enquanto fonte de recurso destinada diretamente aos atletas, é fundamental tendo em vista também o alto custo que envolve treinamento e participação em competições nacionais e internacionais por parte dos atletas de rendimento. Importante destacar as propostas que visam desenvolver o esporte de base bem como centros de treinamento destinados ao esporte de rendimento haja vista que atletas de rendimento necessitam, dentre outros fatores de tempo, treinamento e infraestrutura para aprimorar técnicas em suas respectivas modalidades. Uma outra ação colocada enquanto rendimento, mas pertinente às demais propostas de ação, é a gestão democrática e também transparente do esporte brasileiro que necessita a cada dia de maior apoio e

participação da população bem como transparência na gestão das entidades esportivas.

O eixo que atenta para o futebol também engloba ações que refletem preocupações com essa modalidade enquanto inserida na lógica do esporte de rendimento ao tratar principalmente do desenvolvimento da modalidade para o público feminino bem como melhorar a infraestrutura destinada a treinamento e competições para a modalidade em questão. Os centros científicos de excelência esportiva também são citados enquanto integrantes dessa necessidade advinda do futebol por se constituírem enquanto importantes instrumentos de criação e aprimoramento de técnicas que visam melhorar a performance dos atletas.

“Esporte, economia e negócios” é o sexto eixo estratégico e também engloba metas que condizem com os preceitos do esporte de rendimento principalmente quando estipula que deveria haver a criação de uma legislação de incentivos fiscais em nível municipal, estadual e nacional com recursos destinados também aos atletas e aos eventos esportivos. Uma das outras metas estipuladas seria a criação de programas que incentivassem a instalação da indústria esportiva (no caso de equipamentos esportivos) cujo principal objetivo seria facilitar a importação. É sabido por todos que os meios de comunicação se apresentam enquanto um importante instrumento de difusão esportiva bem como propagação das diferentes modalidades e dos seus respectivos eventos, logo, a meta que abrange a ampliação da divulgação, cobertura e transmissão do esporte no rádio e na televisão de todas as modalidades pode ser considerada também uma forma de iniciativa voltada ao esporte de rendimento.

O eixo sete cuja temática é “esporte, administração e legislação” possui aspectos que se referem diretamente ao esporte de rendimento quando, por exemplo, trata da alteração da Lei Agnelo Piva (conhecida por prover recursos diretamente às modalidades olímpicas e paralímpicas) com o aumento do percentual destinado ao esporte de 2% para 3%, sendo que, desses 3% seria 1% para o COB e 2% para as secretarias estaduais e distrital. Vê-se por exemplo uma tentativa desenfreada de massificar o esporte de rendimento, contudo retirar a porcentagem destinada ao CPB. Esse eixo conta também com a preocupação em fiscalizar as confederações e federações com o objetivo de estimular a gestão mais transparente dessas instituições que organizam e promovem o esporte de rendimento no país.

Os eixos acima citados integraram o texto básico da I CNE que, em seu documento final apontou para a construção do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, a partir de princípios, diretrizes e objetivos estruturantes com vistas a unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer em todo o território nacional. Foram caracterizados enquanto princípios desse Sistema:

1) O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade; 2) O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais; 3) A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie e 4) A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos (BRASIL, 2004, p. 15).

Esses princípios norteadores do sistema abrangem as diversas nuances esportivas, contudo não apresentam nenhuma especificidade voltada ao esporte de rendimento e sequencialmente, as diretrizes descritas no sistema também não apresentam nenhuma perspectiva voltada ao atendimento dessa dimensão esportiva conforme pode-se ver a seguir:

1) Descentralização da política esportiva e de lazer; 2) Gestão participativa; 3) Universalização do acesso; 4) Controle social da gestão pública; 5) Desenvolvimento da nação; 6) Integração étnica, racial, socioeconômica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiência e com necessidade especial de qualquer natureza e 7) Desenvolvimento humano e promoção da inclusão social (BRASIL, 2004, p. 15).

Contudo entende-se que as diretrizes efetivamente por sua própria definição, não apresentam a especificidade necessária para definir apenas uma dimensão esportiva prioritariamente englobada, o que difere dos objetivos propostos por esse sistema nacional do esporte, como se descreve abaixo:

1. Promover a cidadania esportiva e de lazer, na sua dimensão científica, política e tecnológica, com ênfase nas pesquisas referenciadas socialmente; 2. Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira; 3. Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer; 4. Detectar e desenvolver talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e

paraatletas de rendimento e 5. Fomentar a prática do esporte educacional e de participação, para toda a população, e o fortalecimento da identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos (BRASIL, 2004, p. 16).

O objetivo 4 deixa clara a significância do esporte de rendimento enquanto integrante desse sistema concebido desde a detecção de talentos até o treinamento e aprimoramento desses talentos sejam eles atletas ou paraatletas.

É importante destacar que esse sistema é compreendido pelas entidades públicas e privadas responsáveis pela promoção e desenvolvimento do esporte no país; contudo, em se tratando da esfera governamental de atuação quanto às políticas esportivas desenvolvidas nas suas mais diferentes dimensões, a construção desse sistema “deverá observar a indicação de competências das esferas nacional, estadual e municipal”. Logo, de acordo com a CNE (2004, p. 16) “O Sistema Nacional do Esporte e do Lazer pressupõe um processo integrado que compreende um corpo unificado de políticas públicas da União, dos Estados e dos Municípios”.

O Sistema é alicerçado em três grandes eixos: recursos humanos, financiamento e controle social; sendo que esses devem estar articulados internamente e entre si. Aos recursos humanos, por exemplo, visou-se o caráter multiprofissional e multidisciplinar como forma de abranger os mais diferentes profissionais e as diversas áreas de conhecimento vinculadas ao esporte, além disso, é inerente a importância de capacitação constante dos profissionais inseridos no sistema bem como a capacitação e qualificação de novos indivíduos que ingressam nesse sistema.

O financiamento é um dos eixos desse sistema constituído por uma política nacional própria a partir da qual busca delimitar de onde proverão os recursos destinados ao desenvolvimento do esporte brasileiro, recursos esses que podem ser: públicos diretos³⁷; públicos de órgãos e instituições da administração indireta; e provenientes da vinculação de parte das receitas de impostos e taxas nas três esferas; de medidas de incentivo fiscal; da vinculação de parte das receitas de concursos de prognósticos, loterias e outras modalidades de apostas; de fundos e outras medidas de fomento ao esporte e ao lazer; e também de linhas de crédito e incentivos a toda a cadeia produtiva vinculada ao segmento.

³⁷Consideram-se recursos públicos diretos aqueles advindos da União, dos Estados e dos Municípios.

Nesse sentido, coube à 1ª edição da CNE estabelecer algumas propostas de ação afim de contemplar seus respectivos eixos temáticos ao Sistema Nacional de Esporte. Especialmente para o esporte de rendimento foram designadas cinco ações:

- Definir e implementar uma Política Nacional de Esporte contemplando o desenvolvimento do esporte olímpico, paralímpico e não olímpico; estabelecer um sistema nacional de capacitação profissional para professores de Educação Física, técnicos, preparadores físicos e dirigentes de esportes de base e alto rendimento, por intermédio de incentivos à pesquisa, intercâmbio e cursos.
- Aumentar, descentralizar e fiscalizar os recursos financeiros destinados ao esporte de alto rendimento em todas as suas vertentes – olímpico, paralímpico e não olímpico – por meio da criação de leis de incentivo fiscal; destinação de 3% dos recursos arrecadados das multas de trânsito, do fundo de defesa do consumidor e do DPVAT; participação na arrecadação de loterias, bingos e outros jogos legalizados ou a serem legalizados, como mecanismo de financiamento para a autonomia do esporte de alto rendimento, priorizando os investimentos em categorias de base.
- Garantir que os recursos da Lei Agnelo/Piva sejam destinados também às entidades estaduais e municipais de administração do esporte olímpico, paralímpico e não olímpico, bem como às entidades formadoras – clubes e associações – beneficiando também técnicos e atletas para que o Esporte de Base seja contemplado e priorizado.
- Implementar Centros de Formação, Treinamento, Pesquisa e Excelência esportiva por intermédio de parcerias com Universidades, Forças Armadas e entidades afins, com estrutura especializada para o desenvolvimento de atletas e paraatletas e programas anti-drogas, desde a base até o treinamento de alto rendimento. Estas estruturas devem ser dotadas de equipamentos, recursos humanos, científicos, médicos, fisioterapeutas e profissionais de Educação Física, e instalações apropriadas, de forma regionalizada e descentralizada em diversos municípios de todos os Estados brasileiros, priorizando a utilização e adequação de espaços ociosos já existentes em entidades esportivas, sem fins lucrativos ou econômicos, instalações militares, escolas etc.
- Garantir junto às agências de bacias hidrográficas a destinação de uma porcentagem mínima de 3% dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água potável, existentes nos rios e lagos brasileiros para subsidiar os esportes em geral (BRASIL, 2004, p. 18-19).

Novamente é possível verificar que as ações são bastante abrangentes haja vista que perpassam pelas iniciativas de construção da política nacional de esporte, pela capacitação de profissionais para trabalhar com a base do rendimento, por leis que possibilitam financiamento para essa dimensão esportiva e também pela

As demais disposições referem-se às questões de financiamento e treinamento dos atletas, mas quanto à gestão e organização do esporte de rendimento nada mais é interposto enquanto ação.

Além da necessária atualização da legislação esportiva, da definição do esporte e de suas dimensões, entre outras questões que a exigem, tornam-se urgentes a reorganização e a articulação das ações dos governos e da sociedade de forma a traçar metas adequadas às necessidades do País, que também são tratadas no Estatuto do Esporte (BRASIL, 2005a, p. 7).

A proposta de atualização da legislação torna-se frequentemente levantada enquanto característica primordial com vistas a atender as reais e atuais necessidades e perspectivas do esporte moderno. Conforme citado na discussão sobre o conceito de esporte é necessário também ampliar essa discussão acerca do conceito e das dimensões de esporte para que as políticas públicas possam atender às demandas sociais baseadas nessa amplitude de possibilidades do esporte atual.

Para que isso aconteça é necessária a consolidação do esporte enquanto política de Estado, sendo assim, o Ministério do Esporte procura criar condições para a implementação de uma política que:

não se restrinja ao quadriênio da gestão, mas se comprometa com a efetivação de uma Política Pública de Esporte e Lazer frente à qual assume a posição de proponente, formulador e articulador, responsabilizando-se pela realização de programas que respondam às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos. (BRASIL, 2005a, p. 15)

De acordo com o documento, os objetivos e diretrizes da política tratam como questões fundamentais “a democratização do acesso ao esporte, a formação de uma rede de cooperação com outras formas esferas do governo e sociedade, a busca da diversificação do financiamento para o esporte em todas as suas dimensões entre outros” (BRASIL, 2005a, p. 4).

Nesse sentido, é importante frisar que a fonte prioritária de busca e entendimento desse trabalho faz referência ao esporte de rendimento principalmente o que tange a des(articulação) dos entes federativos que promovem essa dimensão esportiva no país. Sendo assim, a questão da “formação da rede de cooperação com outras esferas do governo” aparece enquanto prioritária a ser analisada nesse momento.

No referido documento o então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, relatou que o país possuía “esforços divididos” e que seria necessária uma mobilização para que os indivíduos/instituições trabalhassem juntos em prol do desenvolvimento do esporte. A construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer faria, portanto, esse papel aglutinador de ações dos envolvidos no segmento esportivo nacional.

A Constituição Cidadã de 1988, ao inserir no seu texto, de forma inédita, deveres do Estado, no que concerne à afirmação do esporte e lazer como direitos, assim como na sua perspectiva emancipatória, defende um conceito de cidadania que inclui, necessariamente, o direito a essas práticas sociais e exige o protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação (BRASIL, 2005a, p. 11).

O poder público, mais uma vez aqui representado e eleito quanto a sua importância não somente na institucionalização do esporte como elemento social como também na sua função de concretização de ações relativas a essa área pareceu figurar enquanto protagonista das ações relativas ao esporte brasileiro. O texto da Política Nacional apontou para 750 mil o número de atletas e paraatletas de rendimento ligados a instituições esportivas brasileiras. De acordo com o documento “esses indicadores demonstram a mesma tendência apontada no período anterior”³⁹ supondo em seguida que não houve alteração no número de atletas esportivos brasileiros, mas sim de praticantes de modalidades esportivas no país.

A PNE entende a existência do esporte a partir de quatro manifestações⁴⁰ e considera-o rico devido à pluralidade nele existente. O esporte rendimento, objeto de análise e investigação desse trabalho, é aquele no qual se encontra a maior possibilidade de pluralidade do esporte brasileiro e isso é decorrente da abrangência de modalidades esportivas praticadas no país. De acordo com a PNE, destacam-se as seguintes modalidades: 1) Futebol; 2) Esportes terrestres com bola; 3) Esportes tradicionais olímpicos terrestres; 4) Esportes aquáticos; 5) Remo; 6) Canoagem; 7) Esportes derivados das artes marciais; 8) Lutas; 9) Esportes de aventura e da

³⁹Importante destacar que o texto não apresenta indícios anteriores que possam servir como feito de caracterização e comparação de uma visual atual do número de atletas. Destaca-se também o fato de que o documento oferece elementos de análise a partir das diferentes dimensões esportivas, de maneira alguma focando no esporte de rendimento, sob o qual esse trabalho se alicerça. Portanto, procurou-se tratar com cuidado com as utilizações dos termos encontrados no documento bem como os números por ele apresentados enquanto representando do “esporte” brasileiro.

⁴⁰As quatro manifestações de esporte presentes na ideia central da PNE são: esporte educacional, esporte escolar, esporte lazer esporte rendimento.

natureza; Esportes de identidade cultural; 11) Esportes intelectivos; 12) Esportes de expressão corporal; 13) Tênis; 14) Esportes de motores; 15) Esportes subaquáticos; 16) latismo; 17) Triatlo; 18) Ciclismo; 19) Beisebol; 20) Esportes derivados de outros esportes; 21) Hipismo; 22) Esportes de outras identidades culturais; 23) Esporte militar; 24) Esportes Paralímpicos; 25) Esporte universitário.

A partir desse esboço, é possível identificar inúmeras formas de prática desse esporte rendimento, cada qual sendo praticada a partir de regras específicas, delimitadas por instituições regentes quanto à sua implementação e acompanhamento, bem como organização de campeonatos que visam às disputadas inerentes ao esporte rendimento.

Evidentemente que o texto de uma Política Nacional não pode nem deve se restringir à dimensão rendimento, porém, tendo em vista a temática desse trabalho, torna-se pertinente se ater nos achados referentes a essa dimensão de esporte que aparece no texto da CNE como um referencial para crianças e adolescentes a fim de estimular a prática de modalidades esportivas e paradesportivas. Segundo o documento, para ampliar o acesso à dimensão de rendimento, estava sendo elaborado um diagnóstico científico das condições e habilidades de crianças e adolescentes. Esse trabalho incluiria escolas, clubes esportivos sociais e comunidade em geral e teria como objetivo a criação de um banco de dados “indispensável para a proposição de políticas, tanto na área do esporte de rendimento como da saúde” (BRASIL, 2005a, p. 16).

O texto do documento aponta para uma conceituação de esporte rendimento, o qual é “regido por normas dos altos organismos esportivos nacionais e internacionais e pelas regras de cada modalidade, respeitadas e utilizadas pelas respectivas Entidades Nacionais de Administração e de Prática do Esporte” (BRASIL, 2005a, p 26). Segundo o texto esse rendimento é alcançado a partir da prática sistemática, treinamento e aperfeiçoamento técnico de atletas e paraatletas.

A PNE aponta para o preceito inicial desse trabalho que é averiguar a necessidade de articulação entre os entes federativos que desenvolvem o esporte no país. De acordo com o texto:

Uma política pública carece de racionalidade, pois existem poucas maneiras de solucionar uma situação em que aumentam as necessidades sociais e as demandas organizadas, como é o caso do esporte. A racionalidade das ações e o controle social podem multiplicar seus efeitos e, para isso, é fundamental que haja

articulação entre as esferas de governo- União, estados e municípios-, os poderes – Executivo e Legislativo-, as entidades esportivas e a sociedade, de forma que todos trabalhem em torno de objetivos comuns. Só assim será evitada a duplicação de esforços e as ações passarão a ser coordenadas, ampliando-se o foco de atuação (BRASIL, 2005a, p. 30).

A duplicação de esforços merece ser evitada tendo em vista que isso enfraquece qualquer sistema que procure se estruturar a curto, médio e longo prazo. Vale a pena destacar também que esse preceito foi utilizado para construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer previsto na 1ª CNE realizada em 2004⁴¹. Ignorar a importância de diminuir esforços compromete sobremaneira a organização de quaisquer estruturas ainda mais se for pautada a esportiva, demasiadamente complexa.

A cooperação se faz necessária em todo esse processo haja vista a relação existente entre os entes federativos que regem o esporte brasileiro. De acordo com a PNE, para transformar o esporte efetivamente em política de Estado:

é imperativo que se aprofundem os vínculos institucionais de forma a estabelecer uma rede de intervenção. Para tanto, é preciso, primeiramente, desenvolver ações de colaboração e cooperação entre o Ministério do Esporte e os demais ministérios, entre a União, os estados e os municípios e entre os entes governamentais, não-governamentais e a iniciativa privada. A aproximação dessas instituições poderá frutificar na consolidação de parcerias permitindo a potencialização das iniciativas, evitando a fragmentação dos recursos e favorecendo a continuidade dos programas. Concentrar esforços e otimizar a utilização dos recursos é o primeiro passo para o alcance dos objetivos pretendidos (BRASIL, 2005a, p. 30)

Os objetivos da PNE englobam as dimensões de esporte educacional, lazer e rendimento. A seguir estão descritos os cinco objetivos da PNE:

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente.
- Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.
- Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade

⁴¹ O próximo subitem deste trabalho foi formulado para expor os apontamentos discutidos e formulados nas três conferências nacionais de esporte e lazer realizadas respectivamente nos anos de 2004, 2006 e 2010.

cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.

- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva. (BRASIL, 2005a, p. 32).

Pode-se verificar que o esporte rendimento é tratado no objetivo cinco que fala sobre os talentos esportivos bem como o aprimoramento de atletas de rendimento. O texto da PNE aponta ainda para as ações estratégicas para o desenvolvimento do esporte no país. São 18 as ações, porém, apenas 6 de alguma maneira referem-se à dimensão aqui estudada, as quais serão apresentadas a seguir com os respectivos comentários acerca da justificativa de inclusão dessas ações no rol daquelas relacionadas com o esporte de rendimento. A primeira delas refere-se à estruturação da política nacional de recursos humanos, articulada com estados e municípios, para capacitação e formação com caráter multiprofissional e multidisciplinar, em parceria com o MEC e IES, de Recursos Humanos atuantes em atividades esportivas em todos os níveis, de forma a atender o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. O fato de pautar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer de maneira articulada interessa ao tema aqui exposto tendo em vista que a proposta também inclui analisar se essa articulação realmente existe e de que maneira ela acontece e auxilia todo o processo de consolidação desse sistema, porém, destaca-se que aí que se refere à questão de recursos humanos isentando os demais recursos, como por exemplo financeiro, tecnológico, dentre outros que são muito importantes em todo esse processo. A segunda ação diz respeito ao desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia do esporte; ao adentrar no universo da tecnologia esportiva parece muito pertinente ao esporte rendimento tendo em vista ser esse aquele que aparece como protagonista na mídia e na indústria esportiva. Além disso, a possibilidade de inclusão dos paraatletas a esse universo amplia-se com todas as possibilidades de recursos criados atualmente para que o esporte seja praticado por pessoas com deficiência.

A terceira delas faz referência ao oferecimento regular de práticas esportivas educacionais, de lazer e rendimento, especialmente voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social. Nesse item há a inclusão do esporte rendimento onde muitas vezes em programas, projetos e ações ele parece desvinculado da ideia de “vulnerabilidade social”; na maioria das vezes projetos de esporte

participação e educacional são justificados pelo quesito da vulnerabilidade com um discurso salvacionista do esporte. Na dimensão rendimento ele pode ser associado à detecção de talentos já que esse pilar ainda não é bem desenvolvido no Brasil. A quarta ação refere-se à estruturação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer no país, compreendendo as esferas de atuação pública e privada, consolidando uma rede de gestores federais, estaduais e municipais, as entidades de prática e de administração esportiva, entidades representativas do esporte e do lazer em geral, escolas públicas e privadas, universidades, prestadores de serviço e profissionais, técnicos, atletas e a população atendida. Essa ação refere-se à estruturação e consolidação de um Sistema Nacional de Esportivo que, posteriormente irá se transformar na temática central abordada na II CNE, transformada em apenas uma linha estratégica na III CNE.

A quinta ação tange a modernização e o fortalecimento das entidades de administração e de prática do esporte com vistas a democratização das entidades e à profissionalização da gestão. Nesse sentido, observam-se inúmeros itens agrupados em uma ação que poderia ser representada pela palavra “gestão” das entidades que organizam e regulamentam o esporte de rendimento. A ideia de profissionalização mereceria ser melhor descrita para que se tivesse a dimensão do que é entendido como profissionalização, ou até mesmo que áreas merecem ter essa profissionalização. Porém, mais interessante que modernizar, democratizar e inovar é delimitar quais os papéis de cada entidade de administração esportiva para com o desenvolvimento do esporte de rendimento.

Por fim, a sexta e última ação faz referência à garantia de mecanismos de controle e avaliação permanentes da Política Nacional de Esporte, com a participação dos Conselhos e dos Gestores Estaduais e Municipais, e através da Conferência, visando o acompanhamento contínuo das ações em todos os níveis de execução, para direcionar e redirecionar seu processo de planejamento. Com relação a essa ação vê-se que controlar e/ou avaliar faz parte do processo administrativo de qualquer instituição e inserido em todo projeto que tenha planejamento, mas faz-se preciso destacar a necessidade de instrumentos que se apresentem enquanto efetivos nesse processo de avaliação tendo em vista que podem ser consideradas obsoletas avaliações pautadas em concepções individuais presentes nas mais diferentes instituições.

A II Conferência Nacional do Esporte⁴², realizada em 2006 teve como principal intuito discutir acerca da (re)construção do Sistema Nacional do Esporte a partir da institucionalização da Política Nacional do Esporte, discutida na primeira edição da CNE. Essa re(construção) contudo deveria levar em consideração:

as esferas local, municipal, regional, estadual e federal, os poderes, as instâncias e instituições que o constituem, bem como as responsabilidades sociais que lhe competem, procurando avançar na articulação das ações dos agentes que atuam nesse segmento, oferecendo à sociedade serviços de qualidade que garantam o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais (BRASIL, 2006a, p. 6).

A discussão da temática Sistema Nacional do Esporte contudo, é colocada em destaque tendo em vista evidentemente a falta de um sistema consolidado que acaba por gerar e perpetuar uma série de problemas esportivos no país, tais como:

a) o enorme número de brasileiros excluídos da prática do esporte, a qual, potencialmente, representa uma forma privilegiada de promoção do desenvolvimento humano, b) a falta de condições materiais objetivas para que a população brasileira em geral pratique esportes, c) o reduzido número de atletas de alto rendimento e de modalidades esportivas praticadas no país, d) a falta de aproveitamento das condições naturais para a prática esportiva que o país apresenta – montanhas, rios e lagos, mata atlântica, quase nove mil km. de praias e outras, e) a falta ou o precário estado das instalações esportivas escolares entre outros (BRASIL, 2006a, p. 6).

Ao procurar visualizar a temática “rendimento” enquanto inserida nas deliberações dessa conferência, supõe-se encontrá-la tendo em vista que “reduzido número de atletas de rendimento e de modalidades esportivas praticadas no país” são citados enquanto problemas. Porém, como a temática central dessa conferência é o Sistema, é necessário compreendê-lo a partir da conceituação advinda dos órgãos proponentes do mesmo, que o entendem como:

a articulação de agentes – entidades, organizações sociais, instituições e seus sujeitos - que têm como finalidade e responsabilidade, o oferecimento das condições para a prática do esporte nos municípios, estados e União, bem como a democratização do acesso às crianças, adolescentes, jovens,

⁴² Os dados acerca da II CNE foram também extraídos da “Coletânea de Textos – Texto básico para as etapas da II Conferência” que contém cinco textos: I- Texto I - Orientações para o Debate dos Eixos do Sistema; Texto II - Fundamentação sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Texto III - Relatório do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Texto IV - Considerações sobre o Projeto de Lei do Estatuto do Esporte e Texto V – Política Nacional do Esporte.

adultos, idosos e pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, seja para conhecimento, lazer e fruição e, ou, para o alto rendimento, valorizando seus aspectos educativos, lúdicos, de qualidade de vida, de performance e de recordes buscando a elevação da participação esportiva e social da população (BRASIL, 2006a, p. 7).

A definição do sistema, contudo, parece muito mais como uma organização e estruturação do esporte brasileiro do que de fato com uma sistematização tendo em vista que essa abrange momentos de “entrada”, “processo” e “saída”. Esse sistema foi balizado a partir de 4 eixos temáticos que orientaram sua formatação e possível implementação: Eixo I: Estrutura: Organização, agentes e competências; Eixo II: Recursos humanos e formação; Eixo III: Gestão e Controle social e Eixo IV: Financiamento.

O Eixo I: Estrutura: Organização, agentes e competências indicava a necessária importância estrutural que o sistema deveria conter; muito mais que a simples indicação das entidades esportivas brasileiras que promovem o esporte é necessário delimitar qual sua função, estabelecer que são os agentes que delas fazem parte bem como qual o grau de articulação essas entidades possuem entre si. A atribuição de competências é uma prerrogativa importante para que essas entidades possam ser fiscalizadas de acordo com aquilo que lhes cabe; além disso, permite uma diminuição no grau de sobreposição de ações relacionadas ao esporte brasileiro. A partir do momento que se delimitam as competências de cada entidade e fiscaliza-se sua função primeira, não se corre o risco de que instituições apliquem recursos (humanos, materiais e financeiros) por exemplo em ações semelhantes, se não as mesmas.

O termo agentes engloba não somente os indivíduos que trabalham na promoção e implementação das ações relacionadas ao esporte seja ele em quaisquer dimensões, mas também a população que usufrui dessa infraestrutura. De acordo com o documento:

Participam do sistema aqueles que têm relação direta e indireta com o esporte em todas as suas dimensões, tanto os que promovem como os usuários que recebem seus produtos: serviços, infra-estrutura e outros. Cada participante tem determinada responsabilidade no sistema, dependendo da natureza dessa participação e do tipo de relação que tenha com o esporte – por exemplo, o participante tem vínculos e compromissos, relativamente, mais significativos com o sistema quando desempenha papel ativo, seja na organização, no financiamento, na elaboração de políticas

públicas, na formação profissional e ou no controle social. Na medida em que se afasta do protagonismo, sua responsabilidade no sistema é reduzida (BRASIL, 2006a, p. 8).

É interessante destacar que as responsabilidades nessa estrutura abrangem aqueles que elaboram, implementam e avaliam as políticas públicas, ou seja, todos aqueles que de alguma maneira estão relacionados ao esporte brasileiro.

Com relação às instituições, entidades, organizações sociais inseridas no rol de atuação desse sistema estavam os agentes pertencentes ao âmbito público (órgãos federais, estaduais, municipais, da administração direta e indireta) bem como no âmbito privado (confederações, federações, sistema S, clubes sociais e esportivos, empresas, associações). No âmbito do terceiro setor encontravam-se as ONGs, Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e entidades representativas dos movimentos sociais, dentre outros.

Os textos trazem um ponto importante – palavra essa já discutida nesse trabalho- relativo à autonomia das instituições. Por mais que responsabilidades sejam atribuídas a agentes e instituições a autonomia das mesmas deve ser respeitada e mantida a fim de que possam estabelecer “a relação de poder nas tomadas de decisão referentes às questões gerais e particulares do sistema” (BRASIL, 2006a, p. 8).

O Eixo II que fazia referência aos recursos humanos permitiu conhecer não somente a designação de “quem” são os agentes, mas também as competências que lhes cabem para estruturar o sistema em bases sólidas e consolidá-lo. Logo:

O sistema nacional é uma articulação das entidades, instituições e organizações sociais e seus sujeitos que se organiza a partir de pactos e adesões, se materializa com a ação de cada uma delas e, não, como uma estrutura concreta, com sede própria, foro e corpo funcional, sejam esses funcionários contratados, cedidos ou concursados. Os recursos humanos desse sistema são as pessoas que atuam nos seus diversos âmbitos. De acordo com a competência de cada entidade, instituição ou organização social do esporte e lazer, variam os papéis e a formação das pessoas que compõem o sistema (BRASIL, 2006a, p. 10).

No decorrer de todo processo de construção do sistema, esses recursos humanos foram chamados de Agentes Sociais de Esporte, denominação essa que permite associar uma gama maior de indivíduos ao processo de elaboração, desenvolvimento e aprimoramento do esporte brasileiro. Conforme comentado anteriormente, a intitulação de agentes permite que a população em si (também

citada como “usuários” das políticas públicas esportivas) possa ser considerada enquanto integrante desse processo gerador e aprimorado de ações voltadas ao esporte.

O eixo III que faz referência ao Controle e Gestão Social é aquele no qual pela primeira vez encontra-se explícita a designação de ações para o esporte de rendimento ao considerar que “o atual sistema esportivo brasileiro é organizado para a consolidação do esporte de alto rendimento” e afirma que por mais que o sistema brasileiro destine maior atenção e financiamento a essa dimensão esportiva, o sistema nacional deve abranger as demais dimensões esportivas. O termo “descentralização” é recorrente nesse sentido e plausível de ser entendido enquanto característica desse eixo, a partir do momento que as estruturas e equipamentos voltados ao esporte devem estar acessíveis a toda população, cuja responsabilidade perpassa a lógica do uso desses equipamentos e estrutura, mas abrange a fiscalização das ações e acompanhamento das mesmas, haja vista ser essa uma das iniciativas de criação das conferências nacionais: estimular a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas bem como inseri-la na ótica de Agente social do esporte (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006a). Contudo, para consolidar essa prática de controle:

é fundamental a constituição de espaços específicos de debate como grupos temáticos e conselhos municipais, estaduais e nacional de esporte e lazer a fim de qualificar as políticas públicas, para melhor avaliá-las e fiscalizá-las. O controle sobre as políticas de esporte e lazer deve ser garantido na definição do sistema nacional. Esse controle deve ser realizado de forma organizada, com participação de entidades representativas do esporte e do lazer no âmbito municipal, estadual e nacional e da sociedade civil organizada. Essa representação deve expressar interesses públicos, coletivos e comunitários evitando-se o corporativismo ou a privatização de espaços de participação popular. Observa-se que a gestão democrática do sistema não deve referir-se apenas a processos eletivos, ou definição coletiva de políticas de esporte e lazer, mas criar instrumentos que dêem transparência às ações dos órgãos, entidades, instituições que recebem financiamento público, ou que utilizam espaços e materiais públicos envolvidos no sistema (BRASIL, 2006a, p. 13).

As deliberações presentes na II CNE (2006) denotam com exatidão que o sistema deve ter caráter “popular, participativo, democrático e transparente” não deixando dúvidas quanto aos princípios que regem a re(construção) desse sistema.

O eixo IV trouxe à tona a questão do financiamento, gerador por si só de discussões acerca da origem dos recursos financeiros destinados ao esporte brasileiro, cujo debate prezou pela utilização de diversas fontes como forma de prover condições plausíveis às necessidades da sociedade quanto ao acesso e prática das mais diferentes dimensões esportivas. Logo, diante das limitações apresentadas pelo sistema:

deve-se apresentar ao debate instrumentos que apontem para a diversificação e redimensionamento das fontes de financiamento para além dos recursos oriundos dos orçamentos da União, vez que não se deve incorrer numa visão paternalista em que toda a responsabilidade de prover a viabilização do esporte e do lazer seja do estado, embora esse seja um dever constitucional, suas possibilidades não poderão satisfazer a universalização, amplitude democrática e diversificação na participação que se pretende empreender com a criação do sistema nacional. Essa responsabilidade deve ser co-partilhada com um conjunto de instituições, entidades públicas e privadas com redes de cooperação, parcerias e outros meios que devem ser elencados para o debate (BRASIL, 2006a, p. 14).

Devido não somente a responsabilidade de prover condições para a prática das diversas modalidades esportivas nas mais diferentes dimensões, mas também ao levar em consideração a estrutura federativa do Brasil, o Estado por si só não consegue prover recursos suficientes, logo, é necessário que ele estabeleça formas de responsabilidade co-partilhadas com as demais instituições inseridas no cenário esportivo nacional.

No decorrer do texto que compõem as deliberações da II CNE está descrita a conceituação de sistema a partir da qual os agentes responsáveis em implementá-lo a concebem:

Um sistema articula uma variedade de partes que se integram, mantendo cada uma, simultaneamente, as características do que lhe são inerentes como formação particular e as características próprias desse todo em que se inserem e que se configura como sistema porque se organiza sob diretrizes, bases e propósitos comuns, produzindo resultados que não se obtém com a ação de cada uma das partes isoladamente (BRASIL, 2006a, p. 22).

Observa-se que a base do sistema funciona sob a égide da articulação tendo em vista que não se reconhece enquanto um sistema ações que acontecem de maneira desconexas; além disso ele é desenhado a partir de diretrizes, bases e objetivos que irão norteá-lo em seu processo de construção, no caso brasileiro de

reconstrução. A ideia de um sistema aberto e descentralizado também compõe a preocupação daqueles que buscam sua aprovação e implementação a partir do momento que são inúmeras as instituições que promovem o esporte brasileiro nas suas mais diferentes dimensões e que precisam ser integradas à essa lógica de execução. Importante destacar que não basta somente integrá-las ao sistema, mas sim delimitar suas ações, responsabilidades e também interlocuções entre si; ou seja, delimitar e assumir os “elos verticais e horizontais” que as instituições que compõem o sistema possuem entre si.

Por fim, é necessário não somente uma nova designação do que seja sistema, mas uma readequação de termos tendo em vista que a Lei nº 9.615/98 delimitou enquanto Sistema Brasileiro de Esporte aquele que compreende o Ministério do Esporte, o CNES e como Sistema Nacional do Esporte aquele que rege e organiza exclusivamente o esporte de rendimento brasileiro. Logo, a construção de uma ideia ampla com uma conceituação de esporte mais abrangente que visa minimizar os problemas advindos dos diferentes “estilos” esportivos implica em uma (re)construção não somente do sistema em si, mas de uma conceituação do que venha ser esse sistema.

Muito embora apareçam definidas as intencionalidades desse sistema, ainda são pertinentes e presentes as contradições advindas da preponderância ou não do esporte de rendimento no Brasil. O próprio documento afirma que “o Sistema previsto na Lei é restrito, na prática, envolve apenas o Governo Federal e o esporte de rendimento” o que permite a todos entender que o esporte de rendimento efetivamente compunha o rol de atuação de governo federal, bem como dispunha de financiamento suficiente para permitir-se desenvolver-se de maneira satisfatória e eficiente; contudo o que se vê é um sistema desestruturado e nada autoexplicativo quando não se está definido em lei, por exemplo, o que se caracteriza como um “sistema nacional” muito menos uma visão eloquente de concepções de dimensões esportivas, sendo essas rendimento ou as demais. Sendo assim, surge a necessidade de atualizar e aprofundar não somente conceitos, mas as necessárias inter-relações entre as estruturas que compõem esse sistema. Nessa tentativa de (re)construção vislumbra-se que esse novo sistema deve considerar:

que o Brasil é uma Federação, onde União, estados e municípios têm atribuições específicas. No campo do esporte, a Constituição estabeleceu competência normativa concorrente aos entes da

federação. A atual Lei do esporte sugere a constituição de sistemas estaduais e municipais, entretanto apenas para o campo do rendimento. Importa a um novo Sistema, atuar para fazer pactos entre os entes da federação, com a construção de mecanismos de adesão a esse renovado Sistema Nacional de Esporte e Lazer (BRASIL, 2006a, p. 25).

Essa citação permite enaltecer quão necessária é a atribuição de funções às mais diversas entidades que compõem esse sistema bem como controle das ações advindas dessas instituições haja vista que, por exemplo, por mais que a lei atual permita aos estados e municípios a constituição de seus próprios sistemas, essa não delimita de que maneira esses “subsistemas”, estarão conectados ao sistema federal, o que permite entender o grau de desarticulação entre as esferas federal, estadual e municipal brasileiras. Além disso é claro, não obriga a constituição desses subsistemas muito menos ainda integrados ao Sistema Nacional, o que culmina no cenário atual, não somente esportivo, de uma autonomia legítima presente nas esferas da federação, mas que dificulta as ações interligadas e articuladas nas diversas áreas sociais. A II CNE relembra que:

A Lei nº 9.615/98 dá autonomia às entidades de administração e de prática do esporte de rendimento, entretanto, uma perspectiva sistêmica exige refletir sobre a relação entre o poder público e as entidades privadas, principalmente levando em conta que o caráter provedor do Estado inaugurado em 1941, está presente até os nossos dias (BRASIL, 2006a, p. 25).

Contudo, o documento também revela a importância da denominação do que venha ser autonomia cujo sinônimo não é independência, mas sim:

importa vínculos e compromissos, qualificá-los pode servir ao desenvolvimento do esporte brasileiro. Não se trata da velha tutela estatal, superada nas últimas leis, mas, sendo o esporte objeto de políticas públicas e tema de interesse público difuso, o Estado, além de provedor, deve normatizar e fiscalizar a aplicação das leis nesse campo da vida social (BRASIL, 2006a, p. 26).

O entendimento acerca desse conceito completo ou não é envolve visões de cunho pessoal e social, contudo, dependendo da forma como determinados indivíduos ou instituições a concebem, a autonomia pode ser um empecilho na busca pela propagação da intersetorialidade, recomendada e difundida ao longo das escritas referentes ao Sistema Nacional de Esporte que pode ser entendida como:

articulação entre sujeitos de setores diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades distintas, para enfrentar problemas complexos. É uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas em que se pretende a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos significativos na população (BRASIL, 2006a, p. 26).

Essa intersetorialidade porém, não aparece enquanto o maior problema acerca da concretização do esporte enquanto setor plenamente desenvolvido e consolidado, mas sim, o financiamento é o componente que aparece no rol das maiores preocupações sobre o desenvolvimento esportivo brasileiro. De acordo com o documento da II CNE “falta convicção ao setor público quanto à relevância do esporte e do lazer, que pode ser medido pela quantidade de recursos investidos” (BRASIL, 2006a); contudo, o problema da delimitação do que é esporte, o que é sistema bem como o que é um sistema articulado entre os entes federados parece sim ser o mais problema atual para o pleno desenvolvimento do esporte brasileiro, seja esse em quaisquer uma das dimensões em que se apresente.

Foram inúmeras as iniciativas de consolidação de um sistema nacional esportivo e uma das mais importantes foi a realização do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, realizado por iniciativa do Ministério do Esporte de 19 a 21 de outubro de 2005 na cidade de Brasília. A realização desse evento foi pautada nas discussões sobre o sistema que aconteceram na primeira edição da CNE, no ano de 2004. E teve como objetivos: a) debater acerca da criação de um Sistema Nacional de esporte e lazer; b) reunir lideranças nacionais que detém conhecimento sobre a área em questão; c) trocar experiências com indivíduos inseridos em outras áreas governamentais que já possuem seu Sistema Nacional estruturado⁴³ e d) promover a democratização da elaboração da proposta que subsidiou a discussão presente na II CNE. O fórum propôs também que a estrutura desse sistema deveria indicar as instituições, entidades e organizações que fariam parte desse sistema bem como suas respectivas atribuições e responsabilidades (BRASIL, 2005b).

Ainda de acordo com esse fórum, caberiam aos Conselhos de Esporte e Lazer e as CNEs nas instâncias nacional, estadual e municipal estabelecer mecanismos de controle sobre os encaminhamentos do Sistema. Os conselhos, por exemplo, seriam órgãos consultivos de políticas públicas que desempenhariam as seguintes funções:

⁴³Os sistemas já estruturados correspondem às áreas da educação, saúde e cultura (BRASIL, 2006a).

Deliberar sobre a política de esporte e lazer; Avaliar e acompanhar a execução da política de esporte e lazer; Propor alterações na política de esporte e lazer a partir de propostas aprovadas nas conferências; Acatar, discutir e encaminhar para instâncias competentes, responsáveis por sua formulação e execução, demandas populares por políticas públicas de esporte e lazer; Apoiar os conselhos de outras instâncias na formulação de suas políticas; Editar resoluções pertinentes ao esporte e lazer; Fiscalizar, coletar e sistematizar informações concernentes ao exercício do controle social; Encaminhar proposta de demarcação de locais destinados ao esporte e lazer; Propor mudanças em legislações que regulem as políticas públicas de esporte e lazer e encaminhar aos órgãos legislativos propostas consensuais no Conselho (BRASIL, 2006a, p. 34-35).

Vê-se um leque bastante abrangente de responsabilidades e competências dos conselhos que transcendem em diversos pontos a simples fiscalização e controle aos quais estavam postos como maior responsabilizados. Contudo, é fato a dificuldade não somente de realização das funções as quais foram atribuídas aos conselhos, mas também sua composição a partir do momento que são incluídos enquanto componentes dos Conselhos⁴⁴ representantes de:

Ministérios que desenvolvam políticas de esporte e lazer ou políticas intersetoriais com a área; entidades profissionais; entidades científicas; clubes; entidades sindicais que desenvolvem ações de esporte e lazer; mídia; Agentes Sociais de esporte e lazer; Sistema S; usuários de ações públicas de esporte e lazer; IES; Confederações; Comitê Olímpico Brasileiro; Comitê Para Olímpico Brasileiro; Esportes Não Olímpicos; e Terceiro Setor (BRASIL, 2006a, p. 35).

Talvez mais difícil que reunir representantes dessas instituições é conseguir uma discussão eficiente acerca das contribuições que eles podem trazer ao sistema nacional que não representem apenas os interesses das entidades às quais representam. Contudo, é válido pensar que acima estão representadas as principais entidades que podem contribuir para a implementação e desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer.

⁴⁴ De acordo com o documento da CNE, os Conselheiros seriam eleitos através de indicação direta ou eleição organizada pelas entidades representadas. Pautou-se, ainda, a esse respeito como atribuição da CNE, tirar um indicativo para alterar a forma de escolha dos componentes do Conselho Nacional do Esporte, no qual sua composição seria de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) indicados pelo Ministro do Esporte e os outros 50% (cinquenta por cento) seriam preenchidos, paritariamente, por indicação dos setores interessados e não pelo Ministro do Esporte (BRASIL, 2006a, p. 35-36).

De acordo com o documento, alguns integrantes mencionaram a utilização do Estatuto do Esporte, na época em tramitação no Congresso, para compor as discussões acerca do sistema tendo em vista que esse estatuto apresentava uma proposta concreta de um Sistema Nacional de Esporte. Essa proposta, de autoria do então deputado Sílvio Torres (PSDB/SP), representou o Projeto de Lei 4874 de 2001 cujo principal objetivo seria reunir em uma única lei toda a legislação pertinente ao esporte brasileiro (BRASIL, 2001b).

O projeto de lei regulamentava as instituições que fariam parte desse Sistema Nacional e alocava quatro subsistemas ao sistema nacional de esporte, sendo eles: Subsistema do Esporte de Rendimento; Subsistema do Esporte de Participação e de Lazer; Subsistema do Esporte Educacional; e Subsistema do Esporte Militar.

O Sistema Nacional proposto pelo Estatuto caracteriza-se pela ênfase no Esporte de Rendimento, considerando que absorve o previsto na Lei 9.615/98, com pequenas alterações. Ainda que considere as manifestações esportivas previstas na Lei em vigor (esporte educacional, de participação e de rendimento), e proponha a divisão em Subsistemas (Rendimento, Participação e Lazer, Educacional e Militar), na prática, o que aparece mais estruturado é o Sistema de Esporte de Rendimento, chegando a ser confundido no texto com o próprio Sistema Nacional (BRASIL, 2001b).

Na verdade, o que se pode observar não é que o Sistema de Esporte de Rendimento possa ser confundido no texto com o próprio Sistema Nacional, o que ocorre, conforme já explicitado é uma incongruência de termos decorrentes da Lei 9.615/98 que instituiu o Sistema Brasileiro de Esporte como aquele mais geral constituído pelas diversas dimensões esportivas e o Sistema Nacional de Esporte enquanto um sistema específico para o esporte de rendimento, esse sim constituído enquanto um subsistema do Sistema Brasileiro. Logo, a confusão decorre pelo fato da mudança de termos tendo em vista que o Sistema Nacional, agora, merece ser entendido como englobado pelas diversas dimensões esportivas praticadas pela sociedade brasileira.

Quanto ao financiamento, o estatuto faz alusão à presunção da CF de 1988 que prevê que os recursos sejam destinados prioritariamente à promoção do esporte educacional e de base, e em casos específicos, para o esporte de rendimento (BRASIL, 2001b).

Isso se torna ainda mais complexo ao observar que por mais que a crítica do Estatuto do Esporte incorra sobre o esporte de rendimento é essa dimensão

esportiva que está presente nas designações acerca das competências das instituições que promovem o esporte brasileiro fato esse comprovado ao elencar quais seriam essas instituições: Estado; Conselho Nacional de Esporte (CNES); entidades de administração do esporte; COB; CPB; Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB); Confederação Brasileira de Clubes (CBC).

Todavia, o texto afirma que a falta de apresentação dos componentes e funções no que se refere ao esporte de rendimento, o que não acontece com relação ao esporte educacional em que são descritas as instituições que dele fazem parte bem como suas atribuições dentro do sistema decorre do entendimento de que “quando se trata do Sistema Nacional propriamente dito, está se falando do Subsistema do Esporte de Rendimento” (BRASIL, 2006a, p. 50).

A III CNE, realizada em junho de 2010, voltou a destacar a prioridade esportiva no cenário nacional, e lançou o Plano Decenal do Esporte e Lazer, com o título “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” dentre os quais se destacou o esporte de rendimento tendo em vista que o objetivo do plano decenal consistia em projetar o Brasil entre as maiores potências esportivas sob ponto de vista não só do número de medalhas conquistadas pelos atletas, mas também na qualidade de esporte de rendimento desenvolvida no país. As 10 linhas estratégicas da III CNE foram: 1. Sistema Nacional de Esporte e Lazer; 2. Formação e Valorização Profissional; 3. Esporte, Lazer e Educação; 4. Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; 5. Ciência, Tecnologia e Inovação; 6. Esporte de Alto Rendimento; 7. Futebol; 8. Financiamento do Esporte; 9. Infraestrutura Esportiva e 10. Esporte e Economia (BRASIL, 2010a).

O esporte de rendimento está respaldado na linha de número 6, porém, indiretamente ele pode ser encontrado em mais 7 linhas estratégicas o que remete a uma preocupação atual mais explícita com essa dimensão esportiva. Essa preocupação, assim indagam os autores, é também fruto da inserção do Brasil no cenário esportivo mundial após ser palco de eventos esportivos de grande magnitude internacional, o que reflete uma necessidade do país em se aproximar das consideradas potências esportivas na dimensão de esporte de rendimento. Sobre isso Go Tani (2009, p. 1) explica que:

De quatro em quatro anos assiste-se no Brasil a um interessante fenômeno logo após o encerramento de jogos olímpicos: indignados com o desempenho abaixo das expectativas dos atletas brasileiros,

dirigentes esportivos, ex-atletas, jornalistas esportivos, empresários esportivos, políticos esportivos e outros tantos “amantes do esporte” vêm a público fazer críticas, apresentar possíveis explicações e, mais do que isso, sugerir fórmulas eficazes para o sucesso nas próximas olimpíadas.

Esse feito, além de verdadeiro, é semelhante ao que aconteceu em muitos países que hoje são considerados potências esportivas: após o fracasso em alguma edição de Jogos Olímpicos decidiram colocar em prática planos de ação para o desenvolvimento do esporte de rendimento com tarefas a serem cumpridas a curto, médio e longo prazo. De certa forma, o Brasil também acompanhou essa “lógica” de criação de políticas públicas esportivas após a falta de sucesso em edições olímpicas, porém, essas ações aconteceram de maneira desarticulada, ou seja, não houve o cuidado de elencar as entidades que fazem parte desse sistema esportivo e atribuir a cada uma delas planos de gestão inseridos em um planejamento estratégico a nível nacional. A partir de planos de gestão consolidados com objetivos designados e metas estipuladas, referenciando-se o papel de cada entidade, seria possível estabelecer padrões de referência e tempo necessário para fazê-los cumprir, sendo necessário eleger a que órgão caberia a fiscalização dessas ações.

Em relação ao esporte de rendimento falta a consolidação de um sistema que englobe, sob a forma processual, a detecção, a formação, o desenvolvimento e a especialização dos atletas de rendimento brasileiros de maneira abrangente as mais diversas modalidades esportivas.

3.3 SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE

Esse item é dedicado ao Sistema Nacional de Esporte (SNE). Conforme apontado na introdução deste trabalho, tratar-se-á exclusivamente do SNE deixando o lazer e consequentemente SNE-L por hora fora do escopo de análise. Por ser a legislação brasileira e outros documentos governamentais fontes primárias desse trabalho em diversos momentos foi encontrado o sistema de esporte e lazer comentado e construído de maneira única, contudo, fica claro que, se em algum momento for utilizada a denominação que inclui o lazer isso foi decorrente das fontes pesquisadas. Além disso, pelo foco deste trabalho estar inserido na temática do esporte de rendimento, não se justifica a utilização do lazer enquanto meio para compreensão desse campo de espetacularização.

A fim de iniciar a discussão sobre o entrelace estabelecido entre Sistema Nacional e esporte de rendimento, traz-se a concepção de Boudens (2008, p. 248) acerca dessa dimensão esportiva:

Como se sabe, especialmente o esporte de competição, seja profissional, seja não profissional, é tradicionalmente organizado em estruturas verticais, hierárquicas e autoritárias que atendem, antes de tudo, aos projetos pessoais e políticos de dirigentes, governantes e outros possíveis adversários da modernidade. Daí a necessidade de uma legislação infraconstitucional que, por exemplo, prestigie e fomenta a gestão empresarial e o controle social dos investimentos, a distribuição equitativa e transparente de recursos financeiros e o desenvolvimento de políticas públicas integradas (cultura, lazer, esporte, meio ambiente e saúde) – a democratização, enfim, da administração e da prática do esporte e do lazer.

Há integrado no conceito anteposto vários pontos a serem tratados no decorrer desta tese: estruturas organizacionais verticais, projetos políticos, legislação infraconstitucional e democratização esportiva. Todos eles de maneira uníssona apontam em algum momento para o entendimento acerca do funcionamento (ou não) de um sistema nacional esportivo brasileiro. Ao tratar o conceito de estruturas organizacionais, não necessariamente precisa-se partir da premissa de que inserido nesse conceito está a articulação entre essas estruturas haja vista que a seguir propõe-se diferenciar estrutura organizacional e o Sistema propriamente dito. A verticalização sugere automaticamente um pensamento hierárquico, piramidal, em que objetos ou sujeitos encontram-se ora em cima, ora embaixo dessa estrutura geométrica e que, ao associar com uma pirâmide cujos estratos aparecem bem distribuídos e ocupantes de um determinado espaço, pode-se pressupor que não necessariamente esses estratos “conversam entre si”.

Os projetos políticos remetem à discussão em termos de políticas públicas da diferenciação existente entre vontade política e demanda social, sendo a primeira delas fruto de uma opinião – não necessariamente partidária- mas que corresponde ao posicionamento pessoal de um indivíduo ou grupo de governantes; já a segunda decorrente de uma necessidade social. Em termos relativos ao Sistema, é necessário para sua consolidação os dois itens: a vontade política principalmente pelo fato de que o Brasil, por se caracterizar como um Estado que preza pela autonomia dos seus entes federativos e que se encontra em uma extensão territorial que culmina na necessidade de descentralização, conseqüentemente elege políticos de diferentes partidos possibilitando por exemplo que União, estado e município

possam ser governados por políticos de diferentes partidos políticos. Logo, questões eleitas como prioritárias em cada esfera governamental dependem muitas vezes e são aprovadas outras vezes pela vontade política do governante em questão. A demanda social, vertente possível do projeto político acima explicitado, refere-se à necessidade de uma comunidade, de uma sociedade, que elege e designa como suas algumas prioridades a serem oferecidas pelo Estado.

A democratização da administração e da prática do esporte é importante a ser apontada como fator primordial para o processo de consolidação de um Sistema a partir do momento que mais pessoas possam ser inseridas no processo de formulação e implementação de políticas públicas com vistas a atender as reais necessidades sociais; logo, parece assim aumentada a possibilidade de constituir o esporte como uma questão de Estado, passo importante para construção de um sistema esportivo nacional. De acordo com Godoy (2013) Sistema deve ser entendido como um instrumento que mantém de forma integrada ações de organização e regulação e todo território nacional das atividades do setor específico da sua área.

A consolidação de um sistema nacional efetivo e em funcionamento, responsável por articular os entes federativos com vistas ao desenvolvimento do esporte brasileiro, em especial o esporte de rendimento, seria uma das maneiras concretas de obter sucesso e legado esportivo para essa área. De acordo com Godoy (2013, p. 113), um sistema:

caracteriza-se por ser descentralizado, participativo, com controle social, baseado em um conceito ampliado de esporte, que se proponha a criar formas diferentes de acesso, capaz de atender a todos os brasileiros sem distinção. Este ou qualquer outro modelo idealizado precisa ser construído coletivamente, em corresponsabilidade das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e com a participação dos diversos setores da sociedade representadas nos conselhos de esporte municipais, estaduais e nacional.

A autora evidencia características associáveis a qualquer forma de sistematização: descentralização, participação e controle social. A descentralização refere-se à participação de diferentes setores e também de diferentes níveis institucionais (governamentais ou não) na organização e fomento de qualquer área sistematizada. A participação remete à atuação participativa dos diferentes agentes envolvidos com a área em questão no fomento, elaboração e implementação de

ações relativas a quaisquer áreas. Já o controle refere-se aos itens em termos administrativos de monitoramento das ações, programas e projetos relacionados com uma área de estudo.

Quando ao sistema é associada a perspectiva de organização concreta esbarra-se no conceito de estrutura organizacional. Godoy (2013) auxilia na diferenciação afirmando que ambos os termos “estrutura” e “sistema” se referem ao conjunto de elementos. De acordo com a autora:

Muito se refere a “sistema de esporte” quando se quer tratar da estrutura organizacional do esporte em geral ou em partes. Muito se fala sobre estrutura, funcionamento ou organização do esporte quando o foco está no “sistema esportivo”, ou mesmo no caso de “estrutura esportiva” ou “sistema esportivo”, em que ambos podem assumir sentidos equivalentes. Para evitar ambiguidades cumpre, no entanto, distingui-los. Pode-se dizer que a estrutura implica a própria organização da realidade; indicando a forma como as coisas se entrelaçam independentemente do homem e, às vezes, envolvendo o homem. O sistema, em contrapartida, implica uma ordem que o homem impõe à realidade, tal qual um conjunto de elementos interconectados, de modo a formar um todo organizado (GODOY, 2013, p. 76).

Após feita essa distinção torna evidente que a implementação e consolidação de um Sistema Nacional de Esporte não é sinônimo da estrutura organizacional do esporte do país. Com vistas a entender esse SNE busca-se na legislação esportiva apontamentos sobre esse e são encontrados 5 aparatos jurídicos a conceituação do termo Sistema Nacional de Esporte⁴⁵: Decreto-Lei nº. 3.199/41 (BRASIL, 1941), o Decreto-Lei nº. 6.251/75 (BRASIL, 1975), a Lei nº. 8.672/93 (BRASIL, 1993), a Lei nº. 9.615/98 (BRASIL, 1998) e o Decreto-Lei nº. 7.984/13 (BRASIL, 2013a). Porém, talvez mais importante que entender o conceito de sistema, parece pertinente compreender de que maneira o Estado utiliza esse conceito em termos de organização dos entes federativos que promovem o esporte no Brasil após a Constituição de 1988, recorte temporal aqui traçado metodologicamente.

Em termos de necessidade de uma intrínseca “articulação” o texto da Constituição Federal, promulgada em 1988 e marco na inclusão do esporte enquanto direito social, já era redigido com vistas a sanar esse problema:

⁴⁵Entende-se que o Sistema Nacional do Esporte não foi identificado com esse codinome na legislação esportiva brasileira, sendo assim, considerou-se como semelhantes e porque não dizer sinônimos as denominações: Sistema Desportivo Nacional, Sistema Brasileiro do Desporto.

Entendido na perspectiva de um regime de colaboração e cooperação entre os entes federados União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que devem agir em conjunto para enfrentar desafios constitucionais de todas as manifestações do esporte nacional. Em todas as esferas (municipal, estadual, distrital e federal) e orientados pelo Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, devem determinar e regular obrigatoriamente as diretrizes, metas e estratégias de ação que garantam o disposto no artigo 217 da CF de 1988: o acesso às “práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988, s.p.).

O texto constitucional não apresenta indícios de uma possível sistematização do esporte brasileiro, somente aponta como necessárias a colaboração e cooperação entre os entes federativos com relação ao desenvolvimento do esporte, em suas diferentes dimensões. A leitura desse texto pressupõe estarem prescritas diretrizes a serem seguidas tendo em vista o cumprimento do artigo 217, mas efetivamente isso não se consolida enquanto um sistema.

A Lei nº. 8.672/93, Lei Zico, fez referência ao Sistema Brasileiro do Esporte em seu capítulo IV cujas seções III e IV tratavam do Sistema Esportivo Federal de Esportes e do Sistema dos Estados, Distrito Federal e Municípios respectivamente. O fato de o Estado, através da Lei Zico, direcionar o esporte de alto rendimento à iniciativa privada no que tange o esporte de rendimento caracterizou-se, para autores como Linhales (1996) pela facilidade que o esporte sob base e dimensão pautadas na mercantilização inserir-se no Estado. Segundo a autora, o próprio Conselho Superior de Desportos (CSD) comprova esse fato pois:

Nele se encontram representados apenas os interesses esportivos voltados para o alto rendimento esportivo e econômico (confederações, clubes, atletas, empresas, imprensa, etc.). Não existem representações que defendam o esporte como uma necessidade ou direito social (LINHALES, 1996, p. 210).

Interessante destacar que naquele momento da escrita de Linhales – passados oito anos da promulgação da Constituição Federal que entende o esporte como direito social-já é possível verificar priorizadas ações e entidades que se relacionam com o esporte de rendimento brasileiro. A partir do momento que existe o CSD enquanto entidade máxima regente do esporte brasileiro e nele, de acordo com a autora, estão representados os interesses esportivos voltados ao rendimento, parte-se do pressuposto de análise de que ao menos essa dimensão esportiva,

amparada legislativa e representativamente por diversas entidades tende a ser desenvolvida plenamente.

Ainda inseridos na lei de 1993 a designação do que venha a ser esse “Sistema” é possível observar o capítulo V intitulado “Do Sistema Brasileiro de Esporte” cujos artigos 9º; e 10º trataram desse sistema. O Art. 9º referiu-se à organização do poder público quanto ao esporte brasileiro.

I - os princípios, os fins e os objetivos da ação desportiva; II - as normas e os procedimentos que asseguram unidade e coerência internas a essa organização, como parte integrante do sistema social e fator de sua transformação; III - os órgãos e as pessoas por meio dos quais se promove e se realiza a ação desportiva (BRASIL, 1993, s.p.).

Dois termos chamam a atenção quando da citação anterior: unidade e coerência. Efetivamente entende-se como necessária a inserção desses conceitos e propriedades ao trabalhar com a questão de estrutura sistematizada. Um sistema organizacional não pautado na unidade não remete à ideia efetiva de organização; além disso, coerência parece permear todas as ações de qualquer entidade administrativa, sendo o Ministério do Esporte e suas respectivas secretarias inseridos nessa lógica.

Ainda nesse sentido, o artigo 10 dessa Lei caracteriza a existência de subsistemas inseridos no Sistema do Esporte. A esses subsistemas também é garantida a organização específica, desde que estejam mantidas a unidade e coerência características intrínsecas nesse processo.

Na sequência, o sistema também é visualizado na Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) que ao se referir ao sistema esportivo não faz muitas contribuições sociais. Sobre essa situação Godoy (2013) afirma que a percepção acerca do fortalecimento de federações, ligas e outras entidades privadas contribui para a divisão das funções dos poderes público e privado. É possível associar essa ‘divisão de funções’ como uma possibilidade concreta de descentralização do esporte brasileiro, porém, para que efetivamente se consolide um sistema esportivo essas “divisões” devem ser feitas de maneira articulada, haja vista a necessidade de cada entidade administrativa saber seu papel no cenário esportivo brasileiro.

A exposta lei cita em seu capítulo IV sobre o Sistema Brasileiro do Esporte que se apresenta no decorrer das seções composto pelo Sistema Nacional do

Esporte e na seção seguinte pelos Sistemas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Ainda nessa perspectiva referente ao sistema é possível citar o Decreto-Lei nº. 7.984/13 que veio regulamentar a Lei Pelé de 1998 (BRASIL, 2013a). De acordo com Godoy (2013, p. 108):

Do que interessa tratar sobre o sistema nacional de esporte, esta Lei traz no Capítulo IV – “Do sistema brasileiro do desporto”, na seção IV “Do Sistema Nacional do Desporto”. O artigo 13 nomeia os seguintes órgãos responsáveis pela administração do esporte no país: o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro; entidades nacionais e regionais de administração do esporte; ligas nacionais e regionais e as demais entidades de prática esportiva, filiadas ou não às anteriores.

Muito embora tenha havido uma regulamentação da Lei Pelé 15 anos depois, capítulo e seção permanecem intactos em ambas as legislações, inclusive sob as mesmas denominações. O que difere, portanto, é a denominação dos órgãos responsáveis pela administração do esporte no Brasil: a partir de 2013 ficaram nomeadas juridicamente as instituições que compõem, portanto, esse Sistema Brasileiro. O Decreto 7.984 de 08 de abril de 2013 diferenciou Sistema Brasileiro do Esporte e Sistema Nacional do Esporte onde o primeiro refere-se a todas as práticas esportivas realizadas em âmbito nacional e o segundo voltado às práticas esportivas de rendimento (BRASIL, 2013a). Ou seja, o segundo faz parte do primeiro. Esse mesmo decreto, em seu capítulo II refere-se aos sistemas brasileiros de desporto e destina a seção I ao Sistema Brasileiro de Esporte, seção II ao Sistema Nacional de Esporte e seção III aos Sistemas de Esportes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (SEEM).

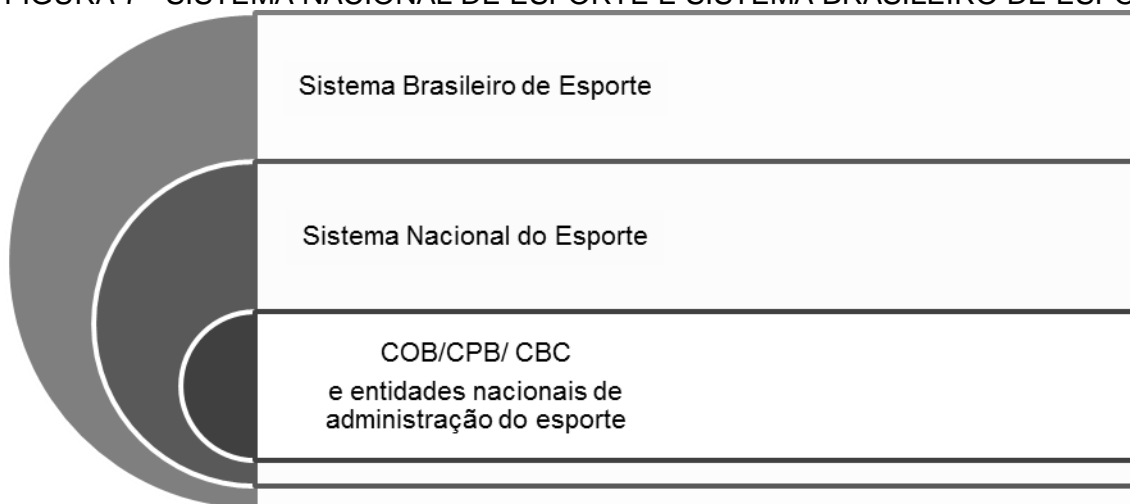
O Sistema Brasileiro de Esporte deve garantir a prática desportiva regular e melhorar o seu padrão de qualidade e é composto pelos seguintes órgãos: Ministério do Esporte, Conselho Nacional do Esporte, Sistema Nacional de Esporte e os sistemas de esportes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva. Além disso, no § 2º relata que “poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro de Esporte as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não formais, promovam a cultura e as ciências do esporte e formem e aprimorem especialistas, consultado o Conselho Nacional do Esporte”

Em contrapartida, o Sistema Nacional do Esporte tem por finalidade “promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento”. Ele congrega:

as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente: o Comitê Olímpico Brasileiro; o Comitê Paralímpico Brasileiro; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as ligas regionais e nacionais e, as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores (BRASIL, 1998, s.p.).

É importante destacar também que no SND existe um subsistema composto pelos seguintes órgãos: COB, Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, CBC e as entidades nacionais de administração do desporto a eles filiadas ou vinculadas conforme exemplificado na figura abaixo.

FIGURA 7 - SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E SISTEMA BRASILEIRO DE ESPORTE



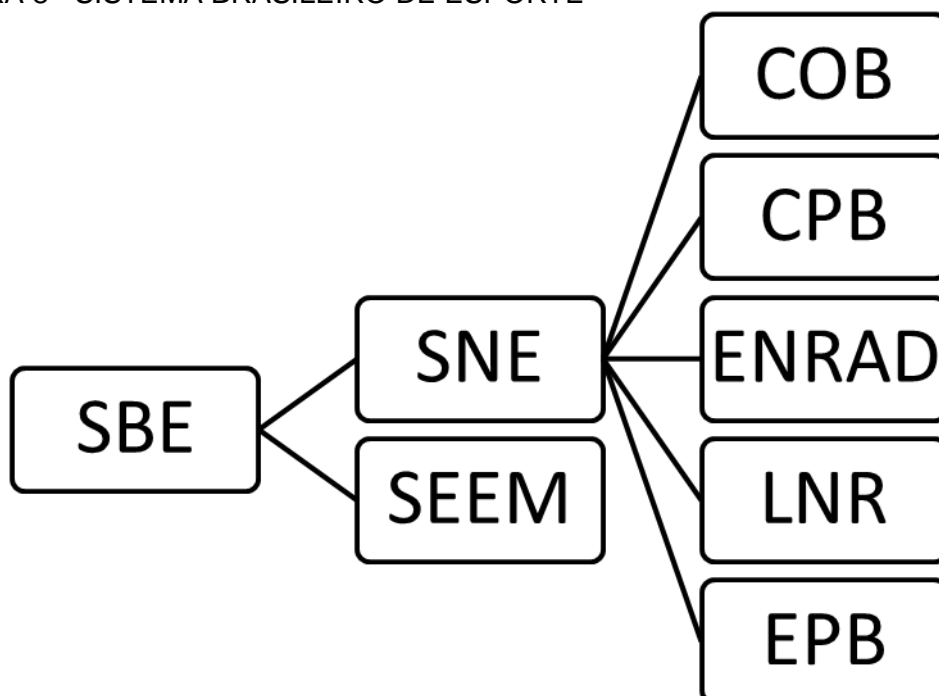
FONTE: BRASIL (2013a)

NOTA: Figura elaborada pela autora (2016)

Por fim, tem-se os SEEM que, como o próprio nome diz referem-se aos sistemas de esporte dos Estados e do Distrito Federal. Aos municípios é facultativa a constituição de seu próprio sistema, de acordo com a legislação estadual vigente e baseado na Lei 9615/98 e no decreto 7894/13. O Art 8º da seção III ainda relata que “A relação entre o Sistema Brasileiro de Esporte e os sistemas de esporte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios observará o princípio da descentralização, com organização e funcionamento harmônicos de sistemas esportivos diferenciados e autônomos de cada ente federativo”. Na figura abaixo é

possível visualizar a conceituação gráfica do Sistema Brasileiro do Esporte subdividido em seus subsistemas e as entidades a eles pertencentes:

FIGURA 8 - SISTEMA BRASILEIRO DE ESPORTE



FONTE: BRASIL (2013a)

NOTA: Figura elaborada pela autora (2016)

O Sistema Brasileiro de Esporte é, portanto, constituído de outros sistemas: Sistema Nacional de Esporte (do qual fazem parte os subsistemas COB e CPB) e os SEEM que não possuem maior designação em instrumentos legais por estarem atrelados aos entes federativos que os regulamentam, sendo inclusive não obrigatória a existência dele a nível municipal. A existência do SNE é o que chama a atenção nesse momento por esse sistema estar designado a tratar de questões específicas do esporte de rendimento, o que denota uma preocupação do Estado para a implementação e difusão dessa dimensão esportiva. O documento, porém, não relata de que maneira esse sistema pretende ser colocado em prática tampouco relata de que maneira ele encontra-se atrelado (sob ponto de vista estrutural) ao SBE. Logo, a partir dos dados coletados via legislação e das políticas públicas para o esporte de rendimento não se encontram concretamente indícios que reflitam a existência de nenhum desses sistemas que adquirem uma nova denominação a cada ação escrita/proposta por entes federativos brasileiros.

Inexistem nos documentos pesquisados indicativos que proponham a articulação dos sistemas existentes, o que retrata uma falha na estrutura

organizacional dos referidos sistemas ou talvez a própria inexistência prática dos referidos sistemas, coexistindo, no entanto, apenas sob ponto de vista legal.

Contudo, no ano de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria número 105 de 16 de abril na qual o ministro do esporte George Hilton institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte. Esse grupo foi composto por indivíduos pertencentes ao Ministério do Esporte e demais instituições que de alguma maneira estão envolvidos com o esporte nas suas mais diferentes dimensões tais como: CNA, COB, CPB, Liga Nacional de Basquete (LNB), Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES), CDMB, Serviço Social do Comércio (SESC), CBC, dentre outros (BRASIL, 2015k). É importante destacar que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como as únicas universidades representadas nesse seletor grupo, respectivamente pelos professores Fernando Marinho Mezzadri e Ricardo Demétrio de Souza Petersen. É possível que essa representatividade decorra devido aos projetos desenvolvidos por essas instituições: “Inteligência Esportiva” e “Referências”, ambos frutos da parceria com o Ministério do Esporte e mais especificamente com a SNEAR.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ESPORTE DE RENDIMENTO NO BRASIL

“Sem acordos não há eficácia simbólica e, sem ela, não há ação eficaz”

Hugo Lovisolo

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO ESPORTE DE RENDIMENTO

São vários os autores que procuram compreender o sistema esportivo de alto rendimento em diferentes países (DE BOSSCHER *et al.*, 2008; DE BOSSCHER *et al.*, 2009; DE BOSSCHER *et al.*, 2010; DIGEL, 2002a; 2002b; GREEN; OAKLEY, 2001a; HOULIHAN; GREEN, 2008; THUMM, 2006; ZIEMMAINZ; GULBIN, 2002).

Barrie Houlihan, por exemplo, em seu livro “*Sport, Policy and Politics – a comparative analysis*” (1997) analisa o processo utilizado para se fazer política no esporte; além disso, ele foca na distribuição de responsabilidades entre governos centrais ou federais, governos estaduais e municipais quanto à condução dos assuntos pertinentes ao esporte.

Paralelamente ao desenvolvimento do esporte como um fenômeno global foi o crescimento da consciência do governo quanto à participação e manipulação do esporte. Enquanto a expansão do interesse do governo no esporte tem seguido ligeiramente diferentes caminhos, a maioria dos países industrializados alcançaram uma posição onde o esporte e o governo estão inextricavelmente ligados através de um amplo e diversificado leque de questões políticas (HOULIHAN, 1997, p. 21).

No decorrer do texto, o autor expõe através de diversos exemplos, quão significativa se tornou a aproximação entre esporte e governo bem como a utilização que os governos fizeram desse esporte para suas causas. Há tempos questões políticas e esportivas se entrelaçam e são possíveis de serem visualizadas tanto nas relações entre países como também na relação entre governos estaduais e locais de um país.

De acordo com o autor, as propostas de comparações entre a promoção do esporte e a condução das atividades a ele relacionadas se tornam cada vez maiores nos diversos países tendo em vista a busca de melhores formas de condução das políticas e atividades esportivas nas mais diferentes dimensões. Porém, segundo ele deve-se tomar cuidado nas propostas comparativas tendo em vista as diferentes

concepções, de política por exemplo, inseridas em cada país. Além disso, as definições e concepções dos termos referem-se a fatos históricos e de constituição do próprio país bem como a quantidade de unidades administrativas que dele fazem parte e a maneira como são conduzidas. Excluindo as intencionalidades daqueles que delas fazem parte e que são os responsáveis em criar, promover e implementar as políticas públicas.

Barrie Houlihan cita a política de desenvolvimento do esporte de rendimento como exemplo dessas tentativas de comparação entre países. Segundo o autor, os regimes totalitários aderiram a formas muito similares de “produção” de atletas de rendimento que envolvia um método sistemático de “peneira” nas crianças em idade escolar a partir da qual se identificava o atleta e trabalhava na sua especialização. Essa formação e treinamento do atleta acontecia nas academias e estava subordinado aos órgãos nacionais de administração pública, sendo que o dinheiro público era utilizado para dar suporte e apoio aos atletas de rendimento. No entanto, por mais que essa forma de condução do esporte de rendimento seja característica de países sob regime totalitário, emergem países como Austrália e Canadá que se utilizam da mesma forma de desenvolvimento dessa dimensão esportiva, o que remete a uma demanda de sutileza quando o assunto estiver pautado na questão comparativa entre países⁴⁶. Logo, a partir do momento que se propõe estabelecer uma análise comparativa é importante destacar os pontos comuns entre os países que permitem comparar um aspecto em específico, por isso Houlihan (1997), ao comparar a política esportiva escolhe Austrália, Canadá, Irlanda, Reino Unido e Estados Unidos por possuírem características comuns, tais como: o esporte é um importante elemento cultural, a democracia é estável e bem estabelecida, a política democrática é a atividade de interesse dos grupos detentores do poder, a economia é relativamente madura e o ensino superior está bem estabelecido (HOULIHAN, 1997, p. 28).

Ao longo dos anos foi possível verificar que inúmeros autores tentaram identificar os fatores primordiais para desenvolvimento de atletas de rendimento, conforme é possível visualizar no quadro abaixo:

⁴⁶ Por mais que o texto apresente uma série de cuidados a serem tomados na perspectiva de análise comparativa, ele deixa claro que a comparação é pertinente a partir do momento que proporciona aos “decisores políticos” a aprender com outros sistemas políticos que enfrentam problemas semelhantes (HOULIHAN, 1997).

QUADRO 8 - FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O SUCESSO DO ESPORTE DE RENDIMENTO

Fatores	Oakley & Green	Digel	UK Sport	Green & Houlihan
CONTEXTUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Uma Cultura de excelência - Fundos/Financ. Adequado 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoio do Estado, principalmente financeiro; -Patrocínios e sucesso econômico -Apoio da cultura esportiva pela mídia 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoio Financeiro -Participação no Esporte -Pesquisa científica 	-Apoio para atletas "fulltime"
PROCESSUAL	<ul style="list-style-type: none"> -Entendimento claro do papel das diferentes agências -Simplicidade na administração -Sistema efetivo da monitoração da evolução dos atletas - Um plano compreensivo para cada esporte -Estilo de vida compatível 	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolvimento de Talentos a partir do sistema educacional -Desenvolvimento de Talentos através das forças armadas 	<ul style="list-style-type: none"> -Sistema de identificação e desenvolvimento de talento. -Apoio durante e após a carreira -Visão integrada da política de desenvolvimento -Desenvolvimento de treinadores 	-Apoio para atletas "fulltime"
ESPECÍFICO	<ul style="list-style-type: none"> -Programas esportivos bem estruturados -Estruturas esportivas modernas 	-Serviços de apoio à ciência do esporte	<ul style="list-style-type: none"> -Competições Internacionais -Infra-estrutura de treino 	Uma hierarquização das competições centradas em eventos internacionais - Desenvolvimento dos locais/ ginásios de elite -Desenvolvimento/ Apoio do treinamento, da ciência do esporte e da medicina esportiva

FONTE: Digel (2002a; 2002b); Green; Houlihan (2005); Oakley and Green (2001); UK Sport (2006).

Oakley e Green (2001) sugerem que existe uma tendência para criação de um modelo homogêneo para o desenvolvimento do esporte de rendimento e destacam que o talento esportivo deve ser identificado e desenvolvido obtendo financiamento necessário para seu completo treinamento; eles consideram também importante o monitoramento das ações relativas aos atletas através do desenvolvimento de um sistema efetivo que promova essa avaliação. Já Digel (2002b) coloca em evidência o contexto no qual o esporte de rendimento deve estar

inserido para tornar-se eficaz e destaca também que esse sistema deve estar integrado às demais fontes que podem auxiliar no processo de identificação de talentos esportivos tais como o sistema educacional e as forças armadas. O relatório emitido pela UK Sport é parte integrante da pesquisa intitulada *Sports Policy factors Leading to International Sporting Success* (SPLISS) que visa detectar fatores de sucesso para o esporte de rendimento, contudo, de acordo com Houlihan (2008) esse estudo parece como “inconclusivo” na medida que não há relação direta entre os fatores de sucesso e o esporte de alto rendimento nos seis países pesquisados⁴⁷. De acordo com Green e Houlihan (2005) as perspectivas acerca do sucesso do esporte de rendimento estão no chamado “*full-time*” ou seja, apoio em tempo integral ao atleta por entender que um atleta de rendimento precisa estar inteiramente focado em seu treinamento e nas competições relativas à sua modalidade para que esteja apto a conquistar um número cada vez mais expressivo de medalhas. Os autores comentam ainda acerca das relações existentes entre governo federal e governos locais de alguns países que auxiliam ou dificultam o desenvolvimento do esporte de rendimento em seus Estados. Eles citaram o exemplo do Canadá onde, por existir uma relação conflituosa entre províncias e governo federal, houve maior dificuldade na implementação de um mecanismo nacional principalmente a partir do momento que o padrão de financiamento foi determinado pelo sucesso na licitação para sediar grandes eventos esportivos, sendo assim, “o financiamento para instalações que desenvolvessem o esporte de rendimento foi alocado para as cidades que tinham sido bem sucedidas na licitação para sediar eventos e não para aqueles que tiveram a maior necessidade ou o maior compromisso de longo prazo para apoiar atletas de rendimento”.

Green e Houlihan (2005) também comentam acerca da tardia importância destinada à utilização da “ciência do esporte” como real aliada do desenvolvimento do esporte de rendimento na qual se pode observar que:

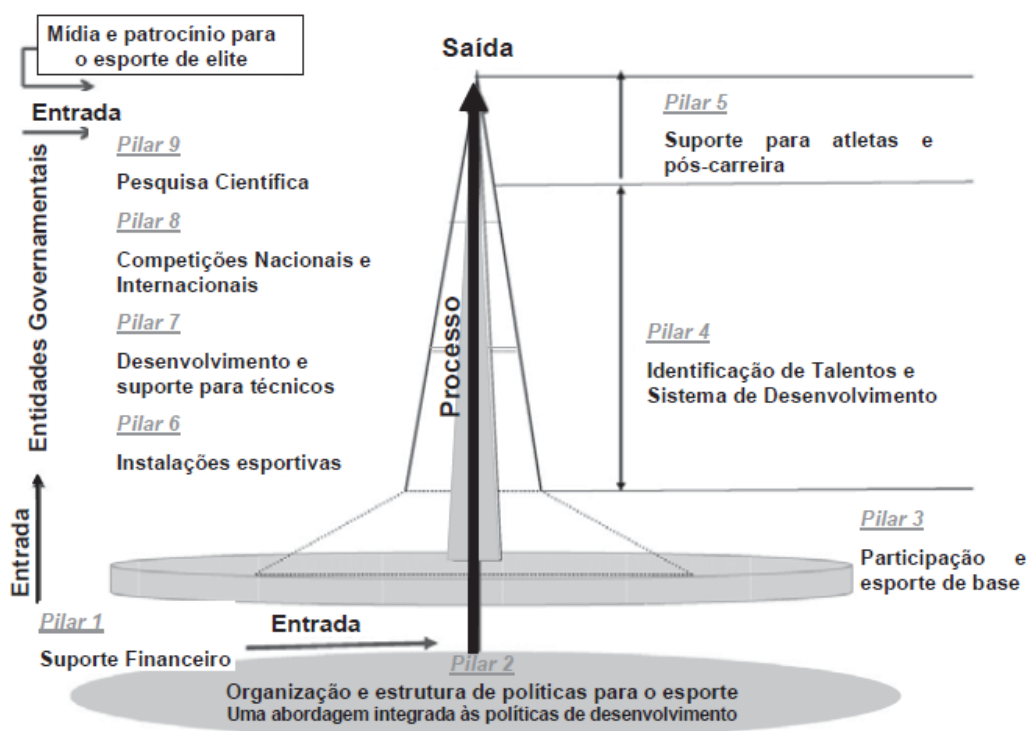
O Envolvimento precoce com a ciência do esporte tende a se concentrar em equipamentos, em vez de o atleta, principalmente porque a aplicação da ciência para equipamentos e design de vestuário tem maior potencial para gerar lucros do que investigação sobre nutrição, preparação psicológica e regime de treinamento (GREEN; HOULIHAN, 2005, p. 8).

⁴⁷ Os países pesquisados eram: Reino Unido, Canadá, Itália, Noruega, Países Baixos e Bélgica.

Cita-se também a importância de manter um calendário atualizado com todas as competições das modalidades específicas para que o atleta possa participar da maioria delas não sendo obrigado a escolher uma ou outra competição. A participação nessas competições de alto nível é o que auxilia o atleta de rendimento a adquirir maturidade, principalmente sob ponto de vista psicológico, para enfrentar os adversários em provas cujo destaque físico e mental é grande.

Concomitante a essa tentativa de melhorar o esporte de rendimento, destaca-se o trabalho desenvolvido por De Bosscher *et al.* (2008) que procuraram através do SPLISS formular um modelo teórico para análise do esporte de alto rendimento, modelo esse pautado em nove pilares que se bem desenvolvidos levam ao sucesso esportivo.

FIGURA 9 - SPLISS - MODELO TEÓRICO DOS NOVE PILARES DA ESTRUTURA ESPORTIVA DE SUCESSO



FONTE: Meira; Bastos; Böhme (2012).

Como bem nos mostra a figura existem 9 pilares que servem como base para indicar como o país está com relação ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento. O Pilar 1 é o Suporte financeiro, ou seja, precisa-se conhecer de onde vem o dinheiro, através de iniciativas de que instituições ele chega ao esporte de alto rendimento, qual o custo representativo de cada medalha conquistada em edições esportivas de alto nível, dentre outras coisas. O Pilar 2 – Organização e

estrutura de políticas para o esporte, refere-se às políticas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento que o país possui incluindo a legislação que prevê assistência a essa dimensão esportiva seja através de isenções ou incentivos. O Pilar 3 refere-se a participação e esporte de base, ou seja, para que se tenha sucesso no esporte de rendimento é importante que haja uma estrutura de esporte de base onde naturalmente serão encontrados os futuros atletas que já compõem o pilar 4 desse modelo representado pela identificação de talentos e sistema de desenvolvimento. Não há como pensar em promover o esporte de rendimento sem incluir no sistema uma forma de descobrir talentos esportivos e desenvolve-los.

O Pilar 5 refere-se ao suporte para atletas e pós-carreira, no qual o atleta precisaria saber o que fazer quando por qualquer fim sua carreira estivesse finalizada. As instalações esportivas estão no Pilar 6, ou seja, inevitavelmente para que se tenha treinamento de alto nível precisa ter infraestrutura para tal, logo, esse é um dos pilares de desenvolvimento do esporte de alto rendimento. Enquanto Pilar 7 há o desenvolvimento e suporte para técnicos haja vista que treinamento de atletas não acontece sem a assistência de uma equipe técnica competente. O Pilar 8 corresponde às competições nacionais e internacionais nas quais os atletas de alto rendimento precisam estar para amadurecer enquanto atletas. O último pilar, 9, refere-se à pesquisa científica, na qual automaticamente os países desenvolvidos se apoiam para o desenvolvimento de mecanismos que auxiliem no desenvolvimento do esporte de alto rendimento em seus países.

Esse modelo de análise conta com uma série de indicadores para cada pilar; esses indicadores são algumas questões primordiais referentes aquele pilar que servem para delimitar o resultado que o país analisado tem em relação àquele pilar; além disso esse estudo também aponta Fatores Críticos para o Sucesso (FCS) que são, como o próprio nome diz, alguns fatores essenciais para detectar como o indicador se estabelece no país.

Nesse sentido, não cabe nessa tese comparar o Brasil com os países mais ou menos desenvolvidos no quesito esportivo, mas sim, é válido conhecer de que maneira os países com pleno desenvolvimento do esporte de rendimento funcionam sob ponto de vista de suas políticas nacionais. Sabe-se, pois, que eles possuem planos de ações nacionais, sejam esses gerenciados pelo governo, por entidades esportivas, ligas nacionais ou institutos nacionais de esporte, que são elaborados de

maneira central, e aplicados em todo o território nacional (DE BOSSCHER *et al.*, 2008; GREEN, 2004; GREEN; OAKLEY, 2001a; HOULIHAN; GREEN, 2008)⁴⁸.

Dentre os nove pilares citados indiscutivelmente todos são importantes no desenvolvimento do esporte de rendimento, porém, afim de contemplar o propósito do presente estudo, o Pilar 2: “Estrutura e organização de políticas para o esporte - uma abordagem integrada da política de desenvolvimento” é o mais interessante tendo em vista a analisar de que maneira ocorre a política desenvolvimentista para a dimensão esportiva em questão. Os indicadores para esse pilar são: 1 - Existe uma forte coordenação entre todas as instituições de esporte de elite, com clara definição e sem sobreposição das diferentes tarefas; 2 - Existe simplicidade de administração; 3 - Os recursos são focados em um número relativamente pequeno de esportes que possuem chances reais de sucesso internacional; 4 - Comunicação eficaz: existe uma linha ininterrupta entre os diferentes níveis das instituições esportivas.

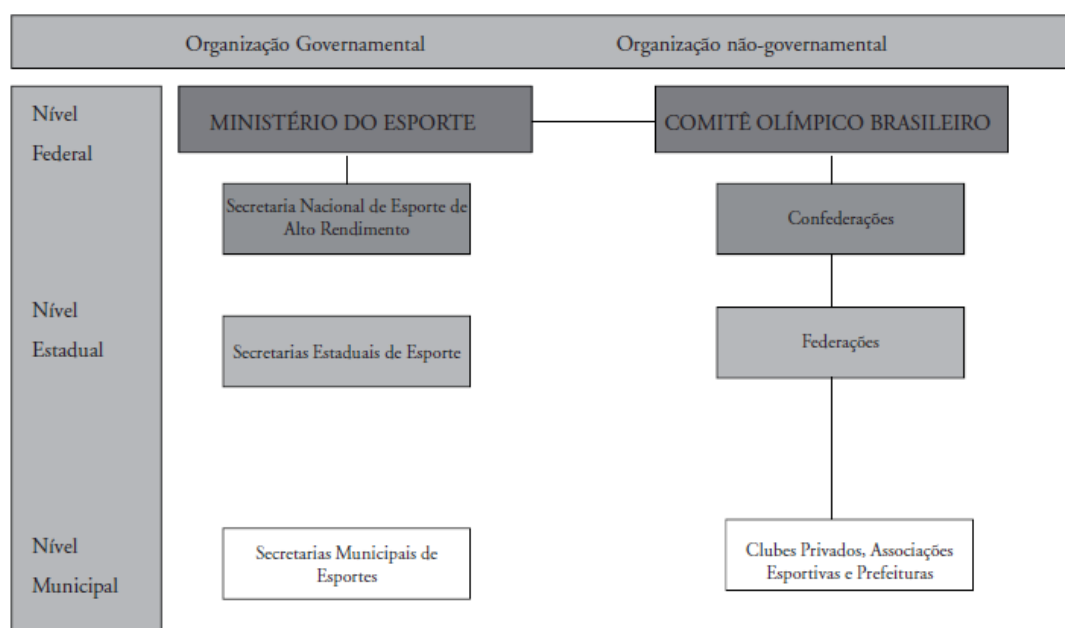
Com relação ao primeiro indicador FCS 1: “Existe uma única organização a nível nacional com responsabilidades específicas em relação ao esporte de alto nível (com tarefa centralizada), excluindo o esporte para todos”. É possível afirmar que o esporte de alto rendimento no Brasil está sob coordenação de duas instituições: Ministério do Esporte, através da SNEAR e do COB. O problema reside já na conceituação do que os autores querem dizer com “com clara definição” a princípio parece pertinente pensar em definição do papel das instituições e se isso for o que o estudo aponta enquanto indicador, existe talvez o problema de não haver definição quanto às responsabilidades de cada instituição, ou melhor dizendo não há definição dos papéis a que compete cada uma delas haja vista que o COB tem como missão “desenvolver e representar com excelência o esporte olímpico de alto rendimento do Brasil” e a SNEAR enquanto um de seus objetivos “Implantar as decisões relativas ao Plano Nacional do Esporte e aos programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento”.

Com relação ao FCS 2: “Coordenação da entrada de apoios (direção horizontal): as despesas para o esporte de elite a nível nacional são centralizadas, documentadas e coordenadas, não existe espaço para sobreposição de tarefas”. Conforme foi visto acima, as maiores instituições que organizam o esporte de alto rendimento no país são COB e Ministério do Esporte e cada qual destina verba ao

⁴⁸ Maiores informações ler: Meira; Bastos; Böhme (2012).

esporte de alto rendimento a partir de fontes específicas; o COB tem como principal fonte de financiamento a verba proveniente da Lei Agnelo Piva (10.264). Já o Ministério do Esporte possui diversos programas e projetos que angariam recursos para o esporte tais como: bolsa atleta, bolsa pódio, Lei de incentivo ao esporte, dentre outros. Com relação à parte que reforça “sem sobreposição das diferentes tarefas” também é algo questionável tendo em vista a ausência de atribuições de tarefas a cada uma das instituições que promovem o esporte de rendimento no país, o que permite aferir algumas sobreposições de papéis com relação às políticas públicas esportivas. Porém, é interessante averiguar as relações horizontais e verticais existentes entre as instituições que promovem o esporte de alto rendimento e isso pode ser visto na figura abaixo.

FIGURA 10 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BRASILEIRA DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO



FONTE: Meira; Bastos (2011).

Ao que nos remete a figura, o Ministério do Esporte e o COB possuem uma ligação, através da qual a Lei Agnelo Piva serve como interlocutora. O COB também possui relação vertical com Confederações, Federações e Clubes que recebem dinheiro do COB a partir de um plano de execução demonstrado pelos órgãos que desejam angariar esses recursos. Em contrapartida a figura demonstra não haver essa mesma relação vertical quando se trata da entidade governamental Ministério do Esporte pois esse tem apenas relação com a SNEAR, porém, essa não possui relação com as demais instituições presentes nos demais níveis de governo, o que

acarreta obviamente uma falta de articulação entre os entes federativos na esfera governamental.

O FCS 4: “O esporte de rendimento é reconhecido e valorizado como tarefa política: existe um (gabinete) ministro e ministério do esporte”. Com relação a esse FCS tem-se como indicativo o fato de o Brasil possuir essa instituição chamada Ministério do Esporte.

O Indicador 2 aponta para a simplicidade da administração sendo que o FCS 5, referente a este refere-se ao “Lugar no ranking em pesquisa de eficiência do setor público (*European Central Bank*, 2003, e outros estudos existentes, se estiverem disponíveis)”. Sobre isso Meira, Bastos e Böhme (2012, p. 256) afirmam que:

esse documento que não contém informações sobre o Brasil. No estudo original esse FCS também não pode ser analisado, pois de acordo com os autores, os técnicos, atletas e as Confederações pesquisados não foram capazes de fornecer informações sobre este aspecto administrativo (MEIRA, BASTOS, BÖHME, 2012).

Quanto ao Indicador 3: “Os recursos são focados em um número relativamente pequeno de esportes que possuem chances reais de sucesso internacional” há o FCS 6: “Número de Organizações Esportivas Nacionais que são subsidiadas com finalidade para o esporte de elite”. Com relação a esse fator Meira, Bastos e Böhme (2012, p. 257) relatam que:

52 Confederações esportivas são vinculadas ao COB, sendo que todas têm possibilidade de obtenção de patrocínio de origem estatal ou privada, inclusive o próprio COB. Vinte e nove confederações responsáveis por modalidades olímpicas recebem repasse da verba proveniente da Lei nº 10.264 (por volta de 36% do total), de acordo com critérios pré-estabelecidos. Os recursos financeiros gerenciados pelo COB são destinados às Confederações por meio de critérios estabelecidos em 2009, com base principalmente nos resultados técnicos durante o último ciclo-olímpico⁴⁹.

Nenhuma das instituições fornece informações relativas à quantos esportes recebem maior ou menor verbas disponibilidades pelos mecanismos de fomento responsáveis, porém, são mais de cinquenta confederações que dependem de recursos advindos, por exemplo, do COB e que precisam mostrar um plano de execução para que tenham possibilidade de receber recursos.

⁴⁹ Para saber mais sobre os critérios estabelecidos pelo COB consultar: www.cob.org.br.

Por fim tem-se o indicador 4: “Comunicação eficaz: existe uma linha ininterrupta entre os diferentes níveis das instituições esportivas” a partir do qual elencam-se alguns FCS tal como o número 7: “Organizações Esportivas Nacionais recebem informações e serviços de apoio (além do financeiro) sobre diferentes aspectos para desenvolver a capacidade de gerenciamento”; com relação a esse fator existem mais apontamentos a serem feitos sobre o COB tendo em vista principalmente a existência do Instituto Olímpico Brasileiro – IOB- responsável, dentre outras coisas por fornecer cursos de aprofundamento e de capacitação para as pessoas que trabalham com o esporte de rendimento no país.

Os FCS 8 e 9 referem-se o questionamento sobre se “Atletas e técnicos recebem informação das organizações de esporte nacionais sobre diferentes aspectos” em relação a isso, Meira, Bastos e Böhme (2012, p. 258) revelam que:

o COB, por meio do Instituto Olímpico Brasileiro, realizou de 2002 a 2008, 12 Cursos Técnicos de modalidades e Treinamentos em Ciência Esportiva, palestras e seminários e um intercâmbio esportivo para atletas e treinadores. A área de controle de “doping” do COB publica regularmente uma cartilha com dados e orientações a atletas - e a toda Comunidade Olímpica - sobre o uso de medicamentos no esporte. O COB também edita desde 2007 o Boletim técnico-científico Laboratório Olímpico, com temas relacionados a treinamento.

Os demais fatores do indicador 4 são respectivamente FCS 11 e 12: “Satisfação de atletas e técnicos em relação às informações recebidas das Organizações esportivas nacionais” e FCS 13 e 14: “Satisfação de atletas e técnicos em relação ao envolvimento em políticas das Organizações esportivas nacionais”. Com relação a esses fatores não se faz nesse texto apontamentos tendo em vista que não é propósito dessa tese ir a campo a fim de conversar com os atletas e técnicos sobre o desenvolvimento do esporte de rendimento, mas é importante saber quais são os fatores que os autores consideram importantes a serem analisados quando se trata de argumentar sobre uma política nacional esportiva visando o sucesso esportivo internacional por meio do esporte de alto rendimento.

Raimundo Ferreira (2007) parece antecipar a discussão realizada sobre esporte de rendimento ao elencar os cinco elementos mais significativos que interferem nas políticas para o EAR. De acordo com o autor são eles: i) a organização esportiva e a participação do estado; ii) a participação do sistema educacional; iii) o sistema de apoios públicos e privados; iv) a participação da

ciência do esporte; v) as infraestruturas e recursos materiais disponíveis. Sendo assim, verifica-se que o autor expõe de maneira mais compacta e simplificada o que os demais estudiosos colocaram enquanto pilares de análise dessa dimensão esportiva.

O subitem a seguir esboça acerca da estrutura organizacional bem como os projetos de rendimento desenvolvidos pelos entes federativos eleitos para análise nesse trabalho. Inicia-se pela SNEAR representante da esfera nacional seguida pela Secretaria do Estado de Esporte e Turismo representante da esfera estadual e, por fim, traz-se a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude enquanto representante do município de Curitiba.

4.2 SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Primeiramente é importante contextualizar o processo de solidificação do Ministério do Esporte tendo em vista que as mudanças nele ocorridas refletem as motivações e necessidades políticas e sociais demarcadas sob a forma de política pública e que culminam no entendimento dessa como a instituição que legitima o esporte no cenário político brasileiro.

Sabe-se que o Ministério do Esporte foi criado em 2003, momento no qual faziam parte dele quatro secretarias: Secretaria Nacional Executiva (SNE), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL), e SNEAR. Porém, após a vinda de Megaeventos esportivos para o Brasil e a mudança de foco das políticas públicas voltadas ao esporte no país, houve uma mudança com relação às secretarias: apenas permaneceram em sua configuração original a SNE e a SNEAR. A SNEE e SNDEL fundiram-se em apenas uma secretaria: SNELIS e, além disso, devido à Copa do Mundo de Futebol em 2014, foi criada a SNFDT, que fez extinguir a Assessoria Especial de Futebol em agosto de 2011.

Ao longo desses 13 anos de existência inúmeras foram as ações do Ministério em prol da promoção e desenvolvimento do esporte de rendimento no Brasil através da SNEAR, tendo em vista principalmente que foram vários eventos esportivos de abrangência internacional realizados em território brasileiro (Pan-Americano/2007; JMM/2011; Copa do Mundo de futebol FIFA/2014).

De acordo com o planejamento estratégico da SNEAR:

Os eventos fazem parte de uma estratégia do governo federal para fomentar o desenvolvimento sustentável do País. Resultados de um grande esforço multi-disciplinar e de uma boa articulação público-privada, os Jogos são considerados, hoje, exemplos da capacidade brasileira de captar, sediar e organizar grandes eventos internacionais, fundamentais para atrair novos investimentos para o país, gerar empregos e promover desenvolvimento social das comunidades brasileiras (BRASIL, 2007, p. 11).

Essa prerrogativa de importância dos Jogos Pan e Parapan-Americanos como fundamentais para sustentar um avanço na visualização do Brasil enquanto um país propício a receber megaeventos esportivos se sustentou de maneira concreta na escolha do país como sede de outros megaeventos. Contudo, deve-se levar em consideração a percepção estatal de que esses eventos não se concretizam apenas com o apoio da esfera federal tampouco da articulação entre as esferas estatais envolvidas enquanto cenário de realização do evento haja vista a necessidade concomitante de ações que envolvam prefeitura, estado, COB, CPB, confederações esportivas, Comitê Olímpico Internacional (COI), Comitê Paralímpico Internacional, Organização Desportiva Pan-Americana, sociedade em geral, dentre outros.

O Plano Estratégico de ações governamentais do XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 estabeleceu diretrizes que demonstram a preocupação do governo em proporcionar um legado oriundo dos jogos a medida que denota a importância da integração entre as ações destinadas aos jogos e os programas do governo federal. A busca pelos legados (urbano, cultural, social e esportivo) foi incorporada enquanto assunto primordial ao tratar das questões de grandes esportivos partindo da premissa de que esse evento promoveria a imagem do Brasil internacionalmente como um país capaz de receber eventos desta magnitude (BRASIL, 2007, p. 12).

Os jogos promovem também a integração na gestão haja vista a quantidade de ministérios envolvidos no processo de organização e concretização de grandes eventos. No Comitê de Gestão das Ações Governamentais para o Pan-Americano, por exemplo, estavam integrados 16 ministérios⁵⁰ o que garante que a realização de

⁵⁰ Eram eles: Esporte; Justiça; Turismo; Relações Exteriores; Defesa; Fazenda; Comunicações; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Trabalho e Emprego; Cultura; Ciência e Tecnologia; Cidades; Educação; Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007, p. 13).

um evento desse porte não acontece mediante atribuição exclusiva do ministério do esporte bem como estende-se para demais instituições públicas⁵¹.

As áreas de atuação dos projetos referentes aos Jogos Pan-Americanos tiveram o intuito de abarcar não somente o esporte mas também segurança pública, inteligência, comunicação, cultura e área social tendo em vista que todas essas áreas continham sub-projetos originados a partir dos Jogos e que, portanto, recebiam reforços de cooperação e atenção por parte dos envolvidos. Na área esportiva, por exemplo, muito embora os jogos possuam um caráter estritamente competitivo, a atuação do governo federal permeou o esporte enquanto fator primordial de inclusão social e de necessária ampliação da prática esportiva na sociedade brasileira. As bases da PNE, discutidas entre os anos de 2004 e 2005 voltaram a tona na caracterização da importância do conhecimento científico e tecnológico associado ao esporte.

Contudo, por se tratar de uma competição de alto nível cujos segundos colocam ou retiram um atleta do pódio a menção aos programas de financiamento ao esporte brasileiro repercutem de maneira recorrente considerando principalmente os programas Bolsa Atleta, que até o ano de 2011 o atleta bolsista não poderia receber patrocínio, mas que se tornou a principal forma de financiamento público diretamente ao atleta e a Lei Agnelo Piva a partir da qual o COB e CPB destinam seus respectivos percentuais, oriundos da loteria federal, principalmente ao desenvolvimento de esporte de rendimento.

Em 2009, a SNEAR estabelecia enquanto missão:

Trabalhar nas políticas, meios e ações para desenvolver o esporte de rendimento, de forma a elevar o Brasil à condição de potência esportiva, reconhecida mundialmente, bem como estimular a realização regular de competições e a prática esportivas em todos os níveis (BRASIL, 2009a, p. 2).

⁵¹ Caixa Econômica Federal; Petróleo Brasileiro (Petrobras); Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Banco Central do Brasil (BACEN); Casa da Moeda do Brasil; Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás); Rede Ferroviária Federal; Instituto Nacional de Meteorologia (INMET); Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR); Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX); Comando do Exército; Comando da Marinha; Comando da Aeronáutica; Receita Federal do Brasil; e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

A ideia da potência esportiva passou desde então a fazer parte do discurso dos gestores brasileiros almejando não somente a conquista de um maior número de medalhas mas sim manter-se com esses números após a instauração de programas, projetos e ações que custeiem e mantenham o nível adequado de treinamento de atletas de rendimento, cujas necessidades sejam supridas em termos de treinos e participação em competições. A SNEAR destacou em 2009, quais suas diretrizes:

- Estimular a utilização da infraestrutura esportiva existente através da realização de competições e eventos regulares;
- Estimular a modernização da infraestrutura esportiva existente, dentro das melhores especificações técnicas e modelos internacionais;
- Agir para o desenvolvimento de modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas com mais possibilidades de medalhas;
- Promover o planejamento e alinhamento dos investimentos públicos e privados nas modalidades esportivas selecionadas;
- Definir, reconhecer e fomentar vocações locais (Municípios);
- Fortalecer o Sistema Brasileiro de Desporto por meio da qualificação geral da gestão do Esporte e em particular do estímulo compensatório para as entidades de administração, bem como de prática esportiva;
- Fomentar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicada ao esporte de rendimento, em parceria com instituições federais de ensino e pesquisa;
- Priorizar o investimento alinhado ao planejamento das entidades esportivas que se comprometerem com a adoção do novo modelo de gestão e governança;
- Assegurar o acesso à informação e disseminar os valores do esporte em todos os programas da SNEAR;
- Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva associada ao esporte de forma a fortalecer a indústria nacional e promover os produtos brasileiros;
- Divulgar de forma sistêmica os principais conceitos de gestão e governança, bem como o conceito de Cadeias Produtivas no Esporte;
- Divulgar as atividades da SNEAR para as entidades públicas e privadas (BRASIL, 2009a, p. 4-5).

As diretrizes apresentaram-se concertantes ao papel desenvolvido pela SNEAR principalmente por estarem pautadas em ações necessárias ao desenvolvimento do esporte de rendimento no Brasil não estando co-relacionadas apenas aos eventos esportivos dos quais o país seria sede. Entende-se como necessária a realização de eventos esportivos como forma de incentivo quanto à divulgação de modalidades esportivas, construção e melhora de instalações esportivas e também ampliação de oportunidades aos atletas, porém, vislumbra-se

de uma política pública um papel que utilize o(s) evento(s) como meio e não como fim das ações governamentais.

A SNEAR também entende como imprescindível a realização de um diagnóstico esportivo que se reflita em oportunidades a partir das quais problemas são detectados e possibilidades de melhoras estabelecidas enquanto metas. Essa visão corrobora com a proposta de Klaus Frey ao apontar o diagnóstico como uma das fases dessa análise das políticas públicas; porém, no quesito avaliação, a SNEAR não deixa em nenhum momento especificado de que maneira essa avaliação seria realizada. Ao citar esse item declara apenas que “avaliações podem ser feitas de forma ordenada” o que incita a questionamentos acerca da maior especificidade do que venha a ser esse ordenamento nas questão avaliativa.

Em 2009 as macro áreas de atuação da SNEAR eram: 1) Competições & Eventos; 2) Infraestrutura para o esporte; 3) Gestão & Processos; 4) Capacitação do RH; 5) Inteligência & Informação; e 5) Ciência & Tecnologia. Inseridos nessas grandes áreas estavam os objetivos da SNEAR que englobam os mais variados aspectos relacionados ao esporte de alto rendimento:

Criação de modelo de Gestão e Governança para SNEAR e para Entidades (da Administração e da Prática Esportiva); Repensar a estruturação o Sistema Brasileiro de Desporto; Capacitação dos diversos atores envolvidos no esporte de Alto Rendimento; Integração dos programas, projetos e ações relacionadas ao desenvolvimento do Esporte de Rendimento; Estímulo à realização de competições e eventos regulares, que contribuam para o desenvolvimento do esporte de rendimento; Tornar a SNEAR referencia nacional em conhecimento, desenvolvimento, gestão, governança e informação esportiva; Desenvolvimento dos atletas de rendimento e preparação para a transição de carreira > Destrreinamento; Qualificar o relacionamento com a mídia; Fomentar modelos de gestão & governança para a sustentabilidade e a utilização de legados do esporte de Alto Rendimento; Fomentar a cadeia produtiva do esporte, de forma integrada e sistêmica, com outras entidades públicas e privadas; Fomentar o desenvolvimento das ciências & tecnologia aplicadas ao esporte; Promover o desenvolvimento nacional e/ou localizado de modalidades olímpicas e paralímpicas; e Criar a Rede Nacional de Cidades Olímpicas (BRASIL, 2009a, p. 9).

Observa-se que esses objetivos quando estruturados e integrantes das macro áreas de atuação da SNEAR representam as reais necessidades para desenvolvimento do esporte de rendimento no país. Destaca-se porém a falta de clareza ao longo do documento e dos objetivos a maneira de exercer essa

“governança” tampouco a forma como aplicá-la na secretaria e nas demais entidades esportivas haja vista que até os mesmo os legados do esporte de alto rendimento estão diretamente relacionados a esse modelo de gestão a ser implantado.

Um dos programas destaque nesse período era o chamado “Descoberta do Talento Esportivo” que visava construir uma base forte no esporte de rendimento através da detecção de talentos esportivos. Seu principal objetivo era identificar jovens e adolescentes matriculados na rede escolar que tenham capacidade e características específicas para cada modalidade esportiva (BRASIL, 2015d). A metodologia do programa baseava-se na criação de um banco de dados com informações referentes aos estudantes selecionados para que esses dados estivessem a disposição de clubes, associações, federações e confederações. Devido a diversas falhas no programa no que se refere principalmente à falta de capacitação de avaliadores e treinadores o programa deixou de existir.

No ano de 2009 o Bolsa Atleta era apresentado pela SNEAR como um programa importante mas que necessitava de reestruturação haja vista, dentre outros fatores, a quantidade de ações judiciais movidas por atletas que desejavam receber o benefício que, na visão na secretaria “não deveria ser o Bolsa Família para esportistas sem renda” mas sim a elevação do Brasil à potência esportiva mundial.

Também surgido em 2009, o programa Cidades Olímpicas também foi uma iniciativa do governo federal de desenvolver os talentos esportivos respeitando o caráter da municipalização partindo do pressuposto de que o atleta desenvolvia-se em determinada modalidade e deveria praticá-la em sua cidade. A propósito a ideia do programa era de que as cidades deveriam eleger modalidades; priorizar recursos; estabelecer parcerias com Estado, União e Confederações, “dotando atletas, clubes e escolas de meios para o desenvolvimento máximo possível da modalidade escolhida, da base até o nível olímpico” (BRASIL, 2009a, p. 23). Ao trabalhar com esporte de rendimento sabe-se quão difícil é o treinamento de um atleta capaz de disputar os Jogos Olímpicos, por exemplo, portanto acreditar que cada cidade pudesse elencar uma modalidade e tornar-se especialista nela parece uma solução fadada a uma série de problemas estruturais decorrentes do contingente populacional brasileiro bem como a quantidade de municípios aqui existentes. Um dos objetivos da Rede de Cidade Olímpica era ser a resultante de esforços para

efetivação do Sistema Nacional de Esporte de Alto Rendimento, porém, ambas as iniciativas não obtiveram êxito.

No ano de 2011 foi realizado um Seminário de Revisão do Plano Estratégico da SNEAR cujo principal objetivo era revisar as diretrizes de atuação da referida secretaria previstas no plano estratégico de 2009. Esse seminário contou com a participação de representantes de todas as secretarias do Ministério do Esporte, do COB, Comitê Paralímpico Brasileiro, Confederação Brasileira de Basketball, Confederação Brasileira de Volei, Centro Esportivo Virtual, CONFEF, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Instituto de Administração e Brunoro Sport Business.

Na avaliação do referido plano foi levada em consideração a consonância existente entre os discursos da SNEAR, do COB, e do CPB nos quais estabelecem enquanto meta a transformação do Brasil em uma potência esportiva bem como quantificam a meta de posicionamento do país nos Jogos que acontecerão no Rio de Janeiro em 2016.

No diagnóstico estabelecido em 2009 alguns fatores chamaram a atenção: “desarticulação com outros entes” e “Bolsa Atleta consolidado, porém com problemas de gestão e foco”. O relatório de 2011 trouxe à tona esses problemas na tentativa de demonstrar de que maneira eles já haviam sido sanados. Quanto à desarticulação com os entes, o referido Plano estabeleceu que:

A desarticulação diagnosticada à época no contexto da SNEAR e do sistema esportivo teve avanços significativos para o que contribuiu, entre outros fatores, a clareza sobre o papel a ser exercido pela SNEAR, pelos entes federados e pelas instituições do esporte (BRASIL, 2011a, p. 7).

Contudo, cabe destacar que não foram encontrados indícios de “clareza” quanto à distribuição de competências pelos entes federados e pelas instituições do esporte. Até o presente momento esse indicativo segue como uma das principais razões de desarticulação entre as entidades que promovem o esporte de rendimento no Brasil, nos estados e nos municípios.

O Plano Decenal do Esporte, temática da III CNE, está integrado às motivações da SNEAR devido à sua importância sob ponto de vista de um planejamento consolidado para o esporte de rendimento brasileiro, com metas a

curto, médio e longo prazo, estabelecendo como prioritárias as ações referentes à atuação do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2016.

Na visão da secretaria o Bolsa Atleta passou por mudanças legislativas importantes o que permitiu um maior número de bolsas distribuídas ao longo dos anos bem como o valor destinado a cada categoria de bolsa; porém, a secretaria admite “deficiências no campo da gestão e do sistema de informações” referentes ao programa (BRASIL, 2011a, p. 7). Uma das inclusões ao programa foi a chamada Bolsa de Ouro⁵², nova categoria de bolsa que pagaria o valor de até 15 mil reais e serviria de apoio supletivo em materiais e equipamentos de ponta, equipe multidisciplinar, participação em competições e treinamentos internacionais, etc.

Com relação às diretrizes estabelecidas em 2009 o sistema de avaliação do período que concerne os dois anos subsequentes revelou alguns avanços, como por exemplo com relação a modernização da infraestrutura esportiva cuja principal ação foi a criação do Programa Cidade Esportiva na qual objetivava propiciar espaço para formação de atletas nos municípios brasileiros. De acordo com o site do Ministério do Esporte:

O foco será em modalidades que compõem os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com o propósito de ampliar a participação brasileira na disputa de finais e, com isso, melhorar a posição do país no quadro de medalhas dos dois eventos. O programa terá forte conexão com projetos de esporte social e educacional, como o Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, de onde poderão surgir talentos que venham a se desenvolver posteriormente no Cidade Esportiva (BRASIL, 2010b, s.p.).

Ao que parece colocado o programa Cidade Olímpica transformou-se em Cidade Esportiva a julgar pela semelhança entre as designações dos programas que enaltecem o aspecto relacionado à “vocação” das cidades para escolher/receber as modalidades esportivas que serão priorizadas em seus municípios e conseqüentemente receberão maiores investimentos em termos de construção e modernização da infraestrutura necessárias para sua prática.

A possível conexão entre os programas Cidade Esportiva e Segundo Tempo parece pertinente apenas ao discurso de implantação no novo programa tendo em vista que ambos promovem o esporte, porém, com finalidades diferentes, pautados em dimensões esportivas fortemente caracterizadas como tal.

⁵² A Bolsa Ouro transformou-se em Bolsa Pódio e passou a existir sob esse nome.

A ideia central do programa consiste em estimular uma integração entre municípios, estados e união através da Rede Nacional de Treinamento de Alto Nível que objetiva criar Centros Locais ou Centros Regionais de Treinamento com investimento público federal e a manutenção desses locais de treinamento ficaria posteriormente sob responsabilidade do município onde ele se encontrava. Caberia às cidades escolhidas:

Eleger modalidades, priorizar recursos, imcubir-se da manutenção e operação do Centro Local e estabelecer parcerias com Estado, União e Confederações para dotar atletas, clubes e escolas de meios para o desenvolvimento máximo possível da modalidade escolhida, da base até o nível olímpico (BRASIL, 2010b, s.p.).

Ao colocar em pauta esse programa fica clara a tentativa da SNEAR de fortalecer a base do esporte de rendimento e dar maiores condições para que os talentos esportivos descobertos nos municípios possam ter ao menos instalações esportivas que deem conta de seu treinamento, embora nesse momento, seja quase impossível atender a todas as demandas esportivas locais. Além disso, a SNEAR objetiva também a partir desse programa criar um Sistema Nacional de Esporte de Alto Rendimento que promova a conexão entre estados, municípios, entidades esportivas, clubes sociais, associações, sistema S, iniciativa privada a demais entidades co-relacionadas.

Com relação aos objetivos do Programa destacam-se:

Ampliar o acesso à prática esportiva de alto rendimento; Atender à demanda esportiva regional e incentivar e/ou induzir a disseminação de modalidades menos desenvolvidas; Desenvolver a vocação esportiva local; Promover a qualidade do investimento público no esporte, qualificando a execução da Política Nacional no nível local e a integração do Sistema Brasileiro; Descentralizar a execução e o financiamento da Política Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Qualificar a infraestrutura e os recursos humanos locais para a prática esportiva de alto rendimento; Aprimorar e capacitar os profissionais e atletas da região/local, bem como adequar materiais e equipamentos a modalidades esportivas; Ampliar a base das modalidades, realizando a conexão e alinhamento entre alto rendimento – escola – lazer na região; Estimular a interação entre a educação física escolar e o esporte de alto rendimento; e Incentivar a articulação com o desporto escolar (BRASIL, 2011b, p. 32).

Os objetivos até certo momento parecem delimitar de uma maneira bastante clara as ações de desenvolvimento no programa, porém, quando insere a escola nesse processo parece promover uma “evasão” de seu foco tentando integrar todas

as instituições que promovem o esporte- e em diferentes dimensões- com a finalidade de promover o esporte de rendimento. No segundo capítulo deste trabalho foi trazido para discussão o impasse recorrente na falta de conceituação e entendimento do esporte de rendimento também devido à essa perpetuação da falta de caracterização do esporte desenvolvido na escola onde autores afirmam a ser o ambiente escolar um ambiente propício à prática esportiva de rendimento e outros defendem que esse espaço deve ser pautado em práticas corporais que não estejam relacionadas à essa dimensão esportiva. Sendo assim, estabelecer três objetivos que proponham essa interlocução entre essas diferentes áreas e pontos de vista parece não avançar na proposta, mas sim, encontrar maiores dificuldades para implementação efetiva do programa.

Estimou-se em 2011 um cenário no qual em 2016 existiriam 500 cidades esportivas no país, contudo pode-se afirmar que até o final do ano de 2015 estavam em construção 21 CIEs no Brasil o que demonstra que ao menos em termos de quantidade o programa não atingiu os objetivos propostos.

Outro ponto de destaque ao tratar da evolução das ações previstas nas diretrizes de 2009 foi a criação do Sistema Nacional de Análise e Avaliação de Modalidades que, de acordo com a SNEAR, “permitiu delinear as características de gestão das entidades do esporte e foi uma iniciativa elogiada pela Controladoria Geral da União” (BRASIL, 2011a, p. 9). Sobre esse sistema não foram encontradas, em nenhuma das fontes pesquisadas, informações que levassem ao conhecimento da criação e desenvolvimento desse sistema que, no plano estratégico da secretaria aparece inserido no Plano Decenal de Esporte.

O Plano Estratégico de 2011 elencou alguns temas que precisariam ainda ser debatidos a fim de aperfeiçoá-los: 1) Modernização Administrativa da SNEAR (TI, infraestrutura, convênios, prestação de contas); 2) Iniciação Esportiva (Segundo Tempo, Jogos Escolares, Detecção de Talento, Núcleo de Esporte de Base); 3) Ciência e Tecnologia (CENESP); 4) Cidade Esportiva, Rede Nacional de Treinamento e Gestão por Modalidades; e, 5) Inteligência Esportiva (Bolsa Atleta, Calendário Esportivo Nacional). A partir da detecção desses problemas foram criados grupos de trabalho para discutir as temáticas e elaborar ações estratégicas com vistas a sanar as dificuldades encontradas.

O procedimento adotado por cada um dos grupos consistiu em elencar os problemas encontrados e a designação de resolução desses problemas por parte da

alta governabilidade ou da governabilidade intermediária o que facilitaria a proposição de soluções às pessoas devidamente responsáveis.

O ano de 2011 também foi marcado pela entrega de um relatório produzido pelo TCU no qual a instituição analisa as ações desenvolvidas pela SNEAR após detectar alguns problemas de ordem estrutural e organizacional da referida secretaria. A análise do TCU encontrou-se baseada principalmente na Política Setorial para o esporte de alto rendimento criada através da Resolução GM/Ministério do Esporte nº 10, de 07/03/2006, na qual estabelece alguns direcionamentos necessários para as políticas públicas de desenvolvimento dessa dimensão esportiva.

De acordo com esse documento, alguns dos fatores relevantes que interagem para dificultar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento:

[...] ausência de políticas governamentais integradas nas três esferas do poder público federal, estadual e municipal, a falta de um detalhamento de todo o processo de formação do atleta para o alto rendimento, inclusive com a definição das atribuições e responsabilidades dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento da base esportiva nacional (BRASIL, 2006a, p. 17).

Importante destacar que os objetivos priorizados nessa Política Setorial foram:

Fomentar o esporte de base visando a prática do esporte de alto rendimento; Criar mecanismos que possibilitem, aos atletas e paraatletas, o pleno desenvolvimento de suas potencialidades atléticas; Modernizar a infraestrutura esportiva nacional; Gestionar para instituição de fonte permanente de recursos financeiros aos atletas e paraatletas, com a finalidade de proporcionar-lhes tranquilidade financeira; Fomentar a capacitação de recursos humanos nas áreas afins, por meio de cursos de formação e atualização; Apoiar a produção científica e tecnológica e a sua difusão, por meio de publicações, inclusive técnicas, e a realização de eventos técnicos e científicos de abrangência regional, nacional e internacional; Estabelecer condições para a melhoria dos resultados das equipes brasileiras em eventos internacionais de alto rendimento; Proporcionar aos atletas e paraatletas, ao longo de suas carreiras esportivas, a possibilidade de capacitarem-se intelectual e profissionalmente (BRASIL, 2011, p. 80).

Os objetivos acima apontados destacam-se enquanto necessidades do sistema esportivo brasileiro que, conforme explicitados na Política Setorial, são vistos a partir de diversas nuances em consonância com diferentes instituições, o que culmina inevitavelmente em uma política articuladora não somente sob ponto de

vista da esfera governamental, mas sim, das diversas instituições que promovem um papel importante junto ao esporte de rendimento. O documento dessa Política Setorial, aponta ainda ações para que esses objetivos sejam cumpridos a contento:

Deteção de Talentos Esportivos - Oportunizar às crianças e aos jovens brasileiros a participação em testes motores, validados cientificamente, identificando jovens talentos e disponibilizando estas informações às entidades formadoras e clubes esportivos; **Ampliação do acesso ao esporte de alto rendimento, em todas as regiões do país, favorecendo a base do esporte nacional** - Implementar programas e projetos de esporte, adequando a infraestrutura técnica e esportiva, às necessidades inerentes à formação da base do esporte de alto rendimento, objetivando aumentar o número de atletas e paraatletas em condições de representar o Brasil nos eventos internacionais; **Capacitação de Recursos Humanos** - Proporcionar cursos de capacitação e aperfeiçoamento a todos os agentes deste segmento esportivo, respeitando-se as especificidades e necessidades de cada caso; **Desenvolvimento do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia aplicadas ao Esporte de Alto Rendimento** - Implantar centros de pesquisa esportiva e a modernização dos já existentes, que proporcionará ao setor de esporte de alto rendimento o embasamento técnico e científico, necessários à constante evolução dos procedimentos adotados por técnicos, atletas e paraatletas, nas diversas fases de suas carreiras; **Consolidação das relações com as Instituições Esportivas Internacionais e realização de eventos internacionais de grande porte** - Fortalecer a participação nacional em um número cada vez maior de competições, promover intercâmbio científico e tecnológico, além de captar e promover eventos esportivos de alto rendimento; **Organização do Cenário do Esporte de Alto Rendimento no Brasil** - Definir as atribuições e responsabilidades de cada entidade esportiva institucionalizada, em conformidade com a legislação, ao tempo, ampliar e consolidar o Calendário Esportivo Nacional, reiterando a importância dos eventos esportivos (BRASIL, 2011, p. 80-81, grifos do autor).

Essas ações foram escritas pautadas na descrição de alguns problemas que impediam o bom desenvolvimento dessa dimensão esportiva, tais como:

a) o baixo aproveitamento do contingente populacional para a detecção de talentos; b) a falta de definição de responsabilidades dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento da base esportiva nacional; c) a carência de infraestrutura física apropriada ao esporte de rendimento; d) a insuficiência na capacitação de recursos humanos, técnicos e administrativos; e) disparidades regionais quanto à prática e o desenvolvimento do esporte de competição; f) falta de planejamento para o encerramento da carreira do atleta (BRASIL, 2011a, p 18).

Os problemas destacados pelo relatório do TCU envolvem efetivamente problemas estruturais que afetam diretamente o bom desenvolvimento do esporte de rendimento brasileiro a começar pela falha na falta de uma ação eficaz para a detecção de talentos no país, principalmente se for levado em consideração que o Brasil conta hoje com uma população que excede os 200 milhões de pessoas (IBGE, 2015), o que necessitaria de uma política capaz de encontrar jovens com futuro promissor esportivo aptos a disputar competições representando seu país nacional e internacionalmente. O desenvolvimento da base esportiva também se caracteriza enquanto problema a partir do momento que o sucesso esportivo em termos de esporte de rendimento é um processo a longo prazo, necessitando, portanto, da criação de condições de treinamento e demais subsídios a uma base esportiva forte e consolidada. Dentre as questões dessa base encontram-se por exemplo, as instalações esportivas que devem existir a um número condizente com a população à qual destina-se o esporte de rendimento, bem como com uma qualidade digna de se proporcionar bom treinamento aos atletas que delas se utilizarem.

A falta de definição de responsabilidades dos indivíduos que operam a base esportiva nacional e a insuficiente capacitação dos diversos recursos que permeiam o esporte de rendimento também são apontados enquanto problemas no relatório do TCU. Verifica-se a necessidade de designação de “quem é responsável por o quê”, ou seja, a delimitação de papéis a cada instituição responsável por promover o esporte de rendimento, seja na fase inicial ou seja na fase de espetacularização. A capacitação constante também se faz necessária frente às constantes mudanças e evoluções que se apresentam atreladas ao esporte de rendimento. A adequação dos recursos sejam eles, humanos, materiais ou tecnológicos, às novas concepções e inovações presentes no ER é essencial para que o Brasil esteja pareado com os países de sucesso esportivo nessa dimensão aqui analisada.

A falta de acompanhamento quanto ao fim de carreira do atleta esportivo também é considerada, via TCU, um ponto falho brasileiro devido à falta de existência de mecanismos que apresentem opções de fim de carreira aos atletas de rendimento. Sabe-se que a maioria das modalidades esportivas angaria atletas muito jovens, destaca-se a ginástica por exemplo, cujo treinamento é bastante precoce, que podem encerrar a carreira ainda jovens, sendo necessário um auxílio

para que esses saibam como operar os anos subsequentes ao término de suas carreiras.

O modelo de planejamento apresentado pela SNEAR em 2013 evidenciou a estruturação e organização do esporte de alto rendimento no Brasil pautadas nas evidências anteriormente encontradas nos planos estratégicos da secretaria (vide anexo B).

Com relação ao primeiro quadro “O Brasil e a Sociedade Brasileira” é notável o objetivo de utilização dos Jogos Olímpicos de 2016 como uma possibilidade de construção de um legado esportivo sustentável socialmente. O fato de almejar tornar o país uma potência esportiva e mantê-lo nessa posição sugere uma visão a longo prazo de otimização do evento esportivo para além de sua finalidade, o que representa efetivamente um legado originário dos Jogos. A identidade nacional, muitas vezes associada ao futebol, perpassa somente uma modalidade e abrange principalmente àquelas presentes nos jogos olímpicos como forma de promoção e incentivo de prática destas modalidades a sociedade brasileira como um todo, considerando evidentemente que cada modalidade possui características próprias quanto ao seu treinamento, o que reflete na necessidade de diferentes formas de incentivo à sua prática em quaisquer das dimensões esportivas escolhidas. Esse fato também reflete a necessidade de acesso democrático à prática esportiva em todas as esferas de atuação do Estado cuja organização deve refletir as necessidades locais e globais acerca do desenvolvimento do esporte de rendimento. Torna-se prudente elencar a infraestrutura esportiva como um fator crucial sob ponto de vista estratégico tendo em vista que as instalações construídas para eventos ou para projetos devem estar aptas a serem mantidas a longo prazo com intenção de garantir que essas sejam ocupadas com fins de prática esportivas para que não tenham finalidade semelhante às instalações construídas para os Jogos Pan-Americanos, por exemplo⁵³.

O quadro sobre a organização da SNEAR demonstra de que maneira a SNEAR objetiva ser referência em gestão pública e excelência em esporte. A excelência consiste na demonstração de bons resultados na forma de gestão da secretaria, com a otimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros gerenciados pelo órgão, além disso diz respeito ao cumprimento das metas com

⁵³ Para maiores informações consultar: Gibson (2009).

relação aos programas e projetos relacionados ao Rio 2016 sendo esse o evento-chave de exposição da secretaria. Maiores orçamentos foram disponibilizados ao longo dos anos ao esporte e a realização de grandes eventos esportivos no Brasil possui grande relevância nesse sentido, portanto, também faz parte do planejamento da SNEAR manter esse alto nível de investimento no esporte bem como realizar uma distribuição de maneira cada vez mais eficaz. O setor de inteligência é uma das grandes preocupações da secretaria que busca ser referência na inteligência esportiva brasileira cabendo a ela fornecer dados acerca de atletas, modalidades, instituições e centros de treinamento espalhados pelo país. Finalmente nesse quesito um dos focos da secretaria é fortalecer seu valor institucional através do fortalecimento de suas competências para que a instituição em si, reconheça e reforce seu importante papel no desenvolvimento no esporte de rendimento no país.

Um dos pilares do planejamento da SNEAR faz referência aos indivíduos que compõem o sistema esportivo brasileiro cujo esforço incide sobre a garantia de sustentabilidade e utilização dos legados do esporte de rendimento. A indústria esportiva, crescente a cada ano, é citada nesse quesito por proporcionar um aumento na geração de empregos à medida que o ramo esportivo avança, inova e ganha força no mercado financeiro. A secretaria também acredita fazer parte de seu escopo de atuação a perpetuação de um esporte livre da indústria do doping a fim de promover resultados efetivamente legítimos em termos esportivos. O Decreto 7.630 de 30 de novembro de 2011 criou a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) cuja missão é “consolidar a consciência antidopagem e defender no âmbito nacional, o direito fundamental dos atletas de participarem de competições esportivas livres de quaisquer formas de dopagem” (ABCD, 2015). A ABCD foi criada, dentre outros motivos, por ser uma das exigências do COI, ou seja, o país que queira sediar uma edição dos Jogos Olímpicos deve possuir sua agência anti-doping.

O pleno aproveitamento dos talentos esportivos também compõe o rol de preocupações da SNEAR que deseja estabelecer um sistema eficiente para descoberta de talentos esportivos bem como desenvolvimento desses talentos. É destacada a importância, até então vista com menos frequência no planejamento governamental, do estabelecimento de planos pós-carreira dos atletas indicando a necessidade de acompanhamento desse atleta em todos os períodos de transição de carreira. Por fim, também considerado como fator essencial à excelência do

esporte de rendimento está o incentivo à participação dos atletas em competições de nível nacional e internacional partindo do pressuposto de que somente a participação em competições fornece ao atleta maturidade psicológica e física para conquista de pódios.

A primeira parte do quadro refere-se às dimensões de recompensas, ou seja, resultados que se esperam obter a partir da atuação eficiente e eficaz de todos os programas, projetos e ações desenvolvidos pela secretaria. A segunda parte do quadro faz menção aos aspectos relacionados a processos, pessoas, tecnologia, públicos e parceiras, ou seja, as dimensões estruturantes que servem para direcionar as ações relativas à secretaria e a sua importante contribuição no desenvolvimento do esporte de alto rendimento.

Com o objetivo de cumprir todas essas intencionalidades, a SNEAR está dividida em dois departamentos: o departamento de esporte de base e de alto rendimento; e o departamento de excelência esportiva e promoção de eventos. O primeiro conta com um diretor, e dois coordenadores gerais sendo que um deles é responsável pelo esporte de base e de atletas de alto rendimento e o outro é encarregado do esporte de paraatletas de alto rendimento. Os objetivos do departamento de esporte de base e de alto rendimento são:

Subsidiar a formulação, implementação e avaliação dos programas, projetos e ações destinados ao esporte de base e de alto rendimento; Promover a capacitação de técnicos e árbitros com formação em esporte e paraesporte de alto rendimento; Realizar as competições previstas nos calendários oficiais das entidades esportivas; Promover a cooperação nacional e internacional que vise ao desenvolvimento do esporte de base e de alto rendimento para atletas e paraatletas; Coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios firmados pelo Departamento; Apoiar, institucionalmente, atletas e técnicos por meio de incentivos oficiais ou de patrocinadores; Promover as relações institucionais com os integrantes do Sistema Nacional do Desporto; e Desenvolver estudos e análises sobre pleitos, programas, projetos e ações, em sua área de atuação (BRASIL, 2016a).

Da mesma maneira, o departamento de excelência esportiva e promoção de eventos possui um diretor e duas coordenações gerais, uma designada para cuidar da excelência esportiva e outra de apoio, capacitação e eventos esportivos. A esse departamento compete:

Coordenar as ações dos Centros de Excelência Esportiva (CENESP) visando à realização de estudos e pesquisas, com vistas ao

desenvolvimento do esporte de alto rendimento; Planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de pesquisas em laboratórios antidoping e científicos e a manutenção desses laboratórios; Apoiar a realização de eventos e competições destinados ao aprimoramento dos atletas e paraatletas de alto rendimento; Coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios firmados pelo Departamento; Apoiar atletas e técnicos por meio de incentivos oficiais ou de patrocinadores; Promover as relações institucionais com os integrantes do Sistema Nacional do Desporto; e Desenvolver estudos e análises sobre pleitos, programas, projetos e ações, em sua área de atuação (BRASIL, 2016a).

Faz-se importante descrever neste momento os programas e projetos da SNEAR para que seja possível visualizar de que maneira essa dimensão esportiva é aplicada pela esfera federal. Além disso, será preciso conhecer essas ações para então estabelecer uma possível conexão entre os programas, projetos e ações das demais esferas governamentais. É a partir deste relato também que será possível averiguar a (des)articulação dos entes federativos que promovem o esporte de rendimento no país.

Antes de adentrar especificamente nos programas e projetos que fazem parte da SNEAR no contexto atual é importante destacar dois daqueles que não mais fazem parte da esfera de atuação da SNEAR: Rede CENESP e Jogos Militares.

Embora não atualmente desenvolvida pela SNEAR, a Rede Cenesp também se caracterizou como integrante das ações relativas ao fomento e desenvolvimento do esporte de alto rendimento por abranger centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. O desenvolvimento dessas pesquisas acontece nas Instituições de Ensino Superior (IES) e os Centros de Excelência Esportiva (CEO) que disponibilizam sua estrutura física e administrativa bem como seus recursos humanos e materiais em prol do desenvolvimento de pesquisas para a melhoria do esporte brasileiro, principalmente nas modalidades olímpicas e paralímpicas.

A Rede Cenesp é feita a partir de parcerias entre:

a Secretaria Nacional de Esporte, o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paralímpico Brasileiro, com as entidades de administração do desporto em nível local, estadual e nacional, e com a iniciativa privada, como prestadores de serviços à comunidade esportiva em geral (BRASIL, 2015g).

Pode-se verificar que é uma ação destinada ao esporte de rendimento devido também às parcerias estabelecidas haja vista que envolvem as entidades

destinadas ao desenvolvimento dessa dimensão esportiva. Atualmente existem nove centros em que a rede acontece: Escola Superior de Educação Física de Pernambuco/UPE; Universidade Estadual de Santa Catarina/ UDESC; Universidade Estadual de Londrina/ UEL; Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG; Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS; Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM; Universidade de Brasília/ UnB; Universidade Federal de São Paulo/ Unifesp (Escola Paulista de Medicina); Universidade Estadual de São Paulo/USP.

Observam-se os centros distribuídos de maneira uniforme pelo território brasileiro, porém, ainda de maneira limitada tendo em vista a necessidade de um número muito mais amplo de centros de pesquisas esportivas.

O segundo programa que precisa ser citado devido à sua atual relação com o esporte de rendimento são os JMM que representam uma das vertentes do esporte de alto rendimento e caracteriza-se enquanto uma competição que reúne atletas das forças armadas representantes de diversos países. Embora atualmente não se encontre enquanto forma de ação da SNEAR, desde 2003 até o ano de 2015 esteve presente no site da instituição como forma de propagação do esporte de alto rendimento.

Os JMM são considerados o terceiro maior evento do mundo devido a quantidade de pessoas envolvidas e atualmente a competição apresenta-se dividida enquanto modalidades⁵⁴, igualmente aos Jogos Olímpicos, em jogos de verão e inverno. Nos jogos de verão estão presentes as seguintes 21 modalidades: atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esgrima, futebol, hipismo, judô, luta livre, natação, orientação, paraquedismo, pentatlo moderno, pentatlo militar, pentatlo naval, pentatlo aeronáutico, taekwondo, tiro, triatlo, vela e vôlei. Nos jogos de inverno são 6 as modalidades: esqui alpino, esqui cross-country, esqui de orientação biatlo, esqui montanhismo, patinação de velocidade em pista curva e escalada indoor.

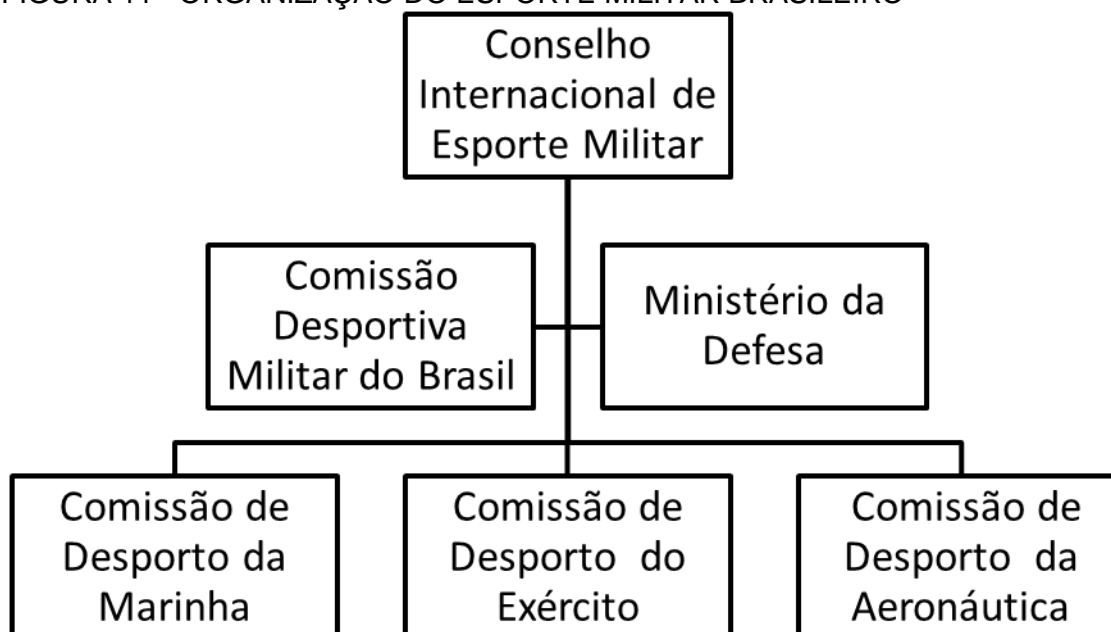
A semelhança com os Jogos Olímpicos, contudo, não acontece somente com relação às modalidades disputadas, mas também no ideal de transmissão de valores através do esporte, bandeira levantada pelo COI e estimulada através da filosofia do esporte chamada de “olimpismo”. Os Jogos Militares, porém, estão sob a égide do

⁵⁴ Reúnem cerca de 20 esportes, divididos em esportes individuais, coletivos, militares, de combate e de demonstração.

*Conseil International du Sport Militaire*⁵⁵ (CISM) que, desde sua criação, está fundamentado no espírito olímpico, isento de conotação política, religiosa e racial, intimamente ligado ao ideal de promover o esporte como instrumento da paz (REVISTA VERDE-OLIVA, 2011).

É importante lembrar que por mais que esse evento seja em sua essência voltado ao esporte de alto rendimento e apresente-se em todos os mecanismos (sites, palestras, conferências) como parte integrante do Ministério do Esporte, foi o Ministério da Defesa (MD) o responsável pela organização dos 5º JMM no Brasil; além disso existem mais órgãos que incentivam, orientam e apoiam o desenvolvimento do esporte militar, são eles: o Conselho Internacional do Esporte Militar, a Comissão Desportiva Militar do Brasil, a Comissão de Desportos do Exército, o Centro de Capacitação Física do Exército e o Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército (REVISTA VERDE-OLIVA, 2011). Em relação a estrutura e organização do esporte militar no Brasil, apresenta-se a seguinte figura.

FIGURA 11 - ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE MILITAR BRASILEIRO



FONTE: Nóbrega (2013)

Inserida no MD, a CDMB é o órgão responsável pelos eventos esportivos que envolvem as três Forças Armadas e a principal missão dessa entidade é “dirigir e organizar as competições militares nacionais, como também constituir e representar

⁵⁵ Entidade composta por 133 países-membros, com a missão de promover relações amigáveis entre as Forças Armadas e contribuir com a paz mundial por intermédio do esporte.

as Forças Armadas brasileiras nas competições internacionais” (REVISTA VERDE-OLIVA, 2011, p. 5).

Os Jogos Militares possuem uma história recente tendo em vista que sua primeira edição é datada no ano de 1995 quando ocorreu em Roma na Itália; em 1999 os jogos aconteceram em Zagreb (Croácia) e reuniram 6.000 atletas de 82 países, disputando 20 modalidades; em sua terceira edição no ano de 2003 os jogos aconteceram novamente na Itália, porém, na cidade de Catânia e envolveram cerca de 87 países; em 2007 a Índia recebeu os jogos na cidade de Hyderabad, edição essa famosa devido ao alto nível de competitividade dos atletas e a demonstração de que a competição representava efetivamente o esporte de alto rendimento; por fim, em 2011 os 5º JMM aconteceram na cidade do Rio de Janeiro/Brasil, ocasião na qual foi muito comemorada a primeira colocação do anfitrião na competição com 114 medalhas.

Contudo, para chegar a essa primeira colocação, as forças armadas desenvolveram um “plano esportivo-militar” que consistiu na incorporação de atletas de alto rendimento ao efetivo militar. A justificativa dessa incorporação procede do fato da também inserção de militares como representantes de seus países nos Jogos Olímpicos, como aconteceu em Pequim/China em que 799 atletas militares, conquistaram 139 medalhas das 958 disputadas (REVISTA VERDE-OLIVA, 2011). Esse Plano esportivo-militar viabilizou, por meio da autorização do estado maior do exército, a criação de 130 vagas de sargento técnico temporário, especialista em educação física e desporto de alto rendimento com vistas a atender às seguintes modalidades: atletismo, basquetebol, judô, esgrima, natação, futebol, taekwondo, triatlo, voleibol, vôlei de praia, pentatlo moderno, pentatlo militar, paraquedismo e hipismo.

O bom resultado obtido no Brasil é oriundo do planejamento e organização das forças armadas para o desenvolvimento do esporte de rendimento em seu cerne, tendo exército, marinha e aeronáutica cada qual o órgão específico para desenvolvimentos das atividades esportivas. No exército brasileiro, por exemplo:

o órgão especializado é a Comissão de Desportos do Exército (CDE). Em 1991, com a criação do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), a CDE passou a subordinar-se a este órgão, mantendo suas instalações na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro. A CDE possui, ainda, um canal técnico-administrativo com a Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), um órgão do

Ministério da Defesa (MD), criado em 1956, com a missão de elaborar propostas de diretrizes gerais, normas e procedimentos para as atividades relativas ao esporte nas Forças Armadas (REVISTA VERDE-OLIVA, 2011, p. 8).

A partir do conhecimento dessas instituições pode-se observar a descentralização das estruturas que promovem o esporte de rendimento sempre atreladas ao MD e não ao Ministério do Esporte.

A utilização das forças armadas como forma de recrutamento de atletas bem como na formação e treinamento desses atletas já acontece em diversos outros países, porém, em cada um deles elas atuam de maneira diferenciada:

Em alguns países, elas atuam na detecção, formação e treinamento de atletas de alto rendimento; em outros, desempenham um papel de suporte e apoio ao atleta de alto rendimento, incorporando-o à vida militar e permitindo-lhe alcançar melhores resultados (REVISTA VERDE-OLIVA, 2011, p. 9).

No Brasil, contudo essa prática não era muito conhecida, porém, com a escolha do país como sede dos 5ºJMM houve a necessidade de melhorar a colocação do país nessa edição dos jogos e assim essa prática passou a ser mais difundida e noticiada. Esse novo formato de recrutamento e formação de atletas para o esporte de alto rendimento trouxe muitos aspectos positivos para ambas as comunidades, a esportiva e a militar. Segundo a Revista Verde-Oliva (2011, p. 9):

O ingresso de atletas de alto rendimento no Exército Brasileiro vem contribuindo para o desenvolvimento do esporte nacional. Das 130 vagas disponibilizadas para atletas nas 14 modalidades, 75 foram ocupadas por homens e 55 por mulheres. Essa iniciativa tem possibilitado que, além de representarem as Forças Armadas brasileiras no cenário desportivo militar mundial, os atletas tenham um aporte financeiro, aliado a uma estrutura de treinamento em centros esportivos militares, o que contribui significativamente para o incremento do esporte nacional.

Esse incremento ao esporte se deu também a partir do momento que esses atletas tiveram acesso a treinamento em infraestruturas adequadas bem como aporte científico no Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército (IPCFEx) órgão esse que prestou apoio à preparação dos atletas militares e realizou avaliações físicas em seus laboratórios de fisiologia, biomecânica, psicofisiologia e bioquímica.

A 5ª edição dos JMM encerrou-se com respaldo positivo dos participantes sendo os legados mais citados a infraestrutura esportiva oriunda dos jogos bem

como a classificação do país nas demais competições, como por exemplo, nos Jogos Pan-Americanos realizados em Guadalajara no México, também em 2011, onde o país conquistou a terceira colocação com 141 medalhas, perdendo apenas para Estados Unidos e Cuba.

Os Jogos contaram com a participação de cerca de 13 mil indivíduos, distribuídos de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 2 - NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS JOGOS MILITARES DE 2011

Participantes diretos	13.829
Atletas/Atletas Brasileiros	4.175/ 277
Árbitros e integrantes da comissão técnica das equipes	2.470
Países	111
Esportes	20 (M) + 17 (F)
Membros do Comitê Organizador	724
Força de Trabalho	6.450

FONTE: Brasil (2015)

Devido a caracterização de megaevento que leva em consideração principalmente a quantidade de mídia envolvida na captação e divulgação de imagens e notícias referentes aos jogos e também ao mercado envolvido, ainda não pode-se considerar os JMM como um megaevento esportivo, mas sim como um grande evento cuja disputa presente no esporte de alto rendimento aparece como fator principal decorrente dessa movimentação em prol do esporte, da paz e da integração entre as forças armadas de diversos países.

4.2.1 Programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no Brasil

Atualmente a SNEAR promove o esporte de rendimento através dos seguintes programas/projetos: PBM, Bolsa Atleta, Calendário Esportivo Nacional, Jogos Escolares, Rede Nacional de Treinamento, CIE e Governança Rio 2016 cada qual descrito nas páginas seguintes.

4.2.1.1 Bolsa Atleta

A Bolsa-Atleta é uma ação do governo federal, gerenciada pelo Ministério do Esporte através da SNEAR, instituída, em 2004, com a publicação da Lei nº 10.891 (regulamentada pelo Decreto nº 5.342/2005 e alterada pela Lei nº 11.096/2005). Seu objetivo é auxiliar, por meio de um repasse mensal fixo, o desenvolvimento e a

preparação de atletas de alto rendimento cada qual na categoria de bolsa estabelecido pelo programa. A Lei 12.395/11⁵⁶ permitiu que a partir do ano de 2012 os atletas que tivessem patrocínio esportivo pudessem angariar a Bolsa Atleta possibilitando assim uma maior fonte de recursos a serem destinados ao treinamento e participação do atleta em competições nacionais e internacionais (BRASIL, 2011c).

De acordo com o § 2º do art. 1º da lei que instituiu a Bolsa-Atleta, foram criadas as seguintes categorias: a) a categoria atleta estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; b) a categoria atleta nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional; c) a categoria atleta internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior; d) a categoria atleta olímpico e paralímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A seguir apresenta-se com mais detalhes os requisitos necessários que o atleta deve cumprir para obter a bolsa federal.

Categoria ESTUDANTIL

Valor: R\$ 370,00 mensais

Idade: 14-20 anos

Vinculação a instituições: Estar regularmente matriculado em instituição de ensino, pública ou privada

Participação em competições: Ter participado de competição no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, tendo sido classificado de 1º a 3º lugar nos Jogos Estudantis Nacionais organizados e homologados pelo Ministério do Esporte em modalidades individuais. Nas modalidades coletivas o atleta deve estar entre os seis melhores atletas da sua modalidade.

Categoria NACIONAL

Valor: R\$ 925,00 mensais

Idade: Acima de 14 anos

⁵⁶ Até o momento da promulgação dessa Lei, o atleta que tivesse qualquer forma de patrocínio esportivo era impedido de requerer recursos advindos do Bolsa Atleta, pois entendia-se que o patrocínio já era uma forma de auxílio para manutenção do treinamento do atleta.

Vinculação a instituições: Atleta vinculado a uma entidade de prática desportiva (clube) e ter filiação à Entidade de Administração de sua modalidade, tanto Estadual (Federação) como Nacional (Confederação).

Participação em competições: Ter participado de competição no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, tendo sido classificado de 1º a 3º lugar no evento máximo nacional organizado indicado pela Entidade Nacional de Administração de sua modalidade bem como de ter obtido entre o 1º e o 3º lugar no ranking nacional organizado e indicado pela Entidade Nacional de Administração de sua modalidade.

Categoria INTERNACIONAL

Valor: R\$ 1850,00 mensais

Idade: Acima de 14 anos

Vinculação a instituições: Atleta vinculado a uma entidade de prática desportiva (clube) e ter filiação à Entidade de Administração de sua modalidade, tanto Estadual (Federação) como Nacional (Confederação).

Participação em competições: Ter participado de competição internacional (indicada pela Entidade Nacional) no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, tendo sido classificado de 1º a 3º lugar em Campeonatos Mundiais; 1º e o 3º lugar em Jogos ou Campeonatos Pan-americanos e Parapan-americanos e 1º e o 3º lugar em Jogos ou Campeonatos Sul-americanos

Categoria OLÍMPICO/ PARALÍMPICO

Valor: R\$ 3.100,00 mensais

Idade: Acima de 16 anos

Vinculação a instituições: Atleta vinculado a uma entidade de prática desportiva (clube) e ter filiação à Entidade de Administração de sua modalidade, tanto Estadual (Federação) como Nacional (Confederação).

Participação em competições: Ter integrado na qualidade de atleta a delegação brasileira (como titulares em modalidades individuais ou com seus nomes presentes nas súmulas de modalidades coletivas na última edição dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos nos três anos subsequentes ao dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos, continuar participando de competições internacionais indicadas pelo respectivo comitê.

O atleta que cumprir os requisitos mencionados anteriormente pode se candidatar a receber o auxílio oferecido pelo Ministério do Esporte, sendo priorizados os atletas que competem em modalidades integrantes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Assim, aberto o período de inscrição, o candidato preenche um formulário com seus dados pessoais e relativos à modalidade que pratica com seus resultados e encaminha, juntamente com a documentação⁵⁷ exigida pela legislação, para a SNEAR. Após a chegada da documentação, a Secretaria faz a análise e, em caso positivo, concede a bolsa por um período de 12 meses, a ser depositada mensalmente.

O número de atletas beneficiados pelo programa de 2005 a 2015 foi de 46.303 distribuídos da seguinte maneira:

TABELA 3 - NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS PELO BOLSA ATLETA (2005-2014)

Ano	Beneficiados
2005	975
2006	854
2007	2171
2008	3133
2009	2958
2010	3655
2011	4998
2012	7219
2013	6571
2014	6667
2015	7102

FONTE: Brasil (2015a).

É possível visualizar uma constante oscilação no número de bolsas concedidas através do programa Bolsa Atleta tendo em vista que o total de beneficiados se altera de maneira significativa com o passar dos anos. Contudo, é possível observar que a essa oscilação tende a ser preponderante com relação ao aumento no número de bolsas concedidas que pode ser verificado nos seguintes anos: 2006-2007/2007-2008/2009-2010/2010-2011/2011-2012/2012-2014/2014-2015. Em contrapartida a diminuição no número de bolsas aconteceu entre os anos de 2005-2006/ 2008-2009/2012-2013.

⁵⁷A documentação a ser entregue no ato da inscrição é diferente em cada categoria do Bolsa Atleta. Para consultar os documentos necessários a atleta de cada categoria, consultar: <http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/prerequisitos.jsp> acessado em 27 de janeiro de 2015.

Além da oscilação preponderante ao aumento do número de bolsas concedidas aos atletas destacam-se os anos de 2010 a 2012 como aqueles em que a porcentagem de aumento foi mais significativa tendo em vista que de 2011 a 2012 o aumento foi de 2.221 bolsas e de 2010 a 2011 esse aumento foi de 1.343 bolsas. De acordo com Reis et al (2015) esse fato pode ser explicado principalmente pela eleição da cidade do Rio de Janeiro à sede dos jogos de 2016 fato esse que ocorreu no ano de 2010 e que culminou em uma série de ajustes legislação brasileira ocorridas em 2011 principalmente no que se refere ao limite do número de bolsas ofertadas, a partir daquele momento, às modalidades que não faziam parte dos Jogos Olímpicos.

Preliminarmente é possível aferir sobre a importância desse programa para o desenvolvimento do esporte de rendimento no que se refere ao financiamento público dos atletas brasileiros tendo em vista o número de bolsas concedidas por meio desse programa federal: desde sua instauração em 2005 até o ano de 2015 houve um aumento de 6.127 bolsas.

De acordo com o site do Ministério do Esporte:

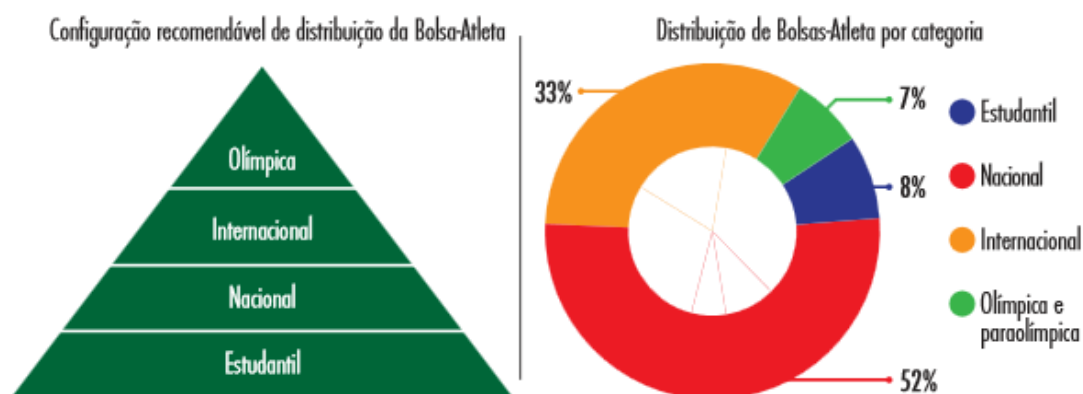
O Bolsa-A atleta atende atletas que tenham obtido bons resultados independentemente de sua condição econômica e sem necessidade de intermediários. Basta que cumpra os requisitos, mantenha-se treinando e competindo e alcance bons resultados nas competições qualificatórias indicadas pelas respectivas confederações. A principal prestação de contas do atleta ao governo e à sociedade é a obtenção de resultados expressivos nas disputas (BRASIL, 2015a, s.p.).

A partir dessa informação, constata-se que nela reside um grande problema acerca do programa Bolsa Atleta: a falta de categorização ou de um denominador comum a todas as modalidades esportivas para que os atletas não fiquem à mercê do julgamento das confederações quanto à sua classificação. Baseando-se na legislação esportiva brasileira, entende-se que as Confederações são instituições autônomas e que detêm poder sobre sua forma de condução das ações relativas às modalidades esportivas as quais representam. No entanto, essa forma própria de classificação de um atleta para conseguir a bolsa concedida pelo governo torna o sistema de beneficiamento confuso.

O relatório de auditoria sobre o esporte de alto rendimento apontou questões falhas que precisam de correções a curto prazo para que o resultado em termos esportivos seja mais satisfatório. Um dos problemas encontrados foi a forma de

distribuição do auxílio advindo do Bolsa Atleta. A figura abaixo, elaborada pelo referido relatório, demonstra a maneira como deveria acontecer a distribuição das bolsas e a maneira como isso acontece efetivamente.

FIGURA 12 - PERCENTUAL DE BOLSAS CONCEDIDAS POR CATEGORIA - 2005 A 2009



FONTE: Brasil (2011).

É possível verificar que a equipe de auditoria do TCU considera recomendável a distribuição de bolsas baseada na forma piramidal, na qual a categoria estudantil deveria receber o maior número de bolsas, seguida pelas categorias nacional, internacional e olímpica. Ao lado, constata-se como a distribuição acontece na prática, onde a categoria estudantil é a segunda menos distribuída, cerca de 8%. A categoria Olímpica/Paralímpica é a única que aparece como similar na figura se assim pudesse ser intitulada “expectativa x realidade”, ou seja, o relatório aponta que essa categoria deveria ser a menos distribuída e efetivamente é isso que acontece. De acordo com o relatório constata-se que na prática a preponderância de distribuição das bolsas-atleta acontece nas categorias nacional e internacional que corresponde a 52% e 33% respectivamente.

O relatório do TCU aponta indícios que sugerem uma explicação para a baixa concessão de bolsas na categoria estudantil:

- a) critério de idade mínima estabelecido pela legislação; b) Olimpíadas Escolares como única competição utilizada para selecionar os atletas estudantis; c) reduzido número de modalidades que integram as Olimpíadas Escolares; d) não encaminhamento de atletas estudantis para o recebimento da bolsa (BRASIL, 2011a, p. 49).

O relatório apresentado pelo TCU sugere que o programa seja aperfeiçoado quanto à concessão de bolsas de acordo com o nível de especialização do atleta:

O atleta das modalidades olímpicas só começa a ter direito à bolsa quando atinge um nível de excelência, o que deixa o atleta de base descoberto, que normalmente é o mais necessitado financeiramente. A categoria estudantil da bolsa contempla somente os finalistas de uma competição escolar, alijando diversos talentos potenciais que não têm a oportunidade de participar da fase nacional das Olimpíadas Escolares (BRASIL, 2011a, p. 6).

Logo, a condição de concessão de bolsa estudantil aos atletas estava diretamente atrelada à participação desses nas Olimpíadas Escolares, impossibilitando atletas de base que não estivessem dentro dos pré-requisitos delimitados pela legislação de pleitear uma bolsa. Sendo assim, a medida provisória de nº 502/2010 de setembro de 2010 incluiu a categoria Atleta de Base no Bolsa Atleta, sendo essa, destinada aos atletas que participarem com destaque das categorias. Essa categoria prevê o pagamento de R\$ 370,00 reais mensais a atletas de 14 a 19 anos que estejam vinculados a uma entidade de prática desportiva (clube) e ter filiação à Entidade de Administração de sua modalidade, tanto Estadual (Federação) como Nacional (Confederação). Além disso, para conquistar o benefício o atleta deve ter participado de competição no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a bolsa, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de categorias e eventos previamente indicados pela respectiva entidade nacional de administração do desporto ou que tenham sido eleitos entre os dez melhores atletas do ano anterior em cada modalidade coletiva, na categoria indicada pela respectiva entidade e que continuem treinando e participando de competições nacionais oficiais (BRASIL, 2011c). A bolsa atleta de base visa:

suprir a lacuna da categoria Estudantil, que não contempla esportistas de destaque em categorias iniciantes de todas as modalidades olímpicas, seja porque a modalidade não está incluída em competições nacionais estudantis ou porque o atleta de base passou da idade de receber a bolsa Estudantil (BRASIL, 2011c, p. 49).

A Categoria Atleta Pódio é destinada a atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas e que estejam entre as 20 primeiras posições do ranking mundial, ou seja, é destinada aos atletas com reais chances de medalhas nos Jogos Rio 2016. Os benefícios advindos dessa categoria são válidos por quatro anos, um ciclo olímpico, ou enquanto o atleta permanecer bem classificado no ranking. Esse

programa tem como finalidade melhorar o resultado esportivo dos atletas em competições internacionais, por meio das seguintes ações:

a) viabilizar equipe técnica multidisciplinar para planejamento, treinamento e acompanhamento; b) viabilizar a participação em competições internacionais; c) promover treinamentos e intercâmbios internacionais; d) fornecer equipamentos e materiais esportivos de alta performance. Essas ações não são necessariamente cumulativas e serão viabilizadas por meio de convênios celebrados entre o Ministério do Esporte e o COB, CPB ou entidades nacionais de administração esportiva (BRASIL, 2011c, s.p.).

4.2.1.2 Plano Brasil Medalhas

O PBM é um dos programas brasileiros voltados ao esporte de rendimento. Foi lançado em 2012, poucos meses após o término dos Jogos Olímpicos de Londres e tem como principal objetivo conquistar a 10ª posição no ranking de medalhas em 2016 nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e a 5ª posição nos Jogos Paralímpicos do mesmo ano.

É notória a iniciativa governamental em aumentar os investimentos no esporte de rendimento através do Plano Brasil Medalhas (PBM) que, porém, prevê metas e estratégias que fazem jus ao montante destinado a financiar essa dimensão esportiva. Sob ponto de vista das estratégias governamentais para atingir o 10º e o 5º lugares nas olimpíadas e paralimpíadas respectivamente, o PBM almeja um crescimento extensivo e intensivo, sendo o primeiro que objetiva conquistar mais medalhas nas modalidades em que o país já possui histórico positivo e o segundo, intensivo, refere-se à conquista de medalhas nas modalidades em que o Brasil não tem tradição em termos olímpicos e paralímpicos; contudo, é compreensível a iniciativa de dispor uma atenção maior e por conseguinte mais financiamento às modalidades individuais, tendo em vista que essas permitem uma maior possibilidade de angariar medalhas. Os quadros a seguir retratam as modalidades olímpicas e paralímpicas:

QUADRO 9 – MODALIDADES OLÍMPICAS COM FINANCIAMENTO DO PLANO BRASIL MEDALHAS (2012-2015)

Águas Abertas	Hipismo Saltos	Vela	Hóquei sobre a Grama
Atletismo	Judô	Vôlei	Levantamento de Peso
Basquetebol	Lutas	Vôlei de Praia	Nado Sincronizado
Boxe	Natação	Badminton	Polo Aquático
Canoagem	Pentatlo Moderno	Ciclismo	Remo
Ciclismo BMX	Taekwondo	Esgrima	Rúgbi
Futebol Feminino	Tênis	Ginástica Rítmica	Saltos Ornamentais
Ginástica Artística	Tiro Esportivo	Ginástica Trampolim	Tênis de Mesa
Handebol	Triatlo	Golfe	Tiro com Arco

FONTE: Brasil (2015a)

NOTA: Quadro elaborado pela autora (2016)

QUADRO 10 - MODALIDADES PARALÍMPICAS COM FINANCIAMENTO DO PLANO BRASIL MEDALHAS (2012-2015)

Atletismo	Futebol de 5	Judô	Basquete em cadeira de rodas
Bocha	Futebol de 7	Natação	Rúgbi em cadeira de rodas
Canoagem	Goalball	Remo	Tênis em cadeira de rodas
Ciclismo	Halterofilismo	Tênis de Mesa	Tiro com arco
Esgrima em cadeira de rodas	Hipismo	Volei Sentado	Tiro esportivo
Triatlo	Vela Olímpica		

FONTE: Brasil (2015a)

NOTA: Quadro elaborado pela autora (2016)

O plano de investimentos ao esporte de 2013 a 2016 previa o gasto de R\$ 2,5 bilhões de reais assim divididos: R\$1,5 bilhão de reais para o esporte de alto rendimento e R\$ 1 bilhão de reais para o desenvolvimento e concretização do PBM. Esse montante de R\$ 1 bilhão foi ainda dividido da seguinte maneira:

cerca de R\$ 690 milhões se destina a apoiar as seleções, contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e materiais e viagens para treinamentos e competições. Os outros R\$ 310 milhões estão sendo utilizados em construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos (BRASIL, 2015a, s.p.).

Enquanto apoio ao atleta destacam-se algumas ações e as formas de incentivo a cada uma delas: bolsa pódio (até 15 mil/mês); bolsa técnico (até 10 mil/mês); equipe multidisciplinar (até 5 mil por profissional/mês); equipamento e material esportivo (até 20 mil por atleta); apoio a treinamento no Brasil e no exterior e participação em competições (custeio de diárias e passagens). Logo, é perceptível

que formas de incentivos aos atletas e suas respectivas equipes não faltam a fim de prepará-los para competições de alto nível. Contudo, detalhes acerca da forma como esse dinheiro é utilizado pelos atletas, técnicos e equipe multidisciplinar auxiliam na confirmação de que esse dinheiro efetivamente está sendo investido no esporte de alto rendimento brasileiro. Logo, planos de treinamento e tabelas atualizadas de competições são importantes instrumentos de avaliação quanto ao destino do dinheiro público.

Com relação aos 310 milhões destinados à construção e reforma de centros de treinamento e complexo multiesportivos, o PBM prevê apoio à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento sendo 21 centros olímpicos e 1 centro paralímpico. A seleção desses centros abrange as entidades responsáveis pelo desenvolvimento do esporte de alto rendimento correspondente a confederações nacionais, clubes, estados e municípios; além disso, nesse montante está prevista a necessária aquisição de equipamentos esportivos para compor esses respectivos centros de treinamento.

O PBM conta com o apoio de empresas estatais a algumas modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas, não sendo imposto nenhum critério que determine a cada empresa que modalidade apoiar; esse é um critério particular de cada empresa. O quadro a seguir mostra as 9 empresas e as modalidades que cada qual apoia:

QUADRO 11 - EMPRESAS APOIADORAS DAS MODALIDADES OLÍMPICAS

Banco do Brasil	Vela
	Vôlei de Praia
	Vôlei
	Pentatlo Moderno
Banco do Brasil/Correios	Handebol
BNB	Triatlo
BNDES	Canoagem
	Hipismo
Petrobrás	Boxe
	Taewondo
Caixa	Atletismo
	Ciclismo BMX
	Futebol Feminino
	Ginástica
	Lutas
	Modalidades Paralímpicas
	Tiro Esportivo
Correios	Natação
	Águas Abertas
	Tênis
Eletrobrás	Basquetebol
Infraero/Petrobrás	Judô

FONTE: Brasil (2015f)

NOTA: Quadro elaborado pela autora (2016)

A partir desses dados é possível observar que das 36 modalidades olímpicas, 20 delas recebem apoio de empresas estatais, ficando 16 fora desse escopo de apoio. Além disso, a Caixa Econômica Federal é a patrocinadora oficial da ginástica brasileira e patrocinadora oficial das seleções brasileiras masculina e feminina nas modalidades ginástica artística, ginástica rítmica, ginástica aeróbica e ginástica de trampolim. As modalidades paralímpicas recebem o apoio também da Caixa que auxilia no desenvolvimento e manutenção de 13 modalidades, são elas: atletismo, natação, esgrima em cadeira de rodas, halterofilismo, futebol de cinco, futebol de sete, tiro esportivo, rugby em cadeira de rodas, bocha adaptada, tênis de mesa adaptado, vôlei sentado, goalball e vela adaptada. Além disso, através do programa CAIXA Loterias de Atletas de Alto Nível, são patrocinados diretamente 61 atletas (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014).

Por fim, o PBM prevê enquanto estratégias de governança para conduzir esse plano que haja gestão integrada de recursos, o que abrange as seguintes instituições: Ministério do Esporte, Confederações, COB, CPB e as empresas estatais. Essa gestão integrada, não só sob ponto de vista financeiro, mas também de estruturação de ações e planejamento é interessante por fazer jus à ideia de

articulação entre os entes federativos e demais instituições relacionadas ao esporte de alto rendimento no Brasil.

A fim de pleitear as bolsas correspondentes ao PBM, o atleta deve preencher o chamado Plano Esportivo que se apresenta sob a forma de um documento no qual o atleta adiciona dados pessoais e informações referentes ao seu treinamento. Na primeira página do documento são requeridas informações relativas à identificação do atleta tais como: Nome; CPF; escolaridade; endereço; bairro; e-mail; naturalidade; data de nascimento; UF; estado e cidade. Na segunda página objetiva-se conhecer dados do plano esportivo do atleta haja vista que o mesmo precisa fornecer as seguintes informações: confederação; modalidade; categoria; posição no ranking internacional; ano do plano esportivo; prova; classe; meta olímpica/paralímpica; peso e altura. Sequencialmente são pedidas informações relativas ao clube em que o atleta realiza seus treinamentos: nome do clube e tempo de vinculação; contudo existem clubes não cadastrados no sistema do PBM logo, existe a possibilidade de cadastrar esse clube basta preencher as seguintes informações: nome; CEP; endereço; bairro; estado; cidade e telefone.

Devido ao fato de haver Bolsa Técnico, esse Plano Esportivo também solicita o preenchimento de dados relativos ao técnico do atleta cujas informações necessitadas são as mesmas referentes aos atletas. Uma outra aba do plano prevê o preenchimento relativo ao patrocínio do atleta com vistas a conhecer quantos e quais são as empresas que patrocinam esse atleta, a vigência do contrato do patrocínio bem como os valores concedidos aos atletas.

Ao preencher o Plano, o atleta deve relatar quais suas colocações em competições mundiais nos últimos três anos, incluindo nome do evento, local e colocação; além disso deve preencher informações relativas à previsão de participação em competições no decorrer do ano em que pleiteia o benefício. Nesse caso o nome do evento, a meta que deseja alcançar, os custos decorrentes da participação no evento, a equipe técnica e multidisciplinar que acompanhará o atleta, o local do evento e também as fontes de recursos que irão custear essa participação são as informações requeridas para preenchimento.

A preocupação com a saúde do atleta também compõe a abrangência do plano esportivo que solicita ao atleta preenchimento de informações quanto a lesões sofridas bem como tratamento médico/fisioterápico. Essas informações não correspondem somente à preocupação governamental quanto a saúde do atleta mas

envolve também comprovação de que nenhum tipo de lesão impedirá o cumprimento do plano esportivo pelo atleta e sua equipe.

O Plano de Treinamento é também uma das inúmeras exigências de preenchimento relativo ao Plano Esportivo do atleta e que compõem o PBM. Nessa etapa o atleta deve indicar em que país e cidade realizará o treinamento bem como os custos totais do treinamento que incluem passagem aérea, hospedagem, alimentação, transporte e demais despesas para o atleta e sua equipe técnica. Ainda nesse quesito o atleta deve preencher qual fonte de recurso ficará responsável por esse custeio.

A equipe multidisciplinar que acompanha o atleta precisa estar devidamente registrada nesse Plano que solicita: nome, função, tempo que acompanha o atleta, nacionalidade, perfil profissional, e-mail, carga horária semanal, telefone e novamente a fonte de recursos que proverá a manutenção de todos os membros dessa equipe.

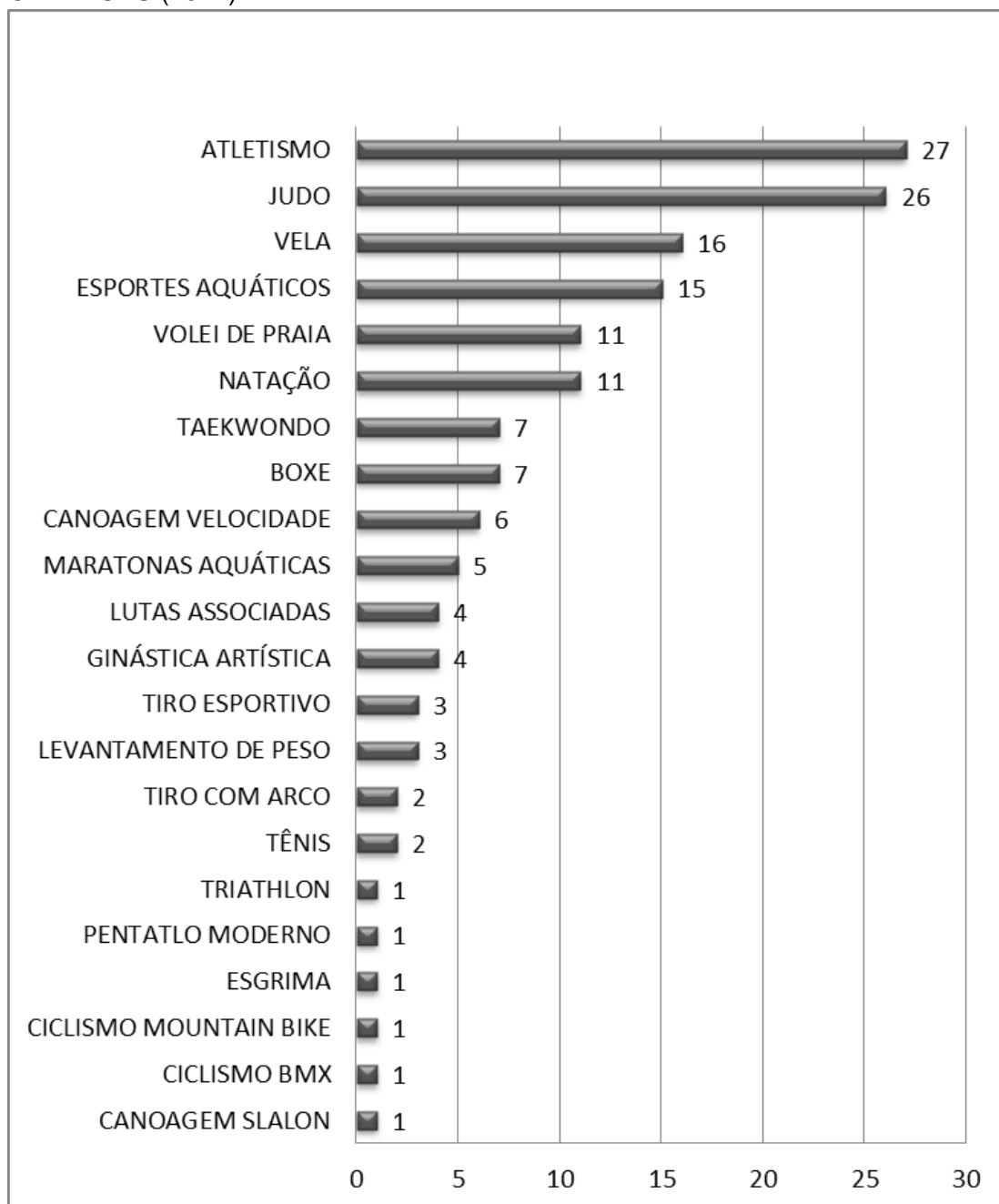
A descrição dos materiais e equipamentos esportivos, suas especificações, quantidade, preço unitário e fonte de recursos para suprir todos esses materiais compõem mais um dos itens que devem estar no Plano Esportivo do atleta. Por fim, as últimas informações requeridas referem-se à participação do atleta em procedimento científico que, em caso isso aconteça, o atleta deve preencher as especificações desse procedimento, a quantidade de testes ou procedimentos que serão realizados bem como o valor unitário, total e qual a fonte de recurso que proverá esses custos.

Ao descrever as informações necessárias para composição do Plano Esportivo do atleta que deseja pleitear os benefícios advindos do PBM verifica-se quão detalhados e exigentes são os aspectos que o atleta precisa escrever e comprovar para conquistar o benefício. Essa forma burocrática, contudo, é aquela encontrada para minimizar esforços e maximizar resultados tendo em vista que, ao cadastrar seu plano esportivo, o atleta e conseqüentemente sua equipe possuem a responsabilidade de trazer informações verdadeiras sobre seus treinamentos bem como estabelecer um compromisso acerca das metas estabelecidas enquanto participações em competições de lato nível.

Os atletas olímpicos contemplados pelo Bolsa Pódio integram 22 modalidades olímpicas sendo que o atletismo é a modalidade que mais contempla atletas, ou seja 27, seguida pelo Judô com cerca de 26 atletas e em terceiro lugar com o maior

número de atletas contemplados a vela com 16 atletas. O gráfico abaixo é representado por 22 modalidades olímpicas e o número de atletas contemplados em cada uma delas.

GRÁFICO 1 - ATLETAS CONTEMPLADOS PELO BOLSA PODIO EM MODALIDADES OLÍMPICAS (2012)



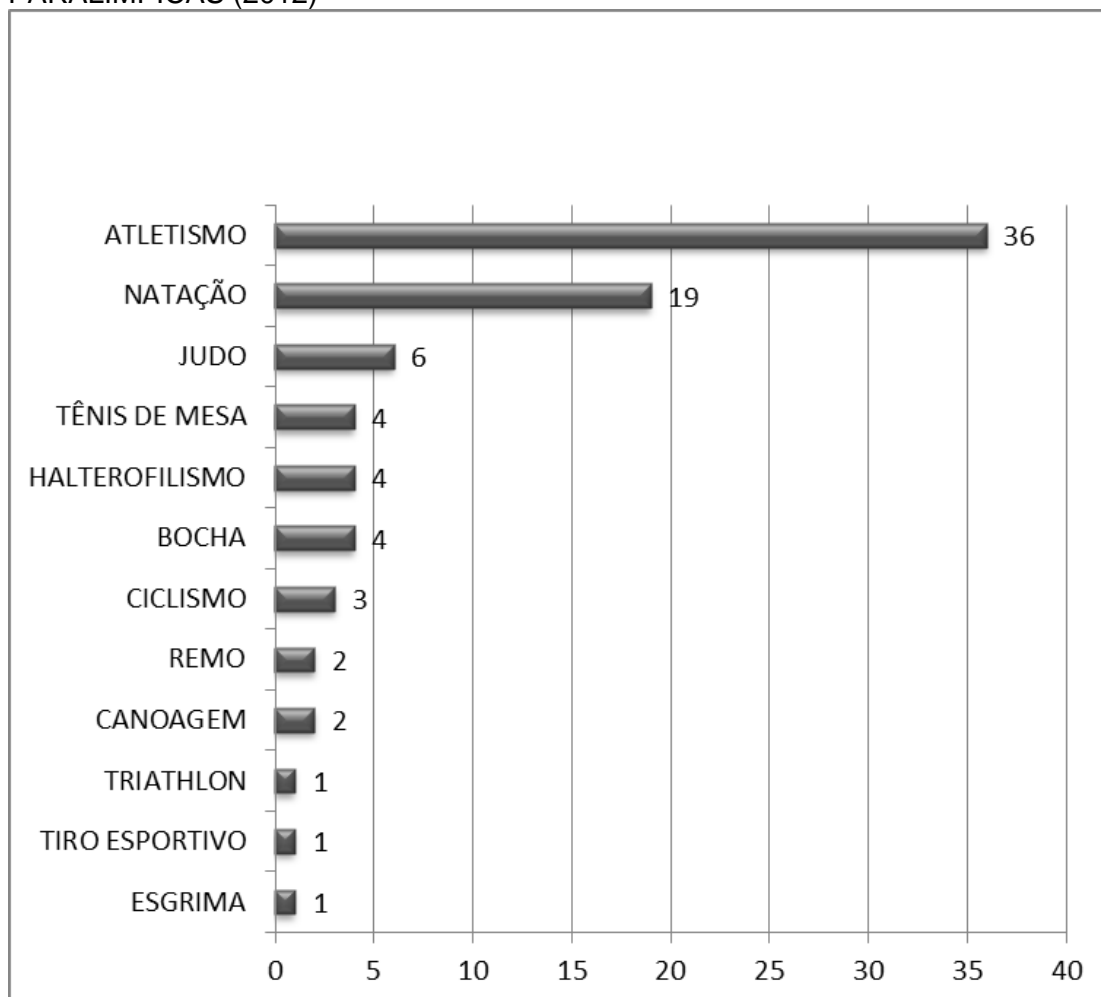
FONTE: Brasil (2015a)

NOTA: Gráfico elaborado pela autora (2016)

Em relação ao esporte paralímpico, são 12 as modalidades contempladas, sendo o atletismo aquela com o maior número de atletas contemplados, 36, seguida pela natação que possui 19 atletas e o judô com 06 atletas. O gráfico a seguir

apresenta a quantidade de atletas contemplados em cada uma das 12 modalidades paralímpicas atendidas pelo Bolsa Pódio.

GRÁFICO 2 - ATLETAS CONTEMPLADOS PELO BOLSA PODIO EM MODALIDADES PARALÍMPICAS (2012)



FONTE: Brasil (2015a)

NOTA: Gráfico elaborado pela autora (2016)

O valor da bolsa paga a cada atleta pódio varia de acordo com a colocação do atleta em competições pré-estabelecidas pelo programa. Esses critérios abrangem desde a entrada na concessão de bolsas até a permanência das mesmas até o ano de 2016 (vide apêndice E).

4.2.1.3 Governança Rio 2016

O Governança Rio 2016 apresenta-se como uma das grandes vertentes do esporte de rendimento no Brasil tendo em vista que pode ser incluído no escopo de

políticas públicas bem como constitui-se enquanto nome e ação como um evento esportivo: os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Via de fato é importante destacar que para construção das diretrizes desse evento, e também das políticas necessárias ao seu acontecimento, uma das palavras chave em todo esse processo é a articulação que envolve ações do governo federal, estadual e municipal para que o evento aconteça em consonância com os pressupostos exigidos pelo COI. As bases legais que respaldam tais ações são: Lei Federal nº 12.396, de 21 de março de 2011 (BRASIL, 2011d); Lei Estadual (Rio de Janeiro) nº 5.949, de 13 de abril de 2011 (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2011); e Lei Municipal (Rio de Janeiro) nº 5.260, de 13 de abril de 2011 (RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO), 2011).

Essa articulação, contudo, não acontece somente com o envolvimento das três esferas governamentais haja vista que além do COI, o Comitê Organizador dos Jogos e a Autoridade Pública Olímpica⁵⁸ (APO) também se destacam nesse cenário de pré-realização dos Jogos Olímpicos/Paralímpicos.

As instituições acima citadas igualmente foram incumbidas de criar um documento que lista as principais responsabilidades de cada entidade relacionada aos Jogos 2016 incluindo a transparência nos projetos, dados relativos a orçamento bem como análise das fases em que se encontram cada uma das obras destinadas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Esse documento chama-se Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016, sendo que “a Matriz e sua Metodologia representam o compromisso da transparência como princípio de trabalho e da clareza e objetividade na divulgação das informações de interesse público” (Ministério do Esporte, 2015). Uma das principais intencionalidades desse documento, é garantir a concretude das ações relativas à construção e adequação das instalações esportivas e dos projetos referentes à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, ou seja, uma resposta aos anseios do COI.

A primeira versão do documento foi apresentada em janeiro de 2014 e nela estão contidos, além dos aspectos introdutórios referentes à necessária articulação entre os entes federativos, uma série de especificidades que auxiliam no entendimento e conhecimento das várias entidades criadas e de alguma forma

⁵⁸A APO foi criada pela Lei Federal 12.396/11 e caracteriza-se como um consórcio público interfederativo formado pelo governo federal, Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro. O objetivo da instituição é coordenar as ações governamentais para o planejamento e a entrega das obras e dos serviços necessários à realização dos Jogos (APO, 2016).

responsáveis pela realização dos Jogos tais como APO, COMITÊ RIO 2016 e Conselho Público Olímpico. Esse Conselho, por sua vez é a instância máxima da APO e constitui-se como um “órgão de natureza colegiada e permanente, constituído pelos Chefes dos Poderes Executivos da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, ou por representantes por eles designados, cada um com direito a um voto” (APO, 2014).

Além disso, na Matriz de Responsabilidades:

tem-se o resultado do agrupamento de projetos por regiões que concentram as principais instalações esportivas e não esportivas (Região Barra, Região Deodoro, Região Maracanã e Região Copacabana), com a definição das responsabilidades pelos recursos e pela execução, dos níveis de maturidade, dos valores totais e dos prazos de início e conclusão das obras, serviços, investimentos, incentivos ou financiamentos públicos associados exclusivamente à realização dos Jogos (APO, 2014, p. 15).

As iniciativas acerca da preponderância sob o viés financeiro estão respaldadas na tentativa de realizar todas as obras e demais ações sob o máximo de transparência possível tendo em vista que o dinheiro utilizado ultrapassa de um bilhão de reais. Esse documento prevê portanto, variáveis a partir das quais se desenham as ações relativas aos JO/PO 2016, a seguir designadas: a) Obrigações – definição das responsabilidades dos signatários; b) Referência – sequência alfanumérica dos projetos na Matriz; c) Projeto/ação – descrição do projeto/ação; d) Responsabilidades – indicação dos entes consorciados agregando as parcerias público-privadas e outros investimentos privados cujos projetos são destinados à execução dos Jogos, deixando bem claro quem são os responsáveis pelos recursos e também pela execução das obras; e) nível de maturidade – representa a situação do projeto que pode estar inserido entre 6 níveis; f) Prazo; g) Valor (em milhões de reais). Os níveis de maturidade são explicados no quadro abaixo:

QUADRO 12 - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DO PROGRAMA “GOVERNANÇA RIO 2016”

Nível	Critério de Maturidade dos Projetos
1	Projeto conceitual em elaboração baseado nos compromissos de candidatura.
2	Anteprojeto ou projeto básico/termo de referência em elaboração
3	Anteprojeto ou projeto básico/termo de referência em elaboração.
4	Contrato assinado.
5	Obra concluída ou serviço disponível.
6	Projeto entregue (status “Pronto para Operação” concedido).

FONTE: Brasil (2014)

Logo, todas essas variáveis acima descritas representam a tentativa de transparência por parte do Comitê Organizador dos Jogos através da definição desse mecanismo condutor e regulador chamado Matriz de Responsabilidades que, em sua conclusão, apresenta-se como:

um documento dinâmico, dotado de mecanismos que asseguram o controle e a constante atualização, a cada versão, dos projetos e das ações essenciais aos Jogos Rio2016, com foco nos recursos públicos utilizados e parcerias público-privadas, atrelados às garantias assumidas pelas diversas esferas governamentais brasileiras para a realização dos Jogos (APO, 2014, p. 17).

Em janeiro de 2015, a APO divulgou a segunda atualização da Matriz de Responsabilidades, cujas principais alterações decorreram dos avanços na construção e adequação do Complexo Esportivo de Deodoro (local em que acontecerão cerca de 13 modalidades esportivas) e em projetos de energia dos Jogos. Dados divulgados no site da APO apontam que “ao longo do ano, 86% dos projetos da Matriz apresentaram evolução no nível de maturidade ou na definição de responsável pelos recursos” (APO, 2015).

Ainda referente à temática Rio 2016, além da Matriz de Responsabilidades, foi criado o Plano de Políticas Públicas que se divide de acordo com os entes federativos: Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. O Plano de Políticas Públicas do governo federal foi divulgado em 16 de abril de 2014 e está baseado em uma perspectiva de legado referente aos Jogos. Além de apresentar uma contagem regressiva para o início dos Jogos Olímpicos (05 de agosto de 2016) e Paralímpicos (07 de setembro de 2016) esboça a sistematização das responsabilidades orçamentárias frente aos jogos baseada na Lei 12.035/2009 também conhecida como Ato Olímpico cuja finalidade é:

assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional (BRASIL, 2009b).

Dentre outros aspectos o Ato Olímpico discorre sobre facilidade de concessão de vistos a pessoas que possuam vínculo com os jogos; isenção de impostos às entidades internacionais responsáveis pelos Jogos; permissão de trabalho concedida àqueles que atuarão nessa edição olímpica; denominação das

expressões referentes aos Jogos e que podem ser utilizadas somente pelos patrocinadores ou de acordo com as estratégias comerciais permitidas pelo COI; proibição de comercialização de espaços publicitários em aeroportos e demais áreas federais pelo prazo estabelecido pelos instrumentos legais de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 dentre outros.

O Plano de Políticas Públicas discorre também sobre “os projetos que antecipam ou ampliam investimentos federais, estaduais e municipais em infraestrutura e políticas públicas”. O plano passou por um processo de elaboração de uma metodologia única que possibilitou aos projetos referentes aos Jogos uma forma de esboço única (vide anexo C).

Ao todo está prevista a realização de 27 projetos que custarão R\$24 bilhões de reais sendo que cada uma das esferas governamentais é responsável pela realização uma parte dos projetos (governo federal- 3; governo estadual- 10; prefeitura municipal -14). Os três projetos do governo federal, 2 (dois) referentes a educação, ciência e tecnologia e 1 (um) com a temática infraestrutura esportiva custarão R\$110 milhões de reais sendo 77%, cerca de 85,07 milhões de reais oriundos do Ministério do Esporte e 25,4 milhões de reais, ou seja, 23% do MEC.

O governo do Rio de Janeiro está responsável por 10 projetos que envolvem R\$ 9,7 bilhões de reais, custeados 88% por recursos estaduais (8,55 bilhões) e 12% por recursos privados (1,15 bilhões). Destaca-se o fato de que esses projetos, custeados pelo governo estadual 3 (três) referem-se a obra de mobilidade e 7 (sete) ao meio ambiente.

Conforme relatado acima, a maior parte dos projetos é de responsabilidade da prefeitura do Rio de Janeiro que custarão o equivalente a 14,3 bilhões de reais assim distribuídos: 9,2 bilhões (64%) custeados pela iniciativa privada; 3,9 bilhões (28%) de recursos municipais; e 1,2 bilhão (8%) através de recursos federais. Do total de projetos custeados pela prefeitura, 5 tem como temática a mobilidade; 2 referem-se ao meio ambiente; 3 a renovação urbana e 1 possui a temática social.

Ao verificar em que temáticas encontram-se os 27 projetos relacionados aos Jogos e inseridos no programa Rio 2016 chama a atenção o fato de que apenas 1 projeto está diretamente relacionado ao esporte, mais especificamente à questão de infraestrutura esportiva cuja intencionalidade é a construção/reforma dos locais oficiais de treinamento, o que suscita a afirmação que no projeto Rio 2016 prevalecem os legados de infraestrutura e mobilidade urbana necessários para a

realização dos JO/PO 2016 e que permanecerão enquanto legados para a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

Ao falar de legado é pertinente comentar acerca dos Cadernos de Legado Rio 2016 constituídos em três volumes (Caderno de Legado Urbano e Ambiental, Caderno de Legado Social e Caderno Brasil) e produzido pelo Ministério do Esporte⁵⁹ afim de incrementar as ações relativas ao próprio ministério bem como confirmar a importância da realização dos Jogos, destaca-se o fato de sua primeira realização na América do Sul.

Esses cadernos, como revela o próprio site do Ministério do Esporte, “sintetizam os legados em dois eixos norteadores principais: inclusão social, juventude, esporte e educação; e regeneração urbana e meio ambiente” (BRASIL, 2014). O segundo eixo aqui exposto pode ser comprovado mediante os inúmeros projetos, linhas cima enumerados, de meio ambiente e mobilidade urbana em execução no estado e principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Já o primeiro eixo pode ser visualizado nos demais projetos de responsabilidade do Ministério do Esporte que, no entanto, não estão acoplados à SNEAR, mas sim, dissolvidos nas demais secretarias pertencentes ao ministério.

Entre os projetos descritos no caderno de Legado Social está a disseminação do programa socioesportivo Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, com a meta de atingir, em 2016, três milhões de jovens beneficiados ao ano em todo o Brasil, sendo que 1 milhão apenas na cidade do Rio. Há também o programa Mais Educação, já desenvolvido pelo Ministério da Educação, que se compromete a reduzir o déficit de infraestrutura esportiva na rede pública de ensino brasileira para propiciar a prática de esporte pelos estudantes. Assim, enquanto o Mais Educação reforma e constrói equipamentos esportivos nas escolas, o Segundo Tempo proporciona a prática de esportes nesses espaços (BRASIL, 2015a).

Adentrar no Programa Segundo Tempo e Mais Educação não faz parte da proposta desse trabalho tendo em vista que ambos os projetos pertencem à SNEELIS. Contudo, por estarem citados no Caderno de Legados Rio 2016 pareceu apropriado incluí-los nessa seção ainda que, permaneça ela focada no esporte de rendimento.

⁵⁹ De acordo com o governo esse material foi produzido e entregue ao COI bem como a setores da sociedade brasileira (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015).

O Caderno Brasil, um dos cadernos integrantes do projeto Rio 2016, dentre outros aspectos descreve o que vem a ser legado esportivo proveniente da realização dos jogos; leia-se o conceito:

[...] busca assegurar que, na vida posterior da cidade e do país, haja ampla disseminação da prática esportiva e da atividade física, notável avanço no desempenho olímpico brasileiro, eficiente qualificação de equipes técnicas, mais intercâmbio com outros países, pleno aproveitamento das grandes instalações esportivas que os Jogos requerem e forte incremento da cadeia produtiva do esporte (BRASIL, 2009a, p. 8).

Logo, essa observância de estabelecer aquilo que “ficará” para a cidade/país sede caracteriza-se como legado sejam eles tangíveis ou intangíveis, ou seja, mensuráveis ou não. O fato é que esse legado, ou esses, devido ao fato de que são diversas as formas de se estabelecê-lo, apresenta-se enquanto justificativa (s) para que os megaeventos aconteçam enaltecendo assim os aspectos positivos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

As justificativas pairam também sob o fato de que esses eventos além de positivos para a sociedade estão em consonância com a política do país, conforme pode ser visto no caderno de legado social do Rio 2016 que revela:

[...] o projeto olímpico brasileiro, ao mesmo tempo que atende às determinações do Comitê Olímpico Internacional, alinha-se com a Política Nacional do Esporte e com a visão de futuro do Rio. Considerando-se as características sociais da cidade, a atuação conjunta dos poderes públicos e o apoio da sociedade, o Brasil tem convicção de que os projetos alinhavados para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 deixarão no Rio de Janeiro um legado notável por várias gerações (BRASIL, 2009a, p. 16).

Ou seja, a visão positiva oriunda do JO/PO decorre do fato de que esses jogos, por mais que aconteçam na cidade do Rio de Janeiro deixarão frutos no país como um todo, sob ponto de vista estrutural, cultural, econômico e social.

4.2.1.4 Rede Nacional de Treinamento

A Lei Federal 12.395 de 16 de março de 2011, dentre outros aspectos, estabelece a criação da Rede Nacional de Treinamento:

Art. 16. Fica criada a Rede Nacional de Treinamento, vinculada ao Ministério do Esporte, composta por centros de treinamento de alto

rendimento, nacionais, regionais ou locais, articulada para o treinamento de modalidades dos programas olímpico e paralímpico, desde a base até a elite esportiva. Art. 17. A Rede Nacional de Treinamento fomentará o desenvolvimento regional e local de talentos e jovens atletas, em coordenação com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB e o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, além de centros regionais e locais, na forma e condições definidas em ato do Ministro de Estado do Esporte (BRASIL, 2011b).

A figura a seguir retrata a Rede Nacional de Treinamento composta por seus centros de treinamento:

FIGURA 13 - REDE NACIONAL DE TREINAMENTO



FONTE: Brasil (2015a)

Conforme descrito no artigo acima, a rede acontece por meio de uma ação articulada com entidades que desenvolvem o esporte de rendimento no país cuja finalidade é disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir conhecimentos esportivos; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas; e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta (BRASIL, 2015a).

Atualmente são 09 as infraestruturas associadas à Rede Nacional de Treinamento: Centro de Treinamento Canoagem Slalom (For do Iguaçu/PR);

Complexo Esportivo Deodoro (Rio de Janeiro/RJ); Centro Pan-Americano de Judô (Bahia/BA); Parque Poliesportivo do Campus Central da UFRN (Natal/RN); Centro de Formação Olímpica do Nordeste (Fortaleza/CE); Centro Paralímpico Brasileiro (São Paulo/SP); Pista de atletismo do núcleo de esporte da UFMA (Maranhão/MA); Estruturas de treinamento para atletismo e badminton no departamento de Educação Física da UFPI (Piauí/ PI) e Arena Caixa- Centro de Treinamento Prof Oswaldo Terra em São Bernardo do Campo (São Paulo/SP).

4.2.1.5 Centros de Iniciação ao Esporte

Ao estar em pauta o esporte de rendimento e todas as suas necessidades, o governo brasileiro procurou, através de diversas políticas públicas, minimizar os problemas advindos da falta de estrutura para seu desenvolvimento. Sendo assim, houve a concepção do CIE no âmbito da segunda etapa do PAC (PAC 2) cujo principal objetivo é oferecer infraestrutura adequada de equipamentos públicos esportivos a fim de incentivar a iniciação esportiva em regiões de vulnerabilidade social. Os CIEs “são instalações construídas em parâmetros oficiais que permitirão a identificação de talentos e a formação de atletas nos municípios, estimulando o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento nacional” (BRASIL, 2015h).

A portaria nº 54, de 21 de março de 2014 aprovou o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no PAC, visando à implantação de infraestrutura esportiva (BRASIL, 2014).

Para que um município pudesse receber um CIE ele precisaria preencher alguns requisitos, tais como: verificar se seu município está elegível para receber a obra; cumprir rigorosamente o cronograma do processo seletivo; emitir documento comprobatório da dominialidade do terreno oferecido para implantação do CIE; comprovar a disponibilidade do terrenos em condições de acesso e características adequadas à implantação; assegurar que o terreno está localizado em região de vulnerabilidade social; atestar o compromisso do município com a gestão e manutenção dos equipamentos esportivos e possuir órgão específico responsável pelo desenvolvimento do esporte (secretaria, diretoria, autarquia ou equivalente).

São 3 os modelos de CIE que podem ser construídos, cada qual dependendo do tamanho de terreno disponível para construção. O quadro abaixo mostra a infraestrutura construída em cada modelo:

QUADRO 13 - MODELO DE INFRAESTRUTURA PARA CADA CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE

Modelo dos CIES	Equipamentos	Tamanho Terreno	Área a ser construída
Modelo I	Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares) Área de Apoio (administração, sala de professores,/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público)	2.500 m ²	1.600m ²
Modelo II	Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares) Área de Apoio (administração, sala de professores,/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público) Quadra Externa descoberta	3.500 m ²	2.750 m ²
Modelo III	Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares) Área de Apoio (administração, sala de professores,/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público) Estruturas de atletismo	7.000 m ²	3.750 m ²

FONTE: Brasil (2015h)

A princípio os CIE irão ofertar 13 modalidades olímpicas (atletismo, basquete, boxe, handebol, judô, lutas, taekwondo, vôlei, esgrima, ginástica rítmica, badminton, levantamento de peso, tênis de mesa); 06 modalidades paralímpicas (esgrima de cadeira de rodas, judô, halterofilismo, tênis de mesa, voleibol sentado, golbol); e 1 modalidade não olímpica (futsal).

De acordo com o site do Ministério do Esporte, foram encaminhadas 283 propostas, mas apenas 265 foram os municípios selecionados para receber um CIE. Além disso, deixam-se explícitas quais são as responsabilidades das entidades proponentes ao receber os CIE, são elas: 1) Elaborar um plano de ação para atividades esportivas regulares de quatro anos e estabelecer Política para o desenvolvimento do esporte; 2) Realizar a gestão e o funcionamento do CIE, bem como garantir sua devida manutenção (custeio de segurança, limpeza, energia, água (10 a 15%), primeiros socorros, alimentação, contratação de profissionais necessários) e ser fiel depositário dos equipamentos adquiridos, entre outros (BRASIL, 2015h).

4.2.1.6 Jogos Escolares Brasileiros

São inúmeras as competições e eventos destinados a crianças e adolescentes em idade escolar que aconteceram no Brasil. Essas competições, além de objetivarem a descoberta de talentos esportivos também se preocupavam com o contexto educacional do esporte a partir do qual se podiam transmitir inúmeros valores tais como: respeito, honestidade, caráter, companheirismo e igualdade.

De acordo com Arantes, Martins e Sarmiento (2012) a primeira competição escolar de âmbito nacional que aconteceu no Brasil foi intitulada de “Jogos Estudantis Brasileiros” (JEBs) criados pelo MEC no final da década de 60 com intuito de favorecer a integração nacional e descobrir talentos esportivos. Porém, Tubino (2010) e Thompson *et al.* (2005) relatam que o período que compreende os anos de 1969 e 2010 marcou a mudança de nomes referentes a essa competição, especificamente: Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb’s), Jogos Escolares Brasileiros (Jeb’s), Campeonatos Escolares Brasileiros (CEB’s), Olimpíada Colegial da Esperança (OCE), Jogos da Juventude (JJ) e a atual Olimpíada Escolar (OE).

É consenso dos autores a discussão sobre as reais motivações dos Jogos Escolares, principalmente sob ponto de vista de sua caracterização enquanto esporte educacional ou rendimento. Arantes, Martins e Sarmiento (2012) citam Tubino (2010) que propõe cinco períodos do Esporte Educação:

Período da Não Existência Formal do Esporte Educação, Período da Ênfase do Esporte de Rendimento no Esporte Educação, Período da Reflexão sobre o Esporte Educação, Período do Obscurantismo no Esporte Educação e Período da Retomada da Reflexão no Esporte Educação (ARANTES, MARTINS, SARMENTO, 2012, p. 918).

Esses períodos, porém, fazem parte de uma análise em que não se sabia ao certo quais eram as reais intencionalidades do evento que se apresentava a cada ano, e isso reflete consubstancialmente às discussões fundamentadas no capítulo no qual se trata o conceito de esporte de rendimento e as motivações de criticidade a ele geradas até os dias atuais. Nesse sentido, é interessante a divisão que Arantes (2010) faz com relação às fases desses eventos. De acordo com o autor a primeira fase, chamada de “O Início” corresponde aos anos compreendidos entre 1969 e 1984, cuja principal característica foi a mudança frente nos nomes das competições:

Entre 1969 e 1975 os jogos se chamaram Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's). De 1976 a 1984 se chamaram Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's). Nos anos de 1978, 1980 e 1982 aconteceram os Campeonatos Escolares Brasileiros (Ceb's), que foram classificatórios para os Jeb's que aconteceram nos anos de 1979, 1981 e 1983 (ARANTES, 2012, p. 918).

É importante, porém, destacar e caracterizar cada uma dessas edições tendo em vista que, por mais que representassem a mesma ideia de jogos tiveram suas características particulares. Os Jogos Estudantis, por exemplo, tiveram sua primeira edição acontecendo no ano de 1969 na cidade de Niterói/RJ quando na ocasião participaram sete estados representados por 315 atletas. Já na segunda edição, em 1970, viu-se a evolução do evento tendo em vista a os 649 participantes. Em 1971, Belo Horizonte sediou o evento em que o número de atletas cresceu para 1744 e em Maceió no ano de 1973 para 2.913 participantes. Em 1974 os Jeb's aconteceram em Brasília e contaram com 4.480 participantes que se reuniram representando 25 estados brasileiros (ME, 2015).

Em 1976, os Jeb's foram divididos em esporte escolar e universitário em consonância com a Lei 6.251/75 que em seu Artigo 26 regulamentava essa separação, sendo descritas abaixo as entidades responsáveis por seu desenvolvimento e supervisão:

§ 1º O desporto universitário abrange, sob a supervisão normativa do Conselho Nacional de Desportos, as atividades desportivas dirigidas pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários, pelas Federações Desportivas Universitárias e pelas Associações Atlético Acadêmicas.

§ 2º O desporto escolar abrange, sob a supervisão normativa do órgão competente do Ministério da Educação e Cultural as atividades desportivas praticadas nas áreas de ensino de 1º e 2º graus, e será organizado na conformidade das normas a serem estabelecidas por aquele órgão (BRASIL, 1975).

Sendo assim, os Jogos Escolares Brasileiros⁶⁰, denominação comumente utilizada até 2004, possibilitou que esses jogos se transformassem em referência no ambiente escolar, tendo como principais objetivos:

⁶⁰ A seguir as cidades e seus respectivos estados, onde aconteceram as edições dos Jeb's: 1976 – Porto Alegre (RS); 1977, 1979, 1981, 1983 e 1984 – Brasília (DF); 1985 – São Paulo (SP); 1986 – Vitória (ES); 1987 – Campo Grande (MT); 1988 – São Luís (MA); 1989 e 1990 – Brasília (DF); 1991 – Presidente Prudente (SP); 1992 – Blumenau (SC); 1993 – Recife (PE); 1994 – Foz do Iguaçu (PR); 2003 e 2004 – Brasília (DF).

Fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos; possibilitar a identificação de talentos esportivos nas escolas; contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania por meio do esporte; e garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos (BRASIL, 2015a).

Os estudos apontam que essa primeira fase se destaca pela evolução no número de modalidades, estados participantes e atletas. Além disso, sob ponto de vista da gestão destaca-se que primeiramente, os Jogos estavam sob responsabilidade da Divisão de Educação Física e Desporto do MEC (DEF/MEC); posteriormente, porém, este órgão foi sucedido pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC) e mais tarde pela Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED/MEC).

Por conseguinte, a segunda fase engloba os anos de 1985 a 1989, ou seja, 4 anos sob denominação de “Esporte Educacional”. Esse período pode ser assim determinado devido aos objetivos para os quais o esporte vinha sendo implementado naquele período, haja vista a prerrogativa de que o esporte escolar deveria se “desvincular definitivamente das competições, que superestimando o confronto entre estudantes e subvertendo o espírito de solidariedade, buscam exclusivamente o rendimento” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1989 citado por ARANTES, 2012, p. 919). Vê-se, portanto, a exclusão dos parâmetros de esporte de rendimento que, na visão institucional em questão, não compatível aos valores que o esporte poderia transmitir, dentre eles a solidariedade por exemplo. Essa exclusão é comprovada também, e principalmente nos primeiros anos dessa fase, quando foi proibida a participação de atletas federados nos anos de 1985, 1986 e 1987; o que voltou a ocorrer nos anos de 1988 e 1989.

Arantes, Martins e Sarmento (2012) intitulam a terceira fase de “Procurando Identidade” e compreende o período de 1990 a 2004 cuja principal mudança corresponde à gestão e financiamento dos Jogos, sob responsabilidade das seguintes instituições: Secretaria de Desporto da Presidência da República (SEDES/PR), Secretaria de Desporto do MEC (SEDES/MEC), o INDESP/PR e depois INDESP/MEC, MET e Ministério do Esporte (ME).

Em 1996 estabeleceu-se a parceria entre COB e INDESP que permaneceu até o ano de 2003 quando foi instituído o Ministério do Esporte, onde a parceira passou a ser efetivamente entre COB, Ministério do Esporte e CPB, sendo que este

último passou também a integrar a organização dos Jogos. Nesse momento, e visivelmente pela inserção do COB e CPB na organização dos Jogos, nota-se que a dimensão esporte de rendimento volta a ter importância no cenário relativo ao evento; isso pode ser comprovado pelo Regulamento Geral dos Jogos da Juventude (JJ), das Olimpíadas Colegial Esperança (OCE) e pelo Regulamento dos Jeb's, onde ambos demonstram preocupação com a descoberta de talentos esportivos. De acordo com Arantes, Martins e Sarmento (2012, p. 920) as trocas de nomenclatura dos Jogos permanecem constantes nesse período sendo que “em 1990 Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's), no ano seguinte Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's), em 1995 JJ, em 2000 OCE e em 2003 voltam a ser Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's)”.

Os JJ aconteceram de 1995 a 2004⁶¹ com o objetivo de “incentivar o desenvolvimento dos jovens atletas, criando base para o futuro do esporte de alto rendimento”. Sagra-se o propósito inserido nos jogos de “fomentar o esporte na sua vertente de rendimento, para congregar e aprimorar os talentos esportivos do país, desenvolver o intercâmbio socioesportivo das diferentes modalidades e promover seu aprimoramento” (BRASIL, 2015a).

A Olimpíada Colegial Esperança teve início em 2000 e envolveu os ministérios da educação, do esporte e turismo, o COB e também a Rede Globo de televisão; por conta dessa última parceria e da campanha promovida pela mesma emissora chamada “Criança Esperança” é que o projeto foi assim nomeado; a competição engloba ainda duas etapas assim divididas de acordo com a faixa etária: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos.

Esse período também foi marcado por algumas mudanças: a partir de 2001 passou a ocorrer mais de uma etapa por edição anual, divididas preponderantemente pelas idades dos atletas vinculados a cada competição. Em 2001, por exemplo, foram três as etapas da OCE - 12 a 14 anos; 15 a 17 e JJ até 18 anos. A segunda mudança refere-se à representação que os atletas faziam, tendo em vista que a partir de 2000 os atletas passaram a representar suas escolas e não mais seus estados, que se manteve presente nos JJ.

⁶¹ As edições aconteceram nas respectivas cidades e estados: 1995 – João Pessoa (PB); 1996 – Curitiba (PR); 1997 – Goiânia (GO); 1998 – Porto Alegre (RS); 2001 – Recife (PE); 2002 – Goiânia (GO); 2003 e 2004 – Brasília (DF).

Por fim, de 2005 a 2010 tem-se a quarta fase cuja denominação é "Encontrando o Rumo" cuja instituição responsável pelo desenvolvimento dos Jogos é o COB e recebe apoio do Ministério do Esporte. Essa situação decorre do fato do financiamento dos Jogos se dar através da Lei Agnelo Piva, através dos 10% destinados ao esporte educacional que, nessa quarta fase, passou a ser utilizado para financiamento dos jogos, nesse período denominados de Olimpíadas Escolares. Nesta última fase as edições contaram com duas etapas dos jogos⁶²: a primeira etapa de 12 a 14 anos e a segunda etapa de 15 a 17 anos, sendo que a média de atletas escolares por edição foi de 5.328 (ARANTES, 2012). Atualmente existem seletivas municipais e estaduais que visam levar os alunos a representar sua escola de origem na à etapa nacional, composta de 13 modalidades; os principais objetivos das Olimpíadas Escolares são: promover a inclusão social a partir do esporte, detectar novos talentos e criar um ambiente favorável à continuidade da prática esportiva no país. Importante destacar que em 2013 as Olimpíadas Escolares passaram a se chamar Jogos Escolares da Juventude⁶³, pondo fim, ainda que por tempo indeterminado a essas mudanças da nomenclatura do evento que é considerado o maior evento estudantil esportivo do Brasil.

Apesar das investidas acerca do caráter estudantil e/ou de rendimento dos Jogos, apresenta-se claramente pautada que um dos principais objetivos do evento é a descoberta de talentos esportivos e, nas fases apresentadas por Arantes, Martins e Sarmiento (2010) em apenas uma delas – de 1985 a 1989- despende apoio à associação do evento com a dimensão esportiva de rendimento. Esse caráter de descoberta de talentos é tão preponderante que, de acordo com o COB, dos 600 atletas que compõem a delegação que disputou medalhas nos Jogos Pan-Americanos de 2015 em Toronto no Canadá, 90 deles já disputaram os Jogos Escolares da Juventude nas seguintes modalidades: atletismo, basquete, ciclismo, futebol, ginástica rítmica, handebol, luta olímpica, judô, natação, taekwondo, tênis de mesa e vôlei.

⁶²As etapas aconteceram nas respectivas cidades e estados: 2005 – Brasília (DF) e Brasília (DF); 2006 – Poços de Caldas (MG) e Brasília (DF); 2007/2008 – Poços de Caldas (MG) e João Pessoa (PB); 2009 – Poços de Caldas (MG) e Londrina e Maringá (PR); 2010 – Fortaleza (CE) e Goiânia (GO); 2011 – João Pessoa (PB) e Curitiba (PR); e 2012 – Poços de Caldas (MG) e Cuiabá (MT).

⁶³Este ano, a fase final da etapa de 12 a 14 anos dos Jogos Escolares da Juventude acontece entre os dias 3 e 12 de setembro, em Fortaleza, Ceará. Já a final da etapa de 15 a 17 anos será de 12 a 21 de novembro, em Londrina, Paraná.

4.3 SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO

Ao seguir a proposta de conhecer a estrutura organizacional da secretaria do estado do Paraná responsável pelo esporte bem como os projetos de promoção e desenvolvimento na dimensão rendimento, inicia-se esse item citando a Constituição do referido estado cuja terminologia ainda utiliza o nome desporto ao invés de esporte. De acordo com o texto, o artigo 197 prevê como dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações e assegura ainda:

I - autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento; II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador; III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva; IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo; V - estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares; VI - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional; VII - equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência (PARANÁ, 1989, p. 87).

Ao analisar o artigo em questão coloca-se em evidência fatores que auxiliam no entendimento do esporte tal como ele se apresenta não só a nível nacional, mas também quando se faz referência às questões estaduais. Enquanto primeira fonte de análise apresenta-se a questão da autonomia das “entidades desportivas e associações quanto à organização e funcionamento” que, em um primeiro momento há a necessidade de conhecer quem são efetivamente essas instituições às quais o texto constitucional se refere, representadas principalmente pelas federações paranaenses das diversas modalidades esportivas. O princípio da autonomia, nada difere daquele encontrado no texto da Constituição Federal de 1988 apresentado anteriormente nesse trabalho. Essa autonomia, que em ciência política pressupõe que a entidade em questão elabore suas próprias leis sem a interferência de terceiros, tampouco do governo, delimita autoridade perante o governo e também limita influências externas à sua forma de condução das atividades internas, o que pressupõe uma dificuldade de interlocução caso o objetivo seja a articulação de ações.

Os demais apontamentos do texto referem-se ao esporte educacional, a capacitações referentes às atividades esportivas, valorização do talento esportivo, instalações e equipamentos esportivos e também faz apontamento às atividades para pessoas com deficiência. O item IV “tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional” remete ainda que indiretamente ao esporte de rendimento tendo em vista que os profissionais quando assim designados são aqueles atletas que vivem do e para o esporte, participando de competições nacionais, internacionais e fazendo do rendimento esportivo sua principal prioridade.

O artigo subsequente, 198 relata que “caberá ao estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular” e o artigo 199 designa que o poder público “incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Ora, nesses artigos podem ser encontradas iniciativas totalmente voltadas ao esporte recreativo cujas expressões “desporto popular” e “promoção social” confirmam a escrita anterior e demonstram a importância dada pelo estado do Paraná à essa dimensão esportiva. O último artigo em que o esporte aparece no texto constitucional é o de número 220 que se refere ao “incentivo à prática de desportos e realização de eventos com participação financeira de empresas privadas e estatais” como uma das diretrizes enquanto programa de assistência à crianças e adolescentes oriundo do Estado com participação dos municípios. Novamente verifica-se a ausência de direcionamento ao esporte de rendimento tendo em vista que a realização de eventos acontece voltada às mais diversas dimensões esportivas existentes. Logo, o esporte de rendimento não aparece sob essa denominação em nenhum momento da Constituição do Estado do Paraná.

A Lei 11.066 de 01 de fevereiro de 1995 em seu artigo 06 cria a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo cuja responsabilidade é definir as “diretrizes, o planejamento e a implementação da política de Governo nas áreas de esporte e turismo; e outras atividades correlatas” (PARANÁ, 1995). Destaque-se o fato de esporte e turismo até então pertencerem à Secretaria de Estado da Cultura que a partir dessa lei não possui mais responsabilidades sobre as duas áreas correlatas.

De acordo com o artigo 7º da mesma lei, fica criada a Paraná Esporte, uma entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo cuja principal competência é a execução da política estadual de esportes, com suas atribuições, estrutura e funcionamento regulamentados por decreto.

Cabe destacar o papel do Conselho Estadual de Esporte e Lazer instituído pelo Decreto nº 702, de 28 de abril de 1995 e aprovado enquanto órgão colegiado normativo, deliberativo e consultivo, integrante do Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. Esse órgão tem como objetivo “buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física, do esporte e do lazer para toda a população, bem como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto estadual” (PARANÁ, 2003). O decreto nº 1117 de 23 de abril de 2003 designou que o Conselho estadual passou para o âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEED-PR, juntamente com a Paraná Esporte – antiga denominação da atual Secretaria do Esporte (PARANÁ, 2003).

Dentre os objetivos do referido conselho estavam inclusas atividades que englobam esporte, lazer e atividade física, porém, devido ao foco desse trabalho, são priorizadas as questões relativas ao esporte rendimento. Em seu artigo 4º, o Decreto nº 1117 determina as competências do Conselho Estadual de Esporte e Lazer, as quais se leem a seguir:

I - o zelo pelo cumprimento dos princípios e preceitos constantes da legislação estadual e federal nas áreas de esporte e de lazer; II - o oferecimento de subsídios técnicos à elaboração do Plano Estadual de Esporte e Lazer e a contribuição para a implementação de suas diretrizes e estratégias; III - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação dos programas de inserção social dos menos favorecidos às práticas desportivas e de lazer; IV - a colaboração para o aprimoramento de instituições, técnicas e legislação, que contribuam para o desenvolvimento do desporto estadual; V - a emissão de pareceres e recomendações sobre questões desportivas estaduais; VI - a aprovação dos Códigos de Justiça Desportiva e de suas alterações; VII - o estudo de ações, visando coibir a prática abusiva na gestão do desporto estadual; VIII - o apoio a projetos que democratizem o acesso da população às atividades físicas e às práticas desportivas e de lazer; IX - a promoção de congressos e medidas, visando ao aprimoramento do Conselho; X - a elaboração do seu Regimento Interno; XI - a colaboração com outros órgãos da administração pública no trato ou estudo de problemas relativos ao esporte e ao lazer; XII - a proposição de prioridades para planos de aplicação de recursos destinados pelo Governo às áreas de esporte e lazer; e XIII - outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva (PARANÁ, 2003, p. 4).

As competências do Conselho atrelam-se ao esporte como um todo, não designando especificamente ações relativas à prioritariamente nenhuma dimensão esportiva – como era de se esperar.

Em 2011, a Lei 17.014 de 16 de dezembro cria a Secretaria de Estado do Esporte (SEES) e determina em seu artigo 2º que a Paraná Esporte, criada em 1995, passe a denominar-se como Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE) responsável pela área científica esportiva, pela detecção de talentos esportivos e de atletas de alto rendimento. A SEES constitui-se em órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, nos termos da Lei 8.485 de 03 de janeiro de 1987 e sua criação representou:

a mais importante vitória para a comunidade esportiva paranaense nos últimos anos. A proposta do Governo do Estado em reaproximar o cidadão da prática esportiva fez com que déssemos um significativo salto de qualidade no esporte de rendimento e escolar (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 10).

Além disso, essa Secretaria tem como finalidade:

I - o planejamento, a organização e a manutenção das políticas e diretrizes do governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida; II - o incentivo, o apoio e a orientação para a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada; III - a articulação com os Órgãos e Entidades Federais, Estaduais, Municipais e Internacionais de sua área de atuação; IV - a gestão dos recursos financeiros destinados à promoção do esporte, lazer esportivo e qualidade de vida; V - o cumprimento da legislação esportiva; VI - o estímulo e elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência e; VII - o desempenho de outras atividades correlatas (PARANÁ, 2014, p. 1).

A partir do conhecimento dessas finalidades é necessária a observação de alguns itens que condizem com o propósito desse trabalho. Primeiramente destaca-se que a dimensão rendimento não aparece explicitada, porém, quando citados “eventos profissionais” subentende-se a vinculação ao esporte rendimento. O item III “a articulação com os Órgãos e Entidades Federais, Estaduais, Municipais e Internacionais de sua área de atuação” é objeto de análise desse trabalho como um todo no qual se procura entender de que maneira os entes federativos se estruturam sob ponto de vista da articulação entre si com vistas a proposição de ações que contribuam para a implementação de um Sistema Nacional de Esporte brasileiro; logo, esse item merece destaque por levar em consideração a importância dessa

articulação, porém, torna-se ainda item de investigação entender a maneira como esse feito acontece verdadeiramente. É importante adentrar no universo empírico e ver de que maneira essa articulação acontece na prática. Dentre os objetivos da Instituição, estão:

I. o planejamento, a definição, a implantação e a coordenação das políticas e diretrizes estaduais para o esporte, lazer esportivo, turismo e qualidade de vida; II. a coordenação e o acompanhamento das diretrizes para planos, programas e projetos da Secretaria; III. a implantação de mecanismos e condições necessárias que assegurem a execução, controle e avaliação da implementação das políticas públicas e diretrizes do esporte e do turismo em todo o Estado; IV. a promoção do desenvolvimento sustentável do esporte e do turismo; V. a promoção da gestão democrática, direcionando as políticas de esportes e do turismo para a desconcentração do desenvolvimento em consonância com o modelo governamental, através de instrumentos de práticas de planejamento, subsidiando a sustentabilidade operacional, técnica e política da Secretaria; VI. o fortalecimento da descentralização local e regional das atividades esportiva e turística e da capacidade institucional e técnica nas áreas de atuação da Secretaria; VII. a promoção e divulgação das ações esportivas, bem como a promoção e divulgação do produto turístico paranaense; VIII. a promoção da articulação da política de esporte, subsidiando a transversalidade governamental, através do planejamento intersetorial integrado da Secretaria no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional; IX. a promoção da integração do desenvolvimento do turismo regional com as políticas públicas setoriais, como meio ambiente, trabalho, saúde, educação, infraestrutura, segurança e outras; 2 X. a celebração de contratos, convênios e outros instrumentos legais, com entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita execução dos programas e projetos que decorram da política estadual do esporte e do turismo ou de ações administrativas operacionais; XI. o compartilhamento e a integração com as áreas de atuação no âmbito dos programas sociais, esportivos e de lazer esportivo; XII. a implementação das políticas de apoio e fomento ao esporte e ao turismo como uma das alternativas de inclusão social; XIII. a expedição de instruções, resoluções e outros atos administrativos disciplinadores das atividades do esporte e do turismo, XIV. o gerenciamento e a manutenção de um sistema público de informações relativas ao desempenho dos planos, programas e projetos concernentes às atividades e seus respectivos instrumentos de gestão; XV. a reestruturação, a qualificação e a manutenção de conselhos, comissões e associações nas áreas do esporte e do turismo, lazer esportivo e qualidade de vida; XVI. o apoio ao fortalecimento das estruturas de governança local e regional de gestão do esporte e do turismo; XVII. o estabelecimento de parcerias com instituições privadas, órgãos e entidades da administração do esporte nas esferas municipal, estadual, federal e internacional, para o desenvolvimento de ações relativas à gestão de esporte, lazer esportivo, qualidade de vida e turismo; XVIII. a promoção de captação de recursos para projetos e programas da área desportiva,

a priorização e definição de critérios para alocação de recursos e a promoção de ações eficazes para a maximização dos investimentos destinados às áreas de atuação da Secretaria; XIX. o estímulo e apoio aos programas de sensibilização do setor turístico junto às escolas; XX. a promoção do desenvolvimento e da prática das modalidades olímpicas e paralímpicas na dimensão amadora e profissional; XXI. o desenvolvimento e a abertura de canais de comunicação para estreitar a integração entre a sociedade e governo; 3 XXII. a monitoração estratégica no desenvolvimento das ações da Secretaria com vista à avaliação e retroalimentação do sistema organizacional; XXIII. a promoção do esporte no sistema gerador de novos talentos; e XXIV. o incentivo à criação de empresas individuais, microempresas e empresas na indústria desportiva. (PARANÁ, 2014, p. 2).

Difícil destacar alguns objetivos quando todos parecem pertinentes aos olhos de quem estuda e/ou trabalha com políticas públicas esportivas. É possível, a partir dos objetivos expostos, verificar uma estruturada instituição responsável pela formulação e implementação de políticas públicas. Um dos destaques nesse sentido é a inclusão da avaliação dos planos, programas e projetos da secretaria o que remete ao conhecimento, talvez não sob esse nome, do *policy cycle* descrito por Klaus Frey, no qual a análise das políticas públicas deve ser feita com base nos itens: diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e avaliação; sendo todos de valor similar em se tratando do tema em questão. A ideia de gestão democrática torna-se interessante por possibilitar uma abrangência maior da política que ultrapasse os gabinetes governamentais bem como torne a estrutura mais flexível sob ponto de vista social cuja questão ganha força com a possibilidade de estreitamento de integração sociedade e governo. A questão da articulação também é colocada como um objetivo da secretaria que vê no planejamento intersetorial uma forma eficiente de fazer a gestão de suas políticas da mesma maneira que se entendem como necessárias as parcerias com outras entidades que organizam o esporte no Brasil nos demais níveis de governo inclusive em perspectiva internacional.

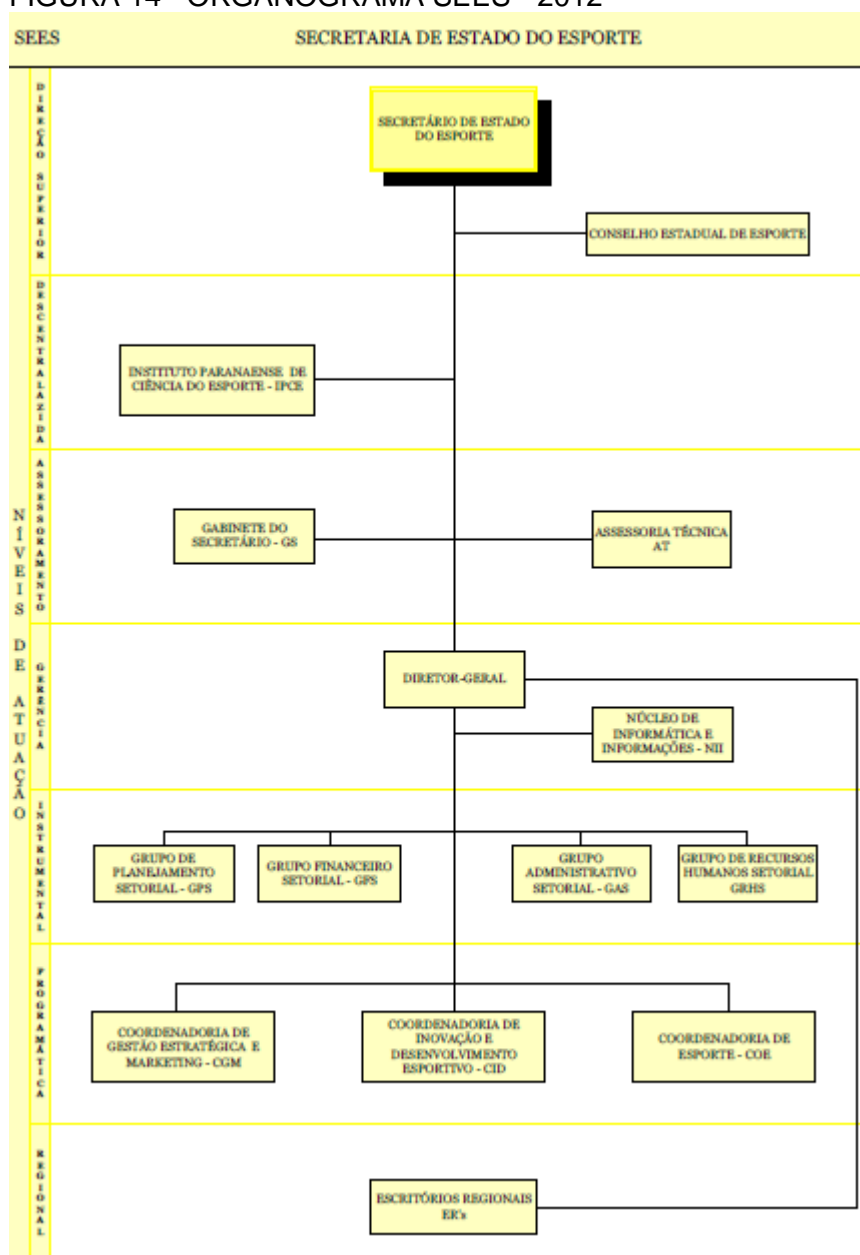
O esporte de rendimento adentra nos objetivos da Secretaria ao serem citadas ações relativas ao planejamento e desenvolvimento de modalidades olímpicas e paralímpicas o que denota a importância dessa dimensão a nível estadual e também quanto à possibilidade de reconhecimento de novos talentos esportivos. Por fim, o “o incentivo à criação de empresas individuais, microempresas e empresas na indústria esportiva” também pode ser visto como concernente à dimensão esportiva aqui priorizada principalmente se for levado em consideração

que a indústria esportiva surge e se mantém alicerçada nos parâmetros de rendimento impostos culturalmente.

De acordo com a Revista Paraná Faz Esporte (2012, p. 7), a Secretaria de Esporte tem como missão “Desenvolver a prática esportiva como ferramenta de cidadania e educação, como também o fortalecimento do esporte de rendimento através da realização de competições oficiais e identificação de talentos por meio da ciência do esporte”. A visão da instituição é tornar-se referência nacional na gestão pública do esporte e a mesma está pautada nos seguintes valores: responsabilidade, ética, comunicação, amor pelo que se faz, excelência, integração, integridade.

Muito embora a secretaria não tenha permanecido por tempo longínquo apenas com a incumbência de desenvolver o esporte enquanto área social, sua estrutura institucional apresentou-se muito bem organizada nesse período contando com 7 “níveis” a partir dos quais se encontram os demais cargos presentes na mesma. Esses níveis constituem-se a partir de seu agrupamento de acordo com as funções semelhantes que ficam sob suas incumbências: I- Nível de Direção Superior (Secretário de Estado do Esporte e Conselho Estadual de Esporte); II - Nível de Atuação Descentralizada (IPCE); III - Nível de Assessoramento (Gabinete do Secretário – GS e Assessoria Técnica – AT); IV - Nível de Gerência (Diretor Geral– DG e Núcleo de Informática e Informação – NII); V - Nível de Atuação Instrumental (Grupo de Planejamento Setorial – GPS, Grupo Financeiro Setorial – GFS, Grupo Administrativo Setorial – GAS e Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS); VI - Nível de Execução Programática (Coordenadoria de Gestão Estratégica e Marketing – CGM, Coordenadoria de Inovação e Desenvolvimento Esportivo – CID e Coordenadoria de Esporte – COE); VII- Nível de Atuação Regional (Escritórios Regionais). Abaixo é possível verificar essa estrutura organizacional.

FIGURA 14 - ORGANOGRAMA SEES - 2012



FONTE: SEES (2012)

Baseado na Lei 7.014 de 16/12/2011 e no Decreto 6.228 de 16/10/2012, no nível I (Direção Superior) estão os conselhos que, sob ordenação do Secretário, possuem capacidade de decisão frente às políticas desenvolvidas na secretaria. Ao secretário competem alguns ordenamentos que se referem de maneira comum a todas as secretarias do Estado, contudo, algumas questões são de caráter exclusivo da área esportiva, tais como:

I -promover a coordenação e análise da conveniência da celebração de acordos e convênios com a União, demais estados, municípios e outras entidades que tenham por objetivo a execução de serviços

nos setores de competência da Secretaria; IV - promover a elaboração de planos globais e a integração dos planos setoriais de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa, correspondentes aos diversos sistemas da Secretaria de Estado do Esporte; V - promover a implantação, o aperfeiçoamento e a manutenção de um sistema de gestão integrado, mediante o levantamento das suas necessidades, visando o atendimento da demanda global pelo menor custo social e XIII- promover, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo, o eficaz relacionamento da Secretaria com os demais órgãos do Poder Executivo Estadual e outros poderes do Estado, da União e dos Municípios (PARANÁ, 2014, p. 7).

Enquanto papel primordial do Secretário Estadual está a interlocução com os demais entes federativos a fim de uma eficaz condução das atividades da Secretaria; essa ação é concebida em quatro funções do secretário o que remete a ideia de que a articulação entre os entes federativos é vista como um importante meio agregador de benefícios ao esporte do estado do Paraná.

Já no nível de assessoramento estão as unidades com denominação de gabinete, centro, núcleo, assessoria ou comissão, com função de apoio ao Secretário de Estado do Esporte e com responsabilidade de gerar informações e evidências técnicas que constituam formas de contribuição às decisões do Secretário. Enquanto gerencia entendem-se as unidades com denominação de núcleo, comissão, grupo ou equipe, com responsabilidade de prestar assessoramento ao Diretor Geral da Secretaria de Estado do Esporte, sob a forma de prestação de serviços- meio e orientação técnica para decisões de controle e acompanhamento; os grupos setoriais de planejamento, financeiro, administrativo e de recursos humanos estão alocados enquanto nível de atuação instrumental aos quais cabem as atividades constantes dos artigos 39, 40, 41 e 42 respectivamente, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 e, ainda, as atribuições contidas nos Regulamentos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e da Administração e da Previdência. Enquanto execução programática estão os departamentos para encargos essencialmente executivos e coordenação, coordenadoria, centro, programa ou projeto, para encargos predominantemente normativos, sem prejuízo da ação executiva, desdobráveis sucessivamente, segundo o porte necessário, em divisão, seção e setor; por fim tem-se o nível de atuação regional onde se encontram as unidades de núcleo regional.

O ordenamento dos cargos apresentados no âmbito da Administração Direta está assim alocado de acordo com a intencionalidade do secretário em questão,

sendo, portanto, constituídas de caráter transitório podendo ser “criadas, extintas, transformadas, ampliadas ou fundidas por iniciativa do Secretário de Estado do Esporte”.

A seção III do Regimento Interno da Secretaria de Esporte do Estado, tem seu artigo 25 destinado à Coordenadoria de Esporte e atribui a essa as seguintes competências:

I. o monitoramento e a avaliação da aplicação da regulamentação para a execução de projetos e atividades na área desportiva e a proposição de novos procedimentos sempre que necessário; II. a promoção de ações para articulação de acordos de cooperação técnica e intercâmbio de experiências para a atuação nos jogos oficiais e não oficiais, bem como atividades esportivas; III. o desenvolvimento de projetos, na área desportiva, que contemplem a diversidade social, objetivando a inclusão e o combate a desigualdade social; IV. a proposição da criação, a otimização e a modernização das instalações e equipamentos esportivos para o adequado funcionamento dos projetos e atividades na sua área de atuação e utilização na prática esportiva, tanto a nível estadual e/ou municipal; V. a proposição e a execução de projetos que contemplem as manifestações do esporte de rendimento, educacional e de participação em consonância com os programas da pasta; VI. o compartilhamento dos projetos desenvolvidos pelas Coordenadorias, através do planejamento integrado com os demais níveis de atuação da Secretaria; e VII. o desempenho de outras atividades correlatas (PARANÁ, 2014, p. 20).

Em nenhum momento o foco de análise dessa tese encontra-se nomeado, porém, encontra-se subentendido em vários pontos. O que chama a atenção é novamente a notória importância creditada à articulação intersetorial e entre as demais esferas governamentais atribuindo a esse elemento importância considerável sob ponto de vista da implementação de políticas públicas efetivas na área esportiva. A articulação entre projetos também é citada e torna-se um importante meio de avançar na extinção da sobreposição de papéis existentes em muitos dos projetos esportivos. O Plano de Desenvolvimento do Esporte encontra-se no anexo D deste trabalho.

Uma outra forma de articulação promovida pela SEES é o contato direto com as federações, por estar subentendido o conceito de que se o objetivo a ser conquistado for o resultado esportivo e maior prevalência do esporte de rendimento, há a necessidade de vínculo com as federações esportivas. Quanto a isso a SEES expõem que:

O entendimento de que o esporte só pode ser desenvolvido com o comprometimento conjunto entre Governo e federações é ponto comum dentre todas as entidades que regulamentam a prática esportiva no Paraná. Desde sua criação a Secretaria do Esporte retomou o diálogo com as federações desportivas, atribuindo a elas uma importância jamais sentida anteriormente. A SEES mantém um relacionamento amistoso com 100% das federações paranaenses, que são as maiores responsáveis pelo desenvolvimento do esporte de rendimento estadual. A proximidade e a exposição de todos os processos foi uma necessidade para que Secretaria, municípios e federações caminhassem unidos numa só direção (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 24).

A direção a qual o texto faz referência é a maior quantidade de medalhas conquistadas em competições nacionais e internacionais, porém, as federações e confederações tem um papel fundamental em todo esse processo haja vista que a elas são filiados os atletas das mais diferentes modalidades esportivas, logo, a manutenção de um diálogo constante e de vínculos traçados e mantidos a longo prazo sugerem um resultado positivo a todo processo. De acordo com Elizeu Paulo Machado, presidente da Federação Paranaense de Badminton:

Nunca tivemos uma relação tão boa assim. A Secretaria do Esporte propõe uma política totalmente inclusiva e facilitadora. Isso tem propiciado a profissionalização das Federações, temos conseguido cada vez mais recursos. A Secretaria dá responsabilidades e cobra resultados, o que é muito bom porque nenhum lado sai em desvantagem. Mantemos um diálogo horizontal e o contato com diretores e com o próprio secretário se dá de forma direta, com as portas sempre abertas. É uma relação de respeito com as entidades do esporte paranaense e a SEES usa o mesmo respeito com todas as federações, trata todas com a mesma importância, no mesmo nível. A Federação de Badminton tem 11 bolsas do TOP, o que é um estímulo ao iniciantes e dá fomento ao treinamento deles (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 25).

A horizontalidade no trato das relações esportivas estreita a ligação entre as entidades que promovem o esporte de rendimento o que permite um diálogo mais aberto entre os indivíduos que fazem parte desse processo. A verticalização, pautada principalmente no princípio da soberania e da autoridade pode funcionar com efeito adverso em todo esse processo, não permitindo a ligação com as demais instituições tampouco o acompanhamento das ações por elas realizadas, o que proporciona a falta de conhecimento relacionada à área em questão, mesmo quando se trata de instituições que deveriam ter como prioridade a conexão.

A descentralização é uma das formas encontradas pela Secretaria de Esporte para atuar nos 399 municípios que compõem o Estado; para isso foram criados

Escritórios Regionais que funcionam como extensão da Secretaria para o interior, ou seja, os municípios mais afastados possuem na área esportiva uma forma de ligação com o governo do Estado.

São ao todo 13 escritórios presentes em todas as regiões do Estado, que descentralizam a prática esportiva e levam a atividade física para toda a população paranaense, possibilitando aos municípios maior acessibilidade ao esporte local e incentivando a prática esportiva. Outra delegação importante ao Escritório Regional de Esportes (ERE) é promover a participação das equipes nos Jogos Oficiais, tratando diretamente com os prefeitos e viabilizando o contato com o Governo do Estado (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 16).

A criação dos ERE's foi um importante mecanismo de atuação do Estado fora do âmbito central da capital, feito notório quando da ação política em prol de uma área social. A descentralização, nesse caso, torna o processo facilitado tendo em vista que diferentes pessoas se localizam em regiões estratégicas do estado e possuem ligação direta com a sede e também com as autoridades governamentais, o que demonstra uma real preocupação da SEES com o esporte paranaense.

Ainda, faz-se importante elencar as metas da Secretaria de Esporte do Estado que são:

Criar política estadual de esportes; estruturar **programas** que promovam a qualidade de vida da população, promover **oportunidades** para a indústria do esporte como geradora de emprego e renda; reconhecer junto à comunidade esportiva as **modalidades** que podem ser desenvolvidas no Estado e Implantar programas que revelem **atletas** com acompanhamento esportivo e tecnológico (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 2, grifos nossos).

Enquanto metas, a secretaria do Estado apresenta inúmeras possibilidades de associação ao esporte de rendimento o que reflete no que será visto no subitem seguinte, um número expressivo de programas, projetos e ações nas quais de alguma forma está presente a dimensão esportiva aqui designado para análise.

Em 2013, porém, a Lei 17.745 de 30 de outubro extingue as secretarias de Estado de esporte e de turismo afim de criar uma única instituição, conforme previsto no artigo 2º “Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo – SEET” (PARANÁ, 2013). Os artigos 3º e 4º referem-se às mudanças decorrentes da mudança na antiga SEES:

Art. 3 Incumbe à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo coordenar as ações que envolvem a estratégia relativa a eventos esportivos e afins, de âmbito regional, nacional e internacional, funcionando como órgão centralizador das informações no âmbito do Estado do Paraná, de acordo com a regulamentação definida em decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 4º. O Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE, a Paraná Turismo e o Centro de Convenções de Curitiba, autarquias estaduais, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (PARANÁ, 2013).

O organograma executivo dessa nova gestão (2015/2016-2019) exemplifica de que maneira a Secretaria encontra-se dividida afim de executar seu plano de ação em todas as frentes esportivas, conforme é possível verificar no anexo E.

Devido ao seu papel preponderante visando o esporte de rendimento, o IPCE considerado uma autarquia que substituiu a Paraná Esporte é responsável por gerir o orçamento do setor esportivo do estado, encarregando-se de programas e projetos voltados aos talentos esportivos bem como ao esporte de alto rendimento. A seguir apresentam-se as ações do IPCE:

Promover ações para a implantação da política estadual do esporte; **promover o estudo**, extensão e pesquisa visando o desenvolvimento científico de ações esportivas; **implantar, incentivar e apoiar** a orientação na elaboração de projetos que colaborem com o crescimento do esporte estadual; **colaborar com as coordenadorias** da SEES no atendimento aos municípios; **promover parcerias** com instituições de ensino superior visando aperfeiçoamento técnico; **promover estágios** para estudantes de nível superior; **valorizar** as federações e ligas, bem como o esporte universitário; **atuar em conjunto** com universidades no sentido de viabilizar os projetos e programas da política estadual de desenvolvimento do esporte; **promover e incentivar** o estudo científico e tecnológico voltados para a construção de programas e projetos que objetivam a promoção social (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 15, grifos do autor).

As atribuições do IPCE são precisas e norteiam ensino, pesquisa, extensão e ações para o esporte paranaense pois englobam estruturalmente universidades, poder público, esferas governamentais e instituições privadas; além disso, a implantação de um órgão cuja principal responsabilidade é uma dimensão esportiva incita uma expectativa sob ponto de vista da realização de ações voltadas ao esporte de rendimento.

A seguir serão descritos os programas, projetos e ações promovidos no estado do Paraná voltados ao esporte de rendimento.

4.3.1 Programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no estado do Paraná

É pertinente nesse momento descrever os projetos de esporte de rendimento desenvolvimentos pela Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo para que seja possível posteriormente estabelecer conexões entre os projetos de ambas as esferas governamentais.

De acordo com os ex-secretário de esporte do estado do Paraná, Evandro Rogério Roman:

Desde a criação da SEES foram investidos mais de R\$ 70 milhões de reais em programas que permitiram realizar com êxito todas as fases dos Jogos Estaduais, a manutenção de dezenas de programas e ações que privilegiam a qualidade de vida da população, apoio às Federações Desportivas e a vinda de grandes eventos nacionais e internacionais ao Paraná, sem falar na construção de modernas estruturas esportivas, como o Centro Nacional de Treinamento em Atletismo em Cascavel e a implantação do Projeto Genômica, que darão condições de treinamento de alto nível aos nossos atletas, visando resultados ainda mais expressivos (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 4).

De acordo com os documentos da SEET, são 15 os projetos e ações diretamente relacionados ao esporte de rendimento: JEPS, JUPS, JOJUPS, PARAJAPS, Jogos Estudantis da Primavera, Jogos dos Povos Indígenas, JAVIS, JARCAN'S, Jogos da Reforma Agrária, Rota do Esporte, Desenvolvimento Esportivo, DNA Olímpico, Prêmio Orgulho Paranaense e TOP.

Os Jogos Escolares do Paraná (JEPS) acontecem há 75 anos no estado e são fruto de uma parceria da Secretaria de Esporte com a Secretaria da Educação. Consiste em uma competição esportiva escolar que atualmente tem o título de maior evento escolar da América Latina. O evento é dividido em etapas: municipal, regional, macroregional e final. Enquanto objetivos do evento estão postos: competição esportiva, intercâmbio cultural, revelação de campeões, inclusão social, formação cidadã e respeito às regras e condutas. No ano de 2011 aconteceram duas mudanças na competição: primeiramente alunos de 12 a 14 anos passaram a competir em datas diferentes que alunos de 15 a 17, nos mesmos moldes do que

ocorre nos Jogos Escolares da Juventude⁶⁴. Em segundo lugar, o futebol deixou de fazer parte da competição pois angariou uma forma de disputa própria intitulada de JEPs Bom de Bola sob justificativa de colocar o futebol base em evidência tendo em vista principalmente a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil e o fato do Estado ser uma das sedes do evento que ocorreu em 2014.

Os Jogos Universitários do Paraná (JUPS) são fruto de parceria estabelecida com a Federação de Desporto Universitário (FDUP) e com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) cujo foco é o esporte de rendimento em uma competição que envolve estudantes universitários do estado, que no ano de 2013 teve a participação de 3.500 estudantes. A ideia consiste também em possibilitar a evolução do esporte dentro das IES. São disputadas competições nas seguintes modalidades: Atletismo, Basquetebol, Futsal, Handebol, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol, Xadrez. A edição de 2013 teve a inclusão de modalidades como badminton, Basquete 3x3, futebol 7, handebol de areia, rugby seven, taekwondo e vôlei de areia (SEET, 2013).

Os Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) são considerados um importante celeiro de atletas nas mais diversas modalidades esportivas cujo principal objetivo é o encaminhamento de estudantes-atletas, técnicos e dirigentes ao esporte de rendimento. As regras da competição vinculam o atleta diretamente ao esporte federado, diminuindo a evasão de atletas para outros estados da federação. Os jogos possuem duas divisões: A e B, sendo A para atletas até 18 anos e B para atletas com até 17 anos; esses atletas participam de competições esportivas nas mais diversas modalidades e disputam uma fase regional e outra final. As modalidades que integram os JOJUPS são o atletismo, basquetebol, ciclismo, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, karatê, natação, taekwondo, tênis, tênis de mesa, voleibol, vôlei de praia e xadrez.

Os Jogos Abertos do Paraná (JAPS) são uma oportunidade para que seleções municipais de idade adulta participem de competições que estimulam o desenvolvimento técnico esportivo bem como a integração social. Ele contribui de maneira bastante significativa para o desenvolvimento do esporte de rendimento e é considerado como o local de encontro da elite esportiva paranaense. Esse evento também apresenta duas divisões: A e B. Na divisão B o objetivo principal é a

⁶⁴Jogos Escolares da Juventude é o nome dado atualmente às antigas Olimpíadas Escolares.

oportunidade de prática esportiva ofertada ao cidadão paraense, priorizando o esporte participação; em contrapartida o objetivo específico da divisão A é o acesso de equipes participantes ao esporte de rendimento. A competição abrange 21 modalidades: atletismo, basquetebol, bocha, bolão, ciclismo, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, karatê, natação, rugby, taekwondo, tênis, tênis de mesa, voleibol, vôlei de praia e xadrez. “O objetivo dos Jogos Abertos é estimular o desenvolvimento técnico-desportivo dos municípios do Paraná e incentivar o crescimento do esporte de rendimento” (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 93).

Os Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná (PARAJAS) constituem-se enquanto um importante meio de valorização da pessoa com deficiência bem como uma oportunidade de competição e superação desses indivíduos. Através desses jogos o Paraná buscou e ainda almeja estruturar um Sistema Paradesportivo Estadual cujo objetivo é inserir o estado em um patamar aquém na gestão paradesportiva brasileira. Esse feito é possível tendo em vista a fundação de oito novas associações paradesportivas estaduais e seis novas federações o que demonstra que em pouco tempo – data-se a criação dos PARAJAS em 2012 – o paradesporto vem avançando enquanto estrutura de maneira significativa. De acordo com a Revista Paraná Faz Esporte (2012, p. 95):

Durante a competição, estudantes e atletas mostraram todas as suas qualidades no atletismo, no tênis de mesa, no vôlei sentado, no basquete cadeirante, na natação, entre outras modalidades. A realização deste importante evento, um marco para a comunidade paradesportiva brasileira, valoriza atletas e técnicos e contribui para que a sociedade perceba que estas pessoas têm potencialidades desportivas extremamente desenvolvidas.

Nos Jogos Estudantis da Primavera encontram-se envolvidos mais de 6.500 atletas em mais de 130 estabelecimentos de ensino. Essa edição de Jogos visa desenvolver a prática esportiva estudantil nos ensinos municipal, estadual, federal e particular abrangendo alunos do ensino fundamental e médio bem como instituições de ensino superior do estado do Paraná.

Os Jogos dos Povos Indígenas são oriundos de uma associação da Secretaria do Esporte com a Secretaria de Relações com a Comunidade, Casa Civil e FUNAI cujo objetivo transcende a competição através da disputa de modalidades tradicionais, pois engloba também a manutenção da tradição indígena, o respeito às

diferenças e a promoção da diversidade cultural étnica. De acordo com a Revista Paraná Faz Esporte são três as etnias participantes (Kaigáng, Guarani e Xetá) que praticam as seguintes modalidades: futebol e futebol society, além dos tradicionais arco e flecha, cabo de guerra, corrida rústica, luta, corrida do cesto e arremesso de lança.

Os Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVIS) possibilitam aos 28 municípios que compõem o Vale do Ivaí uma competição de nível regional.

Os Jogos Abertos de Cantuquiriguaçu (JARCAN'S) são uma competição esportiva regional destinada aos municípios que fazem parte da mesorregião entre os rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. Além de uma competição o JARCAN'S visa desenvolver a prática desportiva nas comunidades em questão bem como favorecer intercâmbio entre os municípios. No ano de 2013 a competição alcançou a marca de 2.400 participantes.

Os Jogos da Reforma Agrária têm como objetivo possibilitar a prática de modalidades esportivas e também a realização de atividades culturais entre os assentamentos da reforma agrária do estado do Paraná. Os indivíduos assentados são carentes dessas atividades, portanto, o governo estadual promove esse momento de competição e descontração com disputas nas modalidades de futsal feminino e futebol sete masculino bem como atividades culturais respectivamente.

É possível verificar que 10 ações que envolvem o esporte de rendimento no estado do Paraná acontecem por meio de Jogos, o que pode abrir possibilidade de se pensar se efetivamente é a dimensão rendimento priorizada em cada um desses eventos. Abre-se precedente também para elencar a discussão que se torna plausível de ser realizada nesse momento quanto à efetividade de que eventos possam ser considerados políticas públicas haja vista sua atemporalidade. Porém, antes de iniciar essa discussão serão descritas as 5 outras iniciativas que permitem associar a SEET ao desenvolvimento do esporte de rendimento em seu território.

A Rota do Esporte é uma ação que visa o financiamento destinado ao Transporte Coletivo de Atletas em veículos como vans, micro-ônibus e ônibus; esses veículos devem se enquadrar na regra Finame, ou seja, 60% de nacionalização do veículo. A contemplação do benefício acontece diretamente aos municípios que tem 60 meses para pagar com 12 meses de carência e juros muito baixos. Esse Programa acontece por meio da parceria da Secretaria de Estado do Esporte, do

Instituto Paranaense de Ciência do Esporte e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e da Paranaidade.

O Programa Desenvolvimento Esportivo consiste no fornecimento de subsídio financeiro às Federações, Ligas e Associações Esportivas e Paradesportivas que firmarem convênio com a Secretaria de Esporte. O programa possui os seguintes objetivos: desenvolver programas e projetos para a prática e desenvolvimento do esporte, incentivar e apoiar a realização de eventos esportivos e difundir normas e técnicas referentes às modalidades esportivas vinculadas às federações, ligas e associações que recém um apoio mensal de 3.000,00 reais.

Repetidamente a Secretaria de Esporte estabeleceu uma parceria com o Instituto Paranaense de Ciências do Esporte, desta vez para pôr em prática o projeto “DNA Olímpico” que visa coletar saliva de crianças e adolescentes e realizar estudos que demonstrem possíveis campeões esportivos.

No ano de 2011 aconteceu pela primeira vez o Oscar do Esporte do Paraná. A parceria do governo do estado com um meio de comunicação, a RPC TV culminou na premiação de esportistas do estado que obtiveram destaques em competições, bem como pessoas que contribuíram para o esporte paranaense. O Prêmio Orgulho Paranaense contempla atletas, técnicos e ações que merecem reconhecimento devido ao seu feito pelo esporte paranaense. A premiação acontece de acordo com as seguintes categorias: Rendimento, Paradesporto, Revelação, Jogos Oficiais, Mérito, Produção Literária, Produção Científica e Federação Esportiva.

Por fim, o TOP 2016 é um programa que visa a distribuição de bolsas para atletas e técnicos do esporte de rendimento; é atualmente o programa considerado “carro-chefe” no estado do Paraná com relação ao desenvolvimento do esporte de rendimento e tem como principal objetivo tornar o Paraná referência no esporte olímpico e paralímpico. A proposta do referido programa consiste em:

valorizar as promessas e as atuais estrelas esportivas regionais que obtenham destaque estadual, nacional e internacional, além de diminuir a evasão e resgatar os talentos paranaenses que hoje treinam e representam outros estados.

Um planejamento que visa, principalmente, as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016 e/ou 2020 (PARANÁ, 2014, p. 7).

É perceptível pois a regionalização presente na proposta do programa que visa revelar e manter os atletas paranaenses no estado para que esses possam treinar e representar o Paraná. O programa tem como missão “motivar a prática do

esporte escolar e de rendimento, oferecendo condições para que o beneficiário adquira equipamentos ou aperfeiçoe seus treinamentos” (PARANÁ, 2014, p. 8).

De acordo com o relatório de 2014 da Secretaria do Esporte e do Turismo, afim de cumprir essa missão o programa possui quatro estratégias: 1) oferecer o bolsa-esporte para a promoção e incentivo do talento esportivo; 2) realizar avaliações e medir o desempenho esportivo dos atletas; 3) envolver as entidades esportivas do Paraná; 4) envolver as escolas (PARANÁ, 2014, p. 9). A partir da missão e das estratégias postas pelo TOP 2016 é possível observar que o programa embora possua o caráter predominantemente vinculado à dimensão rendimento não descarta a angariação, mesmo que tangencialmente do esporte escolar, tendo em vista a possibilidade de encontrar e potencializar os talentos esportivos vinculados ao sistema de ensino do estado do Paraná.

Os objetivos do programa são:

- 1) Identificar jovens que se destacam para a prática do esporte mediante desempenho atual e potencial em competições visando as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016 e/ou 2020; 2) Tornar o Paraná referência no Brasil nos Esportes Olímpicos e Paralímpicos, valorizando os atuais talentos do estado que se destaquem a nível estadual, nacional e internacional; 3) Resgatar os talentos paranaenses que hoje estão treinando e representando outros estados; 4) Contribuir no desenvolvimento social, no esporte, saúde e educação para os jovens; e 5) Minimizar a possibilidade de evasão dos atletas paranaenses para outros centros (PARANÁ, 2014, p. 10).

Embora abrangentes, os objetivos do programa versam sobre o incentivo e a propagação do esporte de rendimento no estado a partir da comprovação dos atletas daqui provenientes e que, por falta de incentivos, deslocam-se para outros estados afim de se desenvolverem profissionalmente, bem como da possibilidade de fazer história nas olimpíadas de 2016 e subsequentemente, muito embora o histórico proveniente de países que objetivaram conquistar um número significativo de medalhas em Jogos Olímpicos iniciaram o treinamento durante muitos anos anteriores à realização do “evento-foco”, o que permite aferir como importante, porém tardia, a iniciativa do estado do Paraná ao vislumbrar resultados importantes nas olimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

Conforme o ex-secretário de esporte do estado, Evandro Roman:

O objetivo é tornar o Estado do Paraná uma referência nacional do esporte até 2016, ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Já sentimos uma evolução enorme nos resultados e a possibilidade de

ganhar bolsas esportivas dá aos atletas subsídios para que eles invistam no seu treinamento e adquiram equipamentos. Existe também a possibilidade de trabalhar meio período e usar outra parte do tempo para o treinamento. Isso é investimento e só assim o resultado vem. Se investimos em mil atletas, consequentemente vamos ter mais medalhas, mais resultados para o Paraná (REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE, 2012, p. 71).

A ideia se transforma em oportunidade real de medalhas nos Jogos Olímpicos de 2016 a partir do momento que visa aprimoramento de atletas que já são destaque em competições nacionais e internacionais. Pessoas que trabalham com esporte de rendimento possuem o conhecimento de que um atleta de elite não pode ser transformado em campeão olímpico em um curto espaço de tempo; ele precisa ser lapidado e treinado para tal, adquirindo maturidade física e psicológica para competição no maior evento esportivo mundial.

O programa TOP contempla atualmente 33 modalidades esportivas através das sete categorias de bolsas distribuídas anualmente e descritas no apêndice F desse trabalho.

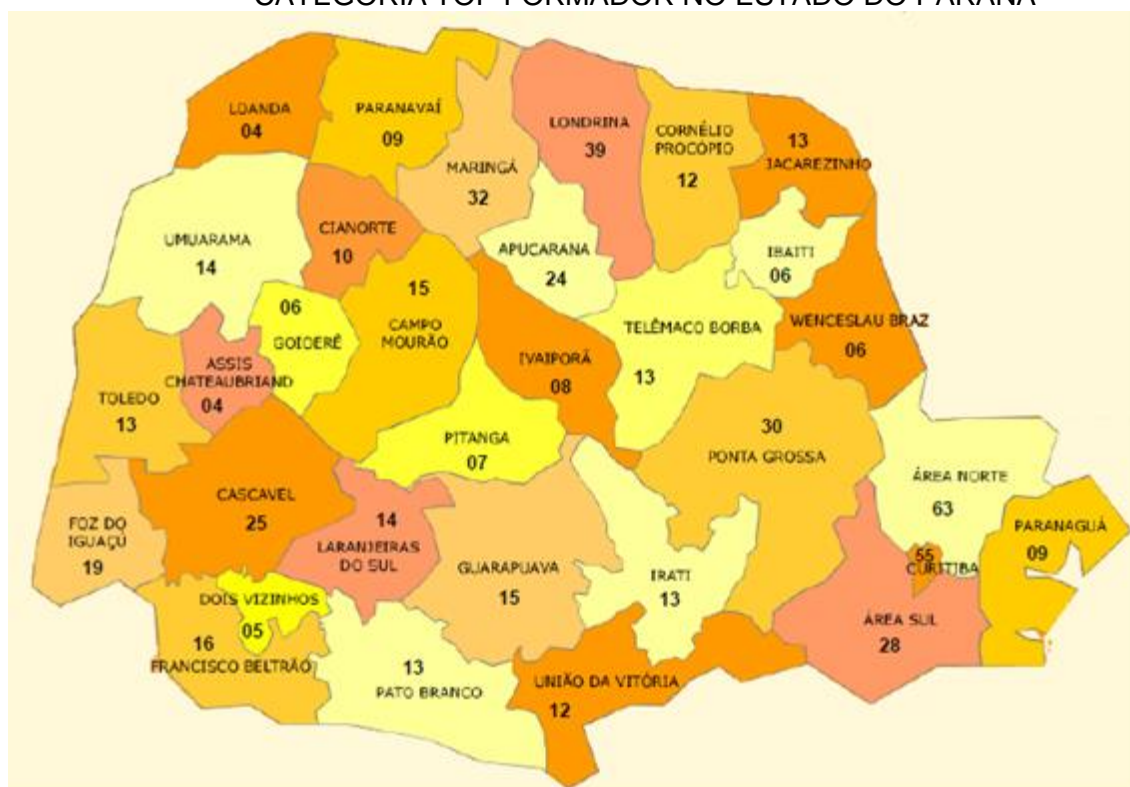
Embora os pré-requisitos estejam muito bem definidos é possível visualizar aspectos subjetivos que acabam por gerar dúvidas com relação à distribuição de bolsas. Afinal: o que seriam resultados expressivos? Obter resultados? Ou então reconhecimento nacional? Não é possível identificar, sob ponto de vista da comparação através de parâmetros, sob quais aspectos é possível estabelecer uma lógica para concepção dessas bolsas nas categorias acima descritas.

Ainda de acordo com os dados do relatório da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, o investimento no programa aumentou consideravelmente desde sua implantação saltando de R\$ 625 mil reais em 2011 para R\$ 7 milhões de reais em 2012 e R\$ 10 milhões de reais em 2013. Esse constante aumento deveu-se ao aumento no número de atletas contemplados bem como na quantidade de categorias de bolsas que passaram de cinco inicialmente para sete em 2013 com a inclusão das categorias “técnico formador” e “olímico”, sendo essa última a que disponibiliza o maior valor mensal pago a atletas tendo em vista a representatividade desses atletas no cenário esportivo mundial.

É necessário destacar a importância da bolsa TOP Formador que atende jovens atletas entre 11 e 14 anos, matriculados na Rede Estadual de Educação e que são selecionados pelos núcleos/escritórios regionais da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. O valor de R\$150,00

reais mensais possibilitou a participação dos jovens atletas em competições nacionais o que antes era restrito apenas a competições escolares de nível municipal ou estadual; atualmente o programa distribui 572 bolsas na categoria Top Formador. A figura abaixo representa quantos atletas recebem essa categoria de bolsa no estado do Paraná:

FIGURA 15 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ATLETAS CONTEMPLADOS NA CATEGORIA TOP FORMADOR NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Paraná (2014).

Esse mapa do estado do Paraná representa a disseminação e a importância do esporte em todo o estado. Muito embora seja superior o número de atletas oriundos da capital e áreas norte⁶⁵ e sul⁶⁶ observa-se que o programa TOP 2016 consegue atingir significativamente todo o estado.

Um dos objetivos do programa é proporcionar evolução na carreira esportiva dos atletas beneficiados e isso se comprova a partir da participação dos atletas em

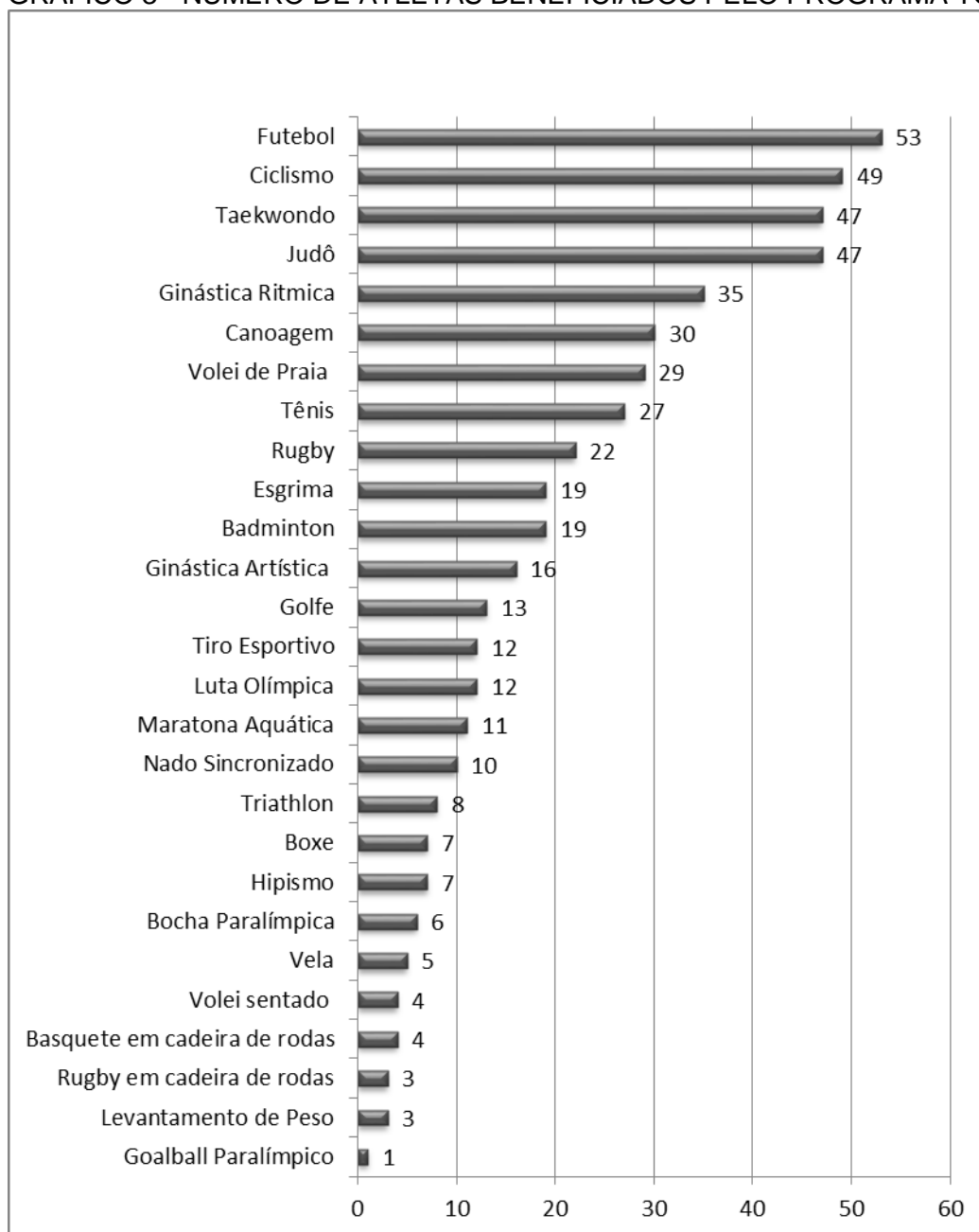
⁶⁵ A área norte é composta por 14 municípios, são eles: Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Campo Magro, Colombo, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Rio Branco do Sul, Quatro Barras e Tunas do Paraná (SEED, 2015).

⁶⁶ A área sul também é composta por 14 municípios: Agudos do Sul, Araucária, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Piên, Quitandinha, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul (SEED, 2015).

competições internacionais haja vista que esses atletas já estiveram em 35 países disputando competições.

Com relação às modalidades nas quais esses atletas contemplados estão inseridos destaca-se o atletismo com 297 atletas sendo 60 paralímpicos; em segundo lugar está o handebol com 168 atletas seguido pelo vôlei com 81 atletas beneficiados. O tênis de mesa é o quarto esporte com mais atletas beneficiados 74 atletas sendo que 10 deles atletas paralímpicos seguido pelo basquete com 71 atletas contemplados. Por fim, a natação é a sexta modalidade de destaque por beneficiar 64 atletas sendo 19 atletas paralímpicos. O gráfico abaixo representa as demais modalidades com o respectivo número de atletas beneficiados através do programa TOP 2016.

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA TOP 2016



FONTE: Paraná (2015)

NOTA: gráfico elaborado pela autora (2016)

O Relatório de 2011-2014 emitido pela SEET também trouxe os dados de uma pesquisa amostral realizada com 1146 atletas que buscou revelar aspectos acerca do local de treino, duração de cada treino bem como frequência semanal. Quanto ao local de treinamento os dados mostraram que 35% treinam na escola, 33% no clube, 23% em associações e os demais 9% em outros locais não especificados. Com relação a duração dos treinos, 25% treinam 5 vezes na semana, 22% treinam 3 ou 6 vezes na semana, 15% duas vezes, 13% quatro vezes na semana, 2% uma vez na semana e 1% todos os dias. Com relação a duração dos

treinos, ou seja, quantas horas diárias, a pesquisa mostrou que 54% treinam 2h por dia, 15% 3 horas ou 1 hora por dia, 10% quatro horas por dia, 3% cinco horas por dia, 1% seis ou sete horas por dia.

A efetividade do programa TOP está baseada também na quantidade de pódios conquistados pelos atletas contemplados com bolsas do programa. De acordo com o relatório 2011-2014 emitido pela Secretaria do Estado do Paraná, somente no ano de 2014 foram conquistados 388 primeiros lugares, 193 segundos lugares e 137 terceiros lugares nas seguintes competições: Jogos Escolares do Paraná, Jogos Abertos do Paraná, Jogos Escolares da Juventude, JUPS, JOJUPS, Projeto Bom de Bola.

São consideradas também competições importantes no quesito participação dos atletas TOP, a *Australian youth olympic festival* que aconteceu em 2013 e a *Nanjing youth olympic games* em 2014. No evento ocorrido em 2013, o Brasil compareceu com uma delegação de 66 atletas dos quais 10 eram paranaenses sendo 06 atletas TOP (04 deles representando o atletismo e 2 o judô). Nesta competição 07 atletas paranaenses obtiveram medalhas sendo 3 atletas TOP⁶⁷. Os Jogos Olímpicos de Verão da Juventude que aconteceram na China em 2014 o Brasil enviou uma delegação de 97 atletas dos quais 23 foram medalhistas sendo 05 atletas TOP⁶⁸.

Também em 2014 aconteceu a 6ª edição das Paralimpíadas Escolares, o maior evento de paradesporto escolar brasileiro que reuniu 600 atletas de diversos estados brasileiros. Nessa edição o Paraná conquistou 43 medalhas, sendo 20 delas por atletas TOP 2016, ou seja, 46%.

O programa TOP, desde sua implementação busca alavancar suas estratégias de gestão e recentemente criou um Termo de cooperação técnico-financeira entre o Instituto Paranaense de Ciências do Esporte e a Universidade Estadual de Londrina com o objetivo de aprimorar o andamento de suas ações, sendo assim, estabeleceu procedimentos a serem implantados dentre os quais se

⁶⁷ Dentre os atletas TOP que conquistaram medalhas nesta competição estão: Weverton Fidelis (Atletismo) - Ouro nos 3.000m rasos e Bronze nos 1.500m rasos; Anderson Cordeiro Lima Cerqueira (Atletismo) - Prata nos 400m rasos e nos revezamentos 4x100 e medley e; Conrado Oliveira (Judô) - Bronze na categoria 81Kg (PARANÁ, 2015).

⁶⁸ Das cinco medalhas conquistadas, 03 foram de ouro, 1 de prata e 1 de bronze, pelos seguintes atletas: Anderson Cordeiro de Lima (Atletismo - Londrina); Maria Letícia de Lima (Atletismo - Campo Mourão); Mikael Antonio de Jesus (Atletismo - Campo Mourão); Arthur Diego Mariato Lanci (Vôlei de Praia - Maringá) e; Ana Paula Casetta (Ciclismo - Maringá) (PARANÁ, 2015).

destacam: preenchimento online de relatório; acompanhamento técnico; acompanhamento de lesões; acompanhamento de resultados; informatização de todos os dados cadastrais; dados demográficos dos bolsistas; controle financeiro e; controle de bolsistas ativos e inativos.

A Comissão Estadual de Avaliação do Programa TOP 2016 é a responsável pela homologação dos bolsistas selecionados para o programa. Ela é composta pelos seguintes representantes: Entidades Estaduais de Administração Esportiva, do Conselho Regional de Educação Física, das Secretarias de Estado do Esporte e Turismo, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Programa TOP também se encontra bastante envolvido com a questão da “ciência do esporte” tendo em vista que seus atletas participaram e ainda participam de estudos vinculados a universidades do estado do Paraná⁶⁹. Essas pesquisas são realizadas partindo-se do pressuposto:

que as características físicas e fisiológicas dos indivíduos são definidas pelos genes e sua interação com o meio ambiente, alimentação, hábitos de vida e atividades físicas, as avaliações morfofuncionais foram feitas com o propósito de produzir um banco de DNA. A partir dele será possível identificar os genes específicos determinantes no sucesso dos atletas, correlacionando-os às modalidades esportivas praticadas com o seu desempenho esportivo (PARANÁ, 2014, p. 50).

A partir dessa vinculação com as instituições de ensino superior surgiu o Programa DNA Olímpico também vinculado à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. Além disso diversos testes⁷⁰ são realizados com atletas pertencentes ao programa na Universidade Estadual de Londrina tendo em vista e relação existente entre a referida universidade e o IPCE através de um Termo de Cooperação Técnico-Financeira.

O programa TOP 2016 possibilita o treinamento de atletas desde a iniciação esportiva até o alto rendimento, e isso é viável principalmente a partir da parceria firmada entre o governo do estado do Paraná por meio da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo e o governo federal representado pelo Ministério do Esporte através da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

⁶⁹ Especificamente UEL, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO (PARANÁ, 2014).

⁷⁰ Testes antropométricos (dobras cutâneas, circunferências e diâmetros), de composição corporal (pletimografia/bodpod e bioimpedância/xitron), motores (potência de membros inferiores, superiores e aeróbica), lactacidemia, alfa actina e esteira (PARANÁ, 2014).

O apoio financeiro ao programa também provém de empresas importantes no cenário paranaense tais como a Copel, a Sanepar e a Syngenta. A Companhia Paranaense de Energia (Copel) por exemplo, financia o programa desde 2011 e é a principal apoiadora do mesmo. A Sanepar e a Syngenta são grandes apoiadoras do programa tendo em vista que seu apoio se firma a partir da missão do programa sob a forma de “inclusão social e desenvolvimento educacional” e na visão do esporte como “um importante mecanismo de desenvolvimento social bem como na propagação da saúde e da educação dos jovens” respectivamente.

Ao todo, ao longo das três edições do programa participaram 2170 atletas e técnicos do Paraná contemplados em quatro anos de programa. Destes, 94 atletas bolsistas participaram de todas as edições do TOP 2016 (2011, 2012, 2013) sendo que 29 avançaram para uma categoria acima da anterior.

Os números acima apontam para a consideração de uma efetividade do programa TOP 2016 sob ponto de vista estrutural e financeiro a partir de sua evolução ao longo dos três anos não somente ao tratar do valor disponibilizado ao programa, mas principalmente ao pensar no número de atletas que evoluem de uma categoria para outra dentro do programa. Ao pensar em esporte de rendimento, uma das características que demonstram essa evolução é justamente a “subida” de categoria, o que reflete um bom treinamento e uma boa classificação do atleta nas competições que participou tendo em vista que os critérios para angariar bolsa em cada uma das categorias estão quase sempre vinculados ao ranqueamento do atleta em sua federação de acordo com os resultados que ele obteve nas últimas competições.

O programa TOP é atualmente a referência no esporte de rendimento muito embora o discurso da SEET não seja de preponderância desse esporte, mas sim do esporte participação e escolar. Contudo, embora os números apontem para um franco processo de evolução dessa dimensão esportiva no estado do Paraná é importante levar em consideração dois fatores que já foram trabalhados nesta tese e que referem ao fato das ações políticas estarem vinculadas às gestões específicas e não vislumbradas enquanto questão de estado. Logo, em primeiro lugar precisa-se pensar que o TOP é um programa de iniciativa da última gestão governamental da SEET e que, portanto, pode ser extinto com a troca de gestão em ano posterior ao eleitoral e em segundo lugar é importante destacar que a principal fonte de recursos do programa é a LIE do Ministério do Esporte que também não é uma legislação

“consolidada” tendo em vista que a existência dessa lei está prevista até o ano de 2022.

Além de todos esses programas/projetos existem ações que refletem a preocupação e porque não dizer o foco da SEES na dimensão esportiva de rendimento. Duas dessas ações foi a iniciativa do estado em se colocar como sede de dois eventos de repercussão mundial: X-Games e Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014. Os X-Games aconteceram na cidade de Foz do Iguaçu/PR em 2013 e são considerados as Olimpíadas dos Esportes Radicais tendo em vista que alcançam a proporção de 800 milhões de espectadores em 180 países. Já a Copa do Mundo de Futebol aconteceu em 2014 no Brasil sendo uma das sedes a cidade de Curitiba/PR.

Uma terceira iniciativa que demonstra a evidência do estado para o esporte de rendimento é a preparação que o está faz para receber delegações que participarão dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Nove municípios paranaenses podem receber as delegações esportivas em seus respectivos locais, demonstrados na figura abaixo:

FIGURA 16 - ESTRUTURAS PARANAENSES APTAS A RECEBER DELEGAÇÕES PARA OS JOGOS RIO 2016

<p>CURITIBA</p> <p>Complexo Esportivo da SEES Ginástica Rítmica e rugby</p> <p>Centro de Educação Física da UFPR Futebol</p> <p>Ginásio do Tarumã Voleibol, basquetebol e handebol</p> <p>Universidade Positivo Natação, basquetebol, futebol, handebol e voleibol</p> <p>CASCADEL</p> <p>Arena Cascavel Complexo Esportivo Ciro Nardi Handebol e voleibol</p> <p>FOZ DO IGUAÇU</p> <p>Complexo Costa Cavalcanti Basquetebol, handebol e voleibol</p> <p>LONDRINA</p> <p>Associação dos Funcionários de Londrina Futebol e tênis</p> <p>Estádio do Café Futebol</p> <p>Ginásio Moringão Basquetebol, voleibol, handebol</p>	<p>MARINGÁ</p> <p>Complexo Esportivo da Prefeitura Natação, atletismo, vôlei de praia e ciclismo</p> <p>PARANAGUÁ</p> <p>Fundação Municipal de Esportes Natação e futebol</p> <p>PIRAQUARA</p> <p>Clube Paranaense de Tiro Tiro</p> <p>SÃO JOSÉ DOS PINHAIS</p> <p>Centro de Esportes Colônia Rio Grande Voleibol</p> <p>Ginásio São Marcos Voleibol</p> <p>Ginásio Ney Braga Basquetebol e handebol</p> <p>Ginásio Max Rosenmann Basquetebol, voleibol e handebol</p> <p>TOLEDO</p> <p>SESI Ginástica Rítmica</p> <p>Estádio 14 de Dezembro Futebol</p> <p>Ginásio Alcides Pan Basquetebol, voleibol e handebol</p>
---	---

FONTE: Revista Paraná Faz Esporte (2013)

4.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

A criação da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer, enquanto unidade organizacional da administração direta formalizou-se através da Lei 8696 de 14 de setembro de 1995; até então o esporte apresentava-se integrado às ações da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 72 da Lei 7671/91.

No ano de 2005, o artigo 3º do decreto 1081 dispôs sobre a estrutura organizacional e os níveis hierárquicos, orgânicos e funcionais da SMEL, conforme é possível verificar no anexo A.

Os dados de 2005 apresentam uma Secretaria Municipal subdivida em nove regionais⁷¹ nas quais desenvolvem-se 26 Centros de Esporte e Lazer. Além disso, verifica-se a existência de 3 departamentos (Esporte, Lazer, Incentivo ao esporte e promoção social) cada qual com suas direções e coordenações desenvolvendo áreas correlatas à caracterização do departamento. A figura abaixo representa as regionais da cidade de Curitiba:

⁷¹ As regionais representam agrupamentos de bairros próximos coordenados por uma espécie de subprefeitura com o intuito de descentralizar a administração do município. A seguir serão listadas as regionais e os respectivos bairros de Curitiba a cada uma pertencente: Matriz (Ahú, Alto da Glória, Alto da Rua XV, Batel, Bigorrrilho, Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças e São Francisco); Boqueirão (Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim); Cajuru (Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirotuba, Jardim das Américas e Uberaba); Boa Vista (Abranches, Atuba, Bacacheri, Bairro Alto, Boa Vista, Barreirinha, Cachoeira, Pilarzinho, Santa Cândida, São Lourenço, Taboão, Tarumã e Tingui); Santa Felicidade (Butiatuvinha, Campina do Siqueira, Campo Comprido, Cascatinha, Lamenha Pequena, Mossunguê, Orleans, Santa Felicidade, Santo Inácio, São Braz, São João e Vista Alegre); Portão (Água Verde, Fazendinha, Guaíra, Parolin, Portão, Santa Quitéria, Seminário e Vila Izabel); Pinheirinho (Capão Raso, Fanny, Lindoia, Novo Mundo e Pinheirinho); Bairro Novo (Ganchinho, Sítio Cercado e Umbará); CIC (Augusta, Cidade Industrial de Curitiba, Riviera e São Miguel); Tatuquara (Campo de Santana, Caximba e Tatuquara) (CURITIBA, 2015a).

FIGURA 17 - REGIONAIS DA CIDADE DE CURITIBA

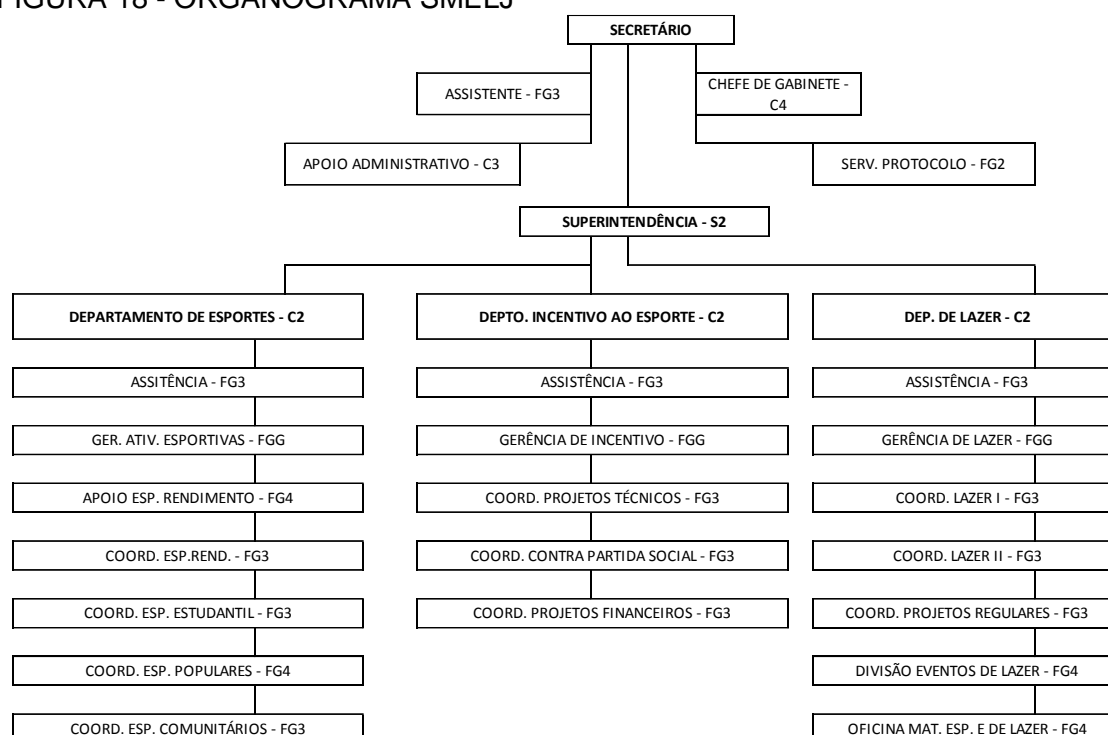


FONTE: IPPUC (2015)

Observa-se que de acordo com a figura acima existem 10 Regionais na cidade de Curitiba. O acréscimo da unidade “Tatuquara” enquanto uma “regional” aconteceu por meio do Decreto nº 1084 de 16 de novembro de 2015 (CURITIBA, 2015a) que levou em consideração o estudo de readequação espacial das Administrações Regionais elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

Atualmente, o Organograma da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude encontra-se estruturado de acordo com a figura abaixo:

FIGURA 18 - ORGANOGRAMA SMELJ



FONTE: Adaptado de SMELJ (2014)

Ao comparar com a estrutura organizacional apresentada em 2005 observa-se enquanto diferença significativa a inclusão do departamento de Gestão das Políticas Públicas e suas subdivisões, departamento esse não citado nas entrevistas tampouco encontrado no aporte documental referente à SMELJ.

A seguir encontram-se descritos os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude que se destinam ao desenvolvimento da dimensão esporte de rendimento. Destacam-se as inconsistências provenientes dos dados encontrados nos relatórios emitidos pelo IMAP com as evidências relatadas nas entrevistas realizadas.

4.4.1 Programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no município de Curitiba

Em 2003, a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer tinha como missão:

fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, visando ao seu bem-estar, sua promoção social e inserção na sociedade, consolidando a sua cidadania (CURITIBA, 2004, p. 253).

De acordo com o Relatório Anual de ações da prefeitura municipal de Curitiba, a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer propunha seus projetos e ações de forma descentralizada e intersetorial cujo principal objetivo era, através do esporte, lazer e da atividade física, formar uma cultura saudável para o cidadão curitibano. Essas ações estavam pautadas no entendimento do esporte sob três dimensões: rendimento, educacional e comunitário.

O esporte de rendimento, foco dessa tese, já estava respaldado sob a forma de ações através da realização de eventos que possibilitassem a participação de atletas de “alto nível”. São elencados, no relatório da prefeitura (CURITIBA, 2003), os seguintes produtos e resultados para essa dimensão esportiva:

Realização da Copa Curitiba de Judô, com 238 atletas participantes; Realização da Seletiva dos Jogos Colegiais, em 8 modalidades esportivas, com a participação de 1.059 atletas; Realização da Copa Curitiba de Tênis de Mesa, com a participação de 207 atletas; Participação de 365 atletas representando o município nos Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPs), realizado na cidade de Campo Mourão (PR), obtendo o 1º lugar geral; Realização da III Copa Curitiba de Natação, com a participação de 426 atletas; Realização do Troféu Curitiba de Atletismo Juvenil, visando a obtenção de índices para os Jogos da Juventude, com participação de 12 equipes e 270 atletas; Realização do 3º Campeonato Brasileiro de Luta Olímpica, com 87 lutadores; Realização da 7ª edição da Maratona Ecológica Internacional de Curitiba, com a participação de 2.023 atletas maratonistas; Participação da Copa Metropolitana de Futebol Infantil e Juvenil, com a Seleção do CATES, com 1.344 pessoas envolvidas entre atletas e dirigentes (CURITIBA, 2003, p. 253).

No presente ano observa-se que o esporte de rendimento não estava pautado em programas e projetos consolidados no município, mas sim apresentava-se sob a forma de eventos e também seletivas para Jogos – grosso modo por diversas vezes legitimadas como ação de rendimento.

Ao procurar conhecer as estruturas destinadas ao treinamento esportivo e acontecimento dessas ações relativas ao esporte de rendimento é possível afirmar que o Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos (CATES) se apresentava como o mais apropriado. Seu objetivo era:

proporcionar a crianças e adolescentes atividades de iniciação esportiva, otimizando o desenvolvimento das inter-relações psicossociais e dos aspectos biofísicos, valorizando a cultura e oportunizando a descoberta de talentos (CURITIBA, 2004, p. 261)

Seu objetivo parecia estar adequado ao contexto da descoberta de talentos esportivo, ou seja, a fase de iniciação ao esporte de rendimento, contudo, apesar do nome e do objetivo, da maneira como se apresenta, o CATES aparentava de maneira mais preponderante fornecer espaço para prática de atividades esportivas visando descobrir talentos do que promover o treinamento esportivo como forma de descobrir talentos e encaminhá-los para especialização e inserção em competições nacionais e internacionais. Isso se confirma a partir de seus desdobramentos: Centros de Esporte e Lazer⁷²; CATES-Associações⁷³; CATES Especial⁷⁴; CATES Natação⁷⁵; CATES Estádios⁷⁶; CATES Seleção de Futebol de Campo⁷⁷; CATES Linha do Esporte/PETI⁷⁸; CATES Handebol/UFPR⁷⁹; Torneio/CATES⁸⁰ e CATES Assessoramento⁸¹.

⁷² Oferta de iniciação esportiva às crianças e adolescentes 2 vezes por semana nesses Centros, nas oito regionais nas seguintes modalidades: atletismo, basquetebol, beach-soccer, boxe, ciclismo, dança, futebol, futebol de areia, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, voleibol, tênis de mesa, tênis e xadrez. Ao total foram atendidas 3.718 crianças por mês nas oito regionais.

⁷³ Acontece duas vezes na semana, formalizado a partir de parcerias com associações de moradores e capacitação de voluntários, fornecendo material esportivo para o atendimento a crianças e adolescentes na iniciação esportiva. No ano de 2003 aconteceram 90 parcerias que atenderam cerca de 6.085 crianças por mês.

⁷⁴ A parceria com o Centro Universitário Positivo (UNICENP) atualmente Universidade Positivo, atendia crianças e adolescentes com deficiência na prática das seguintes modalidades: natação, futebol, atletismo e ginástica. As aulas aconteciam 3 vezes na semana e totalizavam o atendimento de 180 crianças por mês.

⁷⁵ Também através de parceria com a UNICENP, proporcionava iniciação esportiva em natação para crianças e adolescentes dos bairros do Portão e Santa Felicidade a aproximadamente 540 crianças por mês.

⁷⁶ A parceria estabelecida com os clubes de futebol da capital e também com o apoio da URBS, possibilitava que aproximadamente 2.100 crianças e adolescentes assistissem os jogos de futebol do Campeonato Brasileiro.

⁷⁷ O objetivo era oportunizar aos adolescentes que se destacavam e futebol nas suas regionais participarem de treinamento de futebol a fim de estarem preparados para integrar equipes de futebol profissional e/ou empresas e instituições de ensino privado. Esse programa acontecia através de parceria com a Fundação de Assistência Social (FAS), Secretarias Municipais de Abastecimento e do Meio Ambiente e UFPR e atendia em média 540 adolescentes por mês.

⁷⁸ Acadêmicos de educação física, supervisionados pela SMEL, aplicavam atividades esportivas para crianças e adolescentes nas oito regionais do município de Curitiba. Essa ação era fruto da parceria com a FAS e associado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

⁷⁹ Aulas de handebol eram desenvolvidas na UFPR e nos Centros e Esporte e Lazer para aproximadamente 720 adolescentes no intuito de promover a iniciação à modalidade esportiva.

⁸⁰ Diversas modalidades distribuídas em 9 eventos atendendo às 8 regionais do município com a participação de 7.795 crianças.

⁸¹ A fontes são sucintas na apresentação dessa ação intitulada apenas como “realização de 4 cursos de aperfeiçoamento, atendendo a 381 profissionais”.

A Lei de incentivo ao esporte do município também se apresentou como fomento do esporte de rendimento ao oportunizar o surgimento de talentos esportivos por proporcionar que projetos dessa dimensão esportiva sejam financiados através da Lei nº 9615/98, contudo, ela estará descrita de maneira mais intensa ao final deste capítulo devido à importância da referida lei na promoção e disseminação do esporte de rendimento no município.

No ano de 2004, o relatório anual da prefeitura de Curitiba apontou ações mais descritas acerca da atuação da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer. Pela primeira vez foi citado o Departamento de Esporte da referida secretaria atuante nas mesmas dimensões do no anterior. O esporte de rendimento esteve pautado na realização de eventos que possibilitaram a participação de atletas de alto nível em competições como a Maratona⁸² e os Jogos da Juventude.

As corridas de rua já representavam a grande atuação da secretaria sendo divididas em Festival Infantil⁸³ e Campeonato Adulto⁸⁴. Além dessas promovidas diretamente pela secretaria, existiam aquelas que contavam com o apoio da SMEL na sua realização⁸⁵ que envolveram cerca de 10.971 participantes.

O Programa CATES continua tendo destaque dentro da secretaria atendendo cerca de 20.882 pessoas, cuja atuação pode ser melhor visualizada quando se distribui percentualmente a forma de atuação do mesmo: Centros de Esporte e Lazer – 16%; Associação de Moradores – 38%; CATES Eventos – 28%; CATES nos Estádios – 3%; CATES Itinerante – 15%

O departamento de esporte, enquanto atendimento, apresenta-se dividido em corridas, jogos, eventos e programa CATES e envolve um total de 105.674 participantes, assim distribuídos: Corridas – 36%; Jogos – 37%; Eventos – 7%; Programa CATES – 20%

⁸² A Maratona Ecológica de Curitiba contou com 2.300 participantes.

⁸³ O Festival Infantil aconteceu em 5 etapas totalizando 3.410 participantes.

⁸⁴ O Campeonato Adulto contou com a participação de 3.934 indivíduos nas cinco etapas de realização das provas.

⁸⁵ Podem ser citadas como exemplos de corridas que recebiam apoio da SMEL: Corrida de Rua Unimed; Corrida da Mulher; Corrida Dia Mundial da Saúde; Corrida do Exército; Corrida dos Correios; Circuito Banco Real de Corrida de Rua; Corrida da Polícia Militar; Corrida do Dia Internacional de Combate ao Fumo; II Corrida do Centro Histórico de Curitiba; Corrida de Santa Rita; Meia Maratona São Marcelino Champagnat; Corrida do Artilheiro 5º GAC; Corrida Sargento Max Wolf Filho; Meia Maratona contra as Drogas, Corrida da Polícia Civil; Corrida da Bosch; Corrida da Luta contra a Aids e Corrida Novo Parque.

TABELA 4 - NÚMERO DE PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DA SMEL

EVENTOS	PARTICIPANTES
Corridas	37.620
Jogos	40.200
Eventos	6.984
Programa CATES	20.870
TOTAL	105.674

FONTE: Curitiba (2004).

Em 2004, a SMELJ tinha como missão desenvolver e gerenciar políticas públicas de esporte, lazer, atividade física e protagonismo juvenil para a população curitibana, objetivando aprimoramento técnico, qualidade de vida, inserção e promoção social.

Em 2005 o relatório emitido pelo IMAP quanto às ações da SMEL, apresentou-se mais objetivo, sem a descrição das atividades desenvolvidas pela secretaria bem como com a separação entre dimensões esportivas. No tocante ao esporte de rendimento destaca-se a o papel da secretaria em apoiar a iniciativa de 18 instituições públicas e privadas na organização de corridas de rua. Nessa edição dos Jogos escolares estiveram presentes 276 instituições e 16.142 alunos o que representou um aumento de 41% em relação à edição anterior. A 9ª Maratona de Curitiba contou com a participação de 2400 atletas e foi realizada a 1ª Corrida de Revezamento do Circuito das Nascentes do Iguaçu da qual participaram 400 atletas. Nesse ano pode ser destacada a criação do Departamento do Incentivo ao Esporte e Promoção Social, anteriormente consolidado como gerência. De acordo com o relatório essa alteração departamental auxiliou para que as atividades nele desenvolvidas tornaram-se fixas e isso pode ser comprovado “pelo aumento do número de projetos protocolados, na ordem de 31%, e os crescentes benefícios obtidos com as contrapartidas sociais” (CURITIBA, 2005, p. 254).

Em 2006 a secretaria atualizou sua missão, descrita a partir de então como “Fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas ao cidadão curitibano, para seu bem-estar, promoção social e inserção na sociedade” (CURITIBA, 2006, p. 197). Além disso, incluiu no seu escopo os seguintes valores: transparência nas ações, ética profissional, ousadia frente aos desafios, compromisso com a missão, seriedade e credibilidade no âmbito público e respeito nas relações. Nos objetivos estratégicos estabelecidos neste ano o esporte de rendimento não se encontrava descrito sob a forma de programas e projetos, mas sim citado sob a forma de eventos juntamente com as demais dimensões:

A SMEL tem por objetivos estratégicos desenvolver projetos nas áreas de esporte, lazer e atividade física para os diferentes segmentos; ofertar uma programação sistemática de atividade física, esportiva e de lazer com ênfase na qualidade de vida; orientar, valorizar e ampliar o esporte e lazer comunitário; oportunizar o aperfeiçoamento técnico e contínuo da equipe; promover eventos esportivos nas suas três manifestações - participação, educação e rendimento; aprimorar a prestação dos serviços com o acompanhamento e readequação das ações (CURITIBA, 2006, p. 197).

Enquanto produto dessa gestão apresenta-se novamente a Maratona de Curitiba com a participação de 2.300 maratonistas, 1.200 corredores de 10km e 500 participantes da caminhada. Ainda de acordo com o relatório:

quanto ao esporte rendimento Curitiba sagrou-se campeã dos Jogos da Juventude do Paraná pela sétima vez consecutiva, na cidade de Pato Branco; aumento de 31% de atletas com sucesso absoluto na realização da 10.^a Maratona de Curitiba que além dos 42km teve a inclusão da Corrida de 10km e da Caminhada, todas as inscrições disponibilizadas a cada uma das provas foram realizadas (CURITIBA, 2006, p. 200).

Essa citação revela o que a SMEL considerava esporte de rendimento: JOJUPS e Maratona de Curitiba.

Em 2007 as ações da SMEL passaram a estar enquadradas em diversos programas dentre os quais se destacou o “Desenvolvimento do Esporte” que continha ações relativas às três dimensões esportivas. Quanto ao esporte rendimento, novamente foram citados os JOJUPS e a Maratona de Curitiba, sendo o primeiro composto por uma delegação de 475 representantes do município que novamente conquistou o primeiro lugar no quadro geral de participantes e a segunda por essa a 11^a edição da Maratona de Curitiba, com a participação de 3.600 atletas, ou seja, 49% superior que a edição anterior. O relatório do presente ano destaca enquanto segmento rendimento a participação e conquista de medalhas de atletas nos Jogos Pan e Para-pan Americanos de 2007:

No segmento atletas/rendimento, houve a participação de atletas beneficiados pela Lei de Incentivo ao Esporte de Curitiba, nos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, nas modalidades de tênis de campo (medalha de bronze de duplas), esgrima, natação e luta olímpica. Além de conquistas em campeonatos mundiais, em modalidades, como taekwondo, natação, caratê e atletismo. No segmento Paratletas, destaque nos Jogos ParaPan-Americanos Rio 2007 dos atletas de tênis-de-mesa adaptado (com 7 medalhas de ouro, 3 de

prata e 2 de bronze) e natação (com 1 medalha de ouro, 2 de prata e 4 de bronze). Destaque também para as conquistas em campeonatos mundiais do paradesporto de natação e em eventos sul-americanos e nacionais no atletismo (CURITIBA, 2007, p. 270).

O relatório também apresenta tabelas comparativas com relação as ações da SMEL para cada dimensão esportiva, conforme pode ser visto abaixo:

TABELA 5 - COMPARAÇÃO ENTRE DIMENSÕES ESPORTIVAS NOS PROGRAMAS DA SMEL 2007

	Esporte Comunitário	Esporte Educacional	Esporte Rendimento
Total de Participantes	171.040	23.148	4.617

FONTE: Curitiba (2007)

A tabela revela o que se observa na leitura e acompanhamento das ações da SME nesse período, ou seja, o esporte de rendimento apresenta-se pouco representado em programas, projetos e ações da secretaria, totalizando apenas 03 eventos compreendidos enquanto rendimento.

O relatório de 2008 apresenta enquanto esporte rendimento as ações relativas à participação de Curitiba nos JOJUPS com 550 atletas; além disso a realização da Maratona de Curitiba com 4.467 participantes. Em 2009, o único avanço em termos de esporte de rendimento é o aumento no número de participantes dos dois eventos acima citados: JOJUPS, com 458 atletas e a 13.^a edição da Maratona de Curitiba, com 5.350 participações.

Sob ponto de vista administrativo, a SMEL avançou na conquista de maior independência administrativa ao transformar as gerências regionais em núcleos regionais o que permitiu um “atendimento mais focado nas necessidades dos usuários” (CURITIBA, 2010, p. 351). Contudo, em 2010, enquanto ações do segmento esporte rendimento, a participação do município nos JOJUPS foi através de 534 atletas e houve a realização da 14.^a edição da Maratona de Curitiba com 6.000 participações, o que mostra que esse evento já está consolidado no município.

O ano de 2011 foi marcado pela alteração do nome da secretaria que passou a se chamar Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ). A alteração foi baseada na Lei Municipal nº 13.865 de 04 de novembro de 2011 que inseriu as políticas públicas da juventude também como responsabilidade da referida secretaria, além das funções já acumuladas no que se refere à implementação e desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer. A missão da SMELJ

passou a ser “Fomentar a prática de esporte, lazer e atividade física ao cidadão curitibano, como forma de promover a saúde e o bem-estar, a inserção e a promoção social”. A visão da secretaria foi assim estabelecida: “Ser excelência em esporte, lazer e atividade física, na gestão pública” (CURITIBA, 2011, p. 385).

De acordo com o relatório de gestão da secretaria, seus valores também sofreram modificações e passaram a ser: transparência nas ações; ética profissional; compromisso no cumprimento de sua missão institucional; respeito pelas pessoas e instituições; crença nas parcerias e no trabalho em equipe e colaborativo.

No que se refere ao esporte de rendimento a nova gestão da secretaria englobou “a retomada da atuação no esporte de rendimento, num enfoque sistêmico que promove talentos e integra desde os projetos comunitários até os recursos dos agentes do campo esportivo da cidade” (CURITIBA, 2011, p. 386).

Essa “retomada” de ação talvez possa ser considerada como uma nova forma de se pensar o esporte de rendimento, inserindo aspectos a ele relacionados com outros programas já existentes na secretaria, mas que não possuem um fim próprio nessa dimensão esportiva. Pode ser citado como exemplo o Projeto Atendimento Socioesportivo (PASE) que possui no ano de 2011, enquanto um de seus produtos a chamada “Especialização Esportiva” composta por:

atividades esportivas desenvolvidas de forma sistemática para adolescentes com faixa etária entre 14 e 17 anos que envolveram as modalidades de atletismo, basquete, futsal, futebol de areia, voleibol e vôlei de praia, com aperfeiçoamento das técnicas e táticas, buscando a excelência, estimulando a fazer o melhor não apenas para vencer, mas para participar sempre, dando o melhor de si no campo de jogo, na escola e em casa (CURITIBA, 2011, p. 388).

Observa-se uma possível associação com o esporte de rendimento se as expressões “aperfeiçoamento das técnicas e táticas” e “buscando a excelência” forem destacadas tendo em vista que elas apresentam características dessa dimensão esportiva. Porém, por tratar essa temática inserida em um programa destinado ao lazer é improvável a efetivação desse programa enquanto rendimento.

Pela primeira vez, a secretaria do município insere o “Projeto Esporte de Rendimento” cujos produtos são: 1) Montagem de Seleções Oficiais de Curitiba e 2) Participação em Competições. O primeiro refere-se a criação de seleções oficiais de Curitiba para representar o Município em competições, tanto de nível local, estadual

ou nacional⁸⁶. O segundo originou a integração de 400 indivíduos (dirigentes, comissão técnica, comissão médica, apoio e atletas) para compor a delegação de Curitiba para participar dos 25.º Jogos da Juventude. De acordo com o relatório da secretaria:

A fase regional aconteceu em São José dos Pinhais, de 19 a 28 de agosto e a fase final aconteceu em Campo Mourão, de 7 a 16 de outubro. Curitiba participou com 33 equipes, em 29 modalidades, obtendo 174 medalhas, sendo 73 medalhas de ouro, 53 medalhas de prata e 48 medalhas de bronze, sendo campeã geral no quadro de medalhas. Destaque para a modalidade de natação, com 105 medalhas (CURITIBA, 2011, p. 392).

Mesmo de maneira pioneira, destaca-se essa iniciativa da secretaria que passa a implementar uma política pública de esporte de rendimento focada na identificação de talentos esportivos, no treinamento de equipes e na formação de atletas profissionais, alavancados pela capacitação continuada das equipes da SMELJ (CURITIBA, 2011).

Ganhou destaque nesse cenário, que contrapunha e ainda contrapõe o nacional, a inclusão das Olimpíadas escolares como esporte estudantil. De acordo com a secretaria:

As Olimpíadas Escolares Nacionais são o maior evento estudantil esportivo do Brasil. Reúnem milhares de alunos-atletas de instituições de ensino públicas e privadas para uma competição de abrangência nacional. Foram organizadas e realizadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), correalizadas pelo Ministério do Esporte, com a direção técnica das Confederações Brasileiras Dirigentes de Esportes Olímpicos e apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba e Governo do Estado do Paraná. Jovens das cinco regiões do país tiveram a oportunidade de conhecer outras culturas, interagindo com os melhores esportistas de todos os estados brasileiros. Participaram do evento 1.129 instituições de ensino, sendo 710 públicas e 419 particulares (CURITIBA, 2011, p. 393).

O destaque do ano de 2012 foi a criação do Projeto Atleta Curitibano que tem como produto a “Especialização Esportiva”. Este produto contemplou o nível de especialização Esportiva, que atendeu a participação de 8 núcleos regionais em 11 modalidades esportivas, tendo como participantes 35 professores e 660 atletas⁸⁷. O

⁸⁶ O atletismo foi a primeira modalidade com uma seleção montada, seguida por handebol, futsal masculino, ginástica rítmica e ciclismo (CURITIBA, 2011).

⁸⁷ NREL Bairro Novo: Ginástica artística, atletismo, futebol, futsal, handebol, Basquetebol e voleibol; NREL CIC: tênis de mesa; NREL Matriz: futsal, futebol, basquetebol, natação,

objetivo principal do programa estava pautado em desenvolver atletas que desejassem praticar modalidades de alto rendimento, para isso a secretaria apoiou a formação de equipes esportivas e garantiu a sua estrutura com a distribuição de materiais esportivos; distribuição de camisetas para atletas e técnicos participantes; capacitações e participação destas equipes em competições (CURITIBA, 2012).

O Projeto Esporte de Rendimento que no ano anterior tinha enquanto produtos a montagem de seleções oficiais de Curitiba e a participação em Competições, no ano de 2012 ganhou um novo nome sendo intitulado de “Curitiba 2016” e teve como seus produtos: 1) Delegação de Curitiba para os Jogos da Juventude do Paraná; 2) Seleção Permanente de Atletismo; 3) Seleção Permanente de Handebol; e 4) Seleção Permanente de Voleibol.

Inserido no Projeto Integrar estão os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná (PARAJASPs) cujo objetivo é identificar os talentos nesta área e desenvolver o esporte adaptado através de programas de incentivo. Indiretamente o projeto também deseja descobrir talentos e integrá-los no esporte de rendimento pensando nas Paralimpíadas de 2016 no Brasil⁸⁸.

Os Jogos Femininos de Curitiba não estão inseridos em nenhuma dimensão proposta pela secretaria, porém, caracteriza-se como uma competição realizada somente para mulheres, dividida em duas categorias: máster (acima de 35 anos) e adulto (acima de 16 anos). Acontece em handebol, voleibol, basquete, futsal e peteca.

De acordo com o relatório da secretaria:

o ano de 2012 foi marcado pela implementação do Esporte de Rendimento como política pública em Curitiba, iniciada em 2011, passando a compor os diferentes níveis do chamado Curitiba Olímpica, criando o ambiente para as Olimpíadas de 2016, fomentando os valores olímpicos e a formação de atletas nas mais diversas modalidades. A partir do mapeamento do campo esportivo da cidade com a identificação das demandas de atividades esportivas de rendimento, foram fortalecidas as ações de capacitação e educação continuada para a gestão do esporte de rendimento, para o redescobrimento de talentos esportivos e

ciclismo e tênis de mesa; NREL Pinheirinho: vôlei de praia, basquetebol e futsal; NREL Portão: futsal, voleibol, vôlei de praia e ginástica artística; NREL Santa Felicidade: basquetebol; NREL Boa Vista: voleibol e basquetebol; e NREL Cajuru: futsal. (CURITIBA, 2012, p. 307)

⁸⁸ Nesse ano o PARAJASPs aconteceu em Londrina/Paraná e a SMELJ buscou recursos junto ao Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD para garantir a participação de delegação de Curitiba, composta por 278 deficientes (CURITIBA, 2012, p. 314).

treinamento de equipes. As competições da seleção oficial de Curitiba na modalidade Atletismo, criada no final de 2011, e da Seleção de Handebol Juvenil Feminino de Curitiba, criada em 2012, foram também incrementadas. O que antes eram ações isoladas, voltadas apenas para a montagem de delegações para competições, passou a ser uma diretriz permanente visando a formação de atletas profissionais (CURITIBA, 2012, p. 324).

No ano de 2013 a SMELJ passou a ter como missão “desenvolver e gerenciar políticas públicas de esporte, lazer, atividade física e protagonismo juvenil para a população curitibana, objetivando aprimoramento técnico, qualidade de vida e inserção e promoção social” (CURITIBA, 2013a, p. 565). Além disso, estabeleceu enquanto valores de gestão: o comprometimento, capacidade de adaptação às mudanças, ética pessoal e profissional, foco na gestão participativa e valorização pessoal e profissional.

Os JOJUPS integram o primeiro produto oriundo do Projeto Esporte Rendimento e pela primeira vez se estabelecem os objetivos desses jogos:

promover a integração socioesportiva entre as várias representações municipais e as pessoas que as integram; propiciar o desenvolvimento integral do cidadão paranaense como ser social, autônomo, democrático e participante, contribuindo para o pleno exercício da cidadania; compensar os efeitos nocivos da vida moderna, contribuindo para a preservação e promoção da saúde humana; gerar atividade econômica com mercado diferenciado pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva; estimular o desenvolvimento técnico esportivo das representações municipais, buscando avaliar e apresentar subsídios a partir da análise científica, quantitativa e qualitativa; interagir com os demais segmentos afins que contribuem no desenvolvimento do esporte do Paraná; redimensionar os valores socioculturais e esportivos dos participantes, através da democratização de práticas esportivas e realizar competição com qualidade técnica que possibilite o encaminhamento de estudantes-atletas, técnicos e dirigentes ao esporte de rendimento (CURITIBA, 2013, p. 588).

Inseridos nesses objetivos encontram-se muito mais intenções voltadas à integração e participação do que rendimento propriamente dito. Não há indícios de que os atletas que participem dessa competição e obtenham destaque sejam encaminhados a clubes e demais entidades que desenvolvem especificamente ações que culminem nas diversas fases dessa dimensão esportiva.

As Equipes Curitiba de atletismo, basquete, ciclismo e orientação⁸⁹ e handebol também compõem a esfera de atuação referente ao esporte de rendimento. A iniciação de rendimento ao rugby foi incluída como ação da SMELJ na inserção de dois núcleos destinados à ensino da modalidade a crianças e adolescentes, tendo em vista principalmente o fato da modalidade ter se tornado olímpica e estar incluída nos Jogos Rio 2016.

Os PARAJAPs ganharam destaque no ano de 2013 devido ao fato de Curitiba ter sido campeã com um total de 125 medalhas, sendo: 82 de ouro, 29 de prata e 14 de bronze, somando 297 pontos; dessa edição participaram 27 municípios em 16 modalidades e Curitiba participou de 12 modalidades, com uma delegação composta por 223 pessoas, sendo 138 atletas e 85 pessoas divididas em apoios das modalidades e infraestrutura (CURITIBA, 2013a).

O ano de 2014 foi marcado pela perpetuação do caráter de destaque dos JOJUPS e dos PARAJAPS enquanto esporte de rendimento e principalmente pela consagração da equipe de Curitiba como campeã dos dois eventos.

A parceria realizada entre SMELJ e a Federação Paranaense de Ciclismo promoveu e incentivou o ciclismo de alto rendimento através da realização de eventos regionais e nacionais tais como:

Copa SMELJ de Ciclismo, com a participação de 346 atletas; 3 etapas da Copa Curitiba de Pista, com a participação de 93 atletas; 2 etapas do Ciclo Cross, Campeonato Paranaense com a participação de 90 atletas; 20 etapas do evento Cem Voltas no Velódromo, com a participação de 357 atletas; Grande Prêmio do Aniversário de Curitiba, com a participação de 260 atletas; 36º Campeonato Paranaense de Pista, com a participação de 60 atletas; Campeonato Paranaense de Estrada, com a participação de 35 atletas; e, com destaque a prova Copa Brasil de Paraciclismo, com a participação de 90 paratletas (CURITIBA, 2013a, p. 438-439).

Contudo, por mais que se atribua a esses eventos a perspectiva de rendimento, em um segundo momento, no próprio relatório emitido pela secretaria as quatro competições estão no rol de Esporte Comunitário e Participação, o que sugere um impasse da secretaria com relação à classificação de suas ações.

⁸⁹ A Corrida de Orientação é um esporte no qual o competidor tem que passar por pontos de controle, marcados no terreno, no menor tempo possível, auxiliado por mapa e bússola. Isto exige habilidades de orientação, tais como: leitura precisa do mapa, avaliação e escolha da rota, uso da bússola, concentração sob tensão, tomada de decisão rápida, corrida em terreno natural. Os lugares praticados são sempre junto à natureza, proporcionando desta forma uma educação esportiva e ambiental perfeita (CURITIBA, 2013a, p. 590).

Os JOJUPS e as equipes de handebol, basquetebol, ciclismo, handebol e orientação permanecem enquanto subprodutos do esporte de rendimento, incluindo no ano de 2014 a equipe Curitiba de vôlei de praia.

No relatório parcial de 2015 emitido pela secretaria as corridas de rua aparecem como carro-chefe, tendo em vista, principalmente o patamar que essa modalidade atingiu no decorrer dos últimos anos. Atualmente, enquanto projetos referentes a corridas de rua, a SMELJ oferece: o circuito adulto de corridas de rua; circuito infantil de corrida de rua; corrida de revezamento das nascentes do Iguaçu; Corrida de revezamento entre parques; 25K; maratona de Curitiba e meia maratona de Curitiba.

O circuito adulto de corridas de rua tem como objetivos “difundir na Comunidade a prática da atividade física e favorecer o intercâmbio esportivo e cultural”. O circuito acontece em quatro etapas (especificamente em 2015 nos meses de março, junho, julho e outubro) e participam dele atletas das categorias feminina e masculina⁹⁰ que disputam provas de 5Km e 10Km. A Maratona Internacional de Curitiba é um dos destaques de eventos da SMELJ que premia o atleta melhor colocado da competição em uma solenidade. De acordo com o regulamento do circuito adulto de corridas de rua será considerado Atleta Curitibano:

o atleta residente no município de Curitiba ou Região Metropolitana, que for o melhor colocado em sua categoria na Maratona Internacional de Curitiba e que tiver participado de todas as etapas de 10 km do Circuito de Corridas de Rua (CURITIBA, 2015c).

O Circuito infantil de corridas de rua tem o mesmo objetivo do circuito adulto, ou seja, estimular a prática de atividade física e fortalecer o intercâmbio esportivo e cultural. O circuito acontece também em quatro etapas, no ano de 2015 distribuídas nos meses de abril, junho, setembro e novembro nas categorias feminina e masculina. A tabela abaixo mostra quais as subcategorias, a extensão da prova e a idade dos atletas que podem participar de cada categoria:

⁹⁰As subcategorias da categoria feminina são assim divididas: A) 16 a 19 anos B) 20 a 24 anos C) 25 a 29 anos D) 30 a 34 anos E) 35 a 39 anos F) 40 a 44 anos G) 45 a 49 anos H) 50 a 54 anos I) 55 a 59 anos J) 60 anos ou + K) Cadeirante L) Deficiente visual. Da mesma forma a categoria masculina também possui subcategorias, divididas dessa maneira: M) 16 a 19 anos N) 20 a 24 anos O) 25 a 29 anos P) 30 a 34 anos Q) 35 a 39 anos R) 40 a 44 anos S) 45 a 49 anos T) 50 a 54 anos U) 55 a 59 anos V) 60 a 64 anos W) 65 a 69 anos X) 70 anos ou + Y) Cadeirante Z) Deficiente visual.

TABELA 6 - CIRCUITO INFANTIL DE CORRIDAS DE RUA

Subcategoria	Extensão da prova	Ano de nascimento
Juvenil	4.000m	1999 e 2000
Infanto-juvenil	3.000m	2001
Infantil	2.000m	2002
Pré-infantil	2.000m	2003
Mirim	1.500m	2004
Pré-mirim	1.000m	2005
Petis	600m	2006
Estreantes	300m	2007

FONTE: Curitiba (2015c).

Nota: Tabela elaborada pela autora (2016)

Mesmo um evento infanto-juvenil possui a premiação semelhante a que acontece no circuito adulto de corridas de rua, sendo aqui eleitos como “Destaques Esportivos Curitiba 2015” o melhor técnico e a melhor equipe participante do circuito.

A corrida de revezamento entre parques acontece desde 2007 na cidade e tem como objetivo “estimular e impulsionar a prática de provas de pedestrianismo, bem como divulgar os ambientes naturais de interesses turísticos da cidade de Curitiba”. Ela se desenvolve em cinco parques da cidade - Bosque João Paulo II, Parque São Lourenço, Parque Tanguá, Parque Tingui e Parque Barigui. O percurso é de 25Km e as categorias que podem participar da prova são: quarteto masculino, quarteto feminino, quarteto misto, dupla masculina, dupla feminina e dupla mista.

O 25K é uma ação da secretaria que se iniciou no ano de 2015 e tem exatamente o mesmo objetivo exposto na “corrida de revezamento entre parques” e se desenvolve similarmente nos parques da cidade. Possui apenas duas diferenças quando comparado à corrida de revezamento entre os parques: 1) Não há categorias com relação à equipe – pelo fato de que a prova não se constitui como revezamento e, portanto, não há necessidade de formação de equipes; 2) Não há necessidade de permanecer em tempo de transição nos postos identificados pela secretaria para conseguir uma “pulseira” de identificação da prova.

As provas da Meia Maratona e Maratona Internacional de Curitiba ganham destaque no cenário esportivo do município. Por mais que esses eventos estejam vinculados à SMELJ e presentes no site da mesma, ela não se caracteriza como instituição responsável pela realização das provas, fato esse comprovado inclusive pela mudança de nome da prova que passa a se chamar “Maratona Caixa de Curitiba” devido ao patrocínio da Caixa Econômica Federal ao evento que é chancelado pela SMELJ porém não é de sua responsabilidade a organização assim

como outros inúmeros eventos, principalmente nas modalidades atletismo e ciclismo que recebem o apoio da prefeitura mas são organizados por outras instituições. Isso é visível ao observar o calendário oficial de corridas de rua, ciclismo e caminhadas no site da SMELJ: das 93 provas que aconteceram no ano de 2015 apenas 16 são de responsabilidade da secretaria municipal de esporte, lazer e juventude.

A Corrida de Revezamento das Nascentes do Iguaçu acontece desde 2004 e envolve um percurso de 108 Km cujos objetivos são “incentivar a prática esportiva e a integração metropolitana, divulgar as peculiaridades turísticas, naturais e ambientes dos municípios da região metropolitana de Curitiba”⁹¹. O quadro abaixo mostra as categorias da prova bem como os atletas que podem participar das mesmas:

QUADRO 14 - CATEGORIAS DA CORRIDA DE REVEZAMENTO DAS NASCENTES DO IGUAÇU

Categoria	Idade	Ritmo de prova
A - Aberta Masculina	Mínimo 16 anos	Equipe inferior a 5min30seg o km
B – Veterana Masculina	Acima de 40 anos	Equipe inferior a 6:00 (minutos) o km
C – Aberta Feminina	Mínimo 16 anos	Equipe inferior a 6:00 (minutos) o km
D – Mista	Mínimo 16 anos	Equipe inferior a 5min30seg o km
E – Livre	Mínimo 16 anos	Equipe de até 7:00 (minutos) o km

FONTE: Curitiba (2014c)

NOTA: Quadro elaborado pela autora (2016)

Os Jogos escolares de Curitiba, constituem-se assim como nas demais esferas federativas enquanto misto entre esporte educacional e esporte de rendimento, nesse caso desenvolvidos a partir de 6 categorias: pré-mirim, mirim, pré-infantil, infantil, infanto-juvenil e juvenil. Os Jogos Escolares têm por finalidade “promover a mobilização da juventude estudantil em torno do esporte e detectar os talentos esportivos de Curitiba e dos municípios que compõem a Região Metropolitana” (CURITIBA, 2016a). Além disso, no artigo 4º do mesmo documento relata que os objetivos da edição de 2015 são:

- a) fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos; b) possibilitar a identificação de talentos esportivos nas Instituições de Ensino; c) desenvolver o intercâmbio sociocultural e desportivo entre os participantes; d) contribuir para o desenvolvimento integral do atleta como ser social, autônomo, democrático e participante,

⁹¹ O percurso total que envolve os seguintes municípios: Piraquara, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Bocaiúva do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Magro e Curitiba (CURITIBA, 2014c).

estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte (CURITIBA, 2016a, p. 5).

Os jogos desenvolvem-se com nove modalidades esportivas: Atletismo, Basquetebol, Ciclismo, Futebol de Campo, Futsal, Handebol, Tênis de Mesa, Vôlei de Praia e Voleibol. Já os jogos escolares paradesportivos de Curitiba, que acontecem em sua primeira edição no ano de 2015, desenvolvem-se a partir de 6 modalidades: bocha paralímpica, golfe 7, futsal, atletismo, handebol e tênis de mesa.

O Programa de Atendimento Socioesportivo (PASE), tem em sua essência ações voltadas para o esporte na dimensão de lazer/participação, conforme encontram-se descritos seus objetivos:

prestar atendimento a crianças e adolescentes de 6 a 17 anos através de atividades físicas para sua socialização, qualidade de vida, desenvolvimento do acervo motor, aprimoramento de técnicas e táticas esportivas e, conseqüentemente, ocasionar transformações biopsicossociais (CURITIBA, 2016b).

Contudo, o fato de estabelecer enquanto objetivos “aprimoramento de técnicas e táticas esportivas” bem como estar sob seu escopo eventos que remetem a dimensão rendimento, faz necessários elenca-los enquanto análise. Os eventos aqui eleitos são: Torneio PaseCel, Torneio Pase Associações e Copa Trieste.

A secretaria municipal tem sob sua responsabilidade, porém intitulado como esporte comunitário e de participação os torneios abertos que incluem enquanto subprodutos: Copa Curitiba Xadrez e a Copa Curitiba de Basquete em cadeira de rodas. Os jogos femininos também se encontram como esporte comunitário e de participação, e acontecem nas seguintes modalidades: basquete, voleibol, futsal e handebol em duas categorias: Adulto (atletas nascidas até 1999) e Master (atletas nascidas até 1980).

A Copa Integração Metropolitana também é um produto dessa vertente da secretaria, sendo essa copa dividida em quatro subprodutos: Copa de Futebol da Integração Metropolitana (masculina e feminina) e Copa de Futsal da Integração Metropolitana (masculina e feminina). A Copa Integração tem por finalidade “promover a mobilização da juventude em torno do esporte e detectar os talentos esportivos dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba” (CURITIBA, 2016b, p. 2). Além disso, são eleitos enquanto objetivos dos eventos:

a) fomentar a prática do esporte como estratégia de integração entre os jovens; b) possibilitar a identificação de talentos esportivo; c) desenvolver o intercâmbio sociocultural e desportivo entre os participantes; d) contribuir com o desenvolvimento integral do jovem atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte (CURITIBA, 2016b, p. 2).

Os atletas que competem na Copa Integração estão distribuídos em duas categorias: Sub 14 – Atletas nascidos nos anos de 2001 e 2002; Sub 16 – Atletas nascidos nos anos de 1999 e 2000.

As competições de ciclismo também adentram no rol de atuação da SMELJ desenvolvendo a Copa SMELJ de ciclismo e a Copa Curitiba de ciclismo de pista. A secretaria considera enquanto subprodutos dessas ações: GP Boa Vista de Estrada; Campeonato paranaense de Ciclocross; Corrida cem voltas no velódromo; Grande prêmio do aniversário de Curitiba; 36º Campeonato paranaense de pista-elite e copa Brasil de paraciclismo. Todos esses eventos são promovidos pela ou com o apoio da SMELJ mas também representam o esporte nas suas mais diferentes dimensões, não necessariamente desenvolvem o esporte de rendimento. A Copa SMELJ de ciclismo, por exemplo, acontece em quatro etapas na cidade de Curitiba e “é voltada preferencialmente ao público jovem e tem a intenção de levar atividade de lazer à comunidade, incentivar a prática do esporte e também de divulgação do espaço (velódromo), ou seja, é parte integrante do programa de desenvolvimento de ciclismo da cidade de Curitiba” (CURITIBA, 2014b).

De acordo com o presidente da Federação Paranaense de Ciclismo, Adir Romeo:

Em Curitiba está acontecendo uma grande descentralização das provas de ciclismo, contemplando as três disciplinas - pista, MTB e estrada. O calendário foi organizado para que ocorram provas nas regionais de Curitiba em um processo de levar as atividades para os bairros e, desta forma, aumentar a divulgação do esporte e acesso à população (CURITIBA, 2014b).

É importante destacar que a Copa Curitiba de ciclismo de pista não se encontra registrada (além do relatório emitido pela SMELJ) em nenhum outro mecanismo como subproduto dessa secretaria municipal, mas sim como um evento da Federação Paranaense de Ciclismo (FPC) que possui o apoio da referida secretaria.

De acordo com o relatório de projetos a serem executados em 2015 todas as ações até então descritas não estão integradas pela secretaria enquanto ações de rendimento pelo simples fato de estarem alocadas enquanto esporte educacional ou participação/comunitário. Com relação ao Projeto Esporte Rendimento, a SMELJ possui uma ação que visa treinamentos para disputar os JOJUPS nas fases regional, final B e final A; a Copa dos campeões de futebol de campo da juventude; Jogos Abertos paradesportivos do Paraná; Jogos Abertos do Paraná e Campeonato Brasileiro de basquetebol sub 15.

A Copa dos Campeões da Juventude é uma competição disputada por oito equipes e aberto para atletas sub-18, que defendem clubes amadores de Curitiba. Ela é disputada ao longo de um mês com jogos dois dias por semana. Os melhores da competição serão selecionados para integrar o time que representará Curitiba nos JOJUPS⁹².

Através dos dados preliminares obtidos pode-se constatar alguns problemas de gestão do esporte de rendimento, primeiramente no que se refere à concepção do que é rendimento por parte dos gestores da secretaria municipal tendo em vista que elencam atividades que possuem em seu fim a prática de atividade física na população enquanto uma ação de esporte de rendimento, o que se caracteriza enquanto dissociado do verdadeiro sentido dessa dimensão esportiva; além disso, algumas ações emitidas como parte integrante de responsabilidade da SMELJ na verdade recebem apoio da referida secretaria sendo porém desenvolvidas por outras instituições, tais como federações.

As incongruências também se referem aos relatórios pesquisados que incorporam ações e projetos a dimensões esportivas diferentes. Devido ao conceito de esporte de rendimento aqui apresentado deve-se ter cuidado em tratar as corridas de rua, por exemplo, apenas como esporte de rendimento ou como esporte participação, muito embora essas caracterizações se alterem de acordo com o sentido atribuído à prática pelo praticante/atleta. Contudo, pela maneira como se estabelecem na SMELJ tendem a ser enquadradas efetivamente como esporte participação assim como o revezamento entre parques, o circuito adulto, o circuito infantil, o revezamento entre as nascentes do Iguaçu, a corrida entre parques, a Copa SMELJ de ciclismo e a Copa futebol Integração metropolitana; todos eles

⁹² Informações retiradas do site: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/copa-dos-campeoes-da-juventude/2236> acessado em 14 de fevereiro de 2016.

assemelham-se mais à prática de atividade física e intercâmbio cultural, bem como propagação do turismo do que busca de recordes e títulos.

Além disso, algumas ações isoladas que não possuem sistematização nem se apresentam consolidadas ao longo dos anos remetem ao rendimento, como por exemplo, a Copa Desportivo Brasil Manchester United, que promoveu seletivas entre os núcleos regionais do município afim de escolher os melhores atletas para treinar em São Paulo no Centro de Treinamento do Manchester United e tentar encaminhá-los ao treinamento em times de futebol. Não há, porém, relatos de que essa ação tenha tido sucesso e que tenha se repetido ao longo dos anos.

A partir da realização das entrevistas com os representantes da SMELJ foi possível verificar a importância da LIE como fator primordial ao desenvolvimento do esporte de rendimento no município de Curitiba.

O decreto 1133/13 fundamentalmente regulamentou a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte (LMIE) implantada no município de Curitiba no ano de 2002⁹³. Essa lei prevê a captação de recursos a partir do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a fim de financiar o esporte municipal. A entidade disposta a caracterizar-se como “incentivador⁹⁴” terá redução de 66,66% do valor do IPTU sendo 33,33% do valor desse imposto destinado aos projetos considerados aptos a tornar-se “incentivados” ou “beneficiários⁹⁵”. Para se tornarem beneficiários os projetos passam pela avaliação de uma Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE)⁹⁶ que estabelece os formulários a serem preenchidos por pessoas físicas ou jurídicas

⁹³ O decreto regulamentou a Lei Complementar nº40 de 18 de dezembro de 2001 que dispõe sobre os tributos municipais e dá outras providências (CURITIBA, 2001).

⁹⁴ Os pré-requisitos para que uma entidade seja considerada incentivador são: ser entidade civil ou Clube Social sem fins lucrativos; o imóvel deverá estar cadastrado em nome da entidade; as entidades não poderão estar em débito com a Prefeitura Municipal de Curitiba; preencher requerimento ao Departamento de Rendas Imobiliárias – Prédio Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, até a data de vencimento do IPTU à vista (CURITIBA, 2015b).

⁹⁵ São considerados beneficiários atletas, Paratletas, profissionais em Educação Física no segmento Educação e Entidades esportivas sem fins lucrativos com residência fixa e comprovada no município de Curitiba. Os recursos são destinados a despesas com competições e treinamento, viagens, alimentação e hospedagem (CURITIBA, 2015b).

⁹⁶ Essa Comissão de Incentivo ao Esporte é composta por representantes das seguintes instituições: Câmara Municipal de Curitiba, Atletas, Para-atletas, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, Sindicato dos clubes esportivos, de cultura física e hípicas do estado do Paraná, Associação das Federações Desportivas Amadoras do Estado do Paraná que cumprem mandatos de 02 (dois) anos (PARANÁ, 2013, p. 7).

dispostas a tornarem-se incentivadores bem como beneficiários⁹⁷. Os projetos que desejam tornar-se beneficiários precisam conter os dados cadastrais do proponente, justificativa, objetivos, prazos, estratégias de ação, de contrapartida social, de divulgação do município, metas qualitativas e quantitativas, planilha de custos, e cronograma físico-financeiro.

De acordo com a seção I do capítulo III da referida lei, os recursos serão disponibilizados a pessoas físicas ou jurídicas de natureza esportiva que incentivem o esporte enquanto dimensão educacional, participação ou rendimento. Esses recursos servirão de subsídio para suprir as seguintes demandas:

- I) Programas de treinamento de modalidades esportivas, com vistas a competições oficiais, comprovadas em calendário expedido pela entidade legalmente constituída e promotora responsável pela competição, com documento que assegure a participação do proponente;
- II) Aquisição de equipamentos esportivos necessários à prática do esporte, no segmento desporto de rendimento não podendo ultrapassar 50% do valor do incentivo;
- III) Projetos de pesquisa científica para o desenvolvimento do esporte;
- IV) Promoção e execução de eventos esportivos nos segmentos de educação, rendimento e participação, somente por pessoas jurídicas;
- V) Auxílio para o transporte, hospedagem e alimentação de atletas ou delegações para competições oficiais, com as comprovações do inciso I;
- VI) Capacitação e atualização de profissionais da área da educação física e desporto; e
- VII) Incentivo a publicações em que o foco central seja o esporte, compreendendo edições de livros e revistas, voltados ao fomento do esporte (PARANÁ, 2013, p. 3).

⁹⁷ O artigo 8º da seção II determina quais são os requisitos que os beneficiários dos projetos devem preencher a fim de que seus projetos sejam aprovados pela CIE. Para pessoas físicas: ser brasileiro nato ou naturalizado; ser atleta ou profissional da área desportiva; ter idade mínima de 14 anos, no dia do protocolo do projeto; apresentar comprovante de residência em Curitiba (conta de água, luz ou telefone fixo); apresentar atestado de domicílio em Curitiba (carteira de trabalho assinado por empregador de Curitiba, matrícula de instituição de ensino de Curitiba, declaração de clube ou entidade esportiva vinculada e estabelecida em Curitiba) comprovando no mínimo de 1 ano esse vínculo com a cidade; apresentar certidões negativas de débito com a União, o Estado e Município e Certidões negativas com a Justiça Federal. As pessoas jurídicas serão avaliadas sendo considerados os seguintes requisitos: estatuto social comprovando natureza esportiva; alvará de funcionamento em Curitiba; registro de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica de no mínimo 2 anos; comprovar no mínimo 2 anos de atividade esportiva; apresentar certidões negativas de débito com a União, o Estado e Município e Certidões negativas com a Justiça Federal, além da Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; ter o mesmo mandato eletivo do representante legal que responda integralmente o tempo de execução do projeto.

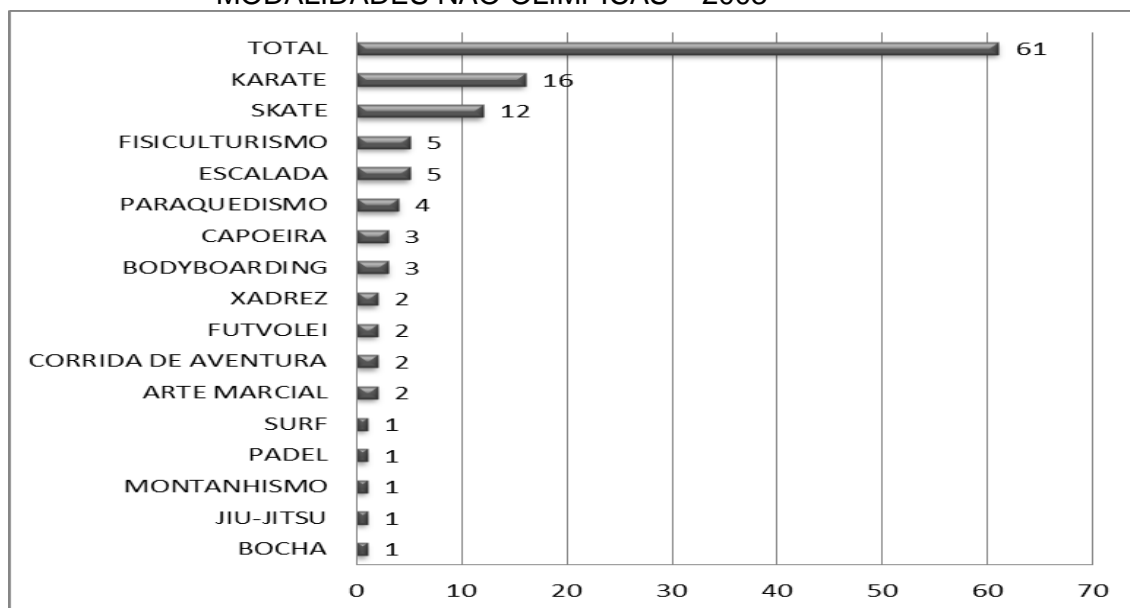
Após aprovação do projeto a CIE mantém seu sistema de monitoramento e caso seja necessária pode ocorrer a intervenção por parte da SMELJ com vistas a corrigir as irregularidades constatadas pela comissão, contudo, os beneficiários possuem um prazo de 5 dias para realizar as adequações e prestar defesa aos apontamentos realizados pela SMELJ.

A seção IV “da Integração ao Sistema Municipal de Esporte e Lazer” relata sobre a prevalência de um sistema de intercâmbio de informações cuja intencionalidade é “evitar paralelismo e duplicidade no apoio aos projetos” contudo, não é enquadrado nos parâmetros de duplicidade e paralelismo o projeto que consegue angariar recursos de diferentes esferas governamentais para cobertura financeira do projeto contanto que o proponente cumpra as exigências relacionadas à sua responsabilidade em cada uma das legislações concorrentes.

Os projetos aprovados via LIE no município de Curitiba entre os anos de 2003 e 2013 são divididos em períodos, ou seja, cada ano possui duas publicações cada qual com uma quantidade de projetos aprovados via legislação municipal; a partir do ano de 2014 os projetos passam a ser aprovados anualmente e não mais sob a forma de períodos.

O ano de 2003 contou com 123 projetos aprovados no primeiro período e 201 no segundo período totalizando 324 projetos durante o respectivo ano. Destes, 61 foram destinados a modalidades não olímpicas e 263 a modalidades olímpicas, conforme gráficos abaixo:

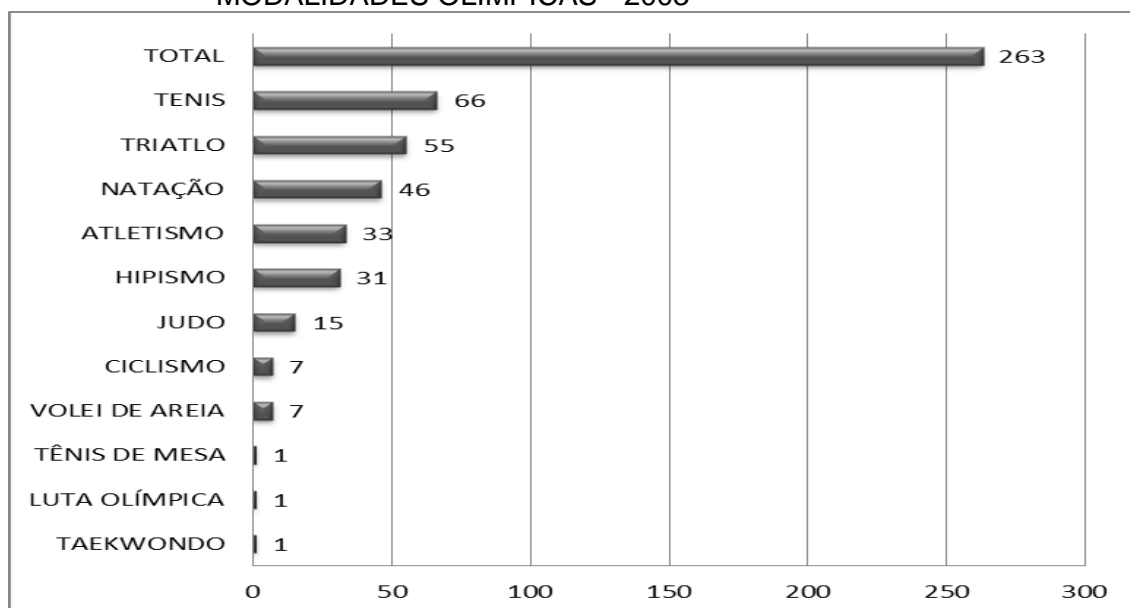
GRÁFICO 4 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2003



FONTE: Curitiba (2003a,b,c,d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016)

GRÁFICO 5 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS - 2003



FONTE: Curitiba (2003a,b,c,d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016)

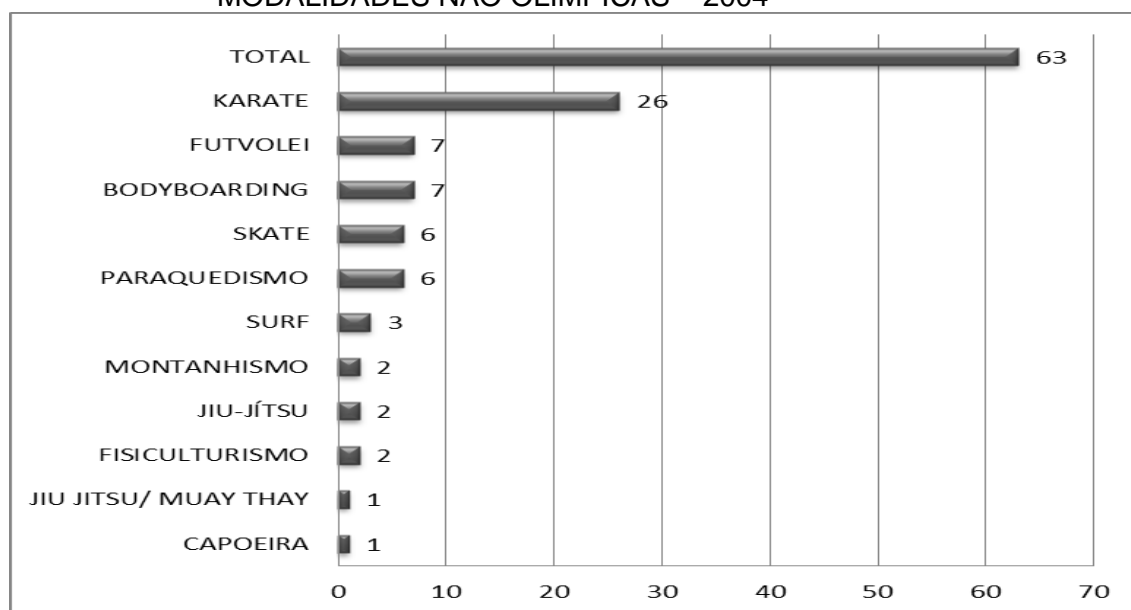
Dentre as modalidades não olímpicas destacam-se o karatê e o skate com 16 e 12 projetos aprovados respectivamente, seguidos por fisiculturismo e escalada com 5 projetos cada um e paraquedismo com 4 projetos; capoeira e *bodyboarding* tiveram 3 projetos aprovados cada uma. As modalidades que tiveram 2 projetos aprovados foram: xadrez, futevôlei, corrida de aventura e arte marcial; surf, padel,

montanhismo, jiu-jitsu e bocha foram representados por 1 projeto aprovado em cada modalidade.

Com relação às modalidades olímpicas tem-se o tênis em primeiro lugar com 66 projetos; em segundo lugar o triatlo com 55 e em terceiro lugar a natação com 46 projetos. Atletismo, hipismo e judô conquistaram 33, 31 e 15 projetos aprovados respectivamente. Ciclismo e vôlei de areia obtiveram 7 projetos e tênis de mesa, taekwondo e luta olímpica apenas 1 projeto aprovado cada um.

O primeiro período do ano de 2003 fez menção apenas a um projeto aprovado na dimensão rendimento considerando os “paraatletas” sem, porém, designar em qual modalidade esse atleta conquistou o benefício. Já no segundo período de 2003 os projetos aprovados não fizeram alusão à dimensão rendimento voltada aos paraatletas.

GRÁFICO 6 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2004



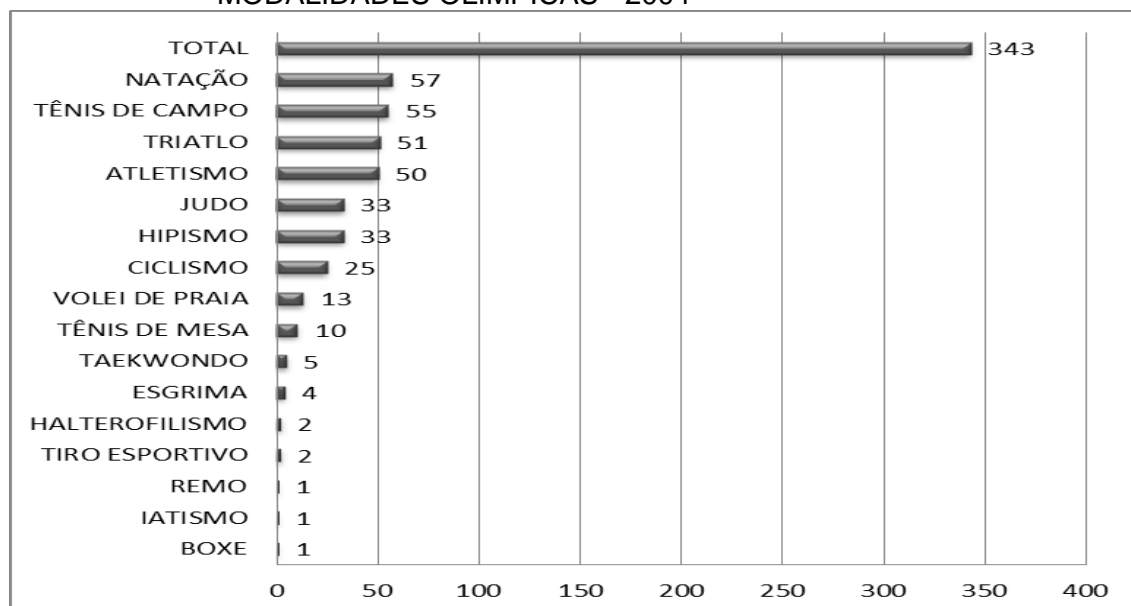
FONTE: Curitiba (2003e;2004a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O ano de 2004 teve 406 projetos aprovados sendo 189 no primeiro período e 217 no segundo período. Desses 406 projetos, 63 destinaram-se a modalidades não olímpicas nos quais o karatê obteve o primeiro lugar com 26 projetos seguido por futevôlei e *bodyboarding* com 07 projetos cada um e skate e paraquedismo com 06 projetos. O surf teve 3 projetos aprovados e montanhismo, jiu-jitsu e fisiculturismo

com 2 projetos aprovados cada. Por fim, jiu-jitsu/*muay-thai* e capoeira, cada um, teve 1 projeto aprovado no ano de 2004.

GRÁFICO 7 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS - 2004

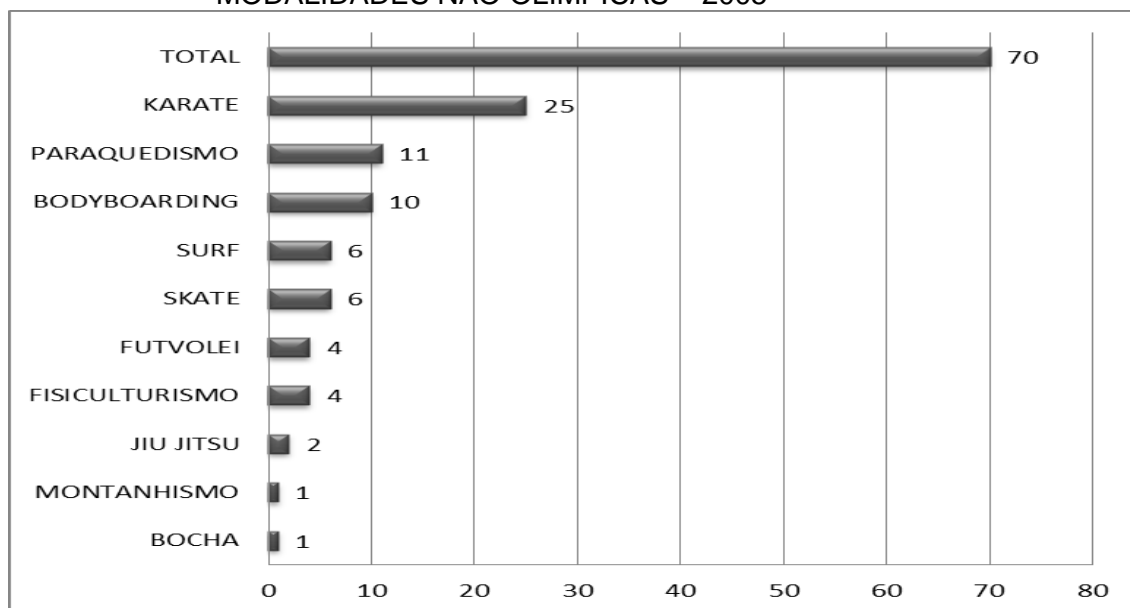


FONTE: Curitiba (2003e;2004a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

As modalidades olímpicas nata o, tênis de campo, triatlo e atletismo destacam-se nesse ano por juntas terem aprovado 213 projetos dos 343 da totalidade. Judô e hipismo obtiveram 66 projetos aprovados seguidos por ciclismo (25), vôlei de praia (13), tênis de mesa (10), taekwondo (05), esgrima (04) e, halterofilismo e tiro esportivo (02). Remo, iatismo e boxe, obtiveram 1 projeto aprovado cada um no ano de 2004. Com relação aos paraatletas, foram aprovados 18 projetos no segundo período de 2004, contudo, não houve descrição das modalidades a eles relacionadas.

GRÁFICO 8 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2005

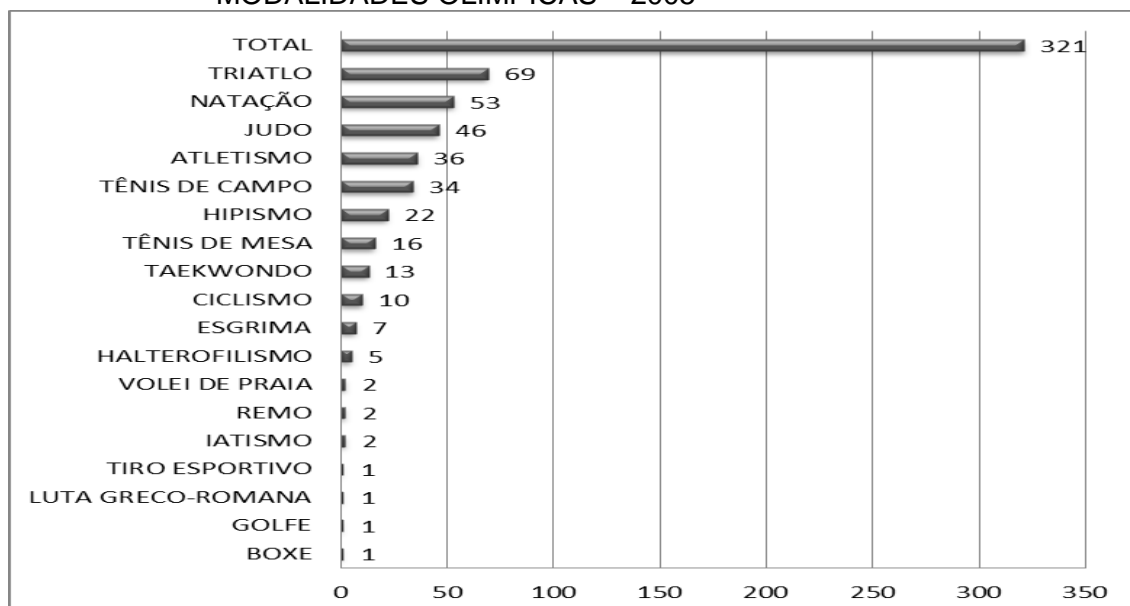


FONTE: Curitiba (2004b;2005a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Igualmente, o ano de 2005 não faz referência aos projetos aprovados para os paraatletas e, portanto, não foi possível contabilizá-los. Nesse ano foram aprovados 391 projetos sendo 70 relacionados às modalidades não olímpicas e 321 projetos de modalidades olímpicas. Dentre as modalidades não olímpicas, o karatê foi aquela que mais conseguiu representar-se via LIE com 25 projetos aprovados, seguido por paraquedismo com 11 projetos e *bodyboarding* com 10. Surf e skate obtiveram igualmente 6 projetos aprovados, seguidos por futvolei e fisiculturismo com 4 projetos, jiu-jitsu com 2 e montanhismo e bocha com 1 projeto cada um.

GRÁFICO 9 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2005



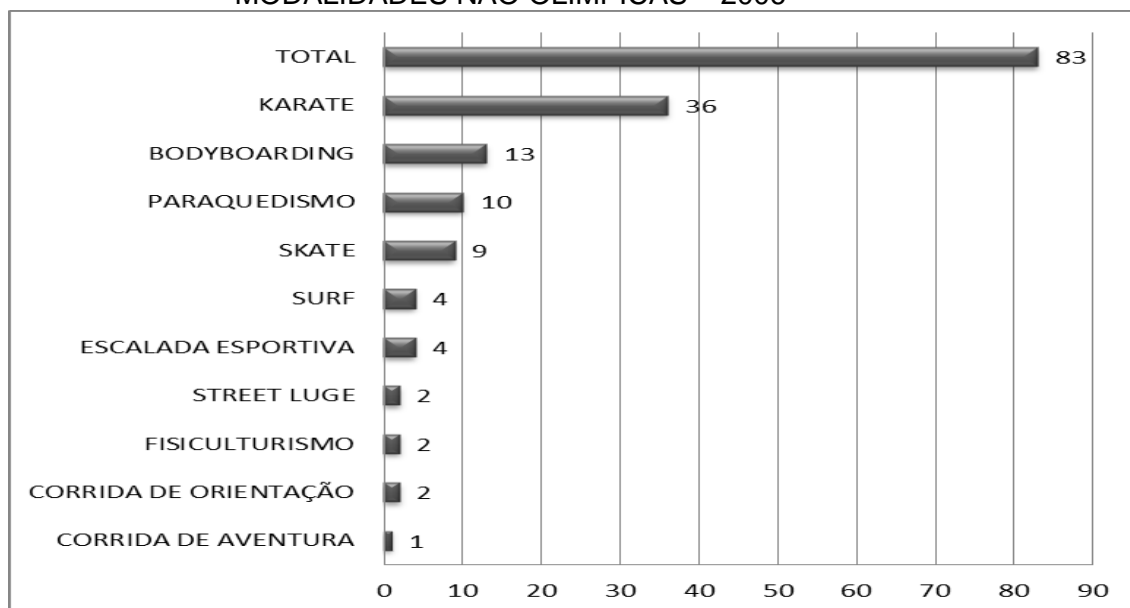
FONTE: Curitiba (2004b;2005a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Nas modalidades olímpicas o triatlo foi representado por 69 projetos, a natação por 53, o judô por 46 e o atletismo por 36 projetos. Tênis de campo, hipismo e tênis de mesa estiveram em 34, 22 e 16 projetos aprovados. O taekwondo teve 13 projetos aprovados, o ciclismo 10 projetos, a esgrima 7 e o halterofilismo 5; vôlei de praia, remo e iatismo estiveram, cada um, presentes em 2 projetos. Tiro esportivo, luta greco-romana, golfe e boxe em apenas 1 projeto cada uma delas.

Em 2006 foram aprovados 455 projetos relacionados a dimensão rendimento para pessoas físicas. Destes, 83 destinados a modalidades não olímpicas, 330 a modalidades olímpicas e 42 para paraatletas. Dentre as não olímpicas, o karatê foi a modalidade com mais projetos aprovados, ou seja, 36 seguido por *bodyboarding* (13) e paraquedismo (10). O skate esteve presente em 09 projetos aprovados e surf e escalada esportiva em 04 projetos cada um. As modalidades que tiveram cada uma 2 projetos aprovados foram *street luge*, fisiculturismo e corrida de orientação; corrida de aventura teve apenas 1 projeto aprovado.

GRÁFICO 10 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2006

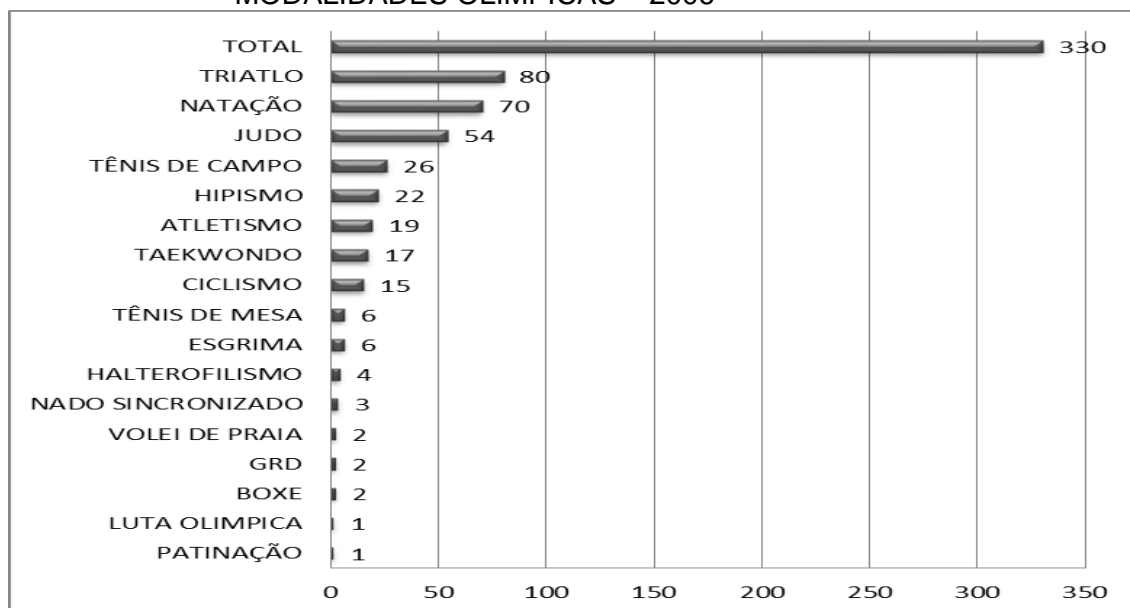


FONTE: Curitiba (2005b;2006a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Com relação às modalidades olímpicas, triatlo, natação e judô estiveram presentes em 62% dos projetos aprovados tendo em vista que 80, 70 e 54 foram respectivamente os projetos que estavam relacionados a essas três modalidades. Tênis de campo apareceu na quarta posição com 26 projetos, seguido por hipismo (22), atletismo (19), taekwondo (17) e ciclismo (15). Tênis de mesa e esgrima apareceram em 6 projetos cada um, halterofilismo com 04, nado sincronizado em 3, vôlei de praia, GRD e boxe (2) e luta olímpica e patinação em 1 projeto.

GRÁFICO 11 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2006

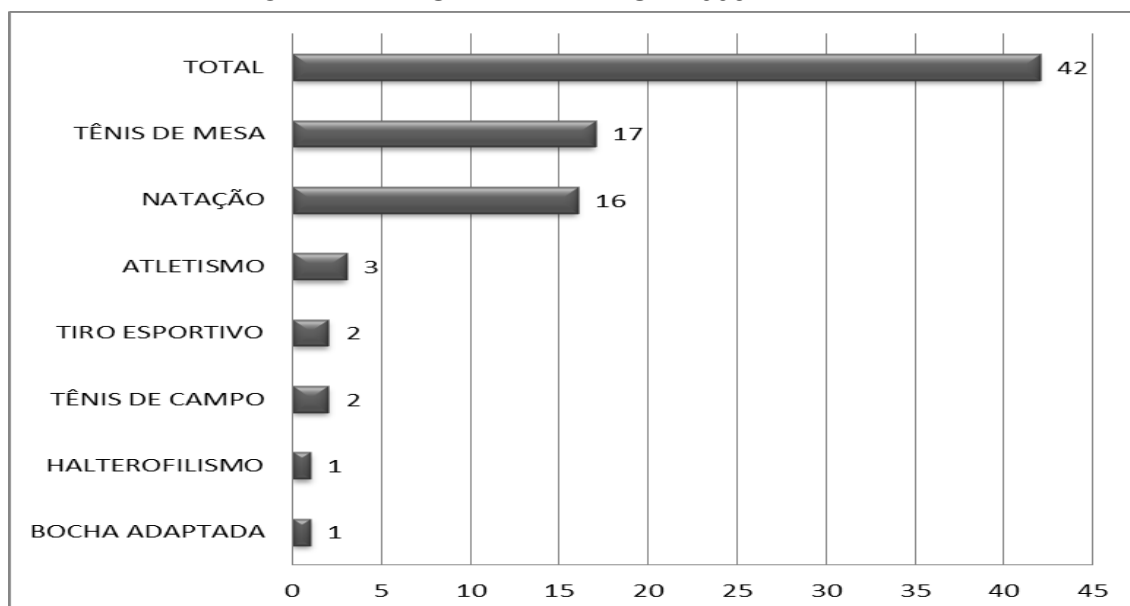


FONTE: Curitiba (2005b;2006a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

A partir do ano de 2006 os paraatletas contemplados via LIE passaram a estar designados nos registros dos diários oficiais, sendo possível visualizar quais as modalidades e seus respectivos atletas mais angariaram recursos via incentivo municipal. Em 2006, por exemplo, foram 42 projetos aprovados, 19 no primeiro período e 23 no segundo. Desses 42, tênis de mesa apareceu em primeiro lugar com 17 projetos e natação em segundo com 16 projetos. O atletismo esteve presente em 3 projetos seguido por tiro esportivo e tênis de campo (2) e halterofilismo e bocha adaptada (1).

GRÁFICO 12 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARAATELAS – 2006

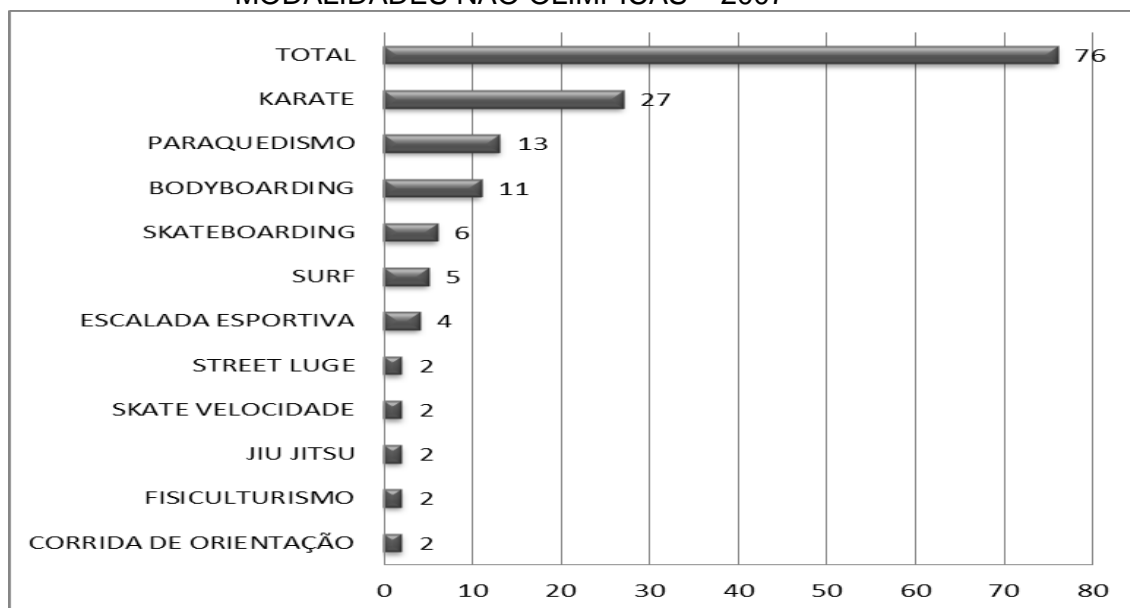


FONTE: Curitiba (2005b;2006a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O ano de 2007 teve 244 projetos aprovados no primeiro período e 157 no segundo período o que totalizou 401 projetos, sendo 76 para modalidades não olímpicas e 325 para modalidades olímpicas. Dentre as modalidades não olímpicas o karatê permaneceu com o maior número de projetos aprovados (27) seguido por paraquedismo (13) e *bodyboarding* (11). O *skateboarding* apareceu pela primeira vez nessa categoria e ocupou a 4ª posição por estar presente em 06 dos projetos aprovados e em 5º lugar esteve o surf com 5 projetos. A escalada esportiva com 4 projetos; *street luge*, skate velocidade, jiu-jitsu, fisiculturismo e corrida de orientação com apenas 02 projetos em cada modalidade.

GRÁFICO 13 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2007

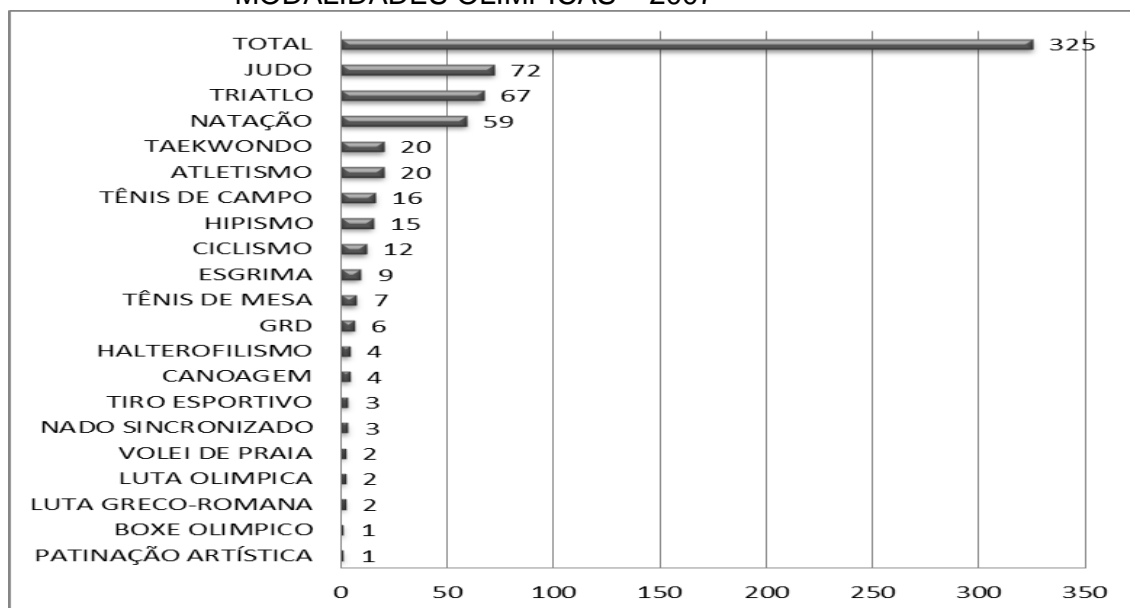


FONTE: Curitiba (2006b;2007a;2007b)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

A tríade judô, triatlo e natação permaneceu em 2007 nas primeiras colocações dentre as modalidades olímpicas com 72, 67 e 59 projetos aprovados respectivamente. Atletismo e taekwondo ocuparam a quarta posição com 20 projetos aprovados seguidos por tênis de campo (16), hipismo (15), ciclismo (12), esgrima (9), tênis de mesa (7), GRD (6), halterofilismo e canoagem (4), tiro esportivo e nado sincronizado (3), vôlei de praia, luta olímpica e luta greco-romana (2); boxe olímpico e patinação artística (1).

GRÁFICO 14 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2007

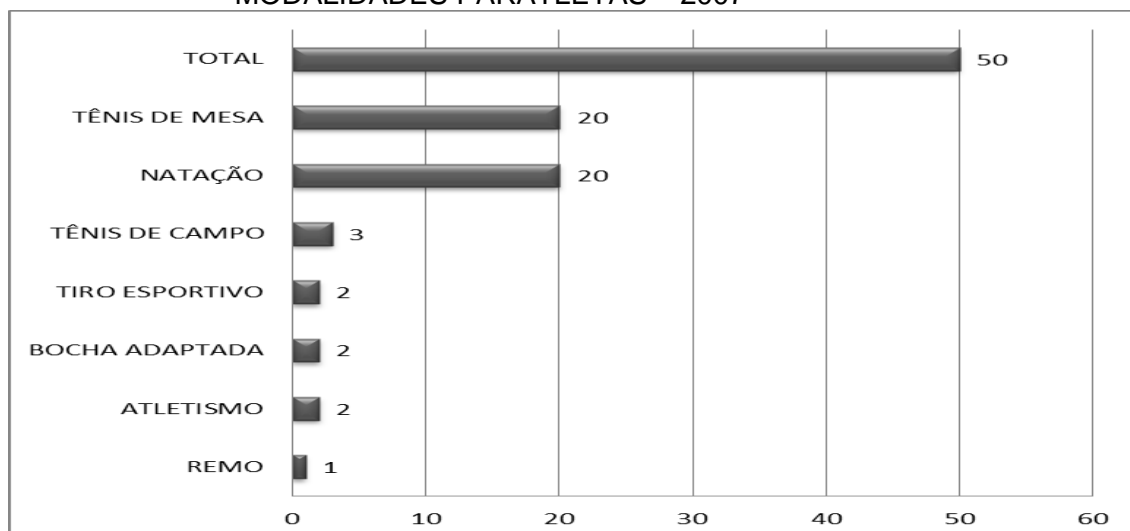


FONTE: Curitiba (2006b;2007a;2007b)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Os paraatletas cujos projetos estavam relacionados a dimensão rendimento totalizaram 50 sendo 31 no primeiro período e 19 no segundo período. Tênis de mesa e natação foram as modalidades que estiveram presentes com 20 projetos cada uma; tênis de campo em 3 projetos, tiro esportivo, bocha adaptada e atletismo em 2 projetos cada e por fim o remo com apenas 1 projeto aprovado, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 15 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2007

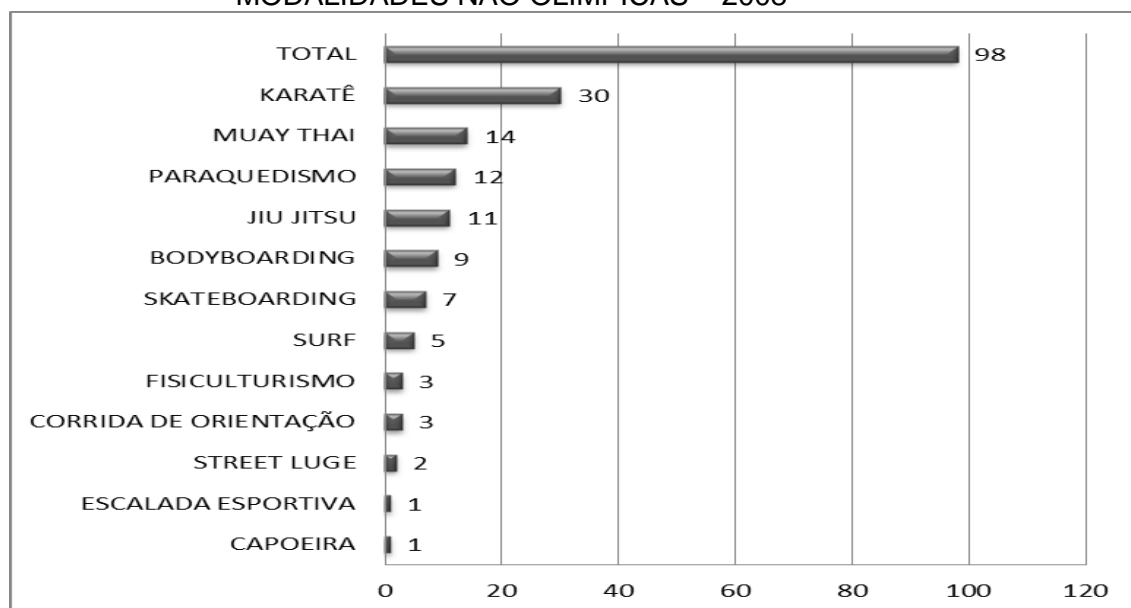


FONTE: Curitiba (2006b;2007a;2007b)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Em 2008 foram 369 projetos aprovados via LIE relacionados diretamente à dimensão rendimentos dos quais 98 de modalidades não olímpicas e 271 de modalidades olímpicas.

GRÁFICO 16 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2008



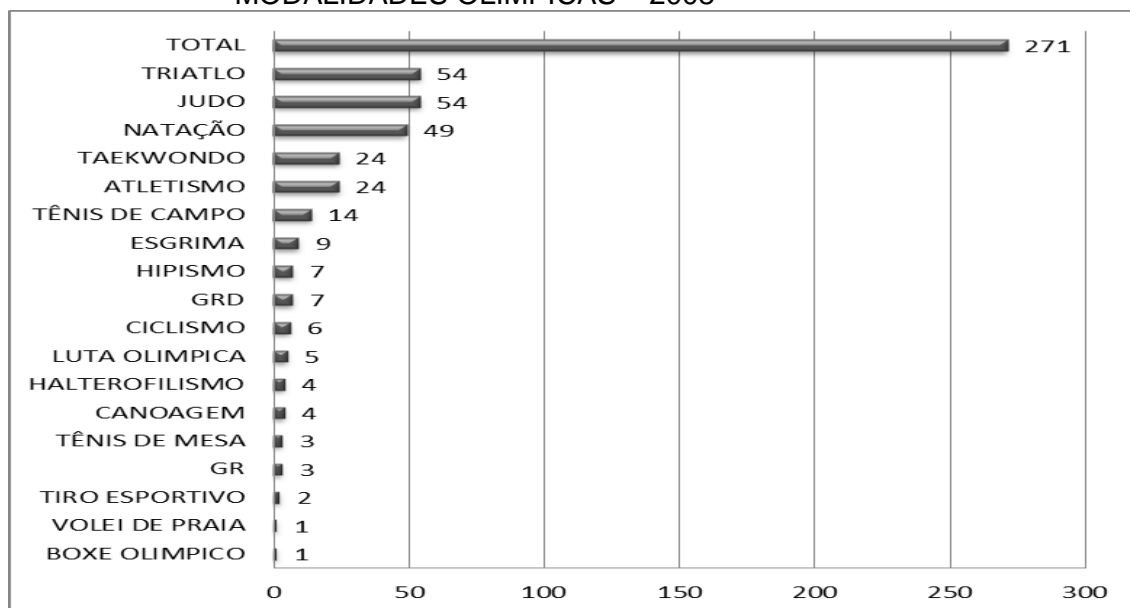
FONTE: Curitiba (2007c;2008a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Dentre as modalidades não olímpicas o karatê continua sendo aquela com mais projetos aprovados, no ano de 2008, foram 30 dos 98. O *muay thai* surpreendeu ao aparecer na segunda posição com 14 projetos aprovados seguido por paraquedismo (12), jiu-jitsu (11), *bodyboarding* (9) e *skateboarding* (7). As modalidades seguintes estiveram presentes em 5 projetos ou menos: surf (5), fisiculturismo e corrida de orientação (3), *street luge* (2) e escalada esportiva e capoeira (1).

Triatlo e judô foram as modalidades olímpicas com mais projetos aprovados, ou seja, 54 cada uma. Em segundo lugar a natação com 49 projetos e o taekwondo e o atletismo com 24 projetos. O tênis de campo esteve presente em 14 projetos e a esgrima em 9. Hipismo e GRD com 7 projetos cada uma ocuparam a 6ª posição seguidos por ciclismo (6), luta olímpica (5), halterofilismo e canoagem (4), tênis de mesa e GR (3), tiro esportivo (2) e vôlei de praia e boxe olímpico cada qual com 1 projeto aprovado.

GRÁFICO 17 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2008

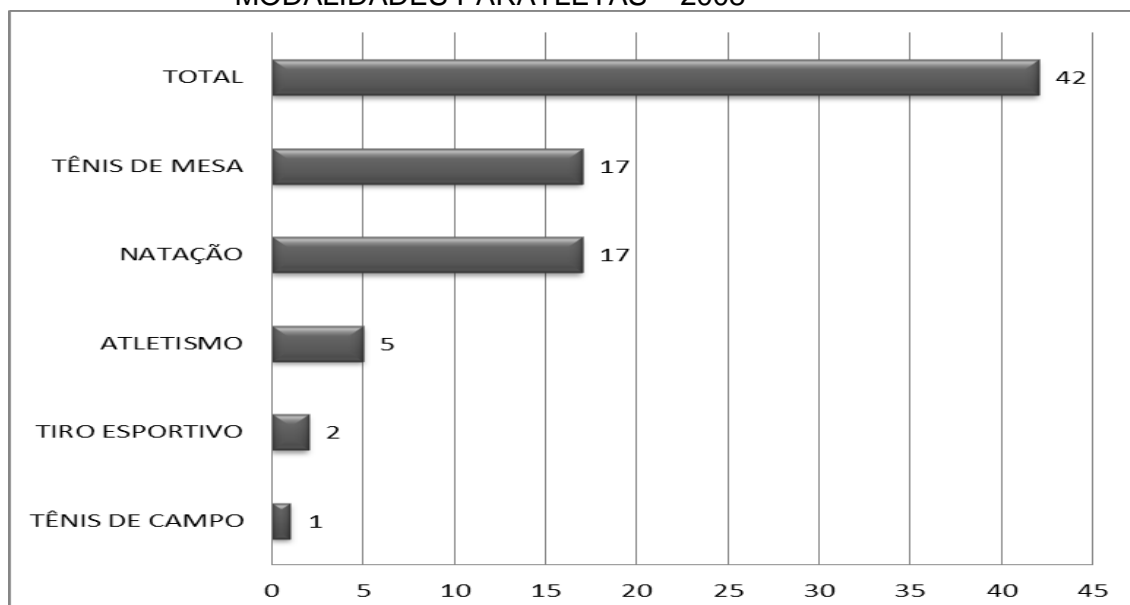


FONTE: Curitiba (2007c;2008a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Com relação aos paraatletas foram 42 projetos aprovados no ano de 2008, sendo 17 na modalidade tênis de mesa, 17 em natação, 5 em atletismo, 2 em tiro esportivo e apenas 1 em tênis de campo, conforme o gráfico a seguir:

GRÁFICO 18 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2008

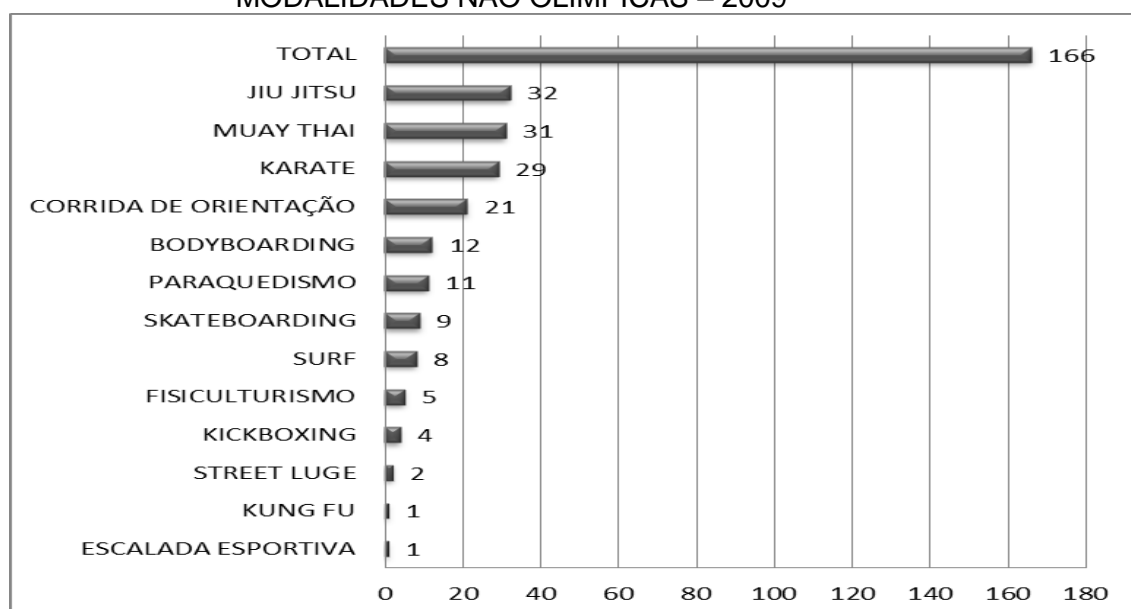


FONTE: Curitiba (2007c;2008a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O ano de 2009 teve 543 projetos aprovados, dos quais 166 representaram modalidades não olímpicas, 330 modalidades olímpicas e 47 modalidades paralímpicas. Dentre as modalidades não olímpicas destacaram-se as artes marciais que ocuparam as três primeiras posições dentre os projetos que mais angariaram recursos via LIE municipal: jiu-jitsu (32), *muay thai* (31) e karatê (29). A corrida de orientação ficou em quarto lugar com 21 projetos aprovados seguida por *bodyboarding* com 12 e paraquedismo com 11 projetos. As demais modalidades tiveram menos de 10 projetos aprovados em cada uma delas: skateboarding (9), surf (8), fisiculturismo (5), *kickboxing* (4), *street luge* (2), kung fu e escalada esportiva (1).

GRÁFICO 19 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2009

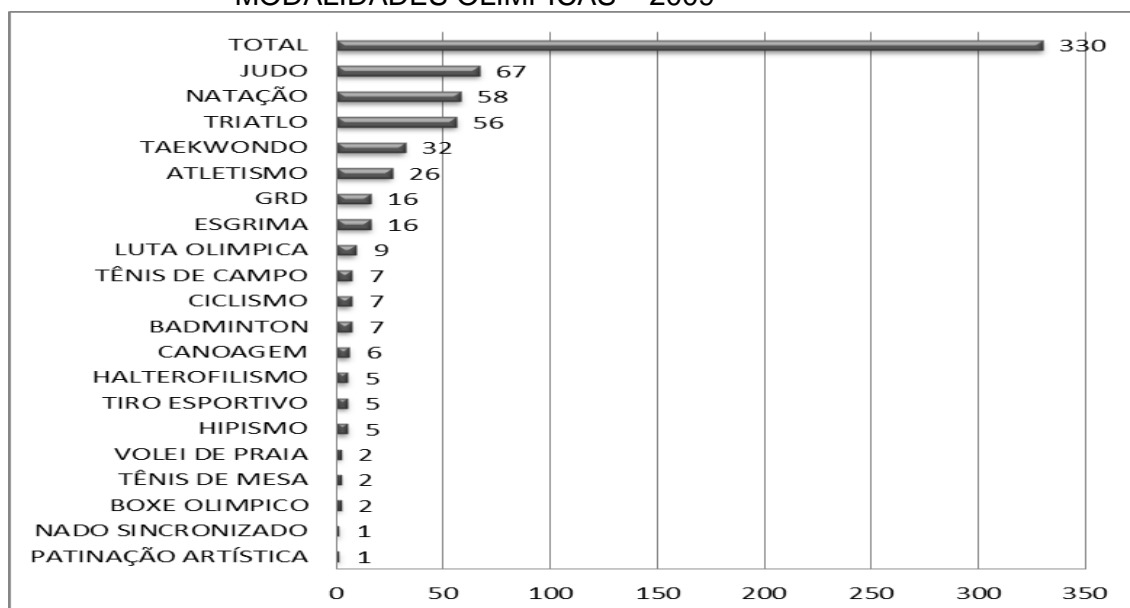


FONTE: Curitiba (2008b;2009a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Com relação às modalidades olímpicas também se destacaram as artes marciais sendo duas delas presentes nas quatro primeiras posições. O judô conseguiu aprovação por meio de 67 projetos, a natação 58, o triatlo 56 e o taekwondo com 32. O quinto lugar foi do atletismo com 26 projetos aprovados e em sexto, empatadas, GRD e esgrima com 16 projetos cada uma, seguidas por luta olímpica (9), tênis de campo, ciclismo e badminton (7), canoagem (6), halterofilismo, tiro esportivo e hipismo (5), boxe olímpico, vôlei de praia e tênis de mesa (2); e nado sincronizado e patinação artística (1).

GRÁFICO 20 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2009

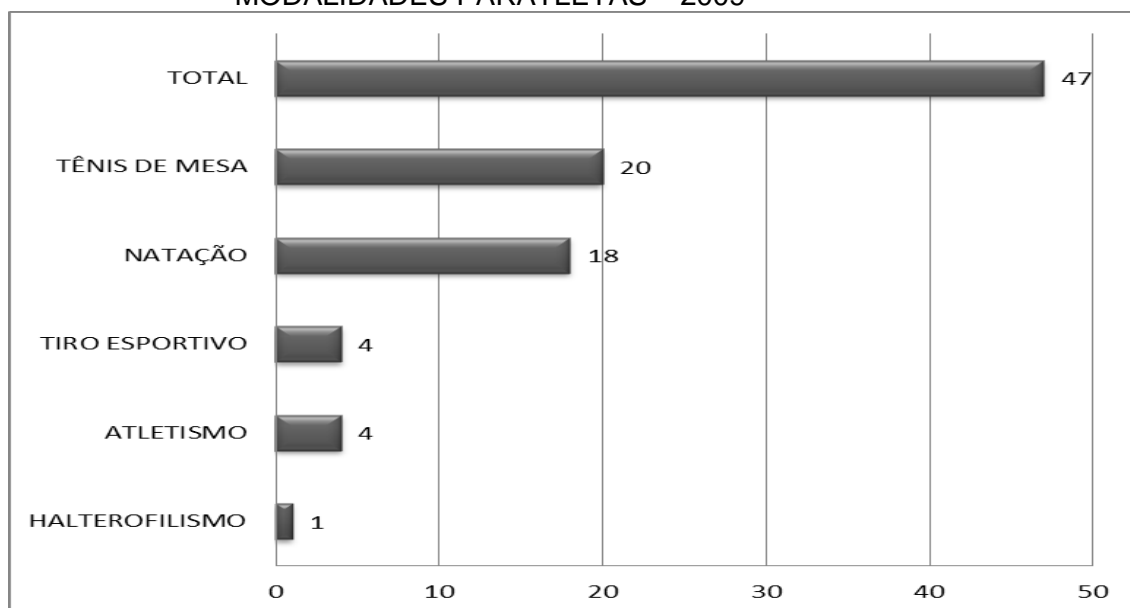


FONTE: Curitiba (2008b;2009a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

A categoria paraatletas conquistou 5 projetos a mais que no ano anterior, o que totalizou 47 projetos sendo 20 na modalidade tênis de mesa, 18 na natação, 4 para tiro esportivo, 4 para atletismo e 1 na modalidade halterofilismo.

GRÁFICO 21 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2009

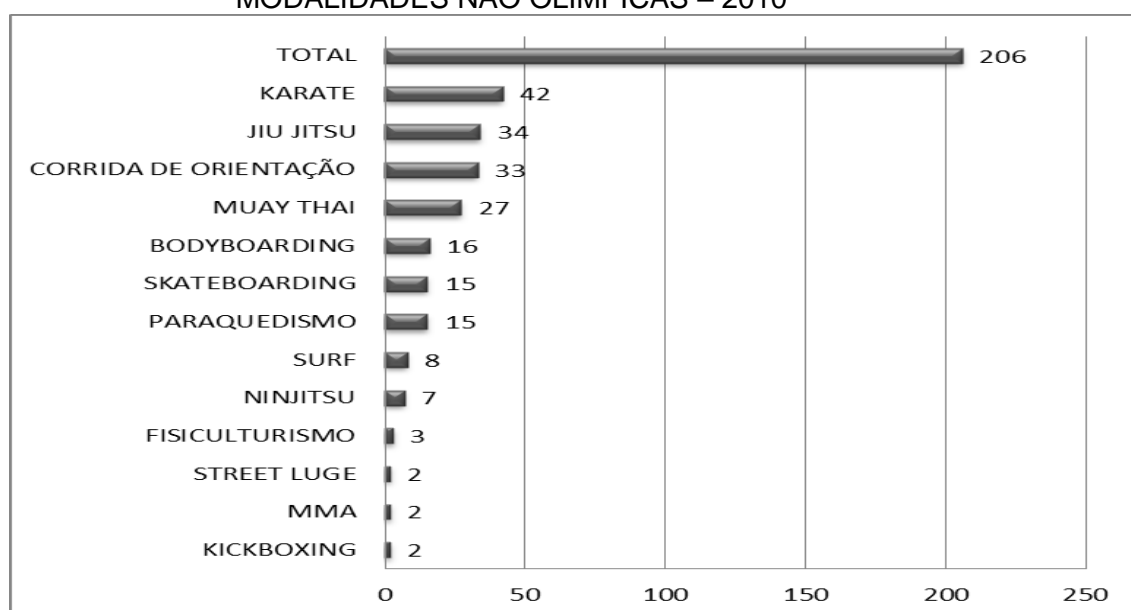


FONTE: Curitiba (2008b;2009a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Para o primeiro período de 2010 foram aprovados 262 projetos e para o segundo período 256 o que totalizou 518 projetos dos quais 206 destinados a modalidades não olímpicas e 312 a modalidades olímpicas. Dentre as quatro modalidades que mais obtiveram aprovações via LIE municipal na categoria modalidades não olímpicas, três delas estão relacionadas a artes marciais: karatê, jiu-jitsu e *muay thai* com 42, 34 e 27 projetos aprovados respectivamente. A corrida de orientação ocupou a terceira posição com 33 projetos aprovados; o *bodyboarding* esteve presente em 16 projetos, *skateboarding* e paraquedismo (15) e surf (8). Pela primeira vez apareceu a modalidade *ninjitsu* cuja representatividade se deu através de 7 projetos aprovados. Fisiculturismo foi contemplado em 3 projetos e *street luge*, MMA e *kickboxing*, cada um, em 2 projetos.

GRÁFICO 22 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2010



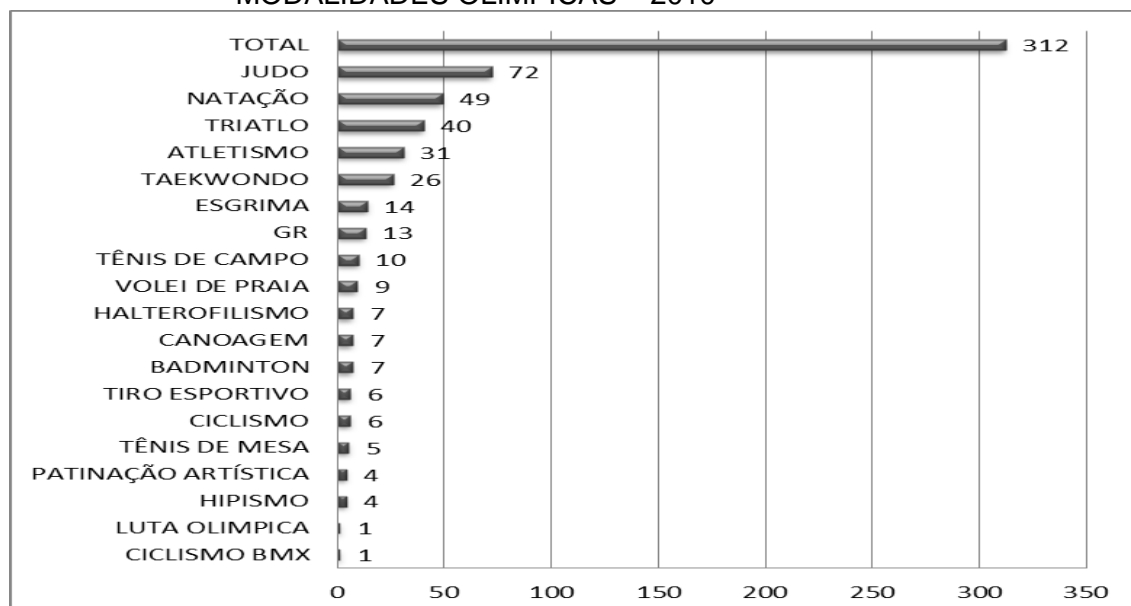
FONTE: Curitiba (2009b;2010a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Dos 312 projetos aprovados para modalidades olímpicas o judô apareceu em 72 projetos, seguido pela natação com 49 projetos e o triatlo com 40. Em quarto lugar o atletismo com 31 projetos e em quinto lugar o taekwondo com 26 projetos. As demais modalidades tiveram menos de 15 projetos em cada uma delas, ou seja: esgrima (14), GR (13), tênis de campo (10), vôlei de praia (9), halterofilismo,

canoagem e badminton (7), tiro esportivo e ciclismo (6), tênis de mesa (5), patinação artística e hipismo (4) e por fim, luta olímpica e ciclismo BMX com 1 projeto aprovado cada uma.

GRÁFICO 23 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2010

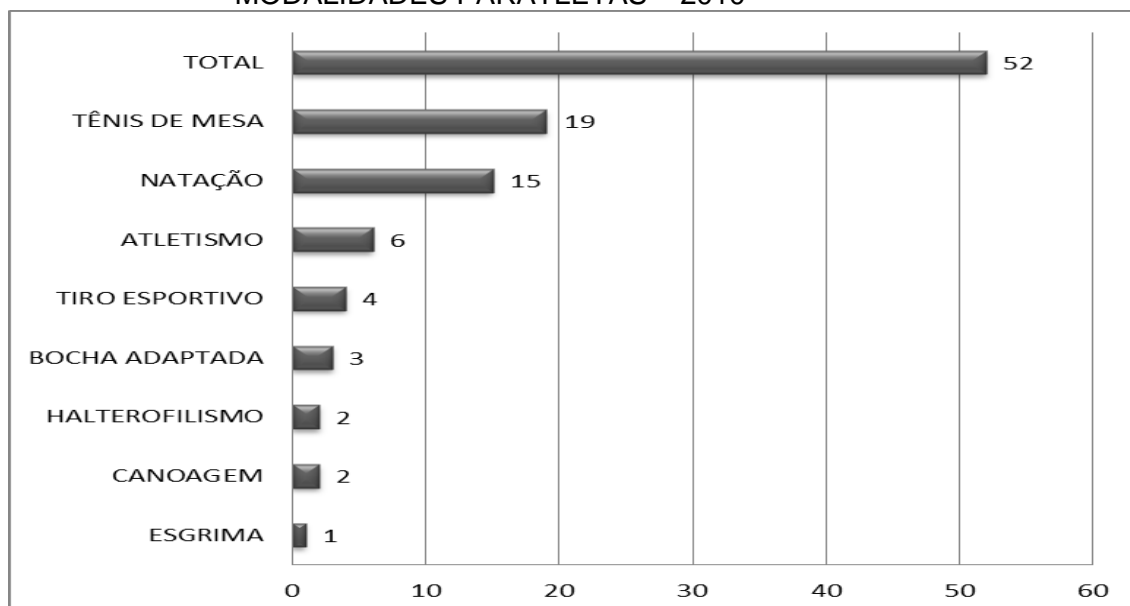


FONTE: Curitiba (2009b;2010a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Os paraatletas prosseguiram na submissão de projetos, sendo assim no ano de 2010 foram aprovados 52 conforma gráfico a seguir:

GRÁFICO 24 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2010



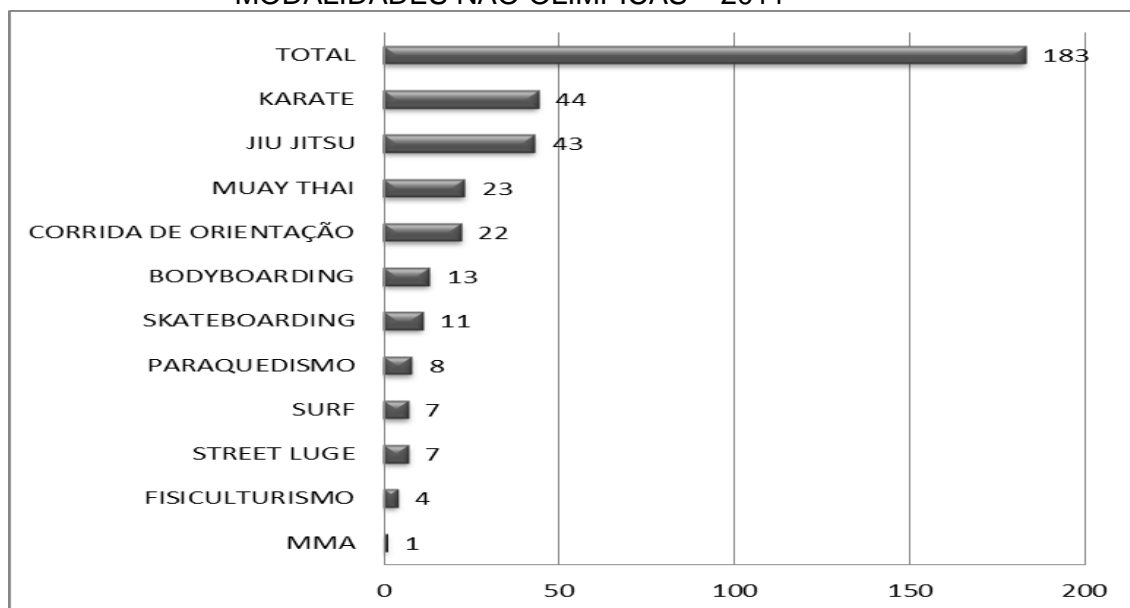
FONTE: Curitiba (2009b;2010a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Conforme é possível visualizar, dos 52 projetos, 19 representaram o tênis de mesa, 15 a natação e 6 o atletismo. O tiro esportivo apareceu em quarto lugar com 4 projetos aprovados, seguido por bocha adaptada com 3 projetos, halterofilismo e canoagem com 2 projetos cada uma e a esgrima presente em 1 projeto aprovado.

O ano de 2011 teve 183 projetos aprovados para modalidades não olímpicas, 349 para modalidades olímpicas e 74 para modalidades de paraatletas o que totalizou 606 projetos. Dentre as modalidades não olímpicas houve destaque para as três primeiras colocações que juntas representaram 57% dos projetos aprovados sendo o karatê (44), o jiu-jitsu (43) e o *muay thai* (23). A corrida de orientação caiu uma posição em relação ao ano anterior e ocupou a quarta posição com 22 projetos, seguida pelo *bodyboarding* e *skateboarding* com 13 e 11 projetos respectivamente. Paraquedismo teve 8 projetos aprovados, surfe e *street luge* (7), fisiculturismo (4) e MMA apenas 1 projeto aprovado.

GRÁFICO 25 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2011

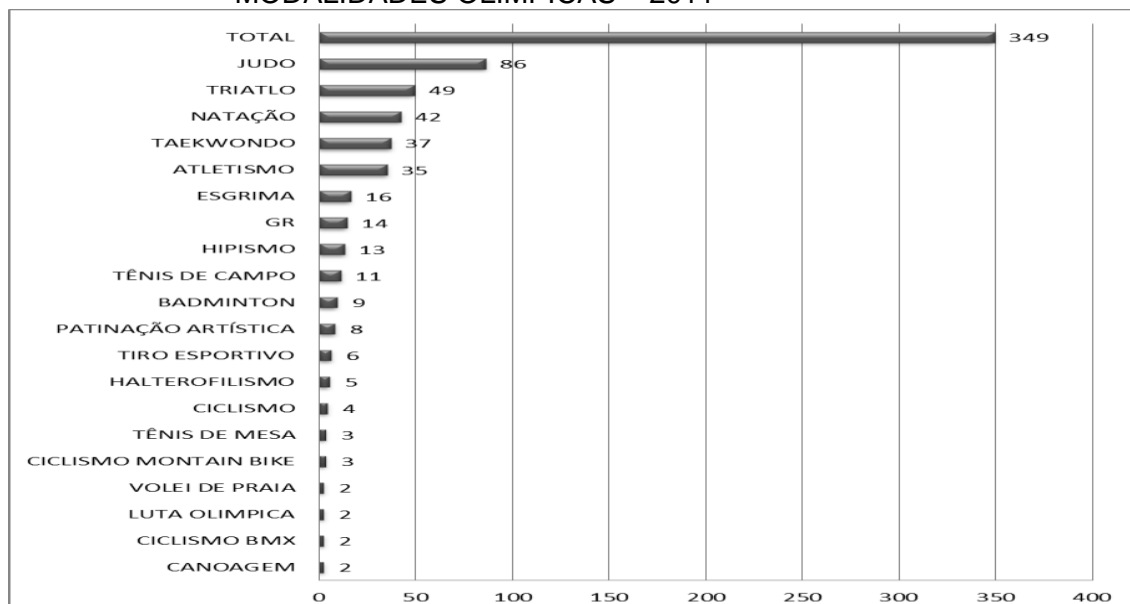


FONTE: Curitiba (2010b;2011a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O gráfico a seguir refere-se às modalidades olímpicas:

GRÁFICO 26 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2011



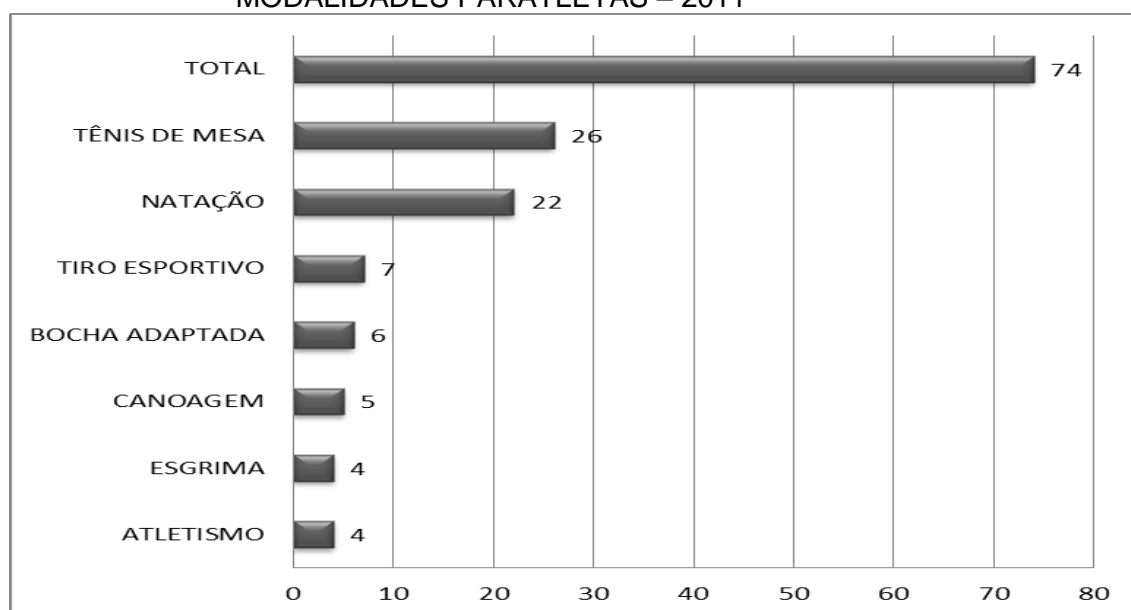
FONTE: Curitiba (2010b;2011a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

De maneira bastante similar ao que aconteceu com as modalidades não olímpicas, judô, triatlo e natação, representantes das modalidades olímpicas, juntos, totalizaram 52% dos projetos aprovados no presente ano, respectivamente com 86, 49 e 42 projetos. Taekwondo com 37 projetos aprovados seguido por atletismo (35), esgrima (16), GR (14), hipismo (13) e tênis de campo (11), badminton (09) e patinação artística (08). Tiro esportivo esteve presente em 06 projetos aprovados, o halterofilismo em 5 e o ciclismo em 4; tênis de mesa e ciclismo *mountain bike* estavam representados por 3 projetos cada um e vôlei de praia, luta olímpica, ciclismo BMX e canoagem cada qual com 2 projetos aprovados.

Em relação aos paraatletas esses conseguiram a aprovação de 74 projetos, ou seja, 22 a mais que no ano anterior, representados pelas seguintes modalidades: tênis de mesa (26), natação (22), tiro esportivo (7), bocha adaptada (6), canoagem (5), esgrima (4) e atletismo também (4), conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 27 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2011



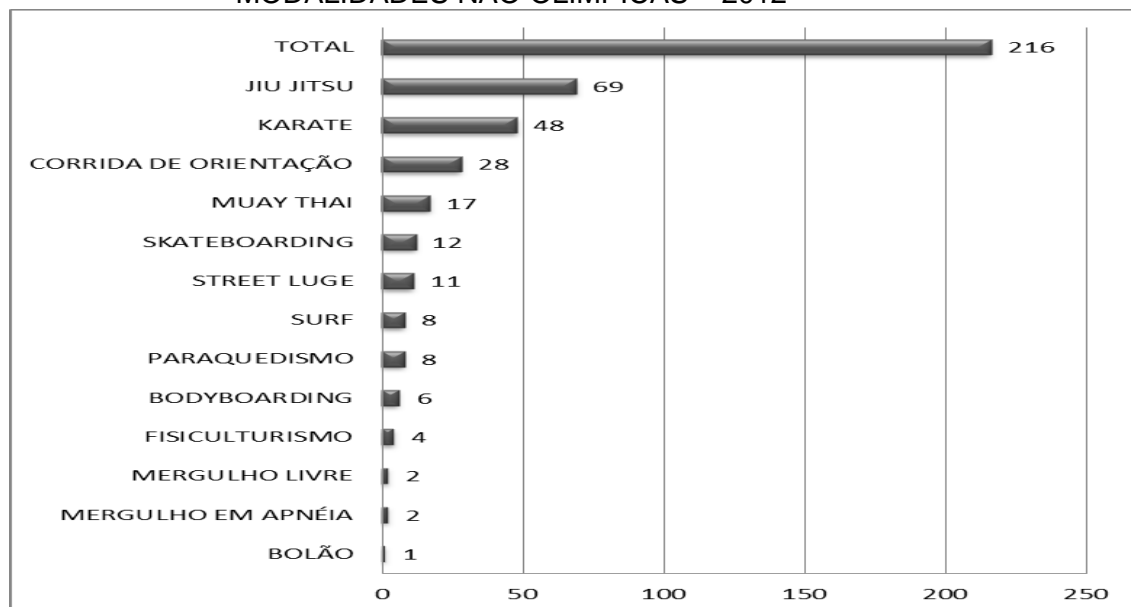
FONTE: Curitiba (2010b;2011a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Em 2012 foram 721 projetos aprovados dos quais 216 eram destinados a modalidades não olímpicas, 414 modalidades olímpicas e 91 modalidades paralímpicas. Dentre as modalidades não olímpicas o jiu-jitsu alcançou a primeira posição com 69 projetos aprovados; em segundo lugar o karatê com 48 projetos e

em terceiro a corrida de orientação com 28. *Muay-thai*, *skateboarding* e *street luge* ocuparam as próximas posições com 17, 12 e 11 projetos aprovados respectivamente. Na sequência, surf e paraquedismo (8), *bodyboarding* (6), fisiculturismo (4), mergulho livre e mergulho em apneia (2) e bolão (1).

GRÁFICO 28 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2012

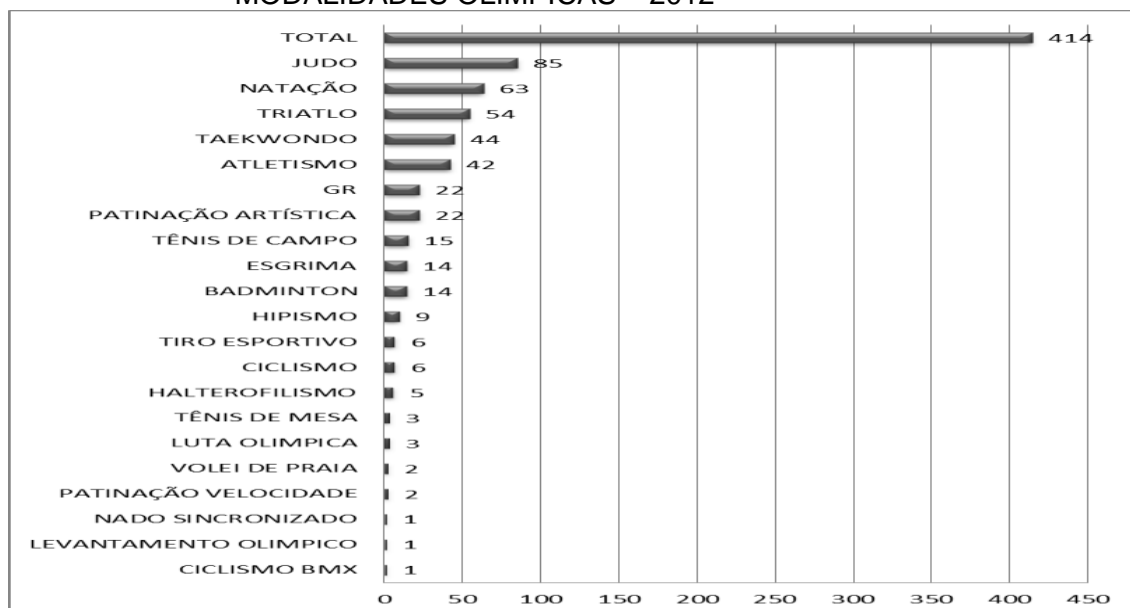


FONTE: Curitiba (2011b;2012a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Com relação às modalidades olímpicas contempladas nos projetos aprovados em 2012 destacaram-se aquelas que foram representadas por mais de quarenta projetos cada uma tais como: judô (85), natação (63), triatlo (54), taekwondo (44) e atletismo (42). A GR e a patinação artística foram contempladas em 22 projetos, o tênis de campo com 15 e a esgrima e o badminton com 14 projetos. As demais modalidades contempladas conseguiram representar-se com menos de 10 projetos cada uma, foram elas: hipismo (9), tiro esportivo e ciclismo (6), halterofilismo (5), tênis de mesa e luta olímpica (3), vôlei de praia e patinação velocidade (2), nado sincronizado, levantamento olímpico e ciclismo BMX (1).

GRÁFICO 29 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2012

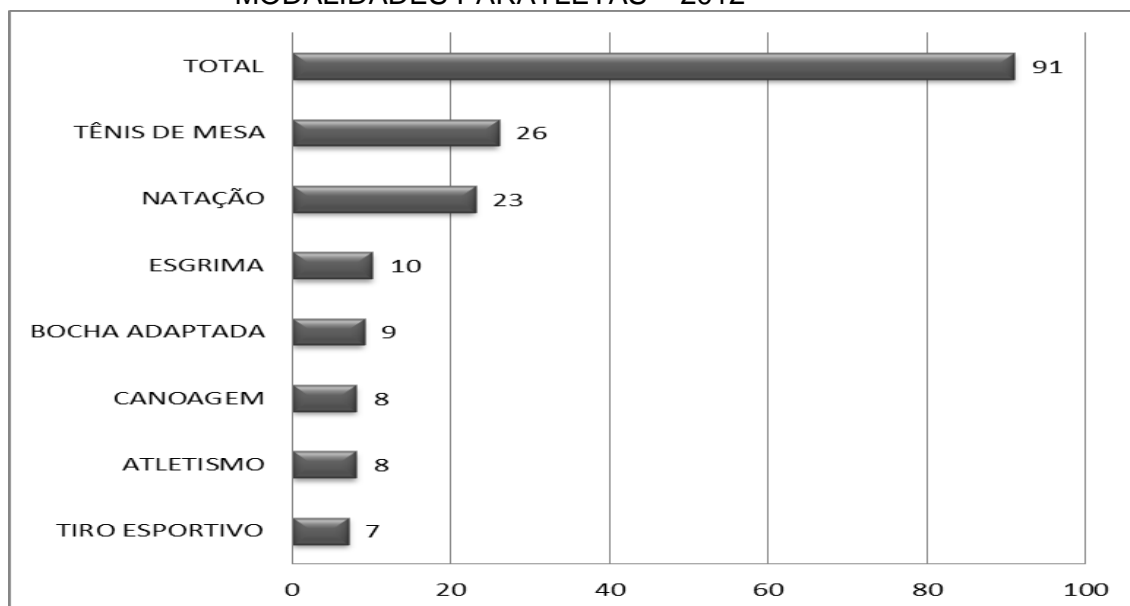


FONTE: Curitiba (2011b;2012a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O gráfico a seguir faz referência às modalidades praticadas por paraatletas nas quais o número de projetos aprovados cresceu consideravelmente em relação aos últimos anos e chegou a 91 no presente ano permanecendo o tênis de mesa e a natação como as modalidades com maior número de projetos aprovados, ou seja, 26 e 23 respectivamente. Em terceiro lugar a esgrima com 10 projetos seguida pela bocha adaptada com 9; canoagem e atletismo com 8 projetos cada uma e, por fim, o tiro esportivo com 7 projetos aprovados.

GRÁFICO 30 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2012

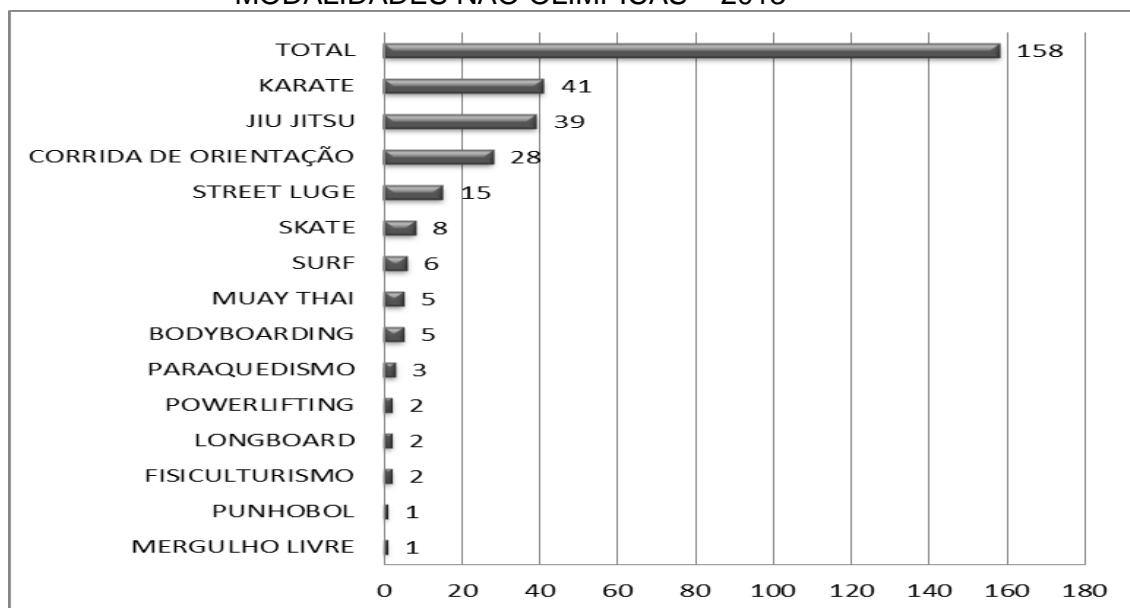


FONTE: Curitiba (2011b;2012a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O ano de 2013 teve 595 projetos aprovados dos quais 158 representavam as modalidades não olímpicas; 4 delas estiveram presentes cada uma em mais de 14 projetos foram karatê, jiu-jitsu, corrida de orientação e *street luge* com 41, 39, 28 e 15 aprovações respectivamente. As demais modalidades, sem exceção, tiveram menos de 10 projetos aprovados, como pode ser visto no gráfico a seguir:

GRÁFICO 31 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2013

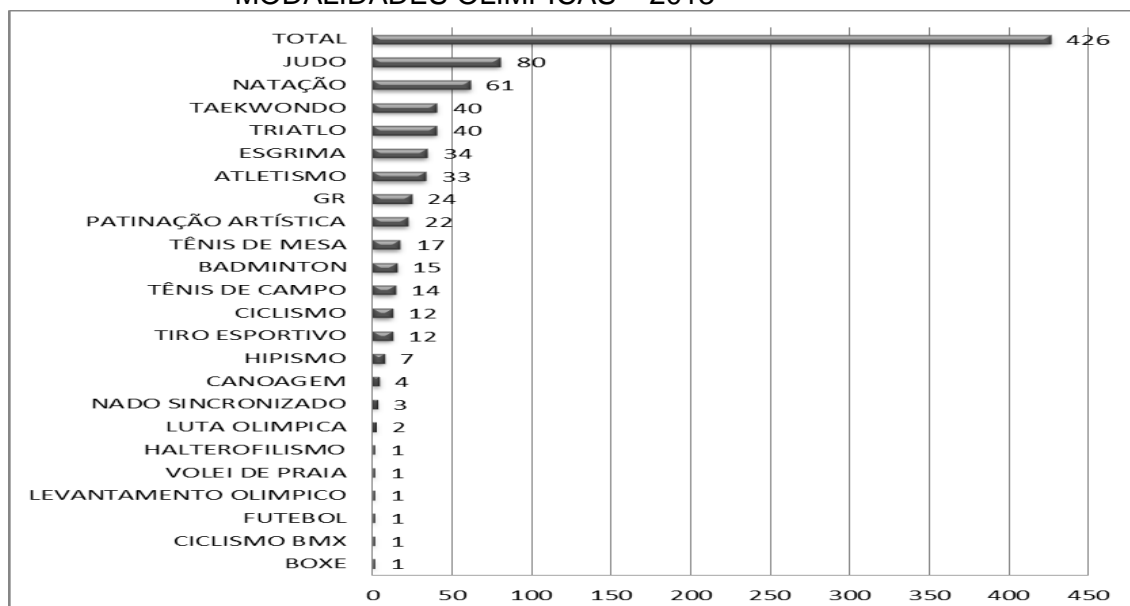


FONTE: Curitiba (2012b;2013a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

As modalidades olímpicas estiveram representadas por 426 projetos de acordo com a seguinte distribuição: judô (80), natação (61), taekwondo e triatlo (40), esgrima (34), atletismo (33), GR (24), patinação artística (22), tênis de mesa (17), badminton (15), tênis de campo (14), ciclismo e tiro esportivo (12), hipismo (7), canoagem (4), nado sincronizado (3), luta olímpica (2), halterofilismo, vôlei de praia, levantamento olímpico, futebol, ciclismo BMX, boxe (1).

GRÁFICO 32 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2013

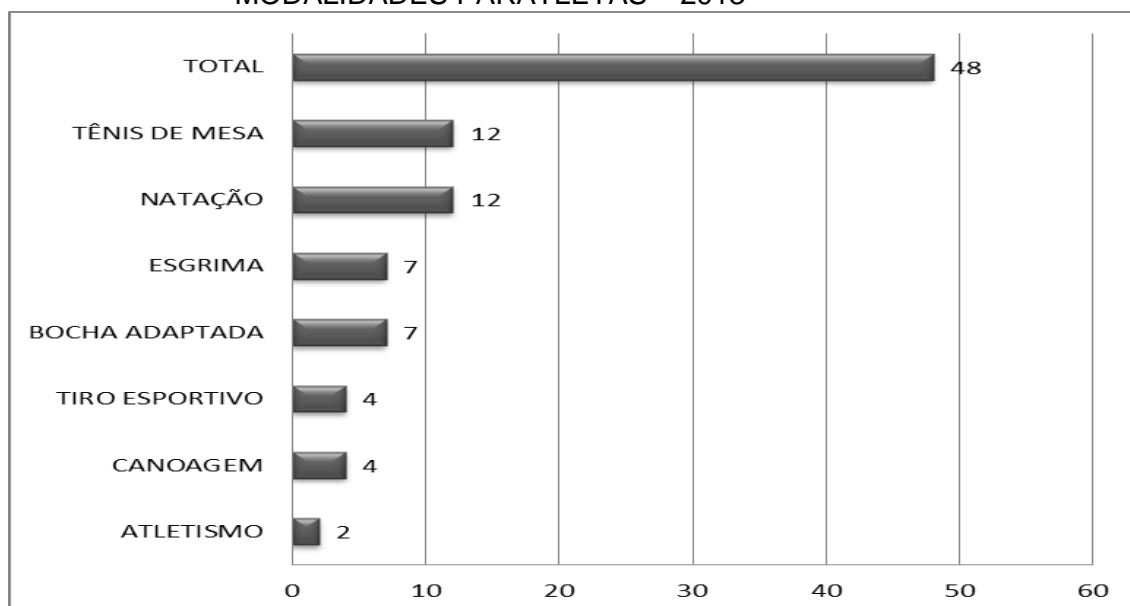


FONTE: Curitiba (2012b;2013a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

A categoria dos paraatletas foi contemplada através de 48 projetos aprovados dos quais tênis de mesa e natação com 12 projetos cada, esgrima e bocha adaptada com 7 projetos, tiro esportivo e canoagem com 4 projetos e o atletismo com 2 projetos aprovados, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 33 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2013

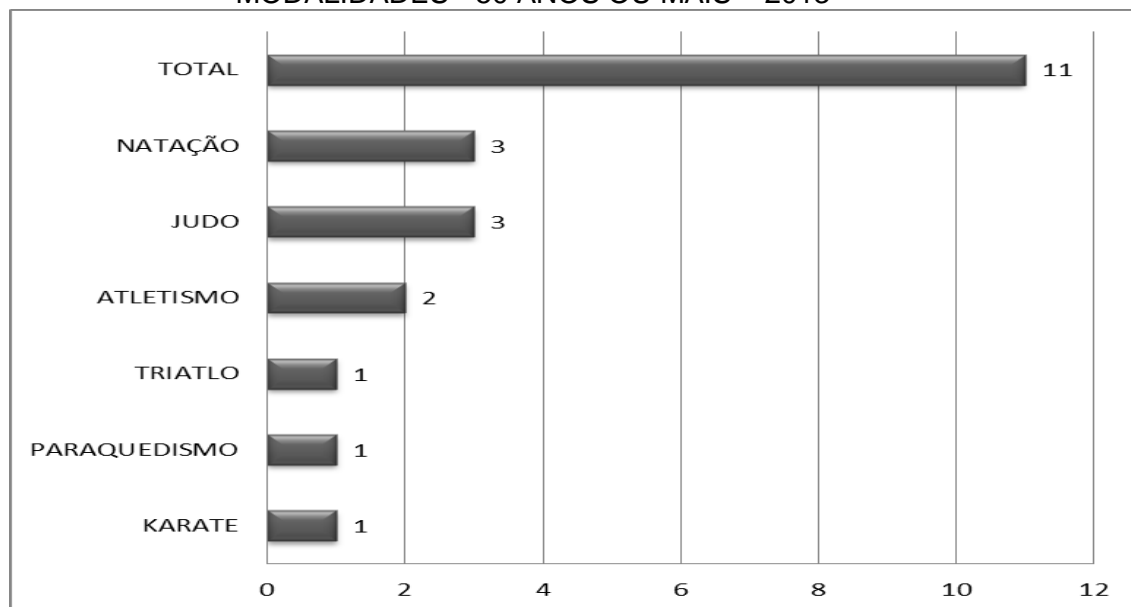


FONTE: Curitiba (2012b;2013a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

No segundo período de 2013 apareceu uma nova categoria de esporte de rendimento classificada como aquelas praticadas por indivíduos com mais de 50 anos. Nessa categoria existiram 11 projetos aprovados: 3 em natação e em judô, 2 em atletismo e 1 em triatlo, paraquedismo e karatê.

GRÁFICO 34 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES - 50 ANOS OU MAIS – 2013



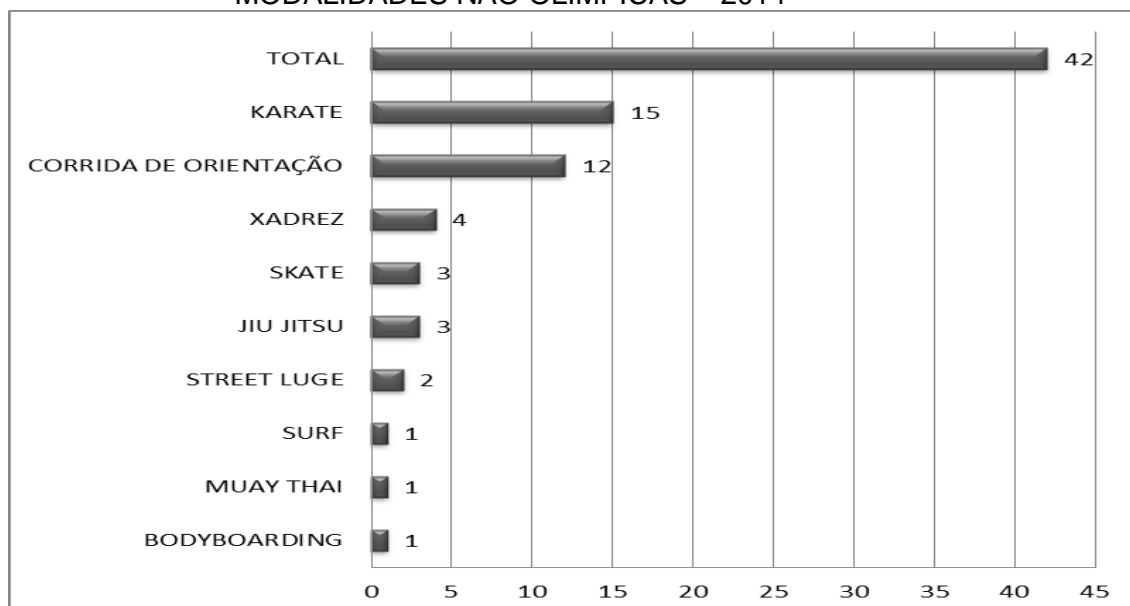
FONTE: Curitiba (2012b;2013a)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Os projetos aprovados a partir do ano de 2014 passaram a ser divulgados anualmente e não divididos em dois períodos como acontecia até então. Além disso, a dimensão rendimento esteve presente nas seguintes categorias: modalidades não olímpicas, modalidades olímpicas, paraatletas e pessoa física 35 ou +, ou seja, a categoria do ano anterior que considerava as modalidades praticadas por indivíduos com mais de 50 anos diminuiu sua especificação para indivíduos com mais de 35 anos de idade.

Em 2014 foram 270 projetos aprovados dos quais 42 representantes de modalidades não olímpicas estando o karatê como aquele com o maior número de projetos aprovados, 15, e a corrida de orientação em segundo lugar com 12 projetos. Em terceiro lugar o xadrez com 4 projetos seguido pelo skate e jiu-jitsu com 3 projetos cada um. *Street luge* foi representado por 2 projetos e surf, *muay-thai* e *bodyboarding* por 1 projeto cada modalidade.

GRÁFICO 35 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2014

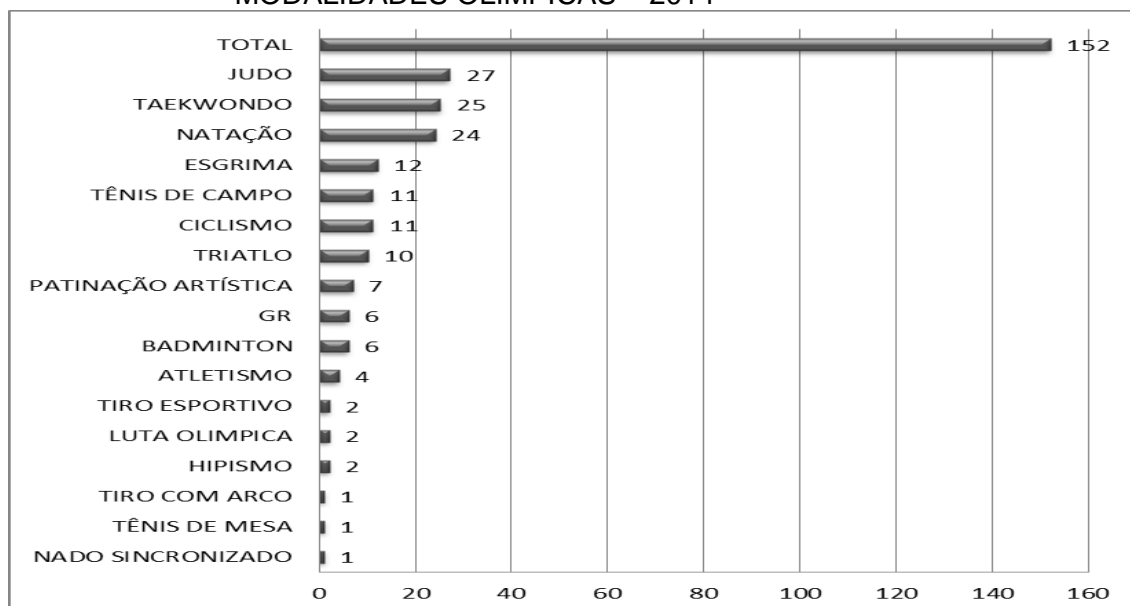


FONTE: Curitiba (2014d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

As modalidades olímpicas estiveram presentes em 152 projetos aprovados sendo o judô, o taekwondo e a natação aquelas com o maior número de aprovações: 27, 25 e 24 respectivamente. A esgrima esteve representada por 12 projetos e tênis de campo e ciclismo por 11 projetos cada uma. O triatlo, que anos atrás estava sempre entre as primeiras posições obteve apenas 10 projetos aprovados seguido por patinação artística, 7 projetos, GR e badminton (6), atletismo (4), tiro esportivo, luta olímpica e hipismo (2), tiro com arco, tênis de mesa e nado sincronizado com apenas 1 projeto aprovado cada uma. A seguir, é possível visualizar as modalidades olímpicas distribuídas:

GRÁFICO 36 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2014

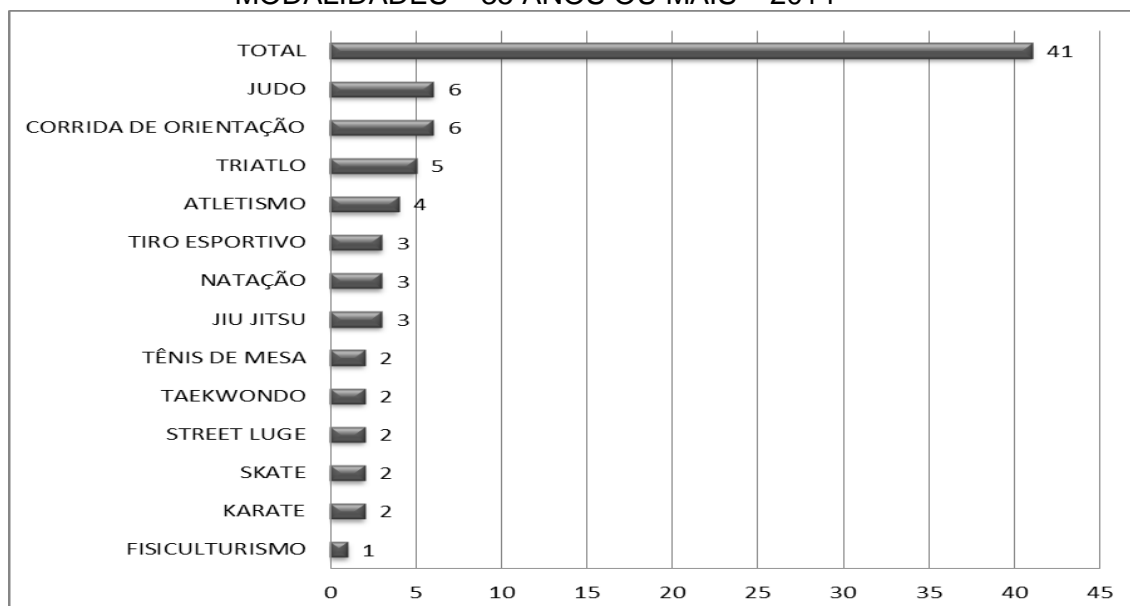


FONTE: Curitiba (2014d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

A categoria “35 anos ou +” foi representada por 41 projetos dos quais 6 eram sobre judô e corrida de orientação, 5 triatlo, 4 atletismo, 3 (tiro esportivo, natação e jiu-jitsu), 2 (tênis de mesa, taekwondo, *street luge*, skate e karatê) e fisiculturismo com apenas 1 projeto aprovado.

GRÁFICO 37 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES – 35 ANOS OU MAIS – 2014

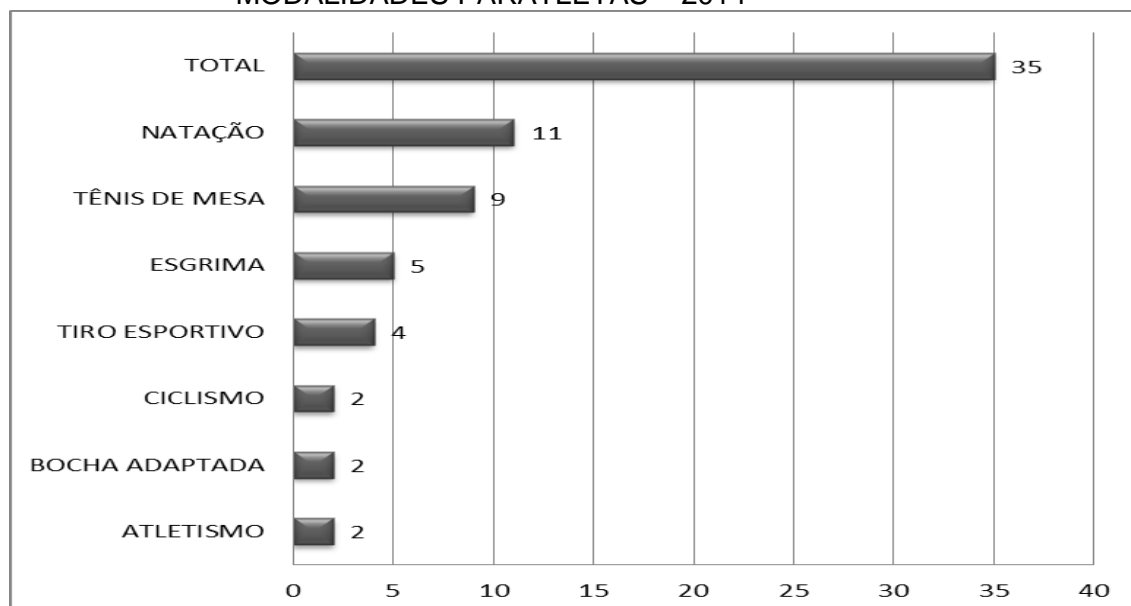


FONTE: Curitiba (2014d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O gráfico a seguir representa a categoria dos paraatletas cujos projetos foram aprovados no ano de 2014:

GRÁFICO 38 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2014



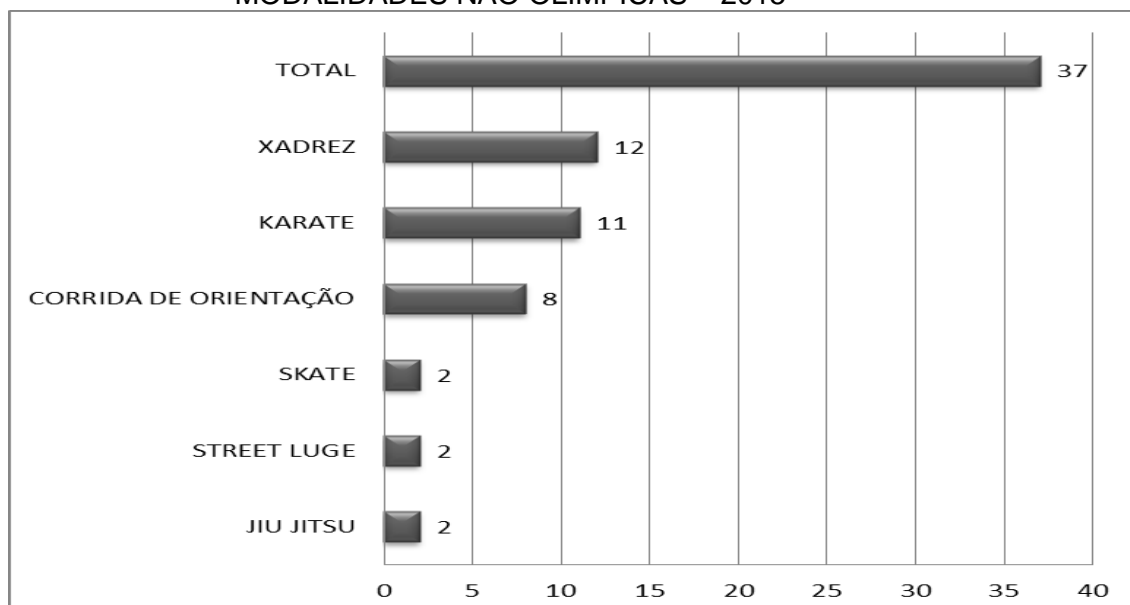
FONTE: Curitiba (2014d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

É possível visualizar que foram aprovados 35 projetos na categoria paraatletas cuja modalidade preponderante foi a natação com 11 projetos aprovados seguida pelo tênis de mesa com 09 aprovações, esgrima (5), tiro esportivo (4) e ciclismo, bocha adaptada e atletismo com 2 projetos aprovados em cada modalidade.

O ano de 2015 teve a mesma quantidade de projetos aprovados, ou seja, 270, porém somente a categoria paraatletas manteve-se com a mesma quantidade de projetos; já a categoria “não olímpica” diminuiu sua representatividade nos projetos aprovados e a categoria das modalidades olímpicas obteve um aumento quanto às aprovações.

GRÁFICO 39 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES NÃO OLÍMPICAS – 2015

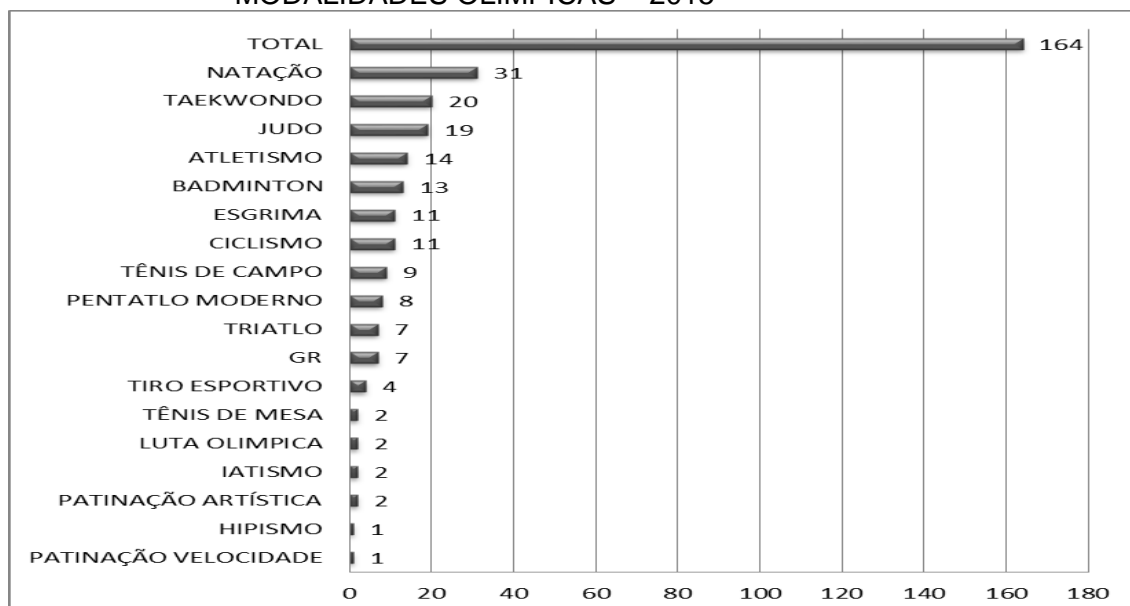


FONTE: Curitiba (2015d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Os 37 projetos aprovados na categoria modalidades não olímpicas estiveram assim distribuídos: xadrez (12), karatê (11), corrida de orientação (08), skate, *street luge* e jiu-jitsu (02). Em contrapartida, as modalidades olímpicas estiveram representadas por 164 projetos aprovados dos quais 31 representaram a natação, 20 o taekwondo, 19 o judô, 14 o atletismo e 13 o badminton. 11 projetos pertenciam às modalidades esgrima e ciclismo seguidos pelo tênis de campo com 9 projetos aprovados, o pentatlo moderno com 8, e triatlo e GR com 7 projetos cada. As modalidades que estiveram representadas com menos de 5 projetos cada foram: tiro esportivo (4), tênis de mesa, luta olímpica, patinação artística e iatismo (2) e hipismo e patinação velocidade (1).

GRÁFICO 40 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES OLÍMPICAS – 2015

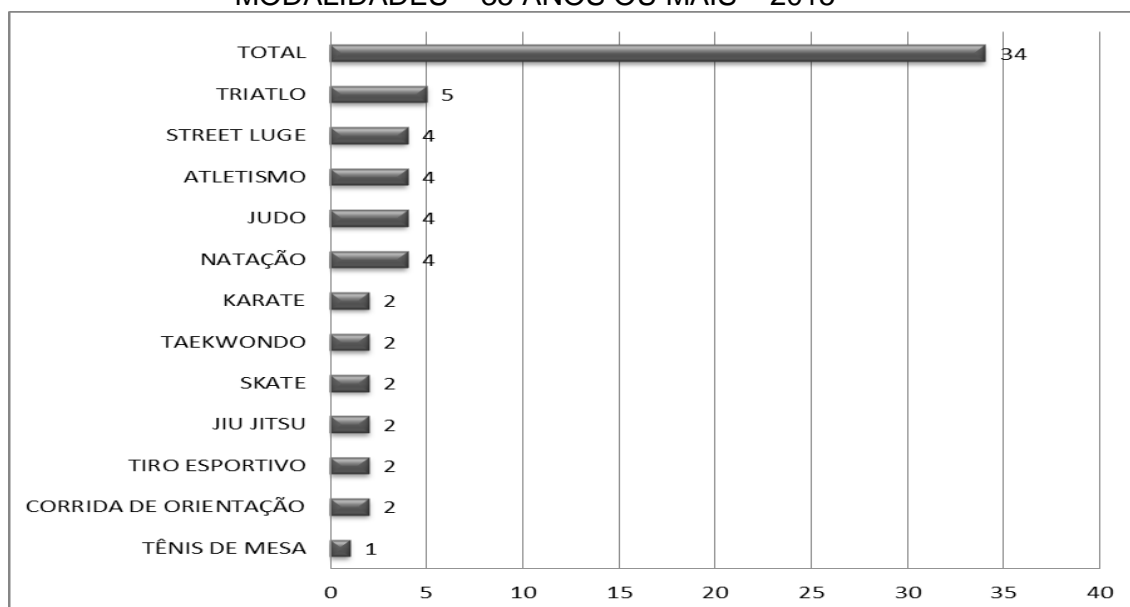


FONTE: Curitiba (2015d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

Os projetos aprovados em 2015 pertencentes à categoria 35 anos ou mais estiveram assim distribuídos:

GRÁFICO 41 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES – 35 ANOS OU MAIS – 2015



FONTE: Curitiba (2015d)

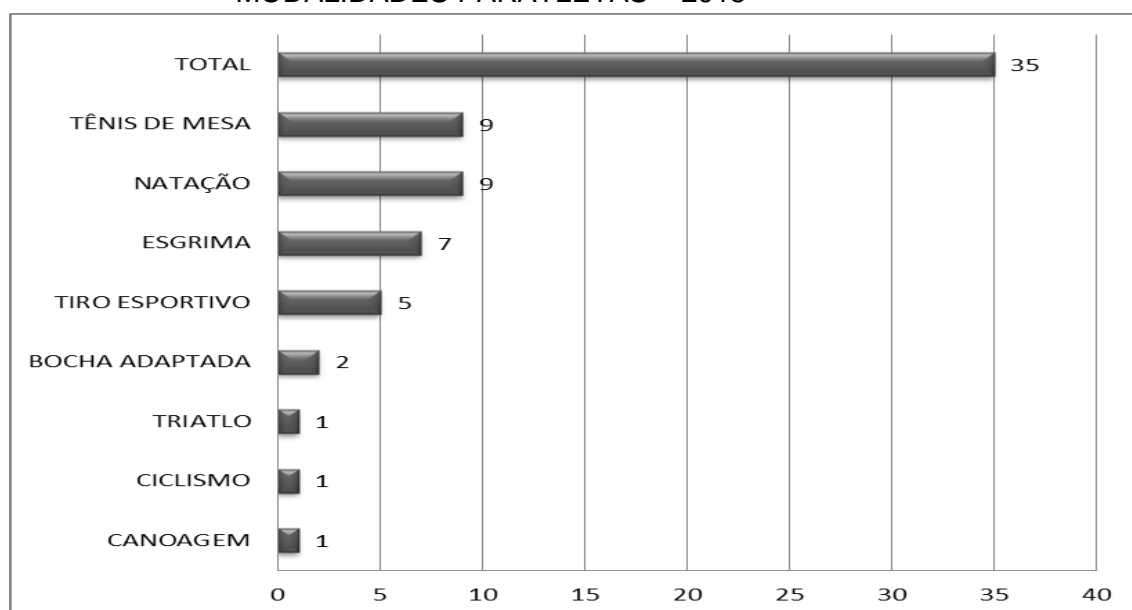
NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

É possível observar a inexistência de uma disparidade representativa em se tratando das modalidades cujos projetos foram aprovados na referida categoria. Dos

34 projetos, o triatlo foi a modalidade com mais projetos aprovados, ou seja, 5; as modalidades que tiveram quatro projetos aprovados em cada uma delas foram: *street luge*, atletismo, judô e natação. Seis modalidades obtiveram 2 projetos aprovados cada uma: karatê, taekwondo, skate, jiu-jitsu, tiro esportivo e corrida de orientação. O tênis de mesa foi a única modalidade com apenas 1 projeto aprovado.

Por fim, a categoria dos paraatletas manteve-se com 35 projetos aprovados, conforme o ano anterior estando o tênis de mesa e a natação empatados com 9 projetos aprovados cada, seguidos pela esgrima com 7 e tiro esportivo com 5 projetos. A bocha adaptada teve dois projetos aprovados e o ciclismo, o triatlo e a canoagem apenas 1 projeto aprovado cada.

GRÁFICO 42 - PROJETOS APROVADOS PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MODALIDADES PARATLETAS – 2015



FONTE: Curitiba (2015d)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

O capítulo a seguir busca analisar a maneira híbrida na qual essa tese de adequa utilizando o referencial teórico pesquisado, os documentos eleitos e as entrevistas realizadas. As nuances relativas aos projetos aprovados via Lei de Incentivo ao Esporte do município de Curitiba também serão posteriormente analisadas.

5 “DESORGANIZAÇÃO ORGANIZADA”: ENTENDENDO O ESPORTE DE RENDIMENTO NO CENÁRIO BRASILEIRO

O esporte, em quaisquer uma de suas dimensões, torna-se cada vez mais um eficiente mecanismo de comunicação e isso auxilia no processo de associação das empresas ao esporte afim de construir uma imagem forte, consolidada e positiva (COSTA, 2007). Nesse sentido o esporte de rendimento é aquele que mais possui características associadas à lógica atual da sociedade moderna que valoriza o sucesso, a ascensão e a vitória a qualquer custo, além disso, conforme aponta Proni (1998b) a sociedade moderna vive um momento de frequente tendência à especialização que se reflete em todas as áreas sociais e que é um aspecto intrínseco ao esporte de rendimento. Logo, afim de associar o esporte de rendimento a marcas, indústria esportiva, espetacularização e performance, por exemplo, é necessário entendê-lo a partir de sua conceituação, porém, esse é um problema estrutural de onde decorrem também as maiores dificuldades em termos de estruturação das políticas públicas para essa dimensão esportiva à medida que os gestores esportivos possuem diferentes visões do conceito de esporte de rendimento. Para Dutra⁹⁸ (2015, s.p.), secretário da SMELJ, o esporte de rendimento é aquele:

onde você tem sistematizado o processo de treinamento esportivo, é multidisciplinar; então, é onde você já está trabalhando as questões de preparação física, alimentação enfim, um processo complexo de formação do atleta. É....(pausa) e isso eu acho que é uma coisa que o setor público precisaria definir um pouco melhor porque isso gera muitas distorções principalmente na distribuição das bolsas para atletas de diversas modalidades, principalmente das modalidades não olímpicas onde a gente tem ainda a prática esportiva ainda não nesse estágio de rendimento sendo muitas vezes tratada pelo lado financeiro como esporte de rendimento; então a gente acaba não tendo um aproveitamento adequado dos valores que são destinados a esse tipo de política. Então eu acho que a definição de esporte de rendimento deveria ser uma coisa muito mais clara dentro da estrutura tanto do ministério do esporte quanto das secretarias estaduais e municipais.

Fica evidente a complexidade presente no entendimento dessa dimensão esportiva à medida que o entrevistado denota preocupação com as diferentes visões

⁹⁸ Entrevista realizada com Aluísio Dutra em 15 de Outubro de 2015 nas dependências da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, na cidade de Curitiba.

dos gestores que atuam com as políticas públicas esportivas nos distintos entes federativos. Dutra (2015) sugere que a clara conceituação dessa dimensão auxiliaria na proposição de ações relativas à implementação de políticas para desenvolvimento do esporte de rendimento em suas diferentes fases, desde a iniciação até a espetacularização de maneira a estarem articuladas as visões do ministério – enquanto representante do governo federal e das secretarias estaduais e municipais- representantes das estancias subnacionais de governo.

A propósito, com relação a essas diferentes fases é pertinente lembrar o posicionamento de Costa (2007) que associa o esporte de rendimento às habilidades físicas trabalhadas e desenvolvidas por especialistas sob a base da simulação e de movimentos ascendentes. Sendo assim é importante apontar para a segmentação das diferentes fases do esporte de rendimento cujas habilidades necessárias a serem trabalhadas bem como o treinamento esportivo a ser aplicado em cada atleta é personalizado e adequado seja à iniciação esportiva, seja à fase de alto rendimento. Lovisolo (2011) iguala esporte de rendimento a esporte espetáculo partindo do pressuposto da relação constitutiva entre esportista e público, porém, a partir dos achados desta tese entendem-se essas fases enquanto distintas com a existência de características próprias a cada uma delas.

Definiu-se no capítulo conceitual o esporte de rendimento como aquele inserido no contexto sociocultural, praticado por atletas que, a partir de uma comparação de resultados, buscam exercer sua melhor performance e quebrar recordes afim de sagrarem-se campeões. A vitória, contudo, não depende somente da habilidade do atleta, mas também está relacionada a horas de treinamento regadas à disciplina e organização que conferem ao atleta esse *status quo*, conquistado por meio da meritocracia. Essa dimensão esportiva é pautada na especialização de movimentos e permeada pela competitividade se utilizando de regras universais definidas por instituições que regulamentam as diversas modalidades. O esporte de rendimento interfere na lógica político-econômica dos países sendo vigiado, difundido e mantido pela indústria do entretenimento que tem a mídia como sua principal aliada, baseando-se, portanto, na mercantilização e inserindo-se cada vez mais na espetacularização.

Partindo desse conceito entende-se que atletas, clubes envolvidos, salários dos atletas, quantidade de patrocínio bem como a mídia interessada na transmissão e divulgação do evento são variáveis importantes na hora de distinguir as fases do rendimento e alto rendimento à medida que quanto mais elevadas e preponderantes forem cada uma das variáveis mais são passíveis de serem associadas à fase de rendimento com grau maior de complexidade. Dois atletas de tênis de mesa disputando os Jogos Escolares por suas escolas, respectivamente, podem ser representantes da fase chamada de “iniciação a especialização esportiva” à medida que estão na competição almejando medalhas, títulos e possuem um treinamento especializado condizente com seu desenvolvimento motor e suas habilidades; nessa fase as “bolsas” possuem valores razoáveis, o público envolvido reflete-se predominantemente entre familiares e colegas das escolas participantes da competição e o patrocínio é quase inexistente tendo em vista, justamente, a pouca utilização desse evento para fins midiáticos e consequentemente a pequena exposição da marca nos referidos meios de comunicação.

Por outro lado, duas equipes adultas disputando uma etapa da Copa Futsal de Curitiba, por exemplo, podem ser associadas ao esporte de rendimento tendo em vista que o treinamento dessas equipes, as habilidades requisitadas de seus atletas, a mídia e o público envolvidos e a finalidade do evento e de seus participantes requer a intencionalidade de conquista de títulos e disputa acirrada por medalhas. Sob outra perspectiva, as equipes de vôlei Osasco (Vôlei Nestlé) e Rio de Janeiro (Rexona/Ades) disputando a Superliga feminina representam o esporte de alto rendimento brasileiro tendo em vista a qualidade técnica do voleibol apresentado, o treinamento intensivo das atletas em questão, a mídia requisitada, a quantidade de patrocinadores envolvidos e o público espectador e telespectador interessados. Por fim, a disputa entre os atletas de natação representantes dos Estados Unidos e Austrália nos Jogos Olímpicos por exemplo, pode facilmente ser enquadrada na última fase do esporte de rendimento chamada de “espetacularização” à medida que o nível técnico de performance dos atletas é demasiado, a mídia envolvida nesse evento é internacional com um público espectador consideravelmente alto e telespectador que ultrapassa a marca dos bilhões. Logo, entende-se quão importante é a escolha das modalidades que compõem o rol daquelas integrantes dos Jogos Olímpicos e, portanto, olímpicas.

Ao utilizar o exemplo das modalidades olímpicas e não olímpicas Dutra (2015) suscita a existência de disputas no interior desse campo tendo em vista que Curitiba, por exemplo, tem importante representatividade no cenário esportivo do karatê e jiu-jitsu, ambas modalidades não olímpicas que competem em termos de investimento com modalidades olímpicas cuja valorização em termos mercantis e midiáticos é maior devido ao fato de integrarem o grupo daquelas escolhidas pelo COI para fazer parte do programa dos Jogos Olímpicos.

É também nessa fase de alto rendimento e principalmente espetacularização que a temática do doping se apresenta pertinente e corriqueira a medida que a busca desenfreada pelo sucesso esportivo e pela quebra de recordes sobressai aos “valores olímpicos” – diga-se de passagem motivação principal de reavivamento dos Jogos Olímpicos na era moderna por Pierre de Coubertin- fazendo inexistir o ideal de que “o importante é competir e não vencer”.

Para Campos⁹⁹ (2015, s.p.), representante do estado do Paraná, o esporte de rendimento:

está dentro de uma prática formal em termos de regras nacionais e internacionais onde as federações, estados, municípios, países se encontram para prática desse esporte, regulamentado e formal.

Campos continua o raciocínio enaltecendo a importância do entendimento das diferentes fases do esporte de rendimento e cita que a base de uma federação, por exemplo, pode ser considerada como “o início de um processo que está dentro de algo maior chamado rendimento”, ou seja, o que pode ser denominado enquanto iniciação esportiva ao esporte de rendimento. O entrevistado cita os programas desenvolvidos no próprio estado do Paraná para explicar as diferentes fases do esporte de rendimento, segundo ele, os Jogos Escolares do Paraná (que englobam a participação de estudantes de 12 a 17 anos) representam o início desse processo que, posteriormente, tem nos Jogos da Juventude do Paraná a construção de seleções municipais com jovens de 14 a 18 anos que representaria um segundo estágio nesse processo evolutivo que culminaria nos Jogos Abertos do Paraná que são, de acordo com o entrevistado:

⁹⁹ Entrevista realizada com José Alberto Campos em 23 de Outubro de 2015 nas dependências da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo na cidade de Curitiba.

o ápice do nosso rendimento esportivo e tudo isso aliado ao trabalho das federações esportivas. A legislação desses jogos, principalmente dos Jogos da Juventude e Jogos Abertos, contém mecanismos, estratégias para apoiar o esporte federado, ou seja, evitar que municípios tragam equipes prontas de outros estados e venham jogar uma semana aqui e vão embora e não deixam nada para o município; então, a gente usa algumas estratégias que levam esses eventos (Jogos da Juventude e Jogos Abertos) a apoiarem o nosso esporte de rendimento (CAMPOS, 2015, s.p.).

Além de um processo de evolução do esporte de rendimento, é citada a preocupação em apoiar as federações locais para que essas desenvolvam-se de maneira satisfatória e engrandecam-se a partir dos eventos (competições) locais. Fica evidente a utilização desses eventos para propagação e desenvolvimento do esporte de rendimento em todo seu processo de evolução que tem nos jogos escolares o início desse processo; os jogos da juventude o encaminhamento ao esporte de rendimento e os jogos abertos o rendimento esportivo, conforme justifica Campos (2015, s.p.):

eu acho que rendimento esportivo tem a ver com performance, então, se eu tenho o escolar (que está em âmbito escolar) jogando, aprendendo, tendo uma primeira vivência do esporte e de repente optando por esse esporte, quando ele for para o Jogos da Juventude ele já fez aquela opção por aquele esporte, ele vai estar no segundo estágio que eu chamo de “encaminhamento ao rendimento esportivo” e, após isso, a especialização vem com o decorrer da idade (já como adulto) nos jogos abertos (ou jogos universitários talvez) mas não vou falar de Jogos Universitários porque nos jogos universitários nós ainda não conseguimos atingir esse patamar ainda de rendimento mas nos Jogos Abertos com certeza.

A partir da fala do entrevistado é possível destacar o caráter transitório que ele revela para o esporte de rendimento ao caracterizar o esporte em idade escolar como início ao esporte de rendimento, seguido pelo esporte praticado na juventude como um encaminhamento ao rendimento e, ao atingir a idade adulta, o indivíduo praticaria assim o esporte de rendimento em sua fase mais avançada. Contudo, é importante esclarecer que esse entendimento do entrevistado é algo muito particular, da maneira como este vê o esporte principalmente no estado em que reside e trabalha e na forma como esse esporte se desenvolve ali. Essa maneira “linear” de conceituação não se adequa, por exemplo, caso objetive aplicá-la a modalidades cujo ápice de treinamento ocorre em idade adolescente/ juvenil como a ginástica. Ela, nas suas diferentes categorias, conforme apontam os estudos de

Tsukamoto e Nunomura (2003) e Pato (2004) possui aspectos que se revelam precoces do ponto de vista maturacional em atletas (principalmente do sexo feminino) o que demonstra um número muito maior de atletas de alto nível, até mesmo participantes de Jogos Olímpicos, com pouca idade. Logo, são poucos os casos de ginastas que atingem e permanecem no ápice de suas carreiras na idade adulta.

Ricardo Avellar¹⁰⁰, diretor da SNEAR, possui uma visão um pouco mais complexa do conceito de esporte de rendimento que, segundo ele não é um conceito fechado sob ponto de vista de entendimento, porém, em se tratando de políticas públicas é necessário entendê-lo de maneira mais fragmentada. Segundo ele, é possível definir uma prática enquanto rendimento a partir de sua “finalidade”, ou seja:

esporte de rendimento é aquilo que acontece com a finalidade de desempenho, de resultado esportivo. Então você pode pensar: “tem uma competição no clube onde tem um torneio interno aí todo mundo está lá, vai lá no final de semana, disputa aquele torneio”: é competição, tem resultado, tem o melhor que vai ganhar ou não, mas no meu entendimento isso não é esporte de rendimento porque a finalidade é o lazer (apesar de utilizar o meio da competição é o lazer), agora quem pratica o esporte pensando assim “eu preciso melhorar minhas marcas, vencer meu adversário, ganhar o campeonato X”, que dizer, se preparar pra isso, ter essa finalidade, para mim isso é esporte de rendimento e aí esporte de rendimento você pode definir como base, desenvolvimento, alto nível, [enfim] depende de cada situação. Agora esporte de rendimento, no meu entendimento é aquilo que alguém faz com essa intenção, com essa finalidade, de buscar resultado, de buscar performance (AVELLAR, 2015, s.p.).

A finalidade da prática ajuda na definição do que é esporte de rendimento e a forma como essa prática acontece e as competições das quais esse praticante participa auxiliam na alocação desse rendimento em alguma das suas fases, que pode ser desde a iniciação até a espetacularização. Contudo, o esporte de rendimento com maior apelo midiático e motivo de “disputas” é aquele mais associado ao espetáculo que ao jogo propriamente dito conforme apontam os estudos de Coakley (2007), tendo em vista principalmente que o esporte nesse meio é visualizado e entendido como atividade comercial de alta competitividade e ligada

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Ricardo Avellar em 13 de Outubro de 2015 nas dependências da Confederação Brasileira de Clubes, na cidade de Brasília.

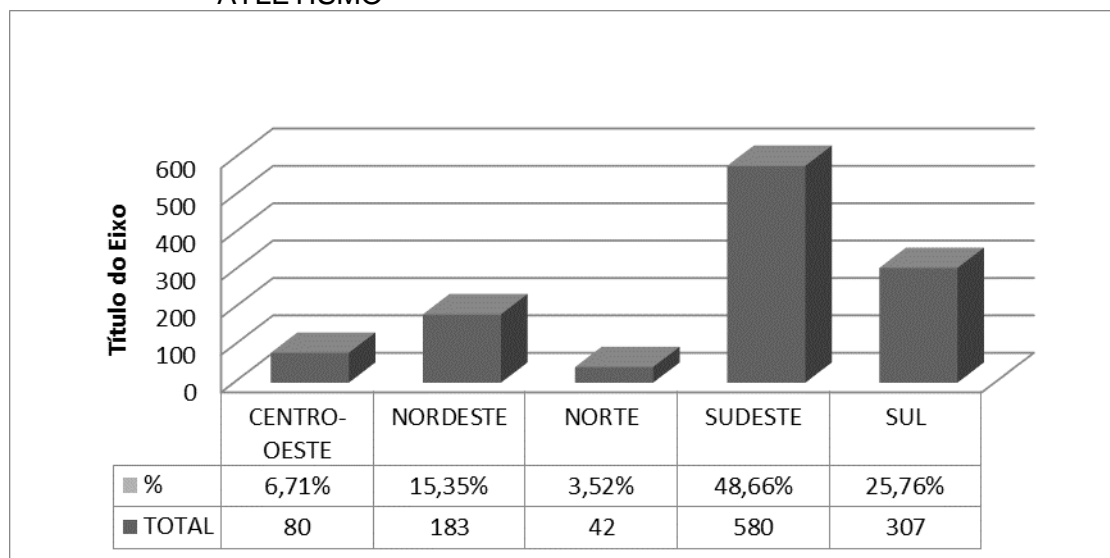
aos setores de comunicações e entretenimento (RODRIGUES; MONTAGNER, 2003).

5.1 OS LIMITES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA-POLÍTICO-ESPORTIVA BRASILEIRA

Ao tratar da temática federalismo é importante destacar as contribuições de Burgess (1993) a fim de destacar as condições necessárias para que um país subsistisse sob a forma do federalismo. Uma dessas condições é a presença da heterogeneidade, ou seja, diferenças de cunho econômico, cultural, racial e social, o que facilmente é associado ao Brasil devido à sua amplitude territorial bem como sua característica de miscigenação oriunda do processo imigratório do século XIX; somando-se a isso o fato de ainda interferirem na forma de se pensar e agir na política brasileira – sob ponto de vista dos governantes, como também da sociedade em geral- os resquícios de uma política cujas bases estruturaram-se pautadas em processos de democratização, ditadura militar e redemocratização.

Ao inserir o esporte no contexto do entendimento da heterogeneidade brasileira, é necessário destacar a pesquisa de Nascimento (2015) que contribuiu academicamente ao demonstrar qual o número de beneficiários do programa Bolsa Atleta especificamente na modalidade atletismo e qual a distribuição espacial desses atletas no território brasileiro entre os anos de 2011 e 2013. A autora justifica a escolha da modalidade em questão por ser aquela com o maior número de bolsas distribuídas ao longo dos anos de existência do referido programa. O gráfico abaixo representa a distribuição por região brasileira:

GRÁFICO 43 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PORCENTUAL POR ANO DAS REGIÕES DO PAÍS DOS ATLETAS BENEFICIADOS NA MODALIDADE DE ATLETISMO



FONTE: Nascimento (2015).

É notória a prevalência do sul e sudeste como as regiões com o maior número de beneficiários que, juntas, contabilizam 74,42% do total de bolsas. A autora destaca que, de acordo com os dados emitidos pela *International Association of Athletics Federations*, no Brasil existem cinco pistas oficiais de atletismo – todas elas na região sudeste- o que permite aferir um maior investimento (ao menos nessa modalidade e na construção de pistas oficiais) na região que, sozinha, angariou quase metade das bolsas distribuídas. Em contrapartida a região Norte foi a que menos recebeu o benefício e também é aquela economicamente mais pobre quando comparada às demais regiões brasileiras. A pesquisa de Nascimento (2015) também dividiu os estados brasileiros de acordo com suas regiões metropolitanas a fim de verificar se as bolsas distribuídas em cada região brasileira estavam concentradas nos pólos de desenvolvimento econômico pertencentes à cada região e, com relação à região Norte destacou que “a maioria dos atletas estão em cidades não vinculadas a uma RM, ou seja, esses atletas estão afastados dos centros econômicos, o que dificulta o acesso as bolsas e explica o pequeno número de contemplados” (NASCIMENTO, 2015, p. 39).

Muito embora as regiões brasileiras destaquem-se de maneira diferenciada sob ponto de vista econômico e esportivo, ressalta-se o importante entendimento do contexto de análise de determinada temática afim de que dela decorram interpretações interessantes e sensatas. Contudo, não necessariamente adentrando

nas particularidades presentes em cada região brasileira mas no âmago de sua constituição enquanto inseridas em uma estrutura federalista relembra-se que Abrucio (2005) apontou que o sucesso dessa estrutura acontece a partir do momento que a ela se associam “processos de coordenação intergovernamental” visão essa que é possível de ser associada ao posicionamento de Pierson (1995) quando aponta o “entrelaçamento dos níveis de governo” como “regra básica na produção e gerenciamento de programas públicos, especialmente na área social”. Ambos os autores chamam a atenção para a necessidade de estabelecimento de uma boa relação intergovernamental para que as áreas sociais sejam contempladas de acordo com suas necessidades de uma maneira eficiente. Contudo, na tentativa de construir essa relação, um termo ganha destaque por inserir-se de maneira singular ao longo dos textos constitucionais e por vezes dificultar o encaminhamento das ações públicas referentes às demandas sociais: a autonomia. Porém, a autonomia não foi citada como a maior causa de problemas que justificassem a falta de articulação entre os entes federados, mas sim, a falta de delimitação de papéis de cada ente nas respectivas esferas governamentais. Na visão de Aluísio Dutra (2015, s.p.):

o que nós precisamos trabalhar é um regime de competência e dentro de regime de competência pré-determinado eu acho que a autonomia é fundamental então a gente precisa fazer esse raciocínio de maneira separada: autonomia não é anarquia; autonomia é autonomia dentro de um sistema pré-determinado.

Logo, a questão da autonomia é diagnosticada enquanto necessária a partir do momento que se estabelecem os papéis de cada instituição. Nesse sentido, a contribuição de Newton Zanon¹⁰¹ (2015, s.p.), também da SMELJ, vai ao encontro daquela exposta por Dutra tendo em vista que considera a autonomia salutar, porém:

[...] eu acho que deveria ter mais clareza nas funções de cada ente. Eu acho que isso atrapalha um pouquinho o desenvolvimento [do esporte] porque hoje a gente não tem claro o que é do município, o que é do estado ... a gente por uma analogia, por uma consequência (também das condições) a gente acaba abraçando algumas coisas, mas não está bem claro o que cabe a cada um.

¹⁰¹ Entrevista realizada com Newton Zanon em 15 de Outubro de 2015 nas dependências da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude na cidade de Curitiba.

Houlihan (2009) relata que a “atribuição de responsabilidade funcional para o esporte” impacta de maneira positiva sobre uma política nacional de esporte, descrição que vem de encontro às opiniões de ambos os entrevistados que afirmam que o problema reside na falta da definição de papéis de cada ente federado e não na autonomia presente (e necessária) aos municípios, por exemplo. José Alberto Campos (2015), representante do estado do Paraná, salienta que a inexistência de um “alinhamento, em termos políticos, de governo federal para governo estadual” e que talvez isso sim poderia representar um limitador no sentido do estabelecimento de uma articulação entre os entes federados. Sendo assim, a partir do momento que o texto constitucional prevê autonomia aos municípios, faz-se isso no intento de promover uma descentralização administrativa que facilite a implementação de políticas públicas haja vista que seria inconsistente por parte do Estado coordenar todos os municípios brasileiros, logo a autonomia está posta – dentro de um contexto histórico- no sentido de facilitar o processo político.

Muito embora essa autonomia dos estados e municípios presuma a aprovação e implementação de programas, projetos e ações baseados em suas particularidades e necessidades, em se tratando especificamente do esporte de rendimento brasileiro destaca-se a iniciativa do governo federal na implementação de ações que posteriormente são “copiadas” e readequadas aos estados e municípios. Essa, porém, não é uma estrutura 100% linear tendo em vista ser possível exemplificar que a Lei de Incentivo ao Esporte no município de Ponta Grossa e Curitiba surgiram em período anterior àquela proposta pelo governo federal; logo, há a exceção de que nem sempre a União antevê todas as necessidades e demandas sociais a partir das quais estados e municípios implementam ações semelhantes. Além disso, decorre o fato de que o orçamento da União para o esporte – não necessariamente de rendimento- por exemplo, é muito maior do que aquele encontrado nos estados e municípios brasileiros, sendo que, muitas vezes, como as próprias secretarias aqui eleitas para estudo, não são de exclusividade para o esporte, mas dividem-se com outras áreas sociais: a secretaria do estado do Paraná, por exemplo, possui sob seu escopo de atuação o turismo e a secretaria do município de Curitiba tem a juventude inserida no rol de suas obrigações e atribuições.

Ricardo Avellar (2015), diretor da SNEAR concorda que geralmente o governo federal “dá o primeiro passo” em se tratando do esporte brasileiro, ou seja, a partir

de suas ações, demais estados e municípios tentam de alguma maneira adequar essas ações em seus respectivos entes federativos, porém, em um primeiro momento é possível pensar que essa iniciativa dos entes subnacionais acontece afim de angariar mais recursos do governo federal, como por exemplo os Centros de iniciação ao esporte que compõem a Rede Nacional de Treinamento cuja responsabilidade de implementação é do governo federal e, após instalados, essas estruturas ficam sob responsabilidade de custeio dos entes subnacionais.

O diretor, porém, chamou a atenção para as coincidências presentes no sentido de atuação de determinados partidos políticos na medida em que, a partir do momento que o partido, por exemplo, que está no comando do Ministério do Esporte e também se encontra na secretaria estadual de São Paulo a relação é direta e os repasses são facilitados. Ele exemplifica esse fato a partir da seguinte situação:

em determinada época quando o PCdoB assumiu o ministério do esporte, ao mesmo tempo que ele assumiu o ministério do esporte ele fez uma política interna dentro do partido de buscar as secretarias estaduais e municipais para o PCdoB para ter essa relação direta com o ministério do esporte. Em termos de repasse, etc, facilitaria. Isso aconteceu. Quando isso acontece, quem está lá no município ou no estado sendo do mesmo partido que está aqui no ministério ele vai fazer a mesma “oh...o que que é isso aqui. Me passa isso que eu vou implantar isso aqui”. Hoje isso está acontecendo da mesma forma; o PRB que está hoje no ministério do esporte também tem hoje uma política de assumir secretarias municipais, estaduais de esporte e consequentemente vão levar para lá aquilo que o ministério tem que é o partido deles também. Então hoje o PRB tem secretarias importantes, tem Minas Gerais, tem Brasília, tem São Paulo, entendeu? Que acaba fazendo um alinhamento com o Ministério do Esporte e aí politicamente isso, “o que que você tem de política aí que eu posso tocar aqui? ” Tem isso. Aí o cara vai implanta lá e isso vai descendo¹⁰² (AVELLAR, 2015, s.p.).

O entrevistado, através de exemplos concretos, descreve de que maneira se moldam as relações intergovernamentais a partir do alinhamento político/partidário brasileiro que são facilitadas a partir da existência desse alinhamento. Porém, independentemente da ocorrência ou não desse “alinhamento” decorre o fato de que o sistema federativo necessita do que Pierson (1995) já intitulava como “processo decisório compartilhado” atuante por meio da interconexão presente entre a União e os entes subnacionais. Contudo, para que haja uma gestão compartilhada é necessário que todos os entes federativos desejem participar dessa gestão afim de

¹⁰² Importante ressaltar que o PRB atualmente não detém a pasta ministerial esportiva.

estabelecer um equilíbrio nas relações de poder. Porém, em se tratando de um país territorialmente extenso, governado por um sistema de multi-partidarismo e reconhecido por suas heterogeneidades torna-se muito difícil a concretização dessa gestão compartilhada somando-se o fato da inexistência de um mecanismo “legal” que a torne legitimamente atuante. Essa opinião é sustentada em Souza (2005) que salienta que a ausência de mecanismos que estimulem cooperação dificulta a impregnação de uma gestão compartilhada, alicerçada à predominância de diferentes condições de estados e municípios brasileiros.

Parte-se do princípio, porém de que essa gestão compartilhada faz parte do que pode ser chamado de federalismo cooperativo cuja versão oposta exerce-se por meio do federalismo competitivo. O primeiro pode gerar “armadilha da decisão conjunta” cuja consequência pode ser a uniformização da política e a ausência de inovação nas ações. Por outro lado, o competitivo limita o caráter solidário dos entes federativos.

Ao ser questionado sobre a alocação do Brasil sob a forma de federalismo competitivo ou cooperativo, Ricardo Avellar (2015, s.p.) reforçou que talvez deveria existir uma terceira forma de classificação haja vista o encaixe do Brasil ora em uma ora em outra forma:

o nosso federalismo, apesar de ele dar uma determinada autonomia aos entes federados, ele dá autonomia mas assim eles acabam sendo dependentes (principalmente financeiramente) do Estado principal, da federação. Então, não adianta eu te dar autonomia se você não tem como “bancar” sua autonomia. Você depende do que eu te repasso para você bancar sua autonomia então, nesse sentido, ela tem que ser cooperativa senão o dinheiro não chega lá.

Contudo, o entrevistado também aponta para o fato de que a existência de um multipartidarismo no Brasil faz com que muitas vezes as instituições sejam governadas por partidos políticos diferentes o que acaba por gerar uma certa “concorrência” no sentido de que os entes subnacionais desejam ser vistos de acordo com o sucesso de sua atuação para que possam angariar mais recursos e “brigar por algum outro espaço mais alto”. Esse fato por si só se enquadra em uma forma de competição onde cumprir metas e implementar a maior quantidade de ações torna-se mais importante (até mesmo com vistas a compor o discurso político) do que o nível de eficiência com o qual essas ações foram desenvolvidas.

Logo, deve-se enfatizar que mais importante que classificar o Brasil como competitivo ou cooperativo é entender as características presentes em cada uma das dessas formas e utilizar os mecanismos úteis e eficientes que delas surgem afim de melhorar a forma de gestão das políticas públicas brasileiras nos três níveis de governo.

Cabe destacar as deliberações presentes no texto da II CNE quando retrata que as atuais leis esportivas sobre a constituição de sistemas de esporte, sugerem que em âmbito estadual e municipal sejam constituídos sistemas “apenas para o campo do rendimento” (BRASIL, 2006a, p. 25). Contudo não se aponta como isso deve ser feito e de que maneira isso engloba a autonomia desses estados e municípios para elencar o esporte de rendimento enquanto prioridade e, portanto, a necessidade de constituição de um sistema próprio; especificamente no estado do Paraná e no município de Curitiba ambos os entes federativos não entendem com obrigação do estado o esporte de rendimento e mantem maior parte de seu orçamento e ações para o desenvolvimento do esporte participação. O atual diretor de esportes da SMELJ, Newton Zanon (2015), comenta que a iniciativa de fazer um sistema municipal surgiu no início da atual gestão em 2013, mais especificamente “foi a primeira determinação do secretário” e, a partir de então já foram iniciadas algumas definições quanto a faixa etária que seria priorizada (no caso do esporte de rendimento/iniciação até 18 anos) porém na atividade física atende-se até terceira idade, logo, não existe uma faixa etária limite.

De acordo com o diretor de esportes da SMELJ, a secretaria acredita que:

o município não deve se preocupar tanto com o rendimento (com o alto rendimento), eu acho que a gente deve participar da fomentação do esporte, da iniciação esportiva, do início do rendimento, do começo do rendimento mas para futuramente ser o sistema privado, ou algum clube, alguma equipe assumir isso. Eu acho que ele é muito oneroso para o município assumir qualquer coisa em termos de rendimento então, quando nós fizemos todo o planejamento da secretaria (como o cobertor é curto) a gente não consegue atender todas as demandas que nos são passadas, então a gente priorizou dentro da nossa gestão atendimentos até 18 anos para iniciação esportiva e rendimento; a gente tem focado nessa faixa etária e não tem apoiado muitas ações diretamente com a secretaria para o esporte de rendimento adulto. A gente tem feito alguma coisa dentro da secretaria, mas até um determinado momento; a partir desse momento a gente procura encaminhar para quem tiver mais estruturado (ZANON, 2015, s.p.).

Tendo em vista a autonomia dos municípios bem como o papel decisório de gestão dos responsáveis pela secretaria, optou-se pela escolha do esporte participação em detrimento ao esporte de rendimento, muito embora, a secretaria implemente ações para esse público e destine parte de seu orçamento ao desenvolvimento dessa dimensão esportiva. De maneira bastante semelhante desenvolve-se a secretaria do estado do Paraná que, de acordo com seu representante nesta pesquisa, o Estado deve ser um incentivador e apoiador do esporte de rendimento, mas não o provedor principal:

Para mim o Estado é apoio ao esporte de rendimento; o esporte de rendimento hoje através da legislação brasileira é confederação-federação-clubes. Então, no nosso estado hoje quem tem a responsabilidade primeira de fazer o esporte de rendimento são as federações esportivas e seus clubes. O estado obviamente dentro do seu papel tem o dever de apoiar essas manifestações ou essa manifestação esporte de rendimento. Como? Através de programas e projetos que venham apoiar no caso o esporte de rendimento (CAMPOS, 2015, s.p.).

O entrevistado desenvolve uma lógica coerente de embasamento legislativo em que se atribui o esporte de rendimento a tríade confederação, federação e clube, contudo ele destaca que esse sistema esportivo “faliu” à medida que essa tríade não consegue manter-se e desenvolver o esporte sem o apoio, incentivo de outras instituições, inclusive o Estado. Além disso, embora seja de responsabilidade dessas instituições elas não se desenvolvem sem que os estados e municípios auxiliem até mesmo sob ponto de vista da formação de equipes para as disputas de campeonatos por elas criadas. Segundo Campos (2015, s.p.):

Hoje, o sistema esportivo nacional faliu! Se eu não tenho hoje o município de Maringá fazendo o time de vôlei, o município de Maringá atrás do time de vôlei eu não faço esporte de rendimento. Se eu não tiver o município de Campo Mourão atrás das equipes de basquete que estão na liga (o município- ente público) eu não faço esporte de rendimento. Então, esse sistema colocado, na minha opinião, confederação-federação-clubes não existe mais.

José Alberto Campos (2015) continua sua análise lembrando o tempo que era atleta em que existia o prazer por competir em determinada modalidade, por determinado clube, para trocar de tênis, por gostar de viajar; hoje em dia, porém, atletas em idade infanto-juvenil recebem “salários” para jogar por determinado clube, recebem dinheiro para competir e se o clube não conseguir “pagar” para esse atleta

ele vai procurar outro clube. Além disso, na visão do entrevistado “o clube é a célula primeira no desenvolvimento do esporte de rendimento no Brasil...e o clube faliu”. Portanto, segundo ele, o esporte de rendimento só se promove atualmente com o incentivo e apoio do Estado que promove competições (no Paraná especificamente os Jogos da Juventude e os Jogos Abertos) tendo em vista que essas competições não envolvem somente os atletas, mas também seus familiares e amigos que produzem a partir de então uma demanda contínua para apoio do Estado ao desenvolvimento desse esporte de rendimento.

Ao relembrar as delimitações do Sistema Nacional do Esporte como aquele constituído do subsistema composto por CPB, CPB, CBC e entidades nacionais de administração do esporte presentes no decreto 7894/13 bem como da definição de que os sistemas presentes nos estados e municípios devem observar o princípio da descentralização e da autonomia de cada ente federativo fica evidente a importância dos órgãos presentes nesse subsistema para desenvolvimento do esporte de rendimento no Brasil, muito embora nesse momento, eles não sejam objeto de análise desta tese.

A necessidade, ou não, de interferência do Estado no esporte (não somente de rendimento) é uma discussão realizada em diversos países através das quais é possível dialogar com as nuances encontradas no Brasil. Houlihan (1997) por exemplo, deixava clara a significativa importância da aproximação entre estado e esporte para desenvolvimento dessa área social.

Houlihan e Green (2008) indicam a tendência cada vez maior de países exigirem de suas organizações esportivas adequação à globalização inerente ao esporte que se insere na lógica de mercado atual e global a partir da percepção do esporte não somente enquanto um fator cultural, mas também como um elemento constituinte da economia. Nesse sentido, a influência dos países no esporte pode ocorrer através de diversos mecanismos como por exemplo financiamento, criação de instituições reguladoras das diversas modalidades, apoio a organizações esportivas, criação de comitês nacionais, criação de ministérios e secretarias a fim de organizar e disseminar o esporte em suas diferentes dimensões. O Brasil, sob ponto de vista estatal, insere-se enquanto responsável pelo desenvolvimento esportivo criando por exemplo um Ministério do Esporte cuja atuação remete à criação e desenvolvimento de políticas públicas esportivas bem como se relaciona e financia instituições privadas e/ou sem fins lucrativos e/ou não governamentais que

promovem o esporte brasileiro. A relação entre o COB e o Ministério do Esporte é um grande exemplo de como essa relação, porém, pode tornar-se conflituosa haja vista a discussão acerca da autonomia presente em ambas as instituições.

É possível afirmar, porém, em se tratando de adequação e modernização do esporte brasileiro à lógica empresarial que ainda há muito o que fazer tendo em vista a dificuldade de inserção governamental na regulação de determinadas instituições cuja governabilidade ainda se exerce de maneira patriarcal impedindo até mesmo que o Estado insira ordens à sua atuação e modifique um sistema que se mantém defasado há anos. A Confederação Brasileira de Futebol é um grande exemplo dessa situação à medida que embora o Brasil seja um celeiro de craques e a legislação brasileira a todo momento remeta à essa modalidade específica, ainda não foi possível – por motivos que não cabe nesse trabalho destacar- adequar o futebol brasileiro à lógica empresarial impregnada nos grandes clubes europeus.

Houlihan e Green (2008) relatam também as dificuldades inerentes ao treinamento dos atletas de rendimento com relação a utilização de instalações esportivas quando uma mesma instituição (governamental) é responsável por promover diferentes dimensões esportivas o que acaba por gerar o natural embate acerca da priorização de recursos. No caso do esporte brasileiro observou-se que os recursos para a dimensão rendimento são direcionados (a nível federal) a duas instituições principais – Ministério do Esporte e COB - contudo existem também as instituições presentes nos estados e municípios que recebem verbas oriundas de seus impostos locais como também recebem apoio financeiro das instituições localizadas na esfera federal. Além disso, o Ministério do Esporte sendo uma instituição pública tem a obrigação de promover as diferentes dimensões esportivas representadas pelas secretarias na instituição presentes, sendo que cada qual deseja obter a maior quantidade de verbas para o desenvolvimento de suas ações. Ao estar presente na CF que o destino de verbas deve ser prioritário ao esporte educacional parece destoado da realidade, principalmente ao levar em consideração a realização de megaeventos esportivos no Brasil num período que equivale a dois anos (2014-2016), porém, compreende-se que as necessidades circunstanciais devem prevalecer na distribuição de recursos contanto que a sociedade possa usufruir das políticas realizadas seja através de projetos bem como de instalações esportivas construídas.

Houlihan e Green (2008) potencializam a discussão acerca do investimento no esporte de rendimento ao elencar a quantidade de medalhas de ouro conquistadas por alguns países nas edições olímpicas bem como o investimento realizado nessa dimensão esportiva. Os autores também colocam em pauta a preocupação e atuação direta de alguns países (leia-se Inglaterra, Austrália Alemanha e Estados Unidos) no esporte de rendimento, criando departamentos e instituições responsáveis pelo desenvolvimento dessa dimensão esportiva almejando melhores posições no ranking das modalidades (principalmente olímpicas) bem como a demonstração de um país forte esportivamente enquanto sede dos Jogos Olímpicos, como o que aconteceu com China em 2008 e Inglaterra em 2012. Com o passar dos anos, o Brasil inevitavelmente incorporou essa necessidade de priorização tendo em vista a sequência de eventos dos quais tornou-se sede, contudo, é necessário notar quão tardia foi a criação de um ministério exclusivamente para o esporte bem como a quantidade de secretarias estaduais e municipais que dividem suas atuações em diversas áreas sociais, como pode ser comprovado pelas secretarias nessa tese estudadas sendo a do estado do Paraná que atende as demandas relacionadas ao esporte e ao turismo; e a do município de Curitiba que tem a juventude também sob seu escopo de atuação.

O arcabouço teórico sob o qual se construiu essa tese, principalmente no que se refere ao entendimento das políticas públicas para o esporte de rendimento esteve pautado em autores como Houlihan e Green (2008) que, em alguns de seus estudos elencaram fatores considerados importantes para o pleno desenvolvimento do esporte de rendimento, são eles: centralidade de instalações, apoio financeiro do setor público, integração dos programas de preparação de treinamento, comissão técnica especializada, boas condições de treinamento aos treinadores, apoio para atletas em tempo integral, desenvolvimento de ciências do esporte e medicina esportiva, organização hierárquica para participação em todas as competições internacionais.

O apoio ao atleta em tempo integral é um dos grandes expoentes para o sucesso esportivo do atleta de rendimento. Trabalhar em algum período ou dividir seu horário de treino com afazeres comerciais que tangenciam o patrocínio de alguns atletas na visão de Houlihan e Green (2008) também não corresponde ao ideal numa visão “a longo prazo” de sucesso esportivo e conquista de medalhas. O atleta patrocinado precisa muitas vezes cumprir uma agenda de compromissos que

não se resume em “treinamento” especificamente e isso pode prejudicar seu desempenho esportivo em competições importantes que podem até mesmo ser classificatórias. Nesse sentido, os autores justificam a importância do financiamento do atleta em tempo integral para que, a curto, médio e longo prazo seu treinamento esteja no topo do rol de prioridades.

A importância da ciência do esporte para o desenvolvimento do esporte de rendimento também é indicada pelos autores como essencial, contudo, Green e Houlihan (2005) apontam que ela tende a se concentrar em equipamentos em detrimento do atleta, principalmente porque a aplicação da ciência para equipamentos e design de vestuário tem maior potencial para gerar lucros quando comparada à aspectos relacionados a nutrição, preparação psicológica e regime de treinamento de atletas, por exemplo.

Houlihan (2009) aponta a crescente influência que o esporte de rendimento passa a ter em diversos países a partir do entendimento de sua importância em instituições relacionadas ao esporte ou não. A criação da Agência Mundial Antidoping e a perpetuação dessa agência em diversos países do mundo (no Brasil por exemplo, a agência foi criada a partir da obrigatoriedade imposta pelo COI para que os Jogos Olímpicos aconteçam no país) representa essa influência que se reflete nacional e internacionalmente. Contudo, destaca-se a importância esportiva em instituições como Conselho da Europa, União Europeia e UNESCO que passam no decorrer das últimas décadas a interessar-se pelo esporte fato esse que auxiliou na elevação do esporte a objeto influente na política nacional de diversos países.

Os estudos de Green e Houlihan (2005) apontam que Reino Unido, Austrália e Canadá receberam uma maior intervenção governamental no esporte de rendimento, principalmente através de investimentos de recursos públicos e de fundos de loterias cujo principal objetivo era melhorar as instalações esportivas, especializar os treinadores e maximizar os setores de ciência e medicina do esporte. Conforme visto no decorrer deste trabalho, o recurso oriundo das loterias auxiliou e permanece sendo fator predominante no desenvolvimento do esporte de rendimento, através do que é possível aferir que sem esse recurso o esporte brasileiro não teria evoluído positivamente, muito embora ainda seja possível questionar, no caso brasileiro, que o dinheiro administrado pelo Comitê Olímpico Brasileiro oriundo da Lei Agnelo Piva não é utilizado somente com aplicabilidade no desenvolvimento de suporte aos atletas brasileiros tendo em vista que esse dinheiro

também serve para custear a estrutura do COB bem como das confederações que recebem essas verbas.

Houlihan (2009) destaca que alguns fatores auxiliam no entendimento da política nacional de determinados países e na forma como esses executam as ações relacionadas ao esporte: organização da máquina do governo; história de relação com outros países; estrutura dos partidos políticos; relação entre poderes executivo e legislativo. Todos esses fatores, associados ou não, modelam o nível de relação entre as instituições públicas ou privadas de um determinado país bem como a influência que políticas externas têm sobre a política interna. Ao analisar todos esses fatores no decorrer desse trabalho é possível corroborar com o autor a partir da possibilidade de se entender os avanços e retrocessos no desenvolvimento do esporte de rendimento brasileiro à medida que todos eles, sem exceção, influenciaram na condução das políticas públicas do país. A estrutura política brasileira bem como o tardio entendimento da importância e influência do esporte enquanto um fator de mudança social, contribuíram por exemplo para que o esporte, mesmo mediado por conferências pautadas na democracia e descentralização e amparado sob ponto de vista legislativo, ainda não seja caracterizado amplamente enquanto uma questão de Estado. Sobre isso, o diretor de esporte da SNEAR, complementa com opinião coincidente:

eu pessoalmente não acredito ainda que é uma questão de estado, eu acho que o passo em 2003 de ter se tornado um ministério único para cuidar das questões do esporte era um primeiro avanço para se chegar a ser uma política de estado; mas eu acho que isso ainda não acontece. Ter um ministério não representa que isso na prática se criou ou se assimilou a atividade esportiva como uma questão de estado, porque no final você vê o que isso corresponde em termos de orçamento, em termos de ações, em termos de articulações, em termos de espaço dentro desse governo. Então, eu achei que foi um passo muito importante daquele governo, daquele momento, reconhecer que era importante dar uma prioridade a questão esportiva no país; mas daí para ser uma política de estado que pressupõe que extrapole governos e seja uma coisa fundamental e principal para o país, eu acho que a gente não atingiu isso ainda não (AVELLAR, 2015, s.p.).

Logo, mesmo diante de um grande avanço do poder executivo com relação à criação de um ministério exclusivo para o esporte, ainda não é possível entendê-lo enquanto uma questão de Estado ao passo que as políticas públicas de esporte (em todas as dimensões esportivas) são ameaçadas a cada ano eleitoral e modificam-se

de acordo com a gestão atuante. Na esfera federal é possível identificar mudanças menores que nas esferas estaduais e municipais devido ao fato de o mesmo partido político permanecer no poder desde a criação do ministério do esporte, em 2003. Na análise do esporte de rendimento esse fato, associado a relevância esportiva no cenário nacional e internacional, auxiliaram na manutenção e evolução da maioria dos programas e projetos destinados a essa dimensão esportiva, aumentando significativamente o montante financeiro destinado aos programas e projetos de esporte de rendimento em detrimento às demais dimensões esportivas, como foi possível visualizar anteriormente. Contudo, esse fato não abstrai a expectativa de vislumbrar que programas e projetos possam ser mantidos, sob ponto de vista financeiro e de estrutura organizacional, mesmo após a mudança partidária dos governantes no poder.

Os estudos de Digel (2002a; 2002b) e Houlihan e Green (2008) permitem aferir que, dentre os países estudados e que promovem o esporte de rendimento, com exceção dos Estados Unidos, podem ser agrupados de acordo com características mais gerais e a partir disso existe uma tendência de criação de um modelo homogêneo para o esporte de rendimento, não levando em consideração, porém, as variações no mercado interno de cada país.

Nesse sentido, a pesquisa coordenada pela pesquisadora belga Veerle De Bosscher chamada *SPLISS* procurou comparar os modelos organizacionais de treinamento e programas de apoio a atletas de rendimento em 15 países. De acordo com os pesquisadores, fatores macroeconômicos ou sócio demográficos somam-se aos nove pilares (suporte financeiro; organização e estrutura de políticas esportivas; participação e esporte de base; identificação de talentos; suporte para atletas e pós-carreira; instalações esportivas; desenvolvimento e suporte para técnicos; competições nacionais e internacionais; e pesquisa científica) tornam-se importantes meios de classificação com relação ao desenvolvimento do esporte de rendimento levando em consideração as características da organização e o processo de gestão (De Bosscher *et al.*, 2008).

Os nove pilares¹⁰³, porém, possuem variações quando analisados em cada uma das diferentes nações pesquisadas tendo em vista que as políticas de gestão

¹⁰³ A pesquisa desenvolvida no Brasil com relação aos nove pilares ainda é incipiente com questões ainda inconclusivas devido, dentre outros fatores, a dificuldade de coleta de informações que necessitam da participação voluntária dos envolvidos. Para maiores informações acerca dos

prioritárias ou não ao desenvolvimento do esporte de rendimento são específicas de cada país, além disso, ao tratar de uma análise comparativa é necessário levar em consideração o contexto cultural, social, político e econômico de cada nação, bem como os mecanismos de constituição da política (HANSEN, 1983).

Houlihan (1997) já indicava a necessária atenção a ser dedicada aos estudos comparativos à medida que “agentes políticos selecionam as pesquisas de acordo com suas prioridades simbólicas”, o que remete à discussão já realizada neste trabalho que concerne às diferentes visões (sob ponto de vista pessoal e político) do que deve entrar na agenda política ou não que, conseqüentemente, transforma um assunto em prioridade ou o deixa para ser pensado em outra ocasião. Sendo assim, o autor diz ser necessário ter “sensibilidade para os perigos decorrentes da transposição de experiência política de um país para outro de forma acrítica e sem qualificação” (HOULIHAN, 1997, p. 23). Posto isto, é possível afirmar que cada país pode gerar diferentes respostas para problemas aparentemente semelhantes tendo em vista o fato que cada qual situa o problema dentro de diferentes gestões, opiniões e discursos políticos.

Especificamente com relação ao estudo comparativo desenvolvido pelo consórcio SPLISS, Houlihan e Green (2008) apontam que em um artigo publicado em 2006, os próprios autores afirmam ser “impossível criar um modelo único para explicar o sucesso internacional tendo em vista que um sistema que leva ao sucesso em uma nação pode falhar em outra” (HOULIHAN; GREEN 2008, p. 5). Esses mesmos autores ainda sugerem que existe uma tensão no sentido de convergência dos sistemas de desenvolvimento do esporte de rendimento em diversos países, contudo, é necessário conhecer e levar em consideração as particularidades de cada país tendo em vista que cada qual está inserido em um contexto político, econômico, cultural e social próprios. Rose (2005) já observava que as práticas visualizadas em um país não necessariamente surtirão o mesmo efeito enquanto política em outros países também pelo fato de que os indivíduos se importam demasiadamente com a “importação da prática” ao invés de estudar os obstáculos provenientes dessa importação em seu país. Os autores confirmam esse posicionamento ao citar os exemplos da Coreia do Sul e dos Estados Unidos: no

primeiro as forças armadas têm um papel predominante no desenvolvimento do esporte de rendimento e no segundo a detecção de talentos para essa dimensão esportiva acontece através do esporte escolar e principalmente ensino superior. Porém, “transferir” essas experiências para o Reino Unido não culminará em uma experiência satisfatória haja vista o fato de que o serviço militar não é obrigatório e a ênfase no ensino médio e superior está nos valores culturais e não no êxito esportivo.

Prosseguindo com a exemplificação do Reino Unido, é possível notar que seu sistema político é bastante centralizado tendo em vista a criação de um instituto específico para gerenciar o esporte de rendimento (UKSI). Contudo, um dos grandes problemas registrados no Reino Unido é a tensão existente entre atletas de rendimento e atletas pertencentes a clubes quanto a utilização das instalações esportivas tendo em vista que ambos desejam utilizar as instalações cuja prioridade é para o desenvolvimento do esporte de rendimento. Com extensão territorial maior porém com os mesmos problemas em termos de utilização das instalações esportivas encontra-se a Austrália à medida que os atletas de rendimento da modalidade natação não reclamam do número de piscinas disponíveis no país para a prática de treinamento, mas sim sobre as restrições em matéria de acesso a essas instalações.

De acordo com Houlihan e Green (2008), o Canadá, por exemplo, encontrou problemas na tentativa de estabelecer uma estratégia nacional para o desenvolvimento do esporte de rendimento tendo em vista a relação turbulenta entre as províncias e o governo federal. Além disso, essa rivalidade foi agravada por um padrão de financiamento que foi determinado pelo sucesso na licitação para sediar grandes eventos esportivos. Assim, o financiamento para instalações de esporte de rendimento foi alocado para as cidades que tinham sido bem sucedidas na licitação para sediar eventos e não para aqueles que tiveram a maior necessidade ou o maior compromisso de longo prazo para apoiar os atletas de rendimento. Essa é uma estratégia pensada atualmente para as próximas edições de Jogos Olímpicos em que o COI, após uma análise preliminar, indicará as cidades que poderiam concorrer à “sedes” dos Jogos.

Com relação esse fator, Houlihan e Green (2008) já citavam os benefícios advindos da escolha dos países enquanto sedes dos Jogos Olímpicos tendo em vista que o desenvolvimento do esporte de rendimento adentra enquanto

preocupação dos governos atuais à medida que aspectos relacionados ao prestígio internacional, ao reconhecimento diplomático, a competição ideológica e à crença de que o sucesso esportivo internacional gera benefícios internos que se refletem em aspectos econômicos concretos auxiliam nos aspectos motivacionais de nações que objetivam sediar em seu país uma edição dos Jogos Olímpicos. Além disso, as últimas edições olímpicas comprovam as várias formas de desenvolvimento econômico do país sede incluindo a promoção do turismo como aconteceu em Sydney (2000) e a regeneração urbana exemplificada por Barcelona (1992) e Londres (2012).

Por fim, Houlihan (2009) afirma que para ter sucesso no esporte de rendimento os países devem inserir isso enquanto meta política que, no caso brasileiro, isso aconteceu de maneira tardia haja vista não somente a criação do Ministério do Esporte, mas também ao desenvolvimento das políticas relacionadas a essa dimensão esportiva. Se analisar que as principais políticas públicas atuais para apoio, financiamento e desenvolvimento dos atletas de rendimento iniciaram-se em 2004 e 2012 com o Bolsa Atleta e o Plano Brasil Medalhas, respectivamente é difícil acreditar no cumprimento das metas propostas para os Jogos Olímpicos Rio 2016 onde pretende-se não ultrapassar a 10ª colocação entre as modalidades olímpicas e a 5ª colocação nas paralímpicas. Além disso, tendo em vista as inúmeras iniciativas desenvolvidas mediante a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil e o aspecto característico das políticas de governo adotadas no país, e não predominantemente políticas de Estado, não são satisfatórias e positivas as expectativas de que essas políticas permaneçam após a realização dos Jogos Rio 2016 sendo estimado o corte de recursos humanos, materiais e financeiros para o desenvolvimento esportivo brasileiro; esse fator adquire maior relevância tendo em vista que duas das principais origens de recursos financeiros para o desenvolvimento esportivo – Plano Brasil Medalhas e Lei de Incentivo ao Esporte - tem datas estipuladas de encerramento: 2016 e 2020 respectivamente.

Outro aspecto do esporte de rendimento, evidenciado pela literatura internacional e que figura enquanto importante desde as conferencias nacionais do esporte, é o desenvolvimento científico que acontece por meio de parcerias estabelecidas com instituições de ensino para desenvolvimento de melhorias relacionadas aos mais diversos aspectos esportivos. A proposta relacionada a ampliação e democratização de informações sobre o esporte desde a divulgação de

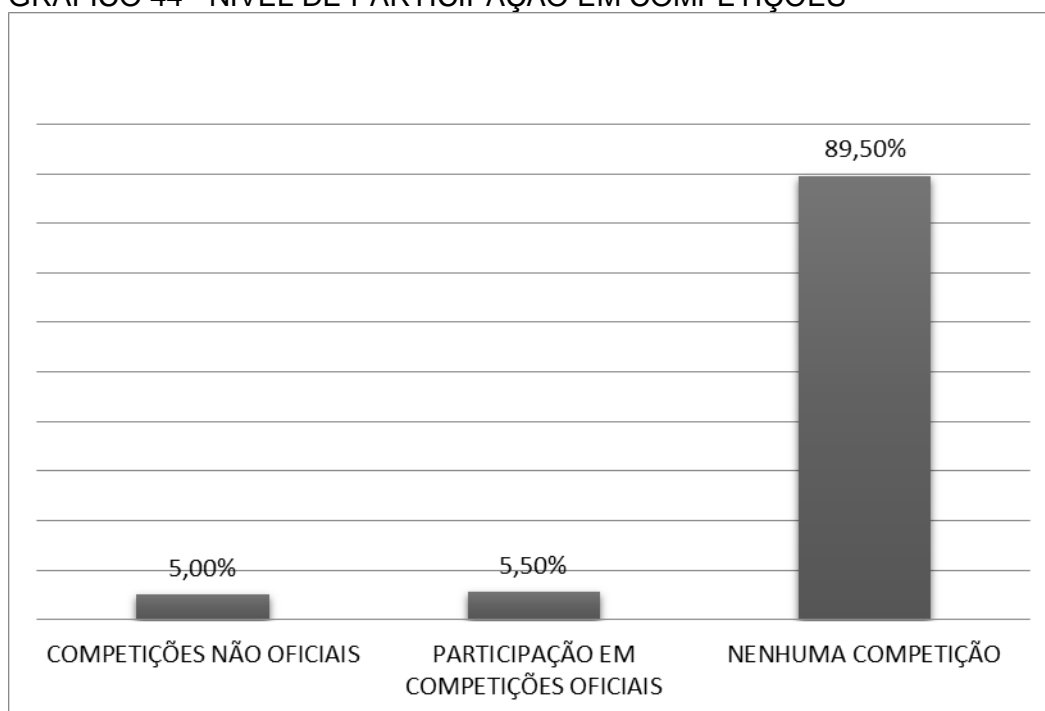
censos esportivos até o cadastro de atletas acontece atualmente através das parcerias estabelecidas pelo Ministério do Esporte com as universidades, nesse caso especificamente voltado à dimensão rendimento UFBA, UFRGS e UFPR e seus respectivos projetos: Diesporte, Referências e Inteligência Esportiva.

O Diesporte¹⁰⁴ corresponde a uma pesquisa realizada em todo o país que está estruturada em quatro pilares: praticantes, infraestrutura, legislação, e investimento a qual objetiva realizar um diagnóstico sobre esporte e atividade física no país. Em uma das primeiras divulgações do trabalho foi constatado que 28,5 % da população pratica atividade física, 25,6% é praticante de esporte e 45,9% da população é sedentária, ou seja, foi possível em uma primeira instancia conhecer o perfil da população brasileira praticante de atividade física ou esporte (BRASIL, 2015e). O material apresenta diversos gráficos a partir dos quais é possível além de traçar o perfil dos praticantes conhecer o imaginário de cada um quanto a percepção de esporte e atividade física, o que vem a corroborar, em partes, com o capítulo desta tese em que se discute conceitualmente o esporte de rendimento a partir de uma perspectiva que considere a finalidade da prática – sob ponto de vista do praticante- para determina-la enquanto esporte ou atividade física.

Embora 25,6% da população seja praticante de esporte destaca-se o fato de que 89,5% não participa de nenhuma competição, 5,5% participa de competições oficiais e 5,0% participa de competições não oficiais, conforme é possível verificar no gráfico abaixo:

¹⁰⁴ O Diesporte foi concretizado na busca de ampliar e detalhar as informações sobre a cultura esportiva no país bem como para cumprir as intencionalidades previstas nas três edições das Conferências Nacionais de Esporte que sugeriam a realização de um Diagnóstico Nacional de Esporte (BRASIL, 2015e, p. 7).

GRÁFICO 44 - NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES

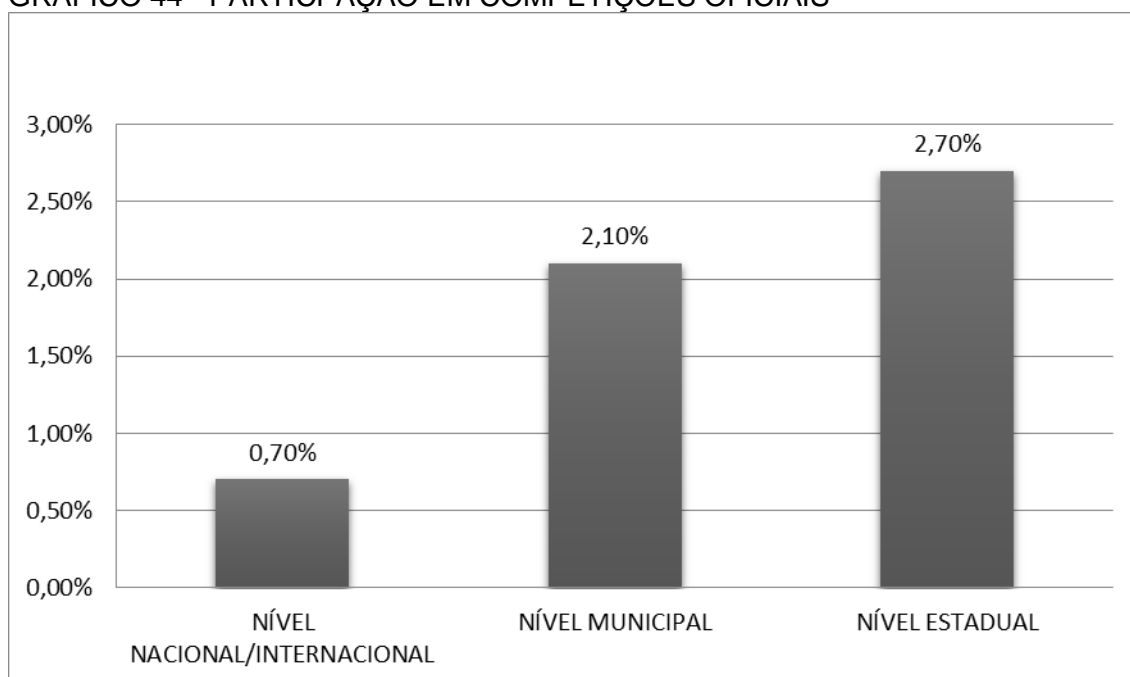


FONTE: Brasil (2015e).

NOTA: Gráfico elaborado pela autora (2016)

Esses dados permitem concluir que a grande maioria da população pesquisada não se caracteriza como atletas de rendimento a medida que dos 5,5% que participam de competições oficiais 2,7% participa a nível estadual, 2,1 a nível municipal e apenas 0,7% a nível nacional e internacional, conforme gráfico a seguir:

GRÁFICO 44 - PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES OFICIAIS

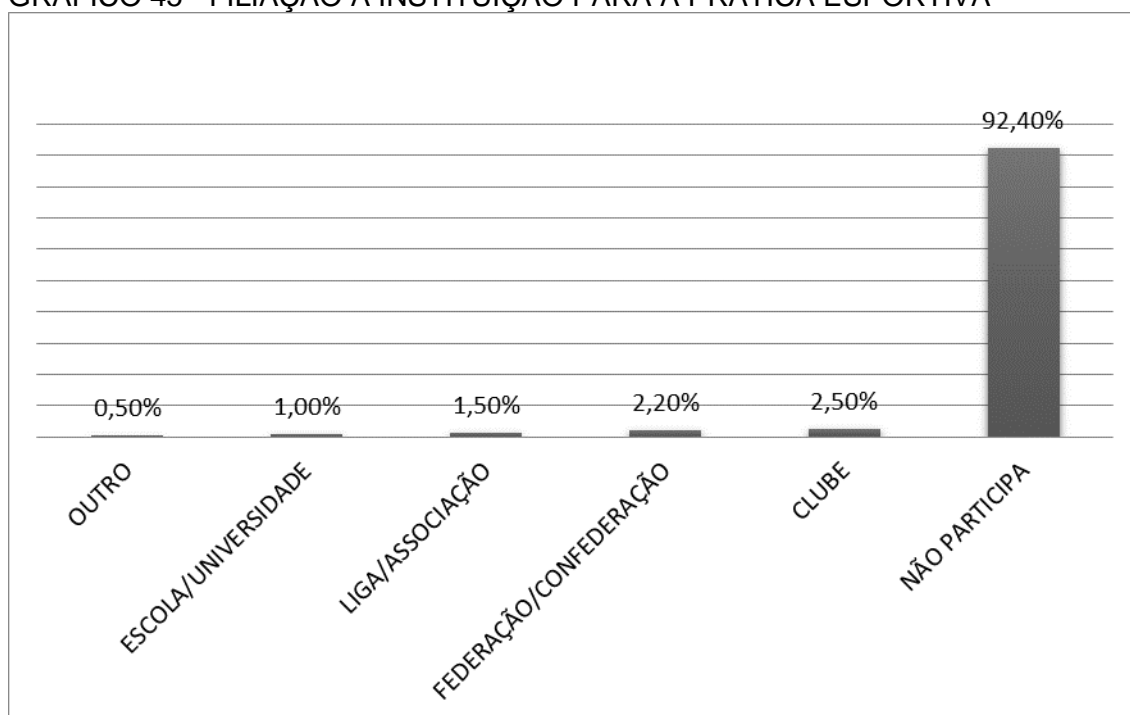


FONTE: Brasil (2015e).

NOTA: Gráfico elaborado pela autora (2016)

De maneira complementar, o questionamento referente à filiação a instituição para a prática esportiva confirma a hipótese de que a população pesquisada não pode ser classificada enquanto representante do esporte de rendimento devido ao fato de que 92,4% não está filiada à nenhuma instituição esportiva. Em contrapartida, 2,5% está filiada a algum clube, 2,2% a alguma federação ou confederação, 1,5% a alguma liga ou associação e 1% associada a escola ou universidade, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 45 - FILIAÇÃO A INSTITUIÇÃO PARA A PRÁTICA ESPORTIVA



FONTE: Brasil (2015e).

NOTA: Gráfico elaborado pela autora (2016)

O outro projeto que faz parte dessa iniciativa do governo federal em associar-se com universidades afim de auxiliar na gestão pública do esporte brasileiro é chamado de Referências do Esporte cuja meta, de acordo com o professor coordenador Alberto Reppold Filho (2014), é “produzir um conjunto de informações e dados para o processo de tomada de decisão, especificamente voltados ao esporte olímpico e paralímpico no Brasil” com o objetivo de elaboração de um Plano de desenvolvimento do esporte de alto rendimento, plano esse com a) Objetivos claramente estabelecidos (curto, médio e longo prazo); b) meios para atingir os objetivos; c) sistema de avaliação continuada (interna e externa, critérios e instrumentos). Esse trabalho está sendo realizado a partir de uma metodologia própria que engloba as seguintes dez dimensões: legislação; recursos financeiros; instalações; materiais esportivos; pessoal; identificação de talentos esportivos; suporte ao atleta; participação e resultados esportivos; organizações de competições; e apoio científico e tecnológico ao esporte.

Por fim, o terceiro projeto que busca de maneira similar ao anteriormente citado “Referências” agregar conhecimento científico ao gestor de políticas públicas para o esporte de rendimento é o Inteligência Esportiva, cuja intencionalidade remete não somente a pesquisas acerca dos programas e projetos desenvolvidos

pela SNEAR, mas também à análise das causas, consequências e interfaces de todos esses projetos. Atualmente o Inteligência Esportiva possui um banco de dados com mais de 26548 cadastrados do programa Bolsa Atleta, 291 do Bolsa Pódio, e 3603 instituições esportivas cadastradas¹⁰⁵. A partir da conclusão dessa inserção e constantes atualizações será possível realizar o cruzamento de dados o que permitirá uma série de análises circunstanciais ao esporte e que, conseqüentemente, facilitará o trabalho desenvolvido pelos gestores de políticas públicas inseridos nos três entes federativos.

Atualmente o Inteligência Esportiva conta com seis professores que coordenam seus respectivos grupos de trabalho sob diferentes perspectivas do esporte de alto rendimento. A professora Doralice Lange de Souza e sua equipe de trabalho realizam o mapeamento da produção científica online em português sobre o esporte olímpico e paralímpico. Em seguida, a equipe coordenada pelo professor Fernando Renato Cavichioli pesquisa sobre a Rede Nacional de Treinamento, mais especificamente analisada sob viés dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE's). Na sequência, o professor Wanderley Marchi Júnior apresenta dados relacionados aos Jogos Escolares Brasileiros por entender os jogos enquanto uma categoria de iniciação ao esporte de rendimento. O professor André Mendes Capraro e sua equipe trabalham com a história das modalidades olímpicas e paralímpicas. O professor Laércio Elias Pereira e sua equipe são responsáveis pela gestão da informação e a fronteira do conhecimento em esporte cujo objetivo geral é organizar e divulgar a informação e o conhecimento levantado e produzido pelo grupo de pesquisadores do projeto "Inteligência Esportiva ME-UFPR". Por fim, o grupo coordenado pelo professor Fernando Marinho Mezzadri atua nos aspectos relacionados aos grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ bem como os programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio.

O grupo responsável pelo "Mapeamento da produção científica online em Português sobre o esporte Olímpico e Paralímpico" tem com objetivo geral:

¹⁰⁵ Esses dados precisam ser revisados a medida que o banco de dados está em construção e passa constantemente por revisão para que sejam extintas as duplicações de informações referentes a atletas, bolsas e instituições. O próximo passo refere-se à inclusão dos dados referentes aos centros de iniciação ao esporte e aos jogos escolares brasileiros que auxiliarão na visualização de um panorama do esporte brasileiro em algumas fases do rendimento esportivo.

realizar um levantamento e descrição das características da produção científica online em português referente aos esportes Olímpicos e Paralímpicos de verão e inverno, tendo em vista o esporte em suas diferentes dimensões (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 5).

Além disso, possui enquanto objetivos específicos:

- (1) Levantar artigos científicos publicados em português, e disponíveis online, relativos aos esportes Olímpicos e Paralímpicos.
- (2) Analisar as características principais da produção científica levantada.
- (3) Arquivar digitalmente os artigos de acordo com suas temáticas.
- (4) Disponibilizar online os artigos e links para os artigos em repositório de acesso público.
- (5) Atualizar periodicamente os dados no repositório (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 5).

Afim de cumprir os objetivos estipulados, até meados de 2014 o grupo compilou e analisou 1414 trabalhos dos quais 1378 representam as modalidades olímpicas de verão, ou seja, 97,45% da produção acadêmica, 32 artigos representantes das modalidades paralímpicas (2,26%) e apenas 04 trabalhos relacionados às modalidades olímpicas de inverno, o que representa 0,28% da produção total. O grupo ainda mostrou nesse primeiro momento que não foi localizado nenhum artigo sobre modalidades paralímpicas de inverno (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015).

Os primeiros resultados apontam que:

a modalidade esportiva com maior número de publicações é o futebol (418 artigos, 29,5% da produção total), seguida dos desportos aquáticos (225 - 15,9%), atletismo (190 - 13,4%), voleibol (139 - 9,8%), basquetebol (92 - 6,5%) e ciclismo (77, 5,4%). Algumas modalidades têm pouquíssima produção, a exemplo do tiro com arco, que conta com apenas um artigo, hóquei sobre a grama e tiro esportivo, que contaram com dois artigos cada. Ainda outras modalidades não contam com nenhuma publicação, como é o caso da esgrima e do pentatlo moderno (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 5).

Além disso, com relação às áreas temáticas com maior número de publicações, os resultados apontaram para:

“treinamento” (510 artigos - 36,07% da produção total); “saúde” (299 - 21,15%); “iniciação esportiva e “categorias de base” (218 -15,42%). As áreas temáticas que possuem menos produção são “regras e arbitragem” (20 - 1,41%); “lazer” (21 - 1,49%); e “administração, financiamento e políticas públicas” (21 - 1,49%) (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 5).

Com relação à formação dos autores a pesquisa apontou que 1531 são da área da Educação Física, 360 da Fisioterapia e 270 da Medicina; quanto à abordagem de pesquisa descobriu-se que “1072 artigos (76%) são de cunho quantitativo, 307 (22%) são de cunho qualitativo e 35 (2%) são de cunho quanti-qualitativo” (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 5). Além disso, “em relação aos autores cujos currículos Lattes ou DeGóis foram localizados, 64% tem doutorado e outros 22 % mestrado” (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 5).

O grupo que trabalha com a Rede Nacional de Treinamento tem como objetivo:

elaborar um amplo levantamento quantitativo dos principais atletas das categorias de base de diferentes modalidades, e a partir desses sujeitos, determinar as instituições que promovem o esporte de base nacional, respeitando as particularidades e características de cada esporte e das instituições (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 65).

Afim de cumprir esse objetivo o grupo de trabalho relatou que até novembro de 2015 já haviam sido cadastrados 25.661 atletas de quatro modalidades: atletismo, natação, nado sincronizado e saltos ornamentais. Destaca-se o fato de que essa quantidade de atletas origina aproximadamente 80.000 dados (nascimento, clube, categoria, etc.) que estão disponíveis no banco de dados criado no IE (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 55).

Uma outra frente de trabalho atuante do projeto Inteligência Esportiva trabalha com os Jogos Escolares que busca incluir esses atletas no banco de dados a partir da coleta de dados referentes a esses atletas/alunos. De acordo com o grupo responsável por essa frente de pesquisa os dados definidos para coleta foram:

ano da edição dos jogos; nome completo dos alunos participantes; data de nascimento; documento de identificação (RG ou CPF); modalidades disputadas; categoria (12 a 14 anos e 15 a 17 anos); município/estado de origem dos alunos/escolas; nome e tipo da escola ao qual o aluno está vinculado; posição alcançada pelo aluno/escola/estado; marca/técnica/pontuação alcançada por aluno/escola/estado (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 100).

A fim de definir um recorte temporal para coleta dos dados do JEBS foi escolhido o ano de 2005 “quando o COB se tornou o principal organizador do evento” (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 100). A figura abaixo mostra de que

maneira os pesquisadores montaram uma planilha afim de catalogar os dados coletados:

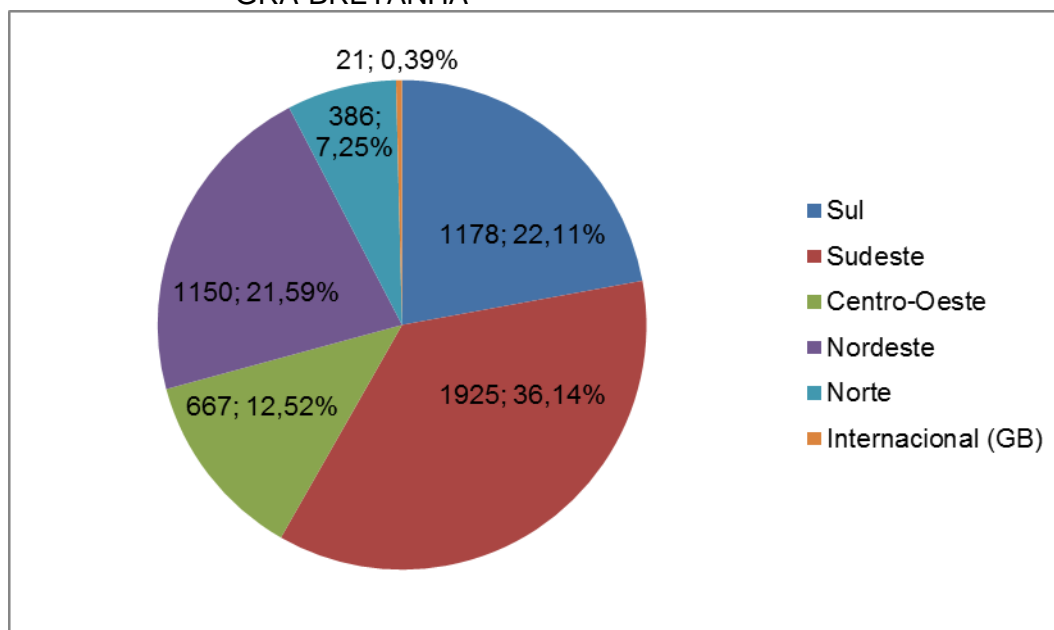
FIGURA 19 - MODELO DE PLANILHA PARA CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS SOBRE OS JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS NO PROJETO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

JUDO - TABELA DE CLASSIFICAÇÃO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Arquivo		Página Inicial		Inserir		Layout da Página		Fórmulas		Dados		Revisão		Exibição		Ferramentas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Recortar		Copiar		Calibri		11		A		=		Quadrar Texto Automaticamente		Geral		Formato		Formatar como Tabela		Estilos de Célula		Inserir		Excluir		Formatar		AutoSoma		Preencher		Classificar e Filtrar		Localizar e Selecionar		Limpar		Edição																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Área de Transferência										Fonte										Alinhamento										Número					Formatação Condicional					Formatar como Tabela					Estilo					Células																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Y4349																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

FONTE: Inteligência Esportiva (2015).

Até o presente momento foram catalogados os dados referentes aos anos de 2005 a 2014 e os primeiros resultados encontrados podem ser vistos no gráfico a seguir que relaciona as regiões brasileiras e os pódios obtidos por seus respectivos atletas nas edições dos JEB'S.

GRÁFICO 47 - PODIOS ALCANÇADOS NO JEB'S EM CADA REGIÃO BRASILEIRA E GRÃ-BRETANHA¹⁰⁶



FONTE: Inteligência Esportiva (2015).

A partir da figura acima é possível identificar as regiões Sudeste e Sul como aquelas que mais possuem representantes no pódio, seguidas por Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Os pesquisadores também classificaram os pódios obtidos a partir da origem dos alunos enquanto escolas públicas ou particulares o que permitiu afirmar “que a maior representatividade em JEBs no período investigado é de escolas particulares” (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 133).

“Histórico das modalidades olímpicas” é a quarta frente de trabalho do projeto Inteligência Esportiva cujo principal objetivo é:

realizar um levantamento historiográfico da sociogênese da modalidade, bem como de sua introdução no Brasil, com ênfase nos Jogos Olímpicos. Tal levantamento é composto de uma parte qualitativa, baseada na descrição da historiografia das modalidades, e uma parte quantitativa, pautada na produção de quadros de medalhas, separados por gênero, ao longo da História (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 189).

No levantamento qualitativo, foram elencadas sete categorias, a serem contempladas em todas as modalidades, são elas: “História da Modalidade”, “Trajetória Olímpica”, “Fez História”, “Potência Olímpica”, “De olho neles”,

¹⁰⁶ Na figura está incluída a Grã-Bretanha devido a participação do país com uma delegação de 36 estudantes na edição dos JEB'S de 2012.

“Modalidade no Brasil” e, por fim, “Nosso Destaque”. Por ter finalizado a pesquisa referente a todas as modalidades olímpicas até o final do ano de 2015, o grupo iniciou a categorização referente às modalidades paralímpicas.

O grupo responsável pela Gestão da Informação e Fronteira do Conhecimento tem como objetivo a “divulgação do trabalho do IE para a rede de pesquisadores e profissionais das Ciências do Esporte no país” (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 222). Atualmente, o grupo desenvolve ações referentes a catalogação de documentos e referências na Biblioteca do Centro Esportivo Virtual (CEV), entre elas teses, dissertações, leis, vídeos, novas publicações de periódicos da área bem como todo o mapeamento da produção científica sobre as modalidades olímpicas e paralímpicas realizado pelo subgrupo do projeto IE com tal finalidade.

Por fim, a última frente de trabalho integrada ao projeto Inteligência Esportiva desenvolve de maneira simultânea quatro tarefas: cadastramento dos grupos do CNPQ; criação e aprimoramento técnico do banco de dados; catalogação dos dados do bolsa atleta; e catalogação dos atletas beneficiados com o bolsa pódio. O trabalho de cadastramento dos grupos do CNPQ passou por diversas etapas que se iniciaram com a busca pelos grupos de pesquisa cadastrados que continham na sua nomenclatura as palavras “esporte”, “esportivo” e “esportiva” com o objetivo de “mapear a existência e a distribuição dos grupos de pesquisa que se dedicam ao esporte, a fim de relacionar tais informações à produção de conhecimento na área” (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 250). Os resultados iniciais apontaram a existência de 1506 linhas de pesquisa que, de acordo com o grupo pesquisador do IE, embora seja relativamente grande, “não necessariamente reflete a produção voltada ao esporte” (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 242). Com relação aos líderes de grupos de pesquisa, destaca-se que:

dos 625 líderes de grupos de pesquisa, 276 não possuem vínculo com programas de mestrado ou doutorado, dois são aposentados, um pertence a um programa francês e os outros 346 apresentam vínculo (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 243).

Entre pesquisadores e estudantes, foram catalogadas as informações de 2.895 estudantes (segundo classificação do CNPQ) e 1.346 pesquisadores (também segundo classificação disponível no CNPQ). O trabalho do grupo atualmente refere-se à construção de uma planilha contendo nome do pesquisador, classificação

enquanto professor ou estudante, principal instituição de vínculo ao CNPQ, região do país, estado e titulação.

A segunda e terceira tarefas relacionadas a esse subgrupo do projeto Inteligência Esportiva referem-se à construção e aprimoramento do banco de dados geral do projeto que iniciou com o cadastro de “dados gerais” referentes aos atletas, tais como: nome, sexo, data de nascimento, cidade natal, estado natal, CPF, e-mail, telefone, praticante de esporte ou paradesporto bem como o subtipo “olímpico” “paralímpico” ou “não olímpico”. A partir de então foram criadas mais algumas categorias referentes a: modalidade, bolsa, histórico, entidade, recursos humanos e biometria.

Atualmente o banco de dados conta com a inserção de 19.880 atletas e 4.825 instituições cadastradas, sendo o trabalho constante de verificação do banco de dados com o objetivo de eliminar as possíveis duplicações provenientes do número de pessoas que acessam o sistema afim de cadastrar informações. Uma das vantagens de criação do banco de dados é a possibilidade de gerar relatórios que permitem o cruzamento de informações, tal como pode ser visto na figura abaixo:

FIGURA 20 - POSSIBILIDADE DE CRUZAMENTO DE CATEGORIAS DO BANCO DE DADOS DO PROJETO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Relatório Bolsas x Categoria

Ano:

Categoria de Bolsa	Nº Atletas	Valor Investido
NACIONAL	11738	R\$ 255.222.073,00
INTERNACIONAL	4395	R\$ 162.753.060,00
ESTUDANTIL	1800	R\$ 9.380.170,00
BASE	1002	R\$ 5.004.420,00
OLIMPICA	672	R\$ 80.490.600,00
PODIO	273	R\$ 60.320.000,00
	19880	R\$ 573.170.323,00

FONTE: Inteligência Esportiva (2015).

Finalmente, a última tarefa desse subgrupo diz respeito ao cadastramento dos atletas que recebem Bolsa Pódio da SNEAR, cujo número de cadastrados chegou a 291. Atualmente o grupo também trabalha com objetivo de eliminar as duplicidades bem como vislumbra a possibilidade de estabelecer algumas correlações a partir das quais será possível auxiliar no entendimento do funcionamento é na gestão dessa política pública de esporte de alto rendimento, tais como:

número de atletas por sexo; número de atletas por modalidade; número de atletas por modalidade x sexo; número de atletas por raça x modalidade; número de atletas por valor da bolsa; valor do financiamento por modalidade; resultados obtidos por atleta nas competições que compõem o ranking internacional; resultados obtidos por modalidades nas competições que compõem o ranking internacional; resultados obtidos no período x investimento feito na modalidade por meio da bolsa; resultados obtidos no período x no atleta no período (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015, p. 320).

A partir da sucinta descrição de cada um dos projetos provenientes de parcerias estabelecidas entre a SNEAR e as Universidades, é possível aferir que houve um aumento significativo na iniciativa do ministério do esporte em ampliar e democratizar as informações sobre as áreas esportivas.

Ao inserir a temática do desenvolvimento científico em nível estadual é possível citar a criação do IPCE em 2011 através da Lei 17.014 cuja responsabilidade remete à área científica esportiva, pela detecção de talentos esportivos e de atletas de alto rendimento. Contudo, as ações previstas a serem desenvolvidas pelo referido instituto – conforme anteriormente descritas nesta tese – indicam uma ampliação na sua forma de atuação, não sendo destinado exclusivamente ao esporte de rendimento. Ao elencar essa dimensão para análise dentro do escopo do IPCE é possível citar as ações desenvolvidas pela Universidade Estadual de Londrina através da realização de testes antropométricos, motores e de composição corporal em atletas vinculados ao programa TOP que acabou por originar o programa DNA Olímpico. Porém, é possível afirmar que o programa TOP, independente do IPCE, está relacionado à área das ciências do esporte à medida que seus atletas participam de estudos nas seguintes universidades vinculadas ao programa: UEL, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO.

O Instituto Paranaense de Ciência do Esporte, em sua definição legal, tem como função desenvolver os projetos de esporte de rendimento, desde a descoberta dos talentos esportivos até o esporte de alto rendimento. Contudo, José Alberto

Campos (2015, s.p.), revelou que essa dimensão esportiva não é e nem deve ser a prioridade do IPCE que, segundo ele:

é um órgão que vem dar mais agilidade e velocidade nas ações do governo na área de esporte, ou seja, tenta facilitar a aplicação de cursos, a pesquisa em relação a determinadas áreas, desenvolver isso [...] Eu acho que o instituto deve buscar subsídio para propor ideias e ações nas três manifestações esportivas, elas tem que ser muito bem analisadas com o estabelecimento de prioridades através de quem tem um papel de desenvolver aquela manifestação (educacional, participação e rendimento) e dentro dela (de acordo com a questão orçamentária, de recursos humanos) estabelecer prioridades pra desenvolver essa política, esse setor.

Através da entrevista com o diretor de esportes da SEET, fica evidente que a atuação do IPCE não prioriza o esporte de rendimento tendo em vista que trabalha com as três dimensões esportivas cujo caráter torna-se mais global relacionado a pesquisa e aprimoramento através de cursos, que definitivamente não condizem com a escolha de apenas uma dimensão esportiva, quando nem mesmo o estado opta por essa preferência (pelo contrário, destaca que o esporte de rendimento não é a prioridade do estado do Paraná). Cabe assim, uma reformulação das atribuições do IPCE para que haja sintonia entre atribuições legais, discurso da SEET e concretização de ações para o desenvolvimento do esporte no Paraná.

Ao que tange o município de Curitiba com relação ao desenvolvimento científico destaca-se o chamado “Observatório do Esporte”, transformado no Centro de Referência de Qualidade de Vida (CRQVM) que serve atualmente como aglutinador de toda questão de cunho científico da secretaria, tais como: capacitação de professores mostras de trabalhos, trabalhos científicos, palestras e cursos. Logo, deixou de existir sob a forma de realização de avaliação periódica em atletas (que era a primeira ação desse observatório) e serve hoje apenas para representar as questões de cunho científico (ZANON,2015 s.p).

Após conhecer a estrutura do governo federal, estadual e municipal relacionada aos aspectos de desenvolvimento científico é possível visualizar quão distantes estão, sob ponto de vista comparativo, da preocupação das esferas governamentais para com essa área esportiva. As parcerias estabelecidas entre o governo federal e as universidades ganha cunho global em pesquisas que abrangem o país como um todo sendo possível elencar novas formas de gestão que poderão contribuir com a área esportiva sequencialmente. As ações desenvolvidas pelo

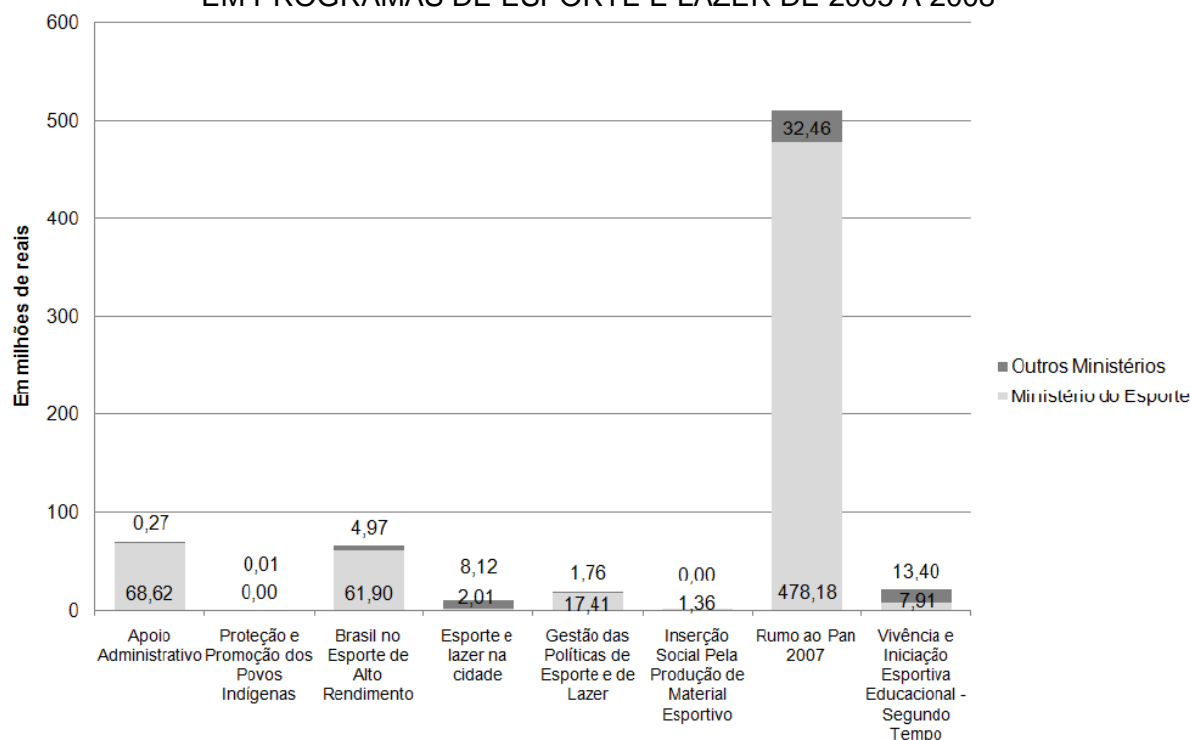
estado do Paraná indicam a preocupação dessa esfera governamental com a área em questão, facilitada pela criação de um instituto que, embora pareça confuso quanto à sua criação, seus objetivos e sua atuação, auxilia para que parcerias se estabeleçam sob a forma de enaltecer e desenvolver a relação entre ciência e esporte. Sob ponto de vista municipal é praticamente nula a atuação nesse sentido, à medida que os documentos e as entrevistas não indicam, de maneira concreta, como Curitiba preocupa-se com o desenvolvimento científico na área esportiva.

Conforme apontado anteriormente, aspectos relacionados à importância do desenvolvimento científico através de parcerias interinstitucionais estavam previstos nas Conferências Nacionais de Esporte, cuja necessidade decorreu da intencionalidade de pormenorizar fatores importantes relacionados ao esporte brasileiro, como por exemplo, a necessidade de construção de uma política nacional que norteasse o esporte brasileiro e auxiliasse no processo da definição de papéis das instituições que compunham o sistema esportivo nacional, estaduais e municipais.

Ao referenciar a Política Nacional do Esporte cabe destacar que desde 1975 ela já previa a necessidade da definição de papéis das instituições que regularizavam o esporte no país, contudo, somente em 1999 foi elencado qual o papel relativo a cada esfera governamental no desenvolvimento esportivo. Destacou-se nesse sentido a primazia pelo esporte de rendimento cuja relação vincula-se à indústria esportiva, eventos internacionais, descoberta de talentos esportivos, desenvolvimento de infraestrutura esportiva, estímulo a patrocínio esportivo e apoio de empresas estatais ao esporte de rendimento. Porém, embora a PNE estabelecesse esse papel dos entes federativos no esporte também designou atribuições aos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do esporte de rendimento no país, de certa maneira reafirmando o posicionamento estabelecido nas legislações anteriormente promulgadas de que o esporte de rendimento seria prioritariamente vinculado à iniciativa privada.

Contudo, as políticas implementadas e o financiamento destinado ao esporte demonstram que grande parte do orçamento esportivo foi direcionada ao esporte de rendimento, principalmente para desenvolvimento de projetos ou de eventos, conforme mostra o gráfico apresentado por Almeida (2010) que demonstra o investimento do governo federal e de outros ministérios em programas de esporte e lazer de 2005 a 2008.

GRÁFICO 46 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL E DE OUTROS MINISTÉRIOS EM PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER DE 2005 A 2008



FONTE: Almeida (2010).

O gráfico mostra que o investimento (em milhões de reais) prevaleceu nas ações destinadas ao esporte de rendimento, mais especificamente 82% foram investidos nas ações “Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão” e “Rumo ao Pan 2007” (ALMEIDA, 2010).

Uma outra iniciativa da Política Nacional de Esporte com relação ao esporte de rendimento aconteceu por meio da Portaria 127 de 17 de outubro de 2001 com a criação da Comissão Nacional dos Atletas (CNA) cujo principal objetivo foi aproximar os atletas da gestão do esporte de rendimento no país (BRASIL, 2001a) e, de acordo com o Ministério do Esporte, as principais conquistas dessa comissão estiveram relacionadas à criação da Lei de Incentivo ao Esporte, a implementação do Bolsa Atleta e a adesão do Brasil ao Código Mundial Antidoping da Agência Mundial Antidoping.

O esporte de rendimento estava representado no primeiro eixo estratégico da Conferência e a partir das proposições nela colocadas foi possível averiguar quais delas receberam iniciativas a partir de então. Uma das propostas era a criação de um “calendário esportivo unificado e integrado envolvendo municípios, estados, a União e as entidades organizadoras do esporte nacional”, proposta essa consolidada através do chamado “Calendário Esportivo Nacional” que a SNEAR

entendia como fundamental haja vista a necessidade de organização da programação de eventos esportivos dos quais fizessem parte as Entidades Nacionais de Administração do Desporto, ou seja, Associações, Confederações e Federações Nacionais). Essa necessidade permitia que um único documento deveria reunir informações relativas a todos esses eventos para que não houvesse sobreposição de eventos importantes em datas e locais coincidentes. Green e Houlihan (2005) já apontavam que a definição de um calendário de competições que pudesse auxiliar na organização e otimização da participação em competições para atletas de rendimento tornar-se-ia essencial no desenvolvimento de políticas para essa dimensão esportiva. No quadro abaixo é possível verificar a quem esse calendário é destinado e com qual finalidade:

QUADRO 15 - DESIGNAÇÃO DE ENVOLVIDOS E FINALIDADE DO CALENDÁRIO ESPORTIVO NACIONAL

PARA QUEM?	PARA QUE?
Público em geral	Informação
Dirigentes esportivos públicos e privados	Gerenciamento
Gestores e administradores esportivos	Treinamento
Treinadores e atletas	Estudos e pesquisas
Professores e acadêmicos de educação física	Disseminação
Mídia	

FONTE: Brasil (2015a).

Um dos objetivos desse calendário seria a disseminação de informações para o público em geral com relação não somente aos eventos esportivos cadastrados pelas suas entidades responsáveis, mas também, a criação de um acervo de informações referentes ao perfil dos atletas, número de atletas em cada modalidade e resultados obtidos em competições. Com relação as entidades cadastradas no sistema são elas:

QUADRO 16 - ENTIDADES CADASTRADAS NO CALENDÁRIO ESPORTIVO NACIONAL

ENTIDADES		
ABDEM	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA
ABDF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES FISICOS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BADMINTON	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GOLFE
ABHB - ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE HORSEBALL	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL
ALIANÇA NACIONAL DA FORÇA	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HAPKIDO – CBH
ANDE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BEACH SOCCER	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE WINDSURF	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BICICROSS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAPOEIRA ALIANÇA (ALIANCAPOEIRA)	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU-JITSU
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TAKRAW	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CANOAGEM	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU-JITSU ESPORTIVO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL PARALÍMPICO	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VOO LIVRE	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CULTURA E ARTES MARCIAIS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATÊ
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE WHEELING E ZERINHO	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUÁTICOS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATÊ ESCOLAR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE XADREZ PARA DEFICIENTES VISUAIS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS – CBDV	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATÊ SHOTOKAN
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA FEMININA DE BODYBOARDING	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO (CBDG)	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATÊ SHORIN-RYU
CBDN - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NA NEVE	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DOUBLE DUTCH E ROPE SKIPPING	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KUNG-FU SHAOLIN
CBKI - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATÊ INTERESTILOS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESO

FONTE: Brasil (2015a).

QUADRO 16 - ENTIDADES CADASTRADAS NO CALENDÁRIO ESPORTIVO NACIONAL
(Continuação)

ENTIDADES		
COMISSÃO DESPORTIVA MILITAR DO BRASIL	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESPORTE DE FORÇA	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTOS BÁSICOS "POWERLIFTING"
COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESPORTES DE CONTATO	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LUTAS ASSOCIADAS – CBLA
COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MIXED MARTIAL ARTS- CBMMA
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE SURDOS	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL 7 SOCIETY	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MONTANHISMO E ESCALADA
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AEROMODELISMO-COBRA	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEVÔLEI-CBFV	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MOUNTAIN BIKE

FONTE: Brasil (2015a).

Para consultar os dados cadastrados nesse calendário, é necessário apenas clicar na opção referente ao ano e ao mês de pesquisa, conforme mostra a figura abaixo:

FIGURA 21 - MODELO DE CONSULTA NO CALENDÁRIO ESPORTIVO NACIONAL

Selecione o ano:

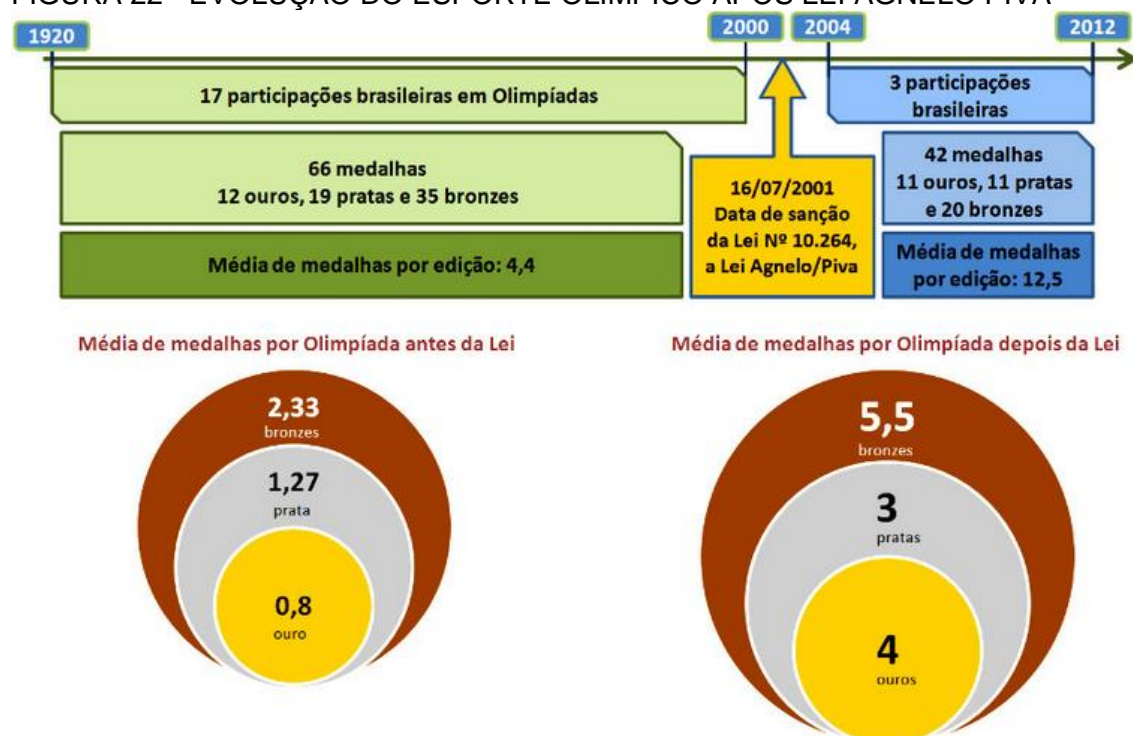
<u>JANEIRO</u>	<u>FEVEREIRO</u>	<u>MARÇO</u>
<u>ABRIL</u>	<u>MAIO</u>	<u>JUNHO</u>
<u>JULHO</u>	<u>AGOSTO</u>	<u>SETEMBRO</u>
<u>OUTUBRO</u>	<u>NOVEMBRO</u>	<u>DEZEMBRO</u>

FONTE: Brasil (2015a).

Atualmente, porém, essas informações não estão mais atualizadas no site da instituição tampouco é possível fazer buscas referentes aos eventos das modalidades. Verifica-se que o Ministério do Esporte e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento depositaram suas forças na construção dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e, portanto, a maior parte da busca referente a “calendário” no site da instituição refere-se aos Jogos, seja com relação à construção de instalações esportivas seja nas datas referentes aos eventos-teste.

Com relação à proposta também presente na CNE de “aumentar, descentralizar e fiscalizar os recursos financeiros destinados ao esporte de alto rendimento, priorizando o investimento em categorias de base” é possível averiguar que uma das medidas contidas na proposta se referia a leis de incentivo fiscal e arrecadações das loterias o que remete também à Lei 10.264 de 2001 chamada “Agnelo Piva” e a Lei 11.438/2006 conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte. A lei Agnelo Piva tem papel fundamental no desenvolvimento do esporte de rendimento brasileiro (principalmente no que se refere ao esporte olímpico, tendo em vista que tem destino direto ao COB e CPB). A figura abaixo mostra a evolução do esporte olímpico (sob ponto de vista da conquista de medalhas) a partir da criação da referida lei:

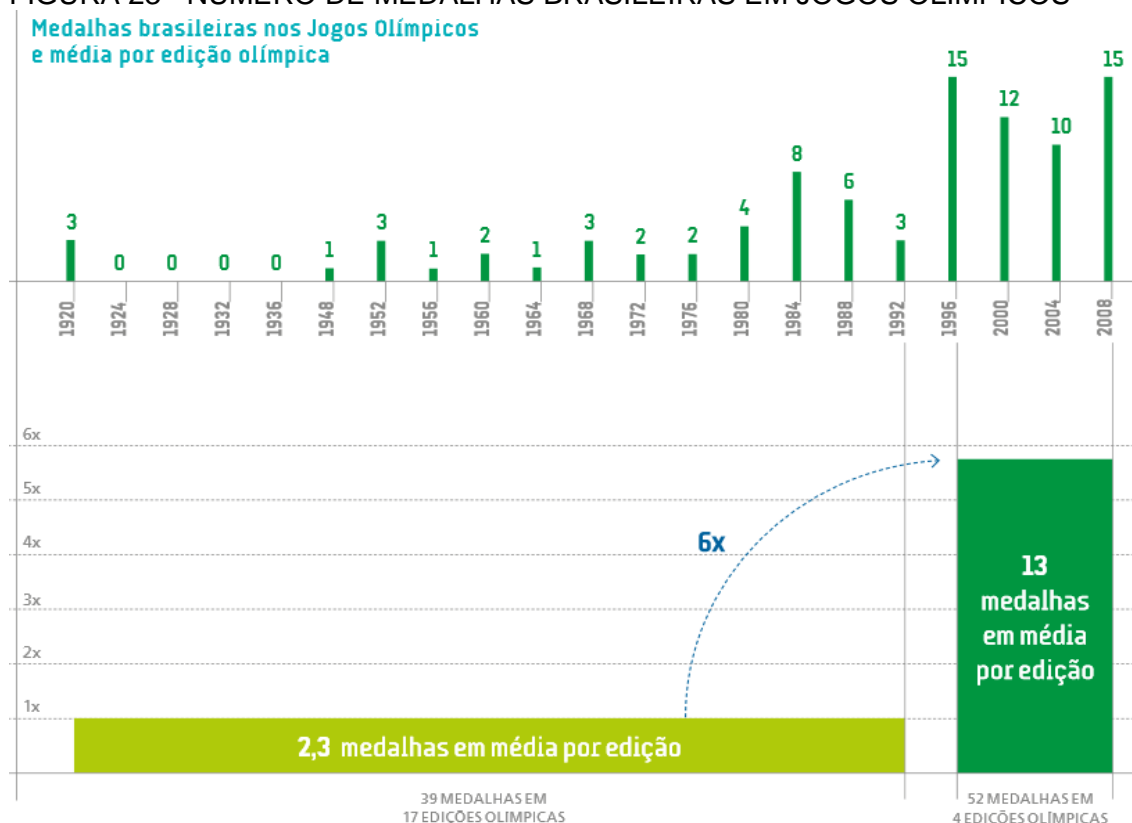
FIGURA 22 - EVOLUÇÃO DO ESPORTE OLÍMPICO APÓS LEI AGNELO PIVA



FONTE: Brasil (2016b)

A figura faz um comparativo exibindo a média de medalhas conquistadas em Jogos Olímpicos antes e depois da Lei Agnelo Piva. A evolução é evidente a medida que a média passou a ser de 12 medalhas por edição da competição. A figura abaixo também demonstra essa evolução sob ponto de vista do Comitê Olímpico Brasileiro:

FIGURA 23 - NÚMERO DE MEDALHAS BRASILEIRAS EM JOGOS OLÍMPICOS

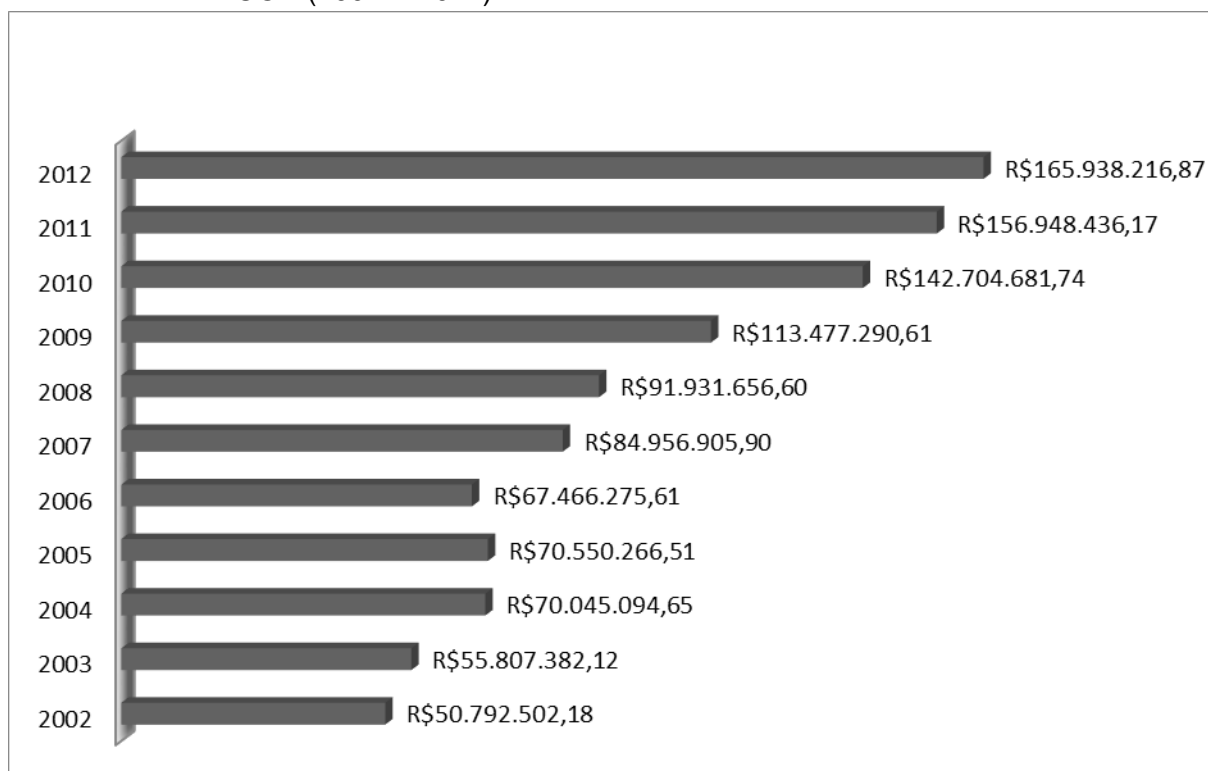


FONTE: COB (2011).

Observa-se que a grande evolução do Brasil em termos de medalhas aconteceu em 1996, nas olimpíadas de Atlanta em que pela primeira vez o país conseguiu mais de oito medalhas em uma edição olímpica; nas duas próximas olimpíadas (2000- Sydney e 2004- Barcelona) ele decaiu no número de medalhas e voltou a ganhar destaque somente em 2008 nos Jogos Olímpicos de Pequim e, quatro anos depois, em Londres (2012) quando alcançou o recorde de 17 medalhas.

Como foi mostrado anteriormente, a Lei Agnelo Piva contribuiu de maneira considerável para essa evolução no quadro de medalhas brasileiras e é possível verificar também que o recurso proveniente dessa lei aumentou de maneira significativa em seus anos de existência, conforme é possível observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 47 - RECURSOS PROVENIENTES DA LEI AGNELO PIVA APLICADOS NO COB (2002 A 2012)



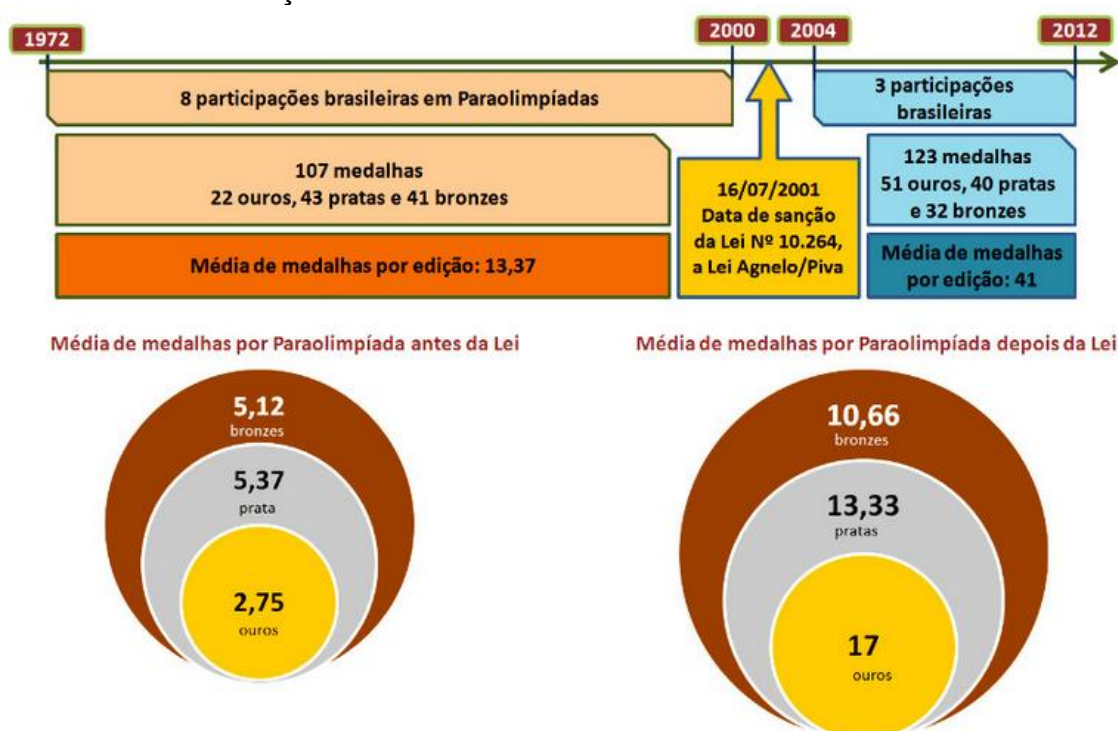
FONTE: Brasil (2016b).

NOTA: Gráfico elaborado pela autora (2016).

Apenas entre os anos de 2005 e 2006 é possível observar uma pequena “queda” no montante proveniente da Agnelo Piva, em contrapartida nos demais anos houve um aumento considerável, a partir de que é possível concluir que a população brasileira apostou nas loterias federais de maneira cada vez mais expressiva no decorrer dos anos.

De maneira bastante semelhante foi a evolução do esporte paralímpico após os recursos advindos da lei Agnelo Piva conforme é possível visualizar na figura abaixo:

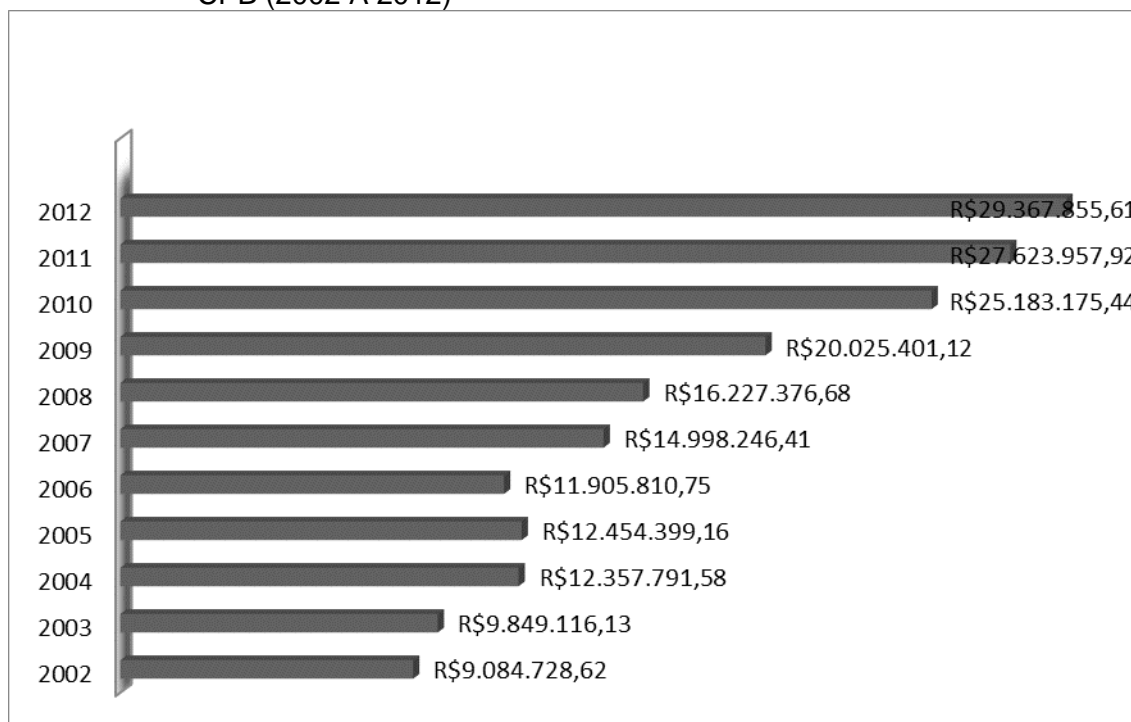
FIGURA 24 - EVOLUÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO APÓS LEI AGNELO PIVA



FONTE: Brasil (2016b).

Em ambos os casos, tanto no esporte olímpico como no paralímpico, a perspectiva de comparação adotada pelo Ministério do Esporte, mostrou que triplicou o número de medalhas após a sanção da nova lei em 2001. Da mesma maneira, o esporte paralímpico também teve queda de investimentos oriundos da Agnelo Piva entre os anos de 2005 e 2006, conforme é possível visualizar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 48 - RECURSOS PROVENIENTES DA LEI AGNELO PIVA APLICADOS NO CPB (2002 A 2012)



FONTE: Brasil (2016b).

NOTA: Gráfico elaborado pela autora (2016).

Com base nessas informações, é possível afirmar que, de acordo com as propostas presentes na CNE de 2004, principalmente no que se refere à Lei Agnelo Piva houve um aumento significativo de investimento no esporte brasileiro, contudo, vale lembrar que esse aumento só foi possibilitado pelo aumento no número de apostas da população brasileira nas loterias federais.

A necessidade de criação de estrutura para que atletas e paraatletas de alto rendimento possam dedicar-se profissionalmente à sua modalidade, principalmente sob ponto de vista financeiro despontou nas intencionalidades dos agentes esportivos no processo de discussão da CNE e uma das ações citadas foi a implantação do Bolsa-Atleta. Atualmente é possível analisar essa proposta e entender que embora os recursos provenientes de diferentes leis e incentivos tenham aumentado no decorrer dos anos ainda não são suficientes para que todos os atletas de rendimento possam dedicar-se exclusivamente ao seu treinamento sem precisar complementar a renda através de outros trabalhos bem como campanhas publicitárias, por exemplo. Porém, isso acontece também pelo fato de que muitas vezes o dinheiro é aplicado na estrutura organizacional de uma entidade e não diretamente no atleta e nas suas reais necessidades para treinamento

adequado. Contudo, cabe evidenciar a importância da implantação do programa Bolsa Atleta a partir do ano de 2005, uma iniciativa que atende desde a base do rendimento até os atletas que estão no ranking mundial nas suas respectivas modalidades, cujo investimento (bolsa) é depositado diretamente na conta bancária do atleta, ou seja, não passa pelas confederações.

A CNE também previu a necessidade de criação de uma “Agência Nacional Antidoping” concretizada no ano de 2005 por iniciativa da Confederação Brasileira de Atletismo tendo em vista que não existia uma instituição do próprio governo brasileiro capaz de combater os casos de doping no país. Contudo, devido a conquista da sede dos Jogos Olímpicos Rio 2016, o país teve criar sua própria agência- Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) - aprovada pelo decreto 7.630 de 2011 com o objetivo de assegurar a saúde e a igualdade nas competições de todas as modalidades esportivas.

A proposta relacionada à criação de condições para garantir maior participação popular e, portanto, descentralização das ações voltadas ao esporte de rendimento parece destoadada do público relacionado ao esporte de rendimento à medida que esse público não corresponde à população em geral, é um público seletivo, com características e anseios próprios. Logo, talvez a proposta tenha teor relacionado à possibilidade de criar maiores mecanismos que possam democratizar o acesso ao esporte de rendimento, porém, isso só seria possível através de parcerias com instituições que promovem ações, programas e projetos vinculados a essa dimensão esportiva. Não é possível, por exemplo, construir um centro de treinamento sem capacitar profissionais para atuar nesse e “abrir as portas” para que a população ocupe esse espaço esperar que daí surjam novos talentos esportivos.

Uma outra proposta realizada na CNE foi o fortalecimento das modalidades esportivas não olímpicas e paralímpicas no interior da escola respeitando os esportes de caráter regional e aproveitando as potencialidades locais. Essa proposta é astuta, porém de difícil realização à medida que a escola é um espaço de intencionalidades próprias cuja temática “esporte” ainda se encontra em processo bastante conturbado na discussão inserida na disciplina de educação física quanto ao conteúdo mais adequado a ser ensinado nas escolas quanto a essa temática. Além disso, as potencialidades particulares devem ser respeitadas e o caráter local deve ser considerado no projeto político pedagógico da escola, contudo, esse deve

ser um trabalho incentivado pela escola, sendo também de sua responsabilidade a busca por recursos financeiros e capacitação de recursos humanos e em conjunto de todos os professores que tenham essa preocupação e também vontade de ensinar e vivenciar conteúdos que estejam além de: voleibol, futsal, handebol e basquetebol.

Além dos aspectos evidenciados nas conferências, como um espaço aberto aos agentes esportivos e de amplas discussões acerca das diferentes dimensões esportivas, é preciso analisar a estrutura de gestão da SNEAR ao longo desses 13 anos na qual foi possível encontrar uma série de aspectos positivos na tentativa de construção de uma política eficiente para o esporte de rendimento no país, muito embora inúmeras mudanças tenham acontecido nesse período em razão das gestões transitórias tipicamente presentes na política brasileira.

Uma das tentativas de consolidação dessa dimensão esportiva foi através da construção de uma política setorial para o esporte de alto rendimento que propôs levantamentos importantes de serem descritos e melhorados com o objetivo de potencializar o desenvolvimento das ações voltadas ao esporte de rendimento no país desde a otimização da forma de detecção de talentos esportivos até a implantação de centros de desenvolvimento em pesquisas esportivas. Contudo, o diretor de esportes da SNEAR, revelou que essa política setorial respaldou as ações da SNEAR, porém, foi o Planejamento estratégico da secretaria que norteou sua política de ação e conduziu a estrutura de gestão da secretaria tendo em vista que, naquele momento de sua implantação, a lei previa a instauração de um plano nacional de esporte para o Brasil. Em virtude da dificuldade de construção de algo mais abrangente que norteasse as ações da política esportiva brasileira nas suas diferentes dimensões foi elaborada essa política setorial específica para o esporte de rendimento que se constituiu enquanto:

um documento que até certo ponto sempre pautou algum andamento das coisas, algum direcionamento, mas não é um documento que foi fundamental no governo, entendeu? Acho que em nenhuma esfera de governo. Tanto é que assim, a gente, no ministério do esporte utilizou [essa política setorial] um ou dois anos, depois a gente acabou dando muito mais importância ao planejamento estratégico da secretaria de alto rendimento que, é claro, levou em conta essa política, mas quem pautou muito mais as ações (e acho que pauta até hoje as ações da SNEAR) foi o planejamento estratégico que foi feito a partir de 2009 (AVELLAR, 2015, s.p.).

A I CNE trouxe à tona também uma proposta iniciada em 1999 relacionada à Política Nacional de Esporte como um fator essencial para consolidação do esporte enquanto uma questão de estado. O texto final da I CNE trouxe o Sistema Nacional do Esporte como fator de necessária construção afim de unificar as ações dos indivíduos/instituições envolvidos com o esporte no país; o texto ainda aponta que para a consolidação desse sistema é necessário haver um processo integrado de políticas públicas da União, dos estados e dos municípios. De maneira consensual o documento oriundo da PNE sugere que a articulação entre as esferas de governo (União, estados e municípios), os poderes (executivo e legislativo), as entidades esportivas e a sociedade é necessária para que os esforços sejam mantidos em prol do cumprimento de objetivos comuns.

Ainda sobre o Sistema Nacional de Esporte, destaca-se o fato de ter passado de “protagonista” a “coadjuvante” em apenas 4 anos tendo em vista que ele era a temática central da II Conferência Nacional de Esporte, realizada em 2006 e passou a ser apenas uma linha estratégica na III CNE que aconteceu em 2010. Sobre essa transferência de prioridades a partir da entrevista de Ricardo Avellar subentende-se que é necessário entender o contexto do evento para compreender o caráter de suas decisões, no caso a Conferência é uma abrangência mais geral que engloba diversos setores (sociedade, trabalhadores rurais, assentamento, escolas, CREF, etc....) portanto há uma gama de opiniões bastante ampla sobre as prioridades governamentais, segundo ele, eventos como as conferências mostram “que há outras coisas mais importantes ou tão importantes quanto” e que isso acaba por levar a eleição de outras temáticas como prioritárias. Avellar (2015, s.p.) comenta também que existem sim outras discussões que são tão importantes quanto o sistema e faz alguns questionamentos: “Qual é o plano [do esporte brasileiro]? O sistema é um sistema do plano? Tem que ter uma política nacional? Quais são os pontos importantes dessa política? ”. Sendo assim, destaca que todos esses questionamentos fazem parte do sistema e devem ser levados em consideração e que, portanto, é compreensível e notória a categorização do sistema como uma das diretrizes da III CNE e não como fator principal tendo em vista que “ele não resolve todos os problemas”.

Entende-se o posicionamento de Avellar, até mesmo por ter pertencido à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento e ter vivenciado justamente esse período de “Conferências” e de “troca de protagonistas” nesse cenário esportivo. Até

mesmo a ausência de uma conferência (a III CNE estava estipulada para ser realizada em 2008, mas foi concretizada apenas em 2010 devido ao período conturbado de escolha do Brasil como sede de dois dos maiores megaeventos esportivos, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos 2016) justifica que o cenário esportivo estava passando por um período de transição e que as prioridades poderiam ser mudadas nesse processo. Como foram. O esporte de rendimento ganhou força nesse período e os destaques e anseios em termos principalmente midiáticos estavam relacionados às escolhas das cidades sede para a Copa do Mundo e as obras consideradas “elefantes brancos” oriundas do Pan-Americano de 2007 e que serviam como presságio para os Jogos Olímpicos Rio 2016, ou seja, definitivamente o sistema nacional de esporte não tinha forças de competir com o esporte de rendimento, muito embora essa dimensão esportiva obviamente estivesse inserida nessa sistematização.

Em 2015 houve uma nova iniciativa do Ministério do Esporte em implementar e consolidar o sistema nacional de esporte. Afim de cumprir essa meta o então ministro do esporte George Hilton convocou um grupo de trabalho para “discutir as propostas e elaborar o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte. O documento irá nortear as políticas esportivas do país” (BRASIL, 2015c). De acordo com o próprio ministério do esporte, essa discussão do Sistema Nacional vai definir as funções dos governos federal, estadual, municipal, das entidades privadas, federações, confederações e clubes para as políticas do setor. O principal fator pensado nessa política continua sendo a ideia de transformar o esporte enquanto uma questão de estado, utilizando a criação do Sistema Nacional do Esporte, sob a forma de um projeto de lei, para que os investimentos não fiquem vulneráveis às mudanças de governo. Contudo, embora se coloque em pauta antigas questões – que ainda não foram resolvidas- o pesquisador Lamartine da Costa visualiza enquanto positivas as investidas do ministro em inovar na construção de um novo sistema sem se reportar ao antigo, além disso, o ministro “escuta os mais diversos setores. Isso é fundamental para que o Sistema seja bem coeso” (BRASIL, 2015c).

Ricardo Avellar, porém, acredita que a discussão sobre esse “novo sistema” não leva em consideração dois fatores essenciais: 1) todos os indivíduos e instituições envolvidas; 2) o momento mais adequado. Ele considera que essa discussão deveria ser muito mais ampla haja vista que existem muitas pessoas que

promovem o esporte no país e que não foram incluídas nessa nova sistematização. Segundo ele existem muitas associações e clubes que possuem seus próprios calendários, organizam suas próprias competições e que não foram ouvidas na discussão sobre o sistema nacional do esporte, muito embora essas instituições tenham uma grande importância no desenvolvimento esportivo nacional. Avellar demonstra preocupação ao ser “criado e instituído” um sistema construído de cima pra baixo, onde aqueles que promovem o esporte “lá na ponta, nos municípios” não sejam ouvidos de maneira suficiente para que contribuam com essa nova proposta. O entrevistado sugere que de nada adianta estabelecer diretrizes a serem cumpridas por cada instituição sem levar em consideração a atuação de cada uma dessas instituições, suas particularidades e seu próprio entendimento do que é necessário ser incluído no SNE para aquela localidade específica. De acordo com Avellar (2015, s.p.):

O sul, o sudeste são diferentes do norte, do nordeste; cada um tem sua peculiaridade e isso está sendo considerado? Talvez não! E daí talvez você vai escrever uma coisa bacana, legal, baseada em experiências internacionais mas que não vai virar prática e aí é outra lei, outra norma que vai morrer por si só, entendeu? Então eu acho que esse pessoal precisaria estar sendo ouvido, entendeu? Porque é quem faz [o esporte] A gente está longe aqui, o ministério está longe de quem faz. [Por exemplo] o menino que está lá fazendo esporte: De onde ele vem? É da escola? Não é da escola? Como é que ele tem acesso? Como é que ele paga? Ele não paga? Ele recebe? Como funciona tudo isso? Sabe...é uma loucura, uma diversidade absurda e daí como é que alguém vai falar: “Não, agora todo mundo vai fazer assim”. Será que vai pegar? Então assim, a minha ansiedade é essa: é uma discussão importante, fundamental mas no meu entendimento ela é longa, ela tinha que entender do que a gente precisa.

A diversidade presente na sociedade brasileira sob ponto de vista econômico, social, cultural e conseqüentemente estrutural sugere a necessidade de cautela na tomada de decisões principalmente no que se refere a algo instituído de maneira mais global como é o caso do sistema nacional, toma-se como exemplo a estruturação do sistema nacional de educação, como lembrou Ricardo Avellar, que demorou para ser instituído e ainda sim sofre questionamentos.

Avellar ressalta a importância de construir esse sistema com calma, aos poucos, para que todas as frentes sejam ouvidas e que ele se estruture da maneira mais completa possível e por isso questiona o fato desse grupo de trabalho ser “convocado” de maneira a atuar em um período que coincide com os Jogos

Olímpicos 2016 em que a prioridade, inevitavelmente, é a edição olímpica. Segundo Avellar (2015, s. p.):

uma discussão de mudança de sistema eu acho que tinha que esperar passar esse momento e entender esse momento. A gente está fazendo, está se propondo a essa discussão no meio de um grande acontecimento e que qualquer discussão aqui pode influenciar no caminho de 2016 entendeu? Você mudar alguma coisa, definir alguma coisa e se essa coisa for diferente do que se faz hoje pode influenciar no resultado do Brasil, no apoio da participação brasileira nos jogos e aí você não está considerando o que é que foram esses jogos, depois dele, o que significou isso para o Brasil? Isso foi importante? Isso consolidou o formato que existe aí ou só consolidou que esse formato tem que ser completamente revisto? Então eu só acho que essa discussão deveria ser muito mais longa do que está se fazendo.

Muito embora o momento pareça propício para o processo de mudanças no formato esportivo brasileiro, é sensata a análise temporal de Avellar com relação à eficiência que cada discussão pode gerar no tempo mais oportuno. Ao elencar “Sistema nacional esporte” e “Jogos Olímpicos” enquanto temáticas preferenciais sob ponto de vista político-midiático-social é notória a prevalência do segundo ao menos sob aspectos políticos-midiáticos, restando ao primeiro o apoio daqueles envolvidos com o esporte em suas diferentes perspectivas e que possuem anseios esportivos maiores que aqueles propagados pela realização de um megaevento esportivo. Contudo, afim de trabalhar com essa temática de maneira mais completa entende-se a opinião do entrevistado até mesmo por levar em consideração que o feedback positivo e/ou negativo oriundo dos Jogos possa balizar possíveis mudanças e incorporações naquilo que se propõe enquanto um novo sistema nacional de esporte.

Concomitante a esse processo, as secretarias do estado do Paraná e do município de Curitiba também iniciaram um processo para criação e desenvolvimento de seus sistemas – estadual e municipal respectivamente- ambos em conformidade com aquilo que está sendo pensado para o sistema nacional de esporte. O estado do Paraná está desenvolvendo uma metodologia própria de realização de “Seminários Regionais” a partir de que se pretende:

consolidar um banco de dados que orientará o desencadeamento de Seminários Regionais, culminando em um grande encontro com lideranças do esporte estadual com a intenção de discutir, consolidar

e homologar a nova Política e Sistema Estadual do Esporte do Estado do Paraná (MARTINS, 2015, p. 2).

Esse banco de dados tem como objetivo diagnosticar a estrutura esportiva e de lazer existente e necessária a partir de algumas perguntas, as quais quando reunidas compõe cinco seções: 1. Ideias e Ações 2. Infraestrutura (Espaços, Equipamentos, Materiais e Logística) 3. Recursos humanos, formação e capacitação 4. Recursos orçamentários e financeiros 5. O Sistema Municipal de Esportes¹⁰⁷. A seção “Ideias e Ações” reflete tudo aquilo que as prefeituras realizam através do órgão municipal de esporte em suas diferentes dimensões, são as “escolinhas, competições, festivais, jogos, gincanas, campeonatos, eventos, programas de atividade física e torneios, nas mais diversas modalidades esportivas e para os mais variados públicos” (MARTINS, 2015, p. 4).

A seção 2 Infraestrutura (Espaços, Equipamentos, Materiais e Logística) serve para orientar e também tomar conhecimento sobre os diferentes ambientes utilizados para a prática esportiva e que muitas vezes não são considerados como tal por considerar-se o ginásio e sua quadra poliesportiva como o local necessário para a prática de esportes, em quaisquer dimensões. Logo, “praças, parques, areia das praias ou dunas, rios, lagos, matas, cachoeiras, montanhas, cavernas, baías, canais, represas e mar aberto (calmo ou revolto), escadas, corrimões, ladeiras e ruas passam a ser palco da prática esportiva” (MARTINS, 2015, p. 6). A seção 3 refere-se a Recursos humanos, formação e capacitação que destaca quão importante é contar com uma equipe em quantidade e qualidade satisfatórias; além disso enaltece o caráter promissor de uma equipe mediante sua qualificação desde a formação inicial até a formação continuada.

A seção 4 sobre Recursos orçamentários e financeiros relembra os aparatos jurídicos sob os quais circundam a questão do orçamento dos municípios bem como

¹⁰⁷ De acordo com o documento que norteia esses encontros regionais, primeiramente é solicitado ao gestor o preenchimento dos dados cadastrais do município que ele está representando. Na seção Ideias e Ações solicita-se o preenchimento de uma planilha em Excel anexada com os demais documentos enviados aos municípios com informações sobre as atividades para o ano de 2016. A partir dessa planilha objetiva-se extrair o Calendário Esportivo do Paraná – 2016 afim de oportunizar uma maior integração de informações entre a SEET, seus Escritórios Regionais e os municípios, divulgando e valorizando iniciativas regionais. Com relação à seção sobre o Sistema Municipal de Esportes, abre-se a possibilidade de respostas subjetivas afim de “obter informações mais personalizadas sobre o que se pensa na relação mantida entre o Poder Público Municipal e o Poder Público Estadual na gestão das políticas para o esporte” (MARTINS, 2015, p. 3).

enaltece o processo de transparência idealizado afim de compor esses aparatos. Destaca, porém, que o esporte possui pouca legitimidade frente às prioridades políticas e que isso, somado ao fato do pouco orçamento destinado ao esporte, auxilia no processo conflituoso em prol da defesa de um orçamento exclusivamente destinado para implementação e manutenção de ações voltadas à prática esportiva.

Por fim, a última seção “Sistema Municipal de Esportes” pretende pensar na composição do esporte de forma integrada juntamente com os indivíduos e as instituições que buscam o desenvolvimento esportivo. Sendo assim, ao tratar dos Sistemas Municipais e Estaduais, pensa-se:

... pessoas, as entidades, a infraestrutura oferecida, os recursos materiais disponibilizados, os recursos financeiros que o sustentam. Estamos falando também do papel de cada um nesse mosaico de interesses, responsabilidades e contrapartidas. Também dos vínculos que se estabelecem, sejam eles temporários ou permanentes (MARTINS, 2015, p. 8).

Por fim, além de elencar os itens necessários a serem pensados com relação à implementação e desenvolvimento desse sistema de maneira análoga aos demais sistemas faz-se importante conhecer e compreender de que maneira a temática “sistema” é entendida pelos municípios. Sendo assim, destacam-se algumas questões levantadas pela SEET:

Quais entidades fazem o esporte acontecer no Município? Como deve ser concebido o Sistema Municipal de Esportes? Qual é a sua estrutura? Quais as suas competências? Quem faz parte desse Sistema Municipal de Esportes? Instituições, órgãos públicos, privados, associações, ligas, clubes, associações, federações, comitês, conselhos, estabelecimentos de ensino, comércio local, associação de moradores, instituições de ensino superior, etc... Quem são os agentes desse Sistema? Quais são as atuais fontes de recurso financeiro decorrentes da organização desse sistema? Esses recursos dão conta de todas as demandas? E quais poderiam ser na concepção de um trabalho mais organizado? Seria possível identificar novas fontes de recursos? Como se dá a relação entre o público e o privado nesse Sistema? No funcionamento do Sistema Municipal de Esportes quais manifestações esportivas têm sido priorizadas: Esporte-educacional? Esporte-participação? Esporte-rendimento? O que direciona essas prioridades? (MARTINS, 2015, p. 8-9).

Observa-se, portanto, que o sistema estadual paranaense é uma das seções desse banco de dados que foi estruturado em três etapas, das quais até o momento da entrevista (já havia sido realizada a primeira etapa) que consiste em ouvir os

municípios (através de seus gestores municipais) e fazer um diagnóstico sobre as três dimensões esportivas conhecendo as principais dificuldades e também identificando as experiências positivas afim de disseminá-las para outros municípios. Segundo a SEET, o objetivo desse seminário é:

ouvir e dialogar com a comunidade, identificando vocações, necessidades, demandas e alternativas de adequação das organizações esportivas ao conjunto de informações que identificaremos em nossas conversas, redesenhando rotas e trilhando novos rumos (MARTINS, 2015, p. 2).

De acordo com Campos (2015) foi construído um questionário de 30 páginas e esse gestor deveria consultar “quem participa do esporte na sua cidade”, cujo objetivo transcende exclusivamente saber e conhecer as demandas esportivas naquela localidade, mas também legitimar a importância do esporte enquanto questão social. Segundo o entrevistado:

o que nós estamos fazendo na cidade em termos de educacional, de participação e rendimento é convidar todo mundo, convidar câmara de vereadores, vereadores e prefeito. Por quê? Os políticos que canalizam as verbas dos municípios não têm muitas vezes a dimensão da importância do esporte; quando a gente fala em esporte (mudar um pouquinho o foco do rendimento) nós estamos falando do esporte na cidade, nós estamos falando em educação, nós estamos falando de segurança, não é mesmo? É [pausa] às vezes o político que determina para onde vai a verba não tem essa noção [da importância do esporte] e a gente está querendo motivar os nossos gestores do esporte a mostrar isso nas suas cidades, mostrar a importância do esporte [...] (CAMPOS, 2015, s.p.).

De acordo com José Alberto Campos (2015) a ideia inicial consiste em conhecer as estratégias utilizadas em cada município, selecionar as melhores e mostrar aos outros municípios de que maneira aquela ideia pode auxiliar na gestão esportiva da sua localidade. Logo, o primeiro passo é “tentar disseminar a informação”. A segunda etapa fundamenta-se na tentativa de:

estabelecer um pré-projeto de uma política e colocar à disposição de todos os segmentos do estado que teoricamente fazem parte do sistema esportivo estadual. “O que vocês querem colocar mais, tirar, rever, modificar em cima desse pré-projeto”? (CAMPOS, 2015, s.p.)

A partir de então será criada uma metodologia que indicará prioridades e qual o impacto disso em todo o estado do Paraná. Posteriormente esse pré-projeto deverá ser apresentado em todo o estado e a partir de então todos os indivíduos

envolvidos nesse sistema deverão fazer críticas, sugestões, mudanças para que então possam ser elencadas prioridades em cada dimensão esportiva.

De acordo com a SEET, esse Sistema Municipal de Esportes tem como propósito:

estimular aos gestores esportivos a necessária visão sistêmica do esporte, percebendo que a Prefeitura Municipal, pelo lado da oferta, uma das instituições, entre tantas outras, que oferece serviços esportivos aos cidadãos. Com o seu papel específico, esse trabalho se soma ao trabalho de tantos outros agentes e organizações que completam o conjunto de ofertas esportivas de uma cidade, entre os quais, o Governo do Estado (MARTINS, 2015, p. 3).

Campos (2015) destacou também que o Conselho Estadual (atualmente inativo) deverá ser reativado e por fim o sistema municipal regulamentado e que o mais importante nesse processo, ao tratar da temática sistema é estabelecer quais são os entes que fazem parte dele e qual é o papel de cada um dentro desse processo.

O município de Curitiba também está trabalhando no seu sistema municipal e a iniciativa surgiu do atual secretário devido ao fato de ter, segundo ele, “assumido uma secretaria sem planejamento estratégico” e, a partir disso procurou através de eventos (até mesmo acadêmicos) conhecer quais as principais demandas da área esportiva e a melhor maneira de encaminhar as ações relativas às diversas dimensões de esporte. De acordo com Dutra (2015), a secretaria procurou conversar com estudiosos das áreas de políticas públicas e de gestão esportiva para que auxiliassem a secretaria no alinhamento de suas ações, porém:

a partir daí, principalmente num momento que se criou como realidade a formação do sistema (do novo sistema brasileiro do esporte) nós vimos a necessidade de já começar a discutir o sistema municipal para que a gente, tão logo o sistema nacional esteja consolidado, possa consolidar também um sistema municipal que seja consonante com essa estruturante que está sendo criada (DUTRA, 2015, s.p.).

Esse alinhamento decorre da visível necessidade de incorporar de maneira mais prática as ações elencadas no sistema nacional de esporte e também isso é facilitado a medida que os estudiosos consultados pela SMELJ fazem parte do seletivo grupo de trabalho que discute o SNE, contudo Dutra (2015) aponta como fundamental nesse processo que cada entidade integrada nos diferentes entes

federativos tenha sua função bem estabelecida e possua um planejamento que seja seguido.

As discussões acerca da PNE e do SNE parecem “caminhar juntas” quando o assunto é abordado sob ponto de vista do governo federal e das atribuições desse à área em questão. Ao elencar as ações do governo do Paraná no sentido de avançar nesses dois quesitos é perceptível a maior estruturação em prol do sistema estadual de esporte, embora as discussões sejam recentes e portanto sejam possíveis de serem analisadas apenas futuramente; contudo, a ausência de uma política estadual para o esporte possibilita o levantamento de alguns questionamentos: de que maneira é possível construir um sistema estadual de esporte quando não há uma política estadual que balize a criação desse sistema? É possível acontecer articulação entre as esferas governamentais por meio da Política Nacional de Esporte tendo em vista que não há uma política que balize a atuação do estado do Paraná?

A propósito as evidências apontam não somente para a ausência dessa política estadual bem como para a “confusão legislativa” com relação à criação da estrutura organizacional para o esporte no Paraná e a função dessa política estadual basta ver que em 1995 quando da criação da Secretaria de Esporte e Turismo através da Lei 11066 estabeleceu-se por meio do artigo 7º a criação da Paraná Esporte dentro da referida secretaria cuja responsabilidade seria a “execução da política estadual esportiva”, contudo, em 2012 um dos objetivos estabelecidos pela então Secretaria de Esporte e Turismo era “criar a política estadual de esporte”.

Da mesma maneira evidencia-se a ausência de uma política municipal de esporte em se tratando de Curitiba, o que também reflete substancialmente na dificuldade de se estabelecer relações intergovernamentais a medida que não há um delineamento municipal – sob ponto de vista legislativo- que balize as ações dos gestores em questão. Logo, trata-se de uma questão também de legitimidade esportiva no cenário estadual e municipal haja vista que não existem mecanismo que norteiem as ações da gestão, cabendo aos gestores à condução da política de acordo com seus preceitos cabendo nesse sentido, inúmeras possibilidades de iniciativas.

5.2 A *POLICY* EM CENA NOS TRÊS ENTES FEDERATIVOS: ATRIBUIÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO *POLICY CYCLE* NO ESPORTE DE RENDIMENTO BRASILEIRO

Esse item visa discutir sobre a *policy* - inserida no *policy cycle*- à medida que a estrutura das secretarias que promovem o esporte de rendimento a nível federal, estadual e municipal já foram contempladas anteriormente. O processo de elaboração de uma política pública, os agentes ouvidos no decorrer desse processo bem como a implementação e a avaliação da *policy* em cada uma das esferas governamentais estudadas serão descritas a seguir tendo em vista principalmente os dados obtidos através das entrevistas.

Conforme visto no *policy cycle* as mudanças de gestores e diretores influencia diretamente nos programas e projetos desenvolvidos e isso ocorre também devido à alternância de prioridades que pode variar de acordo com cada gestor, cada qual representante de um segmento específico. Nesse sentido, uma entra em pauta para discussão nesse momento que é o questionamento de onde surgem os problemas e quais deles são mais importantes.

Logo, faz-se necessário compreender a *agenda-setting*, ou seja, quais temas integram a pauta política? Quem são os indivíduos envolvidos na eleição desse tema dentro da *agenda setting*? Qual é o grau de influência da população, da mídia, das organizações não governamentais e da iniciativa privada nessa fase do *policy cycle*?

Na tentativa de compreender todas essas questões cabe destacar que elas são particulares a cada estrutura administrativa. Muito embora o anseio seja de explicar e responder todas essas questões de um modo geral que possa ser compreendido na sua totalidade deve-se agir com cautela e iniciar essa compreensão com base nas particularidades locais. Por diversas vezes observa-se que alguns assuntos entram na pauta governamental, outros, saem; programas existem em determinada gestão e deixam de existir em outra gestão e isso acontece devido às diferentes visões políticas dos gestores que visualizam prioridade em alguns assuntos específicos ou, por sua vez, representam determinado segmento social que o faz “colocar em pauta” os assuntos desse segmento, sendo importante ressaltar que em termos de ações, programas e projetos para o esporte de rendimento no Brasil imperam políticas de governo para tais fins, podendo ser

consideradas como política de estado o Bolsa Atleta, a Lei Agnelo Piva e a Lei de Incentivo ao Esporte, por exemplo, sendo apenas o Bolsa Atleta que está sob responsabilidade da SNEAR. Com relação aos indivíduos envolvidos na eleição desse tema existem diversas possibilidades de compreensão a partir do momento que se pode supor que existem aqueles que, além de envolvidos com a temática, desejam de alguma maneira obter vantagem através dessa escolha, seja ela política, econômica ou social; em contrapartida, é possível encontrar indivíduos que, ao ver a demanda social relativa à determinada área, eleja-a enquanto prioritária em determinado assunto.

Essa fase do *policy cycle* talvez seja uma das mais disputadas à medida que é a partir dela que um assunto pode se tornar uma ação política ou não, pode receber recursos ou não, pode se concretizar ou não; sendo assim, todos os envolvidos desejam de alguma forma que seus anseios sejam sanados e suas prioridades atendidas; contudo, um escândalo político amplamente coberto e difundido pela mídia, pode, por exemplo, modificar esse grau de influência relativo à ação desses indivíduos e/ou instituições.

Um dos grandes questionamentos ao trazer à tona a temática “políticas públicas” é a origem a partir da qual ela foi colocada em pauta. Demanda social e vontade política alternam-se enquanto causas de atuação governamental. Sendo assim, Ricardo Avellar (2015), diretor da SNEAR, visualiza o esporte de rendimento especificamente como uma esfera onde estão muito bem definidas as instituições que dele fazem parte, sendo assim, ao falar sobre a elaboração de políticas públicas projetou sua resposta especificamente à essa dimensão esportiva e apontou que esses grupos que pertencem ao segmento rendimento são fortes a ponto de conseguir, por exemplo “colocar um governante (um ministro, um secretário)” (AVELLAR, 2015, s.p.) com o objetivo de que esse indivíduo represente os interesses do segmento.

Ele afirmou que, especificamente no esporte de rendimento, as ações são colocadas em prática a partir do momento que as demandas surgem. Segundo Avellar (2015):

Se aí fora tem um entendimento que você precisa ter instalação, você precisa ter condição de receber os outros, você precisa ter uma equipe capaz de (dentro do país) ter um bom desempenho, então eu acho que tudo isso vem da sociedade [e] não é uma coisa imposta pelo político do momento (AVELLAR, 2015, s.p.).

Avellar (2015) citou os Jogos Olímpicos para exemplificar a demanda social como preponderante nas ações públicas esportivas no presente momento. O entrevistado também relatou que na atual conjuntura político/esportiva dificilmente há espaço para “vontades políticas” quando há necessidades circunstanciais que permeiam um megaevento. Segundo ele:

Seja quem for que esteja aí ele tem que ser pautado pela necessidade, hoje dos grandes eventos no alto rendimento; assim: falta equipamento? Tem que ter equipamento; Falta preparação? Tem que ter preparação. Então, não é ele que define qual é o caminho que tem que ser seguido, ele acaba sendo um instrumento da sociedade no sentido de cobrir as lacunas para que o Brasil faça uma boa olimpíada [...] (AVELLAR, 2015, s.p.).

Percebe-se pela fala do entrevistado que, ao menos em se tratando da SNEAR, o responsável pela entidade não se deixa levar por suas vontades, mas sim pela necessidade, pela demanda. Enquanto permaneceu na instituição houve a construção de um planejamento estratégico que balizou as ações da referida secretaria e essa construção esteve sempre pautada nas demandas, logo, segundo ele, no esporte de rendimento as demandas que vêm “de fora para dentro”, ou seja, o que o alto rendimento precisa para se desenvolver é colocado sob a forma de meta dentro da SNEAR.

Nesse sentido, afim de estimular o desenvolvimento de ações especificamente voltadas ao esporte de rendimento tendo em vista o anseio do país em angariar visibilidade e medalhas em competições de cunho internacional e estimular a propagação dessa dimensão esportiva, a SNEAR propôs inúmeras ações, dentre elas uma das mais relevantes: o Bolsa Atleta.

O Bolsa Atleta figura hoje como o programa mais bem estruturado para o esporte de rendimento tendo em vista a evolução no número de bolsas distribuídas desde a sua implementação em 2005 até os dias atuais, além disso ele oferece a oportunidade mais longínqua em termos de continuidade e evolução na distribuição das bolsas, podendo o atleta, dependendo de sua trajetória e conquistas esportivas progredir na categoria de bolsa, desde a “estudantil” até a “olímpica”.

Opinião semelhante tem Ricardo Avellar quando revela que atualmente o carro chefe do esporte de rendimento no Brasil é o Plano Brasil Medalhas, porém, o programa estruturante dessa dimensão esportiva é o Bolsa Atleta pois nele reflete-

se a perenidade de um programa esportivo no qual um atleta (ainda em início de carreira) possa permanecer no esporte, treinando e se especializando.

Quando questionado se o método adotado pelas confederações para classificação do atleta para concorrer a uma bolsa do programa é satisfatório, Ricardo Avellar revela que embora possa não representar o método ideal ele ainda é o mais adequado tendo em vista que:

o governo não faz esporte então, ele precisava de uma parceria de quem faz esporte para realmente (estrategicamente) definir assim: é mais importante para natação [por exemplo] que ao invés de eu dar bolsa atleta para aqueles atletas que competem nos melhores campeonatos (esses aí já tem apoio) eu posso dar para as categorias inferiores; então a ideia era que essa política entre o que a entidade faz com o esporte e a possibilidade de ter uma bolsa do governo federal fosse uma política integrada (AVELLAR, 2015, s.p.).

Ele continuou sua análise afirmando que o Ministério do Esporte não está no dia a dia do atleta ou na atividade finalística do esporte, tampouco é ele (o ministério) que “faz esporte” por isso eles acreditam que as confederações são as mais envolvidas com os atletas a ponto de estipular qual campeonato por exemplo, de acordo com as particularidades de cada modalidade, deve ser levado em consideração na escolha do ranking do atleta e conseqüentemente na classificação final que determina a qual categoria de bolsa o atleta pode concorrer.

Outra ação é o Plano Brasil Medalhas, uma política do governo federal que visa estar entre as 10 primeiras colocações nos esportes olímpicos e 05 primeiras nos esportes paralímpicos e uma das formas de concretização dessa meta   através da parceria estabelecida com empresas estatais. O patrocínio das empresas estatais no esporte brasileiro gera, há anos, vários questionamentos que incidem sobre a relação direta entre empresas e confederações e também por não estar em conformidade com as prioridades estipuladas pelo governo para o esporte (BRASIL, 1999). A falta de um mecanismo que legitime ser necessário a intervenção estatal nessa relação empresas estatais/confederações justifica que o patrocínio ocorra de maneira mais aberta, sem a descrição das modalidades mais necessitadas ou de um ideal percentual de patrocínio de cada estatal para modalidades olímpicas e paralímpicas.

De acordo com o documento da Política Nacional do Esporte, por exemplo, deveria haver uma reformulação no sentido de que “elas exerçam um papel compatível com o seu potencial de contribuição, passa pela **direção** dos recursos

disponibilizados, revisão do **processo decisório** e aumento dos **repasses**” (BRASIL, 1999, p. 21, grifos do autor). Uma das considerações realizadas incide sobre a pequena contribuição de empresas estatais no desenvolvimento do esporte nas suas diferentes dimensões nos estados sendo mais frequentemente observado o apoio de empresas ao desenvolvimento de seleções presentes no esporte nacional e olímpico.

O documento da PNE estimula ações de intervenção estatal na distribuição de patrocínio estabelecido em um plano nacional de esporte que vise a inclusão de apoio proveniente dessas empresas ao esporte para pessoas com deficiência bem como ao esporte estadual e não somente nacional.

Atualmente são 21 as modalidades olímpicas que recebem patrocínio de empresas estatais, sendo 5 delas modalidades coletivas (vôlei de praia, vôlei, handebol, futebol feminino, basquetebol) e 16 modalidades individuais (vela, pentatlo moderno, triatlo, canoagem, hipismo, boxe, taekwondo, atletismo, ciclismo bmx, ginástica, lutas, tiro esportivo, natação, águas abertas, tênis, judô). Coincidentemente todas essas modalidades constam como referência em termos de medalhas obtidas em competições dos Jogos olímpicos, conforme é possível verificar na figura abaixo:

FIGURA 25 - HISTÓRICO DE MEDALHAS BRASILEIRAS CONQUISTADAS EM MODALIDADES OLÍMPICAS NOS JOGOS OLÍMPICOS



FONTE: Brasil (2016c).

Da mesma maneira, as modalidades paralímpicas que recebem patrocínio da Caixa Econômica Federal apenas 5 delas (futebol de 5, futebol de 7, rugby em cadeira de rodas, vôlei sentado, goallball) são coletivas e as demais, ou seja 8, são individuais (atletismo, natação, esgrima em cadeira de rodas, halterofilismo, tiro esportivo, bocha adaptada, tênis de mesa, vela adaptada). Contudo, ao verificar o score das modalidades paralímpicas observa-se que 5 delas não estão entre as modalidades apoiadas pela Caixa (canoagem, ciclismo, hipismo, judô e remo) e apenas tiro esportivo e rugby em cadeira de rodas são as modalidades patrocinadas e que, no entanto, não estão entre aquelas com maiores chances de medalhas. Vide figura abaixo:

FIGURA 26 - HISTÓRICO DE MEDALHAS BRASILEIRAS CONQUISTADAS EM MODALIDADES PARALÍMPICAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS

Atletismo 32 ouros, 47 pratas e 30 bronzes	Bocha 5 ouros e 2 bronzes	Canoagem A modalidade só vai estrear o Rio de Janeiro	Ciclismo 4º lugar (com João Alberto Schwindt, em Londres-2012 na prova de estrada)
Esgrima em cadeiras de rodas 1 ouro	Futebol de 5 3 ouros	Futebol de 7 1 prata e 1 bronze	Goalball 1 prata
Halterofilismo 4º lugar (com Alexandre Whitacker, em Atenas-2004)	Hipismo 2 bronzes	Judô 4 ouros, 5 pratas e 9 bronzes	Natação 28 ouros, 27 pratas e 28 bronzes
Remo 1 bronze	Tênis de mesa 1 prata	Vôlei sentado 5º lugar (com os times masculino e feminino, em Londres-2012)	

FONTE: Brasil (2016c)

É possível aferir, portanto, que as modalidades individuais além de predominarem no rol de benefícios do Plano Brasil Medalhas são aquelas mais patrocinadas por empresas estatais tendo em vista principalmente a possibilidade de um número maior de medalhas quando comparada às modalidades coletivas. Além disso, é possível presumir que as empresas estatais que se dispõem a patrocinar modalidades têm acesso aos dados que estabelecem quais modalidades, de acordo com seu histórico passado e recente, têm maior possibilidades de ganhar medalhas nas competições esportivas.

Esse fator permite a constatação de um círculo vicioso no que diz respeito ao financiamento do esporte de rendimento tendo em vista que os melhores atletas conseguem melhores patrocínios, um maior número de apoiadores e as categorias que pagam o maior auxílio no bolsa atleta, por exemplo. Além disso, reiteram o posicionamento de opção ao esporte de alto rendimento em detrimento da iniciação ao rendimento que deveria receber um incentivo maior afim de construir um trajeto linear e contínuo em todas as fases do esporte de rendimento, desde a base até a espetacularização.

Também com relação ao Plano Brasil Medalhas, o diretor de esportes da SNEAR considera-o como importantíssimo tendo em vista que é a partir dele que os atletas brasileiros “não vão fazer um vexame”, ou seja, estão tendo a oportunidade de treinar e se preparar para obter um bom resultado nos Jogos Olímpicos, contudo,

no final de 2016 ele não existe mais tendo em vista que é um programa de duração temporária (2013-2016); por isso, na opinião do entrevistado, o programa Bolsa Atleta pode ser considerado o estruturante do esporte de rendimento no Brasil.

Ainda com relação aos programas e projetos desenvolvidos pela SNEAR, os Jogos Escolares foram aqueles que emergiram com uma curiosidade diagnosticada na entrevista com o diretor de esportes da secretaria: os jogos escolares não estão e nunca estiveram na SNEAR. Segundo o entrevistado, os JEB's são realizados pelo COB em parceria com a CBDE, e sempre estiveram sob responsabilidade da secretaria de esporte educacional por serem realizados no interior da escola. Muito embora, segundo ele, a característica dos JEB's seja de rendimento a medida que o indivíduo tem como finalidade melhorar sua marca e vencer, a SNEAR "nunca fez os Jogos Escolares, ela fazia os jogos da juventude, mas daí veio os jogos escolares e saiu da SNEAR para a Secretaria de esporte educacional". Quando questionado pelo fato de os Jogos estarem atualmente no site do ministério do esporte e inseridos na SNEAR, ele responde que o site está defasado há muito tempo e reitera que no período que esteve na SNEAR nunca respondeu pelos Jogos Escolares Brasileiros.

Da mesma maneira os Jogos Militares, que estiveram durante um longo período presente no site da SNEAR como uma ação da referida instituição, Avellar explicou que o recurso orçamentário estava dentro da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, portanto, essa era a única relação existente entre SNEAR e JMM. Esse sistema de investimento no atleta militar é bastante proveitoso para todos os envolvidos tendo em vista que o atleta recebe uma bolsa para que possa treinar de maneira satisfatória; o governo paga essa bolsa para o atleta e obtém bons resultados em termos de competições esportivas; e o serviço militar cede seu espaço para treinamento desse atleta e ainda pode exigir desse atleta dedicação e bons resultados por estar representando o serviço militar. Segundo Avellar (2015, s.p.):

ninguém perde essa oportunidade, porque é mais uma coisa estruturante que vai dar uma oportunidade para ele; ele sabe que no final do mês ele não vai perder o patrocínio, não vai ficar sem dinheiro, não vai ter como não pagar o aluguel dele, então eu acho que essa política de trazer do atleta militar (com essa característica) eu acho que agrega a tudo isso que vem sendo feito. Eu acho importantíssimo e espero que não acabe depois de 2016...ela tem um custo alto.

Os custos dessa política com salários aos atletas militares giram em torno de R\$ 15 milhões anualmente e o investimento necessário para viagens, equipamentos e estrutura é de R\$ 25 milhões divididos pelo Ministério do Esporte e Ministério da Defesa. A seleção dos atletas acontece:

por meio de um edital público voltado para atletas de alto rendimento. É preciso apresentar um currículo com suas façanhas esportivas. Ele passa por um crivo do Comitê Olímpico Brasileiro e Ministério do Esporte. Se selecionado, o atleta passa por um curso expresso de formação de oficial e passará a receber salários mensais, que circulam na casa dos R\$ 3,5 mil, férias remuneradas, 13º salário, e todos os outros benefícios que os demais militares têm direito (BRITO, 2015, s.p.).

Ambas as políticas acima citadas, Jogos Escolares Brasileiros e Jogos Mundiais Militares possuem relação com o esporte de rendimento, o primeiro em uma fase de iniciação cujo objetivo permeia a descoberta dos talentos esportivos e o segundo em uma fase de alto rendimento e principalmente daqueles atletas que competem em modalidades olímpicas. Sabe-se que ambas possuem interferência estatal, os Jogos Militares de maneira exclusivamente financeira e os Jogos Escolares ainda permanecendo confuso diagnosticar qual é efetivamente o papel do Ministério do Esporte, através de suas secretarias (educacional ou esporte de alto rendimento) à medida que a competição é organizada e realizada pelo COB e CPB como forma de aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo Piva cuja porcentagem de 10% deve ser impregnada no esporte educacional.

Ao inserir as ações da SNEAR na última fase do *policy cycle*, Avellar (2015) afirmou que a avaliação presente na SNEAR¹⁰⁸ é apenas burocrática e acontece por meio dos relatórios de gestão emitidos pela secretaria. Ele comentou inclusive que os órgãos de controle e o setor de desempenho da política (através dos indicadores institucionais) questionavam os impactos de determinadas políticas desenvolvidas pela secretaria. Porém, o diretor de esportes da SNEAR justificou essa ausência:

o ministério [do esporte] é um ministério muito pequeno, ele é muito novo, muito recente, se você comparar com educação, saúde que tem mais de 100 anos, o ministério foi agora 2003, e com a estrutura que ele tem ou você dava prioridade a implementar a política (fazer a

¹⁰⁸ Vale ressaltar que o período ao qual o entrevistado se refere é o período que ele permaneceu na gestão da SNEAR, ou seja, de 2003 a 2015.

política) ou estudar como isso poderia ser feito (AVELLAR, 2015, s.p.).

Torna-se justificável a recente história de formação e implementação do ministério, contudo, são doze anos de existência nos quais poderiam ter sido pensadas ferramentas de avaliação dos programas, projetos e ações. A alegação proveniente do fato de que existe uma escolha entre implementar e avaliar não procede à medida que o fato de avaliar um determinado programa justifica por exemplo, maiores investimentos de recursos humanos, técnicos e financeiros e auxilia na manutenção desse programa ao passo que um feedback negativo resultaria na extinção ou readequação do programa às demandas existentes.

O diretor afirma ainda que grandes ministérios, como a educação, possuem órgãos específicos para avaliação inseridos neles, no caso da educação o INEP e que isso auxilia no processo de realização da avaliação (AVELLAR, 2015). Nesse sentido, é possível corroborar com o entrevistado e tomar precauções quando na tentativa de comparação de órgãos e/ou instituições levando em consideração seu contexto histórico, político e social. Avellar (2015) confirma porém, a avaliação enquanto fundamental no processo de construção e implementação de políticas públicas na medida que ela auxilia na demonstração de sentido nas políticas implementadas para a sociedade em geral e no recurso impregnado em cada ação e qual retorno obteve-se a partir desse investimento; ele (re)afirmou a existência anual de uma avaliação por parte do ministério do esporte que, segundo ele é quase uma avaliação quantitativa na qual não existe um processo de aprofundamento da questão da avaliação política.

Avellar (2015) faz algumas contribuições, sob a forma de questionamentos ao elencar, por exemplo a inexistência de um documento que efetivamente balize a política esportiva. À medida que os documentos existentes não são eficientes e eficazes na realização dessas medidas avaliativas, as instituições amparam-se nos métodos e documentos próprios, no caso a SNEAR, o parâmetro foi no planejamento estratégico da instituição.

Outro fator que se destacou na discussão realizada nesta tese enquanto formas de avaliação das políticas públicas, foi o relatório emitido pelo TCU em 2011 que se baseou também na política setorial para o esporte de rendimento, identificou problemas na estrutura e direcionamento dessa dimensão esportiva e apontou possíveis soluções para resolução dos problemas. Na visão de Ricardo Avellar, com

relação a esse relatório é possível citar aspectos positivos e negativos. Os positivos se referem à sua capacidade de alertar o Ministério do Esporte quanto aos problemas que persistem em acontecer com relação ao desenvolvimento esportivo principalmente porque, segundo Avellar, as vezes tanto o ministério [do esporte] quanto a secretaria [de esporte de alto rendimento] estão mais preocupados em fazer projetos, colocar em prática a política pública do que avaliar se aquilo que estão fazendo está tendo efeito positivo, ou seja, obter um *feedback* de suas ações. Contudo, esse relatório transcende seu papel ao emitir soluções para os problemas detectados.

O TCU não é especialista em esporte, ele não conhece de esporte então, não é ele quem tem que dizer o que o ministério deve fazer ou não fazer com o Bolsa Atleta, com a ciência e tecnologia no esporte entendeu? Então ele passou além de detectar o que haveria necessidade de fazer alguma coisa, ele passou a dizer qual coisa seria essa que deveria ser feita então eu acho que aí o relatório é bom até certo momento e muito ruim dali pra frente. Porque é como se eles fossem especialistas em tudo [...] (AVELLAR, 2015, s.p.).

A partir do momento que o TCU propõe soluções para o esporte de rendimento no país ele excede sua função de detecção de problemas, haja vista que, corroborando com o entrevistado, os técnicos responsáveis pelo relatório não são especialistas da área esportiva e, portanto, deveriam preferencialmente cumprir seu papel fiscalizador. Além disso, é importante ressaltar que essa fiscalização realizada pelo TCU está atrelada à definição de suas diretrizes muito embora as políticas públicas esportivas devessem possuir meios de avaliação eficientes afim de justificar a realização ou não de determinadas ações e a implementação (ou a ausência) de programas e projetos.

Na visão do diretor de esportes da SEET, José Alberto Campos (2015), a demanda social é a principal origem das políticas públicas esportivas. Em uma visão um pouco mais abrangente – até por se tratar de uma esfera maior de atuação, a estatal- Campos (2015) afirma que a necessidade de se repensar a política estadual surgiu em 2015 após a entrada no novo secretário no comando da SEET. Segundo ele, para repensar e construir uma nova política estadual optou-se pela estratégia de conhecer a estrutura presente nos 399 municípios do Paraná afim de entender como o esporte em cada município e inteirar-se sobre os recursos humanos, orçamentários, financeiros e de infraestrutura presentes em cada unidade. A partir desse diagnóstico, o objetivo da secretaria seria, através de uma metodologia

própria e após a consulta aos segmentos que eles entendem enquanto importantes no cenário esportivo, propor uma política e verificar “prioridades e impactos que a gente pode ter através dessa priorização dentro das três manifestações esportivas hoje consolidadas: esporte educacional, esporte participação, esporte rendimento” (CAMPOS, 2015, s.p.).

Com relação a política desenvolvida pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo é possível observar a horizontalidade enquanto prisma central de atuação da secretaria na medida que procura estender sua base de atuação para além da própria secretaria, e isso pode ser comprovado pela relação aberta com as federações do estado (até mesmo porque a SEET tem como intuito encaminhar adolescentes e jovens que se destacam nas competições da secretaria para as respectivas federações de seus esportes com o objetivo de manter esses indivíduos treinando no estado) bem como através da criação dos escritórios regionais em diversas cidades como forma de estar *in loco* para entender a demanda.

Com relação aos programas e projetos desenvolvidas pela SEET para a dimensão rendimento, o diretor de esportes da instituição revela que está há 33 anos no sistema esportivo estadual e que existiram diversos programas que apoiavam o esporte de rendimento nas décadas passadas, tais como “Frutos da Terra”, “Paraná Olímpico” e “Paraná Nacional” e que a partir de 2011 existe o Talento Olímpico do Paraná, considerado o carro chefe do esporte de rendimento no estado. Segundo Campos (2015, s.p.):

Nós começamos o projeto com 450 bolsas e no ano de 2015 nós estamos hoje com 1600 bolsas-auxílio para os atletas do Paraná. Começa no âmbito da escola que são atletas já identificados pelos núcleos regionais de educação (em todas as modalidades dos jogos escolares) [onde] os melhores já estão conseguindo uma bolsa de R\$ 150, 200 reais/ mês durante 1 ano para apoiar o esporte; depois disso nós temos outra categoria (que aí já vem os atletas do esporte federado) que são atletas já de um segundo nível que são indicados pelas federações esportivas; e agora nesse ano olímpico os “atletas olimpo” (se não me engano são 20 atletas) que recebem um valor de até 4mil reais durante esse período que antecede as olimpíadas no Brasil.

Ao ser indagado sobre o padrão de distribuição de bolsas, se coincidia com os critérios do Bolsa Atleta, ou seja, as confederações estabelecem o ranking do atleta, Campos (2015, s.p.) revelou não conhecer profundamente o sistema

desenvolvido no Bolsa Atleta, mas revelou que, especificamente no estado do Paraná:

a categoria formadora é indicada pelos núcleos regionais de educação, pelos professores. Depois tem um outro nível que são os melhores atletas das federações esportivas (de modalidades olímpicas e paralímpicas); e uma outra categoria a principal que é a “Olimpo” [na qual] todos os esportes, os atletas de rendimento podem se inscrever e, através de análise de currículo através de uma comissão, recebem essa bolsa de 4mil reais.

Através do TOP é visível a descentralização da instituição ao creditar aos núcleos de educação e as federações as indicações para os atletas que poderiam receber o benefício. O programa Talento Olímpico do Paraná é atualmente a referência no esporte de rendimento muito embora o discurso da SEET não seja de preponderância desse esporte, mas sim do esporte participação e escolar. Contudo, embora os números apontem para um franco processo de evolução dessa dimensão esportiva no estado do Paraná é importante levar em consideração dois fatores que já foram trabalhados nesta tese e que referem ao fato das ações políticas estarem vinculadas às gestões específicas e não vislumbradas enquanto questão de Estado. Logo, em primeiro lugar precisa-se pensar que o TOP é um programa de iniciativa da última gestão governamental da SEET e que, portanto, pode ser extinto com a troca de gestão em ano posterior ao eleitoral e em segundo lugar é importante destacar que a principal fonte de recursos do programa é a Lei de Incentivo ao Esporte do governo federal que também não é uma legislação “consolidada” tendo em vista que a existência dessa lei está prevista até o ano de 2022.

Uma outra iniciativa da SEET como forma de estimular o esporte de rendimento no estado foi a tentativa de receber delegações dos Jogos Olímpicos para treinar no estado, porém, é possível afirmar que os esforços não foram suficientes devido à falta de recursos. Segundo José Alberto Campos (2015), existiam estruturas no estado capazes de receber essas delegações, no entanto, necessitariam de maiores investimentos afim de estarem aptas a realizar essas parcerias com os outros países. Porém, devido ao pequeno orçamento destinado ao esporte, somado ao fato de esse orçamento ser distribuído entre turismo e cultura, tornou-se inviável angariar o montante destinado às reformas dessas instalações. Segundo o entrevistado, a Universidade Positivo, o município de Foz do Iguaçu e a Hípica de Curitiba estavam tentando fechar parcerias com diversos países para

possível utilização de seus espaços, porém, nada foi formalizado e estima-se que o pequeno espaço de tempo para adequação dessas instalações tenha sido a causa da inexistente parceria. Campos (2015, s.p.) revelou que:

o estado tentou capitanear isso de dar suporte e solicitar quem tinha estrutura que servisse às olimpíadas de se candidatar, de se inscrever, para que a gente pudesse trazer para o Paraná. Iniciou esse processo. Nós enquanto estado não conseguimos dar conta de melhorar nossas estruturas a ponto de receber [essas delegações] e também aconteceu com algumas outras porque o projeto quando iniciou em 2011 (se não engano, ou 2012) você inscrevia e você tinha um tempo de você adequar as estruturas: climatização do ginásio do Tarumã, por exemplo. Era uma das propostas para poder receber em bom nível. Nós não conseguimos efetivar então saímos do “livro” (vamos dizer assim) que o COB colocou a disposição dos países para treinamento das olimpíadas.

Entende-se, portanto, que as estruturas paranaenses poderiam se inscrever para receber delegações provenientes de outros países para treinamento em suas localidades, porém, o estado do Paraná não obteve recursos financeiros necessários para adequar essas instalações às exigências do COB em tempo cabível o que gerou uma saída do estado do Paraná enquanto proponente dessa ação, cabendo às próprias instituições iniciativas de estabelecimento de parcerias.

Com relação ao município de Curitiba, faz-se importante iniciar a discussão partindo do entendimento de que, na visão dos seus dois representantes, a vontade política é a causa preponderante na origem das políticas públicas esportivas. De acordo com Aluísio Dutra (2015, s.p.):

[...] existe um certo apelo social mais na questão voltada a atividade física do que voltada ao desenvolvimento de modalidades esportivas; nesse aspecto, eu vejo que os políticos são mais sensíveis a escutar demandas voltadas a atividade física. Nas modalidades esportivas eu vejo muito mais uma predominância maior da vontade política até no sentido do aproveitamento, do retorno, do marketing esportivo.

O posicionamento do secretário já revela a distinção entre esporte e atividade física, onde, em se tratando de políticas públicas a atividade física é aquela que está presente na vida da população em geral e corresponde às caminhadas e corridas no parque, por exemplo, contudo não se caracteriza enquanto uma atividade finalística cujo objetivo é bater recordes e ganhar medalhas. Quando o secretário revela que a demanda social está mais voltada à atividade física e que os políticos estão mais “sensíveis” a escutar essas demandas entende-se também o fato de que a

população, no geral, pratica atividade física; já o esporte – e principalmente o de rendimento- é praticado por uma parcela mínima, logo, suas demandas são mais específicas a aspectos voltados a treinamento e competições e não refletem a grande maioria dos anseios da população no geral. Contudo, Dutra (2015) também aponta que a vontade política se faz presente em preceitos relacionados às modalidades esportivas (leia-se o esporte de rendimento) tendo em vista o retorno que é possível obter dele, principalmente sob ponto de vista midiático à medida que essa dimensão esportiva encontra também amparada no marketing.

O diretor de esporte de Curitiba, Newton Zanon (2015) também relata a vontade política como a fonte principal das políticas públicas, muito embora acredite que a demanda social deveria ser o ponto de partida. Contudo, justifica sua opinião ressaltando a posição da necessidade da vontade política pois sem ela as políticas ficariam somente no papel e não seriam colocadas em prática.

Zanon (2015, s.p.), representante do município, revelou que nesse processo de construção de uma política pública, a SMELJ procura “ouvir o maior número de entidades possíveis através de reuniões e pesquisas” e depois dessa construção preocupam-se em fazer a avaliação dessas ações afim de obter um feedback positivo ou negativo daqueles envolvidos com o esporte no município.

De maneira complementar, Aluísio Dutra (2015) apenas faz uma ressalva de que o formato de elaboração e construção de uma política pública é específico de cada município, principalmente com relação ao desenvolvimento de modalidades esportivas, que acontece de maneira muito particular dependendo das intencionalidades municipais. De acordo com Dutra (2015, s.p.):

Aqui em Curitiba, nós optamos em trabalhar o desenvolvimento esportivo de crianças e adolescentes, atuando dentro dessa área, principalmente oportunizando o contato com modalidades esportivas dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. Tem que se notar também que a estrutura que Curitiba possui para esse trabalho não é uma estrutura comum em cidades (mesmo em cidades de grande porte do Brasil); Curitiba hoje tem mais de 30 centros de esporte e lazer a gente deve fechar a gestão com 41 equipamentos desse tipo, onde a gente consegue desenvolver modalidades com corpo técnico próprio da prefeitura. Essa estrutura não é uma estrutura comum e disseminada em todas as capitais mesmo a gente falando em cidades grandes. Então dentro da cidade de Curitiba a gente tem condição de analisar modalidades que tenham ligação com a cultura da cidade, principalmente modalidades que tenham uma sequência de

desenvolvimento depois desse processo de iniciação esportiva é o que a gente tem procurado privilegiar.

É notória a preocupação da SMELJ com o desenvolvimento esportivo de crianças e adolescentes no sentido de oportunizar a eles a prática com as diversas modalidades esportivas e isso também pode ser comprovado pela quantidade de centros de esporte e lazer desenvolvidos pela prefeitura afim de proporcionar um espaço para a prática esportiva à população. Com relação à avaliação das políticas públicas municipais, Zanon (2015) afirmou a existência de um sistema informal, contudo, não forneceu maiores detalhes.

A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude ao longo dos anos pesquisados apresentou uma série de programas e projetos esportivos cujas dimensões de esporte se misturavam, seja pela abrangência de objetivos em cada um descrito ou pela falha de comunicação entre a instituição que produzia os relatórios da SMELJ. Apesar do CATES possuir estruturas destinadas ao treinamento esportivo e ter como um de seus objetivos a descoberta de talentos esportivos, ele não pode ser considerado um programa de esporte de rendimento haja vista que a mudança durante os anos contribuiu para o entendimento de que suas ações estão exclusivamente voltadas ao desenvolvimento do esporte participação.

Nos relatórios emitidos pelo IMAP, “Curitiba Olímpica” e “Observatório do Esporte” aparecem como ações desenvolvidas respectivamente em 2012 e 2013. Através das entrevistas foi possível verificar que o Curitiba Olímpica foi formatado para ser um programa similar ao Time São Paulo, Time Rio de Janeiro que consequentemente eram cópias do Time Brasil. Contudo, a cidade optou por melhorar as condições de treinamento para que os atletas permanecessem na cidade sem precisar se deslocar para outros polos mais desenvolvidos esportivamente. Para que essa ação se tornasse possível foi necessário que a secretaria se articulasse com clubes esportivos (Thalia, Curitibano, entre outros) para que continuassem promovendo esporte de alto rendimento.

O melhor exemplo dessa ação que nós fizemos foi com o basquetebol: nós criamos um local para reunião dos clubes que trabalhavam o basquete como esporte de rendimento em Curitiba (que eram basicamente 4 iniciativas que a gente tinha na cidade nesse sentido) e através da articulação da secretaria foi criado o “Novo Basquete Curitiba” que já está na sua 3ª participação na Liga e numa ascendência técnica muito rápida e lastreado em atletas da

cidade fazendo com que atletas que precisavam ir para cidades de São Paulo, interior de São Paulo e Minas Gerais para poderem jogar o basquete em um nível um pouco mais elevado, não precisaram mais fazer esse movimento (DUTRA, 2015, s.p.).

Essa ação foi bastante proveitosa e auxiliou no desenvolvimento do esporte de rendimento na cidade de Curitiba, permitindo que seus atletas permanecessem em sua cidade natal para treinar. Porém, de maneira completamente oposta, a SMELJ, depois de conversas com a Confederação Brasileira de Canoagem, trouxe a seleção brasileira de canoagem para treinar em Curitiba tendo em vista que, de acordo com o secretário municipal de Curitiba:

nós temos a raia náutica do parque Iguaçu absolutamente subutilizada, com problemas muito graves da federação paranaense de remo que infelizmente não consegue prosperar por problemas internos (e nós não podemos ingerir sobre isso) mas nós vimos na canoagem uma maneira da gente aproveitar a raia que é considerada a melhor raia pra remo e canoagem do país (DUTRA, 2015, s.p.).

Essas ações demonstram que embora o escopo de atuação da secretaria esteja na oportunização da iniciação esportiva, ela não deixa de amparar e incentivar ações de desenvolvimento do esporte de rendimento. Com relação a isso, Dutra acredita que o papel das secretarias municipais é exatamente:

servir como articulador e não como executor; a secretaria tem que articular com os clubes, com as federações, com as entidades e tudo mais; usar o seu corpo técnico para poder dar apoio, para poder suportar, dar apoio institucional e executar um pouco menos. A execução [deve] ser focada realmente na oportunização e na iniciação esportiva (DUTRA, 2015, s.p.).

Também nos relatórios emitidos pelo IMAP, as corridas de rua foram colocadas enquanto esporte de rendimento, contudo, quando questionado sobre esse fato, Aluísio Dutra (2015), atual secretário relatou ser um equívoco do IMAP classificar as corridas como esporte de rendimento:

Nós temos quatro etapas, 100% organizadas pela prefeitura de Curitiba; nós fizemos uma pesquisa com os corredores das nossas provas e a gente vê que aproximadamente metade desses corredores iniciaram a prática da corrida depois dos 30 anos, então não são atletas de rendimento. [É] uma atividade participativa e fundamental dentro dessa estrutura de atividade física da cidade (DUTRA, 2015, s.p.).

Da mesma maneira, o atual de diretor de esportes, Newton Zanon, citou que a grande maioria dos atletas está mais preocupada em participar do que competir:

Hoje eu te diria que as nossas corridas de rua têm uma frequência aí de 3.500 atletas. Te diria que desses, 95% são atletas que não estão tão preocupados com o rendimento e sim com a saúde, então, eu consideraria as corridas hoje mais participativas do que competitivas; apesar de ter uma parcela (talvez de 10%,15%) que considere uma competição esportiva, um esporte de rendimento e tal, mas eu acho que o grande bojo dela é participativa (ZANON, 2015, s.p.).

Ao longo dos anos foi possível verificar o aumento significativo no número de atletas inseridos nas corridas de rua o que “obrigou” a Secretaria a readequar sua forma de gestão para atender todas as demandas. O entrevistado relata que cerca de 25 anos atrás participavam das corridas cerca de 300 atletas e hoje por exemplo são 3.500, logo, se for apenas pela demanda a secretaria municipal não precisaria mais intervir e estimular a demanda, porém, o fato de cancelar todas as corridas de rua foi uma estratégia da SMELJ para:

organizar um calendário porque existe uma série de limitações hoje do sistema de transito, da Setran (secretaria de transito) dos percursos que eles vão fazer; então a secretaria resolveu abraçar isso só pra conseguir organizar tudo isso, muito mais que uma necessidade e de fomento. Eu acho que hoje não há essa necessidade, a gente mantém ainda as corridas nossas (nós fazemos 4 corridas da etapa adulto, 4 corridas da etapa infantil e mais 2 corridas que nós fazemos: uma entre parques e das nascentes do Iguaçu) e a gente tem mantido essas corridas principalmente pela gratuidade dela; são corridas que a gente não cobra a inscrição (a não ser a das nascentes que tem um custo simbólico para cobrir a prova) mas as outras são todas assumidas com recurso próprio da secretaria, então a gente faz isso porque a gente sente a necessidade de ter algumas corridas gratuitas porque as outras todas são cobradas (ZANON, 2015, s.p.).

Dutra (2015) também revelou que as corridas de rua são hoje uma atividade comercial muito bem desenvolvida e que há diversas empresas nacionais e regionais que exploram esse mercado e que a SMELJ, na maioria das ruas de rua chancela e fiscaliza a execução das corridas. Ele expôs que quando assumiu a secretaria pediram para ele “escolher” quais corridas seriam realizadas, sem nenhum critério objetivo; a partir de então foi criado o critério de antiguidade, ou seja: “quem tem a prova a mais tempo será contemplado”. Subsequentemente foi criada uma comissão para análise desses eventos tais como as corridas de rua,

passeios ciclísticos e caminhadas. Dutra confirmou o posicionamento de Zanon de manter algumas provas gratuitas como uma forma de oportunizar a prática de atividade física para o cidadão que não tem condições de pagar para participar de uma prova. Além disso, reforçou o caráter transparente e objetivo da secretaria com relação às outras provas:

hoje Curitiba age somente dessa maneira: oportunizando provas gratuitas, que são organizadas pela secretaria municipal; nas outras provas nós recebemos os processos, hoje existe um processo de chamamento público, transparente com critérios objetivos e claros, um sistema de leilão inclusive onde todas as empresas envolvidas participam do processo de maneira que, hoje, Curitiba tem uma maneira muito clara e transparente de distribuir as datas para essas empresas privadas explorarem as corridas de rua e mantem um pequeno circuito de corridas de rua gratuito para população em geral (DUTRA, 2015, s.p.).

Zanon reforçou o caráter legítimo dessa comissão de avaliação (CAEL) e afirmou que essa função não está nas mãos de uma pessoa específica da secretaria tendo em vista que “pessoas governamentais e não governamentais” compõe essa comissão, com cadeiras distribuídas entre: Setran, Meio Ambiente, Federação Paranaense de Ciclismo, Federação Paranaense de Atletismo e representante da Secretaria. O principal objetivo ao definir datas, classificação e ranqueamento é “tentar ser o mais justo possível” na visão do diretor. Zanon reforça ainda a necessidade de instituição dessa seleção de provas à medida que o número de atletas que participam das provas organizadas pela SMELJ aumenta a cada ano tendo em vista:

um pouco pela gratuidade e bastante também pela organização porque é uma prova que tecnicamente não deixa nada a desejar de nenhuma dessas pagas, a única diferença das cobradas é alguma perfumaria (camisetas, kits) mas tecnicamente as nossas provas são tão boas ou melhor que as deles, tudo com a confederação, chip, tudo bem organizado (ZANON, 2015, s.p.).

Com relação às parcerias estabelecidas para promover o esporte de rendimento, o diretor de SMELJ revelou que acontecem no atletismo, no ciclismo, no xadrez por meio das federações tendo em vista a preocupação da secretaria com a:

continuidade por isso a gente procura incentivar de uma forma mais acintosa os esportes que tenham alguma coisa já no município em termos de futuro para eles. Então, por exemplo, a gente tem um projeto de basquete (hoje Curitiba tem uma equipe forte de basquete)

em uma parceria nossa com o Círculo Militar, então a gente faz esse desenvolvimento de uma maneira tranquila porque sabe que esses alunos terão uma continuidade no ciclo esportivo deles (ZANON, 2015, s.p.).

Verifica-se que essas parcerias auxiliam de maneira bastante expressiva no desenvolvimento esportivo dos municípios, especialmente em Curitiba, que se fortalece sob o prisma de um conceito de esporte mais amplo. Segundo o secretário de esporte do município a parceria estabelecida com a Federação Paranaense de Ciclismo é fruto de um pedido do atual prefeito, Gustavo Fruet, afim de “criar condições para que a bicicleta se torne um modal de transporte viável” e para que isso aconteça a secretaria visa trabalhar a bicicleta em suas diferentes dimensões que visam a “incorporação cultural da bicicleta” como o próprio secretário intitula essa ação. Segundo Dutra, além dessa incorporação é necessário incentivar ações de lazer e de iniciação esportiva que envolvam a bicicleta bem como o esporte de rendimento, cuja especificidade acontece por meio do professor Adir Romeo que possui grande conhecimento técnico da modalidade e é um dos grandes nomes do ciclismo nacional; além disso é funcionário da SMELJ. Sendo assim, quando somadas, todas essas ações permitem afirmar que o ciclismo é trabalhado dentro da SMELJ de uma maneira muito especial e que engloba as diferentes dimensões esportivas em uma mesma modalidade.

Ao ser indagado sobre as ações desenvolvidas em prol do desenvolvimento do esporte de rendimento no município de Curitiba, Dutra afirmou que essa dimensão não é trabalhada dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, mas sim através da Lei de Incentivo ao Esporte que:

tem uma estrutura de contemplação dos seus projetos com critérios meritocráticos que são totalmente voltados para o esporte de rendimento. A partir dos 14 anos, como manda o protocolo nacional, a gente consegue começar a enxergar esses atletas e a partir daí como seus desempenhos, e também fazendo uma interpretação de quais são as modalidades mais desenvolvidas também dentro dessa esfera do esporte de rendimento, a gente contempla os atletas ou entidades que trabalham com o esporte dentro da cidade de Curitiba. É uma lei que hoje distribui em torno de 2 milhões e meio de reais (DUTRA, 2015, s.p.).

Ao analisar os projetos de pessoas físicas contemplados via Lei de Incentivo ao esporte do município, especificamente na dimensão rendimento, entre os anos de 2003 e 2015 foi possível observar alguns aspectos que figuraram como curiosos

dentre outros cujas modalidades são conhecidas e estabelecidas no município de Curitiba. O karatê, por exemplo, foi aprovado através de 390 projetos e, em todos esses anos, sempre permaneceu entre as três modalidades com o maior número de projetos aprovados dentre as modalidades não olímpicas.

O skate é outra modalidade esportiva que se destacou entre aquelas contempladas via Lei de Incentivo ao Esporte municipal através de 04 categorias diferentes: skate, skate velocidade, *skateboarding* e *street luge*. Apenas o skate velocidade esteve presente em apenas um ano (2007) onde foram aprovados 02 projetos; já o skate teve 46 projetos aprovados. O *skateboarding* teve 60 projetos aprovados entre os anos de 2007 a 2012 e o *street luge*¹⁰⁹ foi encontrado entre os anos de 2006 a 2015 através de 47 projetos.

O Fisiculturismo foi uma modalidade que apareceu em todos anos de contemplação da LIEM, através de 36 projetos. Com relação às modalidades escalada, escalada esportiva e montanhismo é possível afirmar que o montanhismo foi menos recorrente nos projetos aprovados, ou seja, somente 04 projetos; a escalada apareceu somente em 2003 com 05 projetos aprovados, e a escalada esportiva com 10 projetos aprovados entre os anos de 2006 a 2009. O paraquedismo foi contemplado através de 101 projetos até o ano de 2013 sendo que de 2003 a 2010 sempre aumentou o número de atletas beneficiados via LIEM. De 2011 a 2013 diminuiu o número de atletas e 2014 e 2015 a modalidade não foi encontrada.

A capoeira ao longo dos anos apareceu em somente 05 projetos contemplados via LIEM nos anos de 2003, 2004 e 2008 o que reflete que embora seja uma modalidade pertencente a cultura popular brasileira, não possui tantas iniciativas para promove-la. Interessante destacar que a modalidade *bodyboarding* mostrou-se de 2003 a 2014 na lista de contemplados via LIEM, com um total de 106 projetos, sendo que apenas nos últimos 5 anos, ou seja, a partir de 2010 houve uma diminuição no número de projetos aprovados, anteriormente o número de contemplados só aumentou, chegando ao ápice em 2010 com 16 projetos aprovados. O surf, modalidade também desenvolvida no mar, esteve presente com projetos contemplados desde 2003 a 2014 com um total de 62 projetos aprovados nesse período. Cabe destacar que Curitiba não é uma cidade litorânea, que

¹⁰⁹ Curitiba é considerada a capital com o maior número de atletas nessa categoria de modalidade não olímpica (DOUTÍSSIMA, 2014).

justifique essa quantidade de projetos aprovados nas duas modalidades, o que instiga futuras investigações afim de encontrar explicações para a prevalência dessas modalidades na capital paranaense.

O xadrez é uma modalidade que foi contemplada em apenas três anos (2003, 2014 e 2015) com 2, 4 e 12 projetos aprovados respectivamente o que permite visualizá-la enquanto emergente no cenário esportivo da cidade de Curitiba. A corrida de aventura foi representada em apenas dois anos, 2003 e 2006 e totalizou somente 3 projetos aprovados, em contrapartida a corrida de orientação¹¹⁰ possui 167 projetos aprovados desde 2006 a 2015, sendo o ápice em 2010 com 33 projetos aprovados.

O jiu-jitsu foi a modalidade esportiva não olímpica que sofreu o maior número de variações ao longo dos anos. Somente em 2006 não houve nenhum projeto da modalidade contemplado, porém, nos demais anos foram 240 projetos aprovados, conforme é possível verificar na tabela abaixo:

¹¹⁰ A corrida de aventura é realizada em ambiente natural e tem como característica a multidisciplinaridade haja vista que em cada evento podem ser praticadas diferentes modalidades esportivas como Mountain Bike, Trekking, Canoagem e técnicas verticais. A participação acontece em duplas ou equipes em uma distância que varia entre 50 a 600 Km e pode durar até 15 dias. A corrida de orientação no entanto é uma modalidade em que os atletas utilizam apenas mapa e bússola e devem encontrar pontos de controle marcados em um terreno no menor tempo possível; a distância percorrida varia entre 3 e 15 Km, de acordo com a categoria e o tempo é estimado entre 12 minutos e 1h e 40 minutos (MARINHO, 2014).

TABELA 7 - VARIAÇÃO NA QUANTIDADE DE PROJETOS APROVADOS VIA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE NA MODALIDADE JIU-JÍTSU (2003-2015)

2003	01
2004	02 ¹¹¹
2005	02
2007	02
2008	11
2009	32
2010	34
2011	43
2012	69
2013	39
2014	03
2015	02
Total	240

FONTE: Curitiba (2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014a; 2015) e do DIOE-PR (2003-2015)

NOTA: Tabela elaborada pela autora (2016)

O halterofilismo teve 45 projetos aprovados de 2004 a 2013, sendo o ano de 2010 aquele com o número máximo de 9 projetos aprovados. O *muay-thai* teve 118 projetos aprovados entre os anos de 2008 a 2014.

Kickboxing, kung fu e *ninjitsu* foram modalidades cujos projetos apresentaram-se aprovados nos anos de 2009 e 2010. *Kickboxing* em 4 projetos no ano de 2009 e 2 projetos em 2010; kung fu teve somente 1 projeto em 2009 e a modalidade *ninjitsu* surpreendeu com 7 projetos aprovados no ano de 2010.

As duas categorias de mergulho também foram contempladas somente nos anos de 2012 e 2013, sendo o mergulho livre aprovado em 3 projetos, e mergulho em apneia aprovado em 2 projetos.

Dentre as modalidades não olímpicas, além das demais citadas, aparece o futvôlei com 13 projetos aprovados nos anos de 2003, 2004 e 2005, e seu ápice foi 2004 com 7 projetos aprovados.

¹¹¹ Cabe ressaltar que no ano de 2004 na categoria não olímpica, foi encontrada a modalidade jiu-jitsu/muay-thai com apenas 01 projeto aprovado.

Em 2013 foi o primeiro e único ano que projetos de *powelifting*, punhobol e *longboard* foram aprovados, sendo 2, 1 e 2 projetos aprovados respectivamente. A bocha teve apenas 2 projetos contemplados (em 2003 e 2005), e as modalidades padel e bolão cada uma com apenas um projeto aprovado, em 2003 e 2012 respectivamente.

Nesse sentido, cabe destacar a preponderância de modalidades não olímpicas consideradas “esportes de combate” nos projetos aprovados via lei de incentivo ao esporte no município de Curitiba, tais como: karatê, MMA, jiu-jitsu, *muay-thay*, *kickboxing*, kung-fu e *ninjitsu*. Juntas elas tiveram 776 projetos aprovados do total de 1460 projetos aprovados para modalidades não olímpicas, o que representa um total de aproximadamente 53% somente para modalidades consideradas esportes de combate.

Com relação à categoria “modalidades olímpicas” destaca-se o tênis, sendo possível afirmar que em 2003 e 2005 foram 67 projetos contemplados; no entanto o tênis de campo foi representado por 222 projetos aprovados entre os anos de 2004 e 2015. O tênis de mesa teve projetos contemplados em todos os anos pesquisados, totalizando 76 projetos.

O triatlo é uma modalidade cuja quantidade de projetos aprovados via lei de incentivo ao esporte municipal é bastante expressiva: 632. Ela esteve presente em todos os anos pesquisados e até o ano de 2012 entre as três modalidades olímpicas com o maior número de projetos aprovados.

A natação conseguiu aprovação através de 662 projetos e também se destacou entre as três modalidades olímpicas com maior número de projetos aprovados em todo o período pesquisado, ou seja, 2003 a 2015.

O judô foi a modalidade olímpica que preponderou entre aquelas que mais tiveram projetos contemplados via lei de incentivo ao esporte municipal com 710 projetos. Além disso, a partir de 2005 ela esteve entre as três modalidades olímpicas com o maior número de projetos aprovados. Já, o atletismo foi contemplado através de 367 projetos sendo 2004 o ano com maior número de projetos aprovados:50.

O hipismo apareceu em todos os anos pesquisados e conseguiu aprovação em 171 projetos. A partir do ano de 2011 decaiu o número de projetos aprovados nessa modalidade sendo o ano de 2015 apenas 1 projeto aprovado via lei de incentivo ao esporte municipal.

O ciclismo foi contemplado através de 133 projetos entre os anos de 2003 a 2015; o ciclismo bmx por meio de 05 projetos aprovados nos anos de 2010 a 2013 e a categoria de ciclismo “*mountain bike*” representada por 03 projetos somente no ano de 2011.

A patinação esteve presente somente em 2006 através de um projeto, porém, suas duas outras categorias obtiveram maiores contemplações: a patinação velocidade com 03 aprovações nos anos de 2012 e 2015 e a patinação artística com 67 projetos contemplados via lei de incentivo ao esporte municipal todas entre os anos de 2007 a 2015.

O vôlei de praia em 2003 foi contemplado através de 7 projetos sob a denominação “vôlei de areia”, a partir de 2004 até 2013 obteve mais 35 aprovações totalizando 42 projetos aprovados via lei de incentivo ao esporte, fato curioso a medida que a cidade de Curitiba não possui praia tampouco oferece um clima favorável à prática da modalidade.

De acordo com a Confederação Brasileira de Lutas Associadas (CBLA) a luta olímpica é atualmente dividida em três estilos: greco-romano, livre masculino e livre feminino; contudo, a SMELJ utilizou essas duas denominações de maneira distintas e aprovou projetos de acordo com tal. Sendo assim, a luta greco-romana esteve presente em 03 projetos aprovados – 01 em 2005 e 02 em 2007. A luta olímpica, por sua vez, apenas não teve projetos contemplados nos anos de 2004 e 2005; nos demais anos foram 30 projetos contemplados.

O taekwondo foi contemplado por meio de 304 projetos a partir do ano de 2004 via lei de incentivo ao esporte no município de Curitiba. Apenas entre os anos de 2009-2010; 2013-2014 e 2014-2015 o número de projetos contemplados sofreu queda haja vista que a crescente sempre foi à tona dessa modalidade esportiva.

Da mesma forma, a partir de 2004, a esgrima obteve 152 projetos aprovados. Em 2013 foram 34 projetos aprovados, 20 a mais que no ano anterior, e representou o maior exponencial da modalidade em todos os anos. O halterofilismo, esteve representado entre os anos de 2004 a 2013, com um total de 43 projetos aprovados, sendo os anos de 2012 e 2013 aprovado também sob o nome de “levantamento olímpico”.

O tiro esportivo teve projetos contemplados a partir de 2004 que totalizaram 49 projetos. O boxe, em suas duas categorias, conseguiu a aprovação de 09 projetos via lei de incentivo ao esporte; o boxe, propriamente dito em 06 projetos nos

anos de 2004, 2005, 2006 e 2013 e o boxe olímpico foi representado por 03 projetos nos anos de 2007, 2008 e 2009.

O remo teve apenas 03 projetos contemplados nos anos de 2004 e 2007; em contrapartida o iatismo fez-se presente através de 05 projetos em 2004, 2005 e 2015; a canoagem por sua vez, conseguiu 27 aprovações entre os anos de 2007 e 2013.

O nado sincronizado conseguiu ser representado através da aprovação de 12 projetos entre os anos de 2006 e 2014; já o badminton surpreendeu com 71 projetos aprovados de 2009 a 2015 sendo o ano de 2013 o auge com 15 projetos aprovados. A ginástica foi contemplada com 120 nos projetos aprovados sob duas nomenclaturas: GR e GRD. A GRD esteve representada por 31 projetos entre 2006 e 2009; em contrapartida a GR conquistou a aprovação em 89 projetos entre os anos de 2008 e 2015, sendo apenas o ano de 2009 sem nenhuma contemplação muito embora a GRD em 2009 tenha sido contemplada com 16 projetos.

O pentatlo moderno, já na sua primeira aparição entre as modalidades olímpicas contempladas em 2015 conseguiu 08 projetos aprovados; as demais modalidades obtiveram poucas aprovações na lei municipal: golfe, futebol e tiro com arco foram representados por apenas 01 projeto aprovado ao longo dos anos pesquisados em 2005, 2013 e 2014 respectivamente.

Os paraatletas contemplados via lei de incentivo ao esporte na dimensão esporte de rendimento, estiveram designados como tal apenas a partir de 2006. Entre os anos pesquisados, preponderaram os projetos relacionados ao tênis de mesa, com 175 aprovações e, somente em 2014 esteve na segunda posição tendo em vista que, nos demais anos, foi aquele com o maior número de aprovações. Em segundo lugar apareceu a natação com 163 projetos aprovados e em terceiro lugar o tiro esportivo com 41 projetos aprovados, seguido pelo atletismo com 36 aprovações.

A esgrima, embora tenha tido sua primeira aprovação em 2010, ficou com a quinta colocação por ter sido contemplada com 34 projetos, seguida pela bocha adaptada com 32 projetos e a canoagem com 20 projetos aprovados.

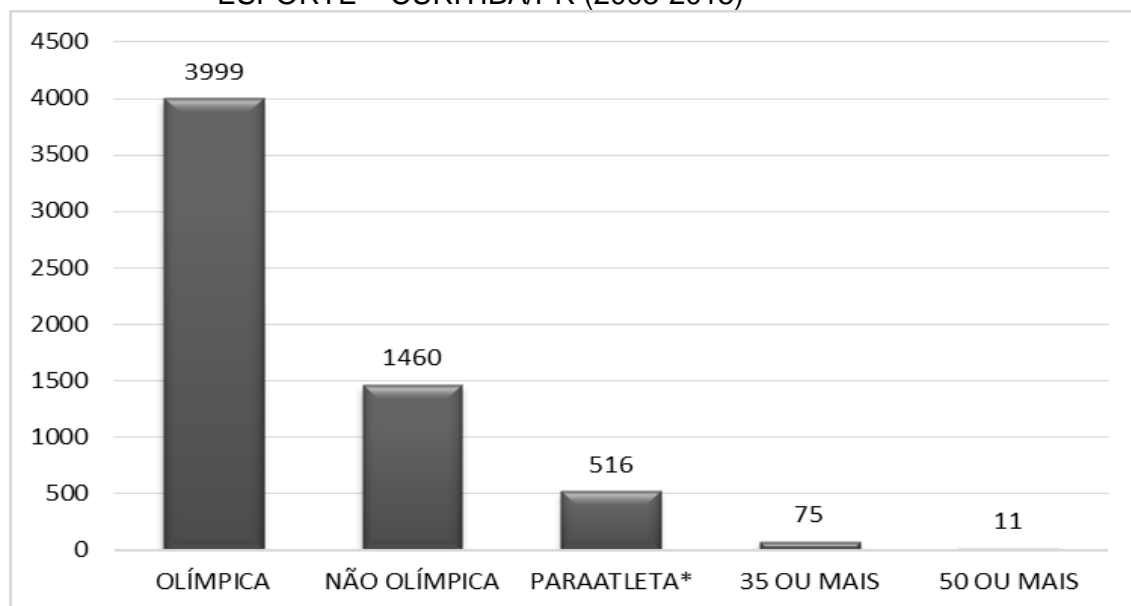
Por fim, as demais modalidades contempladas, individualmente, conquistaram menos de 10 aprovações, foram elas: tênis de campo (06); halterofilismo (04); ciclismo (03); remo (01) e triatlo (01).

Na categoria “50 anos ou mais” criada em 2013, foram aprovados 11 projetos, sendo apenas 02 em modalidades não olímpicas (paraquedismo e karatê). Os demais estiveram assim distribuídos: natação (03), judô (03), atletismo (02) e triatlo (01). Já a categoria “35 anos ou mais” aprovou 75 projetos, sendo 41 no ano de 2014 e 34 em 2015. Nos dois anos em que a categoria teve projetos aprovados, duas modalidades tiveram destaque: judô e triatlo, tendo em vista que cada uma conseguiu aprovação através de 10 projetos. Já a corrida de orientação e o atletismo em 08 projetos cada um, seguidos por natação, com 07 e street luge com 06 projetos respectivamente. 05 foi o número de projetos representados via lei municipal de incentivo ao esporte nas modalidades de jiu-jítsu e tiro esportivo; skate e taekwondo estiveram presentes através de 04 projetos cada um, tênis de mesa (03) e fisiculturismo (01).

Destaca-se que dentre as categorias 35 anos ou mais e 50 anos ou mais, criadas a partir do ano de 2013, foram aprovados 86 projetos dos quais 56 em modalidades olímpicas e 30 em modalidades não olímpicas.

Foi possível verificar que dentre os 6061 projetos aprovados na dimensão esporte de rendimento (pessoa física) via lei de incentivo ao esporte no município de Curitiba, 3999 foram para modalidades olímpicas, ou seja, aproximadamente 66%; 1460 para modalidades não olímpicas (o que representa aproximadamente 24%), 516 para paraatletas (aproximadamente 8,5%), 75 para a categoria “35 anos ou mais” (aproximadamente 1,2%) e 11 para a categoria “50 anos ou mais”, que corresponde a aproximadamente 0,2% do total de projetos.

GRÁFICO 49 - CATEGORIAS DE PROJETOS APROVADOS VIA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – CURITIBA/PR (2003-2015)



FONTE: SMELJ (2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014a; 2015); DIOE-PR (2003-2015)

NOTA: gráfico laborado pela autora (2016).

* Dados contabilizados a partir de 2006 a medida que somente a partir dessa data foram categorizados como tal no DIOE-PR

Logo, é possível afirmar, por exemplo, que as modalidades olímpicas judô, natação e triatlo obtiveram um número maior de projetos aprovados (respectivamente 710, 662, 632) do que todos os paraatletas que realizam treinamento enquanto atletas de rendimento. Quando somadas as aprovações obtidas pelas modalidades não olímpicas “karatê” e “jiu-jítsu” obtêm-se o total de 630 projetos, um número também superior aos destinados aos paraatletas. Contudo, é importante destacar que esses números não refletem as intencionalidades da SMELJ para o esporte de rendimento no município, mas sim a quantidade de projetos que são protocolados e entregues com a documentação correta e que posteriormente passam pela comissão de avaliação do departamento de incentivo ao esporte e lazer estando aptos a serem aprovados.

Por fim, é possível revelar a característica do município de Curitiba em relação ao financiamento, via lei de incentivo, aos esportes de combate, tendo em vista que dos 6061 projetos aprovados, 1851 são esportes de combate, o que representa aproximadamente 30,5%.

Destaca-se assim que, as ações desenvolvidas no município de Curitiba que se refletem no e para o esporte de rendimento são provenientes do Departamento

de Incentivo e promoção social da SMELJ através da Lei de Incentivo não estando inseridas no departamento de esporte da referida secretaria.

Apontamentos são necessários com relação alguns programas e projetos desenvolvidos pelos entes federativos não somente na relação entre eles, mas também na conceituação de rendimento a eles atribuída. Nesse sentido, traz-se à tona a rede nacional de treinamento, os jogos da juventude e os programas de iniciação esportiva dos governos federal, estadual e municipal respectivamente.

Uma das propostas presentes na CNE, em 2004, foi a implementação de estruturas especializadas, ou seja, centros de treinamento para que atletas e paraatletas de alto rendimento tivessem equipamentos, recursos humanos, apoio científico, médico e instalações apropriadas de forma regionalizada e descentralizada em diversos municípios. Atualmente, isso está sendo consolidado através dos CIE (Centros de Iniciação ao Esporte) que, de acordo com o site do Ministério do Esporte concretizam-se através de “259 unidades em 245 municípios, em todas as 27 unidades da Federação” cujo foco “está em 13 modalidades olímpicas, 06 paralímpicas e 01 não olímpica”; além disso esses centros servem para atender a “base do esporte de alto rendimento” (BRASIL, 2015a).

Da mesma maneira, ao elencar o estado do Paraná é possível destacar, inclusive baseando-se na entrevista do diretor de esporte do estado, os Jogos da Juventude como “encaminhamento ao esporte de rendimento” o que confere a ele o status de inserção nessa lógica do esporte de rendimento; com relação ao município de Curitiba, é plausível afirmar que as ações relativas ao ciclismo e ao basquete, por exemplo, representam uma pequena iniciativa da SMELJ em auxiliar no processo da iniciação esportiva, estabelecendo vínculos com os clubes sociais e esportivos na tentativa de proporcionar uma carreira esportiva aos jovens atletas. Porém, reitera-se o posicionamento dos seus representantes de que o esporte de rendimento não é, nem deve ser responsabilidade do município, tampouco do Estado haja vista que o financiamento para essa dimensão esportiva é prioritariamente, inclusive me termos legislativos inserido no sistema privado de esporte. Na contramão desse processo apresenta-se a iniciativa da SMELJ com relação à equipe de canoagem, porém, essa iniciativa foi necessária após o conhecimento por parte dos gestores de quão propícias eram as condições paranaenses – no que tange o local de treinamento (Parque Náutico)- para recebimento desta seleção, porém não que isso representasse uma preocupação e/ou iniciativa da própria secretaria.

Sendo assim observa-se que ao elencar enquanto temática os programas e projetos voltados ao esporte de rendimento desenvolvidos pela SNEAR, pela SEET e pela SMELJ não possuem relação entre si sob ponto de vista de uma linearidade entre as ações prestadas pelo município de Curitiba, pelo estado do Paraná e pelo União tendo em vista que não há uma “continuidade” na carreira esportiva do atleta seja em se tratando dos programas considerados carros-chefes de cada um dos entes federados – que representam o rendimento já em sua fase mais avançada- seja nos programas que representam a base/iniciação dessa dimensão esportiva.

É possível considerar a existente sobreposição de papéis entre os referidos entes federativos à medida que não existem barreiras institucionais ou legislativas que impeçam o atleta de obter recursos dos três entes federativos simultaneamente; sendo assim, o subitem a seguir elucidada sobre essa (des)articulação existente no esporte de rendimento nos três entes federativos brasileiros.

5.3 A UNÂNIME (DES)ARTICULAÇÃO DO ESPORTE DE RENDIMENTO NO BRASIL

O diretor de esportes da SNEAR, Avellar, revelou que as parceiras que se estabelecem entre instituições públicas são muito pontuais seja para realização de um evento, seja para construção de um equipamento público (um ginásio, uma pista) e isso se justifica pelo fato de que, na opinião dele “quem faz esporte de rendimento no país não são os entes federados, são os entes privados” (AVELLAR, 2015, s. p.) e justifica:

Se você pegar a própria legislação, ela apesar de citar lá que os entes [federativos] estão no sistema brasileiro, mas no sistema nacional (que é o sistema de alto rendimento) é o ministério, comitê olímpico, comitê paralímpico, as entidades nacionais, regionais, então é um sistema privado. **O sistema privado é que faz o esporte de alto rendimento no Brasil.** Não tem como um estado, um município, se filiar a um comitê olímpico internacional, se filiar a uma federação internacional de vôlei, então, não é o público que leva uma representação nacional para uma competição importante então hoje a relação da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do ministério é 90% com entidades privadas, com as confederações e vários outros nomes que tem aí, com as entidades, clubes, etc. que fazem o esporte de alto nível (AVELLAR, 2015, s.p., grifos nossos).

Destaca-se a clareza do entrevistado em afirmar que é o sistema privado quem faz o esporte de rendimento no Brasil à medida que os principais responsáveis por essa dimensão esportiva não são se encontram na esfera pública, contudo também é importante levar em consideração o fato que existe muito dinheiro público para manutenção dessas entidades bem como para o desenvolvimento das ações por elas propostas. Os próprios COB e CPB tem a maior parte de seus recursos provenientes da Lei Agnelo Piva e também da Lei de Incentivo ao Esporte, da mesma maneira as confederações e consequentemente federações e clubes que recebem verbas oriundas principalmente dessas duas leis.

Além disso, ao citar COB e CPB inevitavelmente remete-se ao esporte olímpico e paralímpico cuja dose de espetacularização é demasiada, porém, é preciso levar em consideração que as respectivas instituições a eles relacionadas e subordinadas oscilam nas diversas fases do esporte de rendimento.

Ao ser indagado sobre a relação existente entre a SNEAR e o COB, Ricardo Avellar (2015) relata que é uma relação complicada tendo em vista a importância que o COB adquiriu no cenário esportivo brasileiro. Ele compara o Comitê Olímpico Brasileiro com os comitês de outros países no que diz respeito às suas funções com relação ao esporte em cada país tendo em vista que na maioria dos países “os comitês olímpicos têm a missão de levar a delegação daquele país para participar dos jogos olímpicos”, porém no Brasil o comitê olímpico “define a política do esporte olímpico” (AVELLAR, 2015, s.p.). Avellar (2015, s.p.) relata que a aprovação da Lei Agnelo Piva definiu os comitês (olímpico e paralímpico) como “mini ministérios” das suas áreas cabendo ainda ao Ministério do Esporte a função de auxiliar financeiramente esses comitês (de maneira mais incisiva o olímpico) quando da necessidade de verba adicional, porém, de acordo com o diretor da SNEAR “quem define a política do esporte olímpico no Brasil é o Comitê Olímpico e não o Ministério do Esporte”.

O secretário de esportes da SMELJ corrobora com a opinião de Avellar, ao destacar a importância atribuída ao COB com relação aos encaminhamentos da política esportiva nacional. Segundo ele, isso é uma falha do governo federal pois esse optou por:

“super” valorizar a participação do Comitê Olímpico Brasileiro dentro dos valores distribuídos para o esporte nacional gerando até uma expectativa distorcida do que seria a função de um Comitê Olímpico

Nacional. Comitê Olímpico Nacional é uma entidade (em todos os lugares do mundo) focada no esporte de alto rendimento e mais especificamente nos ciclos olímpicos no entanto, aqui no Brasil, valores do esporte educacional, valores do desenvolvimento esportivo são jogados para o COB para eles redistribuírem através do sistema confederativo. Então, essa é uma estrutura que faz com que os entes federativos não tenham acesso ao principal volume de dinheiro que é jogado entre o esporte nacional, ele não chega no município porque não existem convênios entre o Comitê Olímpico Brasileiro e o município. Existe o Comitê Olímpico Brasileiro e as suas confederações, então, apesar de ser dinheiro público, é um dinheiro público gerido por entidades privadas (DUTRA, 2015, s.p.).

Em ambas as entrevistas são manifestadas reações de repúdio à preponderância do COB enquanto instituição influente na política esportiva nacional quando sua função seria relacionada aos encaminhamentos do esporte olímpico no país.

Avellar, porém, relatou que a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil em 2016 estreitou a relação entre as instituições à medida que as secretarias (estadual, municipal) e também o Ministério do Esporte tiveram que ser e estar muito mais ativas para que todo o processo esteja em andamento da maneira mais correta, portanto, segundo ele, a distância entre COB e Ministério do Esporte diminuiu tendo em vista que:

[...] o Comitê Olímpico Brasileiro virou muito mais um parceiro do que era há alguns anos atrás até porque aquela história: tinha mais recursos no ministério do esporte, as confederações poderiam pegar o que elas têm direito no Comitê Olímpico Brasileiro e vinham aqui no ministério pegar também, o que era muito mais que elas tinham disponível lá e aí acabou se 'oh...não vamos sobrepor ação, não vamos fazer isso, fazer aquilo". Se tem uma convivência sim (eu diria muito protocolar) e até distante em alto nível (em nível de alta direção), mas em nível técnico as pessoas se falam muito, então todo mundo do Comitê Olímpico Brasileiro como do ministério, os técnicos, todo mundo está sabendo o que está acontecendo num lugar, o que está acontecendo no outro, o que pode fazer, o que não pode fazer; então nesse nível eu acho que hoje já tem uma relação muito boa, acho que isso precisa ir para os níveis mais altos também, mas não é uma relação simples não (AVELLAR, 2015, s.p.).

Muito embora a relação entre as instituições tenha passado por um estreitamento ainda é necessário que isso se torne visível em todos os níveis hierárquicos das referidas instituições. A medida que os dois principais nomes do esporte de rendimento, seja em termos de ações, programas, projetos ou financiamento, não se relacionam integralmente é plausível conceber a dificuldade e

impossibilidade de consolidação de um sistema para essa dimensão esportiva que consiga atender todas as suas demandas em seus diferentes níveis.

O diretor de esporte da secretaria estadual tem opinião muito semelhante com relação ao papel desenvolvido pelo Comitê Olímpico no Brasil, segundo ele, o fato de o COB ter um presidente que conseguiu transformar o voleibol brasileiro em um esporte campeão mundial suscitou a vontade de “resolver o problema do esporte brasileiro e tomar para si, COB, a responsabilidade de desenvolver isso”. Além disso, José Alberto Campos (2015) chama a atenção para as funções que o COB exerce quanto ao esporte para a juventude que, segundo ele:

o COB desenvolve uma competição como base do esporte que hoje chama Jogos da Juventude do Brasil que reúne as escolas de todo Brasil como uma forma de busca de talento. Esse é um evento onde, junto com as confederações, estão identificando talentos e trazendo para centros de treinamentos do Brasil em várias modalidades esportivas para resolver esse problema de identificação de atletas de rendimento no país. É uma forma de eles encontrarem né? E hoje já tem a Confederação Brasileira de Desporto Escolar que está aí em (no bom termo) “choque” com o COB para [poder] gerenciar essa questão no país (CAMPOS, 2015, s.p.).

Cabe destacar, porém, que o COB tem essa “obrigação” com o esporte educacional mediante previsão estabelecida pela Lei Agnelo Piva onde 15% deve ser destinado a essa dimensão esportiva. Contudo é plausível a observação de Campos ao questionar ante a existência de uma Confederação específica para o esporte escolar e não ser ela quem gerencia a principal fonte de recursos destinadas ao desenvolvimento das atividades a ela ligadas. O diretor de esportes acredita que a implementação do “novo sistema esportivo nacional” ou daqui no máximo dois ou três anos a situação mude, se modernize e toda a incumbência e recursos para o esporte educacional passem a ser coordenadas pela CBDE.

É plausível evidenciar que, ao trabalhar com políticas públicas em um sistema de triplo federalismo como o existente no Brasil, existe a dificuldade de articulação entre as instituições presentes em diferentes níveis de governo principalmente quando esses níveis são conduzidos por indivíduos com visões políticas diferenciadas. O diretor de esporte de Curitiba revelou, de maneira sutil, que essa visão política diferenciada dificulta no processo de articulação entre os entes, porém, ele reitera que esse posicionamento é mais pessoal do que propriamente dito institucional, à medida que em alguns lugares essa relação permanece alterada e

em outros permanece intacta, no caso de Curitiba, por exemplo, ele relatou “um ótimo relacionamento com o governo do estado e com o governo federal” (ZANON, 2015, s.p.).

O diretor de esporte do estado do Paraná, em contrapartida, afirmou que a inexistência de uma política clara, ou seja, uma proposta do governo federal em relação ao papel do estado no desenvolvimento esportivo, dificulta a articulação e o alinhamento entre as esferas estatais. José Alberto Campos (2015) mantém esse raciocínio ao exemplificar que as ações realizadas no estado do Paraná com relação às políticas municipais são no sentido de “criar uma política como base” tentando priorizar determinadas ações e auxiliar na construção de diretrizes para as políticas municipais para que estado e municípios estejam integrados à mesma lógica de funcionamento. De uma maneira ainda implícita o entrevistado demonstrou falta de compreensão sobre a maneira como a política (ou o sistema) estabelecidos em âmbito nacional podem se refletir no estado do Paraná e suas particularidades, ao passo que, cada estado possui realidades diferentes e isso também dificulta o processo de construção de uma política que atenta a todas essas demandas e especificidades (CAMPOS, 2015).

Para o diretor de esporte da SNEAR, porém, essa falta de articulação não é causada exclusivamente pela existência de visões políticas diferenciadas em cada esfera estatal, mas sim, principalmente pela falta de atribuição de responsabilidades, ou seja: quem faz o quê? Avellar (2015) cita o exemplo da saúde, onde no SUS têm-se definidos os papéis de cada ente federado, ou seja: qual é o papel do estado e qual é o papel do município; o que não acontece no esporte.

Quando questionado sobre a existência de articulação entre os entes federativos, o diretor de esporte de rendimento da SNEAR relata que:

Não....de jeito nenhum! Eu acho que existe uma desarticulação (ou melhor eu não acho, eu tenho certeza porque convivi nesse meio a muito tempo) porque se você pegar aquilo que rege a atuação do governo federal (que é a Lei 9.615) ela não define papéis então, se ela não define papéis todo mundo pode fazer tudo e ao mesmo tempo se quiser pode não fazer nada também (AVELLAR, 2015, s. p.).

O entrevistado relata também que essa indefinição de papéis faz com que dois entes, por exemplo, possam atuar de maneira muito similar em uma mesma questão e isso acontece devido a essa desarticulação. Avellar comenta também que

essa desarticulação não é característica apenas de entes federativos, mas também dentro de uma mesma esfera de governo não se tem muito bem definido até onde vai a responsabilidade de determinada instituição; segundo ele:

E mesmo dentro do alto nível quem é que faz o quê? Como não tem definição nenhuma isso vai muito pela cabeça (pela política) de quem está ali no momento e isso acaba refletindo embaixo também: quem está no momento no estado, quem está no momento no município...ele que vai definir se ele vai seguir um determinado caminho se ele vai articular se não vai [...] (AVELLAR, 2015, s. p.).

A partir do momento que não há um aparato jurídico que estabeleça essa articulação, cada indivíduo no poder (independente da esfera governamental) atua da maneira que considera a mais sensata e plausível de acordo com as demandas para sua gestão. O entrevistado cita o exemplo dos Jogos Olímpicos pois a partir da escolha do país como sede, “naturalmente” o governo federal focou seus esforços nessa direção, contudo, não necessariamente estados e municípios seguiram na mesma direção e mantiveram-se em sua política de preponderância ao esporte na dimensão participativa. Não necessariamente demais estados e municípios necessitam tomar atitudes condizentes à política adotada pelo governo federal, porém, caso houvesse a necessidade de conformidade de ações isso seria dificultado devido à ausência de mecanismos que estabeleçam e facilitem essa lógica de atuação. O entrevistado também relata que essa desarticulação:

vem desde o princípio; ele não diz o que cabe cada um, ele não diz qual é o papel de cada ente, nem ente privado, nem entre os entes públicos, então o esporte culturalmente no Brasil, diferente de alguns outros países, ele é multicultural como quase tudo aqui nesse país (AVELLAR, 2015, s. p.).

Ao citar alguns outros países Avellar exemplifica o caso dos Estados Unidos onde o indivíduo frequenta a escola, segue para o *college* e a partir de então já pode ingressar em times principais. Aqui no Brasil, segundo ele, o indivíduo pode ir para escola, clube, associação, enfim, “todo mundo faz esporte”, ou seja, há vários sistemas de esporte que possibilitam a inserção dos esportistas. Há um sistema “considerado oficial”, contudo, há também um sistema paralelo onde várias associações se juntam para fazer um campeonato de basquete (as vezes muito mais forte que o chamado oficial), então assim: culturalmente o esporte na nossa vida é muito plural” (AVELLAR, 2015, s. p.).

A existência desses múltiplos sistemas desfavorece o fortalecimento de um sistema único capaz de articular e englobar todas as entidades que promovem o esporte de rendimento no país. O entrevistado denomina o caso brasileiro como uma “desarticulação organizada” à medida que existe uma desarticulação própria da nossa cultura, mas que ainda é possível encontrar equipes nacionais boas capazes de representar o país em várias modalidades esportivas; logo, é possível pensar na maior eficiência dessas equipes quando da existência de um sistema articulado e organizado.

Ao tratar sobre a articulação presente no esporte de rendimento, especificamente sob ponto de vista dos entes federativos que também promovem essa dimensão esportiva é possível afirmar que essa articulação acontece de maneira pontual através do repasse de verbas ou através do apoio para programas e projetos. A secretaria do estado do Paraná, por exemplo, relata que a articulação existe através dos recursos oriundos do Ministério do Esporte através da Lei de Incentivo ao Esporte para o projeto Talento Olímpico do Paraná, principalmente no que se refere à categoria formadora do projeto.

A justificativa do repasse de recursos financeiros como forma de parceria entre as esferas governamentais também é citada pelo diretor de esportes da SMELJ que evidencia que por mais que o governo federal repasse verbas principalmente para as questões de obras, o município deve promover políticas públicas para que esse espaço se desenvolva e torne-se ocupado.

[...] não adianta só o governo federal nos dar algum equipamento, alguma coisa e a gente não ter como recheá-lo com atividades. A gente tem trabalhado muito em repasse de obras com o governo federal e até com o governo estadual (apesar de nesses últimos anos não ter tido repasse do governo estadual) através de parcerias também em jogos, em com o governo do estado (*pausa*) há um estreito relacionamento. Na questão esportiva, a gente consegue deixar bem separado as questões políticas tanto no governo estadual como no governo federal, então a gente parte do princípio de que o esporte não tem partido, então a gente tem conseguido articular bastante coisa; a gente tem projetos em parceria com o governo do estado, com o governo federal (ZANON, 2015, s. p.).

O entrevistado comenta que as parcerias também acontecem por meio de jogos com o governo estadual, tendo em vista que o município prepara equipes para competir nos jogos promovidos pelo governo estadual. Zanon comenta também que as questões políticas (relacionadas a ideologias político-partidárias) devem ser

deixadas de lado para que a política pública aconteça de fato pois caso essa opção prepondere dificilmente as ações terão efeito tão positivo sob ponto de vista da estrutura e da articulação entre as esferas governamentais.

5.4 2016: É PRECISO FALAR DE LEGADO ESPORTIVO

A discussão de legado paira no âmbito esportivo principalmente quando da aproximação de eventos de grande magnitude nacional e internacional como os Jogos Pan-americanos (2007), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Nesse momento é importante destacar o trabalho apresentado no I Relatório Cidades do Esporte, produzido no ano de 2014 pela organização sem fins lucrativos chamada “Atletas pelo Brasil”. Criada em 2006, essa organização, composta por atletas e ex-atletas tem como missão “melhor o esporte para melhorar o país” e em 2011 propôs algumas metas para que houvesse legados oriundos dos megaeventos esportivos que o país seria sede. Dentre as três metas, a revisão do Sistema Nacional de Esporte está incluída prevendo a necessidade de construção de um sistema que determine as competências dos entes federativos, organizações esportivas e defina prioridades na aplicação dos recursos. Além disso, na visão da instituição, esse sistema deve promover a integração da política esportiva com outras políticas públicas; e a melhoria no acesso a informações regulares sobre esporte no Brasil (ATLETAS PELO BRASIL, 2014, p. 6). De acordo com o documento, a ausência dessa definição das competências de cada ente federativo na Lei Pelé – que faz regência sob o Sistema Nacional de Esporte- afeta diretamente as cidades a partir do momento que não se define qual é o papel de cada uma no desenvolvimento esportivo e quais áreas/dimensões esportivas devem ser priorizadas pelo investimento público oriundo dos municípios. Sendo assim:

Sem definição de atribuições, as ações dos municípios, estados e federação dificilmente são integradas, o que afeta a eficácia do investimento do esporte no País. Da mesma forma, faltam diretrizes para a implementação de uma política nacional do esporte de longo prazo e com impacto ampliado em termos de escala de atendimento (ATLETAS PELO BRASIL, 2014, p. 11).

O embasamento metodológico/prático que auxiliou na demanda de metas a longo prazo a serem cumpridas no país originadas principalmente pela oportunidade

brasileira de sediar dois megaeventos esportivos foi o bom legado conquistado pela cidade de Londres, sede dos Jogos Olímpicos em 2012, cujo principal destaque foi a implantação de um programa federal em 450 escolas para que a atividade física fosse praticada por um milhão de britânicos. Nesse sentido, a partir da experiência considerada válida e positiva em Londres, a Atletas considerou necessária uma ação que envolvesse não só o governo federal, mas também os governos locais para verificação de alguns indicadores considerados importantes e necessários afim de construir uma política eficiente que possibilite um legado após a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Essa ação foi a criação do Programa Cidades do Esporte¹¹² cujos objetivos são:

Promover a importância do esporte nas políticas públicas, mostrando seus impactos em várias áreas sociais; Realizar o diagnóstico e o acompanhamento da situação do esporte e da atividade física nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo; Monitorar periodicamente a evolução de indicadores; Divulgar boas práticas e promover uma maior interação entre as cidades (ATLETAS PELO BRASIL, 2014, p. 6-7).

O programa foi lançado em 2012¹¹³ e lançou em 2014 seu primeiro relatório cuja intencionalidade decorreu de apresentação de um diagnóstico inicial do acesso ao esporte nas cidades que foram sede da Copa do Mundo de 2014 com vistas a planejar ações voltadas à promoção da atividade física e esportiva nesses municípios, destacando as boas práticas esportivas desenvolvidas em alguma cidade e que poderiam servir de exemplo à outras cidades. A instituição tinha como objetivo que esse relatório servisse de:

ferramenta de apoio para a gestores públicos na implementação de políticas para o maior acesso da população à prática da atividade física e esportiva, e melhoria do esporte nas escolas. Em resumo, esperamos oferecer insumos que possam contribuir para políticas públicas, que levem cada vez mais em consideração as diversas oportunidades existentes em cada município, para o fortalecimento da cultura do esporte (ATLETAS PELO BRASIL, 2014, p. 7).

¹¹² O programa está previsto para ser executado até 2022 e pretende integrar o esporte como pauta de prioridades nacionais e locais (ATLETAS PELO BRASIL, 2014).

¹¹³ Destaca-se o fato que em 2012, durante a campanha eleitoral, os candidatos a prefeito das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 assinaram o termo de compromisso do Programa Cidades do Esporte, comprometendo-se com as metas de estímulo e ampliação do acesso ao esporte em suas respectivas cidades visando também a melhoria do esporte nas escolas municipais (ATLETAS PELO BRASIL, 2014, p. 12). Esse termo de compromisso encontra-se no anexo G deste trabalho.

Um dos destaques encontrados na proposição do trabalho difundido pela organização decorre da considerada necessidade de articulação entre os atores governamentais, setor privado e sociedade civil para um debate qualificado que possa originar políticas públicas para o setor esportivo.

Muito embora as intencionalidades do programa decorram da importância do esporte para desenvolvimento humano e social cuja abrangência envolva diversas áreas sociais e possibilite impacto na saúde, educação, segurança pública e mobilidade e planejamento urbano ele também considera o esporte de rendimento enquanto um indicador esportivo nas cidades pesquisadas. Porém, embora o documento relate em seu início a necessidade de expansão e redefinição do conceito de esporte no Brasil considera que o esporte de alto rendimento possui ênfase em relação ao entretenimento quando comparado à compreensão do esporte como direito e favor de desenvolvimento humano.

Cabe assim ressaltar que esse relatório muito embora traga dados relativos ao esporte de rendimento bem como reforce a necessidade de adequação do Sistema Nacional do Esporte não elege como prioritárias as políticas públicas voltadas a essa dimensão esportiva, muito pelo contrário, enaltecem a importância de disseminação do esporte entendido como atividade física e praticado nas escolas.

Dentre os dez municípios participantes da pesquisa, apenas seis apresentaram o esporte de alto rendimento enquanto inserido em seus programas esportivos e, atingiram um número pequeno de jovens. Nos outros quatro municípios não há desenvolvimento de qualquer ação voltada ao esporte de alto rendimento. O documento relata dois fatores preponderantes no entendimento dessa ausência de ações para a dimensão esportiva em questão:

- I) A indefinição de competências em relação ao investimento, entre município, estado e governo federal e outros atores presentes no esporte brasileiro. Tal matéria não é abordada pela Lei Pelé, que trata do Sistema Nacional de Esporte. Essa lei necessita ser revisada para incluir as responsabilidades e prioridades dos entes federativos, clubes e federações/confederações, estes últimos como responsáveis prioritários pelo esporte de alto rendimento, podendo inclusive receber recursos federais e de empresas públicas para financiar suas ações. Somente dessa forma os municípios, estados e federação possuirão diretrizes claras para possibilitar um investimento estruturado e eficaz no esporte; II) O alto custo de investimento para formação de atletas que, aliado ao baixo orçamento da pasta do esporte, faz com que os municípios que

investem em alto rendimento só consigam aplicar em um número limitado de talentos. Por isso, vale considerar se as políticas locais não deveriam muito mais impulsionar a cultura do esporte e estimular a prática esportiva do cidadão comum (ATLETAS PELO BRASIL, 2014, p. 31-32).

Torna-se interessante atentar para os preceitos da organização que inferem sobre o fato de que clubes, federações e confederações devem ser os “prioritários responsáveis pelo esporte de alto rendimento” podendo receber inclusive verbas de empresas públicas bem como dinheiro público para cumprir essa função. Essa temática retoma à ideia que aos entes federativos, mais especificamente estados e principalmente municípios pouco cabe a responsabilidade para com o esporte de rendimento cabendo à União a maior responsabilidade bem como a necessária sistematização e padronização de distribuição de competências. Esse fato, aliado ao outro fator acima descrito relacionado ao pequeno orçamento dos municípios para fins esportivos justifica a prerrogativa de que os municípios não devem se responsabilizar pelo esporte de alto rendimento. O quadro abaixo faz um comparativo com relação ao desenvolvimento de esporte de rendimento nas cidades pesquisadas:

QUADRO 17 - ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NAS CIDADES PARTICIPANTES DO PROJETO CIDADES PELO ESPORTE

	Belo Horizonte	Cuiabá	Curitiba	Distrito Federal	Fortaleza	Natal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
O poder público municipal desenvolve, em 2013, programas voltados à identificação de talentos esportivos entre adolescentes?	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Se sim, existe programa municipal de treinamento e formação dos adolescentes selecionados com vistas à realização do seu potencial na prática esportiva?	Sim	NA	Sim	Sim	NA	NA	NA	-	Sim	Sim
Se sim, quantos adolescentes participam atualmente deste programa?	1.968	NA	536	9.655	NA	NA	NA	11	20	1.000

Fonte: ATLETAS PELO BRASIL (2014).

O quadro confirma que o esporte de rendimento não é a dimensão esportiva priorizada nas cidades pesquisadas, muito embora essas cidades estejam diretamente relacionadas a essa dimensão de esporte. A cidade de Curitiba, diretamente envolvida nessa tese, atende 536 indivíduos¹¹⁴ que praticam esporte de rendimento.

Esses dados instigam uma série de questionamentos acerca do papel das secretarias municipais no desenvolvimento do esporte brasileiro. O fato de a maioria delas, mais especificamente 6 cidades- incluindo a capital paranaense, não disponibilizar de um Fundo Municipal de Esporte e consequentemente de orçamento destinado ao esporte de rendimento oriundo desse fundo permite pressupor

¹¹⁴ Não foi possível conhecer de que maneira o número 536 foi estipulado; foi enviado um e-mail aos responsáveis pelo programa Cidades do Esporte mas não foi obtido retorno.

primeiramente que esse fundo não está consolidado nas cidades pesquisadas tampouco contabilizado enquanto orçamento fixo o montante destinado ao desenvolvimento de programas, projetos e ações para o desenvolvimento do esporte de rendimento. Outro fato importante a ser colocado em pauta é que as cidades pesquisadas por si só já possuem uma infraestrutura diferenciada capaz de inseri-las como sede da Copa do Mundo de 2014, portanto, se essa pesquisa fosse estendida à maioria dos municípios brasileiros possivelmente obter-se-iam respaldos ainda mais condizentes à confirmação de que os municípios brasileiros, por falta de orçamento e por falta de “atribuições legais” não promovem esporte de rendimento.

Com relação às expectativas dos quatro entrevistados para a temática “legado” oriundo dos Jogos Olímpicos, três deles consideram que haverá legado, muito embora não o seja da maneira mais adequada e não necessariamente seja um legado para o esporte brasileiro. De acordo com o diretor de esportes da SMELJ:

[...] eu acho que sempre fica um legado e sempre fica um questionamento principalmente para quem trabalha na área sobre os rumos que gente deve tomar no esporte nacional: se a gente quer fazer um país ganhador de medalhas ou se a gente quer fazer um país criador de pessoas conscientes com a atividade física, com o esporte, com as limitações (ZANON, 2015, s.p.).

Newton Zanon questiona sobre o verdadeiro legado que ficará pós Olimpíadas à medida que o legado relacionado ao maior número de medalhas talvez não fosse a melhor maneira de quantificar esse legado esportivo. Ele associa a ideia de legado à maior conscientização da sociedade com relação a atividade física e com o esporte, opinião essa que solidifica a característica da prefeitura de Curitiba, através de sua secretaria de esporte, em desenvolver de maneira mais preponderante a atividade física da população. Ele comenta também que um dos legados deixados será a própria mudança, em termos de ações, na própria secretaria, que criou por exemplo o projeto “caravana olímpica” que visa levar para a escola e para a comunidade o conhecimento de modalidades olímpicas não tão difundidas.

Preponderantemente similar foi o posicionamento de Aluísio Dutra (2015), atual secretário da SMELJ quando afirma que haverá legado esportivo muito embora exista uma desproporção entre o investimento realizado e o legado que será obtido, assim como houve na Copa do Mundo de Futebol em 2014 onde, segundo ele, o legado obtido, como as obras de mobilidade e infraestrutura e a própria construção

da Arena da Baixada foram legados para o município de Curitiba muito embora não condizentes com os gastos realizados para realização do evento. Segundo ele, existem alguns “erros de origem” à medida que:

os objetivos da olimpíada do Brasil não deveriam estar expressos em quantidade de medalhas. A gente deveria ter outras ferramentas de medição para serem aferidas. A partir do momento que o COB joga como o objetivo do processo olímpico transformar o Brasil numa potência olímpica e interpretar que uma potência olímpica é quantidade de medalhas a gente pode ter três vezes mais medalhas do que Cuba nessa Olimpíada e nós não vamos ser uma potência maior do que Cuba e digo mais, nós não vamos ser uma potência maior que a Colômbia porquê? Porque os objetivos estão distorcidos! Então, a partir do momento que você gera um objetivo “quantidade de medalhas” todas as políticas que você trabalha são em função de realizar esse objetivo. Objetivo está errado, as políticas todas tão erradas. Então vai haver um legado, não tenho dúvida que vai haver um legado, mas vai haver uma desproporção muito grande entre o volume de dinheiro que foi gasto e o tamanho do legado que foi deixado (DUTRA, 2015, s.p.).

Os “erros de origem” aos quais Dutra se refere é a própria escolha do presidente do COB como autoridade olímpica nacional. Ele considera isso como uma “excrecência, um absurdo” tendo em vista que esse fator contribuiu para que o dinheiro fosse canalizado de maneira equivocada a medida que o objetivo do COB é o aumento no número de medalhas e que esse não deveria ser a finalidade principal do evento aqui no país nem esse ser considerado o legado esportivo. Segundo ele, isso acaba por se refletir no fracasso do Brasil enquanto uma potência esportiva, tendo em vista que uma verdadeira potência esportiva não se reflete somente no número de medalhas conquistadas em edições de Jogos Olímpicos.

A opinião de Ricardo Avellar, diretor de esportes da SNEAR, é de haverá legado esportivo sim, porém relata que ele poderia ser muito maior se houvesse um planejamento de legado. Haverá mudança na infraestrutura brasileira, mobilização midiática, seminários, feiras e discussões cuja temática central é o esporte em suas diferentes nuances e todos esses fatores representam aspectos positivos, contudo, ele lamenta que isso seja “causa” e não “consequência”.

Que vai haver um legado eu não tenho a menor dúvida, acho que vai ser um momento muito importante, acho que muita coisa no esporte mudou por causa disso; se você pensar em normas de gestão, normas das entidades que mexem com o esporte de rendimento, tudo que aconteceu aí, tudo que ajudou, o investimento. Eu acho assim...isso vai mudar esse setor, entendeu? Mas é isso que eu

estou dizendo: infelizmente como consequência! Tudo isso vai acontecer, mas não porque foi planejado, algumas coisas sim, mas grande parte delas não foi planejada [...] (AVELLAR, 2015, s.p.).

Logo, o entrevistado relata que caso existisse um planejamento de legado construído e implementado talvez seria possível visualizar esse legado de maneira mais ampla tendo em vista que ele seria consequência de um trabalho anteriormente realizado e não somente a causa.

Campos (2015), representante do estado do Paraná, foi o único entrevistado que disse não acreditar na existência de um legado esportivo após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, principalmente sob ponto de vista da conquista de medalhas. A expectativa do entrevistado é de um evento bonito, assim como foi a Copa do Mundo, com uma infraestrutura das cidades modificadas, mas acredita que “nós vamos sair dessa olimpíada esfarrapados em termos de resultados” de acordo com aquilo que conversou com demais indivíduos da área esportiva. Ele relata que o “o legado vai ser entender que a gente precisa mudar totalmente a forma de fazer esporte nesse país”. Muito embora acredite que as obras referentes a mobilidade esperadas pós Copa do Mundo não se concretizaram em sua totalidade, mas que a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, estará transformada no período subsequente aos Jogos Olímpicos e que isso para a cidade será fantástico, porém, em termos de resultados, medalhas os resultados não serão positivos.

As expectativas dos entrevistados com relação a temática legado oriundo dos Jogos Olímpicos permite uma série de análises que tende a creditar vários pontos presentes em cada uma de suas falas. Primeiramente é preciso levar em consideração o que é entendido como legado esportivo à medida que obras de mobilidade e infraestrutura, por exemplo, são considerados legados urbanísticos e não necessariamente esportivos. Legado esportivo, tangível ou intangível, refere-se a tudo aquilo que permanecerá em um período posterior ao evento na e para a área esportiva. Considerar por exemplo a Arena da Baixada enquanto um legado esportivo para a cidade de Curitiba parece equivocado haja vista que está se falando de um estádio privado de futebol que em nenhum momento oferecerá a sociedade alguma forma de utilização em termos esportivos (com exceção dos torcedores do Clube Atlético Paranaense que assistirão os jogos de futebol do seu clube); assim como as mudanças estruturais na cidade em termos de mobilidade urbana que aconteceram devido à realização do evento, porém, não influenciam na área

esportiva de maneira alguma. Nesse sentido, é pertinente a fala de Avellar quando chama a atenção para a realização de um planejamento para esse legado esportivo afim de verificá-lo enquanto consequência e não enquanto causa.

Outra questão refere-se ao entendimento de legado partindo do pressuposto do que a gestão entende enquanto sucesso esportivo basta ver que para alguns, o sucesso se reflete no número de medalhas obtidas e no ranking final da competição e para outros o sucesso se reflete na maior conscientização da sociedade com relação as modalidades esportivas bem como no estímulo para realização de atividade física e esporte a partir do conhecimento ampliado sobre essa temática adquirido durante, por exemplo, a realização de eventos esportivos e a cobertura midiática neles presentes.

6 CONCLUSÃO

Ao buscar compreender o esporte de rendimento - enquanto uma importante dimensão e inserida no contexto cultural-social brasileiro bem como preponderante sob o ponto de vista das políticas públicas - destacaram-se alguns pontos que permitem entendê-lo como protagonista de diversos programas, projetos e ações nas diferentes esferas governamentais. Tais esferas custam ao Estado alguns bilhões de reais e geram infindáveis discussões acerca de sua predominância no cenário esportivo brasileiro, seja em termos de políticas públicas seja no contexto escolar.

De fato, em se tratando da temática política pública inserida na forma de estado brasileira – federalista, torna-se relevante (e porque não necessária) a discussão acerca da maneira como se constituem as relações intergovernamentais no país à medida que essas são essenciais para compreender a forma de gestão preponderante. É consenso - nas literaturas internacionais, nacionais e nos discursos dos envolvidos - que o alinhamento entre os entes federativos é uma prerrogativa para o avanço e posterior sucesso na construção e implementação de uma política. Contudo, de maneira preliminar, é necessária a definição das competências de cada um desses entes. Muito embora o recorte temporal desta tese date-se de 1988 - ano da promulgação da Constituição Federal em que o esporte passou a ser entendido enquanto um direito social - não foi possível ignorar o ano de 1975, quando foi colocada em pauta, via legislação, a necessidade de definição das competências de cada ente federativo. E foi somente em 1999, no primeiro esboço de uma Política Nacional de Esporte, que foram definidos os papéis de cada um de maneira abrangente e sem mecanismos eficientes de implementação e avaliação dessa normativa.

De maneira similar é o entendimento da dificuldade de implementação de uma gestão compartilhada entre União, estados e municípios à medida que não existem mecanismos que estimulem a cooperação entre os entes. Assim, é possível visualizar, no caso do Brasil, a alternância de ações predominantemente cooperativas e competitivas em se tratando de áreas sociais específicas e de políticas momentâneas. Esses aspectos são compreendidos ao se levar em consideração a autonomia das instâncias subnacionais de governo que, a cada gestão, elegem qual(is) dimensão(ões) esportiva(s) apoiar e promover em cada

mandato específico. Da mesma forma, encaminhamentos - em termos da construção do delineamento das políticas esportivas estaduais e municipais, bem como da eleição de seus subsistemas esportivos enquanto prioridade (ou não) - também estão no rol das escolhas de prioridades do gestor e sua equipe respectivamente.

Logo, destaca-se que a estrutura e as ações dos entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e no município de Curitiba interferem na articulação do esporte nesses, à medida que, ao entenderem o esporte de maneira diferenciada e o colocarem em prática - sob a forma de programas e projetos com características pautadas nas diferentes visões do que respectivamente se caracteriza enquanto “demanda” - é impossível acontecer articulação, somente parcerias institucionais.

Sendo assim, a partir dos achados relacionados principalmente à indefinição de papéis de cada ente federativo para o desenvolvimento esportivo, é possível diagnosticar a falta de articulação entre eles e confirmar a hipótese anteposta de que a inexistência de um aparato jurídico que promova a articulação explica a desarticulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, nos estados e municípios.

Por conseguinte, a dificuldade de implementação de um Sistema Nacional de Esporte consolidado e que ressalte as dificuldades de abrangência político-econômica-étnica-cultural, decorre, concomitantemente, desse processo dificultado pela falta de articulação entre os entes federados originários da pioneira adversidade das competências de cada um com relação a cada dimensão esportiva.

Em se tratando de políticas públicas brasileiras e a sua elaboração, cabe enaltecer as particularidades em detrimento da generalização à medida em que elas devem ser específicas em cada município. Seria demasiadamente interessante à criação de um “guia” que facilitasse o diagnóstico das necessidades dos municípios individualmente, de modo a auxiliar na elaboração e implementação das políticas públicas. Além disso, cabe ao Sistema Nacional de Esporte a definição do que efetivamente deve ser visualizado como competência dos entes federativos. É de responsabilidade do governo federal a proposição de instrumentos que auxiliem na gestão dos estados e municípios quanto à execução das políticas públicas. Muito embora ainda não se tenha um resultado já consolidado da pesquisa realizada no estado do Paraná através do instrumento criado pela sua secretaria, é um modelo interessante a ser redesenhado e difundido pelo Ministério do Esporte.

A existência de um “sistema” que apresenta mecanismos que auxiliam na condução das políticas públicas, mas que há mais de quarenta anos não se consolida em território brasileiro enquanto um Sistema Nacional de Esporte, reforça a ideia apresentada em uma das entrevistas: no Brasil há uma “desarticulação organizada” que serve para explicar que, embora esse sistema passe por atualizações constantes que demonstrem sua indefinição enquanto finalidade, metas e conceitos, o esporte brasileiro (de rendimento) consegue se organizar e se fazer presente em importantes competições nacionais e internacionais.

Um dos grandes problemas do esporte brasileiro é a ausência de mecanismos que balizem de maneira concreta a política esportiva. A falta de articulação entre os entes federativos é consequência da indefinição de seus papéis no desenvolvimento esportivo. A partir do momento em que exista um Sistema Nacional de Esporte balizado por uma Política Nacional do Esporte que contenha as facetas esportivas designando-se instrumentos que auxiliem na concreta realização/utilização do *policy cycle* nas diferentes estâncias subnacionais e, nesse sistema estejam definidos os papéis de cada ente federativo para cada dimensão esportiva, estima-se que seria facilitado o entendimento dos entes quanto à sua atuação e possibilitaria ao menos a não sobreposição de papéis. Contudo, haveria a necessidade de um aparato legal que estimulasse e estabelecesse a articulação entre os entes federativos através de mecanismos eficientes e eficazes.

A articulação existente entre os entes federativos - justificada pelos entrevistados pelo repasse de verbas, principalmente oriundas da União - se caracteriza enquanto parceria e não reflete necessariamente um alinhamento teórico-metodológico-prático entre as esferas governamentais. Ao analisar os projetos propostos e desenvolvidos para o esporte de rendimento nas três esferas estudadas é possível verificar que o governo federal possui uma gama preponderantemente maior de projetos implementados que se relacionam com a dimensão esportiva estudada. Tal fato justifica-se tanto pelos recursos financeiros pertencentes ao governo federal quanto pela existência de uma pasta ministerial esportiva exclusiva composta por uma secretaria nacional de esporte de alto rendimento há mais de dez anos legitimada. As esferas subnacionais analisadas - estado do Paraná e município de Curitiba - possuem cada qual, apenas uma ação concreta em prol dessa dimensão esportiva: Talento Olímpico do Paraná e Lei de Incentivo ao Esporte Municipal, respectivamente; as demais iniciativas

correspondem ao esporte de rendimento em suas diferentes fases, porém acontecem de maneira mais singela.

As secretarias do Paraná e de Curitiba, através de suas gestões, entendem que em suas responsabilidades para o desenvolvimento esportivo não devem prevalecer ações voltadas para o esporte de rendimento. No lugar disso, o foco centra-se nas demais dimensões esportivas - predominando em ambas o esporte participativo – pois os recursos humanos e financeiros não são suficientes para abranger o esporte em todas as suas facetas e a maior demanda social é do esporte-participação.

O Talento Olímpico do Paraná - programa de distribuição de bolsas a atletas paranaenses - é financiado via Lei de Incentivo ao Esporte do governo federal e importantes empresas do cenário paranaense, tais como a Copel, a Sanepar e a Syngenta. Isso salienta a prerrogativa de que, embora o programa tenha evoluído nos últimos anos em termos de investimentos, ele não representa as principais intencionalidades da SEET. Posto isso, é possível duvidar da existência do programa se esse dependesse única e exclusivamente de verbas disponibilizadas pela sua secretaria. Da mesma forma, a SMELJ não dispõe de verba exclusiva para desenvolvimento do esporte de rendimento no município, por acreditar que não é função dela. Sendo assim, para promover essa dimensão esportiva, ela se utiliza de uma legislação que propõe dedução fiscal com fins de propagação do esporte, e privilegia, nesse sentido, o esporte de rendimento.

A Lei de incentivo ao esporte desenvolvida pelo governo federal não foi alvo de análise neste trabalho por não estar sob responsabilidade da SNEAR e tampouco promover ações exclusivas para a dimensão de esporte aqui estudada, porém, foi citada ao longo do trabalho por ter importância no desenvolvimento do esporte de rendimento no país. Logo, a parte da hipótese que se refere à existência de sobreposição de papéis entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil se aplica. Isso porque as esferas analisadas não possuem relação entre si a fim de alinhar suas condutas em termos de desenvolvimento de ações, programas e projetos, sendo possível, por exemplo, o financiamento de um atleta por duas leis de incentivo ao esporte: a do governo federal e a do município de Curitiba. Da mesma maneira, os critérios de concessão de bolsas aos atletas pertencentes ao TOP Paraná, são muito semelhantes aos estabelecidos pelo Bolsa Atleta do governo federal. Entretanto, nem mesmo o representante do estado do

Paraná tem conhecimento da forma como se desenvolve o programa federal. Assim, não se descarta que um atleta TOP também receba bolsa atleta. Por fim, estabelece-se um problema que reside não exclusivamente no acúmulo de benefícios (tendo em vista que, para muitos esportes, nem mesmo esse acúmulo é capaz de suprir todas as necessidades de um bom treinamento para um atleta), mas sim na falta de alinhamento/articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento¹¹⁵.

Uma das justificativas para a pouca atuação das esferas subnacionais no desenvolvimento do esporte de rendimento esteve pautada na própria legislação brasileira, que aponta o sistema confederação-federação-clubes como responsável por essa dimensão esportiva. No entanto, é consenso que essa tríade se desenvolve principalmente mediante financiamento público, através de editais, leis, decretos e parcerias. Logo, não é possível afirmar e confirmar o esporte de rendimento brasileiro enquanto um sistema privado, pois não funciona sem os recursos (principalmente financeiros) disponibilizados pelo poder público¹¹⁶.

Em conformidade com os achados desta tese, salienta-se a soberania do COB no desenvolvimento do esporte olímpico brasileiro, bem como sua demasiada influência nas ações relacionadas ao esporte de rendimento no país, o que lhe confere um status que está além de suas responsabilidades enquanto um comitê olímpico nacional. Muito embora isso esteja consolidado em termos esportivos brasileiros, precisa ser revisto a fim de que as funções sejam melhor distribuídas e órgãos competentes para as respectivas tarefas possam dedicar-se a elas integralmente de maneira eficiente. Especificamente relacionado ao COB, é possível observar um acúmulo de funções referentes à essa entidade, oriundo de uma determinação legislativa que direciona o percentual de verbas a dimensões esportivas previamente estipuladas. Mas, mediante a existência de instituições cujos fins são desenvolver o esporte escolar e o esporte universitário, não é necessário

¹¹⁵ Faz-se importante destacar que os achados desta pesquisa não correspondem à totalidade brasileira nem representam um panorama do esporte de rendimento no Brasil, logo, não há uma linearidade em se tratando dessa temática que, obteve um resultado específico por tratar-se do estado do Paraná e do município de Curitiba.

¹¹⁶ Sobre financiamento público no esporte de rendimento brasileiro consultar: ALMEIDA; MARCHI JR (2010); ALMEIDA; MARCHI JR (2011); MORAES *et al* (2015).

designar o COB como responsável pela gerência de verbas e proposição de ações para essas dimensões esportivas.

Um dos maiores impasses encontrados com relação a essa temática é a definição conceitual do que venha a ser esporte de rendimento, tendo em vista que, além de ser compreendido dentro de um contexto do qual fazem parte diferentes fases (iniciação a especialização esportiva, rendimento, alto rendimento e espetacularização), está sujeito às variadas definições por meio de visões particulares de cada gestor no que diz respeito à implementação de políticas públicas para essa dimensão esportiva. Dentre tantos fatores que devem ser levados em consideração na proposição de ações, programas e projetos para essa dimensão esportiva, cabe destacar alguns: disponibilidade de instalações para treinamento, apoio financeiro dos setores público, privado e terceiro setor, articulação entre os programas de treinamento nas diferentes fases do esporte de rendimento, comissão técnica especializada para cada modalidade esportiva, política de valorização dos treinadores, apoio aos atletas em tempo integral, ampliação de apoio ao desenvolvimento de ciências do esporte e medicina esportiva, e manutenção de um calendário nacional em cada modalidade esportiva que possibilite a participação do atleta em competições nacionais e internacionais.

A discussão e implementação de um “novo” sistema nacional de esporte refletem uma necessidade atual, tendo em vista o momento histórico brasileiro de realização de uma sequência de eventos esportivos de magnitude mundial. Talvez não de maneira concorrente, mas em momento oportuno (posteriormente a realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016), deve estar em pauta a criação de um sistema esportivo que leve em consideração a pluralidade e a diversidade esportiva brasileira, bem como possibilite a criação de mecanismos que estabeleçam a articulação entre as esferas governamentais para que haja definitivamente uma relação entre essas esferas. Por conseguinte, o esporte precisa ser analisado e entendido como uma questão de estado pautado em uma legislação atual e condizente com sua importância no cenário econômico-social-cultural, com políticas perenes.

Ao evidenciar os Jogos Olímpicos - aspecto intrínseco no cenário esportivo brasileiro atual - é pertinente considerar a temática do “legado esportivo” oriundo desses Jogos uma vez que essa discussão está diretamente imbricada aos megaeventos esportivos, levando em consideração também o fato de que o Brasil

não possui histórico favorável com relação a essa temática após os Jogos Pan Americanos em 2007 e a Copa do Mundo de Futebol em 2014. Embora os legados de infraestrutura e mobilidade urbana representem a tônica dos discursos governamentais e dos gestores de esporte das diferentes esferas de governo, é preciso potencializar a discussão acerca do legado esportivo oriundo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A presente discussão salienta ainda a construção e solidificação do Brasil enquanto uma potência esportiva, termo designado pela proposição de ações e programas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, cujo intento é o de conquistar um grande número de medalhas e de avançar na classificação entre os países melhores colocados. Contudo, a discussão de potência esportiva paira como particular mediante diferentes visões institucionais e pessoais do que venha a ser efetivamente o “sucesso” esportivo. Nessa pesquisa, a exemplo das esferas subnacionais, prevalece a opinião de que a atividade física e a ampliação do número de indivíduos praticantes do esporte em sua dimensão participativa, condiz com as prioridades governamentais dessas esferas, devido ao fato de, principalmente, ser essa a demanda social preponderante. No entanto, especificamente ao se levar em consideração o esporte de rendimento, torna-se pertinente esboçar as diferentes nuances do entendimento conceitual de potência esportiva que, ora se apresenta apenas pelo maior número de medalhas, ora se pauta na construção de um país com um delineamento linear capaz de suprir as necessidades do esporte de rendimento em suas diferentes fases. Tal aspecto exige tempo, investimento e a inclusão do esporte enquanto questão política, e que, mais especificamente, ele se torne “causa” de ações políticas, e não meramente “consequência”.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ABCD. Sobre a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Disponível em: <<http://www.abcd.gov.br/sobre>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

ABBOTT, A.; COLLINS, D.; MARTINDALE, R.; SOWERBY, K. **Talent Identification and Development: An Academic Review**. Edinburgh: Sport Scotland. GlücksSpirale, 2002.

ALMEIDA, B. S. de. O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.

_____. Comitê olímpico Brasileiro e o financiamento das Confederações Brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 1, p. 163-179, 2011.

ABRUCIO, F. L. **Diagnóstico geral das administrações públicas estaduais**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004

_____. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 24, n. 1, p. 41-67, jun. 2005.

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

ALEXANDRINO, M; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. Série Jurídica, 17. ed., 2009.

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE electron** [online], São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 2007.

APO. Sobre a APO – História (2014). Disponível em: <<http://www.apo.gov.br/index.php/historia/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. APO divulga 2ª atualização da Matriz de Responsabilidades. Autoridade Pública Olímpica, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.apo.gov.br/index.php/apo-divulga-2a-atualizacao-da-matriz-de-responsabilidades/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ARANTES, A.; MARTINS, F.; SARMENTO, P. Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução histórica. **Motricidade**, v. 8, n. S2, p. 916-924, 2012.

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ATLETAS PELO BRASIL. I Relatório Cidades do Esporte (2014). Disponível em: <http://atletaspelobrasil.org.br/arquivos/Primeiro_Relatorio_CidadesdoEsporte.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

AVELLAR, R. **Ricardo Avellar**: entrevista. [outubro 2015]. Entrevistadora: Ana Paula Cabral Bonin Maoski. Brasília, 2015. MP3 (70 min).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BATISTA, Marlon de Novaes. Coronelismo: Ecos Da República Velha Na Política Atual Do Brasil. **Webartigos**, 20 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/coronelismo-ecos-da-republica-velha-na-politica-atual-do-brasil/3268>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

_____. Educação física escolar: a percepção discente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 158-167, 1995.

_____. **A Janela de Vidro**. Campinas: Papyrus, 1998.

BIO, S. R. **Sistemas de informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOUDENS, E. P. J. Desporto e lazer - legislação infraconstitucional: a Constituição traída. In: ARAÚJO, J. C. de; PEREIRA JÚNIOR, J. de S.; PEREIRA, L. S.; RODRIGUES, R. J. P. **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira**. v. 2. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008, p. 235-253.

BOUET, M. **Signification du Sport**. Paris: Éditions Universitaires, 1968.

BRACHT, V. A criança que pratica esportes respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 7, n. 2, 1986, p. 62-68.

_____. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, 2000, p. 14-24.

_____. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Lei n. 6.251 de 8 de outubro de 1975. Diário Oficial, Brasília, 9 out. 1975. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6251.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Lei n. 6.354, de 02 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 2 set. 1976. Disponível em: <http://www.cbc.esp.br/stjd/Legislacao/lei_6354_76.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 25 ago. 1977. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80228-25-agosto-1977-429375-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Lei n. 8.672 de 6 de julho de 1993. Diário Oficial, Brasília, 6 jul. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Lei n. 9.615 de 24 março de 1998. Diário Oficial, Brasília, 24 mar. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Ministério do Esporte e Turismo. Política Nacional do Esporte. Brasília, 1999.

_____. Ministério do Esporte e Turismo. Portaria n. 127, de 17 de outubro de 2001a. Cria a Comissão Nacional de atletas. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. Projeto de Lei 4.874, de 19 de junho de 2001b. Institui o Estatuto do Desporto. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=29697>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 15 mai. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. I Conferência Nacional do Esporte (2004). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2016.

_____. Política Nacional do Esporte (2005a). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/meioacademico/83-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/sala-de-imprensa2/21849-politica-nacional-do-esporte>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

_____. Ministério do Esporte. Relatório do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Texto III. 13 p. Brasília, 19 a 21 de outubro de 2005b. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/conferenciaNacional/textoIIIRelatorioIForum230106.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. II Conferência Nacional do Esporte (2006a). Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Acesso em: 4 fev. 2016.

_____. Ministério do Esporte. Resolução n. 10, de 07 de março de 2006. Aprova as políticas setoriais de esporte de alto rendimento, de esporte educacional e de esporte recreativo e de lazer. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 03 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/resolucoes/resolucaoN10.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Lei 11.345, de 14 de setembro de 2006. Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 14 set. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11345.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Caderno de Legados (2009a). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosSocial.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

_____. Lei n. 12.035 de 1 de outubro de 2009. Diário Oficial, Brasília, 01 out. 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12035.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. III Conferência Nacional do Esporte (2010a). Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/resolucoes-iii-conferencia-nacional-esporte/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

_____. Cidade Esportiva. Notícias Ministério do Esporte, 20 set. 2010b. Disponível em:

<<http://www2.esporte.gov.br/snear/rio2016/noticiaRioDetalhe.jsp?idnoticia=6376>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

_____. Tribunal de Contas da União. Esporte de alto rendimento / Tribunal de Contas da União; Ministro Relator: Augusto Sherman. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de governo, 2011a.

_____. Rede Nacional de Treinamento (2011b). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/rede-nacional-de-treinamento>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 16 mar. 2011c. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1027117/lei-12395-11>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Lei n. 12.396, de 21 de março de 2011. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 21 mar. 2011d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12396.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Decreto n. 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 8 abr. 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. **Secretaria Nacional de Alto Rendimento – Planejamento 2013**. Brasília: Ministério do Esporte, 2013b.

_____. Ministério do Esporte. Portaria n. 54, de 21 de março de 2014. Aprova o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento– PAC, visando à implantação de infraestrutura esportiva. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/legislacao/Manual%20Instrucoes%20PAC_CIE-Verso_07_02_2014vfinal%20_2_.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2015a.

_____. Municípios brasileiros. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>>. Acesso em: 28 jun. 2015b.

_____. Ministro cria grupo de trabalho para elaborar o Sistema Nacional do Esporte. Ministério do Esporte Notícias, 17 abr. 2015c. Disponível em: <www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/50479-ministro-cria-grupo-de-trabalho-para-elaborar-sistema-nacional-do-esporte>. Acesso em: 19 jul. 2015.

_____. Talento Esportivo nas Escolas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2009/10/descoberta-do-talento-esportivo-nas-escolas>>. Acesso em: 28 ago 2015d.

_____. Diagnóstico Nacional do Esporte - Diesporte. Caderno 1, junho de 2015e. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/diesporte>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Mensagem presidencial ao Congresso destaca preparação esportiva do país para 2016. Notícias Brasil 2016, 02 fev. 2015f. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/mensagem-presidencial-destaca-preparacao-esportiva-do-pais-para-2016>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

_____. Rede CENESP. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/component/content/article/169-ministerio-do-esporte/institucional/alto-rendimento/rede-cenesp/21746-inicio>>. Acesso em: 19 jul. 2015g.

_____. Modelos CIES (2015h). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/modelos-de-pracas>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Lei n. 13.155, de 4 de agosto de 2015. Brasília, Diário Oficial da União, 4 ago. 2015i. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm>. Acesso em 6 fev. 2016.

_____. Tabela de valores Bolsa Atleta Pódio (2015j). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/brasilMedalhas/criteriosValoresBolsaPodio2015.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Ministério do Esporte. Portaria n. 105, de 16 de abril de 2015. Cria grupo de trabalho para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 17 abr. 2015k. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/89952443/dou-secao-2-17-04-2015-pg-51>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Departamentos Alto Rendimento. Ministério do Esporte Institucional. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/departamentos>>. Acesso em: 05 fev. 2016a.

_____. Lei Agnelo Piva: recursos perenes para investimento no esporte brasileiro. Brasil 2016 Incentivo ao Esporte. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>>. Acesso em: 03 fev. 2016b.

_____. Plano Brasil Medalhas: o Brasil entre os melhores do Mundo em 2016. Brasil 2016 Incentivo ao Esporte. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/plano-brasil-medalhas>>. Acesso em: 03 fev. 2016c.

BRESSER PEREIRA, L. C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, 1995.

BRITO, Daniel. Brigadeiro diz: atleta que não mostrar comprometimento pode ser desligado. **UOL Pan 2015**, 16 jul. 2015. Disponível em: <<http://pan.uol.com.br/noticias/2015/07/16/atletas-precisam-mostrar-comprometimento-nas-forcas-armadas-diz-brigadeiro.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BROHM, J-M. **Sociologie politique du sport**. Paris: Jean-Pierre Delarge Éditeur, 1976.

_____. Sociología política del deporte. In: **Partizans** - deporte, cultura y represión. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1978, p. 13-31.

_____. The Significance of Physical Leisure in The 'Leisure Civilisation'. In: BROHM, Jean-Marie. **Sport - a prison of measured time**. 2. ed. Great Britain: Pluto Press, 1989, p. 88-101.

_____; DAMIEN, J-M.; MAURIN, C. The Olympic Opiate. In: BROHM, J- M. **Sport - a prison of measured time**. 2. ed. Great Britain: Pluto Press, 1989, p. 102-115.

BURGESS, M. Federalism and Federation: A Reappraisal. In: BURGESS, M. & GAGNON, A. (orgs.). **Comparative Federalism and Federation**. London: Harvester, 1993.

CAGIGAL, J. M. **José Maria Cagical**: obras selectas. Madrid: Comité Olímpico Español, 1996.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Paradesporto brasileiro cresce em quase 11 anos de patrocínio das Loterias da CAIXA. **Agência Caixa de Notícias**, 11 out. 2014. Disponível em: <<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=149>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

CAMPOS, J.A. **José Alberto Campos**: entrevista. [outubro 2015]. Entrevistadora: Ana Paula Cabral Bonin Maoski. Curitiba, 2015. MP3 (39 min).

CAVALCANTI, K. B. **Esporte para Todos**: Um Discurso Ideológico. São Paulo: Ibrasa, 1984.

CHURCHMAN, C. W. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1971.

COAKLEY, J. **Sports in society: Issues and controversies**. New York: McGraw-Hill, 2007.

COB. **Comitê Olímpico Brasileiro: trabalhando pela transformação**. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Brasileiro, 2011. 84 p. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/Handlers/RecuperaDocumento.ashx?codigo=1598>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CONAE. **O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação**: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Documento-referência do Conselho Nacional de Educação, 2014.

CORREA, A. J.; MORAES E SILVA, M.; SEVEGNANI, P.; FIGUEROA, K. M.; MEZZADRI, F. M. O Esporte brasileiro entre dilemas epistemológicos: da acusação à busca por absolvição. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, n. 3, v. 22, p. 118-125, 2014.

COSTA, M. M. Esporte de alto rendimento: produção social da modernidade – o caso do vôlei de praia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 35-69, jan./abr. 2007.

CURITIBA. Lei complementar nº 40. Dispõe sobre os tributos municipais e dá outras providências. Curitiba, Palácio 29 de março, 18 dez. 2001. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2012/00123086.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório Anual, 2003**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2003.

_____. Edital 001/2003. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 17 de março de 2003 para o 1º semestre 2003. **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 29 abr. 2003a. p. 39-41.

_____. Edital 002/2003. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 23 de maio de 2003 para o 2º período 2003 (setembro/03 a janeiro/04). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 29 mai. 2003b. p. 09.

_____. Edital 003/2003. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 30 de maio de 2003 para o 2º período 2003 (setembro/03 a janeiro/04). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 05 jun. 2003c. p. 12-13.

_____. Edital 004/2003. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 06 de junho de 2003 para o 2º período 2003 (setembro/03 a janeiro/04). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 12 jun. 2003d. p. 04-05.

_____. Edital 006/2003. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 20 e 27 de novembro de 2003 para o 1º período 2004 (março a julho/04). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 09 dez. 2003e. p. 16-17.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório Anual, 2004**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2004.

_____. Edital 001/2004. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 15 de junho de 2004 para o 2º período 2004 (setembro/04 a janeiro/05). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 22 jul. 2004a. p. 19-22.

_____. Edital 002/2004. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 23 de maio de 2003 para o 1º período 2005. **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 07 dez. 2004b. p. 09-10.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão, 2005**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2005.

_____. Edital 001/2005. Projetos aprovados para o 2º período 2005 (setembro/05 a janeiro/06). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 16 jun. 2005a. p. 08.

_____. Edital 002/2003. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 23 de novembro de 2005 para o 1º período 2006 (março a julho/06). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 13 dez. 2005b. p. 22-23.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2006.

_____. Edital 001/2006. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 01 de junho de 2006 para o 2º período 2006 (setembro/06 a janeiro/07). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 20 jun. 2006a. p. 19-25.

_____. Edital 002/2006. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 30 de novembro de 2006 para o 1º período 2007 (março a julho/07). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 07 dez. 2006b. p. 14-16.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2007.

_____. Edital 002/2006. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 20 de novembro de 2006 para o 1º período 2007 (março a julho/07). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 02 jan. 2007a. p. 04-07.

_____. Edital 001/2007. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 31 de maio de 2007 para o 2º período 2007 (setembro/07 a janeiro/08). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 05 jun. 2007b. p. 04-07.

_____. Edital 002/2007. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 29 de novembro de 2007 para o 1º período 2008 (março a julho/08). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 11 dez. 2007c. p. 32-33.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2008.

_____. Edital 001/2008. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 29 de maio de 2008 para o 2º período 2008 (setembro a janeiro/09). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 12 jun. 2008a. p. 16-17.

_____. Edital 002/2008. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 27 de novembro de 2008 para o 1º período 2009 (março a julho/09). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 09 dez. 2008b. p. 26-27.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2009.

_____. Edital 001/2009. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 30 de abril de 2009 para o 2º período 2009 (setembro a janeiro/10). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 26 mai. 2009a. p. 43-50.

_____. Edital 002/2009. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 26 de novembro de 2009 para o 1º período 2010 (março a julho/10). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 10 dez. 2009b. p. 23-25.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2010.

_____. Edital 001/2010. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 27 de maio de 2010 para o 2º período 2010 (setembro/10 a janeiro/11). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 15 jun. 2010a. p. 32-34.

_____. Edital 002/2010. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 25 de novembro de 2010 para o 1º período 2011 (março a julho/11). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 07 dez. 2010b. p. 14-18.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2011.

_____. Edital 001/2011. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 26 de maio de 2011 para o 2º período 2011 (setembro/11 a janeiro/12). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 07 jun. 2011a. p. 15-19.

_____. Portaria 07/2011. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 24 de novembro de 2011 para o 1º período 2012 (março a julho/12). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 08 dez. 2011b. p. 22-26.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2012.

_____. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 31 de maio de 2012 para o 2º período 2012. **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 19 jun. 2012a. p. 23-30.

_____. Projetos aprovados para o 1º semestre de 2013. **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 11 dez. 2012b. p. 13-18.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2013.

_____. Edital 001/2013. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 23 de maio de 2013 para o 2º período esportivo de 2013. **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 04 jun. 2013a. p. 33-38.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2014a.

_____. Copa Smelj de ciclismo abre calendário de provas. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, Curitiba, 07 mar. 2014b. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/copa-smelj-de-ciclismo-abre-calendario-de-provas/32217>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

_____. Corrida das Nascentes movimentou nove municípios da Região Metropolitana. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 17 ago. 2014c. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/corrida-das-nascentes-movimentou-nove-municipios-da-regiao-metropolitana/33837>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. Edital 001/2014. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 20 de fevereiro de 2014 para o período 2014 (março/14 a novembro/14). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 27 fev. 2014d. p. 41-50.

_____. Decreto n. 1084, de 16 de novembro de 2015a. Disponível em: <http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. Incentivo ao Esporte e Promoção Social. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/incentivo-ao-esporte-smelj/152>>. Acesso em: 02 dez. 2015b.

_____. Regulamento Circuito de corridas de rua (2015c). Disponível em: <http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2014/00157660.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Edital 2015. Projetos aprovados em reunião da C.I.E. de 26 de fevereiro de 2015 para o período 2015 (março/15 a novembro/15). **Diário Oficial do Município de Curitiba**. Curitiba, PR, 27 fev. 2015d. p. 40-50.

_____. Jogos Escolares. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/jogos-escolares/2208>>. Acesso em: 03 fev. 2016a.

_____. Programa PASE. Portal da Prefeitura de Curitiba, Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/programa-pase-smelj/157>>. Acesso em: 03 fev. 2016b.

DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DAÓLIO, J. A ordem e a (des)ordem na educação física brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 115-127, 2003.

DAÓLIO, J. **A educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DE BOSSCHER, V.; BINGHAM, J.; SHIBLI, S.; VAN BOTTENBURG, M.; DE KNOP, P. **The global sporting arms race**: an international comparative study on sports policy factors leading to international sporting success. Oxford: Meyer & Meyer Sport, 2008.

DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBRUG, S.; BINGHAM, J. Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, Sydney, v.12, p. 113-136, 2009.

DE BOSSCHER, V.; SHIBLI, S.; VAN BOTTENBRUG, M.; DE KNOP, P.; TRUYENS, J. Developing a method for comparing the elite sport systems and policies of nations: a mixed research methods approach. **Journal of Sport Management**, Champaign, v.24, n.5, p. 567-600, 2010.

De CICCIO, C.; GONZAGA, A. de A. **Teoria do estado e ciência política**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

De ROSE, D.J.; DESCHAMPS, S.; KORSAKAS, P. Situações causadoras de “stress” no basquetebol de alto rendimento: fatores competitivos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 217-229, 1999.

DEBORD, Guy. **The society of the spectacle**. New York: Zone Books, 1994.

DIGEL, H. A comparison of competitive sport systems. **New Studies in Athletics**, London, v. 17, n. 1, p. 37-50, 2002a.

_____. The context of talent identification and promotion: a comparison of nations. **New Studies in Athletics**, London, v. 17, n. 3/4, p. 13-26, 2002b.

_____. **Organisation of High-Performance Athletics in Selected Countries** (Final report for the International Athletics Foundation). Tübingen, Alemanha: University of Tübingen, 2002c.

DOUTÍSSIMA. Adrenalina a mil: conheça o street luge, esporte radical de velocidade. Redação Doutíssima, 25 jun. 2014. Disponível em: <<http://doutissima.com.br/2014/06/25/adrenalina-mil-conheca-o-street-luge-esporte-radical-velocidade-545489/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

DUARTE, Rachel. Ministro Orlando Silva rebate acusações sobre fraude nos esportes. **Sul 21**, Porto Alegre, 15 out. 2011. Disponível em: <www.sul21.com.br/jornal/do-mexico-orlando-silva-se-defende-de-acusacoes-sobre-recebimento-de-propina>. Acesso em: 18 ago. 2014.

DUTRA, A. **Aloísio Dutra**: entrevista. [outubro 2015]. Entrevistadora: Ana Paula Cabral Bonin Maoski. Curitiba, 2015. MP3 (43 min).

ELAZAR, D. **Exploring Federalism**. Tuscaloosa: University of Alabama, 1987

FERREIRA, Raimundo. Políticas para o Esporte de Alto Rendimento – Estudo Comparativo de alguns Sistemas Esportivos Nacionais visando um Contributo para o Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 15. 2., Recife, 2007. **Anais...** Recife: Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte, 2007. p. 1-11.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FISHER, R. J.; BORMS, J. **The Search for Sporting Excellence**. Schorndorf: Verlag Karl Hofmann, 1990.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

GAYA, A. C. Sobre o esporte para crianças e jovens. **Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 1-14, 2000.

GIBSON, Alexandre. Rumo a 2016. E onde está o legado do Pan? **PUC-Rio Digital**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2009. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3626&sid=13&tpl=printerview>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

GODOY, L. O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos. 165f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GREEN, M. Changing policy priorities for sport in England: the emergence of elite sport development as a key policy concern. **Leisure Studies**, Colchester, v. 23, n. 4, p. 365-85, 2004.

GREEN, M.; HOULIHAN, B. **Elite Sport Development: Policy Learning and Political Priorities**. London: Routledge, 2005.

GREEN, M.; OAKLEY, B. Elite sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, Colchester, v. 20, p. 247-67, 2001a.

GREEN, M.; OAKLEY, B. Lesson-drawing: International perspectives on elite sport development systems in established nations. **Nation and Sport Conference**, Brunel University, London, June 2001b.

GUAY, D. **La culture sportive**. Paris: Presse Universitaires de France, 1993.

GUTTMANN, A. **From ritual to record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University, 1978.

HOULIHAN, B. **Sport, Policy and Politics – a comparative analysis**. Routledge. London, 1997.

HOULIHAN, B; GREEN, M. (ed.) **Comparative elite sport development-systems, structures and public policy**. Oxford: Elsevier, 2008.

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA. IV Relatório de resultados da pesquisa, entregue ao Ministério do Esporte. Curitiba, 2015, 321 p.

IPPUC (2015). Delimitação das Administrações Regionais de Curitiba. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

KUNZ, E. A educação física: mudanças e concepções. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 28-32, 1988.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LINHALES, M. A. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LOVISOLO, H. Mediação: esporte rendimento e esporte da escola. **Movimento**, v. 07, n. 15, p. 107-118, 2001.

MANDELL, R. **História Cultural del Deporte**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1986.

MARCHI JÚNIOR., Wanderley. **“Sacando” o Voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.

_____. La Sociología del Deporte en Brasil y en Latinoamérica: perspectivas analíticas del deporte. In: CONGRESO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS SOCIOCULTURALES DEL DEPORTE (ALESDE), 4., 2014, Bogotá. **Anais...** Bogotá, Bogotá, Colombia, 2014

MARINHO, Antonieta. Qual a diferença entre Orientação e Corridas de Aventura? Blog da Escalada, 21 out. 2014. Disponível em: <<http://blogdescalada.com/qual-a-diferenca-entre-orientacao-e-corridas-de-aventura/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

MARQUES, R; GUTIERREZ, G; ALMEIDA, M. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **Conexões**, Campinas, v. 6, n. 2, 2008.

MARTINS, Dilson José de Quadros. **Gestão Esportiva Municipal**. Textos de apoio para a realização dos Seminários Municipais do Esporte. Curitiba, 2015.

MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1998.

McPHERSON, B. D.; CURTIS, J. E.; LOY, J. **The Social Significance of Sport**: an introduction to the sociology of sport. Champaign, IL: Human Kinetics Books, 1989.

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**: Bases para a Transformação e a Renovação da Educação Física. Campinas: Papirus, 1983.

MEIHY, J. Definindo história oral e memória. **Cadernos CERU**, n. 5, s. 2, 1994.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C. Estrutura organizacional esportiva. In: BÖHME, M.T.S. (Org.). **Esporte infanto-juvenil**: treinamento a longo prazo - talento esportivo. São Paulo: Phorte, 2011.

MEIRA, T. B.; BÖHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 251-262, abr./jun. 2012.

MELO FILHO, Á. **O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MEZZADRI, F. A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais. 179f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MILLER, H. Post-Progressive Public Administration: lessons from policy networks. **Public Administration Review**, v. 54, n. 4, p. 378-386, 1994.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, M.; MEZZADRI, F.M.; de SOUZA, D.L.; de SOUZA, P.M. O financiamento público do rugby brasileiro: a relação governo federal e Confederação Brasileira de Rugby. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 26, n. 2, p. 213-222, 2015.

MOREIRA, W.W. **Educação física escolar**: uma abordagem fenomenológica. Campinas: Unicamp, 1991.

NASCIMENTO, F. O atletismo no programa governamental “Bolsa Atleta” (2011-2013): Uma análise de sua distribuição espacial. 42f. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Educação Física). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2015.

NÓBREGA, Luiz Fernando Medeiros. As forças Armadas e o esporte de alto rendimento – análise do modelo de gestão desportiva de alto rendimento adotado pelo exército brasileiro face aos 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011. Palestra no SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO CONTEXTO INTERNACIONAL, 1., 2013, São Paulo. Disponível em:
<http://citrus.uspnet.usp.br/lateca/web/images/sipear2013/sipear_palestra7_forcas_armadas.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

NUZMAN, C. A. A importância do marketing esportivo no esporte. In: **Seminário INDESP de marketing esportivo**. Brasília: INDESP, 1996, p. 13-28.

OAKLEY, B.; GREEN, M. The production of Olympic champions: International perspectives on elite sport development systems. **European Journal for Sport Management**, n. 8, S.I., p. 83-102, 2001.

OCDE. Achieve with Brazil. Nov. 2015. 54 p. Disponível em:
<<http://www.oecd.org/brazil/Brazil%20brochureWEB.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, V. M. de. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PATO, Alina Reste. Caracterização morfológica e funcional das ginastas de artística feminina com idades compreendidas entre os sete e os onze anos de idade: estudo realizado com ginastas de alta competição da Associação de Ginástica do Norte. Monografia (Conclusão de curso de Ciências do Desporto e Educação Física). Coimbra, 2004.

PARANÁ. Constituição do estado do Paraná - 1989. Disponível em:
<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&site=1>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. Lei 11.066, de 01 de fevereiro de 1995. Diário Oficial n. 4440, de 01 fev. 1995. Disponível em <http://www.pge.pr.gov.br/arquivos/File/lei_11066.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. Decreto n. 1117 de 23 de abril de 2003. Diário Oficial do Estado do Paraná, n. 6462, de 23 abr. 2003. Disponível em:
<http://www.esporte.pr.gov.br/arquivos/File/JD2009/DECRETO_1117_23_abril_2003.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

_____. Regulamento da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. Curitiba: SEET, 2014.

_____. Relatório TOP 2011-2014 (2015). Disponível em: <http://www.esporte.pr.gov.br/arquivos/File/top_2015/rerop15.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

PIERSON, P. Fragmented Welfare States: Federal Institutions and the Development of Social Policy. **Governance**, Cambridge, v. 8, n. 4, p. 448-478, 1995.

PIMENTEL, É. O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira: de 1941 até 1998. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007

PRESTES, S.E.C.; MEZZADRI, F. M. Observatório do torcedor: verificando a aplicabilidade do Estatuto de Defesa do Torcedor nos Estádios de Curitiba. **Anais... Congresso ALAS**, 26., Guadalajara, 2007.

PRONI, M. W. Marketing e organização esportiva: elementos para uma história recente do esporte-espetáculo. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 82-94, jul/dez. 1998a.

PRONI, M. W. Esporte-espetáculo e futebol-empresa. 262f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998b.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 3ed. rev. e atualiz. Curitiba: Ibpex, 2011.

REPPOLD FILHO, Alberto. Projeto Referências do Esporte (UFRGS). Seminário Internacional de Políticas Públicas para o Esporte de Alto Rendimento, Curitiba, 28-29 ago. 2014. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/projeto-referencias-esporte/>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

REVISTA PARANÁ FAZ ESPORTE - 2012. Disponível em <http://www.esporte.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos_DOWNLOADS/PP_REVISTA_esporte_final_baixa.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

REVISTA VERDE-OLIVA. **Especial Dezembro**, Brasília, v. 39, n. 213, 2011.

RICCIO, E. L. Efeitos da tecnologia de informação na contabilidade: estudos de casos de implementação de Sistemas Empresariais Integrados – ERP. 156f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RICKER, W. Federalism. In: GREENSTEIN, F. & POLSBY, N. (eds.). **Handbook of Political Science**. Reading: Addison-Wesley, 1975.

RODDEN, J. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 24, p. 9-27, jun. 2005.

RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. Esporte-espetáculo e sociedade: estudos preliminares sobre sua influência no âmbito escolar. **Revista Conexões**, v. 1, n. 1, p. 55-69, 2003.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROSE, R. **Learning from Comparative Public Policy: A Practical Guide**. London: Routledge, 2005.

RUBIO, Katia. **O imaginário esportivo contemporâneo: o atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SEED. Núcleos Regionais de Educação. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

SEES. Organograma Secretaria de Estado do Esporte (2012). Disponível em <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=139>>. Acesso em: 19 out. 2013.

SEET. Apresentação dos 53º Jogos Universitários do Paraná reuniu dirigentes em Campo Mourão. Secretaria do Esporte e do Turismo, 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4325>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SCHARPF, F. The Joint Decision Trap: Lessons from German Federalism and European Integration. **Public Administration**, v. 66, p. 80-117, 1988.

SILVA, J.A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, C. L. da; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. da (Org.). **Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 15-38.

SILVA, M. L.; RUBIO, K. Superação no esporte: limites individuais ou sociais? **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 3, n. 3, p. 69-76, 2003.

SOUZA, C. **Constitutional Engineering in Brazil: The Politics of Federalism and Decentralization**. London: Macmillan, 1997.

_____. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988 : processo decisório, conflitos e alianças. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 513-560, 2001.

_____. Brazil : The Prospects of a Center- Constraining Federation in a Fragmented Polity. **Publius: The Journal of Federalism**, Easton, v. 32, n. 2, p. 23-48, 2002.

_____. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 24, p. 105-121, jun. 2005.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STIGGER, M. P. Relações entre o esporte de rendimento e o esporte da escola. **Movimento**, v. 07, n. 14, p. 67-86, 2000.

STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas: Autores Associados, 2009.

STEPAN, Alfred. Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos, 1999. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25989-25991-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: PHB, 1992.

SUASSUNA, D. M. F. de A.; ALMEIDA, A. J. M. de; FREIRE, O. F.; ROQUETE, P. C. O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: SUASSUNA, D. M. F. de A.; AZEVEDO, A. A. (Org.). **Política e lazer**: interfaces e perspectivas. Brasília, DF: Thesaurus, 2007, p. 13-42.

THOMPSON, I.; AMARAL, W. J.; GARCIA, C. A.; MORAES, R.M. Esporte Estudantil Brasileiro. In: DaCosta, L. P. (Ed.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, pp. 809-811.

TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz; NUNOMURA, Myrian. Aspectos maturacionais em atletas de ginástica olímpica do sexo Feminino. **Motriz**, Rio Claro, v.9, n.2, p. 119-126, mai/ago. 2003.

THUMM, H. Talent identification in Indonesia: a model for other countries? **New Studies in Athletics**, London, v.21, n.2, p. 29-39, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. J. G. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: IBRASA, 1987.

_____. Política Nacional de Esporte (1999). Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/politica-nacional-esporte/>>. Acesso em: 12 fev. 2016

_____. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

UK Sport. **Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success: An International Comparative Study**. London: UK Sport, 2006

VASCONCELLOS, E. **Estrutura das Organizações**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

VERONEZ, L. F. Quando o estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 163f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WERNECK VIANNA, L. (org.). **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

ZAHARIADIS, Nikolaos. The Multiple Streams Framework: Structure, Limitations, Prospects. In: SABATIER, Paul (ed.). **Theories of the Policy Process**. University of California, 2007.

ZANON, N. **Newton Zanon**: entrevista. [outubro 2015]. Entrevistadora: Ana Paula Cabral Bonin Maoski. Curitiba, 2015. MP3 (26 min).

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.

ZIEMAINZ, H.; GULBIN, J. Talent selection: identification and development exemplified in the Australian talent search programme. **New Studies in Athletics**, London, v.17, n.3/4, p. 27-32, 2002.

RIO DE JANEIRO (estado). Lei n. 5.949, de 13 de abril de 2011. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro RJ, 13 abr. 2011. **Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/2bde2666aa4791038325787200611588?OpenDocument>. Acesso em: 18 fev. 2016.

RIO DE JANEIRO (município). Lei n. 5.260, de 13 de abril de 2011. Autoriza o Município do Rio de Janeiro, por meio do Poder Executivo, a integrar, na forma de Consórcio Público de Regime Especial, a Autoridade Pública Olímpica – APO, ratifica o respectivo Protocolo de Intenções e dá outras providências. **Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro RJ, 13 abr. 2011. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/53b2103a53e36d018325787200617606?OpenDocument>. Acesso em: 18 fev. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com o representante da esfera nacional -
SNEAR

- 1) A partir de quando o esporte passou a ser uma questão de Estado para o governo brasileiro?
- 2) O que você considera enquanto esporte de rendimento?
- 3) O site da instituição relata que o programa federal Bolsa Atleta inspirou alguns estados e municípios a instituir projetos semelhantes. Poderia citar um exemplo?
- 4) As confederações estabelecem a classificação do atleta para angariar o benefício advindo do Bolsa Atleta. Esse sistema é satisfatório?
- 5) De que maneira o governo federal faz a avaliação das políticas públicas para o esporte de rendimento no Brasil?
- 6) Em 2006 foi aprovada a política setorial para o esporte de alto rendimento. Ela perdura até os dias de hoje?
- 7) Você acredita que existe articulação entre os entes federativos para desenvolvimento do esporte brasileiro?
- 8) Na sua opinião, no Brasil opera um sistema de federalismo competitivo ou cooperativo? Por que?
- 9) De que maneira é possível acontecer articulação entre instituições presentes em diferentes níveis de governo quando esses níveis são governados por indivíduos com visões políticas diferentes?
- 10) De que maneira se estabelece relação entre a SNEAR e as secretarias estaduais e municipais? Existem projetos que vinculem essas instituições, nos três níveis de governo em algum estado brasileiro?
- 11) A autonomia dos estados e municípios em relação ao governo federal limita a articulação entre as esferas governamentais?
- 12) Como SNEAR e COB se relacionam mediante o fato de que as duas instituições organizam o esporte de rendimento no Brasil?
- 13) O relatório de auditoria feito pelo TCU em 2011 promoveu mudanças estruturais nas políticas públicas voltadas ao esporte de rendimento?
- 14) Qual é a principal origem das políticas públicas: demanda social ou vontade política? De que maneira isso acontece?
- 15) Como se dá o processo de construção de uma política pública esportiva brasileira? Quem participa?

- 16) Como se explica o fato de o Sistema Nacional de Esporte passar de ponto central na II CNE em 2006 para uma das 10 linhas estratégicas da III CNE em 2010?
- 17) Em que estágio se encontra atualmente o Sistema Nacional de Esporte?
- 18) Existe algum país cuja política pública para o esporte de rendimento seja inspiração para a gestão brasileira?
- 19) Atualmente qual é o programa considerado “carro chefe” para o esporte de rendimento no Brasil?
- 20) Os Jogos Escolares da Juventude integraram-se a SNEAR como um dos objetivos de se detectar talentos esportivos. De que maneira essa detecção acontece? Como é feito o direcionamento e acompanhamento desses atletas para que permaneçam no esporte de rendimento?
- 21) De que maneira você avalia a política pública para o esporte de rendimento no Brasil?
- 22) Qual é a sua expectativa para os Jogos Olímpicos 2016? O investimento feito nos programas e projetos para o esporte de rendimento será convertido em sucesso?
- 23) Na sua opinião, haverá legado esportivo após os Jogos Olímpicos 2016?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com o representante da esfera estadual-SEET

- 1) Qual é a principal origem das políticas públicas: demanda social ou vontade política? De que maneira isso acontece?
- 2) Como se dá o processo de construção de uma política pública esportiva estadual? Quem participa?
- 3) O que você considera enquanto esporte de rendimento?
- 4) Quais são os programas e projetos que representam essa dimensão esportiva atualmente na secretaria?
- 5) Existe articulação entre as esferas governamentais para desenvolvimento do esporte de rendimento? De que maneira essa articulação acontece?
- 6) Existe alguma ação concreta para o esporte de rendimento que seja resultado dessa articulação?
- 7) De que maneira é possível acontecer articulação entre instituições presentes em diferentes níveis de governo quando esses níveis são governados por indivíduos com visões políticas diferentes?
- 8) A autonomia dos estados e municípios em relação ao governo federal limita a articulação entre as esferas governamentais?
- 9) Quais são as principais atuações do Instituto Paranaense de Ciência do Esporte para desenvolvimento do esporte de rendimento?
- 10) As iniciativas da Secretaria para receber delegações envolvidas nos Jogos Olímpicos de 2016 resultaram em uma ação concreta? Como foram escolhidos os lugares?
- 11) A Secretaria está desenvolvendo um Sistema Estadual de Esporte. Poderia explicar de que maneira esse se estrutura?
- 12) Ele está articulado com o Sistema Nacional de Esporte proposto pelo governo federal?
- 13) Na sua opinião haverá legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas com os representantes da esfera municipal-SMELJ

- 1) Qual é a principal origem das políticas públicas: demanda social ou vontade política? De que maneira isso acontece?
- 2) Como se dá o processo de construção de uma política pública esportiva municipal? Quem participa?
- 3) O que você considera esporte de rendimento?
- 4) De que maneira se estrutura a Política Pública Municipal de Esporte no que se refere ao esporte de rendimento? Quais são os programas e projetos que representam essa dimensão esportiva atualmente na secretaria?
- 5) De que maneira a secretaria municipal faz a avaliação das políticas públicas para o esporte de rendimento no município?
- 6) No relatório da secretaria emitido pelo IMAP, em 2013, diz que há uma ampla articulação com as esferas de governo. De que maneira essa articulação acontece? Como a SMELJ se relaciona com a Secretaria do Estado do Paraná e com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do governo federal?
- 7) Existe alguma ação concreta para o esporte de rendimento que seja resultado dessa articulação? Algum programa, projeto ou ação desenvolvido em conjunto?
- 8) De que maneira é possível acontecer articulação entre instituições presentes em diferentes níveis de governo quando esses níveis são governados por indivíduos com visões políticas diferentes?
- 9) A autonomia dos estados e municípios em relação ao governo federal limita a articulação entre as esferas governamentais?
- 10) Também no relatório de 2013 fala sobre a implantação do Observatório do Esporte. Ao que exatamente se refere essa ação? Como ela acontece?
- 11) Os dados emitidos no relatório do IMAP ora colocam as corridas de rua como esporte de rendimento ora como esporte participação. Em qual dimensão esportiva encaixa-se esse programa?
- 12) Em 2012 houve a criação do “Curitiba Olímpica”. Quais parcerias a secretaria estabelecia para encaminhar essas atletas para que permanecessem no esporte de rendimento?

- 13) Em 2014 a SMELJ fez parceria com a Federação Paranaense de Ciclismo para promover e incentivar o ciclismo de alto rendimento. Essa parceria que desenvolve o esporte de rendimento aconteceu sobre no ciclismo ou em outras modalidades? Aconteceu sob a forma de programas ou eventos?
- 14) Hoje a SMELJ mais apoia os eventos relacionados a corrida de rua do que organiza. Ao que se devem as inúmeras parcerias que a secretaria fez para desenvolver essa modalidade?
- 15) Atualmente a secretaria desenvolve o Sistema Municipal de Esporte. Quando surgiu essa iniciativa? Por quê?
- 16) De alguma maneira essa ação está articulada com a implementação do Sistema Nacional de Esporte proposta pelo governo federal?
- 17) Na sua opinião haverá legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016?

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este termo se aplica à etapa da pesquisa que se dará antes dos Jogos Olímpicos- Rio 2016. O mesmo será realizado utilizado com gestores das Secretarias de Esporte e Lazer do governo federal, dos governos do estado do Rio de Janeiro e Paraná, e das cidades do Rio e Curitiba.

Vimos por meio desta solicitar a sua participação em uma pesquisa intitulada “Legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil”. O objetivo geral desta pesquisa é o de investigar os possíveis legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos que serão realizados no Rio de Janeiro em 2016, a partir da perspectiva de intelectuais dedicados ao estudo do esporte e do lazer; de gestores de esporte e lazer do Governo Federal e dos governos do Rio de Janeiro e Paraná e das cidades do Rio, Curitiba e municípios do núcleo metropolitano destes grandes centros; e de líderes de organizações esportivas, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

Selecionamos o senhor(a) para participar de nosso estudo uma vez que representa a Secretaria de Esporte e Lazer do governo federal, do seu estado ou do seu município e acreditamos que a sua experiência pode nos ajudar a gerar conhecimentos que podem contribuir para com o planejamento e desenvolvimento de ações que de fato garantam um legado esportivo positivo para o Brasil.

A entrevista será realizada em local e horário de sua preferência e durará em torno de 50 a 90 minutos. As entrevistas com todos os participantes, incluindo com o senhor serão gravadas para que possamos transcrevê-las e garantir a qualidade das informações levantadas. O senhor terá acesso à transcrição da entrevista antes da equipe de pesquisa analisá-la, e se achar necessário, poderá editá-la. Caso o senhor(a) decida que algum tipo de informação deva ser mantida em sigilo, a sua solicitação será respeitada. Tão logo a pesquisa termine, as gravações serão destruídas. As informações coletadas durante as entrevistas serão analisadas apenas pela equipe de pesquisa.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal _____

Pesquisador Responsável _____

O senhor não terá qualquer despesa com a sua participação na pesquisa e também não receberá qualquer benefício financeiro por participar da mesma.

A pesquisadora responsável pelo projeto, professora Doutora Doralice Lange de Souza pode ser contatada no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná todos os dias da semana, das 7:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, no seguinte endereço: Rua Coração de Maria, 92, BR 116, KM 95, Curitiba, PR. Os telefones para contato são: (41) 3360-4325 e (41) 9911-8714. A pesquisadora se coloca a sua disposição para esclarecer eventuais dúvidas a respeito desta pesquisa antes e depois do estudo. Também terá acesso a todos os relatórios e publicações referentes à mesma, caso deseje.

A sua autorização para participação no estudo é voluntária. Caso durante algum momento da pesquisa queira desistir de sua participação, o(a) senhor(a) poderá solicitar de volta o termo de consentimento livre esclarecido assinado e se retirar do estudo.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo da pesquisa. Entendi que sou livre para participar ou não do estudo e para interromper a minha participação na pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Local: _____, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE E – Critérios de concessão da Bolsa Pódio

2013	2014
Bolsa de R\$ 15.000,00	Bolsa de R\$ 15.000,00
1) Atletas Medalhistas (ouro/prata/bronze) nos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos de Londres 2012 ou 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2013 ou 3) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 ou 2) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 3) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2014
Bolsa de R\$ 11.000,00	Bolsa de R\$ 11.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º nos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos de Londres 2012 ou 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 4º, 5º, 6º 7º ou 8º no Ranking Mundial 2013 ou 3) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 3) Estar ranqueado no 4º, 5º, 6º 7º ou 8º no Ranking Mundial 2014
Bolsa de R\$ 8.000,00	Bolsa de R\$ 8.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º ou 12º nos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos de Londres 2012 ou 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2013 ou 3) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 3) Estar ranqueado no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2014
Bolsa de R\$ 5.000,00	Bolsa de R\$ 5.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º ou 20º nos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos de Londres 2012 ou 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 17º, 18º, 19º ou 20º no Ranking Mundial 2013 ou 3) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 3) Estar ranqueado no 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2014

FONTE: Brasil (2015j)

NOTA: quadro elaborado pela autora (2016).

APÊNDICE E – Critérios de concessão da Bolsa Pódio (Continuação)

2015	2016
Bolsa de R\$ 15.000,00	Bolsa de R\$ 15.000,00
1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 2) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 3) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2015	1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 2) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 ou 3) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar Ranking Mundial 2016
Bolsa de R\$ 11.000,00	Bolsa de R\$ 11.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 3) Estar ranqueado no 4º, 5º, 6º 7º ou 8º no Ranking Mundial 2015	1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 ou 3) Estar ranqueado no 4º, 5º, 6º 7º ou 8º no Ranking Mundial 2016
Bolsa de R\$ 8.000,00	Bolsa de R\$ 8.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 3) Estar ranqueado no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2015	1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 ou 3) Estar ranqueado no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2016
Bolsa de R\$ 5.000,00	Bolsa de R\$ 5.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 3) Estar ranqueado no 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2015	1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 ou 2) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 ou 3) Estar ranqueado no 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2016

FONTE: Brasil (2015j).

NOTA: quadro elaborado pela autora (2016).

APÊNDICE F – Bolsas TOP

	Valor	Nº de bolsas	Idade	Pré-requisitos	Objetivo
TOP Formador	R\$150,00	660	11 a 14 anos	Ser estudante de escolas públicas; Participar de modalidades olímpicas e paraolímpicas em competições escolares.	Iniciação Esportiva
TOP Técnico Formador	R\$ 350,00	64	---	Residir no Paraná; Treinar atletas ou equipes visando participação em competições escolares; Estar vinculado direta ou indiretamente a estabelecimentos da rede estadual de ensino do Paraná.	
TOP Escolar	R\$ 500,00	600 (540 olímpicas e 60 paralímpicas)	11 a 18 anos- modalidades olímpicas 11 a 21 anos- modalidades paraolímpicas	Estar matriculado no ensino público ou privado de nível fundamental, médio ou superior no estado do Paraná; Ter conquistado resultados expressivos em competições estaduais, nacionais ou internacionais.	
TOP Técnico	R\$ 850,00	80	---	Residir e treinar atletas ou equipes em esportes olímpicos ou paraolímpicos no Estado do Paraná; Estar registrado no sistema CREF / CONFEF; Comprovar a participação e obtenção de resultados nas competições ocorridas no ano anterior.	
TOP Nacional	R\$ 1.000,00	67	---	Estar competindo por entidades paranaenses em esportes olímpicos e paraolímpicos; Ter trajetória de reconhecimento nacional e resultados expressivos alcançados em competições dentro e fora do Estado.	

FONTE: Paraná (2015)

NOTA: quadro elaborado pela autora (2016)

APÊNDICE F – Bolsas TOP

	Valor	Nº de bolsas	Idade	Pré-requisitos	Objetivo
TOP Internacional	R\$1.500,00	20	---	Competir em esportes olímpicos e paraolímpicos e que tenham defendido o Brasil em competições internacionais; Manter vínculo federativo no estado do Paraná;	a escolha dos bolsistas é feita pelas Federações Desportivas, que encaminham os selecionados para escolha e homologação realizadas pela Comissão de Avaliação do Programa TOP
TOP Olimpo	R\$ 3.000,00	9	---	Ter participado da última edição dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos; Estar vinculado à respectiva Federação Esportiva no Estado do Paraná	Oferecer possibilidade de que os atletas disputem medalhas nas competições mais importantes do mundo e que se integrem efetivamente ao ciclo Olímpico.

FONTE: Paraná (2015)

NOTA: quadro elaborado pela autora (2016)

ANEXOS

ANEXO A – Órgãos e autoridades competentes - SMELJ

Órgão	Autoridade Competente
Secretaria Municipal do Esporte e Lazer	Secretário Municipal
Gabinete do Secretário	Chefe de Gabinete
Assistência	Assistente
Serviço de Protocolo	Chefe de serviço
Equipe de Apoio Técnico e Administrativo	Equipe de Apoio Técnico e Administrativo Assessor Assessor
Superintendência	Superintendente
Divisão de Programação e Promoção	Chefe de Divisão
Coordenação de Promoção e Parceria	Coordenador de Projetos III
Serviço de Dados e Informações	Chefe de Serviço
Divisão de Material Esportivo e de Lazer	Chefe de Divisão
Gerência Regional da Matriz	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Centro de Esporte e Lazer Dirceu Graeser	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Ouvidor Pardini	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Velódromo	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Plínio Tourinho	Chefe de Unidade
Gerência Regional do Portão	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Centro de Esporte e Lazer Rua da Cidadania da Fazendinha	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Arthur Bernardes	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Afonso Botelho	Chefe de Unidade
Gerência Regional do Pinheirinho	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Centro de Esporte e Lazer Zumbi dos Palmares	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Rua da Cidadania do Pinheirinho	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Santa Rita	Chefe de Unidade
Gerência Regional do Boqueirão	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Centro de Esporte e Lazer Padre Agostinho Legró	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Menonitas	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Rua da Cidadania do Carmo	Chefe de Unidade
Gerência Regional da Boa Vista	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Centro de Esporte e Lazer Avelino Vieira	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Bacacheri	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Pedro de Almeida	Chefe de Unidade

ANEXO A – Órgãos e autoridades competentes - SMELJ (Continuação)

Centro de Esporte e Lazer Rua da Cidadania da Boa Vista	Chefe de Unidade
Gerência Regional do Bairro Novo	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Centro de Esporte e Lazer Bairro Novo	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Vila Tecnológica	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Xapinhã	Chefe de Unidade
Gerência Regional da Santa Felicidade	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Academia Municipal Judith Passos	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Rua da Cidadania de Santa Felicidade	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Antonio Bertoli	Chefe de Unidade
Gerência Regional do Cajuru	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Centro de Esporte e Lazer Vila Oficinas	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Parque Peladeiro	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Parque Linear	Chefe de Unidade
Centro de Esporte e Lazer Armazém do Esporte	Chefe de Unidade
Gerência Regional da CIC	Gerente
Serviço de Apoio Administrativo	Chefe de Serviço
Departamento de Esporte	Diretor
Assistência	Assistente
Gerência de Atividades Esportivas	Gerente
Divisão de Apoio Técnico aos Esportes de Rendimento	Chefe de Divisão
Coordenação de Esportes de Rendimento	Coordenador de Projetos III
Coordenação de Esporte Estudantil	Coordenador de Projetos III
Divisão de Apoio Técnico aos Esportes Populares	Chefe de Divisão
Coordenação de Esportes Comunitários	Coordenador de Projetos III
Departamento do Incentivo ao Esporte e Promoção Social	Diretor
Assistência	Assistente
Gerência do Incentivo ao Esporte e Promoção Social	Gerente
Coordenação de Projetos Técnicos	Coordenador de Projetos III
Coordenação de Projetos de Contrapartida Social	Coordenador de Projetos III
Coordenação de Projetos Financeiros	Coordenador de Projetos III
Departamento de Lazer	Diretor
Assistência	Assistente
Gerência de Educação para o Lazer	Gerente
Coordenação da Linha do Lazer I	Coordenador de Projetos III
Coordenação da Linha do Lazer II	Coordenador de Projetos III
Coordenação de Projetos Regulares	Coordenador de Projetos III
Divisão de Eventos de Lazer	Chefe de Divisão
Oficina de Material Esportivo e de Lazer	Chefe de Divisão

FONTE: Curitiba (2005)

ANEXO B – Planejamento Estratégico SNEAR - 2013

SOCIEDADE		ORGANIZAÇÃO		INDIVÍDUOS
O Brasil e a Sociedade Brasileira		A Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento		As Partes Interessadas do sistema esportivo brasileiro
Contribuir para tornar o Brasil uma potência olímpica em, e além, da Rio 2016		SNEAR como referência em gestão pública e excelência em esporte		Garantir a sustentabilidade e a utilização dos legados dos esportes de rendimento
<p>Desenvolver o sentimento de orgulho nacional e contribuir para a construção de uma identidade nacional através do esporte</p> <p>Disseminar a cultura do esporte de alto rendimento em todas as regiões do país e nacionalizar os benefícios dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos</p> <p>Garantir o acesso democrático aos projetos e programas relacionados ao esporte de alto rendimento.</p> <p>Trabalhar com políticas públicas de integração entre o esporte de alto rendimento e a educação, a saúde pública e as ações sociais</p> <p>Assegurar que os legados econômicos da melhoria da infraestrutura esportiva e das arenas, e o incremento da participação do esporte no PIB, atendam aos interesses da sociedade brasileira</p>		<p>Garantir o cumprimento da missão da SNEAR e as articulações com os agentes envolvidos na entrega da Rio 2016</p> <p>Assegurar a excelência em gestão, otimizando os resultados econômicos e financeiros com o cumprimento estrito, transparente e legal dos recursos e dotações orçamentárias</p> <p>Promover a cultura de resultados no cumprimento de metas dos programas e projetos, e na preparação e apoio para a realização da Rio 2016</p> <p>Buscar o aumento das verbas destinadas ao esporte de alto rendimento e distribuir tais recursos de maneira eficaz</p> <p>Tornar a SNEAR uma referência em inteligência esportiva de alto rendimento (inovação, conhecimento e informação)</p> <p>Fortalecimento institucional e reconhecimento das competências da SNEAR no desenvolvimento do esporte brasileiro de alto rendimento</p>		<p>Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva e a geração de empregos na indústria do esporte</p> <p>Trabalhar pelos legados esportivos estruturais (instalações, equipamentos e infraestrutura)</p> <p>Apoiar iniciativas de "jogo limpo" e legitimação dos resultados (antidoping)</p> <p>Promover políticas públicas que assegurem o máximo aproveitamento de talentos esportivos, oferecendo apoio e atendimento para melhoria de desempenho dos atletas até, e inclusive, na transição de carreira</p> <p>Desenvolver o esporte de alto rendimento no país através de programas para fomento, ciências do esporte, e outras iniciativas que contribuam para o legado intangível do esporte.</p> <p>Apoiar a excelência no esporte rendimento, reconhecendo e incentivando a evolução dos resultados esportivos em records, participações, pódios, e melhorias em competições nacionais e internacionais</p>
<p>Criar modelo de gestão e governança na SNEAR como referência para entidades esportivas</p> <p>Implementar programas de melhoria da gestão, controles internos, e a integração dos projetos e programas da SNEAR</p> <p>Criar modelo de gestão e governança como referência para entidades esportivas</p> <p>Gerir o financiamento das instalações olímpicas a cargo do governo federal</p> <p>Fomentar o desenvolvimento e gerir os portfólios de modalidades olímpicas e paralímpicas</p> <p>Propor e gerir programas e projetos de incentivo, fomento ao esporte e patrocínios</p>	<p>Disseminar e fortalecer na SNEAR a cultura orientada a resultados</p> <p>Promover a capacitação dos atores envolvidos com o esporte de rendimento (atletas, treinadores, especialistas, gestores e profissionais multidisciplinares)</p> <p>Trabalhar pela melhoria na estrutura de preparação dos atletas</p> <p>Promover a identificação e desenvolvimento de novos talentos, valorizar as vocações esportivas locais, e tornar competitivas as categorias de base</p> <p>Acompanhar continuamente o desenvolvimento dos atletas de rendimento e promover a melhoria da qualidade de vida do indivíduo</p>	<p>Estruturar referências que permitam o conhecimento e informação esportiva na SNEAR e sua disseminação</p> <p>Fomentar linhas de pesquisa de ciências no esporte no sistema federal de ensino e promover o intercâmbio internacional de técnicos e cientistas</p> <p>Fomento da ciência do esporte e desenvolvimento e aplicação das tecnologias multidisciplinares e incentivar a incubação de empresas de produtos, serviços e materiais para competição esportiva</p> <p>Contribuir para modernização e aparelhamento tecnológico das entidades nacionais que atuam no planejamento, execução e controle de eventos</p> <p>Ampliar a oferta de Infraestrutura física desportiva de qualidade no país.</p> <p>Desenvolver laboratório de padrão internacional e formação de pessoal para controle de antidopagem</p>	<p>Dotar a SNEAR de um sistema de comunicação interna ágil, e qualificar seu relacionamento com a mídia</p> <p>Desenvolver a comunicação da SNEAR no que diz respeito ao público geral, atletas, associados de clubes, imprensa e redes sociais, de modo a promover a cultura esportiva do País.</p> <p>Provocar as audiências e mobilizar as massas para o esporte</p> <p>Fortalecer os eventos nacionais e fomentar a realização no Brasil de competições e eventos esportivos internacionais.</p> <p>Ampliar o alcance e cobertura dos eventos e competições esportivas nacionais e internacionais</p> <p>Promover os eventos internacionais como oportunidade para o desenvolvimento do esporte de rendimento no País</p>	<p>Promover o alinhamento entre os projetos e programas da SNEAR com projetos e programas correlatos de outros órgãos e entidades (alto rendimento e grandes eventos)</p> <p>Trabalhar em parceria com agentes desenvolvedores de atletas (clubes, confederações, forças armadas, comitês, universidades) e alinhar planos estratégicos em conformidade com modelos do M.E.</p> <p>Desenvolver a articulação com os parceiros do esporte rendimento (COB, CPB, CBDM, Confederações, Prefeituras)</p> <p>Buscar parcerias na cadeia produtiva para desenvolver o esporte de rendimento,, incluindo patrocínios de empresas públicas e privadas</p> <p>Atuar em parcerias com estados, municípios, empresas estatais, empresas privadas e ministérios para o sucesso da Rio 2016</p>
PROCESSOS		PESSOAS		TECNOLOGIA
				PÚBLICOS
				PARCERIAS

FONTE: Brasil (2013b).

ANEXO B – Planejamento Estratégico SNEAR - 2013 (Continuação)

SOCIEDADE O Brasil e a Sociedade Brasileira	ORGANIZAÇÃO A Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento	INDIVÍDUOS As Partes Interessadas do sistema esportivo brasileiro
Contribuir para tornar o Brasil uma potência olímpica em, e além, da Rio 2016	SNEAR como referência em gestão pública e excelência em esporte	Garantir a sustentabilidade e a utilização dos legados dos esportes de rendimento
<p>Desenvolver o sentimento de orgulho nacional e contribuir para a construção de uma identidade nacional através do esporte</p> <p>Disseminar a cultura do esporte de alto rendimento em todas as regiões do país e nacionalizar os benefícios dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos</p> <p>Garantir o acesso democrático aos projetos e programas relacionados ao esporte de alto rendimento-</p> <p>Trabalhar com políticas públicas de integração entre o esporte de alto rendimento e a educação, a saúde pública e as ações sociais</p> <p>Assegurar que os legados econômicos da melhoria da infraestrutura esportiva e das arenas, e o incremento da participação do esporte no PIB, atendam aos interesses da sociedade brasileira</p>	<p>Garantir o cumprimento da missão da SNEAR e as articulações com os agentes envolvidos na entrega da Rio 2016</p> <p>Assegurar a excelência em gestão, otimizando os resultados econômicos e financeiros com o cumprimento estrito, transparente e legal dos recursos e dotações orçamentárias</p> <p>Promover a cultura de resultados no cumprimento de metas dos programas e projetos, e na preparação e apoio para a realização da Rio 2016</p> <p>Buscar o aumento das verbas destinadas ao esporte de alto rendimento e distribuir tais recursos de maneira eficaz</p> <p>Tornar a SNEAR uma referência em inteligência esportiva de alto rendimento (inovação, conhecimento e informação)</p> <p>Fortalecimento institucional e reconhecimento das competências da SNEAR no desenvolvimento do esporte brasileiro de alto rendimento</p>	<p>Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva e a geração de empregos na indústria do esporte</p> <p>Trabalhar pelos legados esportivos estruturais (instalações, equipamentos e infraestrutura)</p> <p>Apoiar iniciativas de "jogo limpo" e legitimação dos resultados (antidoping)</p> <p>Promover políticas públicas que assegurem o máximo aproveitamento de talentos esportivos, oferecendo apoio e atendimento para melhoria de desempenho dos atletas até, e inclusive, na transição de carreira</p> <p>Desenvolver o esporte de alto rendimento no país através de programas para fomento, ciências do esporte, e outras iniciativas que contribuam para o legado intangível do esporte.</p> <p>Apoiar a excelência no esporte rendimento, reconhecendo e incentivando a evolução dos resultados esportivos em recordes, participações, pódios, e melhorias em competições nacionais e internacionais</p>

FONTE: Brasil (2013b).

ANEXO B – Planejamento Estratégico SNEAR - 2013 (Continuação)

<p>Criar modelo de gestão e governança na SNEAR como referência para entidades esportivas</p> <p>Implementar programas de melhoria da gestão, controles internos, e a integração dos projetos e programas da SNEAR</p> <p>Criar modelo de gestão e governança como referência para entidades esportivas</p> <p>Gerir o financiamento das instalações olímpicas a cargo do governo federal</p> <p>Fomentar o desenvolvimento e gerir os portfólios de modalidades olímpicas e paralímpicas</p> <p>Propor e gerir programas e projetos de incentivo, fomento ao esporte e patrocínios</p>	<p>Disseminar e fortalecer na SNEAR a cultura orientada a resultados</p> <p>Promover a capacitação dos atores envolvidos com o esporte de rendimento (atletas, treinadores, especialistas, gestores e profissionais multidisciplinares)</p> <p>Trabalhar pela melhoria na estrutura de preparação dos atletas</p> <p>Promover a identificação e desenvolvimento de novos talentos, valorizar as vocações esportivas locais, e tornar competitivas as categorias de base</p> <p>Acompanhar continuamente o desenvolvimento dos atletas de rendimento e promover a melhoria da qualidade de vida do indivíduo</p>	<p>Estruturar referências que permitam o conhecimento e informação esportiva na SNEAR e sua disseminação</p> <p>Fomentar linhas de pesquisa de ciências no esporte no sistema federal de ensino e promover o intercâmbio internacional de técnicos e cientistas</p> <p>Fomento da ciência do esporte e desenvolvimento e aplicação das tecnologias multidisciplinares e incentivar a incubação de empresas de produtos, serviços e materiais para competição esportiva</p> <p>Contribuir para modernização e aparelhamento tecnológico das entidades nacionais que atuam no planejamento, execução e controle de eventos</p> <p>Ampliar a oferta de Infraestrutura física desportiva de qualidade no país.</p> <p>Desenvolver laboratório de padrão internacional e formação de pessoal para controle de antidopagem</p>	<p>Dotar a SNEAR de um sistema de comunicação interna ágil, e qualificar seu relacionamento com a mídia</p> <p>Desenvolver a comunicação da SNEAR no que diz respeito ao público geral, atletas, associados de clubes, imprensa e redes sociais, de modo a promover a cultura esportiva do País.</p> <p>Provocar as audiências e mobilizar as massas para o esporte</p> <p>Fortalecer os eventos nacionais e fomentar a realização no Brasil de competições e eventos esportivos internacionais.</p> <p>Ampliar o alcance e cobertura dos eventos e competições esportivas nacionais e internacionais</p> <p>Promover os eventos internacionais como oportunidade para o desenvolvimento do esporte de rendimento no País</p>	<p>Promover o alinhamento entre os projetos e programas da SNEAR com projetos e programas correlatos de outros órgãos e entidades (alto rendimento e grandes eventos)</p> <p>Trabalhar em parceria com agentes desenvolvedores de atletas (clubes, confederações, forças armadas, comitês, universidades) e alinhar planos estratégicos em conformidade com modelos do M.E.</p> <p>Desenvolver a articulação com os parceiros do esporte rendimento (COB, CPB, CBDM, Confederações, Prefeituras)</p> <p>Buscar parcerias na cadeia produtiva para desenvolver o esporte de rendimento,, incluindo patrocínios de empresas públicas e privadas</p> <p>Atuar em parcerias com estados, municípios, empresas estatais, empresas privadas e ministérios para o sucesso da Rio 2016</p>
PROCESSOS	PESSOAS	TECNOLOGIA	PÚBLICOS	PARCERIAS

FONTE: Brasil (2013b).

ANEXO C – Plano de políticas públicas do Governo Federal – Governança Rio 2016

PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS										
LEGADO										
JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016										
GOVERNO FEDERAL								VALOR TOTAL (R\$ MM): 110,47		
TEMA	PROJ ETOS	RESP.		NÍVEL DE MATURIDADE	PRAZOS		FONTE DE RECURSOS			BENEFÍCIOS
		RECURSOS	EXECUÇÃO		INÍCIO	CONCLUSÃO	GOVERNO FEDERAL (ME)	GOVERNO FEDERAL (MEC)	UFRJ	
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.	LABORATÓRIO BRASILEIRO DE CONTROLE DE DOPAGEM (LBCD)	GOVERNO FEDERAL	GOVERNO FEDERAL	4	Jan/12	3º Trimestre 2014	85,07	19,03	6,37	110,47
Construção de novas instalações para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem - LBCD / LADETEC - na UFRJ		O Ladetec é composto de vários laboratórios temáticos associados, em diversas áreas, entre elas a de controle de dopagem, atual Lab-Dop, que está sendo renomeado para Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD). As novas instalações propiciarão controle de dopagem mais eficaz, formação de profissionais cada vez mais qualificados e avanços nas pesquisas científicas e tecnológicas que o Ladetec desenvolve. Com instalações modernas, novos equipamentos e ampliação da equipe de trabalho, o laboratório terá condições de pleitear novamente a reacreditação perante a Agência Mundial Antidopagem (AMA). Ter um laboratório compatível com as recomendações da AMA e em condições de igualdade com os outros laboratórios credenciados colabora para o objetivo da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) de ter o esporte limpo de dopagem e propicia aplicação de um amplo programa de educação, prevenção e detecção do uso de substâncias dopantes por parte dos nossos atletas. Além disso, o LBCD, com o núcleo do Polo de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ajuda a expandir e modernizar a atuação da universidade nas análises químicas, cada vez mais sofisticadas em todo o mundo.								

FONTE: Brasil (2014)

ANEXO C – Plano de políticas públicas do Governo Federal – Governança Rio 2016 (Continuação)

PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS											
LEGADO											
JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016											
GOVERNO FEDERAL						VALOR TOTAL (R\$ MM): 110,47					
TEMA	PROJETOS	RESP.		NÍVEL DE MATUREZ E	PRAZOS		FONTE DE RECURSOS			VALOR (R\$ MM)	BENEFÍCIOS
		RECURSOS	EXECUÇÃO		INÍCIO	CONCLUSÃO	GOVERNO FEDERAL (ME)	GOVERNO FEDERAL (MEC)	UFRJ		
	Aquisição de novos equipamentos para o laboratório	GOVERNO FEDERAL	GOVERNO FEDERAL	2						ASD	

FONTE: Brasil (2014)

ANEXO C – Plano de políticas públicas do Governo Federal – Governança Rio 2016 (Continuação)

PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS											
LEGADO											
JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016											
GOVERNO FEDERAL						VALOR TOTAL (R\$ MM): 110,47					
TEMA	PROJETOS	RESP.		NÍVEL DE MATUREZA	PRAZOS		FONTE DE RECURSOS			VALOR (R\$ MM)	BENEFÍCIOS
		RECURSOS	EXECUÇÃO		INÍCIO	CONCLUSÃO	GOVERNO FEDERAL (ME)	GOVERNO FEDERAL (MEC)	UFRJ		
INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	LOCAIS OFICIAIS DE TREINAMENTO	Construção/reforma dos locais oficiais de treinamento	GOVERNO FEDERAL	GOVERNO FEDERAL	2					ASD	As instalações de treinamento (atletismo, natação, polo aquático, saltos ornamentais, nado sincronizado, vôlei, rugby, futebol, pentatlo moderno, hóquei sobre grama) que serão ofertadas pelo governo federal na cidade do Rio de Janeiro para o período dos Jogos de 2016 representarão importante renovação do parque esportivo na cidade, ampliando os espaços para a prática de diversas modalidades, da iniciação ao alto rendimento. Após o Rio 2016, as estruturas a serem disponibilizadas passarão a compor a Rede Nacional de Treinamento que o Ministério do Esporte está estruturando em todo o país e que constitui o maior programa de requalificação da infraestrutura esportiva do Brasil em mais de 50 anos.

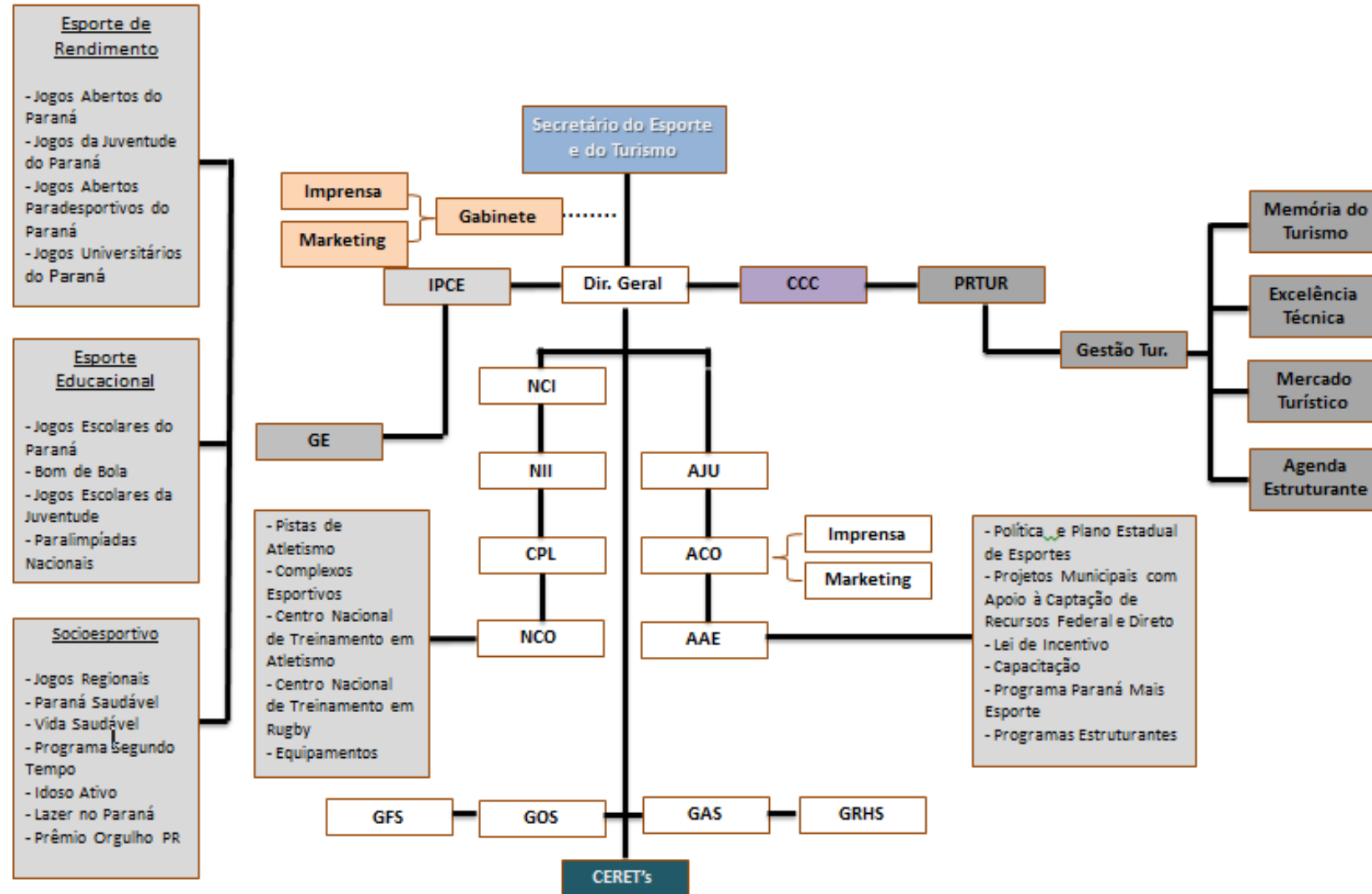
FONTE: Brasil (2014)

ANEXO D – Plano de Desenvolvimento da Secretaria de Esporte do Estado do Paraná



FONTE: SEES (2012)

ANEXO E - Organograma Secretaria de Esporte do Estado do Paraná - 2012



FONTE: SEES (2013)

ANEXO F - Esporte de alto rendimento nas cidades participantes do projeto Cidades pelo Esporte

	Belo Horizonte	Cuiabá	Curitiba	Distrito Federal	Fortaleza	Natal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
O poder público municipal desenvolve, em 2013, programas voltados à identificação de talentos esportivos entre adolescentes?	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Se sim, existe programa municipal de treinamento e formação dos adolescentes selecionados com vistas à realização do seu potencial na prática esportiva?	Sim	NA	Sim	Sim	NA	NA	NA	-	Sim	Sim
Se sim, quantos adolescentes participam atualmente deste programa?	1.968	NA	536	9.655	NA	NA	NA	11	20	1.000

FONTE: Atletas Pelo Brasil (2014)

ANEXO G – Termo de Compromisso das cidades participantes do projeto Cidades pelo Esporte

PROGRAMA CIDADES DO ESPORTE

Eu, _____, candidato ao cargo de Prefeito do Município de _____, pelo Partido _____, assumo o compromisso presente nesta Carta, conforme descrito abaixo: (a) O Brasil vive momento único em sua história, tendo o privilégio de organizar os dois eventos esportivos mundiais – Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 constituindo numa grande oportunidade para o desenvolvimento da cultura esportiva do país; (b) O Esporte no Brasil ainda possui uma visão limitada e acessória, com ênfase ao entretenimento relacionado ao esporte de alto rendimento, em detrimento de sua efetivação como direito (ONU 1979, CF, art. 217), notadamente nas dimensões educacional e de participação; (c) O esporte é um grande instrumento para o desenvolvimento humano e social (Sport & Development 2008), tendo importante papel desenvolvimento do ser humano, aumenta a auto estima, promove a saúde, bem como propicia e facilita o relacionamento comunitário, integrando cidadãos, promovendo a inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência e a prevenção da violência com o empoderamento e valorização da comunidade com seu território; (d) O Esporte tem importante papel na educação desde que com o devido método e com conceito pautado nos princípios educacionais para a formação sólida de cidadãos: Inclusão de Todos, Respeito à Diversidade, Construção Coletiva, Autonomia e Educação Integral. (e) No planejamento da Copa de 2014 não há a previsão de ações – consistentes em programas e projetos de políticas públicas voltadas ao esporte, em suas dimensões educacional e de participação; (f) Os municípios têm importância fundamental na realização e efetivação das políticas públicas sociais, entre as quais o Esporte; vem por meio desta aderir ao compromisso com o programa CIDADES DO ESPORTE, se comprometendo com as seguintes metas: 1) Na Ampliação e Melhoria da esporte das escolas até 2016, investindo na qualidade da educação física nas escola 2) Ampliar o acesso à atividade esportiva, visando dobrar a atividade física/esportiva da população nas cidades até 2016. 3) Ter um sistema público consolidado e de longo prazo no município. Desde logo, reconhece-se que para que as metas acima elencadas sejam alcançadas, compromete-se a adotar medidas voltadas a: a) Cumprir com as metas acima indicadas, por meio da elaboração/revisão/fortalecimento de políticas públicas a ela relacionadas, garantido-se a ampla participação, discussão, definição da sociedade civil desde a elaboração das ações voltadas ao cumprimento das metas, como também em sua fase de execução e avaliação; b) Criar comitê intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos, que englobem, no mínimo, as Secretarias Municipais de Esporte, Educação e Saúde e envolvam participação da sociedade civil; c) Indicar um(a) Articulador(a) do comitê intersecretarial Programa no Município; d) Criar e/ou fortalecer as atividades do Conselho Municipal de Esportes garantido participação da sociedade civil em equidade de membros com os

demais membros oriundos dos Poderes Municipais; e) Revisão da legislação que possibilite a efetiva implementação de um sistema esportivo local; f) coleta e disponibilidade pública de dados anuais sobre atividade física da população, disponibilidade e utilização dos equipamentos esportivos nas cidades e ações de esporte nas escolas; g) Inclusão das metas do esporte no Plano de Metas do Município, caso for realizado, e no PPA do município; h) Criar condições para a inserção de Orçamento voltado ao alcance das metas.

_____, ____ de _____ de 2012

Fonte: ATLETAS PELO BRASIL (2014)